Revista de

HISTÓRIA DAS IDEIAS

História em regimes ditatoriais

Volume 39. 2.ª Série - 2021

Imprensa da Universidade de Coimbra

(Página deixada propositadamente em branco)

Revista de História das Ideias

Vol. 39 . 2ª Série - 2021

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS
VOL. 39. 2ª SÉRIE – 2021

Estatuto editorial/ Editorial guidelines
A Revista de História das Ideias foi criada no âmbito do Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Todos os artigos publicados nesta revista anual são objeto de rigorosa arbitragem científica, que compreende a triagem inicial da direção editorial e a revisão cega de, pelo menos, dois pares. A Revista de História das Ideias centra-se na história intelectual e na história cultural. Publica artigos sobre história das ideias em diferentes campos: pensamento político, pensamento económico, filosofia, relações internacionais, ciência, religião, artes e literatura.

The Revista de História das Ideias (Journal of History of Ideas) was created under the Institute for the History and Theory of Ideas of the Faculty of Arts and Humanities of the University of Coimbra. All articles published in this annual journal have undergone a rigorous peer-review process, including an initial editor screening and a blind review by at least two referees. The Revista de História das Ideias is devoted to intellectual history and cultural history. It publishes articles on the history of ideas in different subject fields, such as political thought, economic thought, philosophy, international relations, science, religion, arts and literature.

Antigos diretores | Past directors
J. S. da Silva Dias (fundador), Manuel Augusto Rodrigues, Luís Reis Torgal e Fernando Catroga
Diretora | Director
Ana Cristina Araújo | araujo.anacris@sapo.pt
Vice-diretores | Assistant directors
João Gouveia Monteiro |joao.g.monteiro@sapo.pt
João Maria André | jmandre@sapo.pt

Coordenadora científica | Scientific Coordinator
Ana Cristina Araújo | araujo.anacris@sapo.pt
Luís Reis Torgal | lreistorgal@gmail.com

Secretária editorial | Secretary of the editorial board
Carla Rosa | gapci@fl.uc.pt

Conselho editorial | Editorial board

José Antunes, University of Coimbra, antunesgjose@gmail.com - Portugal
David Armitage, Harvard University, armitage@fas.harvard.edu - USA
Pierre-Yves Beaurepaire, University of Nice Sophia Antipolis, pybeaurepaire@gmail.com - France
Rui Bebiano, University of Coimbra, ruibebiano@gmail.com - Portugal
Alberto de Bernardi, University of Bologna, alberto.debernardi@unibo.it - Italy
Caio Boschi, Pontifical Catholic University of Minas Gerais, caioboschi@hotmail.com - Brazil
Peter Burke, University of Cambridge, upb1000@cam.ac.uk - UK
Joaquim Ramos de Carvalho, University of Coimbra, joaquimrcarvalho@mac.com - Portugal
Fernando Catroga, University of Coimbra, fcatroga@hotmail.com - Portugal
Gianluca Cuozzo, University of Turin, gianluca.cuozzo@unito.it - Italy
Michel Delon, Pantheon-Sorbonne University, michel.delon@paris-sorbonne.fr - France
Javier Fernandez Sebastián, University of La Rioja, javier.f.sebastian@telefonica.net - Spain
Francisco Fuentes Aragonês, Complutense University of Madrid, jffuentes@wanadoo.es - Spain
Amadeu Carvalho Homem, University of Coimbra, amadeu.homem@gmail.com - Portugal
Kurt Villads Jensen, Stockholm University, kurt.villads.jensen@historia.su.se - Sweden
Ulrike Krample, University of Tours, ulrike.krampl@univ-tours.fr - France
Sérgio Campos Matos, University of Lisboa, sergiocamposmatos@gmail.com - Portugal
Anna Krasteva, Sofia University, anna.krasteva@gmail.com - Bulgaria
Estevão de Rezende Martins, University of Brasília, echarema@gmail.com - Brazil
Rui Cunha Martins, University of Coimbra, rcmartin@fl.uc.pt - Portugal
Stéphane Michonneau, Charles de Gaulle University - Lille III, stephane.michonneau@univ.lille3.fr - France
Isabel Ferreira da Mota, University of Coimbra, ifmota@fl.uc.pt - Portugal
Vítor Neto, University of Coimbra, vitormpneto@sapo.pt - Portugal
António Resende de Oliveira, University of Coimbra, aresendeo@gmail.com - Portugal
Anthony Pagden, University of California, Los Angeles, pagden@polisci.ucla.edu - USA
Ana Leonor Pereira, University of Coimbra, aleop@fl.uc.pt - Portugal
Rafael Ramón Guerrero, Complutense University of Madrid, rafael.ramonguerrero@gmail.com - Spain
Maria Manuela Tavares Ribeiro, University of Coimbra, mtribeiro7@gmail.com - Portugal
Quentin Skinner, University of Cambridge, q.skinner@qmul.ac.uk - UK
Manuel Suarez Cortina, University of Cantabria, manuel.suarez@nican.es - Spain
Luís Reis Torgal, University of Coimbra, lreistorgal@gmail.com - Portugal
Enzo Traverso, Cornell University, vt225@cornell.edu - USA
Isabel Vargues, University of Coimbra, ivargues@fl.uc.pt - Portugal

FACULDADE DE LETRAS | UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS

Revista de História das Ideias

Vol. 39 . 2ª Série - 2021

História em regimes ditatoriais

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

EDIÇÃO
Imprensa da de Coimbra
E-mail: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: http://livrariadaimprensa.uc.pt

DESIGN
Imprensa da Universidade de Coimbra

IMAGEM DA CAPA
Acrílico sobre tela de Cristina Valadas (2002), coleção particular
Fotografia de Sérgio Azenha

PRÉ-IMPRESSÃO
Mickael Silva

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
???

ISSN:
0870-0958

ISSN digital:
2183-8925

DOI
https://doi.org/10.14195/2183-8925_39

DEPÓSITO LEGAL
67998/93

Imprensa da Universidade de Coimbra
https: //digitalis.uc.pt/rhi
http://www.uc.pt/en/fluc/ihti

CONTACTOS
A correspondência relativa a colaboração, pedidos de permuta, oferta de publicações e assinaturas deve ser dirigida ao
Gabinete de Apoio a Projetos e Centros de Investigação
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra –
3004-530 Coimbra Telef. 239 859 937 Fax: 239 836 733 E-mail: gapci@fl.uc.pt

Índice

Nota de apresentação 9

Dossier temático: História em regimes ditatoriais

Historians Killed for Political Reasons in Ibero-America (1920-2020)
Antoon De Baets 13

Writing History under the «Dictatorship of the Proletariat»: Yugoslav Historiography 1945–1991
Michael Antolović 49

Authoritarianism and making of counterdiscourse in colonial Goa
Nagendra Rao 75

Trabalho de memória sobre temas sensíveis e a escrita da história: retratos elaborados por testemunhos da ditadura civil-militar brasileira
Memory work on sensitive themes and the writing of history: portraits elaborated by testimonies of the brazilian civil-military dictatorship
Mariluci Vargas 97

A Academia Portuguesa da História durante o Estado Novo (1937-1974): de uma recriação política a uma difícil existência
The Portuguese Academy of History during the Estado Novo (1937-1974): from a political recreation to a laborious existence as an independent institution
Christophe Araújo 119

Estado Novo e as Comemorações do Duplo Centenário nas Colónias
The New State and the Commemorations of the Double Centenary in the Colonies
Víctor Barros 141

António Sérgio e a história que gostaria de ver escrita
António Sérgio and the history and his idea about the writing of history
João Príncipe 175

Varia

Silva Maia: o comerciante que as revoluções do Atlântico fizeram jornalista
Silva Maia: the trader that the Atlantic revolutions made a journalist
Isabel Lustosa 201

A formação da intelectualidade operária nos fins do oitocentos. Autodidatismo e erudição em Ernesto da Silva (1893-1903)
The formation of operating intellectuality at the end of the eighteenth. Self-teaching and erudition in Ernesto da Silva (1893-1903)
Beatriz Peralta García 223

Uma ideia de Império no final da monarquia constitucional: as fotos da viagem de D. Luís Filipe às colónias em 1907
An idea of Empire in the end of the constitutional monarchy: the photographs of the voyage of D. Luís Filipe to the colonies in 1907
Hugo Silveira Pereira 245

Julião Quintinha (1885-1968) e "O deslumbramento do Egipto" em *Terras do Sol e da Febre* (1932). Crónicas de viagem com o Egipto antigo em fundo
Julião Quintinha (1885-1968) and "O deslumbramento do Egipto" in *Terras do Sol e da Febre* (1932). Travel chronicles with the ancient Egypt in the background
José das Candeias Sales e Susana Mota 275

ABC-Diário de Angola - Um baluarte da oposição possível na imprensa colonial portuguesa dos anos 1960
Abc-Diário de Angola – A bulwark of the opposition possible in the colonial portuguese press of the 1960s
João Manuel Rocha 301

Arquitetura da Comissão de Socorro aos Presos Políticos
Architecture of the Political Prision Relief Commission
Edgar Freitas Gomes Silva 325

Extra Dossiê e Varia

Bibliografia de António Sérgio: atualização (1983-2020)
A. Campos Matos 349

Morreu o meu último professor... Homenagem a António de Oliveira
Luís Reis Torgal 391

Recensões

Blanchard, Pascal, Bancel, Nicolas, Boëtsch, Gilles, Taraud, Christelle, Thomas, Dominique org. (2018). *Sexe, race & colonies. La domination des corps du XVe siècle à nos jours*. Paris: La Découverte.
Susana Pimenta 397

Lopes, Paulo Catarino ed. (2019). *Portugal e a Europa nos séculos XV e XVI: olhares, relações, identidade(s).* Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais.
Jorge António Araújo 401

Santos, Clara Braz dos (2018). *O exercício moral de memória da morte: escritos religiosos do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora Unifesp.
Filipe Miguel de Andrade Campos 405

Vogel, Christine (2017). *Guerra aos Jesuítas. A propaganda antijesuítica do Marquês de Pombal em Portugal e na Europa*. Lisboa, Temas e Debates – Círculo de Leitores.
Rosa M. Gomes 411

DeVries, Kelly, Livingston, Michael (ed.) (2019). *Medieval Warfare. A Reader*. Toronto: Toronto University Press.
Ana Laura de Oliveira D. Martins e Gustavo Gonçalves 417

Como se conta a História em tempo de "globalização"
A propósito da *História Global de Portugal*
Luís Reis Torgal 421

(Página deixada propositadamente em branco)

Nota de apresentação

Como é sabido, uma das marcas mais evidentes dos regimes ditatoriais modernos é a restrição, ou mesmo total ausência de liberdade de expressão. E, como notou Hannah Arendt, referindo-se aos totalitarismos, a invasão e dissolução do espaço público com o consequente refluxo dos cidadãos sobre a vida privada, todavia, também ela ameaçada. A escrita da história, o seu ensino e, noutro plano, as políticas de memória (não confundir com a produção historiográfica) sempre estiveram, por razões evidentes, no horizonte de ação dos poderes. Em contextos políticos em que os fins justificam os meios, em que dominam lógicas antitéticas de inclusão e exclusão (*tudo pela nação nada contra a nação*, *tutto nello Stato, niente al di fuori dello Stato, nulla contro lo Stato*) e o poder não é vigiado pela opinião pública, a sociedade civil e consequentemente o trabalho historiográfico sofrem graves entorses.

Houve e continua a haver estratégias muito diferenciadas de intromissão do poder político na esfera da produção do conhecimento e da sua difusão, umas dissimuladas, outras ostensivas, levando a imposições unilaterais de programas e livros únicos de ensino, interdição de livre prática de investigação científica, exercício de censura incluindo proibição de livros de história (lembrem-se, no Portugal do Estado Novo a interdição de obras de António Sérgio ou de António Borges Coelho), encerramento de escolas universitárias (a Faculdade de Letras do Porto, em 1928) e de editoras (a Imprensa da Universidade de Coimbra em 1934, então dirigida pelo historiador Joaquim de Carvalho), expulsões do magistério universitário de professores (por exemplo Manuel Rodrigues Lapa ou Sílvio Lima), exílios forçados (Jaime Cortesão e António Sérgio) e

https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_0

prisões políticas (Fernando Piteira Santos, José Tengarrinha, entre muitos outros). Ou até, em muitos casos – mas não no português – assassinato de historiadores, crime muito mais frequente do que poderia admitir-se.

Nos últimos decénios, quando documentação de arquivo inédita tem vindo a ser conhecida, a escrita da história em contextos de regimes autoritários e totalitários tem sido objeto de renovada atenção por parte da comunidade historiográfica internacional. Foi nosso objetivo reunir um conjunto de estudos e contribuir para o conhecimento alargado e comparativo a este respeito, em diferentes cronologias e espaços geográficos, contemplando sociedades sujeitas a experiências ditatoriais marcantes na história do século passado e nos primeiros decénios do século XXI. Têm-se em consideração não apenas casos situados em geografias europeias entre os anos 20 e os anos 90 do século XX, mas também experiências históricas extraeuropeias (Brasil, Goa).

De que modos os regimes ditatoriais condicionaram a escrita da história? Que efeitos tiveram na forma como os historiadores conceberam a sua relação com o espaço público e com o tempo presente? Que consequências teve a ação da polícia política e da censura nas práticas e valores até aí vigentes? Como reagiram instituições de ensino e investigação, associações de historiadores e revistas a essas realidades políticas? Que consequências teve a emigração política dos historiadores na escrita da história? Como se reconfiguraram as relações académicas transnacionais? Nem todas estas perguntas encontram respostas nos estudos agora reunidos. Mas todos eles contribuem, de algum modo, para alargar o horizonte de compreensão de alguns destes tópicos.

Se é certo que cada realidade nacional foi um caso e que distintos contextos historiográficos, políticos e culturais produziram diversas respostas e matizes em relação aos problemas levantados, é de formular outra pergunta que fica para futuros estudos: houve traços comuns que permitam delinear uma estratégia-padrão dominante em relação à construção social do passado, incentivada pelos estados ditatoriais? Abordagens comparadas podem-nos dar uma compreensão complexa das condições de produção da história em contextos políticos ditatoriais. Mas também é um facto que sem o conhecimento aprofundado de diversas experiências nacionais não é possível proceder a comparações. A partir do exame detalhado de casos concretos – seja o estudo estatisticamente documentado de historiadores assassinados num grande espaço transnacional, narrativas históricas nacionais (não apenas apologéticas

de poderes instalados mas também as que deles se distanciaram) e contradiscursos, alguns deles em contextos coloniais, testemunhos memoriais de ditaduras, instituições ligadas à produção e reprodução da historiografia, conceções e práticas comemorativistas, ou teorizações históricas de ensaístas – os artigos aqui reunidos contribuem de algum modo para pensar as estratégias adotadas por regimes ditatoriais nos campos historiográfico e memorial em condições de ausência de liberdade.

Sérgio Campos Matos
Março de 2021

(Página deixada propositadamente em branco)

Revista de História das Ideias
Vol. 39. 2ª Série (2021)
13-47

HISTORIANS KILLED FOR POLITICAL REASONS IN IBERO-AMERICA (1920-2020)

Antoon De Baets
University of Groningen, the Netherlands, History Department
a.h.m.de.baets@rug.nl
https://orcid.org/0000-0002-5734-8193

Texto recebido em / Text submitted on: 17/06/2020
Texto aprovado em / Text approved on: 11/12/2020

Abstract:

This essay examines the Ibero-American history producers who were killed for political reasons during the past century. It presents sixty-one victims from eight countries. Of these, 82% were killed by state forces, 16% by non-state forces. Dictatorships had the worst scores (57% of the victims), while flawed democracies also saw considerable casualties (33%), in contrast to emergent (7%) and stable democracies (3%). Much evidence was found for the thesis that killing these history producers did not necessarily mean the erasure of their names or achievements. Out of the sixty-one victims, nine (15%) were killed for political reasons that were mainly or partly related to their historical works. Six of these, however, occurred under democracies, particularly flawed or emergent democracies, and not under dictatorships. This finding leads to the hypothesis that well-entrenched dictatorships, wielding ruthless power, deter and block incriminating historical research – making the killing of history producers for history-related reasons relatively rare – whereas freer conditions in flawed and emergent democracies prompt or encourage such dangerous

https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_1

historical research. Those investigating past systemic violence or the crimes of previous dictatorships then risk becoming targets of the military seeking to install or restore authoritarian rule.

Keywords:

Democracies (Emergent; Flawed; Stable); Dictatorships; History Producers; Political Murders.

For Juan Gerardi (1924–1998)

Between 1960 and 1996, Guatemala was torn by an armed conflict. The peace agreement that followed, created space for two large-scale initiatives to uncover the historical truth about the crimes committed during the conflict. One was supervised by the Church, the other by the United Nations. The bishops, who had started their project already before peace came, called it Recuperación de la Memoria Histórica (REMHI; Recuperation of Historical Memory). After three years of work, on 24 April 1998, the voluminous REMHI report, *Guatemala: nunca más* (Guatemala: Never Again) was presented. It identified the army as responsible for 85% and the guerrilla for 9% of all human rights violations and also provided names of perpetrators. Two days later, REMHI director, Bishop Juan Gerardi, was murdered. It was widely believed that military personnel engineered his death, although the army denied this. Dozens of those involved in the murder's investigation were intimidated. Three witnesses and six potential witnesses were killed. Much evidence was destroyed or disappeared. In 2007, the Constitutional Court eventually confirmed the 2001 conviction of Colonel Byron Lima Estrada, his son Captain Byron Lima Oliva and Sergeant Major José Obdulio Villanueva for the murder, although they saw their imprisonment terms reduced from thirty to twenty years[(1)].

Gerardi was not a historian. Yet, in 1998 he was a history producer of sorts who symbolized the will of many Guatemalans to come to terms with their repressive and violent past. Behind him was a team of some eighty persons who collaborated in this unique effort at producing history. The

(1) References for all cases can be found in the Bibliography.

REMHI truth commission wrote a first draft of history, a proto-history, that made headlines far beyond the continent. With Gerardi's death, the determined will to uncover the historical truth that had been hidden for decades received a hard blow, but after more than two decades the REMHI report still stands as a witness of time. The present essay bears witness to history producers like Gerardi, brutally killed for political reasons but not forgotten, and the works that survived them.

Method

In evaluating whether history producers are hampered in their efforts to uncover the past, we possess scores of indicators. We can study how the producers and practitioners of history have been, for example, inappropriately dismissed or attacked by heads of state or censored by the government or unjustly prosecuted on the basis of overbroad laws. All these forms of harassment are important in illustrating attacks against history (De Baets 2019a, 2019b). Here, I will study the most extreme indicator of all: the killing of historians. I will only analyze cases of killings within the Ibero-American area, that is, Spain and Portugal and their former colonies in Latin America(2). My temporal scope was limited to one century, roughly from the end of World War I to the present (1920–2020)(3). In compiling the list of killings, I had to deal with three methodological problems.

The first was already noted in the Gerardi case. To assume that historians were the only ones to deal with the past is too narrow a view. In all Ibero-American countries without exception, many different groups have produced or practiced history. I therefore prefer to speak of history producers rather than historians to designate all those involved, professionally or otherwise, in the collection, creation or transmission of history. History producers include, for example, history students and all those who are engaged in truth-finding during processes of transitional

(2) Excluding cases from Guyana (Walter Rodney), Haiti (left-wing history teachers under Papa Doc; Céligny Ardouin; Lovinsky Pierre-Antoine) and Suriname (Anton de Kom; Ben Scholtens).

(3) Excluding cases from Colombia (Rafael Uribe Uribe), El Salvador (Luis A. Silveiro), Spain (anonymous historian; Ibn al-Khatib; Antonio Cánovas del Castillo) and perhaps Peru (under Inka Atahualpa).

justice. This broader pool of recruitment has the disadvantage that I had to decide in more borderline cases than otherwise would probably have been the case. But excluding all those who were not officially historians and yet dealt systematically with the past, was not an option.

The second problem was that the term "killing" does not cover all the attempts of dictatorial and other regimes to physically eliminate history producers. Scores of victims were effectively killed, but many others disappeared. Some died in prison or committed suicide under extreme duress. I could not exclude these deaths that amounted to the same result as killings. The major criterion, then, was not killing as such but any physical elimination, provided the reason for it was demonstrably political. I did not include history producers who were abducted but reappeared alive or who were threatened with death or survived attempts on their lives, or who were war casualties either as soldiers or citizens(4).

The third and most important methodological problem consisted in the complexity of what I call "political reasons". History producers could be eliminated for a variety of political reasons: either because they were history producers in the strict sense; or because they were intellectuals and academics, or because they were journalists, human rights defenders or political activists; or because they were members of specific national, racial, ethnic or religious groups. I am interested above all in the first option, killing for *historical* reasons, but I need the other types of political reasons – elimination for political activities other than history or for reasons related to group membership – to gain an idea of the relative importance of the first option.

Within the framework just given, the collection of cases was still difficult because physical elimination often occurs in obscurity and leaves few traces – although some eliminations happened in broad daylight and had wide resonance. This implies that there are probably many gaps in the list of cases due to ignorance(5). The complete list is

(4) In Spain, British Communist historians Ralph Fox (1900–1936; also a journalist) and John Cornford (1915–1936; also a poet), both members of the International Brigades who fought the Nationalists, were killed in action. Other historians who died in the civil war, apparently from non-political causes, were Claudio Galindo y Guijarro (Albacete 1937), Andrés Giménez Soler (Zaragoza 1938) and Juan María Rubio Esteban (Valladolid 1939).

(5) Evidently, the fact that in many countries and periods no physical eliminations of history producers took place does not imply that no censorship of history or persecution of historians occurred there.

summarily presented below. Although I often sympathized with the history producers on the list, I should insist that I do not necessarily share their views, historical or otherwise, or approve their actions.

Ibero-American history producers killed for political reasons (1920–2020) [n=60]

Argentina (n=17)
AAA–related (1973–1976): 2
Military dictatorship (1976–1983): 15

Brazil (n=6)
Military dictatorship (1964–1985): 4
Transition (1985–): 2

Chile (n=7)
Military dictatorship (1973–1990): 7

Colombia (n=12)
Civil war and armed conflict (1964–2016): 11
Transition (2016–2020): 1

Dominican Republic (n=2)
Military dictatorship (1930–1961): 2

Guatemala (n=8)
Civil war and armed conflict (1960–1996): 6
Transition (1996–): 2

Mexico (n=3)
Felipe Calderón presidency (2006–2012): 2
Enrique Peña Nieto presidency (2012–2018): 1

Spain (n=6)
Civil war (1936–1939): 3
Exile (1939–1975): 1
ETA-related (1959–2018): 2

Source: Author's database. For underlying sources, see bibliography. For details, see coded variables at http://www.concernedhistorians.org/va/ibero.pdf.
Note: Total for 8 countries in Ibero-America (1920–2020): 61[6].

The cases are spread over eight countries, Argentina with seventeen cases being located at one end of the spectrum and the Dominican Republic with two at the other. With a timespan running from 1920 to 2020, the earliest identified political death was inflicted in Spain in 1936 (during the civil war) and the latest in Colombia in 2020. The number of cases is so small that most statistics cannot be applied meaningfully. Generalizations will therefore be drawn with utmost caution. In the following section, I present the cases according to whether they occurred under a dictatorship or a democracy. For the latter regime type, I distinguish emergent, flawed, and stable democracies. In painting this general profile of the sixty-one cases, I will pay most attention to those whose deaths were effectively related to history. In the last section, I will ask which regimes killed history producers with the aim to attack history itself[7].

(6) In comparison, the worldwide total for all countries (68) with cases in the 120 years between 1900 and 2020 was 414. The total for all countries (74) from the beginning of time to 2020 was 465 cases.

(7) I am grateful to the following persons for providing data on one or more cases, Argentina: Joel Horowitz (December 2008); Colombia: Diana Gómez (August 2010), Bas Blaauw (December 2011), César Augusto Duque Sánchez (February 2014, April and

History producers killed under dictatorships

The six cases in *Spain* display a very irregular pattern as they are dispersed over 64 years, covering a civil war (1936–1939), a dictatorship (1939–1975), and a democratic context marred by terrorist violence (1975–2000). Only one of the political deaths took place under Franco's dictatorship. The victory of Franco's Nationalists in 1939 unleashed a massive wave of exile, mostly to France and Latin America. One of the many exiles was Ramón Iglesia, a historian and director of the Spanish-American Section at the Centro de Estudios Históricos (Center for Historical Studies) of the Universidad de Madrid (University of Madrid). Iglesia had fought in the Republican army for three years and then fled to Mexico. He was deeply influenced by his civil war and exile experiences: both led him to reconsider earlier views of his subject of research, the 1521 conquest of Mexico. He also suffered the humiliation that, while living in exile, his work was published in Spain in 1940 without any mention of his name. In 1942 he went to the United States, where he worked at the Universities of California, Illinois, and Wisconsin. He threw himself from his apartment window in Madison, Wisconsin. From our research perspective, Iglesia's case is rather atypical. On the one hand, his suicide is intimately connected with his war and exile experiences, hence with two eminently political reasons, on the other hand Iglesia had a history of psychiatry and his suicide occurred nine years after his exile – two factors loosening the political character of his death. As far as is known, he was the only one among an estimated 110 Spanish exile historians to have committed suicide.

Another exile from the Spanish civil war, Jesús de Galíndez, had gone to the *Dominican Republic* in 1939. In that country Rafael Trujillo had installed a relentless dictatorship in 1930 that would last until his assassination in 1961. A Basque nationalist, Galíndez became a legal adviser to the Dominican Ministry of Labor and National Economy. He displeased Trujillo by arbitrating several strikes too favorably for the sugar workers. Consequently, he went into exile in the United States in 1946, obtained citizenship there and became active in anti-Trujillo circles,

September 2020); Guatemala: Tracy Ulltveit-Moe (March 2000), Frank La Rue (March 2020); Peru: Roberto C. Parra (May 2020); Portugal: Sérgio Matos Campos (February 2020), António Borges Coelho (February 2020); Spain: Ignacio Peiró (February 2020).

increasing at the same time his contacts with the American secret services to support a range of anti-Franco activities. In March 1956 he disappeared from the streets of New York less than two weeks after the defense of his doctoral dissertation at Columbia University. It exposed Trujillo as a dictator and would be published as *La era de Trujillo: Un estudio casuístico de una dictadura hispanoamericana* (*The Trujillo Era: Case Study of a Hispanic-American Dictatorship*) within days. The disappearance had been carried out by Trujillo's agents: Galíndez was kidnapped, anaesthetized, and secretly transported by plane to the Dominican Republic, where he was murdered. His body was never found. The case culminated in political and economic sanctions against the Dominican Republic in 1960.

Even closer collaborators of Trujillo were not safe. Minister of Labor Ramón Marrero was a politician, novelist and historian charged with writing the official history of the Dominican Republic. He was put on Trujillo's blacklist after drafting a report about the poverty of the coffee plantation workers hired by the Trujillo family. In July 1959 he was accused of treason for having inspired Tad Szulc's articles in *The New York Times* about the corrupt Dominican government and the property of the Trujillo family. A few days later, he was shot by Trujillo's agents in the national palace itself. The murder was covered up by placing his corpse in a burning car that was pushed into an abyss. He was given a state funeral. Two of the three volumes of his national history were already published, the third was completed after his death by César Herrera.

In *Brazil*, some history producers were killed on account of their political or armed resistance against the military dictatorship that ruled the country from 1964 until 1985. One of them was history teacher Antonio Benetazzo, a leader of the Communist guerrilla group Movimento de Libertação Popular (Molipo; Movement for Popular Liberation) who lived in hiding, was detained, tortured and killed in 1972. Among those who disappeared were Ivan Mota Dias, a history student who was also a militant of a left-wing armed group, Vanguarda Popular Revolucionária (VPR; Armed Revolutionary Vanguard), probably executed in prison in 1971, and Vandick Reidner Pereira Coqueiro, a history teacher, militant of the Partido Comunista do Brasil (PcdoB; Communist Party of Brazil) and guerrilla fighter in Araguaia, in 1974. History and geography professor Afonso Henrique Martins Saldanha, a militant of the Partido Comunista Brasileiro (PCB; Communist Party of Brazil) and leader of the teachers' union of Rio de Janeiro, was imprisoned in 1970; he died in 1974 after

he was released from prison following complications resulting from the torture he had suffered.

In *Chile*, General Augusto Pinochet's military dictatorship started with a coup in 1973 and took hold of the country until 1990. The first four years were the worst. Among those who committed suicide while in detention was history professor Luis Sanguinetti. He was the head of the customs office investigation department and active in the Partido Socialista de Chile (PS; Socialist Party of Chile). Juan Fernando Ortiz, a professor of history and geography at the University of Chile, was a leader of the Asociación de Profesores y Empleados de la Universidad de Chile (APEUCH; Association of Professors and Staff of the University of Chile) and a member of the Central Committee of the Partido Comunista de Chile (PCCh; Communist Party of Chile). He was dismissed and frequently harassed after the coup, and eventually disappeared. In 2001, his remains were found in an unmarked grave and identified. History students Maria Cristina López, Félix de la Jara, Carlos Guerrero and Herbit Ríos, activists for the left-wing Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR; Revolutionary Left Movement), were abducted by members of the Dirección de Inteligencia Nacional (DINA; National Intelligence Directorate). Their deaths occurred between 1973 and 1976. In 2014, the Supreme Court convicted former DINA members of Guerrero's enforced disappearance. Another case should be noted when the dictatorship was already on its return: Marcelo Barrios, a history and geography student who had become a member of the left-wing guerrilla movement Frente Patriótico Manuel Rodríguez (FPMR; Manuel Rodríguez Patriotic Front), was executed by a brigade of marines in 1989.

In *Argentina*, the military staged a coup and installed a dictatorship in order to initiate a so-called Process of National Reorganization in March 1976. It resulted in the disappearance of thousands of left-wing or supposedly left-wing Argentinians in what was termed "a dirty war". Among the disappeared were art history professor Claudio Adur, founder of a Center for Artistic Study and Research, and history teacher Irma Zucchi, who directed an Institute of Fine Arts. Other disappeared included history teachers Eduardo Requena, a founder and board member of the Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina (CTERA, Confederation of Workers in Education in Argentina), and Roberto Sinigaglia, a Peronist activist who was also a lawyer defending political prisoners. The director of historical films

Raymundo Gleyzer was abducted as well. Not only was Gleyzer a militant of the Marxist Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT; Revolutionary Workers' Party), he was also considered dangerous for his films about the poverty of peasants in the Northeast of Brazil (*La tierra quema*; The Land Burns, 1964), the Mexican Revolution (*México, la revolución congelada*; Mexico, the Frozen Revolution, 1971) and the history of a corrupt Peronist trade union leader (*Los traidores*; The Traitors, 1973). His films were often shot and shown in clandestinity. *Los traidores* was confiscated and singled out as one reason for Gleyzer's death. Like Gleyzer, Jorge Cedrón directed historical films, among them *Por los senderos del Libertador* (In the footsteps of the Liberator, 1971); *Operación masacre* (Operation massacre, 1972); *Resistir* (Resist, 1978, pseudonymously). With his name circulating on death lists, he went into exile in France in 1977, where he committed suicide in 1980: while on a toilet in a Paris police station where he was reporting the abduction of his father-in-law, he stabbed himself several times in the heart in despair. Compared to Iglesia's case, the time between exile and death was shorter and the circumstances – a pervasive fear of cross-border persecution – were less ambiguous in Cedrón's case.

At least seven history students disappeared: Jorge Alberto Basso, Alberto Ledo, Marcela Goeytes, Aníbal Gadea, Liliana Galletti, Susana Martínez and Laura Carlotto. Most had been active in left-wing political parties (Gadea and the Brazilian-Argentinian former history student Basso) or human rights organizations (Galletti was a human rights researcher for the Asamblea Permanente por los Derechos Humanos, APDH; Permanent Assembly for Human Rights). Gadea and Carlotto were members of the left-wing Juventud Universitaria Peronista (JUP; Peronist University Youth). Goeytes was two months' pregnant when she disappeared. Carlotto was pregnant as well when she was abducted together with her partner. She gave birth in a military hospital, and then was tortured and killed on orders of General Carlos Guillermo Suárez Masón. The (male) baby was taken away and adopted under another name. At age 36 in 2014, however, he took a DNA test proving his kinship with the Carlotto family. His grandmother was Estela de Carlotto, the president of human rights group Abuelas de Plaza de Mayo (Grandmothers of the Plaza de Mayo). Suárez Masón was tried *in absentia* and sentenced to life imprisonment in Rome in 2000 for this and other crimes. Ledo was a special case: he performed his military service

in a Unidad de Operaciones Antiterroristas (Anti-Terrorist Operations Unit), disappeared and was probably killed on orders of a captain of his own unit, but the official reason for his absence was "desertion". Carlos Hobert and Domingo García, former history students turned Montonero guerrillas, were killed. Hobert had himself been responsible for planning abductions. Like Carlotto, García's wife, Beatriz Recchia, had been pregnant when she was captured in 1977. She was killed after delivery and the baby was kidnapped, only to be identified in 2009.

In *Guatemala*, much of the period 1960–1996 was filled with military dictatorships whose security services persecuted critical intellectuals. Some of the historians who did not leave the country became almost inevitably involved in human rights or political work, and, consequently, faced death threats or were abducted and assassinated. All of them were affiliated with the Universidad de San Carlos (USAC; University of San Carlos) in Guatemala City. In 1984, Carlos Ericastilla, USAC history professor and archaeologist, was captured and left for dead on campus. He died later as a result of the beating and torture to which he had been subjected. In 1992, USAC history professor Manuel Peña, a director of the Asociación Magisterial Guatemalteca (AMG; Guatemalan Teachers' Association) and a member of the Asamblea Nacional del Magisterio (ANM; National Teachers' Assembly), was shot dead, probably by security forces. Peña had been working in a local community project involving people displaced by the armed conflict. He was known for his left-wing views and had received anonymous threats in the months prior to his death. The murder remained unresolved. USAC history professor Rolando Medina and USAC history student Luis Colindres, a leader of the left-wing Asociación de Estudiantes Universitarios (AEU; Association of University Students), disappeared. USAC history students Ligia Martínez and Abilio Berganza were shot dead. While Martínez was also a teacher, Berganza was a member of the council of directors of the USAC School of History. Soon after his death in 1977, the school was raided.

History producers killed under emergent democracies

After a dictatorship had fallen, history producers could still become victims of political murder in roughly two different situations: either they

were involved in contemporary political and human rights activities and killed for this commitment or they did research into the crimes of the past dictatorship and were eliminated by those who could not tolerate that the uncomfortable truths of dictatorial repression were being unearthed. The former can be illustrated with cases from Brazil, the latter with cases from Guatemala. In *Brazil*, poet and historian Hermógenes de Almeida Silva Filho and lawyer Reinaldo Guedes Miranda, advisers to the opposition Partido dos Trabalhadores (PT; Workers' Party), were shot dead in Rio de Janeiro in 1994, possibly by members of the paramilitary Comando de Caça aos Comunistas (CCC; Command for Hunting Communists) or some successor group. The killings occurred only hours after they had participated in a debate on the PT's public security policy, during which Miranda had proposed the complete disarmament of Brazilian society, including the police force. Both were also members of the human rights commission of the local council that monitored the investigation into two massacres of street children. In addition, they had received death threats on account of their activities on behalf of black people and homosexuals. Like these two men, Gilson Nogueira de Carvalho, a human rights lawyer of the Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP; Center for Human Rights and Popular Memory) in Natal, had received many death threats. He was shot dead in 1996 by three men for investigating the connections between a death squad made up of civil police and other government employees (nicknamed "meninos de ouro"; "golden boys") and local authorities in Rio Grande do Norte. An official investigation into his killing was discontinued a year later "for lack of evidence". In 1997, his parents sued Brazil for lack of due diligence while investigating the relevant facts. In 2006, however, the Inter-American Court of Human Rights ruled that it had received only limited factual support for such a claim and that, consequently, Brazil could not be said to have violated the right to a fair trial and the right to judicial protection.

In *Guatemala*, there was the major case of Bishop Juan Gerardi recounted in the beginning. Other human rights defenders in that country received frequent death threats, foremost among them the forensic anthropologists who exhumed mass graves to gather evidence that could prove the dictatorial crimes. One of them was Manuel García de la Cruz, a human rights activist of the Coordinadora Nacional de Viudas de Guatemala (CONAVIGUA; National Coordination of Guatemalan Widows) involved in exhumations of clandestine mass

graves in indigenous areas. He was seized, tortured and killed in El Quiché department in 2002.

History producers killed under flawed democracies

Simplifying a more complicated political situation in *Spain*, I characterize the Second Republic during the civil war between Republicans and Nationalists (1936–1939) as a flawed democracy. Three historians fell victims to violence in the first year of war: historian José Palanco Romero, a left-wing Republican politician and member of parliament, was executed by followers of Franco; church historian and Jesuit priest Zacarías García Villada was killed by militias of Frente Popular (Popular Front); and the conservative Catholic historian of law Román Riaza Martínez-Osorio, briefly a sub-secretary at the education ministry, was murdered by left-wing militias.

In the run-up to the 1976 coup, *Argentina* was a flawed democracy marred by much violence. In the years after Juan Perón's return from Spain in 1973, three historians were threatened with assassination by the government-backed extreme right-wing paramilitary organization Alianza Anticomunista Argentina (AAA or Triple A; Argentine Anti-Communist Alliance). Two of them were effectively killed. The AAA's first victim was lawyer, historian and member of parliament Rodolfo Ortega Peña; they shot eight bullets through his head in 1974. A specialist of nineteenth-century Argentinian history, a legal adviser of trade unions, and after the 1966 Onganía coup a member of the emerging new left and staunch defender of political prisoners, Ortega had a reputation as a leading revolutionary Peronist. All the attendees at his funeral were arrested. Silvio Frondizi, a lawyer and Marxist professor of history and political science at the Universidad de Buenos Aires (UBA; Buenos Aires University) and founder of the left-wing revolutionary group Praxis y Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR-Praxis; Praxis and Movement of the Revolutionary Left), was assassinated by the AAA as well, after denouncing the murder and torture practices of the military in Catamarca province. His funeral was also disrupted. He was the brother of Arturo Frondizi, the former President of Argentina.

The political regimes of Colombia and Mexico are not easily characterized. No one calls them dictatorships although they are not

stable democracies either. Both countries have been plagued by large-scale violence for decades. One of the most reliable indicators for democracy, the annually updated Democracy Index compiled by the Economist Intelligence Unit, has collected data about the democratic characteristics of states since 2006. In that year, 2006, both Colombia and Mexico were labeled "flawed democracies" (Economist Intelligence Unit 2019, 42), which were defined as follows:

> Flawed democracies … have free and fair elections and, even if there are problems (such as infringements on media freedom), basic civil liberties are respected. However, there are significant weaknesses in other aspects of democracy, including problems in governance, an underdeveloped political culture and low levels of political participation (Economist Intelligence Unit 2019: 49).

Both countries amply satisfy these conditions. *Colombia* has had a history of civil wars since independence in 1810. It has experienced protracted but intermittent political violence since the 1948 assassination of liberal presidential candidate Jorge Eliécer Gaitán and especially since 1964, when armed rebel groups appeared on the scene. Usually, the conflict had low intensity levels. In 2016 a peace agreement was concluded between the government and the most powerful guerrilla group Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC; Colombian Revolutionary Armed Forces). The International Committee of the Red Cross estimated that 220,000 people had been killed since 1964 and that 70,000 people had gone missing in the conflict. From the 1980s, historians (and other academics) had been among the victims of this political violence. Here is a sobering summary overview.

On 6 November 1985, members of the left-wing guerrilla group Movimiento 19 de Abril (M-19; 19th of April Movement) occupied the Palace of Justice in Bogotá and held hostage all those present. Hours later, the army raided the palace, killing 77. Eleven persons disappeared, including historian Cristina Guarín, a temporary employee at the Palace's cafeteria at that moment. Her remains were found in 2015. In 1992, Canadian archaeologist Steve Gordon was kidnapped and killed by the FARC. In 1995, Gabriel Cruz, a member of the Academy of History of Montería, Córdoba, northern Colombia, and a historian and journalist working on a book about the military's activities against leftist

insurgents in Córdoba, was stabbed to death by unknown assailants. In 1997, Claudio Pérez, a historian at the University of Córdoba, was abducted by members of the paramilitary group Autodefensas Unidas de Colombia (AUC; United Self-defense Forces of Colombia), killed and buried in a mass grave, possibly in retaliation for some bomb explosion unrelated to him.

On 18 April 1998, a few days after the fiftieth anniversary of the murder of Gaitán on 9 April 1948, human rights lawyer José Eduardo Umaña was killed by three unidentified paramilitaries. Umaña had received plenty of death threats. Among the reasons for the murder were his defense of trade union leaders and guerrillas who had become victims of state violence, his defense of the disappeared of the Palace of Justice, his criticism of death squad activity, and his attempt to reopen the inquiry into the Gaitán murder, including the role played in it by the United States Central Intelligence Agency (CIA). In 2016, the Attorney General declared that the murder of Umaña was an imprescriptible crime against humanity. In 1999, Jesús Antonio Bejarano Ávila, an economist and economic historian, was shot dead by members of the FARC-EP when he was on his way to teach a class at the Faculty of Economics of the Universidad Nacional de Colombia (National University of Colombia) in Bogotá. He was an expert in conflict resolution and had been a key government adviser in the peace negotiations with guerrilla groups during the terms of Presidents Virgilio Barco (1986–1990) and César Gaviria (1990–1994). In the same year, the remains of historian Darío Betancourt, a specialist in the history of political violence, regional mafia groups and drug trafficking, and a teachers' union member, were found outside Bogotá. He had been abducted by paramilitary gunmen several months previously, probably because corrupt military intelligence files had falsely linked his name to armed opposition groups. Others pointed to his works on the history of violence in Cali, Valle del Cauca region. In 2001, paramilitary men killed Carlos Delgado in Consacá, Nariño, southern Colombia. He was a historian of the region and a teacher union leader. In 2004, AUC members decapitated Plutarco Granados, a historian and writer, and president of the Academia de Historia Juan Galea, in Tame, Auraca, northern Colombia.

In March 2006, days after the parliamentary elections, Jaime Gómez, a historian at the Pontificia Universidad Javeriana (Pontifical Xavierian University) in Bogotá and a trade union leader, was abducted, tortured and murdered. A leading member of Poder Ciudadano Siglo XXI

(Citizen Power 21st Century) headed by Liberal Party senator Piedad Córdoba, a human rights movement opposing paramilitary groups, Gómez had been secretly investigated by various official agencies and police units. In 2008, human rights defender John Fredy Correa Falla, a member of the Movimiento Nacional de Víctimas de Crímenes de Estado (MOVICE; National Movement of Victims of State Crimes), which organized demonstrations against the political violence, was shot dead by four gunmen of a paramilitary death squad. He had lived under death threats for three years.

Finally, in late September 2020, Campo Elías Galindo Álvarez, a retired historian and urban planning expert from the Universidad Nacional de Colombia, sede Medellín (National University of Colombia, Medellín location), was assassinated in his home with a knife. Galindo had been a left-wing political leader of the Colombia Humana movement in Medellín and a member of the Frente Amplio por la Paz y la Democracia (Broad Front for Peace and Democracy).

Mexico counted more than 60,000 disappeared between 2006, the year in which President Felipe Calderón launched a war against drug cartels, and 2020. In these years, three history producers became victims of violence. In 2008, Miguel Ángel Gutiérrez, a historical anthropologist studying and defending the Amuzgo people along the Costa Chica in southern Guerrero, drove toward Chilpancingo de los Bravo, the capital of Guerrero. He had visited some Amuzgo communities for a documentary film about indigenous cultures and traditions, entitled *La danza del tigre* (The Tiger's Dance). During his visit, he had also documented alleged human rights violations by the authorities against the staff of a local community radio station. On his way back, he was beaten to death and his filming equipment was stolen. One explanation for the murder pointed to the involvement of a local mayor who had opposed indigenous movements, including the radio station; another suggested that Gutiérrez had angered the authorities by filming members of the Agencia Federal de Investigación (AFI; Federal Investigations Agency) as they raided the radio station.

A few months later, in October 2008, historian and journalist Enrique Rodríguez was abducted in Durango city, northern Mexico, probably by members of the organized crime. Some pointed to the fact that he had prepared a report on one of the drug cartels operating in Durango, others

suggested that his press article of the 2007 wedding of Emma Amparo Coronel, a beauty queen from Canelas, Durango, with Joaquín "El Chapo" Guzmán had displeased the latter. The third victim, Samuel Malpica Uribe, was a historian and anthropologist working at the Departamento de Investigaciones Históricas del Movimiento Obrero (DIHMO; Department of Historical Research into the Workers' Movement) of the Benemérita Universidad Autónoma de Puebla (BUAP; Meritorious Autonomous University of Puebla). He had also been the university's rector in 1987–1989 and made an unsuccessful bid for Puebla's mayorship in 2007 on behalf of two left-wing political parties. He was shot in 2013 by unidentified gunmen. Investigators looked at a number of possible reasons, including Malpica's allegations about the existence of a corruption network at the university that involved a politician of the Partido Revolucionario Institucional (PRI; Institutional Revolutionary Party). A few weeks before his death, he had filed an official request with the state comptroller's office for an investigation into the alleged irregularities.

History producers killed under stable democracies

Finally, there is the case of post-Franco Spain. Indisputably, Spain was an emergent democracy between Franco's death in 1975 and the failed 1982 coup and even its accession to the European Union in 1986. It is more contentious, but not impossible, to argue that Spain was an emergent democracy until the first post-Franco generation gave way to the next around 2000, starting a process of active dealing with the dictatorial past that eventually led to the 2007 Historical Memory Law. I take the view that the status of emergent democracy gave way to that of a stable democracy somewhere in the decade following 1986. In this context, two historians were murdered because they had spoken out against Basque terrorism. In 1996, Francisco Tomás y Valiente, a socialist and anti-Franquist professor of history of law and later president of the Constitutional Court (1986–1992), was killed at the Universidad Autónoma de Madrid (Autonomous University of Madrid) by a member of the Basque separatist movement Euskadi Ta Askatasuna (ETA; Basque Homeland and Freedom) who was disguised as a student of his. A leading expert in constitutional history, Tomás y Valiente was a defender of regional autonomy but also an outspoken critic of ETA violence. His murderer was arrested in 2002.

Meanwhile, in November 2000, economic historian Ernest Lluch, a former socialist minister of health, a former Congress member and a former rector, was also shot dead by ETA terrorists after returning home from the Universitat de Barcelona (UB; University of Barcelona). He had been an anti-Franco militant, and as a member of nonviolent associations, he had tabled proposals to solve the Basque problem peacefully. To that aim, he had studied historical proposals to arrange Spain's problem of communities. The day after his murder, one million people demonstrated for dialogue and peace in the streets of Barcelona. Claiming responsibility for the murder, the ETA declared in January 2001 that Lluch's proposals for dialogue in the Basque question had been divisive. The three killers were sentenced each to 33 years in prison in 2002. In his last piece of research, partially published in the daily *El Correo* of 19 September 2000, Lluch had attempted to show that ETA's first victim was not the Francoist police officer Melitón Manzanas in 1968, as ETA asserted, but a baby with the name of María Begoña Urroz as early as 1960. This thesis was controversial as many attributed Begoña's death to the armed group Directorio Revolucionario Ibérico de Liberación (DRIL; Iberian Revolutionary Liberation Board).

Patterns

Now that the cases have been profiled, let us look at patterns. Overall, an estimated sixty-one Ibero-American history producers were killed for political reasons between 1920 and 2020. As argued early on, this number seriously underestimates a phenomenon which by its secretive nature is difficult to investigate. This data collection difficulty can be illustrated. The present research started from a database built since 1980, but during additional research for this essay, the Colombian website *Vidas silenciadas: Base de datos de víctimas silenciadas por el Estado en Colombia* (Silenced Lives: Database of victims silenced by the State in Colombia), established in 2017, was discovered. This website contains a database of people who died during the violence in Colombia, including their professional details, which enables searches with terms such as "history" and "archive". This increased the cases for Colombia from five collected before 2017 to twelve. It cannot be excluded that other such unexplored databases exist. The period covered was 1920–2020, but the earliest deaths were found in Spain in 1936, the latest one was retrieved in Colombia in

2020. This is another indication that the data collection has serious gaps as it is nearly impossible that no political deaths of history producers have occurred between 1920 and 1936. Given these limits, any patterns signaled here should be seen as documented conjecture.

The general characteristics of the sixty-one cases are quickly provided. Of all the victims, 87% were male, 13% female. An estimated 82% of the victims died at the hands of forces allied with or condoned by the state and 16% were killed by non-state forces[8]. Of all the victims, 10% had used violence themselves. Eight percent of the victims died abroad. Because 30% of the population consisted of history students, the age of the victims differed wildly. The oldest, Bishop Juan Gerardi, died at age 76, while the youngest three were history students of 21 years old. The single deadliest year was 1976 with nine deaths in Argentina (the year of the Videla coup). Many of the sixty-one Ibero-American history producers were locally known. About one third (30%) were national figures as well[9], among them several who also enjoyed a reputation abroad. Some had a continental or Ibero-American impact. Presumably none was known worldwide, although Jesús de Galíndez and Juan Gerardi came close to this after (and partly because of) their deaths.

This point of posthumous reputation is worth pausing. In general, unnatural deaths are likely to be remembered better than natural ones. In any case, the deaths of these sixty-one history producers did not necessarily mean the erasure of their names or works. In Argentina, Chile and Colombia, among others, large electronic databases of the missing were established; in Argentina, Chile, Guatemala, Peru, Brazil and Colombia, truth commissions produced voluminous reports with victim datasets. As for individual cases, Gerardi became the object of no less than five biographies and a film. Aside from Gerardi, at least Laura Carlotto, Francisco Tomás y Valiente and Ernest Lluch were also honored with a biography. Galíndez's doctoral dissertation was published in 1956 in Santiago de Chile: seven printings were issued within six weeks. An almost identical edition was published in Buenos Aires. Galíndez was awarded his doctoral degree *in absentia* in June 1956. He also became the protagonist

(8) Observe the similarity with the REMHI percentages for Guatemala.

(9) Galíndez, Marrero, Frondizi, Ortega, Gleyzer, Cedrón, Gerardi, Umaña, Betancourt, Bejarano, Gómez, Malpica, Palanco, Martínez-Osorio, Iglesia, Tomás y Valiente, Lluch, and possibly others.

of a realistic novel by Vázquez Montalbán. After the assassination of Jaime Gómez, his daughter Diana, a history student, cofounded Hijos e hijas por la memoria y contra la impunidad (Sons and Daughters for Memory and against Impunity) and became involved in human rights work. As a result, she was threatened herself by a paramilitary group and forced into exile. Some history producers became the focus of legal cases at the national level (Guerrero in Chile, Gerardi in Guatemala), abroad (Carlotto in Italy) or at the international level (Nogueira, Guarín and Gómez before the Inter-American system)[10]. We see that the memory of many killed history producers lives on in many ways.

It comes as no surprise that the dictatorships of the region had the worst scores, with 57% of the victims. It is, however, revealing that flawed democracies also saw considerable numbers of casualties (33%), especially Colombia which signed for one fifth (20%) of all cases. In emergent democracies, 7% of the cases were counted; in stable democracies, 3%. A majority (54%) was killed, most often executed extrajudicially, but a remarkable 38% disappeared, while the rest (8%) died of other causes (mainly suicide or death in the wake of prolonged ill-treatment). In none of the countries, killing as a form of censorship ever exceeded other, more moderate and classic forms of political persecution, such as unfair dismissal or censorship (De Baets 2002; Network of Concerned Historians, 1995–2020). While superficially there may be nothing more efficient to silence the message than to silence the messenger, the strategy of political murder comes at a high cost as it is logistically laborious and politically dangerous. The chilling effect of political murders and disappearances on the families and professional colleagues of the victims, however, resonated in all layers of society and instilled more fear than more "moderate" forms of censorship such as dismissal.

The multi-faceted profiles of the history producers complicated the search for clear reasons behind their deaths. The first remarkable finding, however, is that no Ibero-American history producers were killed merely because they were members of specific national, racial, ethnic or religious groups. This stands in sharp contrast to the political murders of history producers in other states, such as Nazi Germany or the Soviet Union, where this was regularly the case. In Ibero-America, most history

(10) All these legal cases can be consulted at http://www.concernedhistorians.org/content/le.html.

producers were killed either because they were political activists, human rights defenders or academics – and were perceived as such rather than as history producers. Many victims were associated with left-wing political parties, reflecting merely that all the dictatorships at issue were right-wing. At least 21% of the victims were involved in human rights work[11]. It is telling that most of them died in periods of transition. While human rights work is virtually impossible under dictatorships, in emergent democracies it is everywhere – although often carried out in precarious circumstances (one needs to think only of the exhumation of clandestine mass graves). As many as 15% of the victims were active in teacher or student unions, reflecting the powerful role played by universities in the Ibero-American context[12]. Let us now turn to the history producers who were killed mainly or partly for reasons related to their historical work proper:

Ibero-American history producers killed for historical reasons, among others (1920–2020)

Argentina
Di–1 Raymundo Gleyzer: for directing historical films.

Colombia
Fd–1 José Umaña: for defending historical legal cases, particularly the 1948 Gaitán murder and 1985 disappearances.
Fd–1 Darío Betancourt: for studying the evolution of political violence and the long-term nexus between politics and drugs dealers.

Dominican Republic
Di–1 Jesús de Galíndez: for writing a book of recent history about the Trujillo dictatorship.

Guatemala
Ed–2 Juan Gerardi: for leading the initiative of an incriminating truth commission report about 36 years of violence and atrocities.
Ed–1 Manuel García de la Cruz: for supporting exhumations of mass graves.

Mexico
Fd–1 Miguel Ángel Gutiérrez: for sustained historical-anthropological interest in and support of an indigenous people.

Spain
Di–1 Ramón Iglesia: suicide due to, among others, professional humiliation in 1940 and mental pressure from a changing world view following war (1936–1939) and exile (1939–1948) experiences.
Sd–1 Ernst Lluch: for his research into the first ETA attack.

Source: Author's database. For details, see the coded variables at http://www.concernedhistorians.org/va/ibero.pdf.

(11) Sinigaglia, Galletti, Almeida, Nogueira, Gerardi, García de la Cruz, Ortega, Umaña, Gómez, Correa, Gutiérrez, Tomás y Valiente, Lluch, and possibly others.

(12) Saldanha, Ortiz, Requena, Peña, Colindres, Berganza, Betancourt, Delgado, Gómez, and possibly others.

This overview comprises nine history producers who were killed mainly or partly for historical reasons (15% of the total). Three gradations were distinguished: individuals exclusively killed for historical reasons (none), individuals mainly killed for historical reasons (one, Gerardi) and individuals partly killed for historical reasons (eight). The grading was the result of interpretation. The Iglesia case, it may be recalled, was selected after much hesitation. Or, to cite another example, Lluch's thesis of the early origin of ETA violence is controversial and possibly wrong. This was not a reason, however, to exclude him from this overview as the thesis, valid or not, seriously damaged what was left of ETA's reputation and may well have influenced the decision to kill him.

Despite a context of brutal elimination, the nine cases unintentionally show the rich variety of the historiographical and memory landscape: historical films (Gleyzer), historical court cases (Umaña), a study of historical patterns of violence (Betancourt), a work of contemporary history (Galíndez), a truth commission report about past crimes (Gerardi), the exhumation of graves as evidence of mass atrocities (García de la Cruz), a historical interest in indigenous peoples (Gutiérrez), a life of shifting views due to personal tragedy and deep introspection (Iglesia), and, finally, the demystification of a terrorist group's origins (Lluch). Many approaches to the past are represented here, showing, if anything, that a study only looking into murders of academic or professional historians would miss the better part of the picture.

The overview of nine cases also invites some discussion about countries and persons that are missing. First, one would have expected that cases in countries such as Portugal and Peru would have been on the list. Portugal had its Ditadura Nacional (National Dictatorship) in 1926–1933 and Estado Novo (New State) in 1933–1974, and Peru also saw various authoritarian periods about which a truth commission amply reported (Comisión de la Verdad y Reconciliación, 2003). Both countries had their share of persecution of history producers and censorship of history, but apparently without any political deaths. Second, two prima facie candidates are not in the overview. In the Dominican Republic, the official historian of the country, Marrero, was killed, but for reasons unrelated to the latter's position as an official historian. In Colombia, history producer Gabriel Cruz Díaz had prepared a book about the military's activities against leftist insurgents in Córdoba at the time of his death. In the case of Betancourt, a similar research interest was historical and probably related to his death

(and therefore he figures on the list), but in the case of Cruz Díaz the data was too scarce to link the book to either history or his killing.

The major surprise of the analysis is the distribution of the nine deaths over the political regimes. Three took place during a dictatorship, three in a flawed democracy, two in an emergent democracy and one in a stable democracy. This means that six out of the nine history producers killed for specifically historical rather than broader political reasons did not occur in outright dictatorships. This is a puzzling finding that leads to speculation: is it possible that history producers risk their lives more in unstable political situations, typical for emergent and flawed democracies, than in stable situations typical for well-established dictatorships? The hypothesis would then be the following: that entrenched dictatorships, because they wield ruthless power, deter and block incriminating historical research – thus making the killing of history producers for history-related reasons relatively rare. In contrast, freer conditions in flawed and emergent democracies prompt or encourage historical research into the crimes of previous dictatorships or into past systemic violence, transforming their authors into targets of the military and their allies seeking to install or restore authoritarian rule. The hypothesis is based on only a few cases and needs further corroboration.

Is the share of 15% Ibero-American history producers killed for historical reasons high? We do not know but we can compare this finding to three recent similar studies:

Number of history producers killed for historical reasons in four studies

* In a worldwide sample of 132 political deaths of history producers (1945–2017): 30 cases or 23% (De Baets 2019b, 9–27).
* In a worldwide sample of 16 political deaths of archivists (1934–2007): 4 cases or 25% (De Baets 2019b, 28–40).
* In a worldwide sample of 18 political deaths of exiled history producers (1926–1996): 6 cases or 33% (De Baets [2021]).
* This Ibero-American sample of 61 political deaths of history producers (1936–2020): 9 cases or 15%.

A tentative conclusion from this comparison would be that less history producers were killed for reasons related to their historical work in the Ibero-American area than in the entire world. The authoritarian regimes of Ibero-America tended to target history producers relatively more for their activities in the political, journalistic, and human rights fields and relatively less for their historical work as such than regimes in other regions.

As elsewhere, however, history was a prominent feature in the Ibero-American political tapestry. At the presentation of his truth commission report, Juan Gerardi explained the stakes:

> We want to contribute to the construction of a different country. Therefore, we recover the memory of our people … [T]ogether we responsibly accept this task to break the silence that thousands of victims of the war have kept for years. Now they speak and tell their story of pain and suffering so that they feel released from the burden that for years has crushed them … [W]e cannot cover up reality, we cannot distort history, we should not silence the truth. … As long as we do not know the truth, the wounds of the past will remain open and unhealed … To open ourselves up to the truth … is not an option …, it is an undisputable imperative … for each society that claims to be human and free (Gerardi 1998; author's translation).

In these lines we can read the reasons why history and memory are so vital – and therefore so dangerous to those who decide to rule their country with violence.

Bibliography

Preliminary note: The bibliography has a general section and country sections ordering the cases of history producers first by year of death, then alphabetically. For all countries, the relevant parts of the following series were consulted: American Association for the Advancement of Science Human Rights Action Network (AAASHRAN), *Urgent Actions*; Amnesty International, *Report* (1961–present) and *Urgent Actions*; Human Rights Watch, *World Report* (1989–present); "*Index Index*" in *Index on Censorship* (1972–present); and English, Spanish and Portuguese versions of *Wikipedia*. All websites mentioned were last checked on 12 December 2020.

General

De Baets, Antoon (2002). *Censorship of Historical Thought. A World Guide, 1945–2000*. Westport CT: Greenwood.

<< – >> (2019a). "The Censorship of History and Fact-Finding in Brazil (1964–2018)", in Nina Schneider (ed.), *The Brazilian Truth Commission*

in the Latin American Context. Local, National and Global Perspectives. New York and Oxford: Berghahn, 68–85.
<< – >> (2019b). *Crimes against History*. London: Routledge.
<< – >> ([2020]). "The Dictator's Long Arm. Cross-border Persecution of Exile Historians", in Stefan Berger and Philipp Müller (eds.). *Dynamics of Emigration*. New York and Oxford: Berghahn (to appear).
Economist Intelligence Unit (2019). *Democracy Index 2018. Me Too?* London: The Economist.
Network of Concerned Historians (1995–2020). *Annual Reports*. http://www.concernedhistorians.org/content/ar.html.

Argentina

For cases marked with *, see (also):
Desaparecidos. http://www.desaparecidos.org/arg.

- Silvio Frondizi (1907–1974), historian, killed.

Alaniz, Rogelio (2011). "El asesinato de Silvio Frondizi", *El Litoral*, 5 October. https://www.ellitoral.com/index.php/diarios/2011/10/05/opinion/OPIN-02.html.
Gorman, Robert (1985). *Biographical Dictionary of Neo-Marxism*. Westport: Greenwood, 153–154.
Liss, Sheldon (1984). *Marxist Thought in Latin America*. Berkeley LA: University of California Press, 59–63.

- Rodolfo Ortega Peña (1936–1974), historian, killed.*

"Asesinato del diputado Rodolfo Ortega Peña" (1974). *Noticias*, 2 August, 13 (reprint in *El Historiador*, https://www.elhistoriador.com.ar/asesinato-del-diputado-rodolfo-ortega-pena).
Duhalde, Marcelo (2007). "Rodolfo Ortega Peña, relato de los hechos", *El País*, 2 January. https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-78493-2007-01-02.html.

- Claudio César Adur (1951–[1976]), art historian, disappeared.*

Asociación Internacional de Defensa de Artistas Víctimas de la Represión en el Mundo (1982). *Argentina. 100 Artists Disappeared*. Paris: AIDA, 28.
"Claudio Adur" (no date). *Journalists Memorial*. https://www.newseum.org/exhibits/online/journalists-memorial/#search/honoreedetails2/5b5f5e3c0d5a000723b2f22a.

- Jorge Alberto Basso (1951–1976), Brazilian history student, disappeared.

See the three general sources under Brazil.

- Raymundo Gleyzer (1941–1976), film director, disappeared.*

Alsina Thevenet, Homero (1981). "Generals, Civilians and Cinema", *Index on Censorship*, 10 no. 4, 24.

Solanas, Fernando (1981). "State Terror and Exile", *Index on Censorship*, 10 no. 4, 26.

West, Dennis (2019). "Compañero Raymundo Gleyzer ¡Eternamente Presente!" *Cineaste*, 44 no. 3, 38–43.

- Marcela Cristina Goeytes (1952–[1976]), history student, disappeared.*
- Carlos Alberto Hobert (1945–1976), history student, armed resistance, killed.*
- Alberto Agapito Ledo (1955–1976), history student, disappeared.*
- Eduardo Requena (?–[1976]), history teacher, disappeared.*
- Roberto Juan Carmelo Sinigaglia (1936–1976), history teacher, disappeared.*
- Irma Ángela Zucchi (?–[1976]), history teacher, disappeared.*
- Aníbal Eduardo Gadea (1951–[1977]), history student, disappeared.*
- Liliana Elida Galletti (1946–[1977]), history student, disappeared.*
- Antonio Domingo García (1949–[1977]), history student, killed.*

"La Justicia recuperó a la nieta de desaparecidos número 97" (2009). *Infobae*, 13 February. https://www.infobae.com/2009/02/14/431557-la-justicia-recupero-la-nieta-desaparecidos-numero-97.

- Susana Margarita Martínez Wasserman de García Roble (1949–1977), history student, killed.*
- Laura Estela Carlotto (1954–1978), history student, disappeared.*

"Ignacio Montoya Carlotto" (2014). *Abuelas Plaza de Mayo*, 5 August. https://www.abuelas.org.ar/caso/montoya-carlotto-ignacio-322?orden=c.

Corte di assise di Roma (2000). *Sentencia condenatoria del Gral (R) Carlos Guillermo Suárez Masón, Gral (R) Santiago Omar Riveros y otros por crímenes contra ciudadanos italianos en la República Argentina*. http://www.concernedhistorians.org/le/356.pdf.

Ludueña, María Eugenia (2013). *Laura. Vida y militancia de Laura Carlotto*. Buenos Aires: Planeta.

Tribunal penal de Roma (2000). *Fallo condenatorio del Gral (R) Carlos Guillermo Suárez Masón, Gral (R) Santiago Omar Riveros y otros por crímenes contra ciudadanos italianos en la República Argentina*. http://www.concernedhistorians.org/le/357.pdf.

- Jorge Cedrón (1942–1980), film director, suicide under pressure.

Cortázar, Julio and Others (1981). "Death of Jorge Cedrón. Tribute to a Leading Film-maker", *Index on Censorship*, 10 no. 4, 28–29.
Solanas, Fernando (1981). "State Terror and Exile", *Index on Censorship*, 10 no. 4, 26.

Brazil

For cases marked with *, see (also):

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (2007). *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. https://www.mdh.gov.br/biblioteca/memoria-e-verdade/direito-a-memoria-e-a-verdade-2013-comissao-especial-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos/view [Link not active anymore].
Comissâo dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado (IEVE), and Grupo Tortura Nunca Mais-RJ e PE (1995). *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia editora de Pernambuco. http://www.dhnet.org.br/dados/dossiers/dh/br/dossie64/br/dossmdp.pdf.
Comissão Nacional da Verdade (2014). *Relatório,* vol. 3: *Mortos e desaparecidos políticos*. Brasília: CNV, 2014. http://cnv.memoriasreveladas.gov.br.

- Ivan Mota Dias (1942–[1971]), history student, disappeared.*
- Antonio Benetazzo (1941–1972), history teacher, killed.*
- Afonso Henrique Martins Saldanha (1918–1974), history teacher, died after release as a result of torture in prison.*
- Vandick Reidner Pereira Coqueiro (1949–1974), history teacher, disappeared.*
- Hermógenes de Almeida Silva Filho (1954–1994), historian and poet, killed.

"Advogado da OAB sofre ameaça de morte" (1994). *Folha de S. Paulo*, 26 June. https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/6/26/brasil/40.html.
Amnesty International (1994). *Urgent Action 239/94.* 17 June.

- Francisco Gilson Nogueira de Carvalho (1964–1996), human rights lawyer, killed.

Inter-American Court of Human Rights (2006). Case of Nogueira de Carvalho et al. v. Brazil. Judgment of November 28. Preliminary Objections and Merits. http://www.concernedhistorians.org/le/562.pdf.

Chile

For cases marked with *, see (also):
Memoria viva. http://www.memoriaviva.com.
Report of the Chilean National Commission on Truth and Reconciliation (1993). Notre Dame and London: University of Notre Dame Press. https://www.usip.org/publications/1990/05/truth-commission-chile-90.

- Luis Enrique Sanguinetti Fuenzalida ([1935]–1973), history professor, suicide in detention.*

Sun Axelsson and Others (1974). *Chili. Le Dossier noir*. Paris: Gallimard, 299–300.

- Félix Santiago de la Jara Goyeneche (1950–[1974]), history student, disappeared.*
- Maria Cristina López Stewart ([1953]–[1974]), history student, disappeared.*
- Carlos Eduardo Guerrero Gutiérrez (1954–1975), history student, disappeared.*

Fallo primera instancia (2012). Santiago, 13 July. http://www.concernedhistorians.org/le/661.pdf.

- Herbit Guillermo Ríos Soto (1950–[1975]), history student, disappeared.*
- Juan Fernando Ortiz Letelier (1922–1977), history and geography professor, disappeared.*
- Marcelo Esteban Barrios Andrade (1967–1989), history student, killed.*

Colombia

For cases marked with *, see (also):
Vidas silenciadas. Base de datos de víctimas silenciadas por el Estado en Colombia. https://vidassilenciadas.org.

- Cristina del Pilar Guarín Cortés (1958–1985), Palace of Justice employee with history degree, disappeared.*

Inter-American Court of Human Rights (2012). "IACHR Takes Case Involving Colombia to Inter-American Court". Press release. 10 February. http://www.concernedhistorians.org/le/651.pdf.

- Steve Gordon (?–1992), Canadian archaeologist, killed.

Human Rights Watch (1993). *State of War. Political Violence and Counterinsurgency in Colombia*. Washington: Human Rights Watch, 127.

- Gabriel Cruz Díaz (?–1995), historian and journalist, killed.

"Without a Clue of the Responsible of the Crime, the Case of the Journalist Gabriel Cruz Díaz Prescribes Today" (2015). *FLIP* (*Fundación para la Libertad de Prensa*). 11 November. https://flip.org.co/index.php/en/public-statements/item/1843-without-clue-responsible-crime-case-journalist-gabriel-cruz-diaz-prescribes-today.

- Claudio Manuel Pérez Álvarez (?–1997), historian, killed.*
- José Eduardo Umaña Mendoza (1946–1998), lawyer, killed.*
- Jesús Antonio Bejarano Ávila (1946–1999), economic historian, killed.*

"Asesinado Jesús Antonio Bejarano" (1999). *El Espectador*. 16 September.

"Jesús Antonio Bejarano Ávila (1946-1999)" (2011). *Eumed.net. Enciclopedia virtual*. 30 November. http://www.eumed.net/cursecon/economistas/Bejarano.htm.

Jurisdicción especial para la paz, "Farc asume responsabilidad en homicidio de Álvaro Gómez Hurtado y en otros cinco casos" (Comunicado 132) (3 October 2020).

https://www.jep.gov.co/Sala-de-Prensa/Paginas/Farc-asume-responsabilidad-en-homicidio-de-%C3%81lvaro-G%C3%B3mez-Hurtado-y-en-otros-cinco-casos.aspx

Memoria Histórica FCE [Facultad de Ciencias Económicas] 60 años (2012). "Homenaje a Jesús Antonio Bejarano", *YouTube*. http://www.youtube.com/watch?v=IMkfQ3mRBYU.

- Darío Betancourt Echeverry (1952–1999), historian, killed.*

Bastidas, Sara (2008). "Homenaje a Darío Betancourt Echeverry". 1 June. http://yquepasoconlosdesaparecidos.blogspot.nl/2008/06/universidad-pedagogica-nacional.html.

Guerrero Barrón, Javier (1999). "A Darío Betancourt, el de la novísima historia". https://revistas.unal.edu.co/index.php/achsc/article/view/16843/19197.

Loaiza Cano, Gilberto (2000). "Darío Betancourt Echeverry. In Memoriam", *Historia crítica*, no. 19, January.

- Carlos Delgado Pabón (?–2001), historian, killed.*

- Plutarco Antonio Granados Sánchez (?–2004), historian, killed.*
- Jaime Enrique Gómez Velásquez (1951–2006), historian and politician, killed.*

Gómez, Diana (2011). "Colombia's Disappeared. Five Years Demanding Justice for My Father", *Democratic Underground.com*, 12–14 August. https://www.democraticunderground.com/discuss/duboard.php/photobucket.com/duboard.php?az=view_all&address=405x54904.

"Historia a Debate con Jaime Gómez" (2006). Santiago de Compostela, April–September. https://h-debate.com/con-jaime-gomez-10406.

Inter-American Commission on Human Rights (2019). *Report No. 67/19 – Petition 1372-09. Report on Admissibility. Jaime Enrique Gómez Velásquez and Family, Colombia*. 5 May. http://www.concernedhistorians.org/le/652.pdf.

- John Fredy Correa Falla ([1962]–2008), member National Movement of Victims of State Crimes, killed.*

Justice for Colombia (2008), "Paramilitary Massacre in Colombia". 9 October.

http://www.justiceforcolombia.org/news/article/444/paramilitary-massacre-in-colombia [link not active anymore].

- Campo Elías Galindo Álvarez ([1951]–2020), historian and former politician, killed.

"Asesinan en Medellín a historiador y miembro de la Colombia Humana" (2000) *El Tiempo*, 1 October.

https://www.eltiempo.com/colombia/medellin/homicidios-en-medellin-asesinan-en-medellin-a-campo-elias-galindo-540986.

"Asesinan a Campo Elías Galindo, reconocido historiador de Medellín, cercano a Gustavo Petro" (2000) *Blu Radio*, 1 October.

https://www.bluradio.com/blu360/antioquia/asesinan-a-campo-elias-galindo-reconocido-historiador-de-medellin-cercano-a-gustavo-petro.

"'Creemos que fue por su actividad política': familia de Campo Elías Galindo tras asesinato" (2020) *Blu Radio*, 1 October.

https://www.bluradio.com/blu360/antioquia/creemos-que-fue-por-su-actividad-politica-familia-de-campo-elias-galindo-tras-asesinato.

Dominican Republic

- Jesús de Galíndez Suárez (1915–1956), exiled Spanish (Basque) historian, disappeared.

"The Dictator's Long Arm" (1957). *Time*, 25 February, 42.
Galíndez Suárez, Jesús de (1973). *The Era of Trujillo, Dominican Dictator*. Ed. Russell Fitzgibbon. Tucson: University of California Press.
Malagón, Javier (1978). "Los historiadores y la historia". *El exilio español de 1939*, vol. 5. Madrid: Taurus, 315, 329, 336–337.
Malek, R. Michael (1977). "Rafael Leonidas Trujillo. A Revisionist Critique of His Rise to Power", *Revista / Review Interamericana*, 7 no. 3, 443.
Tenenbaum, Barbara (ed.) (1996). *Encyclopedia of Latin American History and Culture*, vol. 3. New York: Simon & Schuster, 6–7.
Vargas Llosa, Mario (2000). *La Fiesta del Chivo*. Madrid: Alfaguara, 111–116.
Vázquez Montalbán, Manuel (1990). *Galíndez*. Barcelona: Seix Barral.
Wise, David (1973). *The Politics of Lying. Government Deception, Secrecy and Power*. New York: Random House, 168–170, 546.
Ramón Marrero Aristy (1913–1959), official historian, killed.
- "Ramón Marrero Aristy" (2000). http://www.encaribe.org/es/article/ramon-marrero-aristy/892.

Vargas Llosa, Mario (2000). *La Fiesta del Chivo*. Madrid: Alfaguara, 36, 87–88, 295–297.

Guatemala

For cases marked with *, see (also):

Kobrak, Paul (no date). "Lista parcial de universitarios asesinados y desaparecidos en Guatemala, de 1944 a 1996". http://xa.yimg.com/kq/groups/17809804/2113741174/name/listado [link not active anymore].
<< – >> (1999). *Organizing and Repression in the University of San Carlos, Guatemala, 1944 to 1996*. Washington, DC: American Association for the Advancement of Science / Centro internacional para investigaciones en derechos humanos.

- Abilio Berganza Bocalletti (?–1977), history student, killed.*
- Ligia Martínez Urrutia (?–1981), history student, killed.*
- Luis Fernando Colindres Pérez (1954–1982), history student, disappeared.*

"Homenaje a Luis Colindres, dirigente estudiantil de los años 70s" (2008). 17 July. http://universidadmasa.blogspot.nl/2008/07/homenaje-luis-colindres-dirigente.html.

- Rolando Medina Cuellar (?–1982), history professor, disappeared.*
- Carlos Ericastilla García (?–1984), history professor and archaeologist, died after torture.*
- Manuel Estuardo Peña ([1964]–1992), history professor, killed.*

Human Rights Watch (1992). "Letter of the Committee for International Academic Freedom to President Serrano". 30 September.

Inter-American Commission on Human Rights (1993). *Fourth Report on the Situation of Human Rights in Guatemala*. Washington: IACHR.

National Academy of Sciences (Committee on Human Rights) and Institute of Medicine (Committee on Health and Human Rights) (1992). *Scientists and Human Rights in Guatemala. Report of a Delegation*. Washington, D.C.: NAS.

- Juan Gerardi Conedera (1924–1998), auxiliary archbishop, truth commission president, killed.

Amézquita, Carlos (2000). *Guatemala: de Vicente Menchú a Juan Gerardi. 20 años de lucha por los derechos humanos*. Bilbao: Universidad de Deusto, 75–93.

"Assassination of Bishop Gerardi" (no date). *Guatemala Human Rights Commission*.

https://www.ghrc-usa.org/our-work/important-cases/assassination-of-bishop-gerardi/.

Carrera, Margarita (2002). *En la mirilla del jaguar. Biografía novelada de Monseñor Gerardi*. Mexico D.F.: Fondo de Cultura Económica.

Comisión para el esclarecimiento histórico (1999). *Guatemala. Memoria del Silencio.* Guatemala: Oficina de Servicios para Proyectos de las Naciones Unidas.

Gerardi, Juan (1998). *Discurso de Monseñor Juan Gerardi con ocasión de la presentación del informe REMHI*. Guatemala: Catedral metropolitana, 24 April. https://gazeta.gt/discurso-de-monsenor-juan-gerardi-con-ocasion-de-la-presentacion-del-informe-remhi.

Gerardi, la película (2010). Moralejas Films.

Goldman, Francisco (2007). *The Art of Political Murder. Who Killed the Bishop?* New York: Grove.

Guatemala. Nunca Más (1998), *Informe Proyecto Interdiocesano de Recuperación de la Memoria Histórica*, vol. 1, *Impactos de la violencia*, Guatemala: Arzobispado de Guatemala, ODHAG.

Legal case at the first instance, parts 1–3 (2001), http://www.concernedhistorians.org/le/654.pdf; http://www.concernedhistorians.org/le/655.pdf; http://www.concernedhistorians.org/le/656.pdf.

Legal case before appeal (no date). http://www.concernedhistorians.org/le/657.pdf.
Legal case on appeal (2002). http://www.concernedhistorians.org/le/658.pdf.
Legal case on appeal (2005). http://www.concernedhistorians.org/le/659.pdf.
López, Julie (2012). *Gerardi. Muerte en el vecindario de Diós*. Guatemala: F&G Editores.
Otero Diez, Santiago (2008). *Gerardi. Memoria viva*. Antigua: La Copia Fiel. https://issuu.com/atlasdeguatemala/docs/otero_santiago_-_gerardi_memoria_viva.
Rico, Maite, de la Grange, Bertrand (2003). *¿Quién mató al obispo? Autopsia de un crimen político*. Mexico D.F.: Planeta Mexicana.
Vargas Llosa, Mario (2004). "¿Quién mató al obispo?" *El País*. 22 February. https://elpais.com/diario/2004/02/22/opinion/1077404405_850215.html.

- Manuel García de la Cruz (?–2002), human rights activist, killed after torture.

Amnesty International (2003). *Stories of Torture in the 21st Century*. AI Index: POL 30/005/2003. London: AI.
Engler, Mark, Durbin, Alexandra (2002). "Guatemala. Between Justice and Terror. Resurgent Death Squads Hamper Genocide Trials", *Third World Traveler*, November. http://www.thirdworldtraveler.com/Central_America/Guatemala_Justice_Terror.html.

Mexico

- Miguel Ángel Gutiérrez Ávila (1955–2008), historical anthropologist, killed.

International PEN Writers in Prison Committee (2009). *Half-Yearly Caselist to 31 December 2008*. London: PEN.
Lorenz (2009). "Why Was Anthropologist Miguel Ángel Gutiérrez Ávila Beaten to Death?" 1 August. https://www.antropologi.info/blog/anthropology/2009/anthropologist-beaten-to-death.
PEN (2009). *Rapid Action Network 42/08, Update 1*. 29 July.

- Enrique Rodríguez Solano (?–2008), historian and journalist disappeared.

"Cronista de Canelas, ocho días desaparecido" (2008). *El siglo de Durango*. 18 October.

Moncada, Carlos (2012). *Oficio de muerte. Periodistas asesinados en el país de la impunidad*. Barcelona: Grijalbo.

- Samuel Óscar Malpica Uribe ([1955]–2013), anthropologist and historian, killed.

"La Benemérita Universidad Autónoma de Puebla lamenta la muerte del ex Rector Samuel Malpica Uribe" (2013). 3 July. http://cmas.siu.buap.mx/portal_pprd/wb/comunic/la_benemerita_universidad_autonoma_de_puebla_lamen.

EFE (2013). "Former University President Murdered in Mexico", *El Economista*, 3 July. https://www.eleconomistaamerica.com.ar/educacion-eAm/noticias/4965154/07/13/Former-university-president-murdered-in-Mexico.html.

Fonseca, Jorge (2019). "Memorias del crimen. El asesinato de Samuel Malpica, exrector BUAP", *El Popular*, 29 September. https://www.elpopular.mx/2019/09/29/seguridad/memorias-del-crimen-el-asesinato-de-oscar-malpica-exrector-buap.

Peru

Comisión de la Verdad y Reconciliación (2003), *Informe Final*. http://www.cverdad.org.pe/ifinal/index.php.

Spain

For cases marked with *, see (also):

Pasamar, Gonzalo, Peiró, Ignacio (2002). *Diccionario Akal de historiadores españoles contemporáneos (1840–1980)*. Madrid: Akal.

- Zacarías García Villada (1879–1936), historian, executed by Republican troops.*
- José Palanco y Romero (1887–1936), historian, executed by pro-Franco troops.*
- Román Riaza Martínez-Osorio (1899–1936), historian of law, executed by Republican troops.*

Díaz Sampedro, Braulio (2013). "Román Riaza Martínez-Osorio", *Diccionario de catedráticos españoles de derecho (1847–1943)*. http://portal.uc3m.es/portal/page/portal/instituto_figuerola/programas/phu/diccionariodecatedraticos/lcatedraticos/riazamartinezosorio_r [link unstable].

- Ramón Iglesia y Parga (1905–1948), exile Spanish historian, suicide under exile-related pressure in the United States.

Bernabéu Albert, Salvador (2005). "La pasión de Ramón Iglesia Parga (1905–1948)", *Revista de Indias*, 65 (235), 755–772. http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/389.

Matute, Álvaro (2000). "Ramón Iglesia. Del historiador como héroe trágico", *Revista de la Universidad de México*, nos. 501–502. https://www.revistadelauniversidad.mx/articles/2d7d15c4-71ef-4e3c-91f3-32d645da31ca/ramon-iglesia-del-historiador-como-heroe-tragico.

Ortega y Medina, Juan Antonio (1982). "Historia". *El exilio español en México, 1939–1982*. Mexico: Fondo de cultura económica, 242–249.

Thomas, Jack Ray (1984). *Biographical Dictionary of Latin American Historians and Historiography*. Westport, CT: Greenwood Press.

- Francisco Tomás y Valiente (1932–1996), historian of law, killed.*

Clavero, Bartolomé (1996). *Tomás y Valiente. Una biografía intelectual*. Milan: Giuffrè Editore.

Lorente Sariñena, Marta (no date). "Francisco Tomás y Valiente". *Real Academia de la Historia (DB-e)*. http://dbe.rah.es/biografias/8764/francisco-tomas-y-valiente.

<< – >> (1996). "Historia como compromiso. F. Tomás y Valiente y el oficio de historiador", *Jueces para la democracia. Información y debate*, no. 25, 3–8. https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/174656.pdf.

- Ernst Lluch (1937–2000), economic historian, politician, killed.

Argemí, Lluís (2001). "Obituary. Ernest Lluch (1937–2000)", *The European Journal of the History of Economic Thought*, Summer.

Esculies Serrat, Joan (2019). *Ernest Lluch. Biografía de un intelectual agitador*. Barcelona: RBA Libros.

Lluch, Ernest (2000). "El problema de mi querida tierra vasca", *El Mundo*, 22 November. Reprint from original in *El Correo*, 19 September 2000. https://www.elmundo.es/elmundo/2000/11/22/espana/974866092.html.

Pablo, Santiago de (2010). "¿La primera víctima de ETA?", *El Correo*, 19 June. https://www.elcorreo.com/vizcaya/v/20100619/opinion/primera-victima-20100619.html?ref=https:%2F%2Fwww.google.com%2F.

Ríos, Pere (2000). "Los terroristas que asesinaron a Ernest Lluch hicieron estallar el coche que utilizaron para huir", *El País*, 22 November. https://elpais.com/diario/2000/11/22/espana/974847608_850215.html.

Yoldi, José (2002). "El fiscal mantiene que ETA mató a Lluch porque era 'un hombre de paz'", *El País*, 5 July. https://elpais.com/diario/2002/07/05/espana/1025820006_850215.html.

(Página deixada propositadamente em branco)

Revista de História das Ideias
Vol. 39. 2ª Série (2021)
49-73

WRITING HISTORY UNDER THE «DICTATORSHIP OF THE PROLETARIAT»: YUGOSLAV HISTORIOGRAPHY 1945–1991

Michael Antolović
University of Novi Sad, Faculty of Education in Sombor
antolovic.michael@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-1344-9133

Texto recebido em / Text submitted on: 17/09/2020
Texto aprovado em / Text approved on: 04/03/2021

Abstract:

This paper analyzes the development of the historiography in the former socialist Yugoslavia (1945–1991). Starting with the revolutionary changes after the Second World War and the establishment of the «dictatorship of the proletariat», the paper considers the ideological surveillance imposed on historiography entailing its reconceptualization on the Marxist grounds. Despite the existence of common Yugoslav institutions, Yugoslav historiography was constituted by six historiographies focusing their research programs on the history of their own nation, i.e. the republic. Therefore, many joint historiographical projects were either left unfinished or courted controversies between historians over a number of phenomena from the Yugoslav history. Yugoslav historiography emancipated from Marxist dogmatism, and modernized itself following various forms of social history due to a gradual weakening of ideological surveillance from the 1960s onwards. However, the modernization of Yugoslav historiography was carried out only partially because of the growing social and political crises which eventually led to the dissolution of Yugoslavia.

Keywords:

Socialist Yugoslavia; Marxism; historiography; historical theory; ideology.

https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_2

Yugoslav historiography denotes the historiography developing in the Kingdom of Serbs, Croats, and Slovenes/Yugoslavia in the interwar period, as well as in socialist Yugoslavia from the end of the Second World War until the country's disintegration at the beginning of the 1990s. The existence of uniform Yugoslav historiography was questioned by some authors, arguing that it had actually never existed as a single entity (Repe 1999). From this perspective, Yugoslav historiography was only the common denominator for several national historiographies which, following their own dynamics, developed more or less independently from each other within Yugoslavia (Najbar-Agičić 2013a: 248–249; Janković 2016). In spite of the different views on the character of Yugoslav historiography, it is possible to speak about some unique Yugoslav historiography considering not only the common state in which it developed, but also the existence of common historiographical institutions (professional associations, projects, and periodicals) as well as the prevailing theoretical and methodological paradigm shared by most of the Yugoslav historians. Following this assumption, this paper will analyze the ideological conditions in which historiography developed, as well as its organizational structure, conceptual framework, and modernization efforts in the socialist Yugoslavia (1945–1991).

The development of Yugoslav historiography between the world wars was marked by the attempts to bring three national historiographies closer – Serbian, Croatian, and Slovenian which established themselves as academic disciplines at the turn of the 20th century. Simultaneously with the introduction of King Alexander's dictatorship in 1929, the ideology of the so-called «integral Yugoslavism» was proclaimed (Djokic 2003: 136–156). As an immediate expression of this conception which tended to forge the various South Slavic peoples into one united Yugoslav nation, the Yugoslav Historical Society was established. It launched *The Yugoslav Historical Review* [*Jugoslovenski istorijski časopis*] in 1935. This leading forum of Yugoslav historiography was edited by some of the most renowned historians from Belgrade, Zagreb, and Ljubljana, which were the only three university centers in the Kingdom of Yugoslavia (Dimić 1997). As enthusiastic proponents of Yugoslavism, these historians emphasized the elements of South Slavic unity in their historical narratives (Djokic 2003; Ćorović 1933; Najbar-Agičić 2013b: 8). After the Second World War, Yugoslav historiography continued to develop in entirely different social, political, and ideological conditions.

The winners in the war, which was characterized by bloody civil-, interethnic-, and confessional conflicts, were the Yugoslav communists and their resistance movement. Organizing the struggle against the occupiers, the Yugoslav communists also carried out the socialist revolution. Due to their victory in the war, the communist resistance movement sanctioned the results of the revolution and reestablished Yugoslavia as a federation of six republics. Following the example of the «first land of socialism», during the immediate postwar years (1945–1948), the Communist Party of Yugoslavia implemented a social, economic, and political system almost entirely according to the model of the USSR. Trying to make a radical break with the bourgeois legacy, the new authorities began the fundamental transformation of all aspects of the culture («superstructure») and Yugoslav historiography was forced to adapt to the new social and political reality characterized by the «dictatorship of the proletariat» (Lampe 1996: 226–240).

In the process of «Sovietization», Yugoslav historiography was put under severe ideological control and reconceptualized on the grounds of Marxism-Leninism. The relationship of the communist authorities towards historiography was most concisely expressed by Milovan Đilas, the leading party ideologist of the time. Regarding the global «struggle of socialism against capitalism», he emphasized the importance of refuting the «bourgeois way of thinking» and constituting the historical discipline on the grounds of «dialectical materialism». In the programme document *On the national history as the educational subject* [*O nacionalnoj istoriji kao vaspitnom predmetu*], Đilas argued that in spite of the fact that «we are not able to annihilate the bourgeois scholarship», it was necessary to help the ideology of the working class in the scholarly work (Đilas 1949). Therefore, the ideological surveillance of historiography aimed to functionalize historical studies, especially the teaching of history for the sake of the building of socialism and the creation of a new, socialist kind of men (Koren 2012; Koljanin 2014). In order to fight the «bourgeois conception of history», historiography had to accept dogmatic Marxism as an obligatory ideological framework. At the same time, historiography was expected to give legitimacy to the revolutionary transformation and to the newly established communist order (Nikolić 2003: 28–29). Acting in the one-party system («dictatorship of the proletariat») and under the strict control of the authorities («revolutionary subject»), historiography was forced to accept stereotypes from the communist political jargon as

its conceptual apparatus (Stanković, Dimić 1996; Najbar-Agičić 2013a). In this sense, as early as in the first issue of the *Historical collection* [*Historijski zbornik*], a newly launched journal of the Historical Society of Croatia, the editorial board, referring to the words of comrade Stalin, pointed out that the «genuine scholarship» should do research on the «history of the working masses, history of the people». While the «bourgeois historiography» and its «false objectivism» was sharply criticized, the importance of the «class- and party orientation» of the historiography which should judge the past from the standpoint of «progressivity» was emphasized, as well as its ability to research recent history «in which the present time has its direct roots» (Šidak et alii 1948; Vucinich 1951).

In the processes of «liquidation of the bourgeois scholarship» some of the most renowned historians – as «class enemies» accused of wartime collaboration – were removed from their positions at the university. The sanctions ranged from a loss of employment and expulsion from the academia to civil death and imprisonment. Although these measures were introduced in all three university centers (Najbar-Agičić 2011), it seems that they were the most severe in Belgrade where some prominent Serbian historians were expelled from Belgrade university (Dušan J. Popović, Nikola Radojčić, Jeremija Mitrović) while others were sentenced to civil death (Veselin Čajkanović) and imprisonment (Dragoslav Stranjaković). Slobodan Jovanović, a jurist, sociologist, and historian, and one of the most influential Serbian intellectuals, was sentenced in absentia to civil death and imprisonment too due to his political activity during the Second World War as prime minister of the Yugoslav government in exile (Đorđević 2001: 19; Savić 2005; Milićević 2009: 342–344, Bondžić 2004: 85; Krestić 2019; Đorđević 1973). However, after the purge during the «revolutionary terror», most of the old Professors retained their professional positions. This was enabled by the lack of university professors as well as by the protection of Vaso Čubrilović (1897–1990), an historian who held a high position in the communist régime (Đorđević 2001: 19). This former member of the Young Bosnia who was also a participant in the Sarajevo Assassination, protected some of the most prominent «bourgeois historians» (including the famous Byzantologist George Ostrogorsky). He decisively influenced the politics of history in the community of Yugoslav (and especially Serbian) historians in the ensuing decades (Antonić 2000). Since the revolutionary authorities did not manage to provide ideologically approved staff, members of the

bourgeoisie retained their social positions at the university primarily due to their cultural capital. However, they followed various strategies of cooperation and adaptation to the new social and political reality marked by «dictatorship of the proletariat» (Milićević 2009: 508–543; Bondžić 2004: 80–85). Therefore, in spite of the intentions of the authorities to remove the «reactionary elements» from the academia, the majority of the teaching staff at Yugoslav universities were professors who, by their social habitus and ideological views, were considered to be «bourgeois historians» (Jevtić 1992: 73; Stanković, Dimić 1996: 201). Born at the turn of the 20th century, most of them pursued their higher education in the Kingdom of SCS/Yugoslavia and they belonged to the second generation of the «scientific», i.e. «critical historiography», which reached the top of its creativity after the Second World War. The professors of the «old school» were Milko Kos (1892–1972) and Fran Zwitter (1905–1988) in Ljubljana, Jaroslav Šidak (1903–1986) and Ferdo Čulinović (1897–1971) in Zagreb, as well as Vaso Čubrilović (1897–1990), George Ostrogorsky (1902–1976), Viktor Novak (1889–1977), and Jorjo Tadić (1899–1969) in Belgrade. They did not have «much respect for the ruling ideology, at least regarding the teaching» and the studies of history were not overloaded with Marxist ideology. This fact caught the attention of the Communist Party which warned that «today there were not any Marxists at all among the professorate» (Jevtić 1992: 101; Stanković, Dimić 1996: 210; Najbar-Agičić 2013a: 225). Working in the circumstances marked by the severe ideologization of historical scholarship, the leading Serbian, Croat, and Slovenian historians accepted a kind of intellectual escapism as a strategy of adaptation to the communist régime. Therefore, trying to integrate themselves into the new society, the «old fashioned» historians superficially accepted the Marxist conception of history and its most characteristic ideas such as the base and superstructure, modes of production, socio-economic formations and class struggle. However, at the same time, they redirected their own research mostly to Medieval and Modern History trying to escape the direct surveillance of the authorities which – upon finding its founding myth in the war and revolution – were primarily interested in contemporary history (Banac 1992: 1086; Marković 2004: 47; Brunnbauer 2011).

In that way, in spite of the necessary compromises, the core of the historical profession was preserved and Yugoslav historiography continued to develop on the foundations laid in the interwar years.

Following the escapist strategy, Yugoslav historians tried to avoid the suspicion of the authorities as well as the penetration of dogmatic Marxism in historical studies. However, this practice did not only leave the research of contemporary history to the younger generation of party historians with strong ideological biases, but also had important conceptual consequences. In the first place, it determined the conservation of the traditional historiography mostly focused on establishing individual historical facts in the field of politics and diplomatic relations. This means that prescribing «dialectic materialism» as an obligatory interpretative model for all the social sciences and humanities did not encourage Yugoslav historians to make themselves familiar with the possibilities provided by Marxist social theory. In addition to the historian's traditional reluctance to theoretical considerations (Burke 1993), the other reason for such practice was the perception of Marxism as an ideology imposed by the Communist Party (Marković 2004). This fact was emphasized in the late 1950s in the study devoted to the «contemporary problems of historical studies» written by legal historian Miroslav Đorđević, who held a high position in the party hierarchy (Đorđević 1959). Starting with the role of historical studies in the «socialist development», he considered the lack of research done on contemporary history was a direct result of the unreadiness of the «bourgeois historians» to accept the revolutionary changes. Đorđević explicitly advocated the ideologization of historical studies, arguing that modern history could be interpreted exclusively by the proletariat as «a class aroused from the insides of the capitalist society, a class that overthrew it according to the laws of the revolutionary development, the only class could explain the essence of the bourgeois society and the real causes of its collapse» (Đorđević 1959: 6–8, 18–19). In spite of the fact that this «theoretical» paper did not influence main stream Yugoslav historiography, it is important as an expression of the official views of the «revolutionary subject» on historical studies, and therefore, as a picturesque testimony of the intellectual conditions in which Yugoslav historiography developed (Stanković, Dimić 1996: 251–252).

Bearing in mind these facts, during the entire socialist Yugoslavia period, the conceptual framework of Yugoslav historiography was dominated by the «methodological triangle» consisting, according to Đorđe Stanković, of traditional political history, dogmatic Marxist history, and the so-called «Marxist positivism» as a kind of middle

ground between the extremes (Stanković 1988: 99–104). Originated in Ranke's seminar, the first model became the dominant model, which was then followed by all European national historiographies during the 19th century. Established on the principles of German historism (Historismus)[1] which considered the state – conceived as a special «historical individuality» – to be the central category of history, the traditional political history dealt with the reconstruction of individual and unique events from political and diplomatic history, as well as the role of the «great individuals». This model was followed by South Slavic historiographies at the turn of the 20th century. Yet, as was the case in many other historiographies, the reception of the historicism was one-sided and its philosophical dimensions about the subject and logic of history, modes of historical inquiry, and distinctiveness of historical knowledge were missing (Iggers 1962). Therefore, it was believed that historical scholarship accomplishes its goals and approves its academic status through detailed source criticism and the reconstruction of unique events from political history. Along with the «terror of factualism», a concept of the *histoire événementielle* with its focus on politics, resulted in the neglect of the social-, economical-, and cultural dimensions of the past: it was neither equipped with appropriate methods of inquiry, nor did it consider these dimensions to be a legitimate subject of research. Contrary to the history of events that had a relatively long tradition, dogmatic Marxist historiography appeared in Yugoslavia after the Second World War as a result of the intentions of the «revolutionary subject» to eliminate the «bourgeois historiography». Primarily interested in the history of the labor movement and the Communist Party of Yugoslavia, it used the simplified Marxist schemes considering class struggle as the only contents of history. Interpreting history through the abstract sociological category (exploitation, proletariat, bourgeois, peasantry) and with a strong value judgment (progressive *versus* reactionary), dogmatic Marxist historiography presented a very reduced and extremely depersonalized view of history. Except for «great historical heroes» (regularly revolutionary leaders), there were no «creative individuals» on whom Marxist theory persistently insisted. The bastions of this kind of historiography were institutes for the «history of the Labor

(1) About the difference between «historism» and «historicism» see Berger, Conrad 2015: 22.

movement» established in all the republics (Najbar Agičić 2013a: 402–408; Stanković, Dimić 1996: 256–280). Finally, the «middle way» was the so-called «Marxist positivism»: it appeared as a result of the adaptation of the historians (educated on the principles of the positivist history) to the demands of the official ideology. Understanding political history as the principal subject of historical studies, adherents of this direction accepted some of the Marxist concepts (as the «base and superstructure» and class struggle) but, in fact, continued to follow the traditional model of political historiography. However, all three directions in Yugoslav historiography shared the methodological conservatism characterized by the reconstruction of unique and individual events, accumulation of facts, as well as the lack of-theoretical generalizations which could enable the interpretation of political phenomena in the broader social-, economic- and cultural context (Stanković 1988; Janković 2016).

During the first postwar years, new academic institutions were established as an integral part of the program of the socialist modernization which paid special attention to the advancement of science and higher education. They were the basis of the historiographical infrastructure during the entire period of socialist Yugoslavia. Historical institutes (as special research units) were established in each of the six republics, as well as the professional historical associations (Slovenia in 1945; Croatia, Serbia, Montenegro in 1947; Bosnia and Hercegovina in 1948; Macedonia in 1953) and new historical journals were launched – Montenegrin *Zapisi* (1947), Serbian *Istorijski glasnik*, Croatian *Historijski zbornik*, Slovenian *Zgodovinski časopis* (1948) and *Godišnjak Istorijskog društva Bosne i Hercegovine* (1949) in Bosnia and Herzegovina. Coinciding with the constitutional changes in the Yugoslav federation at the beginning of the 1970s, new centers of historical scholarship were also founded in two autonomous provinces within the Socialist Republic of Serbia – Vojvodina and Kosovo. Generally, this policy of the Yugoslav authorities enabled the development of historical studies in an unprecedented measure – in «undeveloped» republics and provinces like Bosnia and Herzegovina, Montenegro, Macedonia and Kosovo which resulted in the first appearance of modern academic historiography ever. Therefore the development of Yugoslav historiographies followed different dynamics – while Slovenian, Croatian and Serbian historiographies continued to develop on the basis of their earlier traditions, the new historiographies faced various problems such as a lack of professional staff, material difficulties, and political

pressures. Political pressures ensued because they had a prominent role in the affirmation of the newly proclaimed nations (which was the case in Montenegro and Macedonia) and in legitimizing the constitutional position of Bosnia and Herzegovina and the autonomous provinces (Vojvodina and Kosovo) in the Republic of Serbia, respectively (Promitzer 2004; Brunnbauer 2004; Rastoder 2004). In this sense, a characteristic testimony was given by the Society of Historians in Vojvodina (founded in 1972): besides the promotion of historical studies, the teaching of history, and popularization of historical knowledge in Vojvodina, its main goal was «contributing to the development and cultivation of the brotherhood and unity and equality of all nations and nationalities in the Socialist Federal Republic of Yugoslavia, especially in the Socialist Autonomous Province of Vojvodina. This was accomplished through the Marxist approach to history and the materialistic interpretation of its phenomena from the standpoint of the interethnic policy of the League of the Communists of Yugoslavia … as well as contributing to the development of socialist society according to the principles of self-management» (Društvo istoričara Vojvodine 1974).

However, along with the republics' institutions, there were also the common Yugoslav historiographical institutions. Developing in the 1950s and 1960s, they presented the core of Yugoslav historiography which, at that time, was more than a mere sum of the republics' historiographies. In the first place, it was the Association of historical societies of Yugoslavia [Savez istorijskih društava Jugoslavije] founded in 1954 that gathered the republics' historical associations, organized congresses of Yugoslav historians (there were nine congresses in total between 1954 and 1988), and from 1962 started publishing *The Yugoslav Historical Review* (Agičić 2015: 21–37). In addition to the three volumes of the bibliography of Yugoslav historiography for the period 1945–1975[(2)]and the cooperation on the *Encyclopedia of Yugoslavia* (published in 8 volumes between 1955 and 1971), the *History of the Yugoslav Peoples* [*Istorija naroda Jugoslavije*] was certainly the most important collective enterprise of the Yugoslav historians after the Second World War. Launched directly by the highest

(2) See *Dix années d'historiographie yougoslave: 1945-1955.* Belgrade: „Jugoslavija" (1955); *Historiographie Yougoslave: 1955-1965.* Belgrade: Savez istorijskih društava Jugoslavije (1965); *The historiography of Yugoslavia: 1965-1975.* Belgrade: The Association of Yugoslav historical societies (1975).

officials of the Communist Party of Yugoslavia, this project had a strong ideological and political motivation. It was trying to interpret the «most important problems in the history of the Yugoslav peoples» from the standpoint of «historical materialism» that Milovan Đilas considered the «only correct scientific method» (Najbar-Agičić 2013a: 306). In his directions for writing the national history, Đilas demanded that historians apply the principles of Marxism-Leninism «concretely» to the history of South Slavs in order to avoid the abstract and simplified Marxist schemes which do not correspond to the historical reality. He also asked the historians to determine not only the «progressive» but also the «reactionary» social forces, in order to not limit their work in the «narrow national frameworks» nor lose connection with the «national reality». Criticizing the presence of the Yugoslav national unitarism in historiography as the expression of the «bourgeois ideology», Đilas supported the equal treatment of all Yugoslav nations. Finally, besides the didactical goals (providing textbooks for university teaching), *The History of the Yugoslav Peoples* also had an ideological purpose. Considering the task of the historians which was «to support the struggle of the Party for the correct illumination of the peoples' past and the struggle of the Party for a new life», Đilas saw in the planned textbook the «necessary need of the Party's ideological struggle against the overthrown reactionary classes and all sorts of their hangers -on» (Najbar-Agičić 2013a: 213). Đilas's directives served as the basis for the work on the *History of the Yugoslav Peoples* in which historians from all Yugoslav academic centers took part, under the supervision of the ideological commission of the Communist Party of Yugoslavia. However, the realization of the entire project did not proceed as expected, primarily because the authors (ordinarily not familiar with Marxism) were not able to ground their interpretation in Marxist theory. Another important problem was the integration of the history of South Slavic peoples into a unique historical narrative (Najbar-Agičić 2013b). Finally, after numerous arrangements mediated by the ideological commission,two volumes were published – the first one covered the Middle Ages (1953) and the second was devoted to Early Modern History (1960). Following the «Marxist-Leninist» periodization and identifying the historical epochs with the «socio-economic formations» (pre-feudal, feudal and capitalist age), the interpretation included a number of factors from economic and social history. However, despite the fact that this historical synthesis was grounded in the «materialist view

of history», its focus was still on political history. Yet, the most important shortcoming of this synthesis was its conception which projected the structure of the Yugoslav federation in the dim and distant past (this was especially the case in the second volume). Although entirely ahistorical, this conception was the result of the ruling ideology and the political «agreements» about the desirable view of history. Finally, this was the reason for the interruptions to the work of the third volume devoted to the «long nineteenth century». Since the historians (and particularly the ideological commission of the Party) did not manage to agree about the interpretation of the origins of South Slavic nations, the project was never finished (Grothausen 1962; Nikolić 2003: 410–414).

A special form of historical writing, the so-called «party historiography», which developed entirely on the model of Soviet historical scholarship, had an especially important place in Yugoslav historiography. The basis of the infrastructure of the «party historiography» was composed of several specialized research units. In the first place, the Institute for Military History had already been founded in 1949 in Belgrade. Its activities were primarily directed toward the collecting and publishing of historical sources from the period of the Second World War with the aim to demonstrate the leading role of the Yugoslav Communist Party in the People's Liberation Movement and the revolution. Despite this obvious ideological aim, the Institute managed to publish a worthy *Collection of documents and data about Liberation Movement of the Yugoslav Peoples* [Zbornik dokumenata i podataka o Narodnooslobodilačkom ratu naroda Jugoslavije] encompassing nearly 200 volumes (Branković 1997). At the same time, the authorities did not leave the study of the history of the Communist Party of Yugoslavia (The League of Communists of Yugoslavia from 1952) to the «bourgeois historians». Therefore, they established the multidisciplinary Institute of Social Sciences in Belgrade in 1949. According to the party ideologist, it was meant to be a kind of «red university», i.e. «combating center» of the Communist Party accessible only to Marxist historians whose starting point in their research was the official party line (Stanković, Dimić 1996: 263–264). At the beginning of the 1960s, the central institution of the «party historiography» was founded in Belgrade: the Institute for the Research of the Labor Movement and then similar institutes in all the republics and provinces of Yugoslavia (Stanković, Dimić 1996: 279–280, Najbar-Agičić 2013a). What all these newly founded institutes shared in common was that they employed only ideologically

approved researchers and that the focus of their activities was on the publishing of the collection of documents as well as monographs about the history of the labor movement, the history of the Communist Party, People's liberation movement and socialist revolution. Above all, the greatest importance was attached to the writing of the history of the Communist Party of Yugoslavia and to the publishing of the collected works of its most prominent functionaries. Therefore, the short *Review of the History of the League of Communists of Yugoslavia* was published already in 1963, while the comprehensive History of the League of Communists of Yugoslavia appeared only in 1986. The delay was caused primarily by the general political conditions which influenced decisively this collective project of Yugoslav party historians. In particular, the work on both projects was accompanied by numerous national, political and ideological disputes while the authors, following the political directives, were not guided by the scholarly reasons but by the principle of political symmetry. Hence, they ascribed an equal role to the Communist Party in all Yugoslav republics and provinces. As a result – «finding» the key role of the Party conceived as a «leader of the proletariat» where its impact was almost totally insignificant or even did not exist – *History of the League of Communists of Yugoslavia* was an expression of the so-called «consensual historiography». Furthermore, ascribing the most decisive historical role to the «working masses», it was entirely depersonalized: the only persons appearing in the History were the foremost party functionaries, especially Josip Broz Tito (Repe 1999: 315; Nikolić 2003: 123–130). Therefore, the publishing of his collected works was the other central project of Yugoslav «party historiography» although it was never finished due to the collapse of Yugoslavia. The fact that 30 volumes, with the exception of the original edition in Serbo-Croatian, were simultaneously translated and published in Slovenian and Macedonian as well as in Albanian and Hungarian, the languages of the two greatest Yugoslav «nationalities», testifies as to the importance attached to this project (Milenković 1997; Nikolić 2003: 319–322).

The new constitution of 1974, which implemented the (con) federative structure of Yugoslavia and ratified the statehood of the republics, strengthened the processes of political disintegration. In the field of historical studies, this meant the confirmation of eight separate historiographies organized within six republics and two autonomous provinces – Vojvodina and Kosovo (Repe 1999: 320). Although there

were some fragile institutions of Yugoslav historiography, its mainstream was marked by the enclosure within the republic, i.e. the borders and the fading of the common Yugoslav view on history (Petranović 2010: 57–59). While the work on *The History of the Yugoslav peoples* was practically suspended, the voluminous histories of Slovenia, Montenegro, and Macedonia were published during the 1960s and 1970s and the extensive *The History of the Serbian people* appeared in the early 1980s. On the one hand, all these histories were undoubtedly led by epistemological interests but, on the other hand, they all had, more or less, a political function – giving historical legitimacy to the republics and/or nations considered the constitutive elements of the Yugoslav federation; they were also the tool of national affirmation and national integration (Cf. Berger, Conrad 2015: 290–291). Therefore, the disputes which arose regarding the publication of these histories were not motivated by scholarly- but ideological reasons as was the case, for instance, with the thesis about the «Serbian occupation of Macedonia» in the Balkan Wars or the origins of the «Montenegrin nation» and the unification of Serbia and Montenegro (Nikolić 2003). Numerous polemics between Yugoslav historians were reflected in the interethnic relations within the Yugoslav federation (Gross 1986). This became evident, among other things, in the discussions led on the occasion of the 50th anniversary of the creation of the first Yugoslavia, then in the national policy of the Communist Party of Yugoslavia and its struggle against the «Greater-Serbian Hegemony» as well as the responsibility for the collapse of the Kingdom of Yugoslavia in the short April War of 1941 (Banac 1992, Nikolić 2003). The ideological character of the polemics in Yugoslav historiography came to the fore after the publishing of *The History of Yugoslavia* (1972) written by four Serbian historians – Ivan Božić, Sima Ćirković, Milorad Ekmečić, and Vladimir Dedijer (Božić et alii 1972). The book was the unique effort in Yugoslav historiography representing the history of South Slavic peoples from the early Middle Ages until the Second World War from the standpoint of comparative history. Published simultaneously in Serbo-Croatian and English, it received good reviews in Balkanologist circles as «the best comprehensive history of the peoples of Yugoslavia available» (Stokes 1978: 210). However, the bitter disputes which the book provoked among Yugoslav (Serbian and Croatian in the first place) historians demonstrated the power of ideology in the historical culture of Yugoslav society as well as the deep divisions within Yugoslav historiography, which indirectly

reflected the lines of political and national conflicts (Nikolić 2003: 46–67; Marković 2001; Banac 1992: 1090–1092; Repe 1999: 320).

In those circumstances, the modernization of Yugoslav historiography and its search for new ways of historical knowledge took place from the middle of the 1960s. The youngest generation of Yugoslav historians started raising theoretical and methodological issues of historical studies, as well as accepting the approaches of social and economic history. Branislav Đurđev, a specialist in Ottoman history and self-proclaimed expert on Marxist theory, was preoccupied with the philosophy of history. Despite his critique of dogmatic Marxism, he supported a kind of Marxist historiosophy entirely closed to the most important directions in the 20th century's historical thought including those inspired by Western Marxism (Đurđev 1980; Gross 2001: 13; Luthar 2004: 334). Therefore, a new generation of historians that matured during the 1960s had a key role in the revival of an interest in the theory and methodology of historical studies as a necessary prerequisite for its all-encompassing modernization. Their modernization efforts coincided with similar endeavors in some of the socialist countries in Eastern Europe. Leaving the traditionalist paradigm of historical studies, all these efforts tried to accept new theoretical approaches while maintaining the Marxist view of history (Luthar 2004: 335; Górny 2011: 254–259; Iggers, 1991). The liberalization of the political order in Yugoslavia from the beginning of the 1960s enabled the emergence of a special Yugoslav form of Marxist philosophy advocated by a group of younger thinkers gathered around the *Praxis* journal. Finding their inspiration in Marx's early writings, *praxis*-philosophers emphasized the humanistic motives in his thought and an authentic type of Marxism. With its critique of dogmatic Marxism, Praxis philosophy enabled the critical reception of Marxism in the Yugoslav society from the end of the 1960s. Loosening these dogmatic restraints paved the way for the inclusion of Yugoslav historiography in the international community of historians, as well as the gradual questioning of its own theoretical conception, a process which was partially induced by the example given by Praxis philosophy. The discussion «about the problems of Yugoslav historical studies» organized by the ideological commission of the Communist Party in 1964 is a testimony of this growing interest for theoretical issues (Nikolić 2003: 26–29). In the following year, *The Yugoslav Historical Review* published an analytical article by Slovenian historian Bogo Grafenauer devoted

to «the problems of methodology of historical studies» (Grafenauer 1965). Journal's editor Jovan Marjanović, an historian holding a high position in the Party's apparatus and the founder of the Department for the History of Yugoslavia at the Faculty of Philosophy in Belgrade, pointed out the importance of the conceptual improvement of historical studies. Considering the traditional methodology of historical research to be inappropriate for the study of contemporary history, Marjanović supported the broadening of the research subject, interdisciplinarity, and making a new type of historian who would be familiar with the theory and methodology and have a deep knowledge of other social sciences. At the same time, according to him, the lack of historical synthesis was a direct consequence of the insufficient theoretical knowledge of Yugoslav historians, as well as their prevailing focus on the so-called «small research topics» (Marjanović 1965).

Following these ideas, the modernizing efforts within Yugoslav historiography continued throughout the 1970s. A few outstanding historians with brilliant erudition at the universities across Yugoslavia had a key role in that reconceptualization of historical studies (Stanković 1988: 105). Bogo Grafenauer, a Professor of Medieval- and Early Modern History in Ljubljana, was not only the author of the first companion to the historical theory, but also one of the first supporters of *Annales school* of social history in Yugoslavia (Grafenauer 1960; Rajšp 1996). A similar understanding of history was followed by some of the most prominent Slovenian historians of that time such as Ferdo Gestrin, Vasilij Melik and Peter Vodopivec. A group of younger scholars, gathered around Vodopivec from the end of the 1970s, directed their scholarly interest towards the concept of the French *histoire totale* (Luthar 2004: 336–337)[(3)]. Unlike Grafenauer's book published in Slovenian, the companion written by Mirjana Gross, a Professor of Modern History in Zagreb, was much more influential and was used as a university textbook in Yugoslavia (Gross 1976). It was the first book entirely devoted to the history of historiography and the theory of historical studies in the Serbo-Croatian language area. Due to her decades-long interest in the main currents of historical thought, Gross became without a doubt the leading expert in the history of historiography within the community of Yugoslav historians. At the same time, she continuously advocated the

(3) About the development of Slovenian historiography see: Vodopivec 2006; Dolenc 1998

modernization of Yugoslav historiography according to the paradigm of *Annales school*. Her endeavors faced relatively strong opposition among the community of conservative-minded historians and provoked a heavy dispute with Branislav Đurđev who refuted her «so-called structuralist approach to history» (Đurđev 1978; Gross 2001: 13–14). However, Gross's conception of social history was accepted by a group of younger scholars who applied it in their own research of Croatian and South Slavic history (Gross 2019; Roksandić 2019; Budak 2000; Janković 2016: 73–91). Milorad Ekmečić, a Professor of Modern History in Sarajevo, entertained very similar ideas. Being familiar with European and Anglo-American historiography, he grounded his research of Balkan- and South Slavic history on the concept of social history (Kraljačić 1988; Merenik 2014). Although with a varying focus, these modernization efforts were shared by their colleagues in Belgrade and Novi Sad. Along with the innovative amalgam of traditional political history with the concepts of social-, urban-, and cultural history, Sima Ćirković paid attention to the history of historiography, as well (Rudić 2011). However, this neglected discipline was the lifelong concern of Radovan Samardžić. With his excellent knowledge of the history of historiography, he was a supporter of a kind of intellectual history rooted in the traditions of German *Geistesgeschichte* and French narrative history (Samardžić 1976–1994; Tasić 2000). Unlike him, Branko Petranović and the slightly younger Đorđe Stanković, both specialists in contemporary history, insisted on the knowledge of the «historical totality» and, therefore, the necessity of an interdisciplinary approach in historical research based on the postulates of broadly conceived social history/history of society (Petranović 1984; Antolović, Šimunović-Bešlin 2018). A similar conviction was shared by Čedomir Popov and Andrej Mitrović. Beginning with the Marxist theory of history, Popov enriched it by using Pierre Renouvin's conception of the history of international relations. On the other hand, Andrej Mitrović accepted much of the concept developed by the West German «Bielefeld school of history» and he was the author of the first comprehensive theory of historical studies in Serbian historiography (Mitrović 1991). Similar to Vodopivec in Ljubljana and Gross in Zagreb, Mitrović's conception of «total history» (which would encompass politics, economy, society and culture) was mainly accepted by his students, enabling them to apply the «new perspectives in historical writing» in their own research (Burke 1991; Marković, Milićević 2007). In that way,

with this new research agenda, the necessary preconditions had been achieved in the (although partial) transcending traditional disciplinary matrix of the Yugoslav historiography.

However, the modernization of Yugoslav historiography during the 1980s was unfolding in the shadow of the severe political-, social-, and economic crisis which advanced after the death of Marshal Tito, the lifelong president of Yugoslavia. Along with the growing mistrust towards the existing political system, the official interpretation of history was more and more questioned by the Yugoslav public. While the so-called «party historiography» was trying to preserve the prescribed ideological canons in historical writing, the literature and political journalism had a decisive role in the opening of some of the tabooed questions like the relation of the Communist Party of Yugoslavia towards the «national question» and its policy in the interwar period, the mass suffering of the Serbs in the Second World War, the internal borders of the federative Yugoslavia as well as retorsion, the struggle against «class enemies» and the cruel persecution of the supporters of Stalin after the Tito-Stalin split in 1948 (Dragović-Soso 2002: 77–99; Nikolić 2003; Nikolić 2012). With his *New Contributions to the Biography of Josip Broz Tito* (published in 1981), Vladimir Dedijer began the process of deconstructing of the cult of Tito. Due to his authority as an outstanding communist, revolutionary, and member of the Serbian Academy of Sciences and Arts, Dedijer paved the way to the reexamination of the trite Party judgments on Yugoslavia's past (Repe 1999: 321). At the same time, the thesis about «Illyrian origins of Albanians», which Albanian historians in Kosovo insisted on, provoked strong disapproval by Serbian historians exacerbating otherwise complex Serbian-Albanian relationships (Nikolić 2003: 171–172).

The «outburst of history» in the public discourse from the beginning of the 1980s was showered with heavy criticism by Yugoslav historians considering most of the popular history and memoirist writings about contemporary history as «monument of historical tripe» containing a lot of «false facts, errors and even dangerous prejudices». Therefore, historians warned that it could be abused for political purposes (Mitrović 1998: 63; Petranović 2010: 38). Perhaps the most precise explanation of this phenomenon was given by Sima Ćirković: sharing the belief that the interest for the past is growing at the moments of the social crisis «when the future seems to be uncertain», he critically approached the historical consciousness of his contemporaries which was undeveloped

and marked by inter-ethnic relations. Appraising that «we have historical thought from the *gusle*–epoch[4] and on the other side we are making efforts about avant-garde historiography», Ćirković pointed out the discrepancy between the collective historical consciousness grounded in historical myths and stereotypes on the one hand, and the sophisticated knowledge of the past provided by historical scholarship on the other (Jevtić 1992: 85). At the same time, frequent polemics between Yugoslav historians concerning the interpretation of some controversial events from the Second World War (in the first place, the genocide of the Serbs in the fascist Independent State of Croatia and the number of victims in the Jasenovac concentration camp) were followed by the vivid interest of the public. During the late 1980s, the polemics became more bitter and, in some cases, turned into angry quarrels of Yugoslav historians touching upon the questions which were at the core of the national identity of Yugoslav nations, as well as always precarious inter-ethnic relations (Nikolić 2003: 279–317; Krušelj 2018). Since then, the question of the genocide was at the center of these disputes and they took place in public and could be compared to the «historians' dispute» (*Historikerstreit*) that, ignited by the interpretation of the Holocaust, almost simultaneously arouse in the Federal Republic of Germany (Dragović-Soso 2002: 100–114; Piper 1987). As for the acrimony of the polemic as well as the mutually opposing views of the participants, Imanuel Geiß appraised it as a «dispute of hysterics» (Geiß 1992). This assessment could be applied to Yugoslav historians as well, who were increasingly taking up exclusive positions. At the same time, the moderate voices that suggested argumentative discussion according to the principle of scholarly objectivity became lonelier while all the polemics in the fervent nationalistic cacophony had clear ideological motivation (Nikolić 2003). Regarding this fact, Mirjana Gross appraised that in Yugoslavia «there was no historiography without ideological elements» (Gross 1986: 163).

In that way, the structural crisis of Yugoslav society directly reflected on the crisis of Yugoslav historiography. After a pause of four years, due to the efforts of the Association of historical societies of Yugoslavia, *The Yugoslav Historical Review* was relaunched in 1986 to strengthen the ties within Yugoslav historiography, as well as to oppose the increase of the pseudo-historical narratives that strongly influenced the collective

(4) The epoch marked by the dominance of the epic poetry.

historical consciousness (Mitrović 1991; Stanković 1988: 70–82). Despite the «national key», the members of the editorial board were some of the most prominent Yugoslav historians of that time, including Čedomir Popov as the editor-in-chief and Đorđe Stanković as an associate editor. Sharing the belief that the existence of the common Yugoslav historical journal was «a major professional and social need», the aim set by the editorial board was to finish or «at least diminish … the tendency of disintegration, division and the lack of interest for the problems of Yugoslav history in our scholarship» by finishing the final volume of *The History of the Yugoslav Peoples* and publishing the bibliography of Yugoslav historiography for the period 1975–1985 (Popov et al. 1986). According to the editorial policy, *The Yugoslav Historical Review* should cover all historical periods «from prehistory until the current day» and promote different approaches to history including political history in addition to economic-, social-, cultural- and intellectual history. In addition to the research of those phenomena of European and World history that decisively influenced South Slavic history, the editorial board also encouraged the development of the theory of historical studies (Antolović, Šimunović-Bešlin 2018; Janković 2016: 136–153). Expecting that *The Yugoslav Historical Review* presented «the collective mind of Yugoslav historiography», the intention was to reaffirm Yugoslav history and Yugoslavia itself (Popov et al. 1986). However, intensifying the political crisis in Yugoslavia endangered all common institutions. In such circumstances, despite the editorial board's enthusiasm, *The Yugoslav Historical Review* ceased publication after only three years. Along with the «nationalistic politics and anti-Yugoslav trends which became dominant in the majority of the republics», the editor-in-chief Popov considered «the unendurable economic crisis» to be the main reason for the ceasing of the journal (Popov 2017: 38).

Summing up the history of Yugoslav historiography in the period 1945–1991, several conclusions could be drawn. It developed in an authoritarian, one-party political system and during the entire period, it was under the supervision of the ruling Communist Party. This fact had two important consequences – its ideology strongly influenced the historical studies in Yugoslavia as well as their organizational structure. Although the supervision became weaker, the main themes as well as the interpretative framework of Yugoslav historiography, was largely determined by the dominant ideology and Marxism

as the obligatory theoretical paradigm. Yet, contrary to the Marxist historiography in Western (and some Eastern) European countries, Yugoslav historiography did not draw fully on the potentials offered by Marxist theory for the research of economic and social history. The reception of Marxism in Yugoslav historiography was superficial – visible primarily in the application of Marxist terminology, some research subjects, as well as in the general interpretative framework (Marković 2004). On the other hand, the conceptual transformation of Yugoslav historiography in the 1970s and 1980s was limited. It did not encompass the entire historiography and was followed by the permanent resistance of traditionally minded historians. As a result, during the 1980s, in spite of some significant advances mostly in the field of social and economic history, there was no broader reception of the influential direction in historical thought as history of mentality, gender history, new cultural history, or historical anthropology. Therefore, despite the efforts of some of the most prominent historians, the results of the theoretical and methodological transformation of Yugoslav historiography were ambivalent – on the one hand, new theoretical approaches appeared within Yugoslav historiography, while on the other hand, its mainstream maintained the traditionalist outlook.

Bibliography

Agičić, Damir (2015). *Hrvatska Klio. O historiografiji i historičarima*. Zagreb: Srednja Europa.

Antolović, Michael; Šimunović-Bešlin, Biljana (2018). „History as Vallis Aurea. Đorđe Stanković and the modernization of Serbian historiography", *Tokovi istorije*, n. 3, 109–145.

Antonić, Zdravko (2000). "Vasa Čubrilović (1897–1990). Osnivač i prvi direktor Balkanološkog instituta SANU", *Balcanica. Annuaire de l'institut des etudes balkaniques*, v. 30-31, 139–165.

Banac, Ivo (1992). "Historiography of the Countries of Eastern Europe: Yugoslavia", *The American Historical Review*, v. 97, n. 4, 1084–1104.

Berger, Stefan; Conrad, Christoph (2015). *The Past as History. National Identity and Historical Consciousness in Modern Europe*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Bondžić, Dragomir (2004). *Beogradski univerzitet 1944–1952*. Belgrade: ISI.

Božić, Ivan et alii (1972). *Istorija Jugoslavije.* Belgrade: Prosveta.

Branković, Slobodan (1997). „Zbornik dokumenata i podataka o Narodonooslobodilačkom rau jugoslovenskih naroda", in Sima Ćirković and Rade Mihaljčić (eds.), *Enciklopedija srpske istoriografije*. Belgrade: Knowledge, 51–52.

Brunnbauer, Ulf (2011). "Historical Writing in the Balkans", in Axel Schneider and Daniel Woolf (eds.), *Oxford History of Historical Writing*. Vol. 5. Oxford: Oxford University Press, 353–374.

« – » (2004). "Historiography; Myths and the Nation in the Republic of Macedonia", in Ulf Brunnbauer (ed.), *(Re)Writing History – Historiography in Southeast Europe after Socialism*. Münster: LIT Verlag, 165–200.

Budak, Neven (2000). "Le „Annales" e la storiografia croata", *Dimensioni e problemi della ricercha storica*, v. 1, 75–87.

Burke, Peter, ed. (1991). *New Perspectives on Historical Writing*. Cambridge: Polity Press

« – » (1993). *History and Social Theory.* Ithaca, NY: Cornel University Press.

Ćorović, Vladimir (1933). *Istorija Jugoslavije.* Belgrade: Narodno delo.

Dimić, Ljubodrag (1997). *Kulturna politika Kraljevine Jugoslavije 1918–1941*. v. 2: Škola i crkva. Belgrade: Stubovi kulture.

Djokic, Dejan ed. (2003). *Yugoslavism. Histories of a Failed Idea 1918–1992.* London: Hurst and Company.

Dolenc, Ervin (1998). "Slovensko zgodovinopisje o času med obema vojnama in kulturna zgodovina", *Prispevki za novejšo zgovodino*, v. 38, 43–57.

Dragović-Soso, Jasna (2002). *'Saviours of the Nation': Serbia's Intellectual Opposition and the Revival of Nationalism*. Montreal: McGill-Queen's University Press.

Društvo istoričara Vojvodine (1974). "Statut Društva istoričara Socijalističke Autonomne Pokrajine Vojvodine", *Godišnjak društva istoričara Vojvodine*, v. 1, 251–259.

Đilas, Milovan (1949). "O nacionalnoj istoriji kao vaspitnom predmetu", *Istoriski glasnik*, v. 1, 3–20.

Đorđević, Dimitrije (1973). "Historians in Politics: Slobodan Jovanović", *Journal of Contemporary History*, v. 8, n. 1, 21–40.

« – » (2001). *Ožiljci i opomene*,Vol. 3. Belgrade: Srpska književna zadruga.

Đorđević, Miroslav (1959). *Savremeni problemi istoriske nauke*. Belgrade: Kultura.

Đurđev, Branislav et. alii (1964). "Problemi jugoslovenske istorijske nauke", *Jugoslovenski istorijski časopis*, n. 3, 57–94; n. 4, 93–107.

Đurđev, Branislav (1978). "Istorija ljudi ne može biti potpuna negacija njihove prirodnosti nego.../ Kako Mirjana Gross tumači "moje" shvatanje istorije", *Prilozi Instituta za istoriju u Sarajevu*, v. 14, n. 14-15, 441–470.

« – » (1980). *Razvitak čovečanstva i društvo.* Novi Sad: Filozofski fakultet.

Geiß, Imanuel (1992). *Der Hysterikerstreit. Ein unpolemischer Essay.* Bonn: Bouvier.

Górny, Maciej (2011). „Historical Writing in Poland, Czechoslovakia, and Hungary", in Axel Schneider and Daniel Woolf (eds.), *Oxford History of Historical Writing*. v. 5. Oxford: Oxford University Press, 243–265.

Grafenauer, Bogo (1960). *Struktura in tehnika zgodovinske vede: uvod v študij zgodovine*. Ljubljana: Univerzitetna založba, 1960.

« – » (1965). "Problemi metodologije istorijskih nauka u svetlu nekoliko novih radova o metodologiji istorije", *Jugoslovenski istorijski časopis*, n. 1, 41–68.

Gross, Mirjana (1976). *Historijska znanost. Razvoj, oblik, smjerovi*. Zagreb: SNL.

« – » (1986). "Historija: ideologija i (ili) znanost", in *Istoriografija, marksizam i obrazovanje*. Belgrade: Izdavački centar Komunist, 163–179.

« – » (2001). *Suvremena historiografija. Korijeni, postignuća, traganja*. Zagreb: Novi Liber.

« – » (2019). "En Route with the Annales", in Drago Roksandić, Filip Šimetin Šegvić and Nikolina Šimetin Šegvić (eds.), *Annales in Perspective: Designs and Accomplishments*, v. 1. Zagreb: FF Press, 307–321.

Grothausen, Klaus-Detlev Grothusen (1962). "Jugoslavien und die „Geschichte seiner Völker", *Jahrbücher für Geschichte Osteuropas*, v. 10, n. 4, 581–610.

Iggers, Georg G. (1962). "The Image of Ranke in American and German Historical Thought", *History and Theory*, v. 2, n. 1, 17–40.

« – » ed. (1991). *Marxist Historiography in Transformation. East German Social History in the 1980s*. New York: Berg.

Janković, Branimir (2016). *Mijenjanje sebe same. Preobrazbe hrvatske historiografije kasnog socijalizma*. Zagreb: Srednja Europa.

Jevtić, Miloš (1992). *Istoričari: Radovan Samardžić, Sima Ćirković, Vasilije Krestić, Čedomir Popov.* Gornji Milanovac, Belgrade: Dečije novine.

Juzbašić, Dževad, ed. (2010). *Naučno djelo akademika Branislava Đurđeva*. Sarajevo: Akademija nauka i umjetnosti Bosne i Hercegovine.

Koljanin, Dragica (2014). *Izgrađivanje identiteta: istorija Jugoslavije u udžbenicima za osnovne škole u Srbiji 1929–1952.* Novi Sad: Filozofski fakultet.

Koren, Snježana (2012). *Politika povijesti u Jugoslaviji 1945–1960. Komunistička partija Jugoslavije, nastava povijesti, historiografija.* Zagreb: Srednja Europa.

Krestić, Vasilije (2019). "Dva pisma naših istoričara", *Zbornik Matice srpske za istoriju*, n. 99, 107–118.

Krušelj, Željko (2018). *Zarobljenici paralelnih povijesti. Hrvatsko-srpska historiografska fronta na prijelazu stoljeća.* Zagreb: Srednja Europa.

Kraljačić, Tomislav ed. (1988). *Ekmečićev zbornik*. Sarajevo: Društvo istoričara Bosne i Hercegovine.

Lampe, John R. (1996). *Yugoslavia as History. Twice There was a Country*. Cambridge: Cambridge University Press.

Luthar, Oto (2004). "Between Reinterpretation and Revisionism. Rethinking Slovenian Historiography of the 1990s", in Ulf Brunnbauer (ed.), *(Re)Writing History – Historiography in Southeast Europe after Socialism*. Münster: LIT Verlag, 333–350.

Marjanović, Jovan (1965). "Teze za obradu nekoliko problema iz istraživačkog rada u oblasti novije istorije", *Jugoslovenski istorijski časopis*, n. 3, 66–73.

Marković, Predrag J. (2001). "Istoričari i jugoslovenstvo u socijalističkoj Jugoslaviji", *Jugoslovenski istorijski časopis*, n. 1-2, 151–164.

« – » (2004). "Kako (ni)smo pronašli 'pravu istorijsku istinu'? Srpska istoriografija posle 1991. godine", v. 44, n. 2, 45–66.

Marković, Predrag J.; Milićević, Nataša (2007). "Serbian Historiography in the Time of Transition: a Struggle for Legitimacy", *Istorija 20. veka*, n. 1 (2007), 145–166.

Merenik, Slavica (2014). *Bibliografija radova akademika Milorada Ekmečića*. Belgrade: SANU.

Milenković, Toma (1997). "Josip Broz Tito, Sabrana dela", in Sima Ćirković and Rade Mihaljčić (eds.), *Enciklopedija srpske istoriografije*. Belgrade: Knowledge, 49–50.

Milićević, Nataša (2009). *Jugoslovenska vlast i srpsko građanstvo 1944–1950*. Belgrade: INIS.

Mitrović, Andrej (1991). *Raspravljanja sa Klio. O istoriji, istorijskoj svesti i istoriografiji*. Sarajevo: Svjetlost.

« – » (1998). *Vreme destruktivnih. Intervjui*. Čačak: Čačanski glas.
Najbar-Agičić, Magdalena (2011). "Sud časti Sveučilišta u Zagrebu kao element politike vlasti prema intelektualcima nakon 1945. godine", in Drago Roksandić, Magdalena Najbar-Agičić and Ivana Cvijović Javorina (eds), *Desničini susreti 2009*. Zagreb: FF-Press, 151–162.
Najbar-Agičić, Magdalena (2013a). *U skladu sa marksizmom ili činjenicama? Hrvatska historiografija 1945–1960*. Zagreb: Ibis grafika.
Najbar-Agičić, Magdalena (2013b). *Radi se o časti hrvatske nauke: rasprave o hrvatskoj povijesti ranoga srednjeg vijeka za 'Historiju naroda Jugoslavije' (19491950)*. Zagreb: Srednja Europa.
Nikolić, Kosta (2003). *Prošlost bez istorije. Polemike u jugoslovenskoj istoriografiji 1961–1991.* Beograd: ISI.
« – » (2012). *Srpska književnost i politika 1945–1991. Glavni tokovi*. Belgrade: Zavod za udžbenike.
Petranović, Branko (1984). *Istoriografija i revolucija*. Belgrade: Prosveta.
« – » (2010). *Bez bojazni od tabu-tema*. Belgrade: INIS.
Piper, Ernst Reinhard Piper ed. (1987). *„Historikerstreit". Die Dokumentation der Kontroverse um die Einzigartigkeit der nationalsozialistischen Judenvernichtung.* München, Zürich: Piper Verlag.
Popov, Čedomir et alii (1986). „Posle pet godina JIČ ponovo izlazi", *Jugoslovenski istorijski časopis*, v. 21, n. 1–4, 7–9.
Popov, Čedomir (2017). *Istorija na delu. Razgovori 1982–2012.* Novi Sad: Matica srpska.
Promitzer, Christian (2004). "Whose is Bosnia? Post-communist Historiographies in Bosnia and Herzegovina", in Ulf Brunnbauer (ed.), *(Re)Writing History – Historiography in Southeast Europe after Socialism*. Münster: LIT Verlag, 54–93.
Rajšp, Vincenc ed. (1996). *Grafenauerjev zbornik*. Ljubljana: Zgodovinski inštitut Milka Kosa.
Rastoder, Šerbo (2004). "The Development of Historiography in Montenegro, 1989–2001", in Ulf Brunnbauer (ed.), *(Re)Writing History – Historiography in Southeast Europe after Soc*ialism. Münster: LIT Verlag, 201–235.
Repe, Božo (1999). "Jugoslovanska historiografija po Drugi svetovni vojni", *Tokovi istorije*, n. 1–4, 312–325.
Roksandić, Drago (2019). "The Annales School, EHESS, and École de Paris: Memories of an étudien libre in 1980/1981", in Drago Roksandić, Filip Šimetin Šegvić and Nikolina Šimetin Šegvić (eds.),

Annales in Perspective: Designs and Accomplishments, v. 1. Zagreb: FF Press, 443–450.

Rudić, Srđan ed. (2011). *Spomenica akademika Sime Ćirkovića*. Belgrade: Istorijski institut.

Samardžić, Radovan (1976–1994). *Pisci srpske istorije*. Vol. 1-4. Belgrade: Prosveta.

Savić, Aleksandar (2005). „Prilozi sa suđenja dr Dragoslavu Stranjakoviću", *Užički zbornik*, v. 29, 287–316.

Stanković, Đorđe (1988). *Iskušenja jugoslovenske istoriografije*. Belgrade: Rad.

Stanković, Đorđe; Dimić, Ljubodrag (1996). *Istoriografija pod nadzorom. Prilozi istoriji istoriografije*. Vol. 1-2. Belgrade: Službeni list SRJ.

Stokes, Gale (1978). "Vladimir Dedijer et al. History of Yugoslavia. Translated by Kordija Kveder. New York: McGraw Hill. 1974", *The American Historical Review*, v. 83, n. 1, 209–10.

Šidak, Jaroslav et alii (1948). "Riječ uredništva", *Historijski zbornik*, Vol. 1, No. 1–4, 7–10.

Tasić, Nikola (2000). "Radovan Samardžić 1922–1994", *Balcanica*, v. 30/31, 167–186.

Vodopivec, Peter (2006). "Začarani krug nacionalne zgodovine", in Mitja Ferenc, Branka Petkovšek (eds.), *Mitsko in stereotipno v slovenskem pogledu na zgodovino*. Ljubljana: Zveza zgodinskih društev Slovenije, 46–60.

Vodovnik, Žiga (2012). "Democracy as a Verb: New Meditations on the Yugoslav Praxis Philosophy", *Journal of Balkan and Near Eastern Studies*, v. 14, n. 4, 433–452.

Vucinich, Wayne S. (1951). "Postwar Yugoslav Historiography", *The Journal of Modern History*, v. 23, n. 1, 41–57.

(Página deixada propositadamente em branco)

Revista de História das Ideias
Vol. 39. 2ª Série (2021)
75-95

AUTHORITARIANISM AND MAKING OF COUNTERDISCOURSE IN COLONIAL GOA

Nagendra Rao
Goa University, Goa, India
nag@unigoa.ac.in
https://orcid.org/0000-0003-2470-7257

Texto recebido em / Text submitted on: 17/07/2020
Texto aprovado em / Text approved on: 18/01/2021

Abstract:

By using the concepts such as power, discourse, and «reverse» (counter) discourse, this paper contextualises colonial discourse and nationalist counterdiscourse through a critique of the concepts – Goa Dourada and Goa Indica. A comparison of the Goan colonial scenario with Africa demonstrates similarities between the two regions. Further, the Goan scene is juxtaposed with other parts of India. It enables us to rationalize the affinity of the nationalist of Goa with Indian nationalism. The complex processes, individuals, groups involved in the making of the counterdiscourse are delineated. The final part of the article analyses the emergence of discourse that countered the counterdiscourse, thus showing that a discourse is bound to be challenged by a counterdiscourse.

Keywords:
Discourse; counterdiscourse; Portuguese; colonialism; history writing.

https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_3

Introduction

Michael Foucault has been a premier figure who provided the scholars with concepts such as power, discourse and counterdiscourse. He identifies the transitional nature of power and discourse. Power is a relative concept that has no identity without the existence of a few constituents. Power involves the relationship between the dominant and subordinate groups. The colonial authority is the dominant group while the colonial subjects are the subordinate groups. Discourse is the mode of power's representation. It is not necessarily a conscious and deliberate act, even though one finds a set pattern when subjected to evaluation at a later period. The dominant ideology always evokes a response from the subordinate class (Taylor 2014: 3). In other words, power and discourse lead to counterdiscourse. Colonial ideology, which represents power and discourse, is not necessarily a permanent phenomenon. Counterdiscourse is also transient as it is likely to evoke a reaction in the form of its critique. This is a situation found in not only Goa but also other parts of India. However, as Foucault says that one need not attach negativity to discourse. It has indirectly assisted the emergence of counterdiscourse. This is because in the absence of discourse, there is no counterdiscourse (Taylor 2014:3). Consequently, nationalism is considered as a reaction to colonialism. In the absence of the former, the latter would not emerge. The transition from discourse to counterdiscourse is a natural and gradual phenomenon. However, it is important to document this transition from one form of power to the other. The emergence of a new discourse further leads to its critique in the form of counterdiscourse (Feder 2014: 64). In other words, colonialism has resulted in nationalism. The latter has resulted in its critique represented by postcolonial history that questions a few aspects of nationalist ideology. However, the present paper is concerned with the manifestation of power in the form of discourse and counterdiscourse in the colonial period.

The present paper is concerned with the response of dominant Goan intellectuals to the policies of the Salazar era. In response to the Portuguese strategy of assimilation, the Goan intellectuals attempted to create an Indian identity in Goa. Without responding to the dominant colonial discourse, the subordinate groups could not have graduated to the new discourse of writing and rewriting history. At the same time, historians did not write a history of the subalterns. One also needs

to note that this was the trend found in not only Goa but also other parts of India. In India, during the postcolonial period, there has been considerable interest in the history of subalterns. Indeed the subaltern school of thought emerged in the postcolonial period. The transition from one discourse to the other is not a new development found only in Goa. It is a phenomenon found in other parts of India and Africa.

Making of colonial power and discourse

This paper is related to the creation of a discourse in the Salazar era when the colonial authoritarianism assumed diverse forms, conspicuously due to a few internal and external developments. For example, during the world war era, the Salazar dictatorship reached a new height due to its association with the Nazi and Fascist regimes. The reversal in the war compelled the colonial authority to soften its stance towards the subjects. The colonial state advertised its humanitarian face, by agreeing in principle to share power and authority with the subjects. The Portuguese rule was presented as assimilative and civilizing, as found in the concept of Lusotropicalism (Fine 2007: 7).

The Portuguese authorities used the concept of Lusotropicalism to create a cultural device to control the subject population. Thereby, the Portuguese had created a distinct composite culture not found in other parts of India. It justifies the claim of the Portuguese over Goa as its domain. The assertion of the cordial relationship between the ruler and the ruled has the function of justification of the colonial rule. Thus, for Salazar, the Portuguese rule has been beneficial to the subjects, who should not consider themselves as unequal with other Portuguese citizens. The Portuguese, in this way, are the advocates of equality, liberty, and democracy.

Salazar justified the colonial rule, which played an important role in the making of modern Goa (Salazar 1956). The Portuguese played a role in the civilizing mission through Christianization and westernization particularly of what is termed the Old Conquest Region, the Goan territory conquered mostly in the 16th century, which is differentiated from the New Conquest Region that was inducted into the Portuguese empire in India in the 18th century. The Old Conquest Region has a majority Christian population while the opposite is the

case with the New Conquest Region. By the early decades of the 20th century, Portuguese ruled a Hindu majority state, yet claiming to rule through Lusotropicalism. As argued by Perez an important function of Lusotropicalism was the creation of a mythical image of a region where there was no antagonism between the colonizer and the colonized (Perez 2011: 98).

Salazar attempted to justify and legitimize his rule by claiming that he allowed representation to the Goans in Portuguese democratic institutions. Goa, according to him, became a part of the Lusophone world. Lusitanisation of Goa led to the creation of an ideal state for the Goans. He claimed that in return for the meager income of around 700,000 escudos that the Portuguese obtained from Goa, the Portuguese central government spent 70 million escudos (E.B. 1954: 389). He also used history to good effect to make the argument that Goa was part of Portugal when he made the statement:

> In a maze of feudal-type sovereignties among which Hindustan was divided, rivalry and strife among the small kingdoms and family disputes for the succession were constant. In fact, in Goa, the Portuguese were the allies of the Hindus against the Mohammedans whose dominion and acts of oppression weighed heavily on local populations eager for liberation from their yoke. .. No restrictions were imposed on local life and local institutions: these were such as existed, and they were left to their natural evolution, influenced, of course, by the presence of the Christian and socially more advanced West (Salazar 1956: 419).

One can note a few assumptions implicit in this statement. First, disorder and chaos were rampant in Goa and India. Hindus needed Portuguese interference to obtain liberation from the Muslims. Second, he considered the East as inferior and the West as superior. The statement also emphasized the superiority of Christianity. Salazar, through his writings, attempted to legitimize the Portuguese control over Goa.

The Portuguese, who ruled Goa, for more than 400 years, have been responsible for its transformation from an uncivilized region that was fraught with feudalism and anarchy by order and modernity. Consequently, Salazar is reluctant to leave Goa even after the British and the French had vacated their Indian provinces. This reluctance is demonstrated in the creation of the colonial discourse, which would evoke a response in the form of nationalist discourse.

The manifestation of colonial power and discourse is theorized through the concept of Goa Dourada or Golden Goa. Originally conceptualized by Iffeka (1985), it was later analyzed by Rosa Maria Perez and others. As argued by Perez

> *Goa Dourada* was idealised as a harmonious society without remarkable fractures or ruptures between individuals and groups, a society that had been converted to the egalitarian values of Christianity, which were, in theory, incompatible with the social stigmas of the Indian caste system. However, the Goan society was always structured along the caste… (Perez 2011:31).

Thus, the Portuguese attempted to argue that an important component of Goa Dourada was Christianization with no emphasis on the caste system, which was seen in both Old Conquest and New Conquest regions. However, as convincingly argued by Perez, caste has been an important factor that determined the relationship between individuals in Goa (Perez 2011: 31). According to her, Goa Dourada also comprised the deliberate creation of a visual image of the colonial rule in the form of grand urban constructions such as houses, palaces, and churches. Notably, such visual imagery is found mostly in the Old Conquest region while the Hindu dominated New Conquest region is bereft of this manifestation of Goa Dourada. Alves (2000) argues that «That racial harmony predominated in Goa according to sixteenth century official Portuguese narratives demonstrates the underlying attempt of the Crown and its writers to convey their nation's superiority to their subjects…». (Alves 2000: 152). One may note that racial harmony was an important part of the Goa Dourada concept.

For Alexander Henn, the concept Goa Dourada represented a glorification of a cosmopolitan and prosperous city, Cidade de Goa. In addition, according to him, «The adoption of Portuguese language, Portuguese dress and food habits, and Portuguese styles of architecture, music, arts, and sports by the upper-caste converts gave Goa distinctly European features» (Henn 2014: 1-2). However, he differentiated between the «Christian» Old Conquest Region and «Hindu» New Conquest territory of Goa.

There has been a considerable discussion regarding the concept of Goa Dourada. It has been suggested variously as a myth, a concept that was developed to project a positive picture of Goa under the colonial

rule despite its inability to compete with other colonial powers such as the British in Asia (Newman 2001: 91). However, the 19th century and more specifically 20th century were the periods of decline of the Portuguese colonial authority. It needed justification and legitimation of its power over the colony (Pinto 2007: 49). Marcelo Assunção argues that the concept of Goa Dourada was created with the specific purpose of defending the colonial regime against the Goan elites who attacked the colonial state for its failures. Such a myth was also deemed necessary due to the attack on Portuguese colonialism by the African and Asian nations that pressured the Portuguese to grant independence to its colonies (Assunção 2020: 77).

The colonial discourse exemplified in the form of creating visual imagery of churches and buildings, which gave eternal European or Portuguese character to Goa despite the fact that the nations are not made by buildings but by humans who reside there. Conscious or not so conscious ignorance regarding the caste-based social institutions is another feature of the colonial discourse. This ideology is also exhibited in the form of historical writing. Generally, the Portuguese ignored the construction of the history of Goa, which was left to the Goan nationalist intellectuals, who, in the process of creating a counterdiscourse, attempted to create a history of Goa and related the same with the history of India. However, one may note that discourse and counterdiscourse lived together, even though not harmoniously, and they competed with each other, which explains the contrasting nature of their argumentation and articulation of their respective ideology.

The Goan intellectuals encountered the dichotomy of dealing with Iberian and Indian intellectual traditions. Even though they were educated and trained in the Iberian method of knowledge production, they could not ignore the intellectual tradition of British India. This dilemma has been presented by Rochelle Pinto as «Between Empires» (Pinto 2007). Portuguese and the British are termed as direct and indirect colonizers. It shows the indirect influence of British colonialism on the Goan mind. In the nineteenth century, attempts were made to revive the past glory of Portuguese colonialism, which had failed the Goan elites when compared with the British. In the twentieth century, British India was the only hope for Goan intellectuals (Pinto 2007: 23). By leaning towards British India, the Goan intellectuals created a counterdiscourse and thus resisted the colonial discourse.

We may note that the Portuguese colonial empire, particularly in Africa, faced challenges from the British in the late 19th and early 20th centuries, leading to a revolution in Portugal and it contributed to political, social, and economic changes in Portugal (Almeida and E Sousa, 2006: 10). It was expected that the Portuguese would adopt a liberal attitude towards its subjects in the colonies. However, the rise of nationalism in Portugal inspired the Portuguese leaders to enhance their grip over the colonies. In 1910, there was the emergence of the republican constitution, which created considerable hope for the Hindus as the colonial masters promised them the religious freedom denied to them for several centuries. However, a major development was the emergence of Salazar rule in 1926 and the passing of the Colonial Act, which also represented the colonial discourse. The Act continued to harp on civilizing mission and protection of the life of the indigenous population (da Cruz and Furtado 2017: 117). The Colonial Act of the 1930s clearly defined Goa as a colony, thereby clarifying the stand of the Portuguese towards Goa. In the 1950s, however, the Portuguese changed their stance towards Goa, presumably due to the international pressure to give freedom to Goa. Now, Goa was considered an overseas province. This new legislation provided legal justification to the Portuguese for continued rule over Goa and rejection of the demand of India to liberate Goa and merge it with the Indian Union (da Cruz and Furtado 2017: 117).

This article will place its argument in the background of the historical and historiographical developments found in Goa and other parts of India. The colonial documents had a particular purpose to perform. Based on this argument, one needs to evaluate these documents, as they cannot be considered as representing reality.

Goa and Africa: experiments in discourse and counterdiscourse

Goa, other parts of India, and Africa experienced colonialism and responded to the colonial discourse. Africa, like Goa, experienced the emergence of colonial discourse and counterdiscourse. However, the latter was also found wanting in the postcolonial period, due to its limitations, particularly because it was suited to the colonial period and not to the post-liberation era. Such a trend is also noticeable in Goa. In Africa, the Portuguese utilized various strategies to 'assimilate' and 'civilize' the

colonial subjects. Unlike, British and the French, the Portuguese attempted to give space to the colonial subjects, at least, theoretically in the decision-making process, as the subjects were regarded as part the colonial 'cultural polity' (Madeira 2005: 31). At the same time, Kamalu (2019) noticed a few differences between British and Portuguese colonialism. The British followed a policy of indirect rule by gradually allowing self-rule in Africa. On the other hand, the Portuguese followed a policy of «assimilation» and «paternalism» and ruled Africans directly. The Portuguese could not compete with other colonial powers such as the British. To hide its failures, the Portuguese claimed to assimilate and civilize the masses and thus justified its rule in Africa (Kamalu 2019: 46). One may note similar strategy employed by the Portuguese in Goa. Such a strategy was expected as the Portuguese had colonies in Asia and Africa.

Eurocentrism has been a dominant theme found in the construction of the African history and culture by non-Africans including the westerners and Arabs. Such a construction led to the creation of the African, who was backward and uncivilized (Barbosa, 2008). Evidence of Eurocentrism is found in the case of Goa. This is seen particularly in the process of construction of the history of the region by the Portuguese. The colonial authorities attempted to create a version of their history to legitimize their rule in Goa and other colonies. History writing, in this sense, becomes part of the colonial project (Alves 2000: 152). The Goan intellectuals who opposed the Portuguese colonial rule countered it later with the writing of counter-history that presented a critique of Portuguese colonialism.

The western powers that established an authoritarian and despotic rule argued that the colonized were uncivilized as they were backward and lacked historical sense. As these regions were backward, the colonial power justified its domination of the subject population (Chimee 2018). The Africans, during the initial years of colonization could not counter the European construct of their culture and civilization. However, a few elite Africans obtained an opportunity to study world history in European universities (Xavier and Santos 2007: 17). This experience enabled them to obtain the skills of historical research. They applied the same in the case of African history. They demonstrated that Africa possessed a rich historical legacy before the Europeans conquered them. In the process of reconstructing their past, African historians studied its remote past and studied its relationship with Greeks and Romans (Chimee 2018; Vansina 1993).

A few dominant trends found in Indian and African colonial historiography can be summarised through the following quotation:

> The nationalism focused on a vigorous defense of Africa's past as well as a commitment to the concept of nation-state constructed along European lines, but with borrowing from indigenous institutions. African thinkers and scholars turned to the past to define African identity in a colonized and postcolonial world. They resented the slave trade, European domination and imperialism, and they believed that the glories of the African past would disprove the negative images. Histories, tales, ceremonies, and religion, sometimes presented in idealistic ways, constitute the knowledge of counterdiscourse (Falola 2002: 210).

Marcelo Assunção finds similarities between Goa and Africa in terms of constructing discourse and counterdiscourse and a divergent trend of presenting the history of the subalterns in the postcolonial historiography (Assunção 2020: 86). In Goa, during the initial years of its colonial rule, no comprehensive history of Goa and India was composed. Most of the Portuguese scholars concentrated on the history of the Portuguese conquest of Asia while mostly ignoring the history of the vanquished region. A major change in this trend could be seen in the nineteenth century when Filippe Nery Xavier began to study the history of Goa (Xavier 1903). In the twentieth century, there was the emergence of Goan intellectuals who obtained education in western historical knowledge. They began to search for the history of India including Goa. Consequently, there was a process of Indianisation of Goa as there was Africanisation of African history, as they fought against the Eurocentric approach to their history. Menezes Braganza, for example, demanded the inclusion of the history of ancient India including Vedas in the school curriculum (De Lima 2010: 73-4).

Like the Africans, the Goan and Indian historians attempted to create a counterdiscourse. The fact that there were westernization and Lusitanisation did not help the cause of the colonial masters as the colonized people identified themselves with the ethnic Goans and Indians rather than their conquerors. The colonial authoritarianism resulted in the creation of historical literature concerning the pre-modern institutions. In the case of Goan scholars, it took the form of writing about Hinduism in ancient India and the village communities of Goa, which continued to exist to the present.

The past, thus retrieved in Africa, nevertheless, was neither perfect nor did it appeal to the imagination of the masses. In the postcolonial phase, a new form of history was written. Barbosa (2012) analyzed the UNESCO project, which aimed to reconstruct the general history of Africa by dealing with the themes that were ignored in the colonial period. It shows the limitations in the colonialist and nationalist historiography that attempted to picture the history of dominant elites as the history of Africa. The project also aimed to preserve the primary documents in the form of oral records that could provide a new perspective concerning the history of people in this region (Barbosa 2012: 196). Thus, an attempt was made to reconstruct the history of Africa with an analysis regarding the inter-African relationship by using the oral sources, and thus present the information regarding the ideas that represented the African civilization (Barbosa 2012: 203). The attempt of this work was to present the history of Africa from the indigenous African perspective instead of western orientation, a feature that was noted in the colonial history of Africa. It is also clear that even the nationalist phase of African history could not do justice to people's history, as there was the presentation of the history of dominant elites rather than history from the below. In the postcolonial period, we can note a similar trend developing in Goa, as scholars have used oral history to study the history of this region, and thus moving away from the archival sources for constructing the Goan identity (Frenz 2014; Mendes 2020).

Making of counterdiscourse in Goa

Counterdiscourse should be placed in relation to the discourse created by the Portuguese earlier. Goa Dourada was part of the colonial discourse. A few Goan historians responded by working in the nationalist framework named Goa Indica. As Goa Dourada has been critiqued, Goa Indica is also subjected to considerable criticism, as it is not possible to consider Goa Indica as the only mode of expression of Goan identity. It is not possible to consider the two discourses as subsisting in different eras. Indeed, both were contemporary to each other, responding to the other discourse. In this sense, discourse and counterdiscourse are related to each other. One also cannot discard one concept for the other. However, in the 20th century, Goa Indica became more visible in the discourse presented by Goan nationalist

leaders. Interestingly, Goa Indica was not an exclusive space of the Hindus or the Catholics were excluded from it. Filipe Nery Xavier, Gerson da Cunha, and many others in the 19th century, AB Braganza Pereira, Menezes Braganza, and Tristao Braganza Cunha, and many others in the 20th century have shown interest in the study of the Hindu past of Goa and India, along with the Hindu scholars such as Panduranga Pissurlencar – these scholars can be placed within the perspective of Goa Indica.

For one thing, there are various reasons for the Goan Catholics showing interest in Hindu history. It has been suggested that one reason for this development was the close relationship that emerged between Portuguese and British Indian empires (Pinto 2007: 49). It is true that they could not be compared. However, the Goan elites experienced a sense of deprivation when they noted that the British Indian elites could enhance their social and economic privileges through the success of British colonialism. However, by the 19th and 20th centuries, it was clear that, despite the claims of the Portuguese to the contrary, the Portuguese state had failed when compared with British colonialism. Consequently, Goans had the dilemma of dealing with two empires. Indeed, after signing a treaty with the British, there was Anglicisation of Goa. It led to the migration of large numbers of Goans to the British provinces such as Mumbai, Dharwar and Mangalore. The Portuguese also differentiated between the Catholics and Hindus. While the Catholics were allowed to obtain education and administrative positions, the Hindus could not obtain administrative positions (Couto 2005: 211). However, the Hindus were allowed to dominate the commercial field as most of the Gauda Saraswat Brahmanas acted as traders. The Catholic elites, on the other hand, possessed property and many other privileges. This differentiation between Hindus and Catholics could be seen particularly in the Old Conquest region and until 1910. In the 19th century, the Catholic elites assumed the responsibility of constructing a counterdiscourse, as they attempted to establish a state free from Portuguese interference.

Caste played an important part in the making of counterdiscourse in Goa and it displayed a few features unique to Goa. The Catholics in Goa continued to remember their caste affiliation after the conversion. Thus, the elites were segregated into Brahmans and Chardos. The first category belonged to the priestly class while the latter claimed to belong to a war-like group such as the Kshatriyas. It is also possible that Chardos were affiliated with the Marathas who settled in Goa as warriors. Nevertheless,

in the 19th century, there was a conflict between Brahmanas and Chardos in supporting and countering government policies and strategies. It is exemplified in the conflict between *Partido Indiano* comprising Chardos that opposed *Partido Ultramarino*, a Brahmanical faction that supported the government. The conflict culminated in a revolt against the colonial rule, which was compelled to concede a few demands of the revolting faction (de Cruz and Furtado 2011: 74). Maria Aurora Couto shows that the founders of the newspapers *O Ultromar* and *A India Portuguesa* fought a caste-based war, opposing other's political views and working to dominate the Goan political space (Couto 2005: 340). The leaders did exhibit anti-colonial ideology but aimed to compete with the other Goan elite. Rochelle Pinto also noted the conflict between the Brahmana and Chardo leaders that culminated in the creation of counterdiscourse in colonial Goa (Pinto 2007: 46). That the Chardos expressed their aspiration to fight against Brahmanical domination in church and other public spaces is revealed by the conflict between the editors of *A India Portuguesa* and *O Ultramaro*. Jose Inacio de Loyola, the editor of *A India Portuguesa* complained that the editor of *O Ultramaro* criticized the Portuguese policies despite obtaining some concessions from the Portuguese regime. It was an attempt to compete with the other elite. In the process, different factions either supported or rejected the Portuguese rule (Pinto 2007: 46). Finally, Menezes Braganza and Tristao Braganza Cunha firmly established the domination of the Chardos, as against the Brahmanas, in Goan politics when they emerged as the premier critiques of the colonial rule particularly in the Salazar era. The relationship between the Portuguese, Goan Catholic Brahmanas, and Chardos led to the formation of a complex and multilayered counterdiscourse, which evolved over a long period of the Portuguese rule of Goa. The Chardos, who opposed the Brahmanical version of Goan history in the 19th century, legitimized the same by working within the concept of Goa Indica. However, the Salazar regime, with progressive restrictions imposed on the nationalists of Goa, also contributed to this development as the Goan leaders were alienated from the leaders who propagated Goa Dourada.

Alexander Henn (2005) used the concept of syncretism to explain the reasons for Catholics adopting Hindu history and accommodating Hindu cultural practices. Religious places were the meeting ground for the Hindus and Catholics in Goa. Generally, it is found Catholics visiting Hindu cult centers and Hindus visiting Catholic institutions. Henn (2005:

84) also identifies a gradual increase in the Hindu population in Goa. Today, Hindus constitute a majority population, participating in large numbers of rituals associated with the dominant and subaltern cults of Hinduism. The increased Hindu population is also due to the reverse migration of the Goans who had migrated to other parts of India due to the restrictive policies of the Portuguese. At the same time, one may note that the population of Catholics, as a part of the Goan population, had declined due to their migration to Mumbai and other parts of India. The elites – Hindu and Catholics – used the Hindu or traditional idioms to appeal to the dominant Hindu population (Henn 2005: 84).

The Republican rule in the early 20th century created hope to the Goan Hindus who resided in other parts of India and they returned to Goa in large numbers (Henn 2005: 83). Goa Indica, a study of the history of pre-Portuguese history of Goa, the ancient history of India, and a history of British India, also influenced the Catholic elites. Newman has articulated the fact that Goans, irrespective of their religions, had a common history as they experienced the transformation of the Goan society from 1510 (Newman 1999: 37). Moreover, it would be difficult to place the Goan traditional institutions such as *gaonkari* or *communidades* and Goan folk culture within the concept of Goa Dourada.

At the same time, the elites who participated in the process of making counterdiscourse, that challenged the Portuguese colonial discourse, did not belong to a homogeneous group and they did not necessarily have a single purpose. A few of them were more interested in some concessions to their community rather than complete independence from the Portuguese rule (Pinto 2007: 81).

Over a period, there was a transformation in the relationship between the colonial and nationalist elites, leading to the emergence of different discourses as outlined above. As suggested by Henn recently that along with cooperation between Hindu and Catholic elites, there was an emergence of competition between them, both in religious and non-religious domains. He qualifies this argument by referring to the image wars, as the Hindus and Catholics installed the Hindu and Catholic images in the villages and side of the roads to attract the attention of the Goan population. At the same time, there was no violent rupture between the two groups. They were competing to dominate the Goan social space (Henn 2014: 57). This analysis is useful to understand the making of counterdiscourse and the use of history by the elites. By discussing the

pre-colonial history of Goa and India, the author/s of counterdiscourse could challenge the image of Goa Dourada and Lusotropicalism.

According to Marcelo Assunção in the postcolonial period, there was the replacement of Lusocentric history by Indocentric history. The latter had the function of analyzing the colonial rule and compared it with the pre-colonial period and documented the anti-colonial resistance (Assunção 2020: 78). By writing a history different from the Portuguese version, the nationalist scholars attempted to create a new image of Goa.

Axelrod and Fuerch argue that the syncretism between Hindus and Catholics of Goa represents a form of resistance by the subaltern groups against colonial domination. Resistance, for them, took different forms. Syncretism, for them, also exhibits the failure of the colonial policy. The Hindu and Catholic participation in rituals, for Axelrod and Fuerch, represents the endeavour of the Goans to maintain Goan identity as against the Portuguese attempt to create an image of the Goan distinct from Indians from other parts of India (Axelrod and Fuerch 1996: 393). However, they consider the Hindu and Catholic elites as subalterns and ignore the role of actual subalterns in the struggle against colonial rule (Parobo 2020: 1).

History writing, one can suggest, is a form of resistance. One should place historical and quasi-historical writings in the context of the debate between Goa Dourada and Goa Indica. The earlier group projected a version of history that defended the Portuguese colonial rule. The scholars representing Goa Indica contradicted such an attempt. There were a few factors that contributed to the interest exhibited by Hindus and some Catholics of Goa in the primordial past. One reason was the beginning of western education in Goa, like in other colonies, that provided an opportunity to the Hindu and Catholic elites to obtain knowledge about various fields including the history of Goa, India, and the world (Coutinho 1975). It contributed the development of the scholars such as Adeotado Baretto who wrote about the contribution of pre-modern Indians to world civilization. He worked from the perspective of Goa Indica. Baretto and others also benefited from the introduction and expansion of printing technology in Goa (Lobo 2009: 234). In the 19th and 20th centuries, it led to the rise of the periodical press. According to Sandra Lobo, Baretto contributed to the creation of a counterdisourse and thus challenged the Portuguese authoritarian rule (Lobo 2009: 234).

In the process, they created a distinct version of Goa's past, which discussed the pre-Portuguese origins of Goan history. Both Brahmana

and Chardo historians participated in this movement. In the 20th century, the Chardo leaders such as Menezes Braganza and Tristao Braganza Cunha played a leading role in the creation of nationalist discourse. Among them, Braganza Cunha propounded the thesis of denationalisation of Goans, which exhibited the liking of this scholar for the Goa Indica School (Desai 2000: 470). It also signaled the transition of Goan intellectual leadership from Brahmanas to Chardos in the 20th century. Like African and Indian nationalist historians, the Goan counterparts also discussed the history of India and Goa. It also showed their acceptance of the fact that they belonged to two empires. The Goan historians exploited their relationship with British India to challenge the colonial authority. While there were historians who did not exhibit political leanings directly particularly in the Salazar era, there were politicians like Menezes Braganza and Braganza Cunha who directly challenged the Portuguese colonial rule. Their discussion of the historical themes reflected an aversion to the history created by the Portuguese. Panduranga Pissurlecar did not have the pretension to the freedom struggle, but discussed the issues related to Goan and Indian history. As argued by Newman, Hindus did not have any problem in identifying themselves with India (Newman 1999: 25). Naturally, Pissurlencar, the Hindu elite, contributed to the study of India and Goa. Even though Pissurlencar was the servant of the colonial state, he critically analyzed the Portuguese policies in the 17th and 18th centuries. Pissurlencar generally wrote in official journals such as *O Oriente Portuguez* and *Bulletin of the Institute Vasco da Gama*(1). In the process, consciously or not so consciously, he established a relationship between Goa and India. Such an attempt was essential to counter the Goa Dourada and Lusotropicalism concepts propounded by the colonial propaganda machinery. At the same time, the history that the Goan intellectuals attempted to create was not bereft of deficiencies, most important being its ignorance of the role of the subalterns in the making of Goan state and society.

(1) (Pissurlencar 1919:303-08; Pissurlencar 1919a: 39-48; Pissurlencar 1919b: 373-4; Pissurlencar 1925; Pissurlencar 1932: 74-90; Pissurlencar 1933:1-46; Pissurlencar 1941: 22-44). The publications of Pissurlencar discussed issues such as Indian ambassadors to the Roman Empire, the relationship between India and America, a history of Bandora, Goa, primitive capital of Goa, Hindu agents of Portuguese diplomacy, aspects of ancient Indian civilization and Hindu collaborators of Afonso Albuquerque.

Postcolonial developments

In the postcolonial period, there was a transformation in the counterdiscourse, as it was perceived as nationalist discourse, which was countered with reverse discourse. This transformation is found in the concept of Goa Dourada. Raghuraman argued that Goa Dourada, which represented a particular community among the Catholics in the colonial period, represented the entire Catholic community in the postcolonial period (Trichur 2007: 227). This is despite the fact that Catholic scholars such as Maria Aurora Couto continued to work within the context of nationalist discourse. It also shows that nationalist and postcolonial discourse operated simultaneously and questioned the assumption of the other. Raghuraman critiqued the concepts - Goa Dourada and Goa Indica. He understands that these concepts had particular functions to perform and they exhibit an attempt to obtain power from the other group. Based on this analysis, he suggests that Goa today does not need Goa Indica and it deserves to be replaced with Goa-centric history. He also suggests the need to evolve a new methodology to study Goan history and takes inspiration from the critical perspective provided by Kosambi (Trichur 2000: 644). In a way, he suggested the need to replicate the writing of regional and local history, a trend found in other parts of India such as Karnataka, Maharashtra, and Tamil Nadu. At the same time, it would be problematic to dissociate Goan history from the history of India in the process of opposing Goa Indica. G.M. Moraes has shown that there was a relationship between Goa Kadambas and the Karnataka branch of the Kadambas (Moraes 1931).

In the postcolonial period, Parag Parobo raised another significant issue. It was related to the history of the lower castes. He accepted the argument that Goans had to work between two empires and that one cannot question the role of British India in making of the elite Goan mind. He also stressed that the link with British India liberated the lower castes, ignored by the Goan elites who worked in the context of colonial and nationalist discourses. However, he has rightly pointed out the lack of subaltern history in the case of Goa (Parobo 2020: 1). It also shows the emergence of the idea of subalternity, which was missed by earlier scholars. The nationalist scholars were engrossed in countering the colonial discourse and in the process ignored the role of the subalterns in making of Goan polity and society. Parobo also represents the postcolonial

trend of questioning both colonial and nationalist discourses. While in the colonial period, the history of colonial elites, including the Portuguese, Goan Catholic, and Hindu elites, in the postcolonial period, there is an emphasis on the history of the indigenous groups that were ignored in the earlier discourses. Along with the study of lower caste groups, scholars also emphasize the study of women, who were ignored in the previous discourses. To fill this gap, Rosa Maria Perez analyzed the role of women freedom fighters who contributed to the building of modern Goa (Perez 2018). With the exception of Maria Aurora Couto, most of the scholars who worked in the postcolonial period have the experience of only the post-1961 period and not colonialism. Couto, in this sense, studied colonial and postcolonial developments.

Marcelo Assunção argues that in the postcolonial period, scholars have attempted to analyze Goa Dourada and Goa Indica concepts. They understand the need to locate multiple identities in colonial and postcolonial Goa (Assunção 2020: 87). Most scholars would agree that one should tolerate pluralism in the writing of the history of Goa. A challenge for the modern Goan historian would be to maintain a distinct identity and retain distance from Goa Dourada and Goa Indica paradigms. However, there is a need to evolve a methodology to achieve this goal. As suggested by Sumit Sarkar there is a need for studies in the postmodernist perspective to present a new history of the region (Sarkar 1997: 103).

Conclusion

The concepts such as «discourse» and «counterdiscourse» are effective modes of analyzing the relationship between the colonizer and the colonized. The latter encompassed a heterogeneous population comprising the Goan Hindu and Catholic elites. Counterdiscourse has been projected as a response to discourse and both continued to live simultaneously. It explains the debate between the scholars who supported either Goa Dourada or Goa Indica. The creation of counterdiscourse by the nationalists of Goa led to the emergence of alternative power zones. However, counterdiscourse is not irrefutable as we find in the case of postcolonial Goa when scholars suggested the need to study the subaltern, the voiceless in Goan historiography, who

needed proper representation. At the same time, this new discourse is not likely to remain dominant for a longer period as every discourse would be challenged by a counterdiscourse. This is a natural process. Indeed, this development is not exclusive to Goa. Africa and other parts of India have experienced this development. It is important to study not only the role of subalterns in the postcolonial period but also in colonial times. This is a significant challenge for the historians of Goa.

Bibliography

Almeida, Pedro Tavares de and Paulo Silvera E Sousa (2006). "Ruling the Empire: the Portuguese colonial office", *Revista da História das Ideias,* 27, 1-33.

Alves, Jose Celso de Castro (2000). "Rupture and continuity in colonial discourses: the racialized representation of Portuguese Goa in the sixteenth and seventeenth centuries", *Portuguese Studies,* 16, 148-161.

Assunção, M. F. M. (2020). "Entre a Goa Dourada e a Goa Índica: a historiografia goesa no pós-1961", in M. F. M. Assunçâo (ed.), *Uma década de teoria: teoria e história da historiografia no século XXI*. Vitória: Editora Milfontes, 73-91.

Axelrod, Paul and Michelle A. Fuerch (1996). "Flight of the deities: Hindu resistance in Portuguese Goa", *Modern Asian Studies,* 30 (2), 387-421.

Barbosa, Muryatan Santana (2008). "Eurocentrismo, história e história da África", *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana,* 1, 46-63.

Chimee, Ihediwa Nkemjika (2018). "African historiography and the challenges of European periodization: a historical comment", *TRAFO - Blog for Transregional Research*, retrieved from https://trafo.hypotheses.org/11518 (last accessed 11/01/2021).

Coutinho, Verissimo (1975). "Goa's history of education: a case study of Portuguese colonialism", Unpublished dissertation. Chicago: Loyola University.

Couto, Maria Aurora (2005). *Goa: a daughter's story*. New Delhi: Penguin Books.

Cruz, Sharon da and Max de Loyola Furtado (2011). "The Partido Indiano and the September Revolt of 1890 in Goa", *Economic and Political Weekly*, 56(33), 67-69, 71-75.

De Lima, Edward (2010). *Luis de Menezes Braganza*. Panaji, Goa: Institute Menezes Braganza.

Desai, Nishtha (2000). "The denationalisation of Goans. An insight into the construction of cultural identity", *Lusotopie*, 469-476.

E.B. (1954)."The Salazar regime and Goa", *The World Today,* 10 (9), 389-397.

Falola, Toyin (2002). "Nationalism and African historiography", in Q. Edward Wang and Georg G. Iggers (eds.), *Turning points in historiography: a cross cultural perspective*. Rochester: University of Rochester Press.

Feder, Ellen K (2014). "Power/Knowledge", in Dianna Taylor (ed.), *Michael Foucault: key concepts*. London: Routledge, 55-70.

Fine, Leah (2007). *Colorblind colonialism? Lusotropicalismo and Portugal's 20th Century Empire in Africa*. Barnard College, Department of History.

Frenz, Margaret (2014). *Community, memory and migration in a globalizing world: The Goan Experience*. New Delhi: Oxford University Press.

Iffeka, Caroline (1985). "The image of Goa", in Teotonio R. De Souza (ed.), *Indo-Portuguese History: Old Issues, New Questions.* New Delhi: Concept Publishing Company, 181-195.

Henn, Alexander (2005). "Gods and saints in Goa: cultural diversity and local religion", in Aditya Malik, Anne Feldhaus, Heidrun Bruckner (eds.), *In the company of Gods. Essays in memory of Gunther-Dietz Sontheimer.* New Delhi: Indira Gandhi National Centre for the Arts/ Manohar Publishers, 83-104.

« – » (2014). *Hindu-Catholic encounters in Goa: religion, colonialism and modernity.* New Delhi: Orient Blackswan.

Kamalu, Ngozi Kaleb (2019). "British, French, Belgian and Portuguese models of colonial rule and economic development in Africa", *Annals of Global History*, 1(1), 37-47.

Lobo, Sandra Ataíde (2009). "Índia Nova Nacionalismo e cosmopolistismo num jornal académico", *Cultura Revista de História e Teoria das Ideias,* 26, 231-258.

Madeira, Ana Isabel (2005). "Portuguese, French and British discourses on colonial education: Church–State relations, school expansion and missionary competition in Africa, 1890–1930", *Paedagogica Historica*, 41(1-2), 31-60.

Mendes, Sushila Sawant (2020). "Lusitanization versus assertion in Goa: The 1583 Revolt in Assolna, Velim, Cuncolim", *Palarch's Journal of Archaeology of Egypt/Egyptology*, 17(7), 9593-9600.

Moraes, G.M. (1931). *The Kadamba kula: a history of ancient and mediaeval Karnataka*. Bombay: B.X.Furtado & Sons.

Newman, Robert (1999). "The struggle for a Goan identity", in Norman Dantas (ed.), *The transforming of Goa*. Mapusa, India: Other India Press, 17-42.

« – » (2001). *Of umbrellas, goddesses and dreams: essays on Goan culture and society*. Mapusa, India: Other India Press.

Parobo, Parag (2020). "Histories, identities and the subaltern resistance in Goa", *Journal of Human Values,* 1-9.

Perez, Rosa Maria (2011). *The Tulsi and the cross: anthropology and the colonial encounter in Goa*. New Delhi: Orient Blackswan.

« – » (2018). "Provincializing Goa: crossing borders through nationalist women", *InterDISCIPLINARY Journal of Portuguese Diaspora Studies*, 7, 225-240.

Pinto, Rochelle (2007). *Between empires: print and politics in Goa.* New Delhi: Oxford University Press.

Pissurlencar, Panduranga (1919). "Embaixadas Indianas aos Imperadores Romanos (Notulas historico-arqueologicas)", *O Oriente Portugues*, 16 (9&10), 303-308.

« – » (1919 a). "Relacoes entre a India e a America", *O Oriente Portugues*, 16 (1&2), 39-48.

« – » (1919 b). "Uma pagina de pedra em Bandora", *O Oriente Portugues*, 16 (9&10), 373-374.

« – » (1925). *Aspectos da civilizacao da India antiga*. Nova Goa.

« – » (1932). "O Descrobrimento dum sanctuario Shivaita do seculo XIV em Velha-Goa", *O Oriente Portugues,* 4, 74-90.

« – » (1933). "Agentes Hindus da diplomacia Portuguesa na India", *O Oriente Portugues*, 5, 1-46.

« – » (1941). "Colaboradores Hindus de Afonso de Albuquerque", *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, 49, 22-44.

Salazar, Oliviera (1956). "Goa and the Indian Union: The Portuguese View", *Foreign Affairs*, 34(3), 418-431.

Sarkar, Sumit (1997). *Writing social history*. Delhi: Oxford University Press.

Taylor, Dianna (2014). "Introduction: power, freedom and subjectivity", in Idem (ed.), *Michael Foucault: key concepts*. London: Routledge, 1-12.

Trichur, Raghuraman S (2000). "Politics of Goan historiography", *Lusotopie*, 7, *Lusophonies asiatiques, Asiatiques en lusophonies*, 637-646.

Vansina, Jan (1993). "Unesco and African historiography", *History in Africa, 20,* 337-352.

Xavier, Ângela Barreto and Catarina Madeira Santos (2007). "Cultura intelectual das elites coloniais", *Cultura Revista de História e Teoria das Ideias*, 24, 23-33.

Xavier, Filippe Nery (1903). *Bosquejo historico das communidades das aldeias dos concelhos das Ilhas, Salsete e Bardez, dividido em 4 partes*. Bastora: Typographia Rangel.

(Página deixada propositadamente em branco)

Revista de História das Ideias
Vol. 39. 2ª Série (2021)
97-117

TRABALHO DE MEMÓRIA SOBRE TEMAS SENSÍVEIS E A ESCRITA DA HISTÓRIA: RETRATOS ELABORADOS POR TESTEMUNHOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA[1]

MEMORY WORK ON SENSITIVE THEMES AND THE WRITING OF HISTORY: PORTRAITS ELABORATED BY TESTIMONIES OF THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP

Mariluci Cardoso de Vargas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
mcvhistoria@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-8607-0135

Texto recebido em / Text submitted on: 15/09/2020
Texto aprovado em / Text approved on: 27/01/2021

Resumo:

Este artigo examina algumas publicações de Márcio Moreira Alves, desde «Torturas e torturados» (1966) até sua entrevista publicada em «Memórias do exílio» (1976). O objetivo principal do artigo consiste em identificar o papel dos testemunhos históricos em um momento de cerceamento das liberdades na história recente do país.

Palavras-chave:

Testemunho; ditadura civil-militar; literatura; historiografia; Brasil.

---

(1) Essa pesquisa conta com o financiamento do Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES-Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS/Brasil).

https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_4

Abstract:

This article examines some publications by Márcio Moreira Alves, from «Torturas e torturados» (1966) to his interview published in «Memórias do exílio» (1976). This article aims to identify the role of historical testimonies at a time of restricted freedom in the country's recent history.

Keywords:

Testimony; civil military dictatorship; literature; historiography; Brazil.

No Brasil, a partir do projeto de liberalização política (Moreira Alves 1984) da ditadura civil-militar (1964-1985), cuja duração foi de aproximadamente uma década, de 1974 a 1985, a sociedade brasileira passou a metamorfosear suas posturas em relação ao regime e, não sem dificuldades, criar novas interpretações sobre suas participações (Reis Filho 2004: 4). Em nome de uma conciliação nacional, a mutação gerou uma imagem ilusória de universalização da resistência que durante todo o percurso fez o possível para modificar a situação e restaurar o regime democrático. De um modo ou de outro, todos teriam resistido à ditadura (Reis Filho 2004: 45).

Sendo a presença do testemunho a condição metodológica mais característica da história do tempo presente e as possibilidades desse em se inserir ativamente na construção do conhecimento histórico (Fico 2012: 44 a 46), a epistemologia da história se viu estimulada a repensar seus domínios quando profissionais de ofício passaram a analisar acontecimentos próximos do momento de suas produções. A memória e seus componentes indissociáveis – marcas permeadas pela subjetividade que levam a originar uma imagem sobre a coisa passada (Ricœur 2007), e sua relação dialética com a história, processo intelectual que pode ser entendido como uma espécie de *arte da memória* (Catroga 2011) – geram, indubitavelmente, retratos variados do passado. Essas variações, mais pautadas na memória coletiva do que no conhecimento histórico, colocaram as/os historiadoras/es do tempo presente diante de problemas teóricos e éticos, sendo um dos principais para este artigo o seguinte: como analisar registros testemunhais sobre questões sensíveis que, por sua vez, são dominados pela lembrança muito mais ligada às emoções que a uma operação pautada por procedimentos científicos?

O balanço da historiografia sobre a ditadura brasileira demonstra que até os anos 1980, também em razão do inexistente acesso aos fundos documentais dos anos anteriores, os debates teóricos sobre o Estado de exceção mobilizavam, majoritariamente, cientistas políticos cujas pesquisas utilizavam as informações provenientes «da imprensa, de discursos oficiais e de depoimentos ou memórias» (Fico 2017: 07). Estes primeiros estudos voltaram-se mais para a compreensão do golpe de 1964, e de como se arquitetou o regime, do que para uma reflexão voltada para as memórias daqueles acontecimentos (Araújo 2020: 18). Com o passar dos anos a palavra testemunhal dos que tiveram seus direitos violados ou sobreviveram a situações-limite (a tortura como prática sistemática e os desaparecimentos forçados, entre outros desrespeitos aos direitos humanos, foram reconhecidos pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) como crimes contra a humanidade) foi ganhando espaço institucional de maneira ascendente, simultaneamente às políticas de memória e reparação com as legislações que criaram a Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos (CEMDP), em 1995, a Comissão de Anistia, em 2002 e a Comissão Nacional da Verdade, em 2011 (Vargas 2018a; Araújo 2020: 30). Além das medidas de *justiça de transição*, as efemérides dos quarenta e dos cinquenta anos do golpe, respectivamente, em 2004 e 2014, fortaleceram as produções acadêmicas sobre a história e a memória da ditadura (Araújo 2020), inclusive em relação as elaborações do passado a partir de uma perspectiva dos descendentes das pessoas atingidas pela repressão (Vargas 2018b).

Em meio a variedade de elaborações acerca desse passado em disputa a palavra testemunhal pode ser confrontada com produções oriundas dos estudos históricos. Com o acesso aos documentos produzidos pelo Estado militarizado, pelo menos desde meados dos anos 1980, como o Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM), que preservou os processos que tramitaram no Supremo Tribunal Militar e, no decorrer das últimas décadas, com o recolhimento dos fundos dos órgãos de espionagem pelo Arquivo Nacional, a historiografia, por meio do cruzamento de múltiplas fontes, corroborou, especialmente em torno das graves violações de direitos humanos, o repertório de incontáveis testemunhos sobreviventes.

Nesse sentido, embora a escrita da história denote uma oportunidade de reiteração de «dever de memória», a operação historiográfica, oportunamente, oferece possibilidades de avançar sobre o anseio de tornar a memória viva um objeto ativo no debate em torno da justiça

sobre os crimes que não foram encerrados nos seus esclarecimentos e julgamentos. Uma destas vias está em deslocar a abordagem centrada no «dever de memória» para uma perspectiva acerca do trabalho com a memória, opção que tende a diminuir os riscos de uma interpretação de culto das lembranças e de mitificação das experiências individuais e coletivas (Ferreira 2018). No que diz respeito às reconstruções das memórias dos eventos passados da ditadura brasileira que se estendem até o presente, o qual, invariavelmente, realiza a atualização das lembranças, parece-me ser esse um dos grandes desafios epistemológicos colocados para a historiografia. Nessa perspectiva, a análise das elaborações das construções narrativas do passado recente pelas vozes dos que estiveram lá possui caminhos mais alargados do que somente propagar os registros de denúncia para a busca da justiça.

As formas do testemunho da ditadura civil-militar brasileira

A fim de compreender o papel do testemunho para a escrita da história recente do Brasil e os *trabalhos com a memória* compartilhados socialmente em torno da ditadura brasileira, faz-se necessário, de antemão, apontar a caracterização do testemunho e de relatos de experiências correspondentes àqueles acontecimentos históricos(2). O testemunho, como aquele que *esteve lá*, que vivenciou um acontecimento histórico, que declara, por meio da escrita ou da oralidade, a sua experiência como *testis* ou *superstes*, quer dizer, como um terceiro em uma situação litigiosa relativa ao passado ou como aquele que subsistiu a uma situação excepcional (Seligmann-Silva 2010: 4; Hartog 2017), destaca-se como uma categoria importante para os estudos em torno das ditaduras latino-americanas (Vargas 2018a).

No Brasil, «os empreendedores da memória» (Jelin 2002), ligados tanto às instituições arquivísticas como aos centros de memória, universidades ou outros lugares de interesse na preservação do patrimônio documental, estiveram muito empenhados em garantir o recolhimento, a proteção e o acesso aos arquivos da ditadura, dentre os quais estão os registros de

(2) Elizabeth Jelin, chama atenção que o desafio do trabalho de memória no plano coletivo está em superar as repetições, os esquecimentos e os abusos políticos, tomando distância e ao mesmo tempo promovendo o debate e a reflexão ativa sobre esse passado e seu sentido para o presente/futuro (Jelin 2002: 16).

conteúdo testemunhal. Além de serem *formas contemporâneas de promoção da memória*, os arquivos se reafirmam, nesse processo, como componentes fundamentais do Estado de direito, especialmente do direito à informação, à cultura e à memória (Knauss 2009)[3]. Os arquivos da ditadura brasileira podem ser considerados «os lugares de memória por excelência para a recordação da repressão ditatorial» (Schmidt 2015: 161) em razão de se destacar em comparação com a precariedade de monumentos, memoriais e comemorações nacionais relativos a esse passado. Para além das fontes geradas pelos aparatos repressivos, do *corpus* documental elaborado na conjuntura das políticas e projetos de memória e reparação, ressalto a literatura e a filmografia nacional como importantes vetores que contribuem discursivamente para a representação do passado ditatorial (Figueiredo 2017; Vargas 2018a).

No que se refere especificamente às declarações testemunhais, os registros que compõem fundos documentais de arquivos brasileiros e o considerável acervo literário e audiovisual encontram-se descentralizados. A partir desse diagnóstico, tenho procurado em minhas investigações, não só contribuir para o debate em torno do «*trabalho de memória*» sobre a ditadura e sua relação com a historiografia, como também mapear os documentos escritos e orais de conteúdo testemunhal relativos aos chamados anos sombrios. Essa tarefa levou-me a caracterizar o testemunho em quatro tipos: I) *o testemunho obrigado* ou *convocado,* produzido ao longo da ditadura, encontrado especialmente em inquéritos policiais militares, termos de declaração, autos de qualificação, em processos jurídicos ou outros registros de depoimentos ; II) *o testemunho voluntário,* produzido durante ou posteriormente à ditadura, em situação espontânea, registrado em suportes variados; III) *o testemunho sobrevivente motivado pela justiça de transição*, por meio de declarações produzidas no contexto das medidas de memória e reparação promovidas pelo Estado; IV) *o depoente*

(3) As principais legislações voltadas para a gestão arquivística no âmbito nacional foram sancionadas após a Constituição de 1988, no processo de restauração do Estado de direito e de busca de aprofundamento da democracia. A Lei nº 8.159/1991, conhecida como a Lei de Arquivos, a Lei nº 5.584/2005, que criou o Centro de Referência Memórias Reveladas, a Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de acesso à informação pública. Sobre a proteção e o acesso dos documentos elaborados pelas instituições estatais ao longo da ditadura, o projeto Memórias Reveladas, funciona como uma rede nacional interligando variados acervos sobre o assunto preservados pelos arquivos públicos espalhados pelo país.

convocado durante o Estado democrático de direito, que corresponde às declarações de civis ou militares supostamente envolvidos nas graves violações de direitos humanos, que, em alguns casos prestaram depoimentos no percurso das ações cíveis ou penais que tramitaram e tramitam na justiça, apesar de a Lei de Anistia de 1979 ser interpretada como um obstáculo para que as ações sigam até a última instância. As declarações dos convocados pela CNV também exemplificam esses depoimentos, uma vez que esta foi a única Comissão estatal com autoridade para convocação de autores de crimes contra a humanidade. É importante reiterar que essa caracterização foi formulada com base em uma reflexão que busca compreender o testemunho referente ao caso brasileiro, em suas variações e de maneira relacional, considerando as situações e condições nas quais foram elaborados e os suportes em que esses registros estão fixados. Vale sublinhar a importância dos trabalhos de Michael Pollak (2000: 186-201), com relatos de vítimas do nazismo, para esta caracterização no que tange às formas do testemunho. Seu trabalho a partir da metodologia da história oral com o cruzamento dos resultados de declarações de mesma natureza em outros suportes, situações e condições, demonstraram que quanto mais voluntária a declaração maior a espontaneidade para a expressão dos sentimentos e silenciamentos. E que nos casos de declarações destinadas ao fim probatório, em situações oficiais, como em juízo, os conteúdos tenderam a ser mais objetivos e pautados em menor medida nas emoções, bloqueando, assim, aspectos relevantes da composição das lembranças.

Para fins de análise deste artigo, chamo atenção para o *testemunho voluntário,* registrado a partir da vontade ou necessidade daquelas/es que viveram experiências de excepcionalidade e que registraram em suportes variados, como em livros de memórias, autobiográficos, autoficticios, em cartas, diários, letras de músicas, poemas, peças teatrais desde que autorreferenciais. Este processo de elaboração do passado de conteúdo testemunhal também pode aparecer na expressão oral para compor discursos fílmicos, projetos de história oral, gravações caseiras e entrevistas para rádio e televisão. Como já mencionado, em relação aos registros realizados nas demais situações, o *testemunho voluntário* é o mais livre quanto aos conteúdos e as subjetividades manifestadas. A condição voluntária permite o exercício de *trabalho de memória*, a priori, sem se vincular explicitamente a obrigações, limites ou proibições. Nesse sentido, a elaboração do passado ganha sentido sem se ligar a uma

finalidade pautada por uma legislação ou obrigação jurídica, visando acusação ou buscando criar um elemento de prova judicial[4].

Cabe ressaltar, portanto, que o registro do testemunho histórico na condição voluntária acerca da ditadura brasileira é o relato daquelas pessoas que foram atingidas pela perseguição, violências ou graves violações de direitos humanos. Não obstante, também constam em livros e filmes os discursos de agentes públicos e de militares que estiveram a serviço do Estado durante a ditadura. Por conseguinte, ressalta-se que os relatos de militares ou civis que colaboraram com o regime ditatorial ou com o aparato repressivo, compartilham com o testemunho sobrevivente apenas uma situação semelhante: aquela em que expressam suas lembranças na condição voluntária. Nas demais situações, o requerimento para que testemunhos expressem suas declarações acerca do passado não é o mesmo para os atingidos pela repressão e para os colaboradores do regime.

Perante a diversidade de condições em que as elaborações sobre o passado são articuladas por pessoas que estiveram lá e das formas em que foram inscritas essas experiências, selecionei alguns registros de conteúdo testemunhal precursores que se materializaram em livros. Como estudo de caso será explorado o *testemunho voluntário* – suas estratégias narrativas para tratar de questões sensíveis – em parte das produções literárias que dizem respeito a um agente político, o jornalista e deputado federal de 1966 a 1968, Márcio Moreira Alves.

Brasil, 1966: Torturas e torturados, e a circulação de vozes dos primeiros testemunhos sobreviventes

Torturas e Torturados (1966), de Márcio Emanuel Moreira Alves (1936-2009) está entre os primeiros livros de conteúdo testemunhal publicados no Brasil logo após o golpe de 1964. Moreira Alves passou a utilizar o

(4) Os resultados dessa pesquisa estão compartilhados em uma plataforma digital chamada Vozes da ditadura: Banco de testemunhos da história recente (https://www.ufrgs.br/vozesdaditadura/), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História e ao Laboratório de estudos sobre os usos políticos do passado (LUPPA), ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil. Uma significativa porcentagem dos livros identificados como de conteúdo testemunhal e os documentários que utilizam o testemunho como recurso, constam nas bases de dados, no caso dos livros, da Fundação Biblioteca Nacional e, no caso da filmografia, na Cinemateca Brasileira.

canal da grande imprensa para informar o que vinha ocorrendo com presos por motivação política por meio do discurso jornalístico, como escritor do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro. Embora o jornalista tenha sido uma testemunha de um momento histórico para o país, no livro, mais que do que alguém que declara em primeira pessoa, desempenha a função de mediador. Ele foi a pessoa que selecionou, recortou, editou o que, no final das contas, passou do acervo, dos bastidores e das páginas do *Correio da Manhã*, ao livro. Diante das informações que angariou ou recebeu pelo jornal, Moreira Alves optou por criar um espaço de exposição das barbáries vivenciadas pelas pessoas detidas por motivação política, reunindo declarações prestadas por prisioneiras/os políticas/os a uma comissão civil de investigações.

O livro *Torturas e Torturados* foi precursor em relação ao conteúdo das denúncias de graves violações de Direitos Humanos ocorridos após o golpe de 1964. Embora o conteúdo da Declaração Universal de Direitos Humanos, difundido principalmente pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos, não estivesse ainda incorporado na gramática dos movimentos sociais e políticos brasileiros, é possível pensar que a obra *Torturas e Torturados*, introduz na sociedade brasileira a matéria do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM). Esse último, que elaborou uma versão compilada para circular como livro a partir de 1985, propagou o retrato do *terrorismo de Estado* denunciado pelos indiciados em muitas declarações dos mais de 700 processos de presos políticos que tramitaram no Superior Tribunal Militar durante o regime. Ainda que *Torturas e Torturados* não tenha sido tão efetivo na sua propagação, uma vez que foi lançado no início do regime, e que sua escala de abrangência tenha sido menor (foram cerca de 100 relatos), parece-me que seu objetivo corresponde em certa medida ao que visava o BNM: fazer circular socialmente os crimes cometidos pelas instituições e agentes de Estado. Mesmo que seja reconhecida a diferença entre a matéria prima que estrutura o livro BNM e o *Torturas e Torturados*, o trabalho de Moreira Alves «trata-se de um processo extremamente importante para o registro histórico daquele período da vida política nacional» (BNM 78_Tomo III _ Perfil dos Atingidos: 245).

O ponto de confluência entre os dois livros, entretanto, está na base testemunhal de ambos. Esse foi o eixo que mobilizou jornalistas e religiosos de prestígio social a arriscarem-se perante o regime e engajarem-se em uma produção literária de conteúdo estarrecedor e de denúncia

para o conhecimento da sociedade brasileira ou do exterior. O autor relata como se inseriu na matéria da tortura como colunista do *Correio da Manhã* e de que forma passou a se engajar no trabalho de investigação a partir do recolhimento de testemunhos e discursos de militares. O próprio regime tratou de tirar do caminho essas «incômodas vozes dissonantes», já que foi o responsável por patrocinar tempos depois o fechamento do *Correio da Manhã*, representante de um modelo tradicional de imprensa, o qual antecedia o processo de padronização e oligopolização dos meios de comunicação que se propagou posteriormente (Aquino 1999: 17). Pela lógica militar de afastar todas as possibilidades de construção do retrato de que o golpe de 1964 viera para aprofundar a repressão, *Torturas e Torturados* esteve entre os livros de não ficção censurados após a sua publicação (Reimão 2014: 82).

Por seu conteúdo e pela dificuldade de circulação no momento em que foi publicado, *Torturas e Torturados* pode ser considerado como parte de um acervo de documentos sensíveis elaborados na ditadura. No processo de *justiça de transição* que teve como um dos efeitos as políticas arquivísticas que tratam de graves violações de direitos humanos, vieram à tona as discussões em torno do «direito à privacidade, à proteção da imagem e da honra das vítimas» tanto nos arquivos secretos, como em outros documentos, os quais passaram a ser considerados «sensíveis», uma vez que se dedicam à análise de violações e tocam em «eventos traumáticos» para pessoas e grupos sociais (Fico 2012: 44). A tortura e o trauma decorrente dessa prática são frequentemente abordados pelos estudos historiográficos acerca da ditadura, e pela fala sobre a tortura ser, para aquele que a sofreu, sempre um ato político (Araújo 2020), uma vez que se torna tão difícil evitar o confronto entre questões de natureza ética e epistêmica (Fico 2012: 57).

O desafio epistêmico para a historiografia, a partir do testemunho e de memórias sobre questões sensíveis, se evidencia ainda hoje pela complexidade de temas que as experiências da ditadura inseriram no discurso histórico e que *Torturas e Torturados* sugeriu ao relatar os casos: a variada tipologia das torturas; o estupro e o horror gerado pela solitária para camponesas/es e o suicídio entre estas/es como saída daquele ciclo; a participação feminina na resistência; as pessoas negras e o racismo institucional; a perseguição aos jornalistas; o sofrimento psíquico de algumas/uns ex-presas/os políticas/os que desencadearam distúrbios mentais em decorrência das situações de violência extrema

e o «emprego de terapêutica psiquiátrica (*preparação psicológica, soro da verdade, hipnotismo*)» a internação compulsória de presas/os políticas/os; a militarização dos hospitais psiquiátricos; a intervenção de arcebispos em defesa de presas/os políticas/os; a tortura às/aos trabalhadoras/es; a colaboração direta, nas práticas de sequestro e tortura, de civis, de médicas/os e juristas para falsas versões de mortes e nas ações terroristas de Estado; a variedade de locais de detenção e tortura; a identificação de alguns torturadores; o medo imposto pelo Estado de exceção.

França-Cuba-Brasil, 1972: o *testimonio* como gênero da literatura e sua interlocução com a escrita da história

Em 1972, Moreira Alves foi agraciado pelo governo de Cuba com o prêmio *Casa de las Américas* na categoria «*testimonio*» (Blanes 2015; Forné 2015). Esta era a segunda vez que o gênero literário fora reconhecido pelo júri e a primeira que a honraria coube a um brasileiro. O livro destacado pelo prêmio, *Un grano de mostaza: el despertar de la revolución brasileña*, foi elaborado pelo escritor na condição de exilado político e publicado em quatro idiomas: espanhol, inglês, francês e português(5). Moreira Alves saiu do Brasil em dezembro de 1968, quando o Congresso Nacional foi fechado pelo Ato Institucional nº 5 e retornou em 1979, ano de promulgação da Lei nº 6.683, conhecida como Lei da Anistia política. Ao longo desses anos, Moreira Alves, residiu e visitou países latino-americanos e europeus onde estudou, ministrou aulas, publicou suas memórias e ajudou a difundir o testemunho de outras pessoas que sobreviveram à sanguinária ditadura civil-militar brasileira.

Un grano de mostaza: el despertar de la revolución brasileña, segundo os jurados do prêmio *Casa de las Américas*, enquadrou-se na categoria *testimonio,* não só por atender os critérios que caracterizam o gênero, como

(5) Exemplares das edições em espanhol *Un grano de mostaza: el despertar de la revolución brasileña* (1972) e em inglês *A grain of mustard seed: the awakening of the Brazilian Revolution* (1973), encontram-se no catálogo de obras gerais da Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). De acordo com os catálogos das Biblioteca Nacional de Portugal e da *Bibliothèque Nationale de France*, exemplares do livro em português, espanhol, inglês e francês constam como patrimônio. O jornalista morou em Paris e Lisboa durante o exílio. A versão em português *O despertar da revolução brasileira* consta na lista dos livros de autores brasileiros censurados pela ditadura (Reimão 2011).

sendo um discurso documental baseado na realidade com potencialidade para uma intervenção social e política nos acontecimentos históricos dos países latino-americanos, mas por sua qualidade literária para uma obra não fictícia (Forné 2018: 40).

Aqui caberá uma breve digressão acerca do *testimonio*. O reconhecimento e a institucionalização do gênero testemunho para a literatura latino-americana tem como evento fundador o *Premio Casa de las Américas*, um dos produtos das políticas culturais implementadas pela Revolução Cubana (García 2012). O fenômeno do testemunho na literatura emergiu em um contexto de transformações políticas e culturais no continente americano, especialmente para os países penalizados pelo conflito ideológico entre Estados Unidos e União Soviética no processo de *latino-americanização da guerra fria* (Wasserman 2010: 32). A politização do campo intelectual, tanto da literatura quanto do cinema e o rompimento com as tradições estéticas estabelecidas, acompanhou os processos revolucionários e promoveu mudanças também nas expressões e nos sentidos do período (García 2012). Logo, o *testimonio* que trata das questões sensíveis com base em fatos reais contribuiu para a estetização da política por meio da linguagem literária e cinematográfica, o que envolve a escrita, a oralidade e as artes visuais.

Embora o testemunho se trate de um *corpus* específico do discurso literário latino-americano da segunda metade do século XX, um dos problemas de caracterização desse gênero literário está na diversidade de textos que dizem respeito a própria categoria do testemunho enquanto tal (García 2012). Dessa maneira, o estatuto do testemunho desafiou a noção de cânone literário e abalou não apenas o campo da linguagem, mas o das humanidades, dado que na historiografia sobre as ditaduras verifica-se um uso dos testemunhos pouco mediado criticamente (Elmir 2010: 156). É indubitável que a violência, marca aprofundada pela tecnologia da guerra no século XX, seja constituinte do testemunho literário latino-americano, sobretudo nos relatos de sobrevivência de situações-limite e excepcionais como crimes de Estado, guerras e conflitos armados internos, a pobreza e a extrema desigualdade social própria desses países (García 2012).

Seligmann-Silva explicita a distinção que a teoria literária faz entre o *zeugnis* (testemunho) como o que emergiu no contexto posterior ao totalitarismo europeu com os sobreviventes dos campos de concentração, e o *testimonio*, como gênero instituído em Cuba. Esse último, por sua vez, englobaria relatos que abordassem problemas sociais, em uma perspectiva política, partindo de uma voz que embora fosse individual

representasse uma vivência coletiva (Seligmann-Silva 2001). Ainda que ambos os testemunhos possam esboçar um trabalho de memória, o autor situa o termo *testimonio* a partir de alguns elementos, dentre os quais, para a discussão desse artigo, sublinho: a pessoa que testemunha, a qual pela teoria do *gênero*, tende a destacar o ser coletivo do testemunho, a partir de uma mirada da política, da memória e da história em uma necessidade de se fazer justiça, de se conquistar um espaço para as suas vozes e as dos seus (Seligmann-Silva 2001: 126-127).

Retornando ao caso, Moreira Alves tinha 36 anos quando seu livro foi premiado em Cuba. O Brasil seguia presente em suas reflexões como território protagonista de seu relato. Homem branco, herdeiro de elites políticas e econômicas de excelente formação escolar e profissional, são elementos que certamente contribuíram para o acúmulo de significativo capital político, ainda mais após seus últimos discursos na Câmara dos Deputados(6).

O júri do *Prêmio Casa de las Américas* em 1972, ao escolher o livro do brasileiro como representativo do gênero *testimonio*, reconheceu que a obra podia ser classificada como uma autobiografia intelectual ou um livro de memórias, uma vez que relacionava a sua tomada de consciência acerca das transformações sociais ao «despertar da revolução brasileira» (Forné 2018). As denúncias difundidas por Moreira Alves, nas palavras do júri, com «relevante beleza literária», diziam respeito ao sistema sócio econômico e político do país, que levaram-no a uma crítica radical dos vícios estruturais que submetia operários e camponeses ao sofrimento, embora o relato fosse mais autobiográfico do que uma compilação de diversas vozes, em um comparativo com outras obras daquele contexto (Forné 2018), e que, cabe ressaltar, desviasse da voz subalterna. Em

(6) Márcio Moreira Alves (1936-2009) iniciou sua carreira política como assessor ministerial das pastas Relações Exteriores e da Fazenda no início dos anos 1960 ao mesmo tempo que concluiu o Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais. A partir do primeiro Ato Institucional, assinado por uma junta militar em 09 de abril de 1964, passou a criticar publicamente e se opor as ações do governo ditatorial. Em 1966, na vigência do bipartidarismo, foi eleito como deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), exercício que cumpriu até a cassação do mandato em dezembro de 1968. Embora estivesse no exterior, foi julgado pela 2ª Auditoria da Marinha, absolvido e, posteriormente, essa decisão foi revista e anulada pelo Superior Tribunal Militar, levando-o a condenação e, posteriormente, à condição de anistiado político. Para maiores detalhes, consultar: FGV/CPDOC. Verbete biográfico Márcio Emanuel Moreira Alves. Alves, Marcio Moreira. Marcio Moreira Alves II (depoimento, 1997). Rio de Janeiro: CPDOC/ALERJ, 1998.

vista disso, parece-me que a seleção do júri confirmou que o gênero *testimonio* se estruturava em elementos nada ortodoxos, em coerência com a heterogeneidade de situações e de reflexões próprias da realidade latino-americana, não se detendo a um perfil de autoria e permitindo, com essa flexibilidade, a circulação das marcas do *terrorismo de Estado* na perspectiva dos mais diversos agentes.

Com a difusão e visibilidade de seus escritos, o exilado Moreira Alves, do outro lado do Oceano Atlântico, inscreveu o seu caso, ligado ao Brasil sob ditadura, na literatura hispano-americana inserindo sua experiência nas memórias públicas em uma dimensão transnacional. Materializado em livro, de modo que circulasse para além das fronteiras, o envio para Cuba é um indício de que desejava dialogar com destinatários latino-americanos engajados em uma luta antissistêmica, anticolonialista e contra o imperialismo norte-americano. Um ano após a premiação, em 1973, Moreira Alves visitou Cuba para participar como jurado do mesmo prêmio literário *Casa de las Américas*. A temática da ditadura brasileira seguiu tendo distinção uma vez que foi também reconhecido na categoria *testimonio*: o livro *Los Subversivos*, escrito por Antonio Caso, de origem mexicana, que apresentava uma compilação de relatos de revolucionários brasileiros que estavam no exterior (Forné 2015: 252).

Portugal-Brasil, 1976: relatos transnacionais sobre experiências, conhecimentos e rupturas

Ainda no exterior, em 1976, Moreira Alves participou de um empreendimento que buscou captar diversas vozes de exiladas/os brasileiras/os. A coletânea *Memórias do exílio, Brasil 1964-19?? – 1. De muitos caminhos*, teve sua primeira edição em língua portuguesa publicada pela editora Arcadia, de Lisboa, e a primeira edição brasileira pela editora Livramento, de São Paulo, em 1978. A obra foi coordenada por Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, Jovelino Ramos e patrocinada pelos intelectuais Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré, todos exilados e inseridos em uma pluralidade de condições advindas da situação marcada pelo desterro. O fenômeno caracterizado por uma ruptura abrupta entre a pessoa e seus espaços de pertencimento obrigando-a a um distanciamento de seus projetos pessoais e públicos é matéria de longa data da escrita da história. Para o caso dos exilados durante a ditadura brasileira, com

mais enfoque nos escritos de Moreira Alves, à luz de suas contribuições como testemunho, considero que seus registros durante o afastamento revelam suas elaborações tanto das situações que o impediram de permanecer no Brasil, como as suas impressões em relação ao seu país e ao seu percurso, posto que: «A trajetória exilar trama uma relação tensa entre histórias e memórias, constitui biografias tocadas pela ruptura e pela descontinuidade e produz relatos que aspiram a uma coerência imaginária – esforços narrativos que lançam desafios às categorias de tempo, espaço e identidade» (Jensen; Parada 2015: 406). O testemunho do exílio, nesse sentido, possui um conteúdo que expõe a sobrevivência à perseguição. Ainda que as experiências sejam bastante plurais e que possam ter sido positivas para algumas pessoas, reservadas as diferenças, não há pretensão de excluir a condição de exilado dos demais sobreviventes de violências e situações extremas.

No texto referente a entrevista de Moreira Alves é possível identificar um *antes* e um *depois* do exílio, tal como demandado pelos entrevistadores e comentado na introdução do livro. O testemunho é desenvolvido em primeira pessoa no qual destaca alguns episódios de sua trajetória que se ligam ao passado anterior à partida do Brasil. Ao realizar a apresentação menciona sua origem abastada pelo lado paterno com políticos de Minas Gerais e pelo lado materno com plantadores de café escravocratas do Rio de Janeiro. Tais indícios demonstram que Moreira Alves se via na necessidade de explicitar seu lugar de herdeiro de deputados e barões, revelando sua familiaridade com a alta burguesia brasileira, proveniente, segundo suas palavras da «antiga Corte, da Capital Federal do Rio de Janeiro» (Alves 1978: 226). Esse lugar certamente não está demarcado por acaso, afinal, por que a ditadura teria interesse em querer longe um filho da elite brasileira? Após o tema da origem familiar, o exilado passa a discorrer sobre sua formação profissional e superior, conta que apesar de ter se bacharelado em Direito sua grande escola foi a prática jornalística. A condição de herdeiro da burguesia mineira-carioca não só não o desestimulou de trabalhar desde os 18 anos, como facilitou sua inserção no *Correio da Manhã*, em meados dos anos 1950, considerado por ele «o maior jornal do Rio». Seria possível, por meio dessa passagem, aferir que Moreira Alves identificava a sua condição privilegiada de classe, raça e gênero?

Moreira Alves não omite que antes do golpe de 1964 se consolidar era simpático a essa ideia e atribuiu (a entrevista para o livro é realizada aproximadamente uma década depois do início da ditadura no Brasil) seu

apoio inicial ao golpe por sua condição de classe, sua «precária educação política» e, em certa medida, por não dar crédito a possibilidade de sua concretização (Alves 1978: 228). Seu testemunho, além de relacionar a mudança de posição política à experiência do exílio e à dedicação aos estudos no exterior, situa que o marco para o seu «aprendizado da realidade brasileira, vista pela banda podre», foi no processo de recolhimento de relatos sobre a repressão e, especialmente, na reunião de cerca de cem testemunhos que resultou no livro *Torturas e Torturados* (Alves 1978: 228). O estudo sobre a sistemática da tortura, segundo suas palavras, o levou a «ver a minha própria classe e a desligar-me dela» (Alves 1978: 228). Moreira Alves refere na entrevista que viu na política formal um espaço para seguir seu trabalho de crítica ao governo militar e de denúncia da repressão, já que como jornalista estava cada vez mais impedido. Uma vez candidato, em 1966, foi eleito e passou a integrar um seleto grupo de parlamentares que buscavam enfrentar os representantes da elite econômica, que ocupavam as instituições estatais. O jornalista refere novamente o discurso proferido no plenário da Câmara em 1968 e o fechamento do Congresso Nacional em 13 de dezembro, o que levou brasileiras/os a serem golpeadas/os em seus direitos de maneira ainda mais declarada.

Na segunda parte do texto, ele elege a chegada ao Chile em dezembro de 1968, para iniciar sua reflexão em torno da experiência de ser um estrangeiro em exílio. Em sua visão, sair do Brasil pelo Chile, viver um ano e meio naquele país, era uma oportunidade de aproximá-lo de uma realidade hispano-americana, na sua avaliação, tão desconhecida pelas/os brasileiras/os. Com essa ideia de conhecer mais sobre os países vizinhos do Brasil, buscou aproveitar um dos sentimentos que o exílio aguça ou desperta: a vontade de *saber*, um convite à «introspecção e à reflexão» (Alves 1978: 232). Dentre os lugares que passou, Cuba aparece com destaque, sendo o país que mais o impactou e provocou mudanças no seu olhar sobre as coisas. Na sequência, ele reafirma que seu aprendizado iniciado com o golpe, se aprofundou com as passagens por Cuba. Em 1974, Moreira Alves residiu na ilha por alguns meses pesquisando o operariado cubano(7). A imagem de Havana marcada em sua lembrança aparece como metáfora de outra situação: «Coloquei os óculos durante

(7) Não está referido na entrevista, mas como resultado desse estudo, Moreira Alves publicou em 1976, *Suor e alegria: os trabalhadores de Cuba*. FGV/CPDOC. Verbete biográfico Márcio Emanuel Moreira Alves.

o exílio e essa tal cara dura do Brasil tornou-se muito nítida, com as suas rugas, com as suas cicatrizes. A sociedade brasileira deixou de ser para mim uma negociação entre as classes sociais» (Alves 1978: 233).

Esse excerto sugere que a identificação de que a classe à qual pertencia era também a responsável pela exploração, opressão e repressão é explicitada. Moreira Alves define o exílio como uma *ruptura*, «eternamente cortante» (Alves 1978: 230) que exige *paciência* e permite, para quem quiser aproveitar o tempo vivido no desconhecido, grandes *descobertas* e uma particular *integração* nas lutas do povo. Ao insistir na *ruptura*, Moreira Alves reconheceu que esta não foi apenas quanto a terra, ao trabalho, a realidade acumulada na vida, mas uma *ruptura* que alcançou profundamente a questão de classe e se estendeu para a linguagem, dado que das oportunidades que teve em reencontrar antigos conhecidos verificara que já não tinham «nenhum ponto de interesse comum» (Alves 1978: 232). Essas reflexões, além de revelarem o desconforto com o lugar de privilégio que ocupava, com a necessidade de rearranjar o seu pertencimento, parecem indicar certa *vergonha*, e, talvez, *culpa,* por ter sua origem ligada aos grupos parte da engrenagem que sustentou a sistemática de terrorismo econômico, social e cultural aprofundado e acelerado pela ditadura[8].

Considerações finais

> *Repudiando a tortura, lutando contra a sua prática, tornei-me, pela primeira vez, brasileiro.*
>
> (Moreira Alves 1978: 228)

A historiografia, que por tradição, marca o lugar dos mortos no passado, indica um ponto de interseção entre testemunhos históricos e historiadoras/es. Quanto ao papel ético, político e ativo das/os historiadoras/es em analisar o tempo presente à luz dos procedimentos disciplinares de maneira que a epistemologia ganhe espaço socialmente, utilizo uma figura trazida por Catroga, a do *remembrancer,* aquele que tem a missão de lembrar as pessoas aquilo que elas mais desejam esquecer (Catroga 2011: 53).

(8) Sobre a vergonha e a culpa que acompanha o testemunho sobrevivente, consultar Agamben 2008.

Esse artigo buscou refletir, de maneira abrangente, sobre as questões sensíveis levantadas pelos testemunhos da ditadura brasileira, considerando os impactos que o tempo e o espaço de elaboração do passado e as condições e situações em que são retratados influenciam nos conteúdos das declarações. E mais especificamente, procurei abordar os registros de conteúdo testemunhal de Moreira Alves, de forma a demonstrar que as seleções realizadas por ele, para além da necessidade de difusão dos crimes e violações, correspondem fortemente às suas questões subjetivas, pautadas pelas suas emoções. Segundo a frase que abre este tópico, foi nesse espaço de denúncia e de combate às práticas repressivas que o jornalista passou a enxergar-se como brasileiro. Entretanto, Moreira Alves não se colocou como relator das rupturas de sua vida pessoal e política apenas da sua perspectiva pessoal. Pelo contrário, na entrevista para o livro *Memórias do exílio*, ele credita às dezenas de testemunhos que ouviu e publicou em *Torturas e Torturados* o grande motivo para a sua virada política. Desse modo, se em 1966, ele cumpre o papel de mediador das declarações de denúncia da sistemática da tortura, em 1972, ele realiza uma autobiografia com conteúdo memorialístico misturado às questões públicas e políticas que efervesciam no país, em 1976, ainda que em um relato mais curto, é quando o jornalista parece realizar um *trabalho de memória* sobre seu passado recente e a história do Brasil em ditadura. Nesse caso, não se tratava de tornar presente somente a sua palavra, mas a palavra das pessoas que não pertenciam as elites brasileiras, que não possuíam um canal de comunicação com os grandes veículos de imprensa, que, no exílio, não conseguiram remeter ao país de origem o quanto o seu lugar de luta dentro do Brasil lhes fazia falta. Sob essa perspectiva mais ampla de suas publicações, é possível constatar que os textos de Moreira Alves, atendem tanto à categoria testemunho, como sobrevivente que lembra o que a sociedade deseja esquecer, como ao gênero *testimonio*, que em seu relato engloba uma coletividade.

Frente ao desafio de lidar com a fenomenologia da memória e com a epistemologia da história na análise de registros testemunhais sobre questões sensíveis, os vestígios deixados por Moreira Alves nos ajudam a acompanhar o trabalho de memória em relação às suas experiências e das que angariou em tempos de interdição da livre circulação de ideias. Além dessa aproximação com o passado, contribuem para verificarmos as suas mudanças, a (re)elaboração crítica acerca dos lugares a que pertencia, e de sua trajetória marcada pelo fio, em certa medida, bastante

fluído e promissor para um homem branco que gozava de privilégios e tinha garantida audiência e escuta. Insistir em um tom de denúncia em um momento em que pautar determinadas matérias configurava em ameaça à segurança nacional pressupõe, certamente, o desejo de que esses acontecimentos tivessem como destino a justiça.

Perante o que é selecionado pelos testemunhos ou mediadores para a posteridade e quiçá, utilizado como dado comprobatório, para ser julgado futuramente, cabe a epistemologia da história, entretanto, considerar os artifícios retóricos, a construção narrativa, os usos da ficção para retratar o real, a fim de buscar uma aproximação com o passado e de situar os modos de expressão possíveis de serem articulados por homens e mulheres que viveram nos anos da ditadura civil-militar brasileira. Para tanto, identificar e acompanhar o processo de trabalho de memória, verificar as condições e situações em que a palavra é registrada, caracterizar os suportes que permitem a preservação e o acesso aos relatos são procedimentos fundamentais para que a operação historiográfica seja concluída. Logo, elementos que podem parecer como intrínsecos para aquelas/aqueles que produzem sentido ao vivido como singularidades, subjetividades, sensibilidades, desvios, incoerências, insistências, repetições, silenciamentos, lacunas, fragmentos, dificuldades, desorganização e imersões nas *poéticas da ausência* (Catroga 2011) podem ser chaves metodológicas preciosas para o exercício analítico da historiografia.

Bibliografia:

Agamben, Giorgio (2008). *Homo Sacer III*: *O que resta de Auschwitz - O arquivo e a testemunha.* São Paulo: Boitempo.

Alves, Marcio Moreira (1998). *Marcio Moreira Alves II (depoimento, 1997)*. Rio de Janeiro: CPDOC/ALERJ. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista586.pdf (acesso em 11/02/2021).

« – » (1996). *Torturas e Torturados*. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_torturas_e_torturados.pdf (acesso em 11/02/2021).

« – » (1978). In Pedro Celso Uchôa Cavalcanti; Jovelino Ramos (coords.), *Memórias do exílio. Brasil 1964-19?? 1. De muitos caminhos*. Editora Livramento.

« – » (1968). *Discurso*. Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/radio/programas/273666-ato-institucional-5-integra-do-discurso-do-ex-deputado-marcio-moreira-alves-02-51/ (acesso em 20/01/2021).

Aquino, Maria Aparecida (1999). *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento.* Bauru: EDUSC.

Blanes, Jaume Peris (2015). "El premio Testimonio de Casa de las Américas. Conversación cruzada con Jorge Fornet, Luisa Campuzano y Victoria García". *Kamchatka. Avatares del testimonio en América Latina*.

Cavalcanti, Pedro Celso Uchôa; Ramos, Jovelino (coords.) (1978). *Memórias do exílio. Brasil 1964-19?? 1. De muitos caminhos*. Editora Livramento.

Catroga, Fernando (2011). *Os passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da História*. 2ª ed. Coimbra: Edições Almedina.

Elmir, Cláudio Pereira (2010). "Desafios metodológicos da literatura de testemunho para o trabalho do historiador", in Ana Lúcia Tettamanzy, Jocelito Zalla, Luís Fernando D'Ajello (orgs.), *Sobre as poéticas do dizer: pesquisas e reflexões em oralidade*. São Paulo: Letra e Voz, 154-162.

Ferreira, Marieta de Moraes (2018). "Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil", *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, 80-108.

FGV/CPDOC. *Verbete biográfico Márcio Emanuel Moreira Alves*.

Fico, Carlos (2012). "História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis. O caso brasileiro", *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, n. 47, 43-59.

« – » (2017). "Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas", *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n° 20, 05-74.

Figueiredo, Euridice (2017). *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

Forné, Anna (2015). ""Una suma de negaciones": Apuntes sobre el género testimonial y el Premio Casa de las Américas (1970-1976)", *Kamchatka. Avatares del testimonio en América Latina*.

« – » (2018). "The Politics of Poetics: Latin American Testimonial Literature and the Casa de las Américas Literary Prize (1970-1975)", *Studies in Testimony*, 1, 31-51.

García, Victoria (2012). "Testimonio literario latinoamericano: Una reconsideración histórica del género", *Exlibris*, (1), 371-389.

Hartog, François (2017). "La présence du témoin", *L'homme*, 223-224, 169 a 184.

Jelin, Elizabeth (2002). *Trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI.

Jensen, Silvina; Parada, Maurício (2019). "Exílio e afastamento: considerações sobre uma hermenêutica da distância?", *Tempo*, Vol. 25, n. 2, Niteroi, 405-410.

Knauss, Paulo (2009). "Usos do passado, arquivos e universidade", *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, n. 40, ano 22, 09-16.

Moreira Alves, Maria Helena (1984). *Estado e oposição no Brasil* (1964-1984). Petrópolis: Editora Vozes.

Motta, Rodrigo Patto Sá (2018). "Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5", *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 79, 195-216.

Nascimento Araújo, Maria Paula (2020). "História Oral e memória da ditadura militar. O papel dos testemunhos", in Angela de Castro Gomes, *História Oral e historiografia. Questões sensíveis.* São Paulo: Letra e Voz.

Pollak, Michael (2000). *L'experience concentrationnaire. Essai sur le maintien de l'identité sociale*. Paris: Éditions Métailié.

Reimão, Sandra (2011). *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar.* Universidade de São Paulo, São Paulo. Tese Livre-Docente Comunicação e Cultura.

« – » (2014). ""Proíbo a publicação e circulação..." – censura a livros na ditadura militar", *Estudos Avançados*, 28 (80), 75-90.

Ricœur, Paul (2007). *A memória, a história, o esquecimento.* Campinas, SP: Editora da Unicamp.

Schmidt, Benito Bisso (2015). "De quanta memória precisa uma democracia? Uma reflexão sobre as relações entre práticas memoriais e práticas democráticas no Brasil atual", *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 42, 153-177.

Seligmann-Silva, Márcio (2001). ""Zeugnis" e "Testimonio": um caso de intraduzibilidade entre conceitos", *Revista Letras*, Santa Maria, UFSM: PPGL, 121-130.

« – » (2010). "O local do testemunho", *Tempo e Argumento,* Florianópolis, v. 2, n. 1, 3-20.

Vargas, Mariluci Cardoso de (2018a). *O testemunho e suas formas: historiografia, literatura, documentário. Brasil (1964-2017).* Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPGH/UFRGS.

« – » (2018b). "O testemunho de atingidos pela perseguição ditatorial na perspectiva filial", *Mouseion,* nº 31, 43-58. Canoas: Ed. Unilassale.

« – » (2020). *Vozes da ditadura: banco de testemunhos da história recente*. Porto Alegre/RS/Brasil: PPGH/LUPPA/UFRGS. Disponível em https://ufrgs.br/vozesdaditadura (acesso em 20/01/2021).

Vinyes, Ricard (direction) (2018). *Diccionario de la memoria colectiva*. Barcelona: Gedisa.

Wasserman, Cláudia (2010). "A esquerda na América Latina durante os séculos XX e XXI: periodização e debates", *Diálogos*, Universidade Estadual de Maringá, v. 14, n. 1, 19-38.

(Página deixada propositadamente em branco)

Revista de História das Ideias
Vol. 39. 2ª Série (2021)
119-140

A ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA DURANTE O ESTADO NOVO (1937-1974): DE UMA RECRIAÇÃO POLÍTICA A UMA DIFÍCIL EXISTÊNCIA COMO INSTITUIÇÃO AUTÓNOMA[1]

THE PORTUGUESE ACADEMY OF HISTORY DURING THE ESTADO NOVO (1937-1974): FROM A POLITICAL RECREATION TO A LABORIOUS EXISTENCE AS AN INDEPENDENT INSTITUTION

Christophe Araújo
Universidade CY Cergy Paris (França)
christophe.araujo@hotmail.fr
https://orcid.org/0000-0003-0630-3427

Texto recebido em / Text submitted on: 14/07/2020
Texto aprovado em / Text approved on: 18/12/2020

Resumo:

O ensejo deste artigo é mostrar como o poder político ditatorial do Estado Novo institucionalizou um tipo de discurso historiográfico próximo do seu

(1) Gostaria de agradecer ao Professor Doutor Sérgio Campos Matos pelo convite para contribuir nesta revista e pela sua confiança contínua, desde que o conheci quando iniciei a minha tese de doutoramento. Votos de continuação nesta dinâmica! Agradeço à Matilde Barahona de Castro Mendes e à Alexandra Marques pelas revisões e tentativas de caça aos meus galicismos: obrigadíssimo! Também quero agradecer aos revisores pelas propostas e correções apontadas, que me ajudaram bastante, tanto do ponto de vista formal como pelas suas sugestões. Igualmente, um destacado abraço para Margo Bernelin e Claire Schlumberger, por tornar o resumo em algo que se assemelha ao inglês: *merci à toutes les deux!*

https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_5

ideário, através da regeneração de uma defunta academia voltada para a história, desaparecida durante a época moderna. A criação da Academia Portuguesa da História, num momento de estabilização e de reforço dos alicerces do regime autoritário, inscreve-se numa dinâmica de concordância de uma grande parte dos historiadores na matriz conservadora do Estado Novo. Apoderando-se desta remota história institucional, o núcleo de fundadores da instituição, a convite do governo, seguiu entusiasta a linha traçada por ele. Mas rapidamente, a conquista de uma relativa autonomia desta instituição patenteou certas dificuldades, que se multiplicaram ao longo das décadas, devido a um pontual interesse por parte do governo que outrora a criou, provocando um desnorteamento na Academia Portuguesa da História.

Palavras-chaves:

Estado Novo; poder ditatorial; academia; instituição pública; autonomia.

Abstract:

The purpose of this article is to show how the New State's dictatorial power institutionalized a type of historiographic discourse close to its ideology, through the regeneration of the former Academy focused on History, which had disappeared during the Modern Era. The creation of the Portuguese Academy of History, at a time of stabilization and strengthening of the authoritarian regime's foundations, reveals the proximity between the scientific community and the New State's conservative matrix. Taking ownership of this distant institutional history, the Academy's nucleus founders enthusiastically followed the line drawn by the Government. However, the conquest by the Academicians of a relative autonomy generated difficulties, which multiplied over the decades, due to a dashed interest from the very same Government that had created it, causing disarray in the Academy.

Keywords:

New State; dictatorial power; Academy; public institution; autonomy.

A palavra academia faz referência ao olival consagrado ao herói mítico Akadêmos, situado fora das muralhas de Atenas, que Platão comprou em 387 a.C e onde abriu a sua escola para lecionar. O Humanismo renascentista florentino, sedento de referências antigas e de textos de Platão, decidiu homenageá-lo ao criar uma *Accademia*

Platonica em 1459 (Michaux 2007). Deixando rapidamente a referência ao ideário platónico do século XV, o termo de academia é utilizado no resto da época moderna «para designar uma assembleia científica, literária ou artística» (Knabe 2000). Estas assembleias de cultos receberam rapidamente e sistematicamente o apoio financeiro dos poderes: já a academia florentina evocada, a primeira do género, obteve o patrocínio e apoio do principal dirigente da cidade, Cosme de Médicis. O auge das criações de academias reais atinge-se entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII. Durante este período, as diferentes experiências académicas foram sempre apadrinhadas pelos reis e rainhas da Europa: cada reino queria ter e desenvolver uma academia como os outros. Em França, Luís XIII outorgou o nascimento da Academia Francesa (Carrère d'Encausse 2011) e Luís XIV multiplicou as academias durante o seu reinado. Carlos II, concedeu a criação em Londres da *Royal Society* criada em 1658 e Pedro I criou em São Petersburgo a Academia Imperial das Ciências em 1725. A Península Ibérica não escapou a esse movimento: a Real Academia Espanhola nasceu oficialmente com a cédula do rei Felipe V e poucos anos depois foi reconhecida pelo mesmo rei uma *Real Academia de la Historia* em 1738. Em Portugal contamos em primeiro lugar com uma academia voltada para a história: a Academia Real da História Portuguesa reconhecida pelo rei D. João V em 1720. A sua atividade foi crescendo, mas rapidamente perdeu o seu vigor, desaparecendo em 1776 por falta de atividade (Mendonça s.d.). Pouco tempo depois dessa extinção, foi criada por D. Maria I em 1779 a Academia Real das Ciências, cujo aparecimento é um pouco tardio em comparação com as outras academias do iluminismo europeu. A sua atividade permaneceu até hoje. A Academia das Belas Artes de Lisboa, criada em outubro de 1836 por D. Maria II completou a paisagem académica de Portugal.

Criar uma academia é, portanto, um ato de interesse científico, mas também político na medida em que se inscreve quer numa impulsão ativa do poder, quer num grupo de sábios que espera o reconhecimento régio para existir oficialmente. Assim, sem financiamento privado, era o poder que permitia – e permite – o funcionamento de uma instituição cujo caráter público foi reconhecido, atribuindo-lhe verbas para a sua viabilidade. A Ditadura Nacional e depois o Estado Novo mostraram uma apetência em alargar o quadro académico português: além da Academia das Ciências de Lisboa vigente, o poder ditatorial decidiu regenerar a

Academia Nacional das Belas Artes em 1932[2] e a Academia Real da História Portuguesa em 1936, cujo nome é alterado para Academia Portuguesa da História[3]. Essas criações académicas acrescentavam-se às Universidades, completando um campo intelectual[4] português que era cada vez mais controlado pelo poder (Torgal 1999; Matos 2013). Este artigo propõe debruçar-se sobre a natureza da relação entre o Estado Novo e a Academia Portuguesa da História, da criação da Academia[5] em 1936 até à queda do regime ditatorial em 1974.

Focar-me-ei sobretudo na vida institucional desta Academia, não tanto sobre a sua grande produção intelectual, já que um recente estudo de António Silva Rêgo se focou neste aspeto (Rêgo s.d.). Os estudos sobre esta instituição são pouco extensos (Torgal 1998: 283-291; Mendonça s.d.). A fim de vislumbrar o desenvolvimento da Academia ao longo deste período de quase quatro décadas, dispomos da documentação publicada pela instituição, constituída pelos *Boletins* e *Anais*, mas também dos processos individuais dos académicos, disponibilizados após a morte do académico. Mas para responder à nossa problemática focada na vida da referida instituição e tendo em conta o limite de carateres, analisarei nesta contribuição apenas os boletins[6]. Eles contêm o relatório das atas do Conselho Académico, que reúne os dirigentes da

(2) Não teremos aqui a oportunidade de desenvolver esta outra regeneração académica durante a Ditadura Nacional pelo decreto-lei n° 20 977 de 5 de Março de 1932: a sua história ainda fica para aprofundar.

(3) Além do desaparecimento do adjetivo «real», que na situação política do Estado Novo não era adequado, observamos também que o adjetivo «portuguesa» passou antes de «história». Poderíamos supor que esta inversão salienta, de certa forma, uma prioridade dada à nação antes da ciência. Pelo menos é a impressão que nos dá.

(4) Uso o conceito de campo intelectual no sentido conferido por Pierre Bourdieu que o aplicou a vários setores além do intelectual (Bourdieu 1966). Mesmo se durante a sua intensa produção ao longo das décadas, ele deu várias definições, Paul Dirks, bom conhecedor da obra de Bourdieu, propõe que campo «refere-se a qualquer parte do espaço social que tenha adquirido um grau de autonomia suficiente para reproduzir a crença na validade do seu princípio fundador» ou seja que perante os outros campos da vida, religioso, político, social, económico, o campo intelectual tem os seus próprios critérios que o individualizam (Dirks, sem data).

(5) Daqui por diante, o uso do termo Academia, com maiúscula, refere-se à Academia Portuguesa da História.

(6) Os boletins são publicados anualmente, tirando os dois primeiros anos, 1937 e 1938, que estão no mesmo volume, reunindo o número 1 e 2. Para evitar uma multiplicação dos parêntesis no artigo, quando fizer referências a uma data, são dados contidos no boletim do mesmo ano. Exemplo: a data do 28 de abril de 1941 está no Boletim do ano 1941, publicado em 1942.

Academia, assim como as atas das sessões académicas, tanto ordinárias como extraordinárias. De facto, o objetivo é sobretudo pensar a Academia como uma instituição que pretende formar um grupo social e intelectual, o que me leva a afastar a produção individual contida nos anais e nos processos. Seguiremos, no entanto, uma perspetiva cronológica, da génese até à ruína do regime ditatorial, para esclarecer a íntima relação entre a Academia e o Estado Novo.

Uma criação incentivada por um poder ditatorial em fortalecimento (1936-1937)

Por que motivos o poder político português decidiu regenerar uma instituição desaparecida cento e cinquenta anos antes? Desde o golpe do 28 de maio de 1926, que tinha provocado o abalo da República, a estabilidade política só se tornou evidente na viragem de 1932, quando o Ministro das Finanças, António de Oliveira Salazar recebeu o cargo de Presidente do Ministério(7) (Rosas 2020: 71-139). Oliveira Salazar lançou a sua reforma constitucional, esvaziando os vestígios republicanos e fez votar em plebiscito a nova constituição do Estado Novo em 1933. A partir daí, várias reformas reforçaram o controlo policial da população com a criação da polícia política em 1933 (Ribeiro 1995). No domínio da cultura, há uma aceleração das reformas com a nomeação de António Carneiro Pacheco para o cargo de ministro. De facto, a mesma lei n° 1 941 de 11 de abril de 1936, transforma o Ministério da Instrução Pública em Ministério da Educação Nacional, fomenta a criação de uma instituição de enquadramento da juventude denominada Mocidade Portuguesa e dá, com força de lei, as bases da transformação da Junta de Educação Nacional em Junta Nacional de Educação (Lopes 2018). Na mesma lei, apura-se o seu apego à história com a imposição, na base X do texto, de «um único compêndio para cada ano ou classe das disciplinas de História de Portugal, história geral e filosofia». Ao evitar a multiplicação das edições escolares, o trabalho dos censores era facilitado e o controle mais fácil. Essa atenção à história é confirmada com o decreto-lei n° 26 611 de 19 de maio de 1936 que dá o impulso à génese da Academia Portuguesa da História. Assim, no título V, artigo 39, é projetado:

(7) Cargo que conservou até 1968, mas com o título de Presidente do Conselho de Ministros a partir de 1933, quando a constituição do Estado Novo entrou em vigor.

> Sob a égide do Chefe do Estado, é fundada, junto do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a Academia Portuguesa da História, agremiação especializada dos eruditos que se entreguem à investigação e reconstituïção crítica do passado, a qual terá como primeiros objectivos estimular e coordenar os esforços revisionistas para a reintegração da verdade histórica e enriquecer a documentação dos inauferíveis direitos de Portugal(8).

Passado um ano, o decreto nº 27 913 de 31 de julho de 1937 dá estatutos à Academia e esclarece mais nitidamente o objetivo da instituição através do primeiro e terceiro artículo do artigo 2:

> 1° Estimular e coordenar os esforços tendentes à investigação, revisão e rectificação da história nacional, no sentido superior da contribuïção portuguesa para o progresso da civilização bem como enriquecer a documentação dos inauferíveis direitos de Portugal. […] 3° Organizar e publicar, por iniciativa própria ou por indicação do Govêrno, os processos referentes a problemas históricos sôbre os quais haja divergências de interpretação, procurando definir a verdade no interêsse nacional.

Já nestes dois decretos, podemos observar a inflexão que o poder ditatorial quer dar à produção historiográfica da Academia recém-nascida: a procura de uma «verdade», como evocada no decreto-lei de 1936, à qual é acrescentado o adjetivo histórica, e somente o conceito de verdade, mas «no interesse nacional» no decreto de 1937. A «profissão de historiador» (Bloch 1949) supõe uma tentativa de imparcialidade e de procura da verdade, mas há na verdade conceitualizada pelo governo do Estado Novo um desvio na medida em que o interesse nacional parece ser superior. Noutro aspeto, reparamos que em escassos meses entre os decretos, passámos de «esforços revisionistas», à busca de uma «revisão e rectificação da história nacional». É, no entanto, preciso inserir a escrita da história no caminho traçado pelo poder e incumbe à Academia este objetivo de junção entre a produção historiográfica e a ideologia do regime.

Também temos que salientar essa dupla menção dos «inauferíveis direitos de Portugal» em ambos os decretos. Aplica-se à necessária defesa, aos olhos do governo, do Império português, que já tinha sido ameaçado

(8) Nas citações, respeitei a ortografia utilizada pelos autores.

no final do século XIX, mas também durante a Primeira Guerra Mundial. É nesta dinâmica de defesa do Império que podemos perceber o artigo quarto do decreto de 1937: «publicar, em línguas portuguesas e estrangeiras, obras de consulta que facilitem o seguro conhecimento de tudo o que se relacione com a expansão civilizadora de Portugal no mundo». Ao comprovar historicamente a posse dos territórios, o governo português quer dispor de documentação certificando a sua plena soberania. Procura-se também no terceiro artículo apresentando os fins da Academia delimitados nos estatutos, apaziguar as divergências de interpretação histórica: o ensejo é de encontrar uma união nacional, ou pelo menos um consenso, acerca da História de Portugal, mas por outro lado, mais proveitoso para o poder político, apagar as divergências. Este mesmo artigo 3 do decreto de 31 de julho de 1937 inicia-se da seguinte forma: «organizar e publicar, por iniciativa própria ou por indicação do Govêrno». Só podemos, então, insistir sobre o papel diretivo que o governo pretende exercer sobre a Academia, nesta procura de uma concordância nacional, ao inscrever-se na matriz conservadora, católica e patriótica do regime.

O firme controle do poder sobre a Academia é claro quando vemos no decreto que aprova os estatutos que é o Ministro da Educação Nacional que nomeia os diferentes cargos da Academia. O artigo 5 dos estatutos estipula que o presidente, os dois vice-presidentes, o secretário geral e vice-secretário geral, tanto como o censor e revisor paleográfico, constituem o Conselho da Academia e são nomeados pelo Ministro da Educação Nacional. O governo tem também a faculdade de vigiar quem obtém o grau de académico titular de acordo com o artigo 6, pois a designação «só se tornará efectiva depois de publicado no *Diário de Govêrno*, com autorização do Ministro da Educação Nacional». O parecer do ministro é, a todos os graus, imprescindível.

A Academia Portuguesa da História está intimamente ligada ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Nos estatutos da Academia, é referido que um dos vice-presidentes da Academia deve ser o diretor do Arquivo Nacional, segundo o artículo único do artigo 5°, mas também partilha a mesma secretária segundo o artigo 23. O elemento que justifica esta ligação, além dos arquivos serem os principais consultados pelos historiadores que compõem a Academia, explica-se meramente pela proximidade geográfica. A sede da Academia Portuguesa da História era no Palácio de São Bento, onde os Arquivos Nacionais estavam. Acrescentaremos que era também a residência do Presidente do

Conselho e lugar de reunião da Assembleia nacional – do que sobrava do parlamentarismo – apontando mais uma vez a ligação da Academia com o poder político, aqui espacial.

O veloz arranque da Academia Portuguesa da História (1937-1940)

Depois do impulso decisivo do governo, restava aos académicos nomeados pelo governo dar início aos seus trabalhos e principiar a vida desta instituição. Os estatutos fixavam as reuniões quinzenalmente. O primeiro Boletim, que reúne os anos 1937 e 1938, testemunha a escrupulosa aplicação pela comissão instaladora dos estatutos. Ao consultar o primeiro Boletim, salientarei a presença, logo depois da página de rosto, de uma gravura realizada por Jaime Martins Barata, um dos artistas que se fez conhecer sobretudo durante a Exposição do Mundo Português, mas que produziu muito para o regime ditatorial. Esta gravura merece uma descrição: dois anjos seguram um estandarte onde está escrito «Academia Portuguesa da História». Por baixo, vemos dois pilares, um da Real Academia da História Portuguesa, no qual reparamos na base o retrato de D. João V, e no topo uma medalha desta instituição; no outro pilar vemos os dois versos da medalha da Academia Portuguesa da História. Em cada pilar temos a data de criação da instituição. Estes dois pilares são dominados por um brasão de Portugal, e vemos também perto das medalhas, dois cornos da abundância. As duas academias parecem desta forma segurar o edifício da História e salienta-se a ideia da continuação da Academia ao regenerar a instituição. Aparece no meio uma mulher que está a escrever com uma pena, segurando numa mão uma balança. Tem ao lado uma espada, uma âncora de navio, uma corrente quebrada e atrás as ameias de um castelo e uma cruz. Temos assim todo um imaginário acerca da história de Portugal vista por um artista próximo do poder: evocam-se a cristandade, a defesa do país contra os ataques estrangeiros com o castelo e a espada, a âncora insiste na expansão marítima portuguesa, a corrente quebrada simboliza a libertação, ou dos espanhóis ou dos árabes.

Poucas páginas depois temos duas fotografias, cada uma protegida por uma fina folha. A primeira é do Presidente da República, Óscar Carmona, com esta legenda: «O chefe do Estado que promulgou o decreto-lei n° 26.611, de 19 de Maio de 1936, fundando a Academia

Portuguesa da História, Primeiro Presidente de Honra da mesma Instituïção Científica» e duas páginas depois, uma fotografia de António de Oliveira Salazar com esta legenda: «Professor Doutor António de Oliveira Salazar, Presidente do Conselho de Ministros que, sob o n° 26.611 decretou em 19 de Maio de 1936, a Fundação da Academia Portuguesa da História». É preciso ir um pouco mais longe, entre as páginas 32 e 33, para ver uma fotografia de António Carneiro Pacheco com a menção «*Professor* Doutor António Faria Carneiro Pacheco, Ministro da Educação Nacional que elaborou o decreto n° 26.611, de 19 de maio de 1936, fundando a Academia Portuguesa da História». Ao homenagear essas figuras políticas, o vínculo com o poder é, logo nas primeiras páginas, mais uma vez nítido. Encontramos também uma fotografia do Presidente da Academia, António Ribeiro de Vasconcelos. São listados depois os nomes dos académicos titulares, com a menção da portaria que os nomeou, também com a referência ao *Diário do Governo* onde se pode encontrar, tanto os académicos portugueses como os brasileiros(9).

Já instalada, a Academia vê no início do ano de 1938 uma grande tarefa para cumprir: participar nos centenários da Fundação e da Restauração da Nacionalidade propostos por António de Oliveira Salazar. Já na sua sessão de 29 de março de 1938, o Presidente da Academia, manda uma carta a António de Oliveira Salazar:

> Felicito V. Exª pela luminosíssima ideia da patriótica celebração solene do centenário da fundação e restauração de Portugal no próximo biénio de 1939-1940, ambos os factos fundidos num mesmo significado da independência nacional. O programa esboçado é grandioso e oportuníssimo, devendo todos os portugueses estreitar fileiras junto do Govêrno, cooperando, por tôdas as formas, eficazmente, nesta nova obra vital do Estado Novo. Certíssimo que interpreto o pensar e a vontade dos meus colegas da Academia Portuguesa da História, ouso apresentar a V.Exª as suas congratulações e bons desejos de cooperação, particularmente nas publicações históricas a que alude o programa.

Ponderamos o entusiasmo do Presidente da Academia ao participar nas comemorações propostas pelo Presidente do Conselho de Ministros.

(9) A Academia conta com 30 Académicos titulares portugueses e 10 brasileiros (Mendonça s.d.).

Na mesma sessão, o Conselho Académico pensa na publicação de documentos diplomáticos e iconográficos que possa ser proposta aos académicos. Estas comemorações também se traduziram em grandes despesas a fim de publicar os documentos das comemorações: enquanto os orçamentos para o funcionamento do ano de 1937 eram de 64.000 escudos, inicialmente os de 1938 eram do mesmo valor, mas às despesas são acrescentadas verbas extraordinárias de 150.000 escudos para publicações. Sempre desejosa de estar em sintonia com o poder, um programa de edições é enviado pela Academia ao Presidente do Conselho de Ministros que concordou e autorizou a sua aplicação. A Academia viu nesta oportunidade, uma maneira de «principiar a sua acção com uma série de obras de apreciado valor» e o Presidente mandou então uma carta a todos os académicos para eles contribuírem. Os académicos levaram a sério o trabalho, e alguns até ficaram preocupados com a falta de tempo para recolher uma documentação a nível internacional e dispor do tempo para publicação. Assim, durante a sessão extraordinária de 4 de abril de 1938, o Dr. Manuel Múrias mostra-se muito preocupado e observa «Até 1940 não poderemos sequer selecionar tudo o que existe», enquanto o Dr. Silva Carvalho acrescenta na mesma sessão:

> É urgente e de grande conveniência encarregar académicos de irem colher elementos a Simancas, a Sevilha (Arquivo das Índias e Colombino), a Paris (Biblioteca Nacional, Biblioteca de Sainte-Geneviève e Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros), a Roma, a Londres (British Museum), para conseguirem as foto-cópias de todos os documentos que nos interessem.

Reparamos então que os académicos titulares tiveram rapidamente projetos ambiciosos para realizar uma coletânea que fosse exaustiva, usando as inovações tecnológicas como as fotocópias para ajudar na recolha da documentação acerca de 1640.

Atenta à atualidade, a ligação da Academia com a ideologia do regime é múltiplas vezes evocada nesses primeiros boletins. Na sessão de 1 de março de 1939, com um texto apresentado pelos académicos Alfredo Pimenta e Manuel Múrias, é submetido ao voto uma carta para enviar ao núncio apostólico, realçando o profundo catolicismo dos académicos:

> A Academia Portuguesa da História, não podendo e não devendo esquecer que pertence a uma Nação tradicionalmente e realmente católica, afirma o seu profundo pesar pela morte do Pontífice Pio XI, que, além

de Chefe Supremo da Igreja Católica, foi erudito de reconhecido valor, como historiador, bibliotecário e paleógrafo.

Mais curioso, a atualidade também pode ser vista de uma perspetiva histórica. Assim, António Baião, durante a sessão ordinária de 29 de março de 1939, faz uma declaração acerca da vitória franquista durante a guerra civil. Sem regozijo acerca da vitória do campo mais próximo ideologicamente do Estado Novo, o evento é evocado desta forma:

> Ainda o Senhor Dr. António Baião, referindo-se ao têrmo da guerra civil em Espanha, se congratulou com tal facto, que vem trazer aos historiógrafos, um ambiente propício para o trabalho e, para as espécies, fontes da História, uma garantia da sua conservação. A propósito recordou que nos arquivos espanhóis se encontravam notáveis mananciais, alguns dos quais, como os da Galiza, só recentemente começaram a ser explorados e que, sendo a nossa história interdependente da espanhola, qualquer destruição nos arquivos espanhóis se reflecte lamentavelmente no campo da nossa investigação histórica.

Ao felicitar-se da não destruição de documentos que podem ter interesse para a história de Portugal, os académicos mostram-se pragmáticos em observar os assuntos de política estrangeira apenas pelas consequências para o trabalho académico.

Os Académicos nunca perdem a oportunidade de evocar nos boletins a proximidade com o poder. Assim no Boletim de 1940, durante a sessão de 4 de setembro de 1940, o Presidente da Academia dá conta «da satisfação manifestada por Sua Excelência o Presidente da República ao receber os primeiros três volumes publicados pela Academia Portuguesa da História e a medalha comemorativa da sua fundação», evocando também «tanto como à forma excepcionalmente significativa como o Senhor Presidente do Conselho de Ministros recebeu exemplares dos mesmos volumes e da sobredita medalha» e «igualmente o Senhor Ministro da Educação Nacional teve palavras de muito louvor para a actividade da Academia». Assim, os dois presidentes de honra e o ministro tutelar são referidos com bastante apreço, sobretudo para realçar o trabalho efetuado pelos Académicos.

Este breve período inicial da vida académica, acelerado com o encargo oficial das grandes comemorações do duplo centenário incentivada pelo poder, deram luz a um feliz renascimento da Academia. Veremos que podemos assemelhá-lo a uma idade de ouro da instituição e da sua relação em simbiose com o regime.

À conquista da autonomia (1940-1945)

Após este dealbar decisivo e feliz da jovem Academia, a instituição segue o seu curso em completa sintonia com o poder político. No decorrer da vida académica, entre as apresentações que se sucedem, as sessões são então pontuadas por elogios aos membros do governo. É o caso quando, durante o Conselho Académico de 28 de abril de 1941, o título de Presidente honorário é dado a António de Oliveira Salazar, apontando o Conselho: «Congratularam-se os membros do Conselho por a Academia contar como Presidente Honorário o homem mais notável de Portugal, na atualidade, cuja fama e prestígio já passaram as fronteiras de muitos países». Como se ter apenas o Presidente da República, Óscar Carmona, como presidente honorário ensombrasse o Presidente do Conselho, cujo papel no regime era fulcral. Quando assuntos políticos tocam Portugal, os Académicos apressam-se em acompanhar e felicitar os passos decisivos. Assim, em 1942, o Conselho Académico de 22 de julho de 1942 assinala a reintegração de duas províncias de Moçambique em administração direta, porque eram concessões sob a jurisdição da Companhia de Moçambique, e acrescentam: «Saúda na pessoa do seu insigne Presidente, o Senhor Professor António de Oliveira Salazar, o Governo da Nação, cuja obra de ressurgimento nacional tornou possível esta reintegração». Cada oportunidade é boa para enaltecer a figura do Presidente do Conselho.

Os membros da Academia também usufruíam da proximidade com o poder. Assim, o Conselho Académico de 28 de abril de 1941 aponta que o Académico José Caeiro da Mata é nomeado «Ministro Plenipotenciário em França, junto do Governo de Vichy, desejando-lhe muito boa viagem e todas as facilidades no desempenho do seu elevado cargo». É notório que certos académicos eram figuras de relevo do Estado Novo e esta promoção de José Caeiro da Mata é um exemplo. O percurso de José Caeiro da Mata é percetível nos boletins destes anos: cada passo importante para a sua carreira é relatado. Tal como quando recebe a distinção de doutor *honoris causa* pela universidade de Toulouse em 1941, na zona livre do Governo de Vichy, recém-chegado ao seu novo cargo. Também no Boletim de 1944, o Conselho Académico presta-lhe homenagem quando regressa de França – na altura em que o Governo de Vichy deixa a França para refugiar-se em Sigmaringen – e obtém a pasta de Ministro da Educação

Nacional. Mas esta proximidade ultrapassa os membros do governo e toca também certas estruturas criadas pelo Estado Novo, ainda que algumas dessas ligações sejam infrutuosas, como quando o diretor-adjunto bibliotecário da Legião Portuguesa pede à Academia o envio de livros publicados, «pedido que não se pôde satisfazer».

Paralelamente, abre-se a partir da década de 1940, um período de reclamações formuladas por certos académicos, quebrando paulatinamente a comunhão inicial que existia entre os membros da Academia e o governo. A partir do ano de 1944, a Academia dá impressão de procurar, de uma certa forma, uma autonomia. A Sessão do Conselho Académico do 9 de outubro de 1944 representa de facto uma notável inflexão. Primeiro, pondera-se «dar à Academia o direito de eleger os seus membros, sem necessidade de homologação ministerial» como o prometeu o Ministro da Educação Nacional, José Caeiro da Mata. Esta procura de uma maior autonomia, ao constatar que os académicos são todos próximos e com certeza enquadrados na ideologia do poder, não parece ser motivo de qualquer receio pelo poder. Assim, certos académicos podiam ver na nomeação de um dos seus pares como Ministro da Educação Nacional uma oportunidade a não perder. Além deste aspeto, faz-se referência no mesmo Conselho Académico e pelo próprio ministro, à procura de uma sede própria. Assim, Caeiro da Mata «já tinha indicação de alguns edifícios, que não lhe agradavam muito, pelo que continuaria a ocupar-se do assunto». Assim, vemos no mesmo conselho que a procura de uma relativa autonomia se manifesta tanto na alteração dos seus estatutos como no lugar da sua sede, que simbolicamente quer afastar-se do Palácio de São Bento.

É claro que esta procura de instalações será por motivos de falta de espaço em São Bento, mas será também para identificar melhor a Academia Portuguesa da História no campo intelectual português, o que um espaço próprio facilitaria. Mas, ao mesmo tempo, é evocativa de uma procura de liberdade limitada. Outras reclamações são mais práticas: pedem-se neste mesmo Conselho Académico uma melhoria do material à disposição na Academia. Machado de Faria assinala a necessidade de comprar uma nova máquina fotográfica, pois o aparelho fotográfico "Photostat", adquirido pela Academia, nos seus princípios, para aproveitamento de verba, «não satisfazia as necessidades» e é sugerido «obter autorização de Direcção Geral da Fazenda Pública para trocar este aparelho por uma máquina fotográfica "Leica" e respectiva

aparelhagem que seja precisa aos trabalhos de fotografia, reprodução e ampliação». Esta vontade patenteia um desejo de ganhar conforto para trabalhar, não se limitando ao que tinham.

Esta manifesta abertura para ganhar autonomia tornou-se realidade com a portaria n° 10 932 de 16 de abril de 1945, quando o Ministro da Educação Nacional validou a modificação dos estatutos da Academia. A partir desta data, a nomeação dos académicos (artigo 4), aos quais são atribuídos números entre as quarenta vagas disponíveis (artigo 2), é feita por proposição de três académicos e validada pelo Conselho Académico. Até o Conselho Académico é nomeado através de um voto pelos académicos, de acordo com o artigo 15. O Ministro da Educação Nacional já não tem qualquer papel nestas nomeações. Podemos ponderar que esta confiança vem da presença de José Caeiro da Mata no cargo de ministro, mas também da certeza que a Academia não pode representar qualquer foco de contestação, porque como já vimos os académicos eram próximos do regime. O agradecimento da Academia a José Caeiro da Mata é evidente com a inserção no Boletim de 1945 de um texto que acompanha a sua fotografia com a menção «Ministro da Educação Nacional que remodelou os Estatutos da Academia Portuguesa da História e publicou o seu Regulamento interno» lembrando também que foi o segundo Presidente da Academia Portuguesa da História.

O período entre 1940 e 1945 foi um outro passo importante na vida da Academia Portuguesa da História. A relação com o poder distendeu-se com o ganho de uma autonomia relativa da Academia, pois não podemos esquecer que o financiamento desta instituição é sempre da responsabilidade do governo. Mas esta alteração dos estatutos tanto como os efeitos do tempo provocou uma rutura que não trouxe só benefícios para a Academia.

Orgulhosamente sós? Prestigiar a Academia apesar das dificuldades (1946-1974)

Retomo esta formulação de António de Oliveira Salazar, usada num discurso de 18 de fevereiro de 1965 para designar a política portuguesa durante a guerra colonial enquanto os outros países europeus começavam a descolonizar (Rodrigues 2001). Esta expressão corresponde de uma certa maneira ao orgulho da autonomia conquistada pelos académicos,

mas também ao relativo isolamento em que se vão encontrar no decorrer dos anos. A formulação corresponde também à realidade académica: os académicos defenderam o «orgulhosamente sós» de Portugal, apoiando a luta do poder português na guerra iniciada em 1961 em África mas já na década de 1950 com a perda dos territórios na Índia. Multiplicaram as participações nas comemorações para lembrar o peso do passado perante a velocidade do presente. Mas, ao mesmo tempo, a Academia ficou desnorteada durante estas quase três décadas entre 1945-1974, não ao nível das comunicações feitas durante as sessões ordinárias e extraordinárias que seguiam o seu curso, mas no lugar que a Academia Portuguesa da História pode ocupar no campo intelectual português. Salientaremos aqui os elementos que indicam estas dificuldades vividas pela instituição pública.

Este período começa com um evento surpreendente para a Academia: a expulsão de um deles, Alfredo Pimenta. Personalidade complexa, que passou do republicanismo ao monarquismo, atraído pelas ideias de extrema-direita, Alfredo Pimenta era um homem de confiança de Salazar (Salazar 2008) e uma personalidade pouco comum. Pouco respeitoso do curso pacato de uma sessão numa academia de eruditos, entre 1937 e 1945, repete-se dezenas de vezes nos relatórios das sessões, que «antes da ordem do dia o académico Alfredo Pimenta» começa a falar. A alteração dos estatutos de 1945 tem um artigo só para ele. De facto, sentimos que o artículo 1 do artigo 24 dos novos estatutos fala indiretamente da sua maneira de se comportar. Eis o articulo: «Os académicos não inscritos na ordem da sessão não poderão fazer comunicações antes dela, mas somente tratar de assuntos de urgência depois da leitura do expediente, não lhes sendo permitido ocupar tempos superior a quinze minutos». Ao apoiar-se nesta modificação, a expulsão de Alfredo Pimenta produz-se em 1946. A pólvora explodiu com a publicação de um texto de Alfredo Pimenta que criticava abertamente este artigo. O Conselho Académico reage perante essa crítica, acrescentando na sessão de 21 de junho de 1946 que:

> O mesmo académico há mais de três anos consecutivos não toma parte nos trabalhos da Academia, o que segundo o artigo 14° dos Estatutos é considerado renúncia da situação do académico, resolveu o Conselho, por unanimidade, aceitar a sua renúncia e comunicar-lhe tal facto.

Na sessão de 6 de novembro do corrente, Alfredo Pimenta é expulso por unanimidade. Alfredo Pimenta reage queixando-se tanto a António de Oliveira Salazar como levando o caso ao tribunal administrativo,

ou publicando um livro explicitamente intitulado *Para a História da Academia Portuguesa da História*. Mais uma vez, o Conselho Académico de 19 de abril de 1948 protesta contra o autor e o livro «no qual, além de falsear a verdade, insulta a Academia e os seus membros». Ao analisar o afastamento de Alfredo Pimenta, devemos salientar os danos causados à imagem da instituição e à unidade entre os académicos que prevaleciam até aqui.

A Academia, ao longo destas décadas tornou-se cada vez mais, aos olhos do poder, uma máquina comemorativa. Cada centenário era a oportunidade para publicar documentos e eram momentos em que o orçamento da Academia conhecia um aumento substancial. Logo em 1946, a convite do Ministro das Colónias, é o quinto centenário do Descobrimento da Guiné que é proposto ao Conselho Académico de 20 de fevereiro de 1946. A Academia aceita e encarrega-se «da publicação de algumas obras, tanto inéditas como impressas». Essas comemorações tocam também o curto prazo como na sessão do 29 de maio de 1946, o dia seguinte aos vinte anos do golpe de estado do 28 de maio de 1926, com uma sincera adesão:

> As justas homenagens agora prestadas as Suas Excelências o Presidente da República e o Presidente do Conselho de Ministros, aos quais o País tanto deve, pela sua honesta e sábia orientação. Disse o Sr. Presidente que a Academia se associava a tais homenagens, não somente por dever cívico, mas porque Suas Excelências são Presidente de Honra desta instituição.

Ao longo das décadas, estas comemorações estão cada vez mais voltadas para a expansão portuguesa. Inserem-se na vontade do poder de reforçar a ideia que os territórios do ultramar fazem parte da história de Portugal, e são uma maneira de bloquear qualquer discurso a favor da independência das colónias. A Academia contribuiu com apego para essas celebrações, porque de certa forma acreditava também no império. No campo intelectual, a Academia apresenta-se como uma instituição tutelar sob proposição de Marcelo Caetano, no dia 3 de abril de 1951, para a «Academia marcar a sua posição de orientadora de estudos históricos se trata de apresentar à discussão dos académicos trabalhos sobre pontos controversos da história portuguesa e assuntos que interessem à ciência histórica». Essas controvérsias estavam quase sempre ligadas à expansão portuguesa e a instituição quis erguer-se como o árbitro dos debates.

Mais uma vez em 1954, é António de Oliveira Salazar que pede à Academia a preparação e a organização da comemoração do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique. No entanto, no momento das comemorações henriquinas, o desfasamento entre a alta consciência dos académicos e a maneira como são tratados provoca uma queixa dos académicos. Assim, na Assembleia geral de 11 de março de 1960, José Maria Cordeira de Sousa, contrariado pelo desprestigio sentido, lamenta que:

> Aos membros da Academia da História, que pela lei organizadora destas comemorações nelas tem o papel de orientadora, não fosse reservado lugar especial, como se fez para os cavaleiros da Ordem de Malta e da Ordem do Santo Sepulcro, encontrando-se os referidos académicos misturados com os vulgares convidados.

Mas mesmo contrariada, a Academia continua a apoiar o governo durante a guerra colonial e colabora em outras comemorações de figuras das conquistas como os quintos centenários do nascimento de Pedro Álvares Cabral em 1968 e de Vasco da Gama em 1969. Graças a essas comemorações, o orçamento da Academia cresce muito, mas paradoxalmente, o resto do tempo a situação económica da Academia é precária.

De facto, as dificuldades financeiras são múltiplas. Muitas vezes, o dinheiro falta como reportado no dia 8 de junho de 1954, quando houve solicitação da «Real Academia de Belas Artes e Ciências Históricas de Toledo, de ser auxiliada na vinda de alguns dos seus membros a Portugal, acompanhados de pessoas de família, o que se reconheceu não haver possibilidade de fazer». O mais nítido assunto que revela a precariedade económica é a procura de um edifício como sede da Academia. Ela viveu o que chamarei uma *translatio academici*(10) sem fim, desde a sua sede inicial do Palácio de São Bento. Na sessão de 25 de janeiro de 1949, é uma casa que se propõe comprar na «Rua dos Navegantes, que está anunciada para venda e reúne as condições necessárias para condigno alojamento da Academia com todos os seus serviços», mas sem procedimento. Em 1950, é o «arrendamento do primeiro andar do prédio número cento e sessenta e sete da Rua da Escola Politécnica» da Champalimaud que é proposto. Mesmo se o Conselho Académico não parece muito entusiasmado, a proposta cabe no orçamento:

(10) Alterando um pouco a *translatio studii* que conheceu a Universidade portuguesa durante a Idade Média e o período moderno, com a oscilação entre Lisboa e Coimbra até que Coimbra guarda a Universidade até 1911.

«embora não satisfaça as necessidades da Academia, tem divisões que permitem a sua instalação condigna, pelo que propôs se pedisse ao Ministro da Educação Nacional autorização para o arrendar, visto que a despesa tem cabimento na verba consignada no orçamento para renda da casa». Em 1961, a Academia mostra interesse no Palácio Valmor que a Universidade Clássica está prestes a deixar, mas sem avanços. Em 1964, é o governo que quer pôr numa ala do palácio de Queluz a Academia mas os académicos recusam, e um deles até, cujo nome não é comunicado «admitiu mesmo que ela levaria à extinção da Academia», salientando as dificuldades da instituição. Em 1966, com a transferência da Biblioteca Nacional de Portugal para o Campo Grande, os Académicos esperam recuperar o prédio do convento de São Francisco da Cidade, outra vez sem sucesso. No mesmo ano, o prédio da rua da Escola Politécnica sofre de graves problemas:

> O péssimo estado de conservação do prédio onde se encontra a sede da Academia sofreu recentemente maiores estragos, abatendo parte do tecto da sala das sessões, assim como de outras divisões, além de continuar a penetrar, tanto pelo telhado como pelo mau estado das canalizações do andar superior, água em abundância, a qual põe em risco a biblioteca da Instituição e não permitiu que depois do dia um de Abril a Academia se voltasse a reunir. Comunicado o facto ao Ministro da Educação Nacional, até o presente ainda não teve solução, mesmo de carácter provisório. Encontra-se, portanto, muito agravada a situação da Academia no respeitante à sua sede.

Este evento provoca a interrupção durante um ano das sessões da academia. Na Assembleia geral ordinária de 17 de novembro de 1967, o desespero dos académicos é evidente:

> Quem restabeleceu – por o julgar necessário à cultura nacional – um organismo extinto no século XVIII até o presente já com ele despendeu mais de oito mil contos em publicações – em trinta e um anos de instituição restaurada – mostra bem que ela lhe não é indiferente e merece os meios despendidos.[…] Luta, todavia, com uma falta notável que se reflecte na sua vida, muito a prejudicando: a carência de edifício próprio ou de renda onde se encontra instalada com segurança, espaço necessário ao seu crescente desenvolvimento, dignidade que permita receber os seus membros estrangeiros e as delegações de outros institutos culturais, tanto do País como estranhos, sem se envergonhar, nem às Entidades que superiormente a orientam.

Os académicos acabam no mesmo texto por dizer pôr-se nas mãos do Governo. Salientamos aqui o desnorteamento dos académicos: se o poder investiu tanto dinheiro, é porque a Academia faz sentido, mas ao mesmo tempo, por que motivos é que ainda não tem uma sede? Esta manifestação de desespero ficou sem qualquer resposta. Até 1970, não há novidades, e inclusive desaba o teto de uma sala durante esse ano. A ruína do prédio é paralela ao marasmo português na guerra colonial. Assim, podemos ver que o desinteresse do governo pela Academia revela onde está o foco da atenção do governo: na guerra colonial, que concentra uma grande parte do investimento público, o que deixa de lado o resto. É neste mesmo ano de 1970 que o Palácio da Rosa é evocado como sede, mas é só em 1974 que a Academia se instala nesse espaço, ganhando estabilidade enquanto o regime está prestes a cair.

Conclusão

A Academia Portuguesa da História, desde a sua regeneração em 1936, sempre teve uma ligação íntima com o poder. Criada por vontade do governo, o vínculo com o poder foi completamente aceite e reivindicado pelos seus académicos que não perdiam nenhuma oportunidade de mostrar o seu apoio aos dirigentes portugueses. Participou rapidamente nas grandes comemorações organizadas pelo regime. Seguro que a instituição estava integrada no ideário do Estado Novo, a Academia obteve uma certa autonomia a partir de 1945. Mas a partir desse momento, a Academia encontrou-se perante uma crise de consciência entre o seu papel de relevo nas comemorações do regime, e a sua dificuldade em ir além no campo historiográfico por falta de meios. A procura contínua de uma sede, sem sucesso, é a ilustração desta precariedade para uma instituição que queria existir, mas apenas o podia à custa do governo.

No dealbar do «Portugal em transe» (Ferreira 2001) que surge após o golpe de Estado do 25 de abril 1974, o abalo afetou a adormecida Academia Portuguesa da História. O Boletim de 1974 atesta a brutal alteração política portuguesa: os dois presidentes de honra, o Presidente da República e o Presidente do Conselho, que sempre estiveram presentes nas primeiras páginas dos boletins, foram retirados. Reparamos essas mudanças também nos relatórios da vida da instituição. As atas da sessão de 21 de março de 1964 do Conselho Académico preveem estar presente

nas comemorações, mais uma, do quarto centenário da fundação de Luanda a convite do Governo-Geral de Angola e do Engenheiro Fernando Santos e Castro. Muda-se de registro depois do 25 de abril de 1974. Assim, a Assembleia Geral ordinária de 25 de outubro de 1974 denota uma reviravolta surpreendente, com adesão clara ao novo regime:

> Em 25 de Abril do ano corrente, faz hoje seis meses, voltou-se definitivamente uma página da nossa história e, assim, ao passo que os meses vão decorrendo, se vai sentido avançar e crescer a convicção de que se trata de evento de excepcional relevo. O 25 de Abril de 1974 marca, pois, uma nova época na cronologia da história nacional, tanto sob o aspecto metropolitano, como ultramarino. Vivamos, portanto, com dignidade e serenidade a hora que passa, correspondendo aos apelos que a nossa história nos continua a lançar de lá dos séculos finados, a fim de a continuarmos a servir. Ao iniciar-se este novo Ano Académico, saudemos respeitosamente Sua Excelência o Ministro da Educação e Cultura, Senhor Prof. Doutor Vitorino Magalhães Godinho, a cujo departamento a Academia Portuguesa da História se acha intimamente ligada.

Assim, em escassos meses, passámos de um projeto de celebração imperial com aparente grande entusiasmo a uma adesão à nova situação política. Outra vez, podemos reparar que a Academia confirma a sua obediência ao poder, destacando a sua ligação com o novo Ministro da Educação e Cultura, o historiador Vitorino Magalhães Godinho. Criada pelo poder ditatorial e existente graças a ele, a Academia Portuguesa da História só podia aceitar a nova situação política para evitar o seu desaparecimento. Essa estratégia de aceitação sem aparentes hesitações, sincera ou oportunista nessa altura, perenizou até hoje a sua sobrevivência.

A República decidiu então salvaguardar a Academia. Ela conseguiu estabilizar-se no Palácio dos Lilases, mas depois de ocupar o palácio inteiro, partilha agora uma parte com a Empresa Municipal de Estacionamento de Lisboa. Apesar deste encolhimento, a Academia ainda parece ter energia para resistir. Curiosamente para uma instituição focada na história, a sua história ainda está por fazer. Até na sua página oficial, a pouca informação dada sobre a história desta instituição na categoria «instituição» contrasta quando olhamos para o website da *Real Academia de la Historia* espanhola, cuja secção «*historia*» contém bastante informação. Tempos de lavrar este pousio advirão?

Fontes:

Boletins da Academia Portuguesa da História (anos 1937-1974).
Pimenta, Alfredo (1948). *Para a História da Academia Portuguesa da História*. Porto: Imprensa Portuguesa.
https://academiaportuguesadahistoria.gov.pt/wp/academia/instituicao/ consultado dia 7 de julho 2020.
https://www.rah.es/resumen-historico/ consultado dia 7 de julho 2020.
https://academiabelasartes.pt/academia/ consultado dia 7 de julho 2020.
http://www.acad-ciencias.pt/ consultado dia 8 de julho 2020.

Bibliografia:

Bloch, Marc (1949). *Apologie pour l'histoire ou Métier de l'historien*. Paris: Armand Colin.
Bourdieu, Pierre (1966). "Champ intellectuel et projet créateur", *Les Temps modernes*, nº 246 (Novembro), 1966, 865-906.
Carrère d'Encausse, Hélène (2011). *Des siècles d'immortalité: l'Académie française, 1635-….* Paris: Fayard.
Dirkx, Paul (s.d.). "Champ", in Anthony Glinoer, Denis Saint-Amand (org.), *Le lexique socius*, URL: http://ressources-socius.info/index.php/lexique/21-lexique/37-champ (consultado dia 7 de julho de 2020).
Ferreira, José Medeiros (2001). "Portugal em transe (1974-1985)", in José Mattoso (org.), *História de Portugal,* Volume VIII. Lisboa: Editorial Estampa.
Knabe, Peter Eckhard (2000). "L'histoire du mot académie", in Daniel-Odon Hurel, Gérard Laudin (org.), *Académies et sociétés savantes en Europe (1650- 1800)*. Paris: H. Champion, 23-34.
Lopes, Quintino Manuel Junqueira (2018). *A Europeização de Portugal entre guerras, A Junta de Educação Nacional e investigação científica em Portugal*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
Matos, Sérgio Campos, Ó, Jorge Ramos do (2013). *A Universidade de Lisboa nos Séculos XIX e XX, Volume I e II*. Lisboa: Tinta-da-china.
Mendonça, Manuela (s.d.). "Academia Portuguesa da História, I", *Dicionário de Historiadores Portugueses* http://dichp.bnportugal.pt/

instituicoes/instituicoes_academia_historia.htm (consultado dia 6 de julho de 2020).

Michaux, Gérard (2007). "Naissance et développement des académies en France aux XVIIe et XVIIIe siècles", *Mémoires de l'Académie Nationale de Metz*. Metz: Académie Nationale de Metz, 73-86.

Rêgo, António da Silva (s.d.). "Academia Portuguesa da História, II", *Dicionário de Historiadores Portugueses*, http://dichp.bnportugal.pt/instituicoes/instituicoes_academia_historiaii.htm (consultado dia 6 de julho de 2020).

Ribeiro, Maria da Conceição (1995). *A Polícia Política no Estado Novo, 1926-1945*. Lisboa: Estampa.

Rodrigues, Luís Nuno (2001). "A 'Solidão' na Política Externa Portuguesa no Início da Década de 60: O Caso dos Estados Unidos", in Fernando Martins (org.), *Diplomacia & Guerra: Política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo*. Évora: Publicações do Cidehus.

Rosas, Fernando (2020). *L'art de durer. Le Fascisme au Portugal*. Paris: les Éditions sociales.

Salazar, António de Oliveira, Pimenta, Alfredo, Cruz, Manuel Braga da (pref.) (2008). *Salazar e Alfredo Pimenta, Correspondência 1931-1950*. Lisboa: Verbo.

Torgal, Luís Reis (1999). *A Universidade e o Estado Novo, O caso de Coimbra*. Coimbra: Minerva.

« – » (1996). "A 'restauração' da Academia da História", in Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes, Fernando Catroga, *História da História em Portugal, séculos XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 250-257.

Revista de História das Ideias
Vol. 39. 2ª Série (2021)
141-173

ESTADO NOVO E AS COMEMORAÇÕES DO DUPLO CENTENÁRIO NAS COLÓNIAS*

THE NEW STATE AND THE COMMEMORATIONS OF THE DOUBLE CENTENARY IN THE COLONIES

Víctor Barros
vbarros@fcsh.unl.pt
Universidade Nova de Lisboa, IHC, FCSH
https://orcid.org/0000-0002-5727-1851

Texto recebido em / Text submitted on: 18/07/2020
Texto aprovado em / Text approved on: 18/01/2021

Resumo:

Este artigo pretende indagar sobre a forma como o Estado Novo manejou nas colónias a comemoração do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal, solenizada em 1940. Num primeiro momento, o artigo sonda os arranjos formais dessa operação comemorativa, assim como os diversos entendimentos conexos produzidos. A segunda parte escrutina as diferentes feições da discursividade comemorativa aplicada nas colónias.

* As pesquisas que estiveram na origem deste artigo beneficiaram do apoio da bolsa de investigação da Fundação Calouste Gulbenkian. Agradeço aos dois revisores anónimos, pelas críticas, comentários e sugestões. Os meus agradecimentos vão igualmente para Nélida Varela, Neiva Varela, Danilo Duarte e Maria Augusta Semedo (Mima) pelas condições que me proporcionaram e que muito facilitaram a escrita deste artigo. Por fim, não menos importante, expresso aqui a minha dívida de gratidão para com a Ester de Paula Minga, pelo fino cuidado no trato, pela leitura atenta e a quem, com especial afeto, dedico este trabalho.

https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_6

A hipótese deste estudo pode ser enunciada simplesmente assim: em contexto de dominação colonial e imperial, as comemorações históricas elucidam muito mais sobre o colonialismo e o regime político que o administra do que sobre a memória dos eventos que as próprias comemorações evocam.

Palavras-chave:

Usos públicos da história; Colónias; Duplo Centenário; Fundação e Restauração; Estado Novo.

Abstract:

This article investigates how the Estado Novo managed the commemoration of the Double Centenary of the Foundation and the Restoration of the Independence of Portugal, solemnized in 1940 in the colonies. First, I explore the formal arrangements of this commemorative operation, as well as the related compromises reached. Then, I examine the different features of the commemorative discourse employed in the colonies. The hypothesis of this study can be stated simply: in the context of colonial and imperial domination, historical celebrations elucidate much more about colonialism and the political regime that manages it than about the memory of events they evoke.

Keywords:

Public uses of history; Colonies; Double Centenary; Foundation and the Restoration; New State.

Introdução

A história nunca foi uma vã abstração, nem um luxo efémero. Ademais, vários recursos oferecem-nos disso provas visíveis. Os usos públicos que os regimes políticos fazem de determinados acontecimentos históricos ou períodos pretéritos da história nacional constituem, sem metafísica implícita, um bom exemplo disso. O fito deste artigo é indagar os termos dessa relação. Mais precisamente, trata-se de inquirir sobre os usos públicos da história nas colónias portuguesas em África durante o Estado Novo a partir de um evento historicamente situado: a comemoração do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal celebrada em 1940. O objetivo não é inventariar o repertório das

considerações supostamente benévolas desta celebração; nem destacar os embandeiramentos exóticos que uma comemoração histórica e temática – em torno da Fundação e da Restauração de Portugal – gerava quando executada nos territórios coloniais e entre populações tão dissemelhantes do espaço imperial português. O propósito deste artigo é realçar a forma como o Estado Novo manejou a semântica comemorativa da Fundação e da Restauração para induzir correspondências quase metonímicas entre o regime e os diferentes argumentos políticos e morais daquela celebração. Trata-se de deslindar a trama entre comemoração histórica e estratégias políticas de governar populações submetidas ao contexto de dominação colonial; mostrar como o passado histórico é transformado (em festa, comemoração) e administrado como matéria dócil do colonialismo no interior do projeto de poder imperial. A discussão do artigo estrutura-se em dois grandes momentos: no primeiro esboçaremos a problemática e o contexto da celebração em apreço, enfatizando algumas questões fulcrais (até contraditórias) que a constituíram; no segundo elucidaremos os desdobramentos da operação comemorativa, tomando como campo de observação analítica o império colonial português em África.

Mais do que sofisticação estilística (implícita na relação entre produção de comemorações históricas nas colónias e encenação de regimes de visibilidade pública do poder colonial), o Estado Novo investiu amplamente em África na glorificação do fabulário histórico nacional português (Barros 2019). Exemplos já estudados, embora poucos e avulsos, dão conta também do investimento feito na imagética e na monumentalização pública de alguns vultos viris e factos reputados como relevantes na construção do império (Ball 2018; Barros 2017; Barros 2015; Barros 2011a; Verheij 2011). Mas foi sem dúvida por intermédio de comemorações históricas que o Estado Novo produziu vastos aparatos efémeros e ostentou, tanto na metrópole como nas colónias, manifestações imperiais por vezes até oníricas de encenação de visibilidade do poder colonizador português (Barros 2019; João 2002; Catroga 1998).

Objetar-nos-iam alguns (e com razão) que as políticas comemorativas não constituíam uma originalidade exclusiva portuguesa e muito menos do Estado Novo. Desde o século XIX que, na Europa, as comemorações públicas foram transformadas numa espécie de "religião secular" capaz de fomentar o culto da nação, dos 'grandes homens' e dos factos considerados memoráveis (Catroga 1998; Mosse 1975). Em Portugal, estudos já consagrados de historiadoras como Maria Manuela Tavares

Ribeiro e Maria Isabel João ou de historiadores como Fernando Catroga e Sérgio Campos Matos corroboram com probidade que a produção de comemorações públicas antecede em larga medida a institucionalização do salazarismo: são exemplos disso as celebrações camonianas (1880), as comemorações henriquinas (1894), as festas do descobrimento do caminho marítimo para a Índia (1897-98), o centenário da conquista de Ceuta (1915), entre outros (Matos 2008; João 2002; Catroga 1998; Ribeiro 1993).

Todavia, é de salientar que sob o Estado Novo as comemorações públicas conheceram um impulso até então sem precedentes, tanto na metrópole como nas colónias (Barros 2019; João 2002). Refira-se ainda que as políticas comemorativas não constituíam uma exclusividade do sistema imperial português. Outros impérios coloniais também legaram para a fortuna da memória diversas celebrações executadas nos seus respetivos domínios ultramarinos (Faught 2011: 78-79; Jennings 2004; Cantier & Jennings 2004). As comemorações históricas contribuíram de forma substancial, em paralelo com outros dispositivos políticos e tecnologias culturais, para impor e inscrever a memória histórica da metrópole colonizadora à escala imperial, disseminando-a pelos espaços e nos imaginários das populações das colónias (Barros 2019; Barros 2012; Barros 2011). Tudo ocorria sem qualquer relação de reciprocidade, pois, entre o aparato visível das celebrações e o repositório de tradições locais, pouco importava que a aparência criada pelas comemorações não coincidisse com os lugares, com as memórias culturais das populações, nem com o rigor histórico dos acontecimentos evocados e comemorados publicamente (Barros 2019).

Esta revelação é de valor apreciável, sobretudo para compreendermos o valor heurístico, político, cultural e epistemológico desta outra revelação: no interior do potentado colonial, os usos públicos da história e da memória histórica da metrópole colonizadora não constituíam um brinde subalterno alheio às técnicas de gerir (com silêncio, inferiorização e impostura) a interpretação do passado das sociedades colonizadas. A primeira ilação que podemos colher disso tudo tolera, sem disfarce, esta interpretação: a história nunca foi, de facto, um recurso sem consequências. Mesmo quando a comodidade narrativa omite discordâncias (por vezes até lacunares) entre crónicas, factos, protagonistas, demarcações geográficas e cronologias, o passado nunca é usado como metáfora sem vida. Esta hipótese é fácil de averiguar, inclusive sem precisarmos de expiar nas sinuosidades da escrita ou enredar nas diversas redes de empréstimos. Basta instalarmos na sede

crítica da desconstrução dos labirintos memoriais e decompor a glosa das suas significações aparentes e ocultas, principalmente em contexto de dominação colonial e imperial. Isto porque, o uso do passado confina, por vezes, com a sua própria caricatura; e a inventividade da evocação é, na maioria das vezes, mais do que simples aparência. A comemoração do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal celebrada em 1940 na metrópole e nas colónias corrobora, com probidade, todas essas alusões.

A fábrica do Duplo Centenário de 1940: invenção, política e memória

Instalemos o cenário antes de entrarmos nos meandros dos protocolos cerimoniais. O Duplo Centenário de 1940 foi uma invenção, mais do que propriamente uma coincidência histórica documentalmente fundada. Vejamos por partes. O Estado Novo designou de Duplo Centenário a celebração pública de dois acontecimentos solenizados no mesmo ano (1940): oito séculos da Fundação de Portugal e três séculos de Restauração da Independência. A palavra Fundação reenviava para o tempo pretérito de afirmação de Portugal como reino e do seu primeiro rei D. Afonso Henriques (Mattoso 2015). A Restauração, por sua vez, remetia para a memória de uma outra ocorrência: a restituição do poder real português desvinculado da linhagem sucessória castelhana. Como é sabido, entre 1580 e 1640, Portugal esteve governado por uma monarquia dualista que o ligava aos reinos de Castela e Aragão (Espanha). O conceito de Restauração denotava, neste sentido, a reposição da linhagem portuguesa na sucessão da coroa com a aclamação do monarca D. João IV (1604-1656), ocorrida a 1 de dezembro de 1640 (Torgal 1982; Torgal 1981).

Historicamente, não foi sob o Estado Novo que a Fundação e a Restauração estavam a ser comemoradas pela primeira vez. Antes de 1940, três realizações comemorativas sustentam esta evidência: uma, realizada na igreja de Santa Cruz em Coimbra, a 6 de dezembro de 1885, para rememorar o «setimo centenario da morte do fundador da monarchia portugueza»[(1)]; outra, solenizada a 20 de outubro de 1887 em Guimarães com a inauguração de uma estátua a D. Afonso Henriques,

(1) *O Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro*, 8.º Anno, Volume VIII, n.º 251, Lisboa, 11 de Dezembro de 1885, 279.

moldada pelo escultor Soares dos Reis (Rodrigues 1887: 282-284; Rodrigues 1887; Rodrigues 1885: 282); mais outra, em 1928, destinada a evocar o oitavo centenário da ascensão de D. Afonso Henriques ao poder com a batalha de S. Mamede e da fundação da nacionalidade (Andrade 2001: 200; Catroga 1998: 254-256). Por seu turno, o dia da Restauração (1.º de dezembro) trazia atrás de si uma longa tradição comemorativa. Segundo Maria da Conceição Meireles Pereira, apesar da efeméride ter sido usada pela imprensa absolutista desde a década de 1840 «como emblema da legitimidade antiliberal» (Pereira 2007: 132), foi a partir de 1861, com a criação da Comissão Central 1.º de Dezembro, que o uso cívico e político da memória da Restauração tornou-se mais expressiva[(2)]. Este novo vigor constituía uma consequência da cultura nacionalista empreendida nesse período contra a ideia de uma união entre Portugal e Espanha, propagandeada em várias revistas, jornais e folhetos (Costa 1940: 1), ideia essa que, segundo Sérgio Campos Matos, passou para a história como iberismo. Nesta sequência, o 1.º de dezembro foi transformado numa efeméride comemorativa de cariz cívica, patriótica e nacionalista (Matos 2017; Ferreira 2016; Andrade & Torgal 2012; Pereira 2010; Matos 2007, 2006; Andrade 2001; Catroga 1985)[(3)].

A literatura sobre a Restauração é extensa (Torgal 1982; Torgal 1981). Mas não só. A própria Restauração foi objeto de interpretações contraditórias, tal como sublinha Luís Reis Torgal, adulteradas por realidades políticas que deformaram a sua história (Torgal 1989; Torgal 1981: 4; Torgal 1977: 23-24). Mas não nos vamos deter aqui a percorrer as sinuosidades desse enredo. O nosso propósito é indagar a forma como a memória da Restauração foi convocada em 1940 pelo Estado Novo, num contexto geográfico e situacional específico como o colonial e o imperial.

(2) A Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640 foi uma coletividade criada em 1861 por um grupo de homens de tendências políticas diversas, com o objetivo de promover em Portugal as celebrações patrióticas do 1.º de dezembro, dia da Restauração. As primeiras diligências para a sua criação tiveram início a 16 de maio de 1861 e o auto da posse data de 28 de julho desse mesmo ano. A partir de 1927, a Comissão muda de nome e passa a designar-se Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Manteve o propósito de comemorar a Restauração e outras datas nacionais de índole histórica, assim como a promoção do culto do amor pela pátria entre os portugueses. Veja-se a esse respeito Matos 2017: 117-129; Costa 1940: I-II e 1-6.

(3) Para mais detalhes sobre o iberismo veja-se Sérgio Campos Matos (Matos 2017). A *Revista de História das Ideias*, Volume 31, 2010, publicou um número temático intitulado 'Ibéria'. As contribuições indexadas ajudam a elucidar, com proveito, a forma como o assunto tem sido abordado nas suas mais diversas perspetivas e configurações histórico-geográficas.

Importa frisar desde logo que o colonial e o imperial não remetem aqui apenas para a natureza geográfica da questão em análise, mas sobretudo para a dimensão relacional do fenómeno. Porque o colonial e o imperial nunca devem ser entendidos como termos inócuos; tanto é que, como categorias ou lugares, tais noções traduzem uma condição: referem-se a modos específicos de relação, forjados e estruturados num vasto campo de forças a partir do qual a metrópole colonizadora prescrevia situações de exploração territorial e de imposição de estatutos de subalternidade às populações desses territórios. Por isso, mais do que demarcação geográfica, o colonial e o imperial eram, acima de tudo, formas caraterísticas de relacionamento com determinados territórios, de conceber o valor da vida das suas populações e de representar os seus modos de existência. Deste ponto de vista, não podemos contemplar as comemorações nas colónias como fenómenos desvinculados do enredo dessas relações; nem como acontecimentos alheios ao quadro de poder e da condição colonial no interior da qual certas celebrações históricas foram concebidas e realizadas (Barros 2019: 44).

Chegado a este ponto, resta então perguntar: afinal, como foi fabricado o Duplo Centenário de 1940? O que fazia coincidir cronologicamente a Fundação e a Restauração da Independência de Portugal? Na verdade (e aqui apressamo-nos até a antecipar uma das conclusões deste artigo), tal sincronia não se escudava em nenhuma coincidência histórica rigorosa documentalmente fundada. Baseava-se apenas na vontade e na imaginação prosélita dos comemoradores: no fascínio pela sincronização temporal e no entusiasmo hipnótico pelo espetáculo da história, proporcionado pela evocação de episódios pretéritos da memória nacional. Em acréscimo, as comemorações estimulavam o público a imaginar a nação como comunidade (Anderson 2006) retratada, neste caso, no espetáculo da sua própria história. E como é sabido, no espetáculo da história os imperativos da veracidade cedem mais às necessidades da exibição do que ao rigor de uma objetividade instrutiva (Haffemayer, Marpeau & Verlaine 2012; Catroga 2001). Por isso, o desígnio principal não era produzir uma comemoração para elucidar e despertar nos homens e nas mulheres uma cultura histórica criticamente informada. O objetivo também não era divertir, produzir «a simples realização de festas, mais ou menos brilhantes, [e] a alegria efémera dos fogos de artifício ou dos balões venezianos» (Ferro 1939: 23). Como advertiu o então Diretor do Secretariado de Propaganda Nacional,

António Ferro, «seriam frívolas, inúteis, contraproducentes [...] as comemorações de 1940 se tivessem por mero objecto divertir-vos e fazer-vos esquecer outras preocupações» (Ferro 1939: 23). A poética implícita na coincidência cronológica destinava-se a atuar como um suplemento capaz de funcionalizar o exercício do poder do Estado Novo sobre as massas populares. O objetivo era inferir-lhes relações de correspondência entre o presente do regime e o passado que este intentava comemorar. Tal como escreveu António Ferro, «o que vamos festejar não é, portanto, apenas, o Portugal de ontem, mas o de hoje, não apenas o Portugal de D. Afonso Henriques e de D. João IV, mas o Portugal de Carmona e Salazar. Faltar-nos-ia até o ânimo, a energia para festejar essas datas gloriosas do nosso passado se o nosso presente não lhes respondesse, se não nos sentíssemos dignos delas» (Ferro 1939: 19).

Talvez não seja exagero afirmar que residia na justaposição combinada dos dois centenários toda a magia do evento. A justaposição contribuía para influenciar a interpretação e as inferências que a imaginação histórica dos indivíduos produzia através da interiorização de mensagens políticas e outros tipos de conteúdos culturais difundidos no ambiente social pelo espetáculo comemorativo. As palavras de João Ameal, autor afeto aos valores do Estado Novo, corroboravam este intento: «Portugal dará, no espectáculo edificante das condignas celebrações das suas vitórias de ontem a perfeita medida da sua capacidade fecunda para as vitórias de amanhã» (A. J. 1938: 30). Um dos propósitos daquelas comemorações era, segundo Salazar, «dar ao povo português um tónico de alegria e confiança em si próprio, através da evocação de oito séculos da sua História – que foram simultaneamente oito séculos da História do mundo, e através da solidez e eternidade da sua independência». Outro objetivo era conseguir «pelo entusiasmo criador levar os serviços públicos e particulares a acelerar o ritmo da sua actividade, com o intuito de afirmar a capacidade realizadora de Portugal, os seus serviços à civilização, e o contraste entre os nossos recursos sempre diminutos e os resultados obtidos, tantas vezes admiráveis» (Salazar 1943: 42-43).

Segundo Fernando Catroga, «não se errará muito se se defender que as comemorações do oitavo centenário da Fundação e do terceiro da Restauração de Portugal foram pensadas para pôr em cena a apoteose do regime [...]. Por isso, a evocação de datas que remetessem para a memória da *fundação* e da *refundação* ofereceria um bom pretexto para o desenho da imagem que o regime pretendia consolidar de si mesmo»

(Catroga 1998: 256-257, 266)[4]. As comemorações serviam ainda para produzir uma imagem positiva de Portugal como país de paz no contexto de uma Europa assolada pelo espectro da Segunda Guerra Mundial. Segundo António Ferro, o Duplo Centenário constituía, neste sentido, «uma oportunidade única de aumentar e consolidar o nosso prestígio, demonstrando em plena guerra a nossa paz, demonstrando que Portugal é o farol da Europa, o rochedo seguro no fragor da tempestade! Perder tal oportunidade seria falta de visão imperdoável, seria dar razão aos poucos que não acreditam ainda no nosso ressurgimento, na nossa fé»[5].

Escudado no ideário de um Duplo Centenário, as celebrações pretendiam também enquadrar o trabalho dos indivíduos sob o Estado Novo e induzir-lhes em projeções imaginativas de ordem diversa. As exortações lançadas por António Ferro em 1938 confirmam esta hipótese: «O que se deseja é que vos convençais de que a fortuna da pátria está sobretudo em vós, na vossa fé, na terra infinita das vossas almas, onde há sempre tesoiros escondidos! [...]. O que Salazar quer, o que o Govêrno deseja de vós é que o vosso esfôrço seja tão milagroso, tão criador que os portugueses de àmanhã, os portugueses de 2040, sintam a necessidade imperiosa de celebrar, com entusiasmo e reconhecimento, o centenário de 1940, o centenário dos centenários!» (Ferro 1939: 23). Fica então aqui evidente o intento político de manusear as comemorações como artifício para enquadrar a ação dos indivíduos, inflamar-lhes fantasias e visões entusiastas, sitiadas entre o peso espectral do passado e a possibilidade de viver o presente e de imaginar o futuro sob a direção do Estado Novo.

Numa Nota Oficiosa publicada a 27 de março de 1938, Salazar aprovou a ideia da realização, em 1939 e 1940, das festas centenárias da Fundação e da Restauração. «Entendeu-se, segundo ele, que seria bem celebrar solenemente nos dois próximos anos as referidas datas, fundidas no mesmo significado de independência nacional e constituindo portanto um ciclo único de comemorações festivas» (Salazar 1943: 41; Salazar 1939: 2). A originalidade desta proposta não era da autoria de Salazar, mas sobre isso daremos detalhes mais adiante. De seguida, a portaria de 11 de abril de 1938 (atualizada a 2 de junho do mesmo ano) nomeou a Comissão Nacional dos Centenários incumbida de organizar e promover as comemorações; e o Decreto-lei n.º 26.087 de 28 de outubro não só

(4) Os itálicos são do original.
(5) *Revista dos Centenários*, Ano II, n.º 14, 29 de Fevereiro de 1940, 27.

manteve essa mesma Comissão, como definiu as suas atribuições[6]. Segundo Luís Oliveira Andrade, o plano geral dos festejos foi dividido em três épocas temáticas: *i*) a medieval, correspondente à Fundação; *ii*) a imperial, dedicada a exaltar a expansão e a existência do império colonial; *iii*) a época da Restauração (Andrade 2001: 228-246)[7]. A divisão não se destinava apenas a inflamar a imaginação histórica; nem estava investida apenas para gerar fantasias românticas e generalizantes em torno de períodos históricos considerados especificamente portugueses. As épocas temáticas constituíam uma estratégia de diversificar argumentos, produzir aparatos e manejar recursos visíveis capazes de estender o alcance das mensagens políticas do regime, proliferando no tempo e no espaço os valores culturais e morais que as comemorações poderiam, duma maneira ou doutra, ajudar a enraizar.

Como já referimos, o texto da Nota Oficiosa publicada em 1938 previa, inicialmente, duas celebrações em dois anos distintos: uma em 1939, para comemorar oitocentos anos da Fundação de Portugal (estribado no pressuposto de que 1139 era o marco fundacional); outra, em 1940, para solenizar o terceiro centenário da Restauração[8]. Se era este o indício, então, como surge a hipótese (inclusive historicamente forçada e imprecisa) de sincronizar e realizar, no mesmo ano, um Duplo Centenário? Na verdade, a insinuação já vinha de longe, mas só encontrou pleno acolhimento político com o Estado Novo (Andrade 2001: 192-228). Vejamos. Segundo uma Nota Justificativa publicada pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal, a ideia de comemorar em 1940 o «Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal, 1140-1640-1940», surgiu em 1922 por iniciativa desta mesma coletividade (Costa 1940: I-II e 194-195). Em março de 1924, numa das sessões desta coletividade, o esboço de um programa apresentado para os anos de 1924 a 1940 incluía como um dos seus principais números, «promover em 1940 uma Festa ruidosa e com maior pompa possível [...], os Oito séculos de existência nacional e o 3.º Centenário da Restauração da Independência» (Costa 1940: 199-200). Ideia idêntica, apontando inclusive para a mesma data, veio novamente à tona poucos anos depois.

(6) *Diário do Governo*, I Série, Número 250, Sexta-feira 28 de Outubro de 1938.

(7) Entre maio de 1939 e dezembro de 1940, o programa oficial das comemorações conheceu várias modificações, emendas e adaptações sucessivas (Andrade 2001: 228-246).

(8) *Revista dos Centenários*, Ano I, n.º 1, 31 de Janeiro de 1939, 2.

A 20 de fevereiro de 1929, o escritor Agostinho de Campos deu a conhecer no jornal *Diário de Notícias* um artigo intitulado «1140 – 1640 – 1940». Nesse texto (bem sugestivo, como o próprio título indica), Campos publicou uma carta intitulada «Um Português Ausente de Portugal», proveniente da pena do embaixador Alberto de Oliveira, então Ministro de Portugal em Bruxelas. Nessa carta, Oliveira sugeria a escolha de uma data para comemorar «com grande solenidade *e a suficiente preparação*»[9] os oito séculos da fundação de Portugal (Campos 1939: 9). O foco central da proposta era estimular a hipótese de se estabelecer um arranjo de modo a fazer coincidir deliberadamente a cronologia: segundo Oliveira, a data de 1140 tinha «a vantagem de coincidir centenàriamente com a de 1640, data da independência restaurada; e, assim, poderíamos celebrar a grande comemoração em 1940, isto é, daqui por onze anos, com muito tempo, portanto, para nos preparamos devidamente». Disso, validada, emergiria um centenário que seria festejado em Portugal, nas colónias e noutros territórios onde havia núcleo de portugueses (Campos 1939: 9). Decorrido quase uma década, a sugestão da carta de Alberto de Oliveira (aprovada por Agostinho de Campos no *Diário de Notícias* em 1929) foi acolhida pelos homens do Estado Novo: por um lado, a portaria de 11 de abril de 1938, assinada por Salazar, nomeou o embaixador Alberto de Oliveira como Presidente da Comissão incumbida de promover as comemorações do Duplo Centenário; por outro, a *Revista dos Centenários* (periódico oficial da referida Comissão) reproduziu logo no seu número inaugural, em janeiro de 1939, a carta onde Alberto de Oliveira sugestionara 1940 como ano para a evocação centenária da Fundação (apontada por ele para 1140) e da Restauração (1640)[10].

Contudo, há ainda um problema que carece de maior índice de precisão. Se era óbvio que (pela exigência histórica e cronológica) o

(9) Os itálicos são do original.

(10) *Revista dos Centenários*, Ano I, n.º 1, 31 de Janeiro de 1939, 9-10, 25. Alberto de Oliveira (1873-1940) foi poeta, escritor e diplomata, tendo representado Portugal em vários países e missões (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume XIX: 348-349). Segundo Maria Isabel João, «Em dezembro de 1920, [Alberto de Oliveira] tinha sido enviado como embaixador com a missão especial de representar Portugal nas festas do quarto centenário do descobrimento do Estreito de Magalhães, promovidas pelo governo do Chile». Foi Presidente da Comissão incumbida de promover as comemorações do Duplo Centenário, mas «as condições de saúde não lhe permitiram assumir o encargo de comissário geral e acabou por falecer a 23 de abril de 1940, sem poder ver realizado o projeto que tinha contribuído para desencadear» (João 2002: 209).

evento da Restauração remetia para uma data precisa – 1.º de dezembro de 1640, perfazendo de facto em 1940 o seu terceiro centenário; em contraste, a determinação exata do facto histórico da Fundação (o dia e o ano) colocava sérios problemas. Segundo Luís Oliveira Andrade, «Comemorar o VIII Centenário da Fundação de Portugal em 1940 implicava que 1140 fosse a data de um acontecimento histórico apurado e de reconhecida importância»; mas «a questão da determinação do facto histórico a partir do qual Portugal perfazia 800 anos de existência durante o ano de 1940, nunca foi muito bem resolvida» (Andrade 2001: 201). Além de nenhum evento significativo específico ter sido indicado para o ano de 1140[11], pairavam à volta da fundação diferentes probabilidades interpretativas e alusões cronológicas que complexificavam a sua fixação rigorosa: 1128, 1139, 1143, 1179. De facto, nenhuma dessas outras referências alinhava centenariamente com 1940 (Andrade 2001: 201-204). Alguns promotores do Duplo Centenário estavam plenamente informados acerca dessas indeterminações; inclusive, aludiram-nas em diferentes ocasiões, mas sempre com o propósito de desvalorizar o peso da espessura da imprecisão histórica e impor a coincidência cronológica desejada: 1140-1640-1940.

Por exemplo, num artigo publicado no jornal *Diário de Notícias* de 17 de junho de 1938, António Ferro explanou o que constituiriam as comemorações de 1940 no conteúdo das suas datas: «Para além dessas datas, iluminado pelo seu fulgor, o panorama que se descobre atinge a nossa época, alcança os nossos dias, 1140 (1139 foi o seu prólogo...) explica 1640, como 1640 prepara 1940. São três anos sagrados da nossa história, o ano do nascimento, o ano do renascimento e o ano apoteótico do ressurgimento!» (Ferro 1939: 19)[12]. Dois anos depois, desta vez em plena

(11) Segundo Luís Andrade Oliveira, a opção por esse ano devia-se apenas ao facto de 11 de abril de 1140 ser a data que figura num documento, até aí conhecido, em que D. Afonso Henriques aparecia com o título de Rei. Como se tinha consciência, e daí os comemoradores preferirem a omissão, o documento nem sequer era um auto escrito da fundação, nem era um diploma que reportava à proclamação de D. Afonso Henriques como Rei de Portugal. «Tratava-se de um documento referente a um ato de administração da Chancelaria, e era apenas o documento conhecido com a data mais recuada. Nada garantia que não aparecesse outro mais antigo. E mesmo que não se descobrisse, ainda assim não se provava que não tivesse existido, embora perdido» (Andrade 2001: 201, *vide* ainda: 202-204).

(12) Além da sua publicação inicial no *Diário de Notícias*, o mesmo artigo foi reproduzido no primeiro número da *Revista dos Centenários*, Ano I, n.º 1, 31 de Janeiro de 1939, 19-23. É nesta segunda fonte que o colhemos e para a qual a referência aqui citada remete.

pompa das comemorações, o espectro da cronologia e da coincidência centenária forçada continuava a pairar entre os comemoradores. No Discurso Inaugural das Comemorações Centenárias, pronunciado na Assembleia Nacional em sessão solene na noite de 2 de junho de 1940, o então Presidente da Comissão Executiva dos Centenários, Júlio Dantas, não conseguiu furtar-se do problema. Dantas não só elencou as diferentes datas já mencionadas (sem exacerbar o teor do problema, nem se imiscuir em polémicas históricas), como também recomendou de forma enfática que «1140» seja admitido para o consenso e passasse a ser, a partir daí, inculcado e reproduzido para as crianças. Foi, portanto, com este argumento (de certo modo ambíguo) que Dantas tentou mitigar o teor da querela, parecendo até querer fixa-la para a posteridade:

> Minhas senhoras e meus senhores: Nós estamos hoje aqui para lavrar a nossa certidão de nascimento e de baptismo. Chamamo-nos Portugal e nascemos há oito séculos. Em que ano? Em 1128, quando a separação da mãe rainha e do filho infante traduz, num símbolo dramático, a separação definitiva da Galiza e da Província portugalense? Em 1139, quando os barões, fiéis à tradição do código visigótico, elegem o rei e o levantam nos escudos? Em 1140, quando começam a surgir (com uma ou duas excepções apenas) os diplomas em que Afonso Henriques se intitula rei? Em 1143, data do reconhecimento *de jure* pelo suserano, Afonso VII de Leão? Em 1179, data da bula em que o papa Alexandre III confirma a posse do reino e o título real à estirpe de Borgonha? O que importa, para fixar o momento da fundação da nacionalidade, não é a existência de direito; é a existência de facto. E a existência de facto (tanto quanto nos permite afirmá-lo a origem imprecisa das nações medievais) verifica-se a partir de 1140. Porque se formara já – nesse recente condado de limites territoriais flutuantes – uma forte consciência nacional? Seria ousado supô-lo. Mas já havia um rei, e já havia um reino. Fixemos, pois, pragmaticamente em 1140 o aparecimento da Nação portuguesa, – e festejemos essa data, hoje e no decurso das gerações. As nações, como os homens, precisam de saber quando nasceram. Que os pedagogos repitam às crianças, que as mães murmurem aos filhos: «1140»! O que importa, nas grandes datas nacionais, é o potencial de energias que elas traduzem (Dantas s./d.: 164-165)[13].

(13) Os itálicos são do original. Sobre os usos públicos que Júlio Dantas faz da história e da historiografia portuguesa veja-se por exemplo Silva 2011.

Apesar das indeterminações históricas que pairavam, o Duplo Centenário estava fabricado; e o consenso desejado estava tacitamente instalado. A aparência de uma coincidência cronológica tinha, como podemos depreender, maiores possibilidades de gerar impressões fantásticas: de fervilhar a imaginação histórica passadista, produzir emoções e inflamar nos indivíduos a ideia de um entusiasmo coletivo. O intento era que as comemorações gerassem a crença pública na ideia de um «ressurgimento» (Ferro 1939: 19) em curso sob a superintendência do Estado Novo. Mas a aparência desse 'ressurgimento' estava a ser induzido à custa de atropelos ao rigor histórico. Neste sentido, a informação histórica estava a ser manejada com o fito de tornar funcional o exercício do poder do regime sobre as populações, irrigando por vias até subtis outras geometrias de subordinação, como no campo da relação conjugal, familiar e doméstica. Tanto assim é que o reparo de António Ferro confirma este asserto.

Ferro destacou, por exemplo, a forma como os homens e as mulheres deviam contribuir no empreendimento comemorativo, considerando para tal os lugares e os papéis que lhes estavam prescritos pela moralidade implícita da ordem social dominante: dos homens esperavam-se realizações atuantes na esfera pública (nas indústrias, fábricas, comércio, agricultura, restauro de obras, cátedras universitárias, artes, serviços públicos e privados, comunicação pública, exército, entre outros); às mulheres foram solicitadas tarefas domésticas e gestos devotos, ideados como caraterísticas naturais específicas do género feminino no domínio da vida conjugal, familiar e social. Elas eram, segundo António Ferro, «as almas dos homens!», razão pela qual

> Saberão ajudá-los, estimulá-los para essa guerra alegre, pacífica das comemorações! Não só lhes darão a coragem necessária para que o seu entusiásmo não esmoreça, como celebrarão as comemorações nos seus próprios lares, alindando-os, remoçando-os, enchendo-os de flores, aproveitando até o pretexto para obrigar os maridos, os pais ou os irmãos a dar-lhes o necessário para mudar as cortinas daquela janela ou mandar pulir o tampo da velha mesa [...]. Assim, todos se irmanarão no mesmo sonho, trabalhando para o mesmo fim, todos serão utilizados na preparação da apoteose [...] das comemorações! (Ferro 1939: 22-23)[14].

(14) Sobre o Estado Novo e o lugar das mulheres na sociedade veja-se por exemplo Neves & Calado 2001; Pimentel 2001; Belo, Alão & Cabral 1987.

Esta passagem é eloquente. Além de sugestionar lugares e tarefas, estava a inculcar para o público formas de relações familiares e de género tidas como socialmente exemplares. Isto prova que, afinal, uma comemoração nunca é um disfarce da vida social; nem é algo desvinculado do imaginário político-cultural e da estrutura normativa onde a própria operação comemorativa é concebida, caldeada e praticada. Qualquer comemoração é sempre um jogo codificado de disfarces onde o próprio disfarce é real: o real que espelha a forma como cada um ocupa um lugar que lhe é consignado por diferentes códigos, discursos, alegorias ou representações. Neste sentido, o excerto acima transcrito era uma mensagem sobre a consignação de lugares que, no disfarce da comemoração, os homens e as mulheres deviam ocupar no campo real da vida social. Tratava-se aqui de relembrar ao público qual era o modelo idealizado de relação conjugal validado tanto no espaço social, como no doméstico. Assim colocada, a mensagem contribuía para reforçar o repertório das convenções normativas que, servindo para hierarquizar a estrutura social, acabavam por naturalizar as relações de género e enquadra-las até nos seus aspetos domésticos e quotidianos mais prosaicos. Por isso, comemorar é expor, dar a ver: é inculcar no imaginário dos indivíduos um agregado complexo de significações.

Duplo Centenário nas colónias

As celebrações do Duplo Centenário foram inauguradas no dia 2 de junho de 1940 e encerradas a 2 de dezembro do mesmo ano. O repertório previa seis meses de atividades comemorativas (Andrade 2001: 204-282). Os dias de abertura e de encerramento oficial (2 de junho e 2 de dezembro respetivamente) deviam ser observados de forma análoga, com sessões solenes em todas as câmaras municipais da metrópole e do império (Catroga 1998: 256-271). A comemoração não foi ideada sem a componente colonial e imperial, e o leitor constatá-lo-á com limpidez porque a Nota Oficiosa de março de 1938 não escondeu esse desígnio. Como escreveu Salazar, «Não é preciso dizer que os centenários, como grande festa de família, não interessam só à capital; a província, as ilhas, todos os domínios têm de participar nela» (Salazar 1939: 3). Basicamente, desde outubro de 1938, estabeleceu-se que os governos das colónias iam «nomear comissões, que terão o encargo de promover ali as comemorações do Duplo Centenário

da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal»[15]. Assim, em 1939, foram nomeadas diversas comissões comemorativas coloniais em África e no Oriente. Em colónias geograficamente mais extensas como Angola e Moçambique, além da comissão central, foram também criadas comissões provinciais, locais ou especiais, representativas dos diferentes setores da atividade colonial: a função destas era colaborar com a comissão provincial na promoção e na expansão dos festejos. As comissões locais estavam vinculadas à autoridade central do Governador de cada colónia; e todas eram constituídas e lideradas por homens, inclusive até em setores especiais femininos como o Instituto Feminino ou o Colégio Feminino de Lourenço Marques, Moçambique[16].

Ora, não foi só no ato de estender a comemoração da metrópole para as colónias que estas foram implicadas nos festejos do Duplo Centenário. A festa devia inspirar de forma imbricada a assunção de uma herança suscetível de traduzir, simultaneamente, o culto da pátria e do império (Catroga 1998: 257). Aliás, é característico das comemorações suscitar concatenações entre herança, identidade, história e memória (Zerubavel 2012: 19; Cubitt 2007: 214-222; Ricoeur 2000: 108-109; Gillis 1996: 3-24; Lowenthal 1996: 41-57; Halbwachs 1994: 110-113; Nora 1992: 975-1012). Na esteira deste entendimento, as comemorações do Duplo Centenário idearam por exemplo a história, a memória e a suposta identidade colonial e imperial portuguesa sob diferentes aspetos. Desde logo, pela inclusão do Brasil como convidado especial dos festejos. A escolha não era inócua, nem deixava dúvidas quanto ao fundo propagandístico do propósito: ter o Brasil não apenas como «hóspede de honra, mas como família» constituía um artifício capaz de suscitar no imaginário popular uma imagem histórica positiva e benévola acerca da suposta capacidade de Portugal como país colonizador. Como denotam as palavras de Salazar, a presença daquela ex-colónia nas celebrações era a garantia empírica a partir da qual «o Mundo» seria «testemunha do que é o Brasil na História portuguesa – uma das suas páginas mais belas e a sua mais extraordinária realização, e do que é Portugal para o Brasil – a fonte inicial da sua vida, a Pátria da própria Pátria» (Salazar 1939: 3)[17]. O império esteve também

(15) *Boletim Geral das Colónias*, Ano XIV, n.º 161, Novembro, 1938, 106.

(16) *Idem*, Ano XV, n.º 169, Julho, 1939, 182; *Idem*, Ano XV, n.º 176, Maio, 1939, 64; *Idem*, Ano XV, n.º 164, Fevereiro, 1939, 51-53; *Idem*, Ano XIV, n.º 161, Novembro, 1938, 106.

(17) Refira-se que as estratégias de induzir inferências celebrativas entre Portugal e Brasil têm uma longa tradição política, intelectual e cultural que antecede em larga

presente através da Exposição do Mundo Português, inaugurada a 23 de junho de 1940: a Secção Colonial deste ostentoso evento funcionou como uma vitrina de encenação da 'realidade africana', com aldeias fabricadas, exibição de indígenas, cenas pitorescas e diversos outros conteúdos que remetiam para a ideia de império e para a suposta grandeza de Portugal vista através da história da colonização e do presente do colonialismo estado-novista (Vargaftig 2016; Matos 2012; Garcia 2011; Corkill and Almeida 2009; João 2002; Cunha 2001; Acciaiuoli 1998; Thomaz 1997).

O passado e o presente das colónias foram justapostos como corolários de um tempo linear, caldeado desde os primeiros momentos da Fundação de Portugal. Logo, o Portugal do Estado Novo devia ser visto como uma síntese entre o Portugal imperial e o Portugal do tempo da Fundação. Neste enlace, a missão colonizadora devia ser interpretada como uma predestinação histórica, proveniente desde o início no bojo da própria Fundação. Como Manuel da Cruz Boavida escreveu, «o Espírito missionário de Portugal [...] revelou-se na Gente Lusa desde o condado portucalense, tendo presidido à transformação dêste em nação e, como a História no-lo ensina, continuou a animar, sempre, o heroico Povo português. Pode, mesmo, afirmar-se que foi êsse espírito que levou Portugal às Descobertas» (Boavida 1939: 425). Os promotores do Duplo Centenário não prescindiram de suscitar e estabelecer diversas correspondências mnemónicas entre Fundação e Restauração de Portugal e as colónias. Como aliás Teixeira Botelho afirmou, as «comemorações nacionais ficariam incomplectas se se deixassem à margem as colónias, orgulho e razão de ser do Império. A omissão, se se desse, que não podia dar-se, magoaria o sentimento nacional»[(18)].

O desejo de estabelecer uma correspondência comemorativa entre Portugal e o império ficou também explícito na imposição de um idioma cerimonial comum que devia ser observado, no mesmo dia e ao mesmo tempo, na metrópole e em todas as colónias. O programa prescrevia que a inauguração solene dos festejos decalcasse, na metrópole e por todo o império, os mesmos protocolos formais, os mesmos ritos litúrgicos e as mesmas operações cerimoniais: por exemplo, no dia 2 de junho de 1940,

---

medida a cronologia do Estado Novo. Sobre esse assunto veja-se com proveito Oliveira 2014; Paredes 2013; Silva 2013; Paulo 2000.

(18) "Discurso do Sr. General Teixeira Botelho, Presidente do Congresso Colonial", in *Congresso do Mundo Português*, Volume XIX, *Programas, Discursos e Mensagens*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940, 200.

as festas foram iniciadas na metrópole com alocução eucarística – *Te Deum* – na Sé de Lisboa, sessão solene na Assembleia Nacional e cerimónias na Câmara Municipal de Lisboa[19]; pelo império foram também realizados atos religiosos – *Te Deum* – nas sés, igrejas e capelas de todas as colónias, sessões solenes nas câmaras municipais das capitais coloniais e doutros fogos urbanos importantes com a presença das autoridades oficiais e outras distintas figuras da administração colonial[20].

Mas foi de facto no dia 4 de junho que a fantasia pela sincronização do idioma cerimonial entre a metrópole e as colónias teve a sua encenação mais onírica e espetacular: nesse dia, a partir da cidade de Guimarães (considerada terra das origens remotas de Portugal), as autoridades inauguraram as festas do ciclo medieval da Fundação, e a cerimónia foi transmitida pela Emissora Nacional Portuguesa, para todo o império. De Guiné a Timor, passando por Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Índia Portuguesa e Macau, as comemorações foram seladas com fórmulas análogas: missas solenes em todas as igrejas centrais a paroquiais; repiques de sinos; exaltações de viva a Portugal e ao seu Governo; louvores a Óscar Carmona e a Oliveira Salazar; hastear da bandeira da Fundação nos edifícios públicos, salvas de artilharia, descargas de infantaria ou girândolas de foguetes, bandas de música a executarem o hino nacional português; sessões solenes nas câmaras municipais e noutros espaços da administração dirigidos por governadores provinciais ou encarregados do governo-geral, principalmente nas colónias de maior extensão geográfica como Angola, Moçambique e Guiné[21].

---

(19) *Revista dos Centenários*, Ano II, n.º 18, 30 de Junho de 1940. As comemorações do Duplo Centenário ficaram marcadas por uma forte componente religiosa. Duas razões mais imediatas (mas há outras) ajudam a explicar esse facto. Primeiro: à narrativa da fundação era por vezes associada uma certa mística religiosa (de matriz católica), com o argumento de que o ato fundador não resultara apenas da ação humana. Segundo: a 7 de maio de 1940 (quase um mês antes da abertura oficial das comemorações) foram assinados no Vaticano a Concordata e o Acordo Missionário entre Portugal e a Santa Sé. Sobre o papel da igreja nas comemorações veja-se Brito 2011.

(20) *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, n.º 187 (Dedicado às comemorações centenárias da Fundação e da Restauração Nacional, na Metrópole e no Império, 1140, 1640, 1940), Janeiro, 1941, 254-288.

(21) *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, n.º 187 (Dedicado às comemorações centenárias da Fundação e da Restauração Nacional, na Metrópole e no Império, 1140, 1640, 1940), Janeiro, 1941, 254-288; Comissão Executiva dos Centenários, *Programa Oficial das Comemorações Nacionais. Ano de 1940, Nova Edição, Revista*. Lisboa: Publicado pela Secção de Propaganda e Recepção, 1939: 3-4.

À escala imperial foram executados todos esses atos acima repertoriados, assim como outras atividades mais lúdicas e menos formais[22]. Mas foram as fórmulas religiosas (o *Te Deum*), assim como as sessões solenes nos principais espaços de representação do poder colonial (câmaras municipais, paços do concelho, palácios dos governadores, delegações) que predominaram como ritos comemorativos em todas as capitais e centros provinciais das colónias. Além dos dias comuns (de inauguração e encerramento do Duplo Centenário), a festa no império ficou também marcada por eventos pontuais, geograficamente dispersos no tempo e no espaço. As celebrações abarcaram uma ampla audiência, principalmente nos dias mais solenes. Segundo relatos coevos, nas comemorações tomaram parte não apenas as autoridades (administrativas, religiosas, eclesiásticas e militares), como também o corpo consular sediado nas colónias, os funcionários, os representantes das corporações e das associações comerciais, os agentes da imprensa, a população geral (nativos e colonos), as delegações escolares, os líderes e filiados da Mocidade Portuguesa, crianças e alunos das diferentes escolas, etc.[23].

Apesar da ambição de disseminar as celebrações um pouco por toda a parte, foi sobretudo nas capitais (centros do poder e lugares simbólicos da autoridade colonial) que as festividades atingiram as suas demonstrações mais espetaculares e opulentas. Por exemplo, uma das cerimónias realizadas em Moçambique ilustra com prodigalidade a pompa colonial do Duplo Centenário. Transcrevamos na íntegra o testemunho legado por uma das fontes escritas da época:

> Na noite de 3 de Junho, à hora em que, no Castelo de Guimarãis, se acendiam as fogueiras para a Velada da Fundação, também aqui,

(22) *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, n.º 187 (Dedicado às comemorações centenárias da Fundação e da Restauração Nacional, na Metrópole e no Império, 1140, 1640, 1940), Janeiro, 1941, 254-288; *A Colónia de Cabo Verde, Número Único e Especial: Folha Comemorativa da Passagem do Duplo Centenário da Fundação e Restauração da Independência de Portugal*, Praia: Minerva de Cabo Verde, 1940; *Notícias da Beira*, n.º 2557, 2 de Dezembro de 1940, 1; *Moçambique – Documentário Trimestral*, n.º 23, Julho – Agosto – Setembro, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1940, 139-140; *Moçambique – Documentário Trimestral*, n.º 22, Abril – Maio – Junho, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1940, 93-101; Matos, Ed. Correia de (1940). "Comemorando duas datas", *Moçambique. Documentário Trimestral*, n.º 22, Abril – Maio – Junho, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 5-8.

(23) *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, n.º 187 (Dedicado às comemorações centenárias da Fundação e da Restauração Nacional, na Metrópole e no Império, 1140, 1640, 1940), Janeiro, 1941, 254-288.

nesta remota terra portuguesa, se acendiam em Lourenço Marques, Nampula, Quelimane, Moçambique, Tete, Pôrto Amélia e António Enes, fogos votivos da Pátria. O acender dêstes fogos votivos foi precedido da corrida da «Chama da Pátria», chama recolhida em locais assinalados na história do descobrimento, conquista e ocupação de Moçambique. Simbòlicamente, a «Chama da Pátria», ateada por um velho colono, foi passada a estafetas, representando a geração moça, para ser, finalmente, entregue a uma criança. Assim a «Chama da Pátria» tem, ao longo dos séculos, passado viva, generosa e ardente, de geração em geração – e assim ao longo dos séculos continuará passando, ardente e nunca extinta. Em Lourenço Marques, a corrida da «Chama da Pátria» efectuou-se sôbre um percurso de 35 quilómetros, desde Marracuene, no local onde se ergue o monumento aos combatentes do Quadrado, até o monumento à Pátria, na Praca Mac-Mahon. Foi uma cerimónia impressionante, num ambiente de religiosidade e emoção. Ao acender-se o lume votivo, o Orfeão do Rádio Clube entoou, no silêncio comovido da multidão, um famoso coral – a «Oração à Chama», composição musical de Belo Marques e letra de Caetano Campo. Depois, os ternos de corneteiros fizeram o toque de recolher. Durante a noite, uma fôrça do Exército velou o fogo votivo que só foi extinto na manhã do dia 4, após a alvorada simbólica. O hastear da bandeira de Afonso Henriques foi um outro momento de profunda emoção. A vasta Praça Mac-Mahon – onde a bandeira ia ser hasteada, perante o monumento à Pátria – apresentava um aspecto imponente, com as concentrações das fôrças militares, escolas, associações, estandartes e a população rodeando, compactamente, a Praça. Quando o sinal de Guimarãis chamando todo o Império começou a ouvir-se, fez-se um silêncio profundíssimo. Em todos os olhos brilhavam lágrimas, todos os rostos se crispavam de emoção contida. Lentamente, a 1.ª Bandeira de Portugal, içada por S. Ex.ª o Governador Geral, começou elevando-se. E, de súbito, toda a intensa comoção que dominava os milhares de portugueses ali reünidos num grande acto de fé na Pátria evadiu-se, libertou-se num clamor triunfal. Aos sons da «Portuguesa», cantada pelo Orfeão do Rádio Clube e tocada pela Banda de Música do Clube Desportivo Ferro-Viário, juntaram-se gritos, aclamações, palmas. Uma grande revoada de bandeiras da Cruz Azul elevou-se da multidão. Aviões cruzavam sôbre a Praça, lançando bandeiras e flores. As salvas de artilharia, os toques de clarins e cornetas, foguetes, apitos – produziram um clamor frenético de exultação e apoteose. Seguiu-se a deposição de

flores no monumento, depois o desfile geral. Após êste, a população acorreu a juncar de flores o monumento[24].

A ideia de sincronizar comemorativamente a metrópole e as colónias e o protocolo de decalcar à escala imperial as mesmas cerimónias oficiais foram prescritos, fundamentalmente, para os dias considerados como momentos-chave do Duplo Centenário: 2 e 4 de junho de 1940, para a abertura formal dos festejos e a inauguração do ciclo medieval, respetivamente; 1 e 2 de dezembro do mesmo ano para os atos oficiais de encerramento. Essa pretensão para sincronizar comemorativamente territórios dispersos entre si, que têm tempos distintos e populações tão heterogéneas (que inclusive não tinham o mesmo estatuto dentro do mesmo sistema imperial), não passava de uma quimera, uma fantasia. Mas essa pretensão pela sincronia detinha uma eficácia simbólica e operativa que atuava para além do seu valor de verdade, sobretudo como potência onírica e virtualidade expressiva suscetível de gerar (no momento da operação cerimonial) a ideia hipnótica de unidade imperial e de hipotética sintonia entre as populações da metrópole e das colónias.

Evocar a Fundação e a Restauração ou comemorar a vida física do colonialismo?

Um outro aspeto que ressalta desse desejo de sincronia comemorativa é a problemática do tempo, na sua dupla aceção, histórica e geográfica. Em bom rigor, os tempos cerimoniais do Duplo Centenário nunca seriam sincrónicos em termos geográficos, à escala imperial (por exemplo, Portugal e Timor nunca estiveram sob a mesma simultaneidade temporal); de modo análogo podemos perguntar o que fazia coincidir temporalmente Guimarães e Bissau, Lisboa e Macau, Goa e Luanda, Praia, Lourenço Marques e São Tomé e Príncipe? Só a imaginação comemorativa. A conotação atribuída a Guimarães e ao seu castelo como lugares da história e da memória remota da Fundação não tinha nenhuma relação memorial com esses espaços coloniais acima mencionados. Primeiro porque o império não tinha a mesma genealogia histórica e cronológica que a metrópole colonizadora;

(24) *Moçambique – Documentário Trimestral*, n.º 22, Abril – Maio – Junho, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1940, 93-101.

segundo porque os territórios coloniais eram distintos e tinham historicidades dissemelhantes, mesmo quando a perspetiva hipnótica das narrativas totalizantes acerca do império e da unidade imperial tentava criar e alimentar a ilusão da homogeneidade; terceiro porque tratando-se de territórios forjados com factualidades e acontecimentos totalmente díspares, os regimes de tempo com base nos quais eram organizadas as histórias e as memórias desses lugares diferiam largamente entre si.

Deste ponto de vista, a sintonia comemorativa induzida com o ciclo medieval (inaugurado a partir do castelo de Guimarães para todo o império) era uma encenação política da história. A Fundação de Portugal e o período da Idade Média estavam a ser evocados não apenas como categorias de interpretação de uma história nacional geograficamente situada, mas também como moldura interpretativa mais abrangente, suscetível de influenciar o entendimento público acerca da história de cada colónia e do próprio império como um todo. Significa que a Fundação de Portugal e o período medieval estavam a ser evocados e mobilizados como referências temporais e mnemónicas para perfilhar as sociedades colonizadas com a narrativa histórica da metrópole colonizadora; e as colónias, com efeito, estavam a ser enlaçadas com alusões medievais portuguesas, como se estas traduzissem um entendimento narrativo e temporal comum capaz de agregar numa única história todos os espaços que compunham o império. Deste modo, os territórios e as sociedades africanas estavam a ser abarcados com noções eurocêntricas de periodização histórica e com modelos lineares de interpretar a origem da nação, dos povos e dos lugares. Este facto, em consequência, acabava por silenciar os entendimentos históricos locais, as experiências de tempo e as significações memoriais que os diferentes povos das colónias produziam acerca de si e das narrativas africanas de fundação a que estavam vinculados e com base nas quais concebiam as suas respetivas genealogias históricas.

Por sua vez, usar o castelo de Guimarães como lugar crucial de inauguração do ciclo medieval dos festejos de Portugal para todo o império, era estar a manusear fantasias remanescentes acerca do medievalismo, com vista a impressionar as populações abrangidas pelas comemorações. Este facto revela acerca dos usos públicos e políticos de que as referências à Idade Média foram objeto, por exemplo, no contexto das comemorações históricas contemporâneas[25]. Mas havia também,

(25) Sobre os usos públicos da Idade Média no Estado Novo veja-se entre outros/as Cavero 2016; Martins 2016.

nesta encenação, uma outra farsa histórica ainda mais complexa: a memória da Fundação estava a ser apresentada como tempo ucrónico primordial a partir do qual foram trazidos para a História todos os povos e territórios do império colonial português. Significa que, além de ocultar, esta visão desconsiderava qualquer outra ideia de tempo histórico fundacional para as populações do império que não seja o tempo histórico da colonização e da história de Portugal.

A gramática comemorativa do Duplo Centenário serviu também de moldura para exercitar outras narrativas memoriais e tentar inscrevê-las como episódios fundadores da história das colónias ou de algumas províncias. Tratava-se de inspirar designações e nomeá-las como traços mnemónicos da história de Portugal nesses lugares. Ao longo do ciclo festivo foram então evocados diferentes eventos e figuras com vista a animar essa dramaturgia comemorativa colonial, tal como atestam alguns exemplos: a evocação do 171.º aniversário da fundação de Díli como capital da colónia de Timor, celebrada no dia 10 de outubro de 1940; a comemoração, a 18 de julho de 1940, do aniversário da tomada de posse (a 18 de julho de 1892) de Joaquim José Machado, primeiro Governador do território de Manica e Sofala, Moçambique; a homenagem em Sofala aos primeiros portugueses que ocuparam Moçambique; a comemoração em Sofala do 433.º aniversário da fundação da Fortaleza de S. Caetano por Pêro de Anaia[26]; a homenagem a D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, um dos governadores de Angola de meados do século XVIII; a glorificação do esforço militar português nas campanhas de ocupação colonial da região de Dombe Grande, em Benguela; a evocação do 53.º aniversário da data (1887) considerada como marco originário da cidade da Beira (Moçambique), entre outros factos[27].

(26) Pêro de Anaia foi o primeiro capitão-mor de Sofala, povoação da costa oriental africana situada no litoral de Moçambique. Foi enviado em Maio de 1505 pelo rei português D. Manuel I à costa moçambicana para construir uma fortaleza em Sofala, destinada a proteger o comércio de ouro e os interesses portugueses na região. Cf. Lisboa, João L. (1994). "Pêro Anaia" e "Sofala", in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Volume I e Volume II. Lisboa: Caminho, 1994, 64 e 997-998, respetivamente.

(27) *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, n.º 187 (Dedicado às comemorações centenárias da Fundação e da Restauração Nacional, na Metrópole e no Império, 1140, 1640, 1940), Janeiro, 1941, 258-262, 283-288; *Moçambique – Documentário Trimestral*, n.º 23, Julho – Agosto – Setembro, Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1940, 139-140; *Notícias da Beira*, n.º 2526, 15 de Agosto de 1940, 1.

Em sede crítica, várias ilações podemos colher deste artifício, mas cinjamos a destacar apenas três, com grande nível de plausibilidade. A primeira (e mais imediata): as comemorações realizadas nas colónias não tinham nenhuma relação direta (nem indireta) com a memória da Fundação e da Restauração, mesmo quando estavam enquadradas dentro do repertório programático das festas do Duplo Centenário. Segunda: todos esses artifícios de rememoração pública remetiam para vultos masculinos e referencialidades memoriais exclusivamente portuguesas, tanto na exaltação dos factos como na centralidade consignada aos seus protagonistas. Terceira: as comemorações históricas estavam a ser manuseadas como artifício de escrita da história dos territórios que elas visavam, colonizando o tempo e os espaços implicados na medida em que exaltavam sempre a componente metropolitana no modo de interpretar os processos históricos, de enquadrar os episódios evocados e de explicar as motivações das figuras que os protagonizaram. Por isso, comemorar a Fundação de Portugal nas colónias era, em termos tautológicos, um ato glorificador da colonização, da potência colonizadora e do regime político que a dirigia.

Outros expedientes coloniais estiveram também alojados no bojo das festas centenárias de 1940. A inauguração de obras e de melhoramentos públicos constituía, por exemplo, um deles: o padrão comemorativo dedicado à memória da criação do posto militar de Aruângia, na cidade da Beira (Moçambique); o padrão comemorativo na Fortaleza de S. Caetano, em Sofala, Moçambique; a placa toponímica "Rua General Machado", na Beira; o lançamento da primeira pedra ao monumento-padrão ao Infante D. Henrique, no Lobito (Angola); o traçado de estradas, troço de caminho de ferro, faixa de aeródromo, pontes, escolas, postos sanitários, moradias, edificação e restauro de obras religiosas (igrejas, capelas, catedrais e templos), etc. Essas realizações (e outras não mencionadas, obviamente) foram executadas de forma dispersa ao longo do período comemorativo, sobretudo nas colónias de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe[28]. Mas não é na qualidade de artefactos materiais ou execuções portentosas que elas são aqui convocadas para a análise. Elas interessam-nos aqui, fundamentalmente, como marcas e trilhos da vida física do colonialismo; como dispositivos do repertório imperial.

(28) *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, n.º 187 (Dedicado às comemorações centenárias da Fundação e da Restauração Nacional, na Metrópole e no Império, 1140, 1640, 1940), Janeiro, 1941.

Enquadradas como motivo e, ao mesmo tempo, como produto dos festejos, as inaugurações de obras e melhoramentos eram apresentadas como uma espécie de garantia empírica da missão colonizadora portuguesa em África: o brinde capaz de testemunhar, aos olhos de todos, a suposta benevolência sacrificial do ato de colonizar porque, tal como afirmou o então Ministro das colónias, Francisco Vieira Machado, «colonizar é, para nós, portugueses, um verdadeiro e contínuo acto de amor»(29). Neste sentido, as obras e os melhoramentos públicos serviam para adornar o projeto colonial e imperial. De modo análogo, serviam para estimular horizontes de expetativas e alimentar várias aspirações (materiais, simbólicas e outras) que poderiam advir da crença dos nativos nas promessas da colonização. Daí, nesse enredo, as comemorações nada mais eram do que encenações destinadas a animar o fecundo viveiro das expetativas coloniais e imperiais. Por este motivo, as inaugurações eram partes constitutivas do repertório da ideologia imperial e da vasta panóplia do discurso propagandístico do regime que as executava. Ademais, os promotores das comemorações não estiveram alheios a esse desígnio e, sem artifício nas palavras, sugeriram: «que os Centenários fôssem comemorados com realizações materiais»(30).

As comemorações serviam também para persuadir a população acerca da suposta benevolência das políticas de administração colonial e do regime que as presidia. Esta avaliação é-nos confirmada pelas palavras de José António Nunes de Andrade, então Comandante e Tenente de Artilharia na ilha de São Vicente, colónia de Cabo Verde. Segundo ele,

> O govêrno do nosso país tem sido de tal maneira acertado que mereceu a admiração de todos os países estrageiros. A administração das nossas Colónias é perfeita e pela nossa acção inteligente continuamos a merecer o título de Nação mais civilizada do mundo. Nada temos de copiar dos estrangeiros pois os portugueses, quer metropolitanos, quer coloniais, são mais felizes do que qualquer outro povo(31).

---

(29) «Discurso de Sua Excelência o Ministro das Colónias», in *Congresso do Mundo Português*, Volume XIX, *Programas, Discursos e Mensagens*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940, 223.

(30) *Boletim Geral das Colónias*, Ano XVII, n.º 187 (Dedicado às comemorações centenárias da Fundação e da Restauração Nacional, na Metrópole e no Império, 1140, 1640, 1940), Janeiro, 1941, 260, 273.

(31) *A Colónia de Cabo Verde, Número Único e Especial: Folha Comemorativa da Passagem do Duplo Centenário da Fundação e Restauração da Independência de Portugal*, Praia: Minerva de Cabo Verde, 1940, s.p.

Pretendia-se inculcar no entendimento público a ideia de que Portugal e o seu império colonial estavam perante uma nova aurora redentora. Por exemplo, num artigo publicado em Moçambique no jornal *Notícias da Beira*, Augusto da Costa reforçou essa ideia através de uma pergunta que continha já em si a resposta imediata: «A quem se deve o milagre? A Salazar, primeiro, [e] aos seus colaboradores na pasta das colónias» (Costa 1940: 4). Assim posta a questão, podemos ainda acrescentar que as comemorações estavam a rubricar (direta e indiretamente) o culto dos 'grandes homens', ou seja, o enaltecimento daqueles vultos cuja liderança era vista como personificação da vontade coletiva, neste caso, nacional e imperial. Portanto, com obras materiais, protocolos cerimoniais e outros traços da vida física da ação colonial produzidos no contexto das comemorações, as autoridades estavam a reforçar no imaginário social o conceito de colonialismo como missão.

Finamente, resta afirmar que, além de cumprirem funções propagandísticas, as inaugurações eram também ocasiões através das quais as autoridades assentavam os seus discursos, reforçavam as suas posições de privilégio, geriam as suas visibilidades como personificações do poder colonial dominante e renovavam a mitologia imperial e o colonialismo. Refira-se que a pompa das inaugurações vivia, paradoxalmente, daquilo que ela ocultava, a saber, a exploração da mão-de-obra nativa, a apropriação dos espaços e dos recursos naturais das colónias, as segregações que presidiam os usos públicos dessas realizações materiais, etc. Porque os naturais das colónias eram, de facto, os que menos beneficiavam dessas obras materiais para as quais assaz contribuíam com as suas forças de trabalho. Mas há ainda um outro facto da fenomenologia das inaugurações que merece aqui alguma atenção. As realizações materiais eram a marca física do colonialismo. Elas assinalavam, aos olhos do público, a ordem do tempo colonial, isto é, o *antes* e o *depois* caraterístico das transformações que as próprias obras inauguradas criavam no tempo e no espaço imperial. Por isso, as realizações materiais colonizam o tempo, na medida em que constituem traços visíveis que remetem para o período da ação colonizadora; e saturam os espaços porque introduzem alterações no panorama dos territórios coloniais: moldam a fisionomia dos lugares, inscrevem em pedra, bronze e outros materiais os valores e as visões dos dominadores, afirmam a autoridade, o poder, a reverência e prescrevem aos dominados várias formas (implícitas e explícitas) de submissão.

Conclusão

As comemorações históricas são dispositivos de produção de interações, a diferentes níveis, entre sujeitos, acontecimentos e lugares. As interlocuções produzidas entre a metrópole e as colónias no contexto das celebrações do Duplo Centenário ilustram esta asserção. As comemorações foram postas em ação para validar o colonialismo, funcionalizar relações de domínio e difundir o mito da autoridade histórica da metrópole colonizadora. De modo análogo, as celebrações sugestionaram várias geometrias de subordinação, articulando diferentes escalas de relações de poder entre o doméstico, o nacional e o imperial. O Duplo Centenário colocou também em cena a fantasia da sincronização comemorativa entre a metrópole e o império. Ao mesmo tempo, serviu de pretexto para colocar em correspondência vários discursos memoriais, inclusive, sobre tópicos que não tinham nenhuma relação direta, nem com a história da Fundação, nem com a história e a memória da Restauração. Como corolário, a discursividade comemorativa silenciou o tempo histórico das sociedades colonizadas, ao impor uma narrativa fundadora de cariz lusa e eurocêntrica como forma de manter as colónias sob o domínio cultural e político da memória histórica da metrópole.

Chegado a este ponto, a questão crucial ainda permanece: afinal, o que é que a história da Fundação de Portugal tinha a ver com as colónias e com o império? Basicamente nada, apenas o facto de Portugal ser a potência colonizadora que tinha sob o seu domínio as colónias e as populações desses territórios. Mas não só. À luz da crítica do tempo é sabido que as historicidades da fundação de Portugal e do império nunca foram coincidentes, nem semelhantes. Refira-se que o Duplo Centenário (com todo o seu repertório formal e decorativo) foi o pretexto para o Estado Novo criar e gerir várias formas de legitimação. A começar, desde logo, pela produção de uma imagem idílica de Portugal, do seu império e do Estado Novo salazarista. Esta imagem destinava-se a reforçar o poder do regime e a demarcar Portugal do quadro de uma Europa assombrada pelo espectro da Segunda Guerra Mundial. Por sua vez, as comemorações contribuíram também para encenar várias formas de visibilidade do poder colonial dominante. E no contexto do império e do colonialismo, tais encenações emprestavam aos dominadores o valor de autoridade que, com

efeito, a teatralização do espetáculo comemorativo difundia entre os colonizados e as restantes figuras do mundo colonial.

Vistas a partir do ponto de observação colonial, tanto a memória da Fundação como a da Restauração estiveram praticamente secundarizadas (quando não ausentes ou simplesmente silenciadas). A maioria dos assuntos reverberados nos festejos realizados nas colónias não dizia respeito em nada, nem à história da Fundação de Portugal, nem à memória propriamente dita da Restauração da independência. O que predominou foi sobretudo a tentativa de veicular a imagem do Estado Novo como nova aurora redentora da (re)fundação de Portugal e de restauração do seu desígnio nacional, colonial e imperial.

Finalmente, resta dizer que os promotores das comemorações estavam cientes das lacunas históricas que fendiam a montagem de um Duplo Centenário. Todavia, fabricado o consenso na metrópole, a gramática comemorativa foi transplantada e imposta à escala imperial, desconsiderando conscientemente todos os atropelos cronológicos e interpretativos subjacentes. Todas as omissões desse processo foram voluntárias. Significa que os comemoradores impuseram e transferiram deliberadamente para as colónias toda a espessura dos anacronismos e das imprecisões históricas sediadas no arranjo das festas centenárias de 1940.

Fontes e Bibliografia

Fontes impressas

A. J. (1938). "Uma ideia em marcha", *Diário da Manhã*, 20 de Abril, 1.

Boletim Geral das Colónias (1938, 1939, 1941).

Boavida, Padre Manuel da Cruz (1939). "O Espírito Missionário de Portugal", *Ocidente – Revista Portuguesa*, n.º 11, Vol. IV, Março, 425-436.

Costa, Augusto da (1940). "Os Resultados da Política Imperial de Salazar", *Notícias da Beira*, n.º 2514, 4 de Julho, 4.

Costa, E. A Ramos da (1940). *História da Sociedade Histórica da Independência de Portugal 1861 a 1940*. Lisboa: s.e.

Dantas, Júlio (s.d.). "Discurso Inaugural das Comemorações Centenárias. Pronunciado na Assembleia Nacional, em sessão solene, na noite de 2 de Junho de 1940", in Júlio Dantas, *Discursos*. Lisboa: Livraria Bertrand, 159-171.

Ferro, António (1939). "Carta Aberta aos Portugueses de 1940", *Revista dos Centenários*, Ano I, n.º 1, 31 de Janeiro de 1939, 19-23.

R. (1887). "A Família Real no Norte do Reino VIII", *Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro*, 10.º Anno, Volume X, n.º 324, Lisboa, 21 de Dezembro, 282-286.

Rodrigues, Manoel M. (1885). "Projecto do Monumento a D. Affonso Henriques em Guimarães", *Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro*, 8.º Anno, Volume VIII, n.º 252, Lisboa, 21 de Dezembro, 282.

Rodrigues, Manuel M. (1887). "Estatua de D. Affonso Henriques por Soares dos Reis", *Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro*, 10.º Anno, Volume X, n.º 296, Lisboa, 11 de Março, 58-59.

Salazar, Oliveira (1943). *Discursos e Notas Políticas*, Volume III (1938-1943), 2ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora.

« – » (1939). "Independência de Portugal (Nota Oficiosa da Presidência do Conselho)", *Revista dos Centenários*, Ano I, n.º 1, 31 de Janeiro, 2-7.

Estudos

Acciaiuoli, Margarida (1998). *Exposições do Estado Novo 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte.

Anderson, Benedict (2006 [1983]). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London/New York: Verso.

Andrade, Luís Oliveira (2001). *História e Memória. A Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*. Coimbra: Edições MinervaCoimbra, 2001.

Andrade, Luís Oliveira, Torgal, Luís Reis (2012). *Feriados em Portugal: Tempos de Memória e de Sociabilidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Ball, Jeremy (2018). "Staging of Memory: Monuments, Commemoration, and Demarcation of Portuguese Space in Colonial Angola", *Journal of Southern African Studies*, Vol. 44, n.º 1, 77-96.

Barros, Víctor (2019). *Comemorações da Memória do Império nas Colónias Durante o Estado Novo: Usos Públicos da História, Colonialismo e Colonização de Imaginários* [Tese de Doutoramento em Estudos Contemporâneos], Instituto de Investigação Interdisciplinar/Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX. Coimbra: Universidade de Coimbra.

« – » (2017). "A escrita da história da 'descoberta' de Cabo Verde. Fabulário cronográfico, história oficial ou fabricação do consentimento?", *Práticas da História: Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 5, 75-113.

« – » (2015). "Portugal e as Comemorações aos Mortos da Grande Guerra em Angola e Moçambique", *Revista Portuguesa de História*, Tomo XLVI, 301-325.

« – » (2012). "As Comemorações do Império nas Colónias: Estratégias de Reprodução e Imaginação de Escalas Fronteiriças", in Marçal de Menezes Paredes (org.), *Portugal, Brasil, África: História, identidades e fronteiras*. São Leopoldo/RS (Brasil): Oikos, 65-100.

« – » (2011). "Império, colonialismo e pós-colonialismo: os jardins da memória e as melancolias da crítica histórica contemporânea", *Estudos do Século XX*, n.º 11, 301-317.

« – » (2011a). "Cabo Verde na Memória do Império: A Filatelia na Simbologia das Comemorações", in Isabel Maria Valente e João Rui Pita (eds.), *História e Filatelia – I*. Coimbra: CEIS20 – Universidade de Coimbra/ Secção Filatélica da Associação Académica de Coimbra, 11-17.

Belo, Maria, Alão, Ana Paula, Cabral, Iolanda Neves (1987). "O Estado Novo e as Mulheres", in *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, Volume II. Lisboa: Editorial Fragmentos, 263-279.

Brito, Ricardo de (2011). "A presença e o papel da religião nas Comemorações Centenárias de 1940", *Lusitania Sacra*, 24 (Julho-Dezembro), 263-276.

Catroga, Fernando (2001). *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora.

« – » (1998). "Ritualizações da História", in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes, Fernando Catroga (orgs.), *História da História em Portugal Séculos XIX – XX*, Volume II, *Da Historiografia à Memória Histórica*. Lisboa: Temas e Debates, 221-361.

« – » (1985). "Nacionalismo e Ecumenismo. A Questão Ibérica na Segunda Metade do Século XIX", *Cultura, História e Filosofia*, Volume IV, 419-463.

Cantier, Jacques, Jennings, Éric dirs. (2004). *L'Empire Colonial sous Vichy*. Paris: Odile Jacob.

Cavero, Alicia Miguélez (2016). "Riding Across Time and Space: A Case Study of the Political Uses of Medieval Images in Portugal During the Estado Novo", *Visual Resources: An International Journal on Images and their Uses*, Volume 32, Issue 1-2, 124-144.

Corkill, David, Almeida, José Carlos Pina (2009). "Commemoration and Propaganda in Salazar's Portugal: The "Mundo Português" Exposition of 1940", *Journal of Contemporary History*, Vol. 44, n.º 3, 381-399.

Cubitt, Geoffrey (2007). *History and Memory*. Manchester and New York: Manchester University Press.

Cunha, Luís (2001). *A Nação nas Malhas da sua Identidade: O Estado Novo e a Construção da Identidade Nacional*. Porto: Edições Afrontamento.

Faught, C. Brad (2011). *The New A – Z of Empire: A Concise Handbook of Bristish Imperial History*. London/New York: I.B. Tauris Publishers.

Ferreira, Paulo Bruno Rodrigues (2016). *Iberismo, Hispanismo e os seus Contrários: Portugal e Espanha (1908-1931)*, [Tese de Doutoramento em História Contemporânea, policopiada], Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Garcia, José Luís Lima (2011). *Ideologia e Propaganda Colonial no Estado Novo: Da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar 1924-1974* [Tese de Doutoramento em História, História Contemporânea], Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Gillis, John R. (1996). "Memory and Identity: The History of a Relationship", in John R. Gillis (ed.), *Commemorations: The Politics of National Identity*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 3-24.

Haffemayer, Stéphane, Marpeau, Benoit, Verlaine, Julie dirs. (2012). *Le Spectacle de l'Histoire*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

Halbwachs, Maurice (1994). *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. [Postface de Gérard Namer]. Paris: Éditions Albin Michel.

Jennings, Eric (2004). *Vichy sous les Tropiques: La Révolution Nationale à Madagascar, en Guadeloupe, en Indochine 1940-1944*. Paris: Grasset.

João, Maria Isabel (2002). *Memória e Império: Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Lowenthal, David (1996). "Identity, Heritage, and History", in John R. Gillis (ed.), rg*Commemorations: The Politics of National Identity*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 41-57.

Martins, Pedro Alexandre Guerreiro (2016). *History, Nation and Politics: The Middle Ages in Modern Portugal (1890-1947)* [Tese de Doutoramento em História Contemporânea], Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Matos, Patrícia Ferraz de (2012). *As Côres do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Matos, Sérgio Campos (2017). *Iberismos: Nação e Transnação, Portugal e Espanha c.1807 – c.1931*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

« – » (2008). *Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)*. Lisboa: Livros Horizonte.

« – » (2007). "Conceitos de Iberismo em Portugal", *Revista de História das Ideias*, Volume 28, 169-193.

« – » (2006). "Iberismo e Identidade Nacional (1851-1910)", *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, n.º 14, 349-400.

Mattoso, José (2015). *Identificação de um País: Oposição, Composição: Ensaio Sobre as Origens de Portugal 1096-1325*. Lisboa: Temas e Debates.

Mosse, George L. (1975). *The Nationalization of the Masses: Political Symbolism and Massa Movements in Germany from the Napoleonic Wars Through the Third Reich*. New York: Howard Fertig.

Neves, Helena, Calado, Maria (2001). *O Estado Novo e as Mulheres: O Género como Investimento Ideológico e de Mobilização*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Nora, Pierre (1992), "L'Ère de la Commémoration", in Pierre Nora (dir.), *Les Lieux de Mémoire III, Les France. 3. De L'Archive à L'Emblème*. Paris: Gallimard, 975-1012.

Oliveira, Sarah Luna de (2014). *A Exploração Simbólica do Brasil em Defesa do Império Lusitano: Uma Análise das Comemorações Cívicas e da Literatura Escolar Portuguesa (1880-1960)* [Tese de Doutoramento em Altos Estudos em História – Época Contemporânea, policopiada], Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Paredes, Marçal de Menezes (2013). *Configurações Luso-Brasileiras: Fronteiras Culturais, Demarcações da História e Escalas Identitárias (1870-1910)*. Deutschland/Niemcy: Novas Edições Acadêmicas.

Paulo, Heloísa (2000). *«Aqui Também é Portugal». A Colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto Editora.

Pereira, Maria da Conceição Meireles (2010). "Iberismo e Nacionalismo em Portugal: Da Regeneração à República. Entre Utopia e Distopia", *Revista de História das Ideias*, Volume 31, 257-284.

« – » (2007). "O 1.º de Dezembro – Memória e Liturgia Cívica na 2.ª Metade de Oitocentos", *Revista de História das Ideias*, Volume 28, 129-167.

Pimentel, Irene F. (2001). *História das Organizações Femininas do Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates.

Ribeiro, Maria Manuela Tavares (1993). "O Centenário Henriquino. Imagens e Ideologia", *Revista de História das Ideias*, Vol. 15, 331-378.

Ricoeur, Paul (2000). *La Mémoire l'Histoire, l'Oubli*. Paris: Éditions du Seuil.

Silva, Isabel Corrêa da (2013). *Espelho Fraterno. O Brasil e o Republicanismo Português na Transição para o Século XX*, 1.ª edição. Lisboa: Divina Comédia Editores.

Silva, Júlio Joaquim Rodrigues da (2011). "História e Historiografia em Júlio Dantas", *Estudos do Século XX*, n.º 11, 262-280.

Thomaz, Omar Ribeiro (2002). *Ecos do Atlântico Sul: Representações Sobre o Terceiro Império Português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fapesp.

Torgal, Luís Reis (1989). *História e Ideologia*. Coimbra: Minerva.

« – » (1982). *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, Volume II. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

« – » (1981). *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, Volume I. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

« – » (1977). "A Restauração: Breves Reflexões sobre a sua Historiografia", *Revista de História das Ideias*, Vol. I, 23-40.

Vargaftig, Nadia (2016). *Des Empires en Carton. Les Expositions Coloniales au Portugal et en Italie (1918-1940)*. Madrid: Casa de Velázquez.

Verheij, Gerbert (2011). *Monumentalidade e espaço público em Lourenço Marques nas décadas de 1930 e 1940: Dois casos de estudo* [Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, policopiada], Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Zerubavel, Eviatar (2012). *Ancestors and Relatives: Genealogy, Identity, and Community*. New York: Oxford University Press.

(Página deixada propositadamente em branco)

Revista de História das Ideias
Vol. 39. 2ª Série (2021)
175-197

ANTÓNIO SÉRGIO E A HISTÓRIA QUE GOSTARIA DE VER ESCRITA

ANTÓNIO SÉRGIO AND THE HISTORY AND HIS IDEA ABOUT THE WRITING OF HISTORY

João Príncipe
Universidade de Évora, Instituto de História Contemporânea
jpps25041974@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-0235-9079

Texto recebido em / Text submitted on: 04/07/2020
Texto aprovado em / Text approved on: 17/02/2021

Resumo:

Os ensaios de António Sérgio propõem uma história escrita por um cidadão-filósofo, crítica das perspetivas nacionalistas e da história erudita que sacraliza os factos e deprecia as hipóteses teóricas. Opositor do regime, o seu projeto de uma História de Portugal em nove tomos foi abortado pela apreensão do tomo 1 em 1941. O historiador Alfredo Pimenta, com o apoio de Salazar, atacou essa publicação e Sérgio respondeu a Pimenta com aprofundadas reflexões sobre a epistemologia da História, mostrando como o papel das interpretações é fundamental, geminando a história com os outros saberes, sob um ideal científico totalizante e transdisciplinar. Expõem-se os contornos da polémica e analisam-se essas reflexões, integrando-as no todo da obra do autor e mostrando a inspiração recolhida nas obras de John Dewey (função da história), de Henri Berr (síntese científica) e de alguns historiadores e filósofos do virar do século.

Palavras-chave:

António Sérgio; epistemologia da história; Alfredo Pimenta; John Dewey; Henri Berr.

https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_7

Abstract:

António Sérgio's essays propose a History written by a citizen-philosopher, criticizing nationalist perspectives and the erudite history that sacralizes the facts and belittles the theoretical hypotheses. Being an opponent of the political regime, Sérgio´s project for a History of Portugal was aborted by the apprehension of volume 1 in 1941. Historian Alfredo Pimenta, with the support of Salazar, attacked this book and Sérgio responded with reflections on the epistemology of History, showing how interpretation is fundamental and how that connects history with other areas of knowledge, under a scientific and totalizing transdisciplinar ideal. In this article, we expose the contours of the controversy and analyze those reflections, by integrating them into the whole of the author's work and by studying the inspirations collected in the works of John Dewey (function of history), Henri Berr (scientific synthesis) and of some historians and philosophers at the turn of the century.

Keywords:

António Sérgio; epistemology of History; Alfredo Pimenta; John Dewey; Henri Berr.

Introdução

Desde a década de 1910, tempo em que integrou o movimento cívico-cultural da Renascença Portuguesa, António Sérgio (1883-1969) foi-se afirmando como polímata e intelectual civicamente empenhado. Escrevendo amiúde sobre a História de Portugal inspirou-se em autores como Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Antero de Quental, Gama Barros, Renan, Taine, Fustel de Coulanges, Eduard Meyer, Guglielmo Ferrero, Léon Poinsard, Gabriel Tarde, etc.. Enquanto membro do grupo da Biblioteca Nacional e ministro seareiro (1923) parecia destinado a desempenhar um importante papel institucional no desenvolvimento das ciências sociais num Portugal republicano. Tal não sucedeu: em 1926, Sérgio partiu para o exílio, donde voltou em 1933, para iniciar um firme percurso demopédico de clerc (Benda), marcado pela aposta no Cooperativismo e pela análise histórico-sociológica.

Enquanto opositor ao Estado Novo e proponente de um socialismo democrático, Sérgio foi alvo da censura. Em 1941 foi apreendido o volume inicial do seu grande projeto de História de Portugal, a que se seguiu uma polémica com o historiador Alfredo Pimenta (1941). O tom

filosófico da resposta de Sérgio a Pimenta, motiva um estudo detalhado das suas reflexões sobre epistemologia da história, singulares na época, cuidando das suas principais inspirações[1].

Sérgio foi adepto do ideal de uma história universal mas reconheceu a influência limitadora do posicionamento cultural-político do historiador, tópicos em que é devedor de historiografia do século XIX. Tendo, nos anos de 1910, estudado pedagogia em Genebra, meditou em sintonia com John Dewey, afirmando o valor da história como veículo para o progresso social. O seu exílio parisiense (1926-1933) inseriu-o num meio racionalista onde um vivo associativismo tinha forte expressão académica. O seu amigo Paul Langevin (1872-1946) era figura central de várias dessas associações, entre as quais o Centre International de Synthèse fundado por Henri Berr em 1925, grupo que reunia uma elite de homens de ciência em torno de uma visão transdisciplinar, na qual a síntese dos conhecimentos humanos, que afirmava um ideal de cientificidade alargado e unitário, atribuía à história e à psicologia um papel central. De facto, Sérgio, desde a sua estadia em Paris, elaborou um conjunto de reflexões epistemológicas sobre a significação, método e limites do exercício da história, que se assemelham às da proposta de racionalismo aberto de Henri Berr[2].

Alfredo Pimenta e a História de Portugal de Sérgio

Em 1941 surge o tomo 1 da História de Portugal, primeiro de nove anunciados. A polícia política retira o volume do mercado e Sérgio desiste do projeto. Alfredo Pimenta (1882-1950) escreve um opúsculo de censura, em cuja capa se lê 'Académico titular fundador da Academia Portuguesa de História'. O próprio António Salazar escreve a Pimenta dizendo: «A História de A. Sérgio precisava ainda para honra da inteligência portuguesa de ser mais demoradamente dissecada do que V. Exa. pôde fazer no seu folheto»; deste, 500 exemplares foram comprados pela União

(1) Sérgio desejou uma carreira académica como a do seu amigo Joaquim de Carvalho, mas dada a situação da universidade e a sua posição cívica tal foi-lhe vedado (Garrido 2008: 133-135;Torgal 1999).

(2) A observar por obras recentes sobre a história das epistemologias da história, Berr e Dewey não integram hoje um cânone de autores deste período e área (Noël 2014: 347-385; Little 2020).

Nacional (Magalhães 2009: 7, 8). Sérgio responder-lhe-á com o opúsculo 'Em torno da designação de monarquia agrária dada à primeira época da nossa história', texto de profunda reflexão epistemológica.

Pimenta expressa o seu anti-democratismo exclamando três vezes «Eu, se fosse Poder, mandava-o calar» (Pimenta 1941: 34, 40, 44). E na sua sinceridade insofisticada, incapaz de entender a epistemologia sergiana, Pimenta desconfia da teoria – exemplificando: «o Darwin, naturalista competente, caiu na insensatez do Darwinismo»; e conclui: «Julgo o Sr. António Sérgio, desoladamente, um caso típico de ensimesmamento catastrófico; vítima da obsessão de pensar (...) parte do princípio de que o Saber é inferior ao Pensar, e de que se pode pensar sem se saber (...) Saber é alinhar materiais; pensar só é fantasiar, erguer um mundo de irrealidades»; por isso recomenda: «O Sr. Sérgio precisa de se curar (...) estudar mais, e pensar menos»; até porque Sérgio estará estalinizado, sendo um «materialista marxista» (Pimenta 1941: 14, 8, 16, 40, 43). Para Pimenta o ensino e a ciência partem de dogmas, não de hipóteses; recusando uma visão crítica da noção de facto, pergunta escandalizado: «Então não se recusa ele (p. 22) a admitir a existência de 'factos puros ... sem interpretação, sem teoria'»; tal crítica «ensandecerá o jovem que o ler» (Pimenta 1941: 13, 14).

No entanto, Pimenta era um leitor de Sérgio. Aludindo ao texto 'Espectros' (de 1916, republicado em Ensaios I), insiste na postura anti-histórica de Sérgio: «Que quer afinal o Sr. António Sérgio (...) pensar para trás, ou fugir às sugestões do espectrismo, e recusar-se a resolver a situação presente com as instituições económico-sociais pretéritas, e não ser histórico?» (Pimenta 1941: 15). Pimenta defende um Portugal não-industrializado – «porque o inimigo é a fábrica, e esta conquistou o campo» (Pimenta 1941: 15) – e ridiculariza a 'era da abundância', tema do tomo 9 do malogrado projeto e de que Sérgio fala desde os anos de 1930, reconhecendo que tal ia de par com a crítica do corporativismo, defesa do cooperativismo e de um socialismo libertário (Pimenta 1941: 26-27). De facto, o autor dos Ensaios inspirava-se, para afirmar a possibilidade concreta de uma tal era futura, na crítica de Thorstein Veblen ao Price-System e na dos tecnocratas norte-americanos no pós Grande Depressão, críticas associadas a teorias de economia política que afirmam o primado do consumidor e denunciam a incompatibilidade entre as possibilidades atuais da técnica e a velha ideia de que o valor e o lucro assentam na raridade ou escassez dos

bens, patente na sabotagem feita pelos capitalistas financeiros ao eficaz desenvolvimento dessas possibilidades e na invenção de estratégias artificiais para produzir a escassez, pela invenção de 'intangible assets' e de estratégias monopolistas. O pacifista Sérgio respondia assim à loucura da Guerra, mostrando que 'Nations can live at home', título de um livro do agrobiologista O. W. Willcox, cujas ideias propagou, nomeadamente em artigos no jornal O Diabo, sendo de destacar o artigo sobre o progresso social e o regime do lucro (Sérgio 1939: 1, 8; Matos 1983: 1040-1041).

Se 'Espectros' é sobretudo um ensaio de crítica sociológica, umas páginas à frente, nesse tomo 1 dos Ensaios, encontra-se 'A Conquista de Ceuta (ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara)', no qual se valoriza, tal como para a crise de 1383-85 – «o aspecto burguês do fenómeno» (Sérgio, Ensaios I 1974: 273)[(3)]. Pimenta crê que o valor científico de uma teoria explicativa deve emanar dos factos, e esses «factos puros (...) podem ser depoimentos contemporâneos, informações positivas e garantidas de quem entrou, dirigiu ou promoveu o acontecimento, reacções objectivas que ele determinou», e por isso «uma coisa é a conquista de Ceuta, facto puro, e outra coisa é a explicação que o sr. António Sérgio dá a esse facto, teoria ou interpretação», explicação que ele julga fantasiosa (Pimenta 1941: 14); que seja uma hipótese sociológica, a de que a conquista traduz a vontade de uma elite, de um grupo influente organizado em torno de interesses económicos cosmopolitas (comércio de longa distância), designada funcionalmente (alta burguesia marítima); que seja uma hipótese conveniente (no sentido do convencionalismo de Poincaré), com caráter de idealização, eis o inconcebível no horizonte de Pimenta. Esta atitude 'positiva' capta algo de típico da prática da história e do seu

(3) «O ex-mestre de Avis é o monarca de uma revolução: a revolução da *burguesia comercial de carácter cosmopolita*. Era a burguesia que neste momento impulsionava a nacionalidade, com o seu rei à frente para realizar a sua política: desviar uma nação de agricultores para o grande comércio ultramarino, garantindo-lhe o essencial da subsistência pela importação de cereais» (Sérgio, Ensaios I 1974: 266-267). Em 1941, Sérgio revê esta posição, valoriza as circunstâncias geográficas e de clima, o princípio da continuidade, o papel da comercialização do nosso sal, contestando a designação de Monarquia Agrária para o período anterior às navegações. Pimenta julga errática a mudança de Sérgio e reafirma o caráter rural dessa monarquia, crendo na elevada produção de cereais de então (Pimenta 1941: 31-32). Sérgio responde que as hipóteses implícitas feitas pelo historiador-erudito para justificar essa produtividade contrariam a ciência agronómica (Sérgio 1941b: 13-18).

ensino de então – o Estado Novo favoreceu durante muito tempo, até limitando o acesso à docência universitária, a separação entre a prática da história e a epistemologia, restringindo-se o método ao cuidado na análise das fontes[4].

Um dos aspetos decisivos que Pimenta ignora é o ideal sergiano de uma história universal, e a sua ancoragem filosófica. Ei-lo expresso por Eduard Meyer (1855-1930), autor caro a Sérgio: «Um estado nunca vive isolado (…) fazendo parte de uma área de civilização. Os diversos sistemas de Estados e as diferentes áreas de civilização, estão por sua vez em contacto mútuo, em relação de troca e de acção recíproca (…) Toda a história especial, embora possa ser exposta por si própria, não constitui, no fundo, mais do que uma parte de um todo global», (Meyer 1912: 215, 270). O nosso ensaísta escreve: «parece-me desejável (…) situar toda a acção portuguesa na unidade do movimento da civilização humana (…) o genuíno universal é a ligação com o todo: não é a ideia geral, não é a noção abstracta (…) parece-me a civilização uma estrutura una (e inclino-me a supor que com uma origem una) em que cada uma das comunidades é influída e influi» (Sérgio 1941a/1974: 13). Para ele o conhecimento adequado é aquele em que concreto/particular se estabelece por adensação de relações que visam o Todo-Uno, por isso a história e a ciência se irmanam[5].

Outro aspeto tematizado por Sérgio, e que Pimenta ignora, é o do condicionamento dos historiadores. Num manuscrito sobre historiadores alemães (Sérgio 1899?), o jovem Sérgio nota os paralelos traçados pelos

(4) O conservadorismo do regime limitou muito o fazer e pensar a história: predomínio da história política de perfil erudito, como notou Godinho em 1948 (Godinho 1971: 250-255), de tipo narrativo e apegada ao documento, ignorando o desenvolvimento das ciências políticas, económicas e sociais, com isolamento entre as subdisciplinas da história e sem caráter transdisciplinar, como notou Frédéric Mauro (Carvalho 1972: 70-71); ver também Torgal 1996: 257-265; Matos 2008: 145-158; Sousa 2012: 29-32. Godinho, um discípulo de Sérgio (e depois Barradas de Carvalho, aluno de Godinho) vieram a aderir, tendo que emigrar, ao movimento dos Annales, que é diretamente inspirado por Berr (Cardoso 2011; Burguière 2009: 79).

(5) (Hoffman 1990: 264-276; Príncipe 2004: 102, 120; Príncipe 2012: 136-143). Meyer surge em (Sérgio 1923-1924: 311-312). O projeto de uma história universal é expresso por Voltaire no Essai d'une Histoire Universelle, por Kant no Ideia para uma História Universal com um Propósito Cosmopolita, na História da Civilização em Inglaterra (1857) de Thomas Buckle, que Sérgio cita em 1914 (Sérgio 2008: 36). Já no século XX, H. G. Wells, dedicatário do 'Divagações pedagógicas' (Ensaios II), é dos poucos a tentar uma história universal, no seu Outline of History (1920) (Carneiro 2002: 30-35).

historiadores entre o passado e o presente, por exemplo a identificação do progresso com o desenvolvimento do Estado. Como dirá Leonard Krieger: «No caso da Escola Prussiana, cujas estrelas eram Droysen, Sybel e Treitschke, a centralidade do Estado Prussiano nas suas considerações políticas e históricas garantia automaticamente a mistura desejada de política e de história (…) A Prússia era para os historiadores desta escola (…) nas palavras de Droysen 'uma verdadeiro eixo e matriz da história'» (Krieger 1989: 88). Desde cedo, Sérgio percebeu que a escrita da história permanece dependente de propósitos, hipóteses e valores, até porque ela tem destinatários.

Em, 1941, Sérgio julga útil a escrita de uma história acessível ao homem do povo, obra de vulgarização que permita «uma iniciação de natureza histórica aos problemas fundamentais da nossa gente», colocando o leitor em contacto com «o que deles pensaram no decorrer dos tempos os melhores espíritos de Portugal». Identificando essa elite intelectual progressista, Sérgio organizou várias antologias e edições (sobre economistas, prosa doutrinal de autores portugueses, textos de Oliveira Martins, Fernão Lopes, Antero, etc.). Para Sérgio, há que distinguir sempre meios e fins: as monografias da história erudita são valiosas para o fim da síntese, aí se indo escolher «os casos do viver pretérito que receberão relevo como significativos, na esperança de assim se poder propor uma vista panorâmica onde se vislumbre um sentido que se possa entender, e que tenha um préstimo». O seu critério de escolha resulta de se «encarar o viver de outrora à luz do sociólogo e do moralista crítico, do político progressivo e do reformador social». Este ponto de vista, que Sérgio define como «interpretativo», pretende ultrapassar o «eruditismo puro» e opõe-se ao «delírio nacionalista (…) ao patriotismo retórico, onde se oculta muitas vezes o mero apego ao cofre» (Sérgio 1941a/1974: 1, 4, 5).

Nas suas interpretações, Sérgio, desde 1914, utilizou estruturas ideal-típicas (exemplo: particularismo versus comunitarismo), valorizando aspetos económicos e de mentalidade e interesses de grupos sociais/classes; em particular, interessou-se muito pelo grupo de La Science Sociale e por Gabriel Tarde, cf. (Príncipe 2012: 37-46, 53-60). Num artigo da Seara Nova onde defende a sua (Breve Interpretação da) História de Portugal, publicada em 1929, Sérgio resume as suas principais teses interpretativas e distingue os factos da arquitetura inteligível que os seleciona e relaciona:

> O que há meu, naquele livrinho, não são os factos, os dados, os materiais, o narrativo (…): são sim as Ideias, e a arquitectura, são as análises e as sínteses da obra, é o pensamento. Por exemplo: a teoria da formação do nosso país como sendo um episódio da transição da economia agrícola e local para a economia comercial na sociedade europeia; a doutrina sobre o carácter da revolução de 1383-5 e do condicionamento das navegações; o fenómeno da luta da política de Fixação com a política do Transporte, a crítica do regime social-económico e das suas consequências de variada espécie, e a ordenação da história de Portugal — de toda a história de Portugal — em relação a esse fenómeno social-económico; a caracterização do humanismo científico português da época dos descobrimentos, como constituindo o elemento básico na evolução da nossa cultura; o papel dos 'estrangeirados' na tentativa de reforma do século XVIII (Sérgio 1932: 183).

O interesse melhorista e o método são fundamentais:

> 'O historiador', disse Voltaire, 'deve escrever como filósofo e como cidadão'. É o que eu quis fazer ali, sem ser aliás historiador: escrever sobre a história de Portugal como cidadão e como filósofo. Esse intuito pressupõe: 1.° – A relacionação dos factos; 2.° – A determinação de uma perspectiva própria, de uma distribuição de planos, de uma jerarquia dos factos e das personagens históricas; 3.° – A apresentação – implícita ou explícita – das premissas de uma política futura (Sérgio 1932: 183).

A preocupação demopédica está em harmonia com o seu ideário, muito inspirado em John Dewey, intelectual muito estimado pelo movimento da Escola Nova. Dele é uma das epígrafes das Considerações Histórico-Pedagógicas de 1915: «O valor do ensino da história reside no facto de que esta ciência pode ser um instrumento de análise das condições sociais presentes» (Dewey 1913: 114).

Dewey e Sérgio: a história como instrumento da democracia

O filósofo norte-americano John Dewey (1859-1952) foi um dos mais reputados pensadores ligado aos movimentos da 'progressive education' e da Escola Nova e um intelectual civicamente interveniente. O seu pragmatismo ou experiencialismo, com a sua sensibilidade melhorista

e transicionalista, leva a sério a historicidade, cuidando das condições e sinais do progresso humano no sentido do afastamento da barbárie e do desenvolvimento moral; este, entendido holisticamente, ganha com o alargamento da atitude científica ao todo da população (base da técnica que fornece meios úteis), à sua vivência na esfera pública.

Dewey escreveu muito sobre a significação da história. Nos Ethical Principles Underlying Education (1897), que Sérgio conhecia (a versão francesa de 1913 é prefaciada por Claparède) e donde saiu a epígrafe citada, afirma-se que o valor da história resulta dela nos fornecer «uma visão daquilo que constitui a estrutura e funcionamento da sociedade»; na formação da criança o princípio geral de que deve haver continuidade entre informação, disciplina e cultura é ilustrado com o ensinar história, tendo esta, junto com a geografia, «tudo a ver com a mesma realidade última, a saber, a experiência consciente do homem»(6).

Uma noção básica para Dewey é a de interação. Ora, a geografia «tem a ver com todos os aspetos da vida social que se preocupam com a interação da vida do homem e da natureza»; por seu lado, a história exibe «os principais instrumentos no caminho das descobertas, invenções, novos modos de vida, etc., que iniciaram as grandes épocas do avanço social», isto é, «os métodos de progresso social». Estes saberes favorecem a «formação de hábitos de imaginação e de conceção social», permitindo constituir-se «o hábito de interpretar os incidentes especiais que ocorrem e as situações particulares que se apresentam em termos de toda a vida social». Desenvolve-se assim o processo de entender situações sociais complexas, identificar problemas e buscar soluções. Daí o seu valor ético: «a história ensinada corretamente é o principal instrumento para realizar isso, tem um valor ético final»(7).

---

(6) (apud Pratt 2016: 1, 2, 3; que cita Dewey EW5: 68); as traduções do inglês são nossas. Abreviaturas: EW – Early Works; MW – Middle Works. Sobre a relevância do pensamento de Dewey para a historiografia norte-americana ver (Bartee 2009). Sérgio partilha com Dewey a centralidade da noção de desenvolvimento da experiência, por crescente intelectualização da prática; entre muitas passagens (Sérgio 1941b: 7): «à medida que a experiência se enriquece e alarga, forçando-nos por vezes a voltar à origem e obrigando-nos à busca de uma inteligibilidade mais ampla». Pimenta opõe-se à atitude prospetiva na prática da história, afirmando: «A Experiência é o Passado. A Experiência é o Historico» (Pimenta 1941: 44).

(7) (apud Pratt 2016: 3; que cita Dewey EW5: 71, 72, 73). Ver também o "The Evolutionary Method as Applied to Morality" (1902), (Dewey MW 2: 9). Sobre funções sociais da história favorecidas por Sérgio ver (Cunha 2004: 55-73).

Em The School and Society (1899), lê-se que a história deve ser ensinada de modo a «que a criança aprecie os valores da vida social, para ver na sua imaginação as forças que favorecem e permitem que os homens cooperem efectivamente entre si, para entender os tipos de carácter, os que ajudam e os que obstruem (…) A história deve ser apresentada não como um acúmulo de resultados ou efeitos, uma mera afirmação do que aconteceu, mas como uma coisa forte e atuante» (Dewey MW1: 104); a ação humana voluntária é valorizada contra qualquer conceção fatalista ou estritamente determinista.

No pensamento democrático de Dewey a questão da esfera pública é central – os académicos tinham um sucesso muito relativo no fazer chegar ideias à opinião pública norte-americana, importando repensar-se a atividade do historiador especializado, no sentido de ultrapassar a conceção (rankeana) de predomínio dos documentos oficiais escritos, o preconceito nacionalista e o do enaltecimento de personalidades importantes (reis, ministros, generais, etc.); a história deve chegar às escolas e aos trabalhadores; para isso os historiadores devem adotar uma atitude experimentalista (científica) para, coletivamente e num esforço crítico, irem eliminando as abstrações. Em 1915, no seu German Philosophy and Politics, escreveu, «o testemunho da história é o de que pensar em termos gerais e abstratos é perigoso», pois assim «elevam-se ideias para além das situações nas quais elas nasceram e dá-se-lhes uma carga que ameaça o nosso futuro» (apud Pratt 2016: 4)[8]. Esta crítica da subsunção sobre fórmulas gerais, e a sua substituição por uma filosofia da relação (inscrevendo o concreto na sua relação com o todo próximo, num movimento imanente e de adensamento do tecido orgânico de relações) é um leitmotiv na obra de Sérgio; não sendo Dewey a única ressonância desta atitude, que, em metafísica, remonta a Platão e a Espinosa.

A questão, que mereceu a crítica de um Lovejoy (1939), de um 'preconceito futurista' (ou presentista) no ideário de Dewey, porque este se recusa a isolar simplesmente o passado do presente e do futuro, remete para a metafísica do tempo. Desde o seu artigo fundador sobre o conceito de arco reflexo (1896), Dewey mostrou que a separação entre estímulo e reação era artificial: o que há é um ato global e coordenado

(8) Sobre o realce voluntarista dado à 'human agency' e sobre a crítica à história 'tradicional' por Dewey ver (Bartee 2009: 19, 24-26, 37-37).

com propósito, mesmo nos processos de perceção elementares. Em 1909, num diálogo que apresenta o 'catecismo pragmatista', surge a tese de que as afirmações sobre a história estão intimamente ligadas ao futuro; por exemplo, se se considerar a descoberta da América por Colombo, estamos face a uma questão que se coloca e a sua resolução aponta para um acontecimento subsequente, onde se investiga, se produz um juízo, e daí uma possível conclusão sobre a sua veracidade. Dewey insinuava assim o carácter fundamentalmente aberto do trabalho histórico, ao não aceitar uma distinção clara entre um acontecimento do passado e o juízo que sobre ele é produzido: «O passado em si e o presente em si são ambos seleções arbitrárias que mutilam o objeto completo do julgamento» (Dewey MW: 13, 46). Como conclui Scott Pratt:

> A história, como assunto, não é a aquisição de factos sobre o passado, mas o desenvolvimento da capacidade de interpretar um passado seleccionado para 'avançar', para buscar um futuro que ofereça uma experiência mais rica do que o que ocorreria por acaso ou concentrando-se em um passado desconectado (Pratt 2016: 4).

A problemática de 'Espectros' é análoga daquela para que Dewey chama a atenção no seu livro de 1916, Democracy and Education:

> A segregação que mata a vitalidade da história resulta do divórcio relativamente aos modos e preocupações da vida actual. O passado enquanto apenas passado já não nos diz respeito. Se ele tivesse ido integralmente embora, só haveria uma atitude razoável em relação a ele. (…) O verdadeiro ponto de partida da história é sempre uma situação presente com os seus problemas (Dewey 1916: 250).

Sérgio dirá em 1918: «O verdadeiro ponto de partida é a consciência de uma situação atual. Se o passado explica o presente, é o presente que, por sua vez, explica também, interpreta e dá significação ao que passou» (Sérgio 2008: 235).

Dewey pensa a história por homologia com as ciências. A história faz uma tentativa de reconstrução hipotética da ordem temporal partindo de um problema atual. Como notará em Logic: The Theory of Enquiry (1938), essa reconstrução da história é incessante, pois parte da própria variação da cultura com as gerações sucessivas. Como escreveu nesta obra:

> A formação de julgamentos históricos fica atrás da dos julgamentos físicos, não apenas devido à maior complexidade e escassez de dados, mas também porque, em grande parte, os historiadores não desenvolveram o hábito de declarar para si e para o público as estruturas conceituais sistemáticas que eles empregam na organização de seus dados de maneira semelhante à medida em que os investigadores físicos expõem sua estrutura conceitual (apud Bartee 2009: 23).

Este apelo à consciência teórica esteve também presente no movimento historiográfico liderado por Henri Berr, havendo, como se vai ver, boas razões para pensar que Sérgio nele se inspirou.

Hipóteses e síntese histórica: a epistemologia não positivista e Henri Berr

Sérgio intitulou a primeira secção da resposta a Pimenta 'sobre a natureza e papel da hipótese nas ciências físicas e sociais', aí opondo o historiador-filósofo ao erudito: «Descompõe-me o Erudito por eu fazer hipóteses; mas todos as admitimos, com consciência ou sem ela; mas o caminhar do cientista sempre se faz por hipóteses, por interpolação e indução… meditam os filósofos sobre o proceder da ciência; entre os cientistas, não tem sido numerosos os que a valer o fazem; e dos eruditos, por outro lado, parece confirmar-se que quase nenhum o empreende» (Sérgio 1941b: 11). Em seu favor, cita Guglielmo Ferrero (1871-1942), grande historiador de Roma e intelectual socialista: «Donc comme c'est la théorie qui donne leur valeur aux faits, elle est souvent très utile» (Sérgio 1941b: 12)[9]. Sérgio recordava-se decerto de outras passagens:

> A história para se tornar uma ciência deve começar pela crítica dos documentos (…) mas tal como cada progresso acaba por se tornar um obstáculo para um progresso ulterior, a crítica histórica entrava hoje a formação da ciência nova que dela deve nascer, ou seja a interpretação psicológica e sociológica da história (…) tendo esquecido o seu fim último, o de fornecer um material bom para a construção de grandes sínteses, a crítica perdeu-se numa marcha sem direção (Ferrero 1895: VI).

(9) Sérgio não menciona o nome da obra (Ferrero 1895) donde extrai a citação. Sobre Ferrero e Sérgio ver (Príncipe 2012: 46-53).

Como coda, lê-se: «À un certain point de vue, les faits ne sont rien et les théories sont tout» (Ferrero 1895: VIII).

Ferrero e Sérgio reconheciam o excesso de 'positividade' da dita escola metódica francesa, de que o Introduction aux Études Historiques (1898) de Langlois e Seignobos era exemplo. Sérgio, com ironia, cita este «manual corriqueiro de todo o aspirante a erudito» para mostrar como a crítica de um documento exige «um acervo de construções mentais, de interpretações, de hipóteses, com recíproca sustentação entre ideia e ideia». Na sua argumentação, visando mostrar que «cumpre não considerar (…) como apreensão imediata de uma realidade inconcussa, como início absoluto de uma ciência estável, – o que ao exame se revela (…) como teoria ou hipótese», recorre à teoria da Gestalt para mostrar o carácter construído da perceção, afirmando que «o que o Mundo nos dá são apenas sinais, que a percepção interpreta por meio de ideias» (Sérgio 1941b: 19, 23)[10].

Nessa veia epistemológica, insiste na necessidade de 'convenções' para a construção dos factos: a própria determinação de algo aparentemente tão simples como uma data pressupõe «puras construções mentais (…) uma série convencional cronológica» (Sérgio 1941b: 26). Mais à frente, cita Réflexions sur la Physique Expérimentale de 1894, o texto de Duhem habitualmente referido como afirmando uma posição holista, para mostrar como a experimentação pressupõe sempre a teoria para interpretar o fenómeno (Sérgio 1941b: 29).

Em 1941, Pimenta diz ter conhecido Sérgio, cerca de 1910, por intermédio do pianista e compositor Viana da Mota: «o Sr. António Sérgio era, então, literariamente, apenas, o autor modesto dumas Notas sobre Antero de Quental, que confessava candidamente, não terem senso comum» (Pimenta 1941: 7). De facto, nessas Notas de 1909, o jovem aprendiz de filósofo, muito preocupado com as generalizações para o pensar social oriundas das ciências naturais (caso do struggle for life de suposta origem darwiniana), demonstra conhecer a crítica das ciências (que lera em Harald Hoffding), feita por Maxwell, Helmholtz (que propôs um retorno a Kant, com flexibilização do quadro categorial e abertura às aquisições da psicologia experimental), Mach, Claude Bernard, Duhem e Poincaré. Tal crítica contrariava aquela visão positivista que fazia assentar a noção de verdade nos factos científicos

(10) Sobre Sérgio e a teoria da Gestalt ver (Príncipe 2004: 66, 107-111).

experimentalmente comprovados e na existência de leis estritas que descrevem os processos naturais; e valorizava o papel das analogias científicas, das hipóteses, das diferenças de estilo individuais e o pluralismo favorável a que, sobre um mesmo domínio de fenómenos, se formulem várias teorias. Tal crítica é afim do 'como se' kantiano ('Apêndice à dialética transcendental' da Primeira Crítica de Kant) e com o espírito de trial and error (de raiz evolucionista), ensaístico e de problemática à Dewey[11]. Neste quadro, Sérgio escreve:

> Convém estar-se preparado a encarar com sensatez as hipóteses (...) Os que concebem o caminho da ciência simplesmente como a sistemática substituição do erro pela verdade, têm dela uma noção simplista (...) o facto de uma hipótese não concordar com as doutrinas dominantes não lhe ataca verdadeiramente a legitimidade; porém é razoável preferir as que concordam, quando as outras não tenham força para vencer essas doutrinas. Visto que nos falta um critério para as decretar *verdadeiras*, contentemo-nos com o critério da sua *oportunidade* (Sérgio 1909/2001: 84).

O julgar as teorias em função da sua oportunidade/fecundidade, do seu interesse humano e não por uma pura correspondência entre elas e o seu objeto fenoménico, é uma tese subscrita por filósofos vários do fim do século XIX, rotulados, por si ou por seus críticos, de pragmatistas. Esta crítica que é elemento central do ideário sergiano, do seu experiencialismo, não é contrário à conceção unitária da Razão que Sérgio advoga em Ensaios I, uma vez que a 'Razão' é um ideal ativo de unificação, que se atualiza na interação, envolvendo ensaio e risco.

No ensaio 'Ciência e Educação', Sérgio nota como o «positivismo unilateral» de Littré dominou na geração de Ramalho Ortigão, promovendo o «culto da ciência mal compreendida» que levava à falsa convicção de que a ciência tudo resolvia, de que a moral podia ser científica, etc. (Sérgio, Ensaios I 1974: 100, 104). Aí Sérgio identifica-se com o que chamou movimento metafísico-construtivista de que fazem parte os filósofos espiritualistas franceses Ravaisson e Lachelier. R. G. Collingwood, em The Idea of History realça o ataque ao positivismo feito por estes autores para os quais «a ideia de história era uma

(11) Sobre o pluralismo de Maxwell e Poincaré, e a sua presença em William James, ver (Príncipe 2015: 423-424).

das concepções fundamentais»; Ravaisson insistiu em como a lei da causalidade (mecânica, por causas eficientes) das ciências da natureza não dá conta da ideia do todo nem da «própria existência da liberdade ou da espontaneidade» as quais estão na origem do ato teleológico do conhecimento do nosso espírito o qual se prolonga no conhecimento da natureza; Lachelier ao afirmar a ideia «de que o conhecimento propriamente dito é uma função da liberdade» e o primado do princípio das causas finais, veio, com Ravaisson, fornecer uma base sólida para uma teoria da história, ao mostrar que as ciências naturais, resultado da atividade do espírito, não eram a «única forma possível de conhecimento» (Collingwood 1946: 183, 184, 187); aspetos que foram salientados entre nós pelo filósofo Antero, de que Sérgio foi um dos primeiros leitores empáticos (Catroga 1998: 50-56).

Uma analogia estrita com as ciências naturais levou à conceção positivista da existência de grandes leis dos processos históricos, de carácter determinista, ao que se opôs um Eduard Meyer (1910) ao relevar o papel do «acaso ou acidente, do livre arbítrio e das ideias ou das pretensões ou concepções dos homens», aspetos que favorecem o cunho individual do acontecer histórico (Collingwood 1946: 177). Sérgio releva o papel do fortuito na interpretação histórica; por exemplo a 'Segunda Época' da sua História de Portugal abre com: «El caso fortuito del matrimonio de Juan I con la hija de Enrique de Lancaster (...) contribuyó a modificar la Corte y las clases directoras de Portugal» (Sérgio 1929: 43). A questão das leis da história acompanhou sempre Sérgio, sendo as suas Notas de Esclarecimento (1950), em que responde a António José Saraiva (então arauto do materialismo dialético), o seu texto mais detalhado sobre o tema; inspirando-se na epistemologia da Mecânica quântica, concluiu pela incapacidade de previsão das coisas históricas: «para o historiador idealista (como para o físico de hoje) o postulado básico da investigação científica não é o postulado da previsibilidade de tudo, da previsibilidade perfeita pelo saber humano, mas só o postulado da universal inteligibilidade» (Sérgio, Ensaios II 1974: 250; Príncipe 2004: 177-183). Sérgio manteve sempre a convicção da unidade da razão e portanto dos saberes, sem cair no reducionismo.

No tocante à história, Sérgio cedo percebeu haver mais profundidade filosófica nas discussões alemãs do que nas reflexões da dita escola metódica francesa, exemplificadas no manual de Langlois e Seignobos. Charles-Olivier Carbonnel julga que nem estes nem Fustel de Coulanges

ou Gabriel Monod, que nunca se nomearam positivistas, tinham grande interesse pela reflexão filosófica, a sua atitude 'positiva' resultando do esforço de demarcação em relação à tradição historiográfica católica e monárquica. A epistemologia dos savants-philosophes só virá a ecoar no pensamento de Henri Berr, que teorizou a síntese histórica(12). Para Laurent Mucchielli, a obra de Langlois e Seignobos é uma reação dos historiadores académicos à emergência das ciências sociais, rejeitando-se quer a 'filosofia da história', quer os métodos das ciências já constituídas. A desconfiança em relação à teorização domina o Livro III desse manual (nas secções: 'Opérations synthétiques', 'Conditions générales de la construction historique', 'Groupement des faits', 'Raisonnement constructif' e 'Construction des formules générales'). Esta posição de ultra-precaução vai gerar um debate entre Seignobos e Simiand em 1903 e um confronto alargado em 1906 e 1908 cujo palco é a Société Française de Philosophie. O próprio Gabriel Monod afastar-se-á, em 1908, desta posição que acabava por valorizar a história narrativa e pitoresca, saudando o aparecimento da Revue de Synthèse Historique de Henri Berr(13).

Henri Berr (1863-1954) foi aluno de Émile Boutroux, que tematizou o carácter contingente das leis naturais (Catroga 1998: 19, 30). Enquanto professor de filosofia no liceu parisiense Henri IV (que preparava para as Grandes Écoles), Berr foi colega do filósofo Alain, destacado anti-fascista. Em 1900, Berr fundou a Revue de Synthèse historique e em 1925 o Centre Internationale de Synthèse, com um ideal de trabalho coletivo e interdisciplinar, muito inspirado pela ideia kantiana de paz universal com que propunha federar os sábios num tempo de Guerras; dotado de grande capacidade organizativa foi a alma das Semaines Internationales de Synthèse (1929-1947), que reuniam, no Hotel de Nevers (Paris), um conjunto de sábios. Aí se discutiam tópicos centrais comuns às ciências naturais, exatas e naturais (Burguière 2009: 79-86; Nira 1996: 205-218).

(12) Para Carbonnel a história positivista tem teóricos mas não praticantes, Comte apontando para a sociologia (Carbonnel 1978: 175, 176, 177, 180-183); Carbonnel dá-nos uma síntese da história da historiografia francesa em 4 atos, em cujo ato IV (duas gerações antes da dos Annales) «Henri Berr reclama a necessária síntese; os sociólogos reclamam o estudo dos grupos, das classes e não mais dos indivíduos», (Carbonnel 1978: 184). Seignobos é referido por Sérgio em 1914 (Sérgio 1987: 129).

(13) Durkheim pedia aos historiadores que fossem mais científicos, cf. (Mucchielli 1995: 132-135).

Sérgio conhecia este movimento, dele fazendo parte o físico Langevin (seu amigo) e Louis Weber, o autor da obra Le Rythme du Progrès (1913) que Sérgio leu (Sérgio 1916: 13). A primeira das semanas (20 a 25 de Maio de 1929) foi dedicada ao tópico Evolução, progresso e civilização; Berr, como Antero e Sérgio, admitia a teleologia no mundo natural, na linha de Lamarck (Neri 1996: 209, 217; Catroga 1998: 49-75)[14].

No seu livro La Synthèse en Histoire, de 1911, Berr propôs uma epistemologia da história afim de um racionalismo experimental, propondo um neo-cientismo diverso do dos positivistas[15]. Berr demarca-se do eruditismo histórico que se vale do facto dos «materiais históricos terem a particularidade de oferecer por si-próprios algum interesse»; é imperativo que «ao mesmo tempo que a síntese erudita recolhe os materiais, reúne os factos, a síntese científica se encarregue de os unificar, de os reduzir a princípios explicativos»; a construção de teoria é diversa da de um sistema a priori e dogmático (como num Hegel); mas a atitude dogmática encontra-se também entre os que valorizam o detalhe, o estabelecimento da «imensidão de pequenos factos» e que recusam «sistematicamente a ligação entre os factos»; o projeto de síntese científica diverge do da filosofia da história que se caracteriza pelo apriorismo, exemplificado na proposta de Fichte de que na filosofia da história «se siga o curso a priori do plano do mundo, plano que em si é claro, sem que seja necessário o recurso à história»; o projeto de Berr afirma o primado da inteligibilidade, da teoria, da atitude experimental (que comporta a análise, o inquérito crítico das fontes a partir da qual se extraem os factos); numa fórmula feliz, afirma que o domínio científico exige «se tenir dans cet entre-deux», entre a análise erudita e a especulação a priori, invocando assim o pensamento de Pascal tão caro a Sérgio: «On ne montre pas sa grandeur pour être à une extrémité, mais bien en touchant les deux à la fois et remplissant tout l'entre-deux» [16].

(14) Do que resta da biblioteca de Sérgio, à Lapa em Lisboa, encontra-se o volume relativo ao encontro de 1939 sobre o conceito de matéria (Neri 1996: 215).

(15) Sobre Berr ver também (Gattinara e al. 1996: 598, 595, 596, 598, 599), onde se dão os resumos do colóquio de 1994 sobre Berr. Hermínio Martins foi quem me chamou a atenção para relação entre Henri Berr e Sérgio, cerca de 2013.

(16) (Berr 1911: 16, 19, 20, 22, 23). Cf. o nº 353 da edição Brunschvicg dos *Penseés* (1897). O 'plano do mundo' remete para Kant (Collingwood 1946: 97-98), e para uma teleologia da liberdade, para um ideal regulador que inspirou Sérgio.

Berr fala em leis da história, que são leis de desenvolvimento, diversas das das ciências naturais (Berr 1911: 26-34), e que devem ser concebidas como «designando factos humanos de carácter geral, em relação estreita com factos singulares» (Berr 1911: 27), alertando para as induções excessivas, como a lei dos três estádios de Comte.

Berr cita Claude Bernard, Mach, Poincaré e Abel Rey, para mostrar que as hipóteses e o erro traduzem o carácter ativo do espírito. Aquelas têm carácter provisório, sendo submetidas ao controle experimental nas ciências naturais, e ao contraste obtido pelo método crítico de análise dos testemunhos e dos documentos na história, sendo a sua verificação de elevada complexidade (Poincaré e Sérgio dirão que os grandes princípios, que têm função reguladora no sentido kantiano, são mesmo inverificáveis devido ao holismo que tudo impregna de teoria). A filosofia da história, apesar do seu apriorismo, é fonte de boas hipóteses, se se souber aproveitar o melhor de cada sistema:

> Para a constituição da ciência, há mais a tirar das filosofias da história que do puro historismo (…) A ciência não nega nada. Ela começa por nada afirmar. Ela admite a título provisório, ela submete, a título de hipóteses, ao controle da experiência, da comparação, da discussão, aquilo que os sistemas parecem conter de sólido. A ciência concilia, ou melhor organiza efetivamente (Berr 1911: 40).

Tal atitude implica o uso de hipóteses, de conjeturas, o arrojo teórico, o erro e a suspensão do juízo, a dúvida, o rever e pôr à prova em busca de unidade[17].

Conclusão

Desde a sua frequentação precoce de pensadores cosmopolitas, Sérgio foi meditando sobre o propósito e modos da história. Pôs em causa a possibilidade de uma história pura, sem relação com os interesses do presente, até porque entre nós o nacionalismo cultural foi instrumentalizando a história, criando uma constelação de mitemas e um

(17) (Berr 1911: 26, 27, 37-40). Berr julga anti-intelectualista o pragmatismo anglo-saxónico, contrariamente ao pedagogo Sérgio (Berr 1911: 246-248).

percurso histórico nacional que Sérgio irá criticar radicalmente (Matos 2004: 201-204, 215); o embate com Alfredo Pimenta é disso um momento.

Nos seus ensaios historiográficos, onde aspetos 'materiais' e de mentalidade interagiam, surgiram hipóteses que abriram fecundas vias de pesquisa – é o caso das suas leituras das navegações e expansão portuguesas. Na linha do experiencialismo de um Dewey, a interpretação histórica devia recorrer aos 'factos' apurados pela história erudita, selecionados por critérios induzidos pelas hipóteses e valores, numa dinâmica transdisciplinar ela própria geradora de novos factos e teorias. Esta atitude estava associada a um ideal totalizante, de síntese. E este ideal brota de uma filosofia da consciência que reconhece na noção iluminista de progresso um valor teleológico e ético. Por isso, Sérgio, como Berr, desfavorece as visões deterministas de causalidade linear, enaltece o valor social do exercício da história, e não incorpora no modelo antropológico subjacente a constante fulguração do Inconsciente e de ritmos opostos (incluindo os tanatológicos) (Neri 1996: 214, 216).

Em 1941, Sérgio propõe: «Para um dado povo, constituem atos de importância histórica os que deram origem a consequências graves ou os atos que levaram esse povo a pôr vulto no mundo, isto é os atos de significado internacional e geral (…) Os que pesam para um Estado possuir história são os frutos de valia para os demais Estados, – aqueles que diríamos 'de relação' (…) os que lhes outorgam um papel na civilização geral» (Sérgio 1941b: 8, 9). No Geschichte des Altertums, Meyer afirma, pragmaticamente, que a historicidade de um 'facto' se averigua pelas suas consequências (Meyer 1912: 204). Julgar essa eficácia exige subtileza, critérios e valores. Sérgio crê que eles são vários, hierarquizáveis, abrindo-se sobre o futuro e vincando a categoria do possível, onde o novo se liga a uma teleologia consciente (Catroga 2002: 220). Sérgio ao referir o episódio do Velho do Restelo recorda a existência de dois planos (ordens de Pascal): «el plano u orden de las capacidades humanas de energía, valor saber, facultad de realización, virtudes estas que permiten acometer grandes empresas, (...) y, por encima de ese plano, el de los más altos fines de la consciencia» (Sérgio 1929: 93-94). Como disse em 1916, pode-se julgar da função humanizadora de um acontecer passado (Sérgio, Ensaios I 1974: 172); e a essa luz, 30 anos depois, Sérgio adverte da «desumanização de historiógrafos que se deixam corromper pela própria história, perdendo a noção dos ideais transistóricos que se mantêm superiores, ao revolver da história» (Sérgio, Ensaios VIII 1974:

143). Aí engranza o projeto demopédico de Sérgio, assente na consciência moral, que liga a prática e ensino da história às problemáticas atuais que são também fonte de coerência do escrever história. Esta 'rareté' do pensar de Sérgio, de enaltecer os juízos morais como componente da obra dos historiadores, tem merecido hoje mais atenção, sobretudo da parte dos historiadores do presente, caso de François Bédarida (Vann 2004: 13).

O exílio forçado, a dispersão do grupo da Biblioteca Nacional e a censura de que foi alvo impediram o pleno florescimento da obra historiográfica de Sérgio, mas o primeiro terá também permitido a Sérgio adotar pontos de vista, ancorados nas inspirações que analisamos, que ajudaram à reflexão de vários dos nossos historiadores mais jovens, nomeadamente os que se aproximaram da École des Annales, a qual muito deve a Berr (Burguière 2009: 80).

O seu racionalismo aberto fê-lo enaltecer a síntese científica e denunciar o puro eruditismo fragmentador, tantas vezes ligado à falta de criticismo em relação às hipóteses implícitas e a preconceitos ideológicos situacionistas. É significativo que a obra de Berr de 1911 termine com a menção do ideal de uma história universal:

> Esta síntese total, – a História Universal, a Weltgeschichte, – a qual para a satisfação do espírito e para a inteligibilidade do destino humano seria infinitamente cara, a qual, exigindo uma unidade do pensamento, ultrapassa as forças individuais, será realizável, e como? Sê-lo-á no presente estado da erudição? São estas questões que por agora se impõe colocar (Berr 1911: 16, 261).

Questões que apontavam para lá da fronteira do nosso vetusto país tão enaltecido por Pimenta.

Bibliografia

Bartee, Seth J. (2009). *John Dewey, Historiography, and the Practice of History*. Master thesis. East Tennessee State University. https://dc.etsu.edu/etd/1859/. Consultada em 30-06-2020.

Berr, Henri (1911). *La Synthèse en Histoire*. Paris: Félix Alcan.

Burguière, André (2009). *The Annales School: An intellectual history.* New York: Cornell University Press.

Carbonell, Charles-Olivier (1978). "L'histoire dite «positiviste» en France", *Romantisme*, 21-22, 173- 185.

Cardoso, José Luís (2011). "Vitorino Magalhães Godinho and the Annales School: history as a way of thinking", *e-journal of Portuguese History*, 9 (2).

Carneiro, Robert L. (2002). *The Muse of History and the Science of Culture*. New York: Kluwer Academic Publisher.

Carvalho, Joaquim Barradas de (1971). *Da história crónica à história-ciência*. Lisboa: Livros Horizonte.

Catroga, Fernando (1998). *Antero de Quental. História Socialismo Política.* Lisboa: Editorial Notícias.

« – » (2002). "Caminhos do fim da história", *Revista de História das Ideias*, 23, 131-234.

Collingwood, R. G. (1946). *The Idea of History*. Oxford: Clarendon Press.

Cunha, Norberto F. da (2004). "História e método em António Sérgio", in *António Sérgio: Pensamento e acção*. Lisboa: INCM, 1, 55-85.

Dewey, John (1913). *L'école et l'enfant*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.

« – » (1916). *Democracy and Education An Introduction to the Philosophy of Education*. New York: The MacMillan Company.

« – » (1969–1990). *The collected works of John Dewey: Early works, middle works, and later works.* Carbondale: Southern Illinois University Press.

Ferrero, Guglielmo (1895). *Les lois psychologiques du symbolisme.* Paris: Félix Alcan.

Garrido, Álvaro (2008). "A Universidade e o Estado Novo: de 'corporação orgânica' do regime a território de dissidência social", *Revista crítica de Ciências sociais*, 81, 133-153.

Gattinara e al., E. Castelli (1996). "Résumés des communications des actes du Colloque international Henri Berr et la Culture du XXe siècle 24-25-26 octobre 1994", *Revue de synthèse*, 4 (3-4), 595-614.

Godinho, Victorino Magalhães (1971). *Ensaios III Sobre teoria da história e historiografia*. Lisboa: Sá da Costa.

Guilland, Antoine (1899). *L'Allemagne Moderne et ses historiens*. Paris: Félix Alcan.

Hoffman, Christhard (1990). "Eduard Meyer", in Ward W. Briggs e William M. Calder III (eds.), *Classical Scholarship A biographical Encyclopedia.* New York: Garland Publishing, Inc., 264-276.

Krieger, Leonard (1989). *Time's reasons*. Chicago: The Chicago University Press.

Little, Daniel (2020). "Philosophy of History", in Edward N. Zalta (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2020 Edition). https://plato.stanford.edu/archives/win2020/entries/history/. Consultado em 5-2-2021.

Meyer, Eduard (1912). *Histoire de l'Antiquité Tome premier*. Paris: Librairie Paul Geuthner.

Magalhães, J. A. Romero (2009). "Oração de sapiência proferida na abertura solene do ano lectivo no dia 16 de Setembro de 2009", *Notas Económicas*, 1/16, 3-12.

Matos, Alfredo Campos (1983). "Bibliografia de António Sérgio", *Revista de História das Ideias*, 5, 1025-1107.

Matos, Sérgio Campos (2004). "António Sérgio na cultura histórica portuguesa", in *António Sérgio: Pensamento e acção*. Lisboa: INCM, 2, 199-225.

« – » (2008). *Consciência histórica e nacionalismo (Portugal - séculos XIX e XX).* Lisboa: Livros Horizonte.

Mucchielli, Laurent (1995). "Une lecture de Langlois et Seignobos", *Espaces Temps*, 59-61, 130-136.

Pimenta, Alfredo (1941). *A história de Portugal do Sr. António Sérgio.* Lisboa: edição do autor.

Neri, Marina (1996). "Vers une histoire psychologique: Henri Berr et les semaines internationales de synthèse (1929-1947)", *Revue de synthèse*, 117, 205-218.

Noël, Patrick-Michel (2014). *Épistémologie, histoire et historiens: considérations conceptuelles, méthodologiques et empiriques autour du discours que les historiens tiennent de leur savoir*. Québec: Université Laval.

Pratt, Scott L. (2016). "Dewey on History and Geography in Education", in M.A. Peters (ed.), *Encyclopedia of Educational Philosophy and Theory*, DOI 10.1007/978-981-287-532-7_43-1, 1-5. https://researchgate.net›publication›314903435_Dewey_on_History_and_Geography_in_Education. Consultado em 2020-06-30.

Príncipe, João (2004). *Razão e Ciência em António Sérgio*. Lisboa: INCM.

« – » (2012). *4 Novos estudos sobre António Sérgio, posfácio de Hermínio Martins.* Casal de Cambra: Caleidoscópio.

« – » (2015). "L'harmonie de l'inattendu: Henri Poincaré entre physique et philosophie", in João Príncipe (ed.*), Évora Studies in the Philosophy and History of Science In Memoriam Hermínio Martins*. Vale de Cambra: Caleidoscópio, 391-512.

Sérgio, António (1899?). 'Historiografia alemã', manuscrito a caneta, sobre a obra (Guilland 1899), disponível em cdantoniosergio.cases.pt. Consultado em 01-06-2020.

« – » (1916). *Educação geral e actividade particular.* Lisboa: Separata dos Anais da Academia de Estudos Livres, Imprensa Comercial.

« – » (1923-24). *Dispersos de Oliveira Martins, prefácio e anotações de António Sérgio*. Lisboa: Publicações da Biblioteca Nacional. 2 volumes.

« – » (1929). *Historia de Portugal*. Barcelona: Labor.

« – » (1932). "Mais uma facada - e, por consequência, mais um feliz pretexto para me explicar", *Seara Nova*, 300, 182-184.

« – » (1939). "A ciência, o progresso social e o regime do lucro", *O Diabo,* 246, 1 e 8.

« – » (1941a/1974). *Introdução geográfico-sociológica à História de Portugal*, (publicada inicialmente como tomo I da *História de Portugal*, pela livraria Portugália). Lisboa: Livraria Sá da Costa.

« – » (1941b). *Em torno da designação de monarquia agrária dada à primeira época da nossa história*. Lisboa: Livraria Portugália.

« – » (1971-1974). *Ensaios.* 8 tomos. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

« – » (1987). *Correspondência para Raul Proença*. Lisboa: Dom Quixote / Biblioteca Nacional.

« – » (2001). *Notas sobre Antero, Cartas de Problemática e outros textos filosóficos*. Lisboa: INCM.

« – » (2008). *Ensaios sobre educação*. Lisboa: INCM.

Sousa, José Manuel Guedes de (2012). *Vitorino Magalhães Godinho: história e cidadania nos anos 40*, tese de mestrado em história (história moderna e contemporânea). Lisboa: Departamento de História da Faculdade Letras da Universidade de Lisboa.

Torgal, Luís Reis (1996). "A história em tempo de 'ditadura'", in Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga (eds.), *História da história em Portugal. Secs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 240-275.

« – » (1999). *A Universidade e o Estado Novo*. Coimbra: Minerva.

Vann, Richard T. (2004). "Historians and moral evaluations", *History and Theory*, 43, 3-30.

(Página deixada propositadamente em branco)

VARIA

(Página deixada propositadamente em branco)

Revista de História das Ideias
Vol. 39. 2ª Série (2021)
201-221

SILVA MAIA: O COMERCIANTE QUE AS REVOLUÇÕES DO ATLÂNTICO FIZERAM JORNALISTA

SILVA MAIA: THE TRADER THAT THE ATLANTIC REVOLUTIONS MADE A JOURNALIST

Isabel Lustosa
isabel.lustosa@fchs.unl.pt
Universidade Nova de Lisboa, CHAM – IHGB
https://orcid.org/0000-0003-2456-6925

Texto recebido em / Text submitted on: 30/09/2020
Texto aprovado em / Text approved on: 04/02/2021

Resumo:

Apresenta-se aqui a trajetória de Joaquim José da Silva Maia, comerciante e jornalista de formação liberal que atuou no Brasil e em Portugal, envolvendo-se diretamente na guerra de independência da Baía, do lado dos portugueses (1822/1823); nas campanhas liberais que agitaram Portugal entre 1826 e 1828 a favor da constituição e contra D. Miguel; e, finalmente, no último ano do reinado de D. Pedro I, do Brasil, (1830/1831) defendendo no Rio de Janeiro, em nome dos ideias do liberalismo político e econômico, o envolvimento do Imperador e de seu governo nos problemas da sucessão portuguesa. Exemplo de uma atuação decisiva dos dois lados do Atlântico, especialmente por meio dos jornais que publicou, o caso de Silva Maia é rico em possibilidades analíticas para a compreensão das apropriações possíveis dos ideais constitucionalistas em um contexto de intensas transformações.

Palavras-chave:

Independência; Imprensa; Comércio; Constitucionalismo; Absolutismo.

https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_8

Abstract:

We present here the trajectory of José Joaquim da Silva Maia, a liberal trader and journalist who worked in Brazil and Portugal, getting directly involved in the war of independence of Baía, on the Portuguese side; in the liberal campaigns that stirred Portugal between 1826 and 1828 in favor of the constitution and against D. Miguel and, finally, in the last year of the reign of D. Pedro I, from Brazil, defending in Rio de Janeiro, in the name of the ideas of political and economic liberalism, the involvement of the Emperor and his government in the problems of Portuguese succession. A unique example of decisive action on both sides of the Atlantic, especially through the newspapers he published, Silva Maia's case is rich in analytical possibilities for understanding the possible appropriations of constitutionalist ideals in a context of intense transformations.

Keyword:

Independence; Press; Trade; Constitutionalism; Absolutism.

Joaquim José da Silva Maia morreu no Rio de Janeiro em 2 de março de 1831. No dia de seu funeral, deu-se, segundo o jornal *O Verdadeiro Patriota*(1), uma cena «desonrosa para o caráter brasileiro!». Atrás do cortejo que conduzia seu caixão a ser velado no convento de Santo António, um rancho de «canalhocratas – patifocratas – farroupilhas» passou a segui-lo «atirando foguetinhos da índia e soltando impropérios ao misero cadáver que já era cadáver e por isso não podia responder-lhes!». Em revide a esse ato de desrespeito e impiedade, os amigos de Silva Maia se viram obrigados a «sair do convento com varapaus» para resistir aos insultos «dos bons homens da súcia do tope amarelo e olho verde» (*O Verdadeiro Patriota*, n. 39, 8 de março de 1831). Essa manifestação contra um morto, poucos dias antes da chamada Noite das Garrafadas(2), indica não só o clima de hostilidades que reinava no Rio de Janeiro às vésperas da Abdicação de D. Pedro I, mas também o ódio que existia contra Silva Maia que se tornara símbolo maior da crise que marcou o

(1) O *Verdadeiro Patriota* circulou no Rio de Janeiro entre 23 de setembro de 1830 e 17 junho de 1831. Ainda não existem estudos acadêmicos em que tenham sido identificados os responsáveis por sua publicação.

(2) Sobre a chamada Noite das Garrafadas, sucessão de conflitos entre brasileiros e portugueses nas ruas do Rio de Janeiro entre os dias 11 e 15 de março de 1831, o trabalho analítico e descritivo mais completo é ainda o de Gladys Sabina Ribeiro, incluso na bibliografia.

final de Primeiro Reinado. Reinado cuja instalação Silva Maia combateu com todas as suas forças entre 1821 e 1823 e ao qual defenderia com igual determinação de janeiro de 1830 até o dia de sua morte.

Uma Baía de comerciantes ilustrados

A presença de Joaquim José da Silva Maia entre os redatores de jornais que tomaram a defesa do imperador D. Pedro I na intensa campanha que contra ele moveu a imprensa liberal no final de seu reinado é um caso único(3). Primeiro, porque, entre 1821 e 1823, Silva Maia combatera com grande ardor, nas páginas do *Semanário Cívico*(4) que publicara na Baía esse mesmo D. Pedro que agora passara a defender. Segundo, porque o fazia tendo em vista quase que exclusivamente a situação portuguesa que se criara após a subida ao trono de D. Miguel e a intensa perseguição movida ali contra os liberais, da qual Silva Maia fora uma das vítimas.

A trajetória de Silva Maia não pode ser compreendida sem que se leve em conta o impacto das mudanças ocorridas nas relações comerciais entre a metrópole e sua colônia americana depois de 1808. A abertura dos portos e o Tratado de Comércio com a Inglaterra de 1810 abalaram estruturas que se tinham constituído ao longo de séculos. A circulação de comerciantes e mercadorias entre as várias partes do grande império marítimo português criara uma rede que se constituíra a partir das regras do exclusivo colonial. A quebra desse sistema afetou pessoas que viviam principalmente em Portugal, no Brasil, na Inglaterra e nas possessões portuguesas na África. Silva Maia foi uma dessas pessoas. Como bem resumiu Maria Beatriz Nizza tratava-se de alguém que se inseriu no movimento liberal publicando periódicos que abordavam os problemas do momento a partir da perspetiva de um negociante interessado nas relações bilaterais de comércio entre Brasil e Portugal (Silva 2008: 19).

---

(3) Além do *Brasileiro Imparcial* e do *Verdadeiro Patriota*, o jornal publicado pelo francês Henri Plasson, *O moderador* que circulou de abril de 1830 a abril de 1831, faria a defesa de D. Pedro I contra os ataques da imprensa liberal. Naturalmente que a imprensa mais estabelecida e regular, digamos assim, o *Jornal do Comércio* e o *Diário Fluminense* também estava do lado do Imperador.

(4) Os trechos do *Semanário Cívico* citados neste artigo foram retirados da seleção que fez Maria Beatriz Nizza da Silva para obra de mesmo título constante da bibliografia.

Nascido na cidade do Porto em 3 de dezembro de 1776, Joaquim José da Silva Maia seguiu para a Baía em 1796, estabelecendo-se inicialmente na vila de Cachoeira, no Recôncavo baiano. Mudou-se para Salvador em 1802, onde estudou economia política que, segundo disse era então «a ciência da moda». O desembargador João Rodrigues de Brito e José da Silva Lisboa, o futuro visconde de Cairu, foram seus mestres. Analisando documentação relativa à Mesa de Inspeção da Baía, da qual Cairu era então a principal autoridade, Tereza Cristina Kirschner diz que «os princípios da moderna economia política eram defendidos por funcionários e lavradores da Baía» (Kirschner 2004). Assim, pode-se dizer que as ideias de José da Silva Lisboa, depois reunidas em seu livro *Princípios de Economia Política*, publicado em 1804, circulavam no meio mercantil baiano. Destacando a amizade que ligava Cairu a Rodrigues de Brito, diz Kirschner que, estes, mesmo em seus pareceres em que faziam a defesa do livre comércio não economizavam em referências a Adam Smith, Jean-Baptiste Say, Sismondi entre outros autores (Kirschner 2004). Essa base teórica orientaria a ação do futuro jornalista que as circunstâncias levariam Silva Maia a se tornar.

Em Salvador, Joaquim José da Silva Maia casou-se com Joaquina Rosa da Costa com quem teve três filhos e, em 9 de julho de 1811, pode matricular-se na Real Junta de Comércio, o que indicava que acumulara capitais suficientes para os negócios de grosso trato, dos quais o mais lucrativo era o comércio de escravos (Silva 2008: 18). Pelos anúncios que passou a publicar no jornal *Idade d´Ouro do Brasil*, tinha pelo menos duas embarcações, morava no Taboão e seu nome aparece, em 1819, como um dos subscritores em lista para a criação de um novo estabelecimento destinado aos meninos órfãos(5).

Segundo contaria depois, durante o governo do Conde dos Arcos, contribuiu para a criação da primeira biblioteca pública da Baía, para a construção da Praça do Comércio e de outros edifícios públicos. Também subscrevera e ajudara a pedir recursos para listas de apoio a muitos estudantes pobres que, com isto, puderam ir para a Universidade de Coimbra (*O Brasileiro Imparcial*, n. 31, 17 de abril de 1830). Ao longo dos 28 anos em que viveu na Baía, Silva Maia tornou-se figura importante no grupo conhecido como *praísta*: comerciantes portugueses que atuavam

(5) Para uma visão mais detalhada das atividades comerciais de Silva Maia ver: Alves 2018: 70-74.

em Salvador, numa zona da Cidade Baixa, situada no entorno da Igreja da Conceição da Praia e que seriam os grandes sustentadores do general Madeira na guerra da independência da Baía.

O *Semanário Cívico* e a guerra da Baía

Depois da adesão da Baía às Cortes de Lisboa, marcada pelo episódio militar de 10 de fevereiro de 1821, Joaquim José da Silva Maia fora eleito procurador do Senado da Câmara(6) da capital. A partir de 1 de março de 1821 passou a publicar o *Semanário Cívico* que resistiria até 19 de junho de 1823, vésperas da derrota dos portugueses na guerra da independência baiana(7). A reação de Silva Maia ao movimento das províncias do centro-sul do país, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo para fazer com que D. Pedro ficasse no Brasil, entre o final de 1821 e janeiro de 1822, desobedecendo ao que determinavam as cortes de Lisboa foi a de muitos outros liberais estabelecidos no norte do país cujas principais províncias tinham melhor comunicação com Portugal e que, também por isso, preferiam que fosse mantido o vínculo entre os dois reinos.

Na Baía os liberais também se dividiram e o grupo a que estava ligado Silva Maia, os *praístas*, adotou uma postura de defesa do comércio exclusivo com Portugal, em que o Atlântico era visto como um mar interior (ou um grande lago como diria o próprio Silva Maia) ligando as várias partes da grande nação portuguesa que formava «um só povo, um só reino, uma só família» (Castro de Araújo 2011: 13). Foi esse grupo que, alardeando nas páginas do *Semanário Cívico* a possibilidade iminente de um levante de escravos e agitando o exemplo da revolução do Haiti, instigou a junta provisional de governo a pedir às cortes de Lisboa mais tropas para a Baía.

Esse pedido contrariava os interesses dos senhores de engenho, avessos a qualquer intervenção do Estado em suas relações com o elemento escravizado e que tinham como figura mais representativa o

(6) As atribuições da função de procurador do senado da câmara foram estabelecidas pelas Ordenações Filipinas. Ver Título LXIX do Livro I (Do Procurador do Concelho).

(7) Para um conhecimento mais aprofundado do que foi o *Semanário Cívico*, além da obra de Maria Beatriz Nizza da Silva, merece destaque a dissertação de mestrado de Walquiria de Rezende Tofanelli Alves, inclusa na bibliografia.

Marechal Felisberto Caldeira Brant, homem riquíssimo, senhor de muitos engenhos, que procurara implantar na Baía a navegação a vapor e que vivera parte da juventude na Europa. A ideia de restabelecer o comércio bilateral entre o Brasil e Portugal em detrimento do livre comércio que a abertura dos portos proporcionara também não interessava a essa elite que, desde a última década do século anterior procurava romper com as restrições impostas às suas atividades (Kirschner 2004). Assim, se outros fatores tiveram peso importante, na guerra da Baía os principais interesses locais em confronto foram os dos comerciantes portugueses e os dos grandes proprietários de terras e engenhos.

Foi contra eles e seus privilégios que Silva Maia mais assestou suas baterias, inclusive propondo leis que impusessem mais impostos sobre a produção do açúcar e até mesmo que fosse limitada a concessão de sesmarias que deixavam vastas extensões de terra sem cultivo, quando havia grande necessidade de lavouras de alimentos e da criação de rebanhos. Havia também no coração dessa disputa o ressentimento dos negociantes, sempre chamados a contribuir nas grandes subscrições que então se faziam por qualquer motivo, mas que eram tratados como uma classe inferior, a ponto de, diz o próprio Silva Maia, na sua classe, a segunda geração fosse destinada à universidade a fim de elevar o status da família. Coisa que, aliás, o próprio Silva Maia fez ao investir até seus últimos recursos na formação do único filho homem numa universidade europeia (Garcia 2007). Ele concluía seu pensamento sobre sua classe dizendo que os «negociantes puros que só têm probidade e não têm empregos, patentes, fitas, etc., são justamente no Brasil o que eram os judeus no século XVI na Europa!!!» (Silva 2011: 48). De facto, na correspondência dos familiares de Luís Paulino de Oliveira Pinto da França[(8)], a forma como sua mulher se refere aos praístas não está isenta de preconceitos. Para Maria Barbara eles eram a «canalha da praia», os «ratos do porto».

Em 10 de fevereiro de 1821, quando forças militares sediadas na Baía se rebelaram para exigir do Governo a adesão ao movimento constitucionalista português, Caldeira Brant liderou desastrada reação

(8) Essa correspondência inserida na bibliografia foi reunida por um herdeiro, Antonio d´Oliveira Pinto da França e, depois reorganizada, acrescentada de texto e notas de Antonio Monteiro Cardoso e republicada em 2008 é fonte importante para se conhecer uma família da elite açucareira baiana em sua intimidade.

que resultou na morte de 16 pessoas. Foi perseguido, precisou se refugiar em uma fragata inglesa e seguiu com destino ao Rio de Janeiro, onde chegou em 22 de fevereiro de 1821, quatro dias antes, portanto, da eclosão de movimento semelhante ao que ocorrera na Baía ao qual aquele serviria de estímulo (Cardoso 2008: 45).

O *Semanário Cívico* acusaria Caldeira Brant de agir em conluio com o grupo de nobres liderados pelo conde de Palmela para neutralizar a Revolução Constitucionalista portuguesa. Em dezembro de 1820, quando ia para o Rio Janeiro com o objetivo de influir sobre as decisões a serem tomadas por D. João VI, Palmela passara por Salvador. Segundo o *Semanário Cívico*, durante sua curta estada naquela cidade, ele teria persuadido Caldeira Brant a agir contra a «nova ordem de coisas» e o convencera de que o modelo ideal para todo o Reino seria o sistema de duas Câmaras, uma de deputados e outra de senadores, criando-se no Brasil «uma alta nobreza», da qual ele, Caldeira Brant, faria parte.

Aliado de Palmela e do Conde dos Arcos que, diante da tendência cada vez mais antiaristocrática das cortes, posicionaram-se do lado de D. Pedro I e da autonomia política do Brasil, Caldeira Brant, a partir de Londres, passaria a assessorar o governo liderado por D. Pedro que, desde 17 de janeiro, contava como principal ministro com José Bonifácio de Andrada. Para Silva Maia, Caldeira Brant era o representante maior daquela rica e orgulhosa aristocracia cabocla e que «pelos defeitos do antigo regime é que estava feito marechal, comendador; alcaide-mor; diretor da caixa de descontos!». A suspeita do *Semanário Cívico* era que, gente como Caldeira Brant «não queria comunicação com Portugal, mas fazer um governo semelhante ao dos Estados Unidos da América» (Silva 2008: 307). Exageros à parte, não interessava a Caldeira Brant e aos membros de sua classe o restabelecimento das relações comerciais com Portugal nas mesmas bases que vigiam antes de 1808, nem a tutela política sobre uma elite, cuja estrela maior era José Bonifácio e que tinha seus próprios projetos para o Brasil.

Em 3 de novembro de 1821, um grupo de civis e militares brasileiros membros da elite baiana, pegou em armas e tentou levantar o povo contra a junta provisional de governo, acusando-a de se submeter às cortes e às tropas portuguesas. Não obtiveram o apoio que esperavam, foram presos, enviados para Lisboa e este episódio foi o primeiro fator a estimular a união entre os senhores de engenhos e os liberais baianos. União que se estreitaria ainda mais, a partir dos violentos distúrbios que

marcaram a posse do general Madeira como governador das armas da Baía em fevereiro de 1822 e que, entre outros tantos mortos, registou a de soror Joana Angélica. Braz do Amaral resume a ação dos partidários de Madeira naquele contexto em um parágrafo:

> Atacaram casas particulares, insultando os brasileiros e as famílias. Vencidos naquele dia, arrombaram o cofre do batalhão de infantaria 1, espedaçaram o que havia no quartel, como livros, utensílios, etc. e passaram às ruas, assaltando a todas as pessoas, ferindo-as e insultando-as. Invadiram o convento da lapa, obrigando as freiras a lhes abrirem a porta, ali mataram a abadessa, sóror Joana Angélica, a qual havia acudido ao tumulto e espancaram brutalmente o capelão que era um padre idoso chamado Daniel da Silva Lisboa (Amaral 1957: 68).

A evidente superioridade das forças de terra e mar dos portugueses que fora aumentada com parte da divisão auxiliadora que D. Pedro não permitiria que desembarcasse no Rio de Janeiro fortaleceu o lado português. As resistências à posse do general Luís Ignacio Madeira de Mello como comandante das armas em fevereiro de 1822, foram violentamente sufocadas. Militares brasileiros que vinham sendo perseguidos e humilhados pelos portugueses desertavam e foram se juntar à resistência que se fazia a partir do Recôncavo. O clima de instabilidade que passou a predominar na capital, estimulou a elite baiana a passar a ver a decisão de D. Pedro de desobedecer as Cortes e ficar no Brasil como um elemento que contribuíra para que a anarquia que reinava na Baía não tivesse se espalhado pelo resto do país (Cardoso 2008: 51). Aos poucos, com o agravamento das tensões e o desabastecimento da cidade, as famílias foram deixando Salvador rumo ao Recôncavo, de onde, ao longo do segundo semestre de 1822, foi se fortalecendo o partido da independência com as adesões a D. Pedro I do senado da câmara de várias vilas importantes.

A guerra da Baía juntou contra os portugueses, comerciantes e tropa, os liberais que tiveram em Francisco Gê Acaiaba Montezuma, o nome mais conhecido, e senhores de engenho com pretensões aristocráticas como Caldeira Brant. Diz Silva Maia que os dois partidos tinham se dado momentaneamente as mãos para depois de feita a independência «devorarem-se uns aos outros». A seu ver os ricos proprietários do Recôncavo eram instigados através de cartas que lhes mandavam de Portugal, o conde dos Arcos e de Londres, o marechal Felisberto Caldeira

Brant «exaltando as fofas cabeças dos aristocratas baianos, que todos contavam já serem titulares e membros da câmara alta do nascente império brasílico» (Silva 2008: 137). O outro lado era estimulado pelos deputados baianos que tinham fugido de Lisboa, em setembro de 1822, para não jurarem a Constituição Portuguesa: Cipriano Barata, Lino Coutinho e José Agostinho Gomes.

Um estímulo para essa união de forças foi a atitude dos militares portugueses, contra os regimentos comandados por brasileiros e contra os brasileiros em geral. Segundo Castro de Araújo, o projeto *praísta* era lusitanizar a administração local e a presença maciça de tropas portuguesas recém-chegadas da Europa, revelara um «novo racismo europeu filho do iluminismo» que se manifestaria principalmente na desmoralização dos contingentes formados pelos filhos da terra (Castro Araújo 2011: 15). Em suas cartas, os familiares de Luís Paulino de Oliveira Pinto da França atribuem a maior responsabilidade pelo clima de hostilidade entre brasileiros e portugueses à classe mercantil. Esta seria a mentora das desordens e teria «à testa o grande Maia com o seu *Cívico*» o qual seria o maior conselheiro do general Madeira. De facto, ao longo de 1822, o *Semanário Cívico* foi o principal instrumento de apoio e estímulo às ações de Madeira. Ali, Silva Maia reagia aos ataques que a imprensa liberal lhe fazia principalmente a partir do Rio de Janeiro e procurava insuflar os ânimos da tropa contra as medidas tomadas pelo príncipe regente, D. Pedro, aconselhado por seu agora ministro José Bonifácio de Andrada. Destas, as que provocaram as mais fortes reações foram as decisões: de não sancionar sem analisar as ordens das Cortes; de promover a criação de um conselho de procuradores; e, finalmente, de convocar eleições para uma constituinte exclusivamente brasileira a se reunir no Rio de Janeiro em 1823.

Nessa fase de sua atuação política, Silva Maia adotava a visão do constitucionalismo monárquico clássico tal como difundido por José Liberato Freire (Machado 2019) que preconizava o princípio da inviolabilidade do rei. Dentro desse ideário, o rei não devia exercer pessoalmente parte alguma do poder executivo, cabendo toda a responsabilidade pelos erros e acertos do governo ao ministério. Com isto se evitava que o rei pudesse ser alvo de julgamentos e também que fosse tentado a agir arbitrariamente. É nesse sentido que Silva Maia desenvolve sua argumentação em defesa das ações das Cortes que eram acusadas pela imprensa liberal do Rio de Janeiro de manterem o

rei, D. João VI, coato. Em um texto sob a forma de diálogo, Silva Maia questiona o direito de D. Pedro, enquanto príncipe regente, convocar eleições para procuradores, afirmando que nem o rei poderia praticar atos como aquele:

> El rei só tem o poder executivo, isto é, manda executar as leis. Porque essas só as podem fazer, anular, ou alterar as cortes que têm o poder legislativo. Eis por que a Baía, depois de el rei jurar a constituição e retirar-se para Lisboa, reconheceu só o legítimo poder das cortes e que o próprio rei não podia mais legislar, por isso o congresso nacional anulou muitos atos que ele depois daquela época fez e aprovou o procedimento da Baía (Silva 2008: 118).

O *Semanário Cívico* trabalhou para manter elevado o espírito de resistência dos partidários do general Madeira na Baía. Minimizando episódios como a invasão do convento em que foi morta a soror Joana Angélica e toda a violência que se seguiu à posse do General Madeira como governador das armas; anunciando as vitórias e escondendo as derrotas; negando a falta de mantimentos que marcaria o sítio das forças do Recôncavo a Salvador. No entanto, entre o final de 1822 e os primeiros meses do ano seguinte, o jornalista vai sendo tomado pelo desalento, especialmente diante das notícias sobre a coroação de D. Pedro e do decreto que mandava confiscar os bens dos portugueses que não jurassem a adesão ao Império do Brasil. A falta de recursos para que a Constituição portuguesa fosse decentemente festejada na Baía dá um tom de amargura à publicação dessa notícia. Quando, em 1823, sem recursos para nada, o general Madeira pediu a ajuda dos comerciantes, estes já não dispunham deles pois os tinham consumido sustentando o quanto puderam a resistência.

O próprio general recomendaria aos seus partidários que buscassem meios de se evadir e proteger suas famílias pois era evidente que preparava a saída, abastecendo os navios de sua esquadra. De facto, pouco antes da chegada das tropas vitoriosas a Salvador e da esquadra liderada por Cochrane, o comboio tomava o rumo do Maranhão que ainda não tinha aderido à Independência. O próprio Silva Maia fazia parte desse comboio seguindo «em uma embarcação nossa, carregada de carnes e outros objetos», para escapar à perseguição que Cochrane daria aos fugitivos, com o objetivo de capturar o máximo de presas que pudesse.

Do Porto ao Rio de Janeiro: uma longa e penosa travessia

Silva Maia chegou ao Maranhão em 14 de julho de 1823 e, após a adesão dessa província à Independência, que ocorreu no dia 28 do mesmo mês, também aderiu, tornando-se por esse ato cidadão brasileiro. Como diria depois: «a Junta do Maranhão nos deu legal passaporte para a Europa, como brasileiros e à nossa embarcação como propriedade brasileira; regressamos a Portugal para colocar nosso filho na Universidade de Coimbra» (*O Brasileiro Imparcial*, n. 4, 12 de janeiro de 1830). Esse episódio contado por ele posteriormente seria usado pelos adversários para negar-lhe o direito de se apresentar como brasileiro. De facto, sua adesão à independência, depois de uma resistência tão ostensiva e tão renhida faz suspeitar sobre as circunstâncias em que obteve essa cidadania. Precisava dela também para proteger o patrimônio que deixara no Brasil diante das medidas rigorosas que passaram a ser adotadas pelo governo contra os portugueses, especialmente os comerciantes, que não tivesse aderido ao império (Ribeiro 2002: 63-64).

Em 19 de novembro de 1823, Silva Maia deixou o Maranhão a bordo de uma de suas embarcações, o bergantim Nelson, com destino ao Porto onde desembarcou em 1 de janeiro de 1824. Ali apresentou-se às autoridades e foi inscrito como brasileiro nos registos consulares e essa circunstância lhe seria posteriormente útil, pois recorreria ao consulado brasileiro nas complicadas situações em que se viu envolvido a partir de 1828.

Com a morte de D. João VI, a Carta Constitucional portuguesa concedida por D. Pedro IV em 1826 parecia representar a retomada do liberalismo interrompido pela *Vilafrancada* em 1823. Silva Maia se animou a publicar novamente um jornal para defender a Constituição e combater os absolutistas que, liderados por Carlota Joaquina, faziam intensa campanha sustentando os direitos de D. Miguel ao trono. *O Imparcial* circulou de 18 de julho de 1826 até o dia 12 de janeiro de 1828 e era impresso na Tipografia de Viúva Alvarez Ribeiro e Filho, no Porto. Sua proposta inicialmente era divulgar em Portugal, as notícias do Brasil pois Silva Maia continuava a acreditar que o destino dos dois reinos, mesmo com a Independência, continuava associado pela situação dupla de D. Pedro, Imperador do Brasil e herdeiro da coroa portuguesa (Almeida 2019: 141).

A incerteza sobre o futuro de Portugal alimentava especulações e, ao desenvolver o argumento de que D. Pedro I não perdera os direitos à

sucessão do trono, Silva Maia adotou um legitimismo que fazia contraste com o constitucionalismo radical que defendera no *Semanário Cívico*. A ponto de sustentar, na contramão do que dissera anteriormente, que D. Pedro só decidira pela Independência porque as Cortes teriam usurpado a autoridade do rei, D. João VI, mantendo-o coato. As cartas constitucionais outorgadas ao Brasil em 1824 e a Portugal, em 1826, certamente contribuíram para que Silva Maia reavaliasse algumas de suas posturas com relação aos direitos do monarca.

A partir daí, ele se tornaria «propagandista da solução constitucional proposta por D. Pedro» (Almeida 2019:144) e pregaria o respeito ao monarca que considerava «o verdadeiro responsável por conceder ao Brasil a Independência e um sistema liberal» (Almeida 2019: 147). Tanto em seu jornal publicado no Porto quanto no jornal que depois publicaria no Brasil, Silva Maia faria o elogio da Constituição de 1824, enfatizando sempre «a preponderância da soberania do monarca, cuja legitimidade teria sido reafirmada no próprio ato da outorga» (Almeida 2019: 147). Ao fazer o elogio de D. Pedro I em um dos primeiros números do *Brasileiro Imparcial*, Silva Maia diria: «ele mesmo ofereceu a constituição, quer dizer, de moto próprio demitiu de si o poder absoluto porque só quer governar pela lei. (...) Legisla, perdoa e abdica» (*O Brasileiro Imparcial*, n. 7, 23 de janeiro de 1830).

No balanço que fez do conteúdo do *Imparcial*, Raphael de Almeida diz que ali foram publicados diversos textos que demonstravam a importância da manutenção do comércio entre os dois Estados e que reconheciam «o papel preponderante do Brasil para a economia e para a consolidação das instituições liberais em Portugal» (Almeida 2019: 145). Tanto no *Imparcial* do Porto quanto no que depois publicaria no Brasil, Silva Maia procuraria provar que a separação dos dois reinos, apesar da grande animosidade que durante todo o Primeiro Reinado marcaria as relações dos brasileiros com os portugueses, não alterara de forma substantiva as relações comerciais.

A volta de D. Miguel a Portugal, em fevereiro de 1828 e a rápida evolução dos acontecimentos que o levariam a ser aclamado rei absoluto de Portugal e a renegar a Carta outorgada por D. Pedro, tiveram desdobramentos no Porto. Por suas atividades jornalísticas à frente do *Imparcial*, Silva Maia fora preso em 27 de março de 1828, só sendo libertado em 21 de maio, em consequência da chamada Revolução do Porto. Ocorrido em 16 de maio de 1828, esse movimento contra a

tomada da coroa por D. Miguel e pelo restabelecimento da Constituição outorgada de 1826, foi derrotado pelas forças miguelistas, obrigando milhares de portuenses a buscar no exílio proteção contra as perseguições que certamente sofreriam.

Cerca de doze mil pessoas, entre militares, religiosos e civis, temendo a repressão que se seguiria, deixaram Portugal rumo à Espanha na madrugada de 3 de julho de 1828. Neste grupo estavam, Silva Maia e seu filho, Emílio. Dessa verdadeira epopeia, Silva Maia deixou um manuscrito detalhando todo o percurso seguido, ao longo do qual o grupo foi se reduzindo(9). Quando chegaram à fronteira com a Espanha eram 9 mil, durante a penosa travessia até os portos de La Corunha e Ferrol, esse número foi sendo desidratado. Finalmente apenas 2868 pessoas foram embarcadas para a Inglaterra nos últimos meses de 1828. Ali permaneceram em depósitos administrados pela representação diplomática de D. Maria II, até que seu destino fosse resolvido.

A Inglaterra não reconhecera D. Miguel como rei de Portugal e o representante diplomático de D. Maria II era o Conde de Palmela que atendia as ordens do Rio de Janeiro. Estas eram no sentido de armar a resistência na Ilha Terceira que continuara fiel à rainha. Para ali seguiram boa parte dos militares que vieram do Porto. Para o Rio de Janeiro, embarcaram, segundo Silva Maia, 789 que lá chegaram durante o ano de 1829, inclusive o próprio Silva Maia.

Chegando ao Rio de Janeiro no final de 1829, Silva Maia começou a publicar o *Brasileiro Imparcial*, em 2 de janeiro de 1830, com o objetivo de defender a causa de D. Maria II e as ações de D. Pedro contra D. Miguel. O jornal circulava duas vezes por semana, às terças-feiras e aos sábados e teve mais de 100 edições(10) com quatro páginas cada, publicadas pela Tipografia do Diário, na rua d'Ajuda n° 115. A epígrafe era a mesma que Silva Maia adotara para a edição do "Imparcial" que publicara no Porto:

---

(9) Uma considerável produção acadêmica vem sendo produzida sobre Silva Maia e, mais especificamente sobre este importante episódio da história de Portugal ver Silva 2019, Almeida 2019 e Faria 2015.

(10) Na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional Brasileira constam 104 números. No último um anúncio indica que o sistema de assinaturas seria modificado. No entanto, com a morte de Silva Maia, em 2 de março de 1831, o jornal *O Verdadeira Patriota*, em 8 de março de 1831, anunciou que assumiria o compromisso de substituir o *Brasileiro Imparcial* junto aos assinantes, o que sugere que o jornal continuava a ser publicado.

«Longe de servir a este ou aquele partido, falando-lhe a linguagem das paixões, falarei a todos a linguagem da razão».

O jornal trazia sempre como texto de capa matérias sobre a economia e a política brasileiras bastante ponderadas e analíticas. Mas seu objetivo principal era tratar da questão portuguesa e, por isto, mas também pelo seu passado de redator do *Semanário Cívico*, seria recebido com desconfiança e tratado depois com franca hostilidade pelos liberais brasileiros. Todos sabiam que seu editor era o mesmo que, durante a campanha da independência publicara na Baía o *Semanário Cívico*. O passado de Silva Maia foi esquadrinhado e textos tanto do *Semanário Cívico* quanto do *Imparcial* que ele publicara no Porto eram usados como prova de sua suspeita e recente adesão à causa do Brasil.

A imprensa liberal brasileira

O declínio do reinado de D. Pedro teve início, de facto, a partir da instalação da Assembleia Legislativa, em maio de 1826. Ainda naquele ano, a imprensa liberal que se achava cerceada começou a emergir com o lançamento de jornais que teriam influência decisiva na Abdicação. Os primeiros jornais surgidos naquele contexto, a *Astrea* (1826 a 1832), de Vieira Souto; a *Aurora Fluminense* (dezembro de 1827 a 1835), de Evaristo da Veiga; e a renascida *Malagueta* (em edições esporádicas a partir de 1828), de Luís Augusto May, antecederam o aparecimento de periódicos claramente republicanos, como a *Nova Luz Brasileira*, o *Republico* e a *Voz Fluminense*. Juntas, essas folhas empurrariam o Imperador para a abdicação (Lustosa 2015).

A atividade parlamentar e, com ela, o surgimento de novas lideranças, deram impulso a um debate que teve sempre como eixo a questão dos limites constitucionais do poder do Imperador. Questões sobre as quais ninguém falava até então, tomaram conta da imprensa que renascia revigorada pelo Parlamento, pois os deputados mais destacados se fizeram jornalistas. Assim, entraram em debate as circunstâncias da dissolução da Assembleia Constituinte de 1823; a violência e a falta de julgamentos justos no âmbito repressão à Confederação do Equador, em 1824; as despesas com a guerra da Cisplatina, entre 1825 e 1828; as bases da renovação do tratado de comércio com a Inglaterra, em 1825, e, principalmente o tratado de reconhecimento da Independência do Brasil assinado com Portugal.

A imprensa liberal acusava o imperador de, depois da morte de D. João VI e diante do impasse da sucessão do trono português, ter passado a privilegiar os problemas de Portugal em detrimento dos muitos problemas brasileiros. Temiam os liberais brasileiros que o profundo envolvimento do imperador na sucessão portuguesa implicasse em algum retrocesso na Independência. O facto de que a viagem da pequena rainha, D. Maria II à Europa e as idas e vindas de representantes diplomáticos ao exterior em razão do problema português além do dispendioso envio de uma nau para trazer D. Miguel ao Brasil, o que não se concretizou, serem bancados com recursos do tesouro nacional era motivo de indignação em uma imprensa que rapidamente ganhava novas publicações. Pesava ainda a circunstância de o círculo íntimo de D. Pedro ser formado por portugueses, chamado pela imprensa liberal de «Castelo português», e ter como figura mais visível o detestado conselheiro Francisco Gomes, mais conhecido como Chalaça.

Formou-se um ambiente de exaltado nacionalismo, que se voltava principalmente contra os portugueses e, por associação, contra D. Pedro I[(11)]. O facto de o imperador ter nascido em Portugal passou a ser cada vez mais explorado. Mas foi a chegada dos exilados portugueses que fugiam do absolutismo implantado por D. Miguel que acirrou os ânimos ao máximo. Especialmente porque, Silva Maia, assim que lançou seu periódico – *O Brasileiro Imparcial* – começou a trabalhar em benefício de seus companheiros de infortúnio. Ele anunciaria que «filantrópicos brasileiros estão promovendo subscrição em favor dos emigrados portugueses» e que iam ser lançadas duas loterias com o mesmo fim. Pediria que os recursos da tão criticada indenização que o Brasil devia pagar a Portugal fossem usados em benefício dos emigrados. Argumentava Silva Maia que os direitos sobre o que restava do empréstimo de dois milhões de libras esterlinas que o Brasil se obrigara a pagar ao rei de Portugal pelo tratado da independência, com a morte de D. João passaram a D. Pedro IV que, tendo renunciado à

(11) A partir de sua obra, "A liberdade em construção" (2002), incluída na bibliografia, Gladys Sabina Ribeiro inaugurou uma fértil tradição de estudos, na qual se incluem outros de seus trabalhos além de muitas teses e dissertações, sobre o tema da rivalidade entre brasileiros e portugueses durante o Primeiro Reinado. Essa tradição tem como um de seus temas principais o processo de separação identitária marcado pela progressiva definição do que era "ser brasileiro" e "ser portugues".

coroa portuguesa em nome de sua filha, D. Maria II, a ela deviam ser pagos «uma vez que só a ela reconhecemos rainha de Portugal, em pleno gozo do poder absoluto que tinha seu avô e pai, visto não existirem as Camaras portuguesas e ela ser a única representante da nação» (*O Brasileiro Imparcial*, n 43, 29 de maio de 1830).

Assim, para fortalecer a causa dos emigrados portugueses, Silva Maia procurava associar seus destinos aos da rainha D. Maria II que era tutelada pelo pai, o imperador D. Pedro I e abdicava de seu constitucionalismo para advogar que se fizesse uso do absolutismo que a rainha teria herdado do avô. Sua insistência nos legítimos direitos de D. Pedro e de D. Maria ao trono português seria motivo de ironia por parte da *Aurora Fluminense*. Considerando que a única legitimidade «razoável e justa é a vontade da Nação», Evaristo da Veiga indagava ao *Brasileiro Imparcial*: «D. Miguel, se tivesse por si o jus da primogenitura, tiranizaria legitimamente Portugal» (*Aurora Fluminense*, nº 393, 29 de setembro de 1830)?

Silva Maia procuraria demonstrar que o ódio aos portugueses e a todos os nascidos em Portugal, dentre os quais o mais importante era D. Pedro era irracional e protestaria contra a campanha que se fazia na imprensa para impedir que mesmo os portugueses que tivessem jurado a constituição de 1824, tivessem qualquer cargo público. Ele taxava de absurda a suspeita de que houvesse um projeto recolonizador que faria com que o Brasil fosse novamente submetido a Portugal, lembrando que isto era algo bem pouco provável de acontecer tendo em vista a própria situação portuguesa. No entanto, o que mais indignava Silva Maia era o facto de alguns jornais brasileiros acusarem os emigrados «que vieram ao Brasil buscar asilo para fugirem do absolutismo que dilacera a sua pátria» de pretenderem «organizar-se em batalhões para apoiarem o absolutismo no Brasil; o absolutismo de que eles fugiram de Portugal!!!» (*O Brasileiro Imparcial*, n. 3, 9 de janeiro de 1830).

Silva Maia faria uma distinção entre esses emigrados e a «multidão de mancebos» que continuava a entrar no Brasil para se estabelecer no comércio. Os primeiros teriam emigrado por razões de natureza política. No entanto, essas razões também tinham consequências económicas pois implicaram na integração ao Brasil de pessoas de posses e mais qualificadas. Silva Maia diz que dos 786 portugueses que tinham vindo naquelas circunstâncias, apenas 312 precisavam ser auxiliados. Mesmo esses, logo conseguiriam uma colocação, dispensariam o auxílio e

passariam a contribuir para o progresso do Brasil com seu trabalho. Muitos eram pessoas que trouxeram para cá seus recursos contribuindo para aumentar a «massa das riquezas em circulação». Nem todos ficaram no Rio, indo buscar trabalho no Rio Grande, em São Paulo, Minas Gerais e em outros lugares. Alguns se adaptavam em ofícios que não eram originalmente os seus, nem correspondiam ao status que tinham em Portugal. Essa gente ensinava a ler e escrever, «latim, francês, retórica, filosofia, matemática etc». A argumentação tinha por fim rebater artigo da *Aurora Fluminense* em que os emigrados foram chamados de mendigos. Silva Maia, indaga em resposta: «então quem vem para o Brasil e trás dez milhões de cruzados para cá gastar é mendigo?». Completando: «ora, diga-nos, vem mais ricos os negros da África?» (*O Brasileiro imparcial*, n. 21, 13 de março de 1830).

A volta do liberalismo ao poder na França, a partir da revolução constitucionalista de julho de 1830 teve impacto no mundo inteiro. Essa mudança de eixo na política internacional estimulou a imprensa de oposição no Brasil que passou a associar a imagem de D. Pedro à do rei francês, Carlos X, intensificando a campanha que acabaria levando à abdicação (Lustosa 2015). Durante os últimos meses de 1830 e os primeiros de 1831, a defesa mais intensiva de D. Pedro I e de seu reinado foi feita, além das folhas oficiais que precisavam adotar tom mais moderado, pelo *Brasileiro Imparcial*, pelo *Moderador* e pelo *Verdadeiro Patriota*. Essas publicações combatiam os que acusavam o Imperador de ser pouco liberal, afirmando seu liberalismo e seu compromisso com a Carta Constitucional.

Essa estratégia servia de reforço à batalha que se travava em Portugal entre liberais e absolutistas. Os que defendiam os direitos de D. Maria II à coroa portuguesa tinham no Imperador do Brasil, pai e tutor da rainha, a única esperança de reverter a situação portuguesa. Assim, ao afirmar o constitucionalismo de D. Pedro na imprensa brasileira, os jornais que o apoiavam pretendiam combater no Brasil, as acusações de infidelidade à Carta Constitucional de 1824, mas, ao mesmo tempo, voltavam-se para Portugal, na defesa dos direitos de D. Maria II ao trono, reafirmando o compromisso da rainha com a Constituição Portuguesa de 1826. Silva Maia não viveu para assistir nem às agitações que ocorreram entre os dias 11 e 15 de março que passaram à história com o nome de Noite das Garrafadas, nem à abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831.

A morte de Silva Maia

Em sua edição de 15 de fevereiro de 1830, o *Diário do Rio de Janeiro* publicou o seguinte anúncio:

> José Joaquim da Silva Maia, redator do periódico *Brasileiro Imparcial*, presume-se apto para ser consultado sobre questões em comércio e em seguros marítimos não só pela longa prática adquirida na praça da Baía em 30 anos, aonde sendo negociante foi muitas vezes louvado naquelas matérias, como pelos conhecimentos teóricos, e por isso oferece seu préstimo a todas as pessoas que dele se quiserem servir e adverte que sendo negociante matriculado na imperial junta de comércio e cidadão brasileiro pode mesmo ser louvado em juízo. Mora na rua das Violas n. 130 (*Diário do Rio de Janeiro*, n. 12, 15 de fevereiro de 1830).

Depois de tantas aventuras e desventuras, o rico e orgulhoso comerciante da rua do Taboão, chegara ao Rio de Janeiro arruinado. Já em 1828, sofrera, segundo declarou «o sequestro de tudo quanto» possuía no Porto e, até mesmo os livros e roupas do filho tinham-lhe sido confiscados em Coimbra. Ao fazer-lhe o elogio póstumo, *O Verdadeiro Patriota*, diz que Silva Maia, deixara dois filhos, «talvez sem meios de subsistência, tendo ele, aliás outrora contado capitais e vivido na abundância!» e pedia aos assinantes que contribuíssem para o dote «dessa desgraçada menina».

Em 14 de fevereiro de 2021, as duas filhas de Silva Maia, ainda meninas, vestidas de branco, usando uma faixa azul celeste onde se lia em letras de ouro «Viva a Constituição!» cantaram o hino constitucional em uma representação no Teatro São João, em Salvador. Uma delas casara, no Porto, com um tio, pois Silva Maia faz menção a um «inocente irmão e genro» que teria sido preso sem que «direta ou indiretamente desse um só passo para a revolução que eles nos presumem chefe (no que nos fazem muita honra)». Os dois filhos restantes eram a moça para quem se pedia ajuda e o único filho homem, Emílio Joaquim da Silva Maia que interrompera os estudos de medicina em Coimbra, em 1828, para lutar ao lado do batalhão académico contra os miguelistas. Acompanhou o pai na acidentada viagem dos exilados portuenses pela Europa e para lá voltara a completar os estudos. Formou-se na França, em 1934 e fez bem-sucedida carreira no Brasil, tendo sido membro ativo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Garcia 2007).

A história de Joaquim da Silva Maia é um bom exemplo das vicissitudes pelas quais passaram os portugueses que viviam no Brasil diante da iminente separação de uma pátria que eles compreendiam como portuguesa, independente do lugar de seus diversos domínios em que vivessem. Para parte da elite culta brasileira foi o momento de construção de uma identidade própria que passava pela valorização das riquezas e grandezas continentais do país, pelas características mestiças de seu povo e pela rejeição quase ilógica a tudo o que se relacionasse com Portugal. A classe mercantil foi especialmente atingida por essa mudança. A definição do que fazia a diferença entre o que era ser brasileiro e o que era ser português em um contexto em que, até pouco tempo todo o mundo era português foi um processo de rompimento doloroso que envolveu conflitos de várias naturezas (Lustosa, Pinero 2008).

O longo e penoso processo de separação do Brasil de Portugal teve momentos dramáticos onde os comerciantes portugueses figuraram entre os atores principais. Homens como Silva Maia, que vinham de uma tradição em que mantinham ativa a rede que ligava as várias partes da nação portuguesa nos quatro continentes, sofreram com aquela rutura que mudava não só a forma de fazer negócios, mas também toda uma cultura que deles decorria. Pátria e comércio eram uma coisa só que se completava e se refazia no cotidiano das trocas mercantis (Lustosa, Pinero 2008). Se, como demonstrou Tengarrinha, o jornalismo da chamada "primeira emigração" contou com a influência dos comerciantes portugueses, Silva Maia foi um pouco mais longe e se fez, ele mesmo um jornalista que, armado com a experiência e com as lições de economia política que recebera na Baía, embebidas dos ideais de um livro comércio ainda romantizado, acabou por abdicar de sua primeira vocação por uma outra que ia muito além do jornalismo.

Bibliografia:

Almeida, Raphael Rocha de (2019). *Constitucionalismo, imprensa e opinião pública nas monarquias dos Bragança: Portugal e Brasil (1826-1834)* (2019). Tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/33616. Consultado em 4 de janeiro de 2021.

Alves, Walquíria Rezende Tofanelli (2018). *Expectativas para a "nação portuguesa" no contexto da independência: o projeto de Joaquim José da Silva Maia (1821-1823)*. 1 recurso online (231 p.). Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/331331. Consultado em 4 de janeiro de 2021.

Amaral, Braz do (1957). *História da Independência na Bahia*. Salvador: Livraria Progresso Editora.

Cardoso, António Monteiro (2008). "Introdução", in António Monteiro Cardoso, António de Oliveira Pinto da França (organização, introdução e notas), *Cartas baianas (1821-1824): subsídios para o estudo dos problemas da opção na independência brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Coleção Brasiliana).

Cardoso, António Monteiro, Pinto da França, António de Oliveira (organização, introdução e notas) (2008). *Cartas baianas (1821-1824): subsídios para o estudo dos problemas da opção na independência brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Coleção Brasiliana).

Castro de Araújo, Ubiratan (2011). "A guerra da Baía", in *2 de julho: a Baía na independência nacional.* Coletânea. Secretaria de Cultura da Baía. Fundação Pedro Calmon. 29-Set-2011. Disponível em: http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/312/1/A%20Bahia%20na%20Independ%C3%AAncia%20Nacional%20-%20Colet%C3%A2nea%202%20de%20julho.pdf. Consultado em 4 de janeiro de 2021.

Faria, Fábio Alexandre (2015). *Circulações Internacionais e liberalismo. O exílio Liberal português, 1828-1832*. Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea defendida junto ao Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/10440. Consultado em 4 de janeiro de 2021.

Garcia, Lúcia (2007). "Emílio Joaquim da Silva Maia: um intelectual do Império do Brasil", *Revista do IHGB*, vol. 437, 67-153. Disponível em: https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-437/item/108090-em%C3%ADlio-joaquim-da-silva-maia-um-intelectual-no-imperio-do-brasil.html. Consultado em 4 de janeiro de 2021.

Kirschner, Tereza Cristina (2004). "A administração portuguesa no espaço atlântico: a Mesa da Inspeção da Baía (1751-1808)", in T. C. Kirschner, N. G. Monteiro, M. F. Bicalho, P Cardim, *Elites ilustradas da Baía no*

final do século XVIII. Trajetórias, conflitos e acomodações. Anais do 2o Colóquio História Social das Elites. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/ Universidade de Lisboa, 2004. v. 1. 190-222.

Lustosa, Isabel (2015). "Notícias de Paris: a abdicação de Carlos X e o Brasil", *Revista do IHGB*, a. 176, jan./mar, 2015, 61-86. Disponível em: https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-466/item/108119-noticias-de-paris-a-abdicacao-de-carlos-x-e-o-brasil.html. Consultado em 4 de janeiro de 2021.

Lustosa, Isabel, Pinero, Theo Lobarinhas (2008). *Pátria e comércio: negociantes portugueses no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.

Machado, Adelaide Maria Muralha Vieira (2019). *A importância de se chamar português: José Liberato Freire de Carvalho na direcção do Investigador Português em Inglaterra, 1814-1819*. Carviçais: Editora Lema d´Ordem.

Maia, Joaquim José da Silva (1844). *Memórias Históricas, políticas e filosóficas da Revoluçãodo Porto em maio de 1828 e dos emigrados portugueses em Espanha, Inglaterra, França e Bélgica*. Obra póstuma publicada por Emílio Joaquim da Silva Maia. Rio de Janeiro: Tipografia Austral, n. 13, v. 1, 10 de maio de 1844.

Ribeiro, Gladys Sabina (2002). *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2002.

Silva, Luiz Gustavo Martins da (2019). *Entre penas e impressos: aspectos da experiência política de exilados liberais na Europa e no Brasil contra o regime de D. Miguel (1826-1837)*. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019. Disponível em: http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/11887. Consultado em 4 de janeiro de 2021.

Silva, Maria Beatriz Nizza da (2008). *Semanário Cívico: Baía, 1821-1823*. Salvador: EDUFBA.

Tengarrinha, J. (2004). "Os comerciantes e a imprensa portuguesa da primeira emigração". in F. R. Silva, M. A Cruz, J. M Ribeiro, H Oswald (org.), *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdades de Letras da Universidade do Porto, v. 3, 1.078.

(Página deixada propositadamente em branco)

Revista de História das Ideias
Vol. 39. 2ª Série (2021)
223-243

A FORMAÇÃO DA INTELECTUALIDADE OPERÁRIA NOS FINS DO OITOCENTOS. AUTODIDATISMO E ERUDIÇÃO EM ERNESTO DA SILVA (1893-1903)

THE FORMATION OF OPERATING INTELLECTUALITY AT THE END OF THE EIGHTEENTH. SELF-TEACHING AND ERUDITION IN ERNESTO DA SILVA (1893-1903)

Beatriz Peralta García
Universidad de Oviedo (Espanha)
bperalta@uniovi.es
https://orcid.org/0000-0001-8232-7493

Texto recebido em / Text submitted on: 01/06/2020
Texto aprovado em / Text approved on: 18/12/2020

Resumo:

A educação dos operários foi um dos temas fortes do movimento operário. Neste sentido, os historiadores têm mostrado o seu interesse pelas iniciativas geradas no seio das suas organizações, como a criação das escolas para as crianças. Trata-se de iniciativas de caráter privado fora da precária rede do ensino primário e secundário do Estado. Porém, tem-se prestado muito menos atenção à formação académica desta intelectualidade, talvez porque deixou escasso rasto na documentação. Uma das razões para esta insuficiência de fontes tem a ver com o facto dessa formação ser autodidata. Este artigo visa reconstituir e analisar a formação académica da intelectualidade socialista tomando como exemplo Ernesto da Silva (1868-1903), compositor tipógrafo, jornalista e dramaturgo, cuja obra reflete uma vasta cultura em vários os níveis: profissional, ideológico e literário. Avançar no conhecimento da personalidade deste autor permitir-nos-á

https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_9

aprofundar na história do Partido Socialista Português através da biografia de um dos seus vultos mais significativos.

Palavras-chave:

Ernesto da Silva; Partido Socialista Português; Socialismo; Educação; Autodidatismo.

Abstract:

The education of the workers was one of the strong themes of the labor movement. In this sense, historians have shown their interest in the initiatives generated within their organizations, such as the creation of schools for children. These are initiatives of a private nature outside the precarious network of primary and secondary education in the State. However, much less attention has been paid to the academic training of this intelligentsia, perhaps because it left little trace in the documentation. One of the reasons for this lack of sources has to do with the fact that this training is self-taught. Ernesto da Silva (1868-1903), typographer, journalist and playwright, whose work reflects a vast culture at various levels: professional, ideological and literary. This article aims at reconstituting and analyzing the academic formation of the socialist intelligentsia. To advance in the knowledge of the personality of this author will allow us to delve into the history of the Portuguese Socialist Party through the biography of one of its most significant figures.

Keywords:

Ernesto da Silva; Portuguese Socialist Party; Socialism; Education; Self-education.

> «Triste, mas fatal condição do progresso social, só na força dos pulsos, adstricta á educação do cerebro, reside a victoria dos opprimidos contra os oppressores».
>
> Ernesto da Silva, *Elogio histórico de Roberto Owen*.

Introdução

O compositor tipógrafo e militante do Partido Socialista Português (PSP) Ernesto da Silva (1868-1903) é autor de uma extensa obra literária e

de pensamento político redigida em apenas dez anos, entre 1893 e 1903, data do seu prematuro falecimento, aos trinta e cinco anos de idade. Escreveu mais de cento e cinquenta artigos abordando temas diversos dispersos por numerosos periódicos da imprensa operária e republicana: opúsculos, contos, textos dramáticos e teatrais, e várias traduções, literárias e de pensamento político. Como conseguiu ele adquirir uma tão vasta cultura que abrange a literatura universal e contemporânea, a atenção aos acontecimentos políticos do seu tempo, a familiaridade com o mundo da ciência e da medicina, o pensamento ideológico operário, a filosofia e a história, entre outras áreas de interesse, é, desde já, um enigma que nos propomos destrinçar ao longo das páginas seguintes. O título dado ao nosso artigo, «A formação da intelectualidade operária nos fins do Oitocentos. Autodidatismo e erudição em Ernesto da Silva (1893-1903)», insere já a tese que defendemos, isto é, que foi a sensibilidade e o interesse pelo conhecimento o que levou os operários a procurá-lo de forma autónoma e a obterem sucesso intelectual, já que o acesso às instituições académicas era muito restrito, em parte devido às condições socioculturais do operariado industrial nos séculos XIX e XX.

A formação escolar e profissional dos operários nos fins do século XIX: o caso de Ernesto da Silva (1868-1903)

Para compreender o desenvolvimento intelectual de Ernesto da Silva é necessário abordar, antes de mais nada, os seus primeiros anos de vida. Nasceu, segundo as informações de que dispomos, no seio de uma família humilde composta por seis membros: o pai, Custódio José da Silva († 1873), a mãe, Emília Augusta Pinheiro da Silva (1834-1899), e quatro irmãos: Artur, Adelaide Amélia, Ermelinda e António Ernesto. Desconhecemos o lugar que o nosso autor ocupava na cadeia de filhos mas sabemos que viu a luz em Lisboa a 6 de janeiro de 1868, e apurámos que o pai era músico profissional. Porém, o progenitor pouco pôde influir na educação do filho pois haveria de falecer em 1873, deixando à esposa a tarefa da criação e educação das crianças (Ventura 2000: nota 205, 263; Peralta 2017: 54).

Ernesto da Silva beneficiar-se-á das ações legais aprovadas dois anos depois do seu nascimento. Este acesso à formação académica da população portuguesa, especialmente a do mundo do operariado,

insere-se num contexto sociopolítico de consolidação do sistema liberal, o qual veio a tomar algumas iniciativas na luta contra o analfabetismo e de extensão do ensino a partir de 1834. À reforma geral de 1836 sucedeu-se a de Costa Cabral em 1844 até que as leis de D. António da Costa em 1870 e António Rodrigues Sampaio em 1878 vieram marcar o ponto de inflexão neste âmbito. A lei do ensino de 16 de agosto de 1870, sendo ministro da Instrução Pública D. António da Costa no breve ministério do duque de Saldanha, veio a instituir o ensino elementar, gratuito e obrigatório, motivo pelo qual exigia dos pais e dos tutores a responsabilidade de mandar os alunos à escola, ficando isentos aqueles que o não pudessem fazer «por motivo de extrema pobreza» (art. 30). A norma legal estabelecia a frequência à escola primária de 1º grau a partir dos sete e até aos quinze anos, embora fosse permitida desde os cinco anos (art. 29), enquanto que a lei de 1878 definiu de novo esta etapa do aprendizado escolar fixando-a entre os seis e os doze anos (art. 5) (Alves 2004: 307; Martins Santareno 1919). Portanto, segundo a lei em vigor, de 1870, Ernesto da Silva terá dado entrada na escola primária entre 1873 e 1875 e aí adquirido noções de educação física, educação política e educação intelectual, integrada esta por cadeiras de leitura, escrita, operações aritméticas, sistema de pesos e medidas, gramática, desenho, história, geografia, cronologia, canto coral e noções de agricultura (Alves 2004: 308). É de ressaltar, neste sentido, a importância e relevância do facto no seu percurso vital porque, segundo o *Anuário Estatístico de Portugal,* apenas 15% das 800.000 crianças de entre sete e quinze anos frequentava a escola em 1875 (Ribeiro 1999: 190). Ernesto da Silva virá integrar esta magra percentagem mas dadas as dificuldades económicas familiares paralelamente terá começado a trabalhar como aprendiz de tipógrafo na tipografia de Gutierrez, antes de acabar estes estudos. José Martins Santareno, seu colega no PSP, glosando a sua figura muitos anos depois da sua morte, situa aos dez anos este momento (Martins Santareno 1919).

Dois anos mais tarde, em aplicação da reforma educativa de 1878, terá dado entrada no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, assim denominado depois da reforma educativa efetuada após o decreto-lei de 30 de dezembro de 1869. Doze anos era a idade exigida para a frequência deste estabelecimento educativo, o qual veiculara, junto à Escola Industrial do Porto, o chamado ensino técnico de nível superior a partir de 1896. Seria este talvez o motivo porque anos mais tarde não pôde demonstrar a sua frequência à escola primária. De novo é Martins

Santareno que nos informa sobre os conhecimentos de língua francesa e de geometria de Ernesto da Silva (Idem, ibidem), sendo que estes últimos acertam com as características do ensino ministrado nesta instituição no ramo industrial segundo a reforma de 1879, cujo plano de formação era essencialmente técnico mas incluía também cadeiras de geografia, história, e línguas vivas, entre elas, francês e inglês (*Diário do governo* 1879: 231). Novamente esta sua passagem pelo Instituto Industrial, fixada entre 1880 e, eventualmente, 1883 – quando completou quinze anos –, não pôde ser demonstrada, o que significa que, talvez, Ernesto da Silva frequentasse as aulas como «ouvinte registado», ou seja, inscrito em disciplinas concretas mas sem direito a diploma, assistindo sempre em horário noturno, com exceção da formação prática. Embora as deficiências académicas do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, de que eram cientes as autoridades políticas, a educação aqui ministrada permitiu-lhe evoluir profissionalmente, primeiro como operário na Sociedade Tipográfica Franco-Portuguesa, ou seja, a tipografia dos irmãos Lallemant, e depois na Imprensa Nacional. A ela chegou a 11 de julho de 1887, com dezanove anos, superadas as provas de acesso. Nelas pôde demonstrar conhecimentos de francês, o que lhe valeu ser contratado na categoria de oficial de compositor, com um ordenado semelhante ao de empreiteiro (Ventura 2000: nota 205, 263; Peralta 2017: 54 e 56).

Apenas dois meses depois da sua chegada às oficinas tipográficas da Imprensa Nacional a aprovação do «Regulamento para a cobrança da contribuição industrial» pelo governo liberal de José Luciano de Castro e o seu Ministro da Fazenda, Mariano Cirilo de Carvalho, supôs um ponto de inflexão no desenvolvimento organizativo do movimento operário em Portugal. O socialismo português conseguira criar em 1878 um Partido dos Operários Socialistas de Portugal (POSP) da integração da Associação dos Trabalhadores na Região Portuguesa (1873) e o Partido Socialista Português (1875), e pouco depois, em 1882, após a celebração em Lisboa do Congresso das Associações, as agremiações sindicais afirmaram a sua aceitação do programa socialista. As exigências organizativas e impositivas face ao trabalho contidas na lei descontentaram por igual operários, chefes de obra e donos das fábricas, de forma que o movimento operário, na altura um tanto adormecido, acordou. A antiga Associação dos Trabalhadores, dirigida em Lisboa por João Ramos Lourenço (1861-1937), Agostinho José da Silva (1850-1918), Manuel Luís de Figueiredo (1861-1927) e Manuel Martins Correia, mostrou-se especialmente

combativa. Parte do protagonismo coube aos tipógrafos, os quais, depois do desaparecimento de Fraternidade Operária, foram paulatinamente ganhando ascendência entre as associações de classe, primeiro integrando as fileiras do recém nascido POSP, dirigido por Manuel Luís de Figueiredo, e depois, após a celebração do congresso de 1882. A 4 de abril de 1889 conseguiram fundar a Liga das Artes Gráficas sob a presidência de outro membro do POSP, José Fernandes Alves (1866-1931), também ele de formação autodidata (Silva 1989: 13). É dos fins desse ano que João Ramos Lourenço data o primeiro contacto de Ernesto da Silva com o socialismo português, quando o viu assistir à conferência oferecida por Nunes da Silva aquando da sua visita à Exposição Universal de Paris (1889) (*Justiça* 1903: 4). Na altura, estava filiado na Associação dos Empregados no Comércio e Indústria mas contava já com uma sólida formação socialista, segundo observava um outro dirigente, o tipógrafo Sotto Maior Júdice (*Vanguarda* 1896: 1). Deste modo, Ernesto da Silva não se terá formado como tal nas fileiras do Partido, mas antes. Onde terá arranjado ele tão vasta formação intelectual?

Certamente não fora nas prateleiras e cadeiras da Biblioteca Nacional, embora a instituição viesse a ampliar o seu universo de leitores graças às sucessivas normas legislativas. Com o decreto de 31 de dezembro de 1863 ganhou a designação de estabelecimento de «leitura pública», função que veio a ser alargada a todas as pessoas «sem excepção de classe» após a aprovação da lei de 29 de maio de 1884. O decreto de 29 de dezembro de 1887 garantiu a abertura das salas, o de 24 de dezembro de 1901 regulou a organização e estatísticas de consulta, e o de 29 de janeiro de 1903 abordou a fiscalização do empréstimo dos livros (Garcia 1996). Segundo o *Anuário Estatístico de Portugal* em 1892 ela atingiu 36330 leitores (Torgal 1998: 578). Contudo, estes melhoramentos não parece que tenham abrangido os membros do operariado urbano. De facto, não se verifica existência de nenhuma folha de leitura com o nome de Ernesto da Silva nos livros de registo dos leitores conservados na Biblioteca Nacional, nos quais abundam nomes conhecidos da alta sociedade lisboeta da época. Indicam, sim, que apesar do progresso legislativo descrito a instituição continuou a ser frequentada principalmente por uma burguesia urbana bem formada, quer sob o ponto de vista académico quer cultural. De igual modo acontecia com os Gabinetes de Leitura, que se multiplicaram extraordinariamente entre as décadas de 70 e 90, pensados principalmente como serviço de «leitura domiciliária» mas com a exigência de satisfazer

as quotas ou assinaturas regulares, cujo preço oscilava entre os 200 e 400 reis nos anos 80, necessários para a consulta dos livros (Ribeiro 1999: 195). Note-se, não obstante, o facto de Ernesto da Silva ser um operário altamente qualificado, o que lhe permitia ter este acesso, especialmente já cerca do seu falecimento, pois em fevereiro de 1900, apenas três anos antes de morrer, será promovido a ajudante de revisor vendo aumentar o seu ordenado aos 1143 reis diários (Peralta 2017: 56).

Para além dos Gabinetes de Leitura Ernesto da Silva terá usufruído de outros estabelecimentos livreiros. O decreto-lei de 30 de dezembro de 1852, através do qual era criado o Instituto Industrial de Lisboa, anexou-lhes oficinas para trabalhos, um Museu da Indústria e uma Biblioteca Industrial, equipamentos de que o nosso tipógrafo terá beneficiado durante o tempo que o frequentou (*Diário da República* 1928: nº 263, 2069). Também o decreto-lei de 2 de agosto de 1870, igualmente da autoria de D. António da Costa, virá em auxílio de pessoas como Ernesto da Silva, tão sensíveis ao conhecimento. Este decreto, aprovado dias antes da lei de 1870 reguladora do ensino, concebia a criação das bibliotecas como instrumentos complementares ao ensino ministrado nos estabelecimentos públicos e privados, e estavam especialmente orientadas para a instrução das classes operárias, sobretudo das mulheres e das crianças (Pinto 2017: 53). A criação das bibliotecas concretizar-se-á alguns anos depois, a 2 de fevereiro de 1883, quando surgiu a primeira biblioteca popular municipal de Lisboa, mas a partir dela abriram mais três em anos sucessivos: a Biblioteca Popular Central, situada no bairro da Inveja, que tinha o maior volume de obras e era a mais visitada (149414 volumes e 20991 leitores em 1892) (Torgal 1998: 578); e mais duas nos bairros Ocidental, na rua de S. Domingos à Lapa, e Oriental, na rua do Paraíso, chegando a sete no início da década de 1890. No período de 1884 a 1890 e até à proclamação da República verifica-se a presença de três grandes grupos de utentes por ordem de frequência: estudantes e intelectuais, operários, e funcionários. Uma explicação possível pode residir na percentagem dos leitores noturnos, 53,6% em 1883, embora a partir de 1884 e até 1898 a tendência mudasse em favor da leitura domiciliária e a diurna, esta especialmente ativa entre 1903 e 1907. Em 1909 foi recuperada a leitura noturna, desaparecida até essa data (Pinto 2017: 198-199).

Para além deste tipo de estabelecimentos Ernesto da Silva terá visitado a que será possivelmente uma das maiores e melhores bibliotecas particulares de sempre. Referimo-nos à biblioteca da Sociedade de

Instrução e Beneficência A Voz do Operário. Ernesto da Silva mantinha com esta agremiação as melhores relações, tal como ficou patente em abril de 1894, quando o jornal *A Voz do Operário* noticiou, entre grandes elogios à sua pessoa, o relatório das contas derivadas da comemoração do 1º de Maio de 1893, cujo manifesto tinha assinado (Silva 1894: 3; e Silva 1893: 2; excertos em *A Batalha* 1893: nº 537, 1-2). Em agradecimento, Ernesto da Silva dedicou-lhe um dos seus textos dramáticos, o intitulado «A ceia», publicado no mês de outubro desse ano dentro do espaço dedicado ao folhetim de *A Federação,* jornal do qual integrava o corpo dos redatores (Ruy 1894).

A proposta de criação de uma biblioteca para os sócios de A Voz do Operário remontava a 1883, da iniciativa de Custódio Braz Pacheco (1840-1883), mas não foi antes de 1888 que a Comissão Administrativa – sob a presidência de Miguel José Mendes e integrada também por António Alexandre Madeira, Agostinho Alves de Sousa, Vicente Ribeiro da Silva, Lourenço Antunes de Faria, Augusto Vitorino de Oliveira e José Cândido Isidro – deu início aos trabalhos (Brocas 1938: 18). A 14 de outubro desse ano via oficialmente a luz um «Gabinete de Leitura» – dando autorização ao mandado dos seus estatutos – que ficou instalado na sede da redação do jornal, situada na altura na rua Direita de S. Vicente, 28, Iº (Brocas 1938: 15 e 17). O art. 12º do Regulamento da Biblioteca – «manuscrito e emoldurado para conhecimento dos leitores» – de que era autor Pedro José de Carvalho, tornou-a pública para sócios e não sócios (Idem: 20 e 22). A biblioteca teve dois modelos inspiradores: por um lado, era herdeira do espírito com que foi criada a Biblioteca do Centro Promotor dos Melhoramentos Sociais, inaugurada a 14 de janeiro de 1871 e em funcionamento até ao desaparecimento do Centro, em 1872. Possuía mais de dois mil volumes, quinhentos dos quais pertenciam ao Estado. Prestava serviço aos sócios e ao público todos os dias das 7 às 23 horas, e nos domingos e feriados das 10 horas até às 14 horas da tarde, e contemplava o empréstimo domiciliário durante oitos dias (Brocas 1938: 47-48); por outro, trazia para uma organização operária o modelo de leitura e empréstimo de livros das associações da burguesia, como os Gabinetes de Leitura, já citados, e até da Biblioteca Nacional. Em geral, era concebida como mais um instrumento para a instrução dos operários da Sociedade Cooperativa a par do jornal mas, a diferença dele, com um intuito de permanência no tempo dadas as múltiplas dificuldades de mantenimento dos periódicos operários, destinados à formação política

do proletariado urbano. Sabia-o bem um dos membros do corpo dos redatores de *A Voz do Operário,* João Ramos Lourenço, ao reconhecer o labor do jornal na elevação do «nivel mental dos nossos camaradas e amigos. (…) porém – explicava –, não basta; ao jornal que desaparece é preciso oppôr o livro que fica; o livro que elabora e diffunde as doutrinas grandiosas que agitam hoje a humanidade» (Franco 2018: nota 59, 43 e 44). Não obstante este objetivo, a seleção dos livros que encherão as apenas seis prateleiras (Brocas 1938: 35) da futura biblioteca viu-se condicionada por dois elementos: os interesses e os gostos dos potenciais leitores, por um lado, e o desconhecimento da língua francesa, «onde hoje se encontra escrito tudo quanto é grande e sublime», por outro. Daí que os seus responsáveis resolvessem adquirir principalmente livros dos «mais laureados escriptores portugueses», pondo de fora e «com pesar» aqueles outros que «nos paizes cultos abordam as questões grandiosas que tão de perto dizem respeito á classe trabalhadora» (Brocas 1938: 44). Ao que sabemos, no momento da sua inauguração a biblioteca contaria com poucos volumes, que foram aumentando paulatinamente ao longo dos anos: aos 326 de 1894 acrescentaram-se mais 388 em 1895-1896, 140 em 1897-1900, 202 em 1901-1909, 86 em 1910-1917, apenas dois em 1918, e 359 em 1924, até ao grande surto do período 1925 a 1937, quando deram entrada na biblioteca 10.080 volumes, perfazendo um total de 11.583 incluíndo livros, revistas e opúsculos (Brocas 1938: 35). Também o público foi aos poucos aumentando a sua afluência. Em 1894 era de apenas 160 leitores, 13 por mês (Brocas 1938: 19-20). A miséria, o analfabetismo e o desconhecimento das teorias operárias estariam na base, no dizer de Manuel de Araújo Brocas, desta escassa frequência (Brocas 1938: 20), mas em 1936 atingiu os 4515, dos quais 1056 foram mulheres até 1937, na maioria alunas dos cursos noturnos. Neste caso, considerava-se a atenção ao «trabalho doméstico» a causa que impedia uma maior assistência (Brocas 1938: 31).

O compromisso militante

Mas voltemos à formação intelectual do nosso autor, ultrapassadas as fases formativas do ensino primário e profissional. Nos anos iniciais da mocidade ter-se-á interessado pelo movimento republicano mas em 1892 encontramo-lo já militante ativo do POSP. Nesse ano celebrou-se

no Porto o Congresso Nacional das Associações de Classe, onde foi consumada a cisão do movimento socialista em duas formações: o Partido dos Operários Socialistas, de Manuel Luís de Figueiredo, ao qual pertenceria inicialmente Ernesto da Silva; e o Partido Socialista Português, dirigido por Azedo Gneco (1849-1911). Parece que terá sido no *Eco Socialista.* Órgão do Partido Socialista do Norte, surgido no Porto a 8 de fevereiro de 1892 como órgão do Centro Operário de Propaganda Socialista, que Ernesto da Silva terá publicado os seus primeiros textos comentando as sessões do Congresso. Nos finais desse ano, insatisfeito com a orientação dada ao Partido, tê-lo-á abandonado em favor do PSP, embora em março de 1893 ainda colaborasse em *Revolucionário,* jornal de recente fundação da Associação dos Trabalhadores, ligada ao POSP. Ao terminar esse ano verifica-se o ingresso efetivo nas fileiras do PSP colaborando desde a fundação em *A Federação* (Lisboa, 1893-1900), o novo jornal da Federação das Associações de Classe, agremiação sindical vinculada à fação marxista dirigida por Gneco surgida do congresso portuense de 1892, ainda que sem integrar o corpo dos redatores, ao que chegou em outubro de 1894. A atividade jornalística de Ernesto da Silva prolongar-se-á até à morte, a 25 de abril de 1903. Até essa data identificamos cento e quarenta artigos publicados desde 1893 nos seguintes jornais: *Revolucionário* (Lisboa, 1892-1893), *A Federação* (Lisboa, 1893-1896), *O Operário de Coimbra* (Coimbra, 1895), *A Obra* (Lisboa, 1897-1903), *O Paiz* (Lisboa, 1896-1897), *A Vanguarda* (Lisboa, 1897), *A Pátria* (Lisboa, 1900), *O Mundo* (Lisboa, 1900-1903), *Revista Política* (Lisboa, 1901), *Vanguarda* (Lisboa, 1901-1902) e *Século XX* (Lisboa, 1901), para além dos comemorativos *A Comuna* (Lisboa, 1896), *Pró-Justiça. Homenagem promovida pelos operarios do livro em Portugal* (Lisboa, 1899) e *Pela Infancia. Á memória de Sarah de Mattos* (Lisboa, 1901). Ainda temos conhecimento de colaborações em *A Batalha* (Lisboa, 1891), *Revista Social* (Lisboa, 1894), *Germinal* (Lisboa, 1902) e no número comemorativo para o jornal *O Mundo* (Lisboa, 1902) com motivo do seu segundo aniversário, hoje ainda infelizmente não localizadas (Peralta 2020).

Foi também em 1893 que Ernesto da Silva deu início à publicação daquilo que poderíamos chamar «opúsculos» ou «textos doutrinários»[(1)]. Ainda foi autor dos manifestos do 1º de Maio de 1893, 1894 e 1895 – fora

(1) *Fontana e Sousa Brandão. Discurso pronunciado na sessão comemorativa do 20º aniversário da Cooperativa Indústria Social* (1893), *Proletarios e burguezes* (1893), *A idéia federativa.*

exonerado desta responsabilidade em 1896 –, para além de relator de uns *Estatutos da Federação Portuguesa dos Trabalhadores do Livro* e de um *Elogio histórico de Roberto Owen*, lido na sessão da festa de aniversário da Cooperativa A Libertadora, a 19 de março de 1898, um ano depois de ter abandonado o PSP, acusado de simpatias filoanarquistas que ele sempre negou (Silva 1898c e 1898b). Cultivou a crítica política através da análise de dois volumes de Sebastião de Magalhães Lima, *O livro da paz* (1895) e *A obra internacional* (1896), bem como a tradução doutrinária com *A injustiça economica* (Lisboa, Typographia do Commmercio, 1895), de Benoit Malon, e *O communismo e a evolução economica* (Lisboa, Typographia do Instituto Geral das Artes Graphicas, 1900), de Paul Lafargue, obras publicadas pela primeira vez em português, de modo que o nosso tipógrafo pode ser considerado um pioneiro na divulgação da obra destes autores em Portugal. E são inúmeros os discursos e as conferências que pronunciou nas salas das associações de classe, centros operários, manifestações cívicas e atos diversos para os que era regularmente convidado, muitos deles relatados na imprensa. Constituem hoje um acervo precioso da memória escrita do pensamento operário socialista dos anos finais da Monarquia.

Será também no Natal de 1893 que começou a publicação daquela que, com o decorrer dos anos, tornar-se-á numa vigorosa obra literária, ao tempo do falecimento plenamente consolidada. É formada por dezoito contos e catorze textos dramáticos que viram a luz em *A Federação, A Obra* e *Revista Nova* entre 1893 e 1901. Paralelamente, encetou a composição de peças de teatro visando a criação de um repertório dramático destinado inicialmente ao recém formado Grupo Dramático Socialista, mas a complexidade dos textos ultrapassou as possibilidades do teatro amador para finalmente serem representados nos teatros lisboetas por companhias profissionais[(2)]. Um outro conjunto é constituído por vinte e dois textos de crítica literária e estética publicados na imprensa operária e republicana entre 1894 e 1903, com exceção da conferência *Theatro Livre*

Commemoração do 2º anniversario do jornal A Federação (1896), e *O dia normal,* aparecido sem data mas composto com motivo do 1º de Maio de 1896.

(2) Foram eles *O Capital. Drama em 4 actos, original de Ernesto da Silva. Representado pela primeira vez no teatro do Principe Real, de Lisboa, na noite de 8 de novembro de 1895* (1896), *Os que trabalham. Drama em 4 actos* (1897), *O Despertar. Peça em 1 acto* (*A Obra* 1900), *Nova Aurora. Aproposito em 1 acto e 4 quadros representado no 1.º de Maio de 1900*. (Genero Symbolico) (1900), *Vencidos. Drama em 4 actos, representado no Theatro do Gymnasio em 9 de janeiro de 1902, original* (1902), e *Em ruínas. Peça em 3 actos* (1903).

& Arte Social, pronunciada no Ateneu Comercial de Lisboa aos 14 de dezembro de 1902 (Lisboa, Typographia do Commercio, 1903). Cultivou ainda a tradução literária traduzindo para o português um conto de Jean Richepin sob o título «Um conto da rua», publicado em *A Obra* em 1898.

Uma obra autodidata

Se unicamente a enumeração desta obra monumental resulta estonteante para qualquer um, muito mais o será se pensarmos que foi escrita em apenas dez anos da vida do seu autor. Haverá ainda a acrescentar à observação do conjunto as referências cultas: nomes próprios, obras diversas, lugares e acontecimentos da história de Portugal e da história universal que se descobrem numa análise, ainda que sucinta, destas citações por ela espalhadas. Apesar dos declarados limites da formação fornecida nos estabelecimentos públicos, quer no âmbito académico, quer no acesso à cultura, Ernesto da Silva aproveitou bem os recursos disponíveis nestas instituições. Através deles o informado tipógrafo obteve uma base de conhecimentos muito sólida completada com a sua própria experiência vital, baseada no convívio diário com os operários, e nos seus recursos pessoais. Sem ter cursado estudos universitários usufruiu de uma importante formação cultural adquirida principalmente através da leitura, a qual abrangia campos diversos porque, como recordava Martins Santareno, «lia muito e de tudo» (Martins Santareno 1919). A partir da análise das alusões contidas nos seus textos obtemos uma radiografia bastante precisa do domínio que, eventualmente, um dos membros da elite operária socialista alcançara em âmbitos diversos.

De todos eles salienta o estudo do pensamento operário e republicano. As obras dos grandes autores portugueses e europeus, socialistas e anarquistas, bem como as principais figuras do movimento republicano coevo são mencionadas nos escritos de Ernesto da Silva. Aos nomes de Bakounine, Kropotkine, Proudhon, Karl Liebknech, Max Nettlau, Reclus, Carlos Malato, Jean Grave e Ravachol (François Claudius Koënigstein), unem-se os norte-americanos Louis Lingg, Lucy Parsons e o pastor metodista Samuel Fielden. Já no que diz respeito às obras anarquistas mais importantes o autor conhecia *O que é a propriedade* (1840), de Proudhon, e *A sociedade futura,* de August Bebel, da qual Ernesto da Silva leu a versão

em francês, de 1882, ambas frequentemente citadas. Este último texto só será traduzido para o português por José Fernandes Alves em 1901 e publicado pela Tipografia do Comércio dentro da coleção «Biblioteca de Estudos Sociais». Será o conhecimento das obras destes pensadores o que o terá levado a interpretar o anarquismo como a última etapa na evolução do socialismo mas, paralelamente, granjeou-lhe a inimizade de Azedo Gneco (Ventura 2010: 174). O confronto entre ambos os dirigentes, que escondia também diferenças enquanto à orientação dada ao PSP, resolveu-se com o abandono do Partido por Ernesto da Silva em 1897, embora mantivesse os vínculos com as associações de classe e, em geral, com as agremiações operárias socialistas, especialmente as lisboetas.

Embora a lista dos autores anarquistas seja ampla os socialistas foram muito mais referidos. Desde os vultos mais significativos do socialismo português como Antero de Quental e José Fontana, aos colegas como Azedo Gneco, Nobre França, Teodoro Ribeiro ou Viterbo de Campos, para além de Costa Goodolphim, avultam os pensadores históricos: Robert Owen, Marx e Engels, de quem são citados o *Manifesto Comunista* e *Revolução Cristã e Revolução Social;* Pablo Iglesias (*El Socialista)*, Paul Lafargue, Jules Guesde, Jean Jaurés, Faure, César de Paepe, Enrico Ferri, Jules Vallés, e madame Sorgue, que visitará Lisboa com os italianos Chiesa e Chiesi. De entre eles salienta Benoît Malon, de quem Ernesto da Silva se considerava discípulo, sendo as obras da sua autoria mais citadas *Revue Socialiste* e *Socialismo Integral*. No que diz respeito aos republicanos as alusões têm a ver com aqueles com que tinha um convívio pessoal mais estreito, como os amigos Heliodoro Salgado e Teixeira Bastos, e aqueles com quem partilhava preocupações sociais: Angelina Vidal, Sebastião de Magalhães Lima, Afonso Costa, Teófilo Braga e João Chagas.

Paralelamente estudou a história portuguesa e a história mundial. Destacam aqui as referências aos reis e aos imperadores D. Afonso VI, D. Luís, Carlos V e Afonso XIII de Espanha, D. Pedro II do Brasil, Guilherme da Prússia, e Cristina da Suécia, os imperadores romanos Júlio César e Nero, Carlomano, e até o último emperador do império Gaza, Gungunhana, é referido nos seus escritos, para além da Assembleia Nacional Constituinte de França em 1789, Danton, Cambronne, Napoleão, Bismarck, e os históricos Spartacus, Richelieu e Torquemada. As menções aos políticos portugueses Barjona de Freitas, o conselheiro Acácio, José Maria de Alpoim, Anselmo José Braamcamp, António Centeno, António Ennes, o banqueiro Burnay, o juiz Veiga, Mariano de

Carvalho, ou os republicanos – alguns deles seus conhecidos – Brito Camacho, Manuel de Arriaga, João Chagas, Ana de Castro Osório e Afonso Costa, mostram como Ernesto da Silva estava à par da política coeva, bem como da europeia a partir das citas a Alexandre Millerand, Paul Deschanel, Clemencau, Cánovas e Sagasta.

Os intelectuais constituem um amplo conjunto composto fundamentalmente por romancistas, poetas e dramaturgos portugueses e europeus, bem como as suas obras. Desde os clássicos como Homero, aos autores do Renascimento: Gil Vicente, Camões, Cervantes, Shakespeare (*Hamlet*) e Dante, para além de Garrett, Alexandre Herculano, Pinheiro Chagas, D. João da Câmara, Tomás Lino da Assumpção, Marcelino Mesquita, Eduardo Schwalbach, Eduardo Garrido, Afonso Gayo, Guerra Junqueiro, Fialho de Almeida, Eça de Queiroz, Afonso Lopes Vieira e o amigo Nunes Claro. São também mencionados Göethe, Molière, Georg Buchner, Walter Scott, Zola, Balzac, Antoine, Brieux, Octave Mirbeau, o abade Prévost, Soulié, Léon Bazalgette, Victor Hugo, Jean Richepin, Lucien Descaves, Luiz Bertrand, Ponson de Terrail, Xavier de Montépin, Ibsen, Tolstoi, Benito Pérez Galdós, Dicenta e Edgard Allan Poe. Ainda relacionados com o mundo do teatro ressaltam as referências aos empresários teatrais e aos atores, entre eles Luís Galhardo, Eleonora Duse, Gabrielle Réjane e Ermette Zacconi. Este conjunto é completado com os artistas: os músicos – como o pai – Giovanni Palestrina, Bach e Haendel, e as alusões ao Teatro de S. Carlos – que eventualmente terá frequentado –, bem como os pintores Guilherme Santa Rita e Rafael Bordallo Pinheiro, e o litógrafo suiço Steinglen.

Os pensadores, onde incluímos os filósofos, os sociólogos, os historiadores e os economistas. É muito provável que fosse bem a partir da leitura direta do francês, bem a partir das traduções, que Ernesto da Silva chegou ao conhecimento de sociólogos como Herber Spencer – de quem cita os seus *Princípios de sociologia* (traduzidos ao francês entre 1878 e 1879) –, à obra do economista evolutivo Ugo Rabbeno e à de Maquiavel. Também alude aos filósofos do Iluminismo Diderot, D'Alembert e Meslier, a Rousseau, a Voltaire e a Ernest Marguery (*L'ouvre d'art et l'évolution*, 1899) e, especialmente, aos historiadores. Entre os portugueses destaca, sem dúvida, Oliveira Martins, para além do célebre César Cantú, cuja obra foi difundida pela Europa toda, e os historiadores da Revolução Francesa, que estudou profundamente: Michelet, Thiers, Taine e Renan.

Talvez os seus sérios problemas de saúde estejam na base do seu interesse nas ciências e na medicina. Surpreende o conhecimento que

do mundo científico mostra Ernesto da Silva na sua obra. Trata-se de um conjunto de referências importantes, especialmente na sua preocupação com a tuberculose – que padecia – e as consequências entre a população portuguesa. Deste modo, alude a Ada Lovelace, Benjamin Franklin, Darwin, Domenico Viviani, Giordano Bruno, Jacques Lebel e Pasteur, para além do naturalista e arqueólogo António Augusto da Rocha Peixoto. Entre os médicos cita a Bergeret – que se manifestou a favor da Revolução Francesa –, Cesare Lombroso (*Antropologie criminelle*) – cujas teorias no âmbito da criminalidade estavam na voga em Europa –, o anatomista italiano Filippo Pacini e o neurólogo francês Jean-Martin Charcot. Entre os portugueses conhecia os doutores Miguel Bombarda, Curry Cabral, Guilherme Ennes, Morais, Vaconcellos e Francisco Ferraz de Macedo, farmacêutico e médico. Souza Martins e Paul Brouardel sobressaem pelos seus estudos sobre a tuberculose. Mas acima de todos eles ressalta a figura de Max Nordau, de quem cita duas obras: *Les mensonges conventionnels de notre civilisation* e *Dégénérescence,* ambas traduzidas para o francês em 1888 e 1894, respetivamente.

Sendo que Ernesto da Silva cultivou o jornalismo nos periódicos operários e nos republicanos, e estava especialmente atento aos movimentos europeus não surpreende o convívio com os colegas de *O Mundo* António França Borges, Fernando Reis e Mayer Garção, para além de aludir a Costa Carneiro, Joaquim Madureira e Martins de Carvalho.

Finalmente, como socialista Ernesto da Silva manifesta-se em aberto confronto com a política desenvolvida pelo Vaticano, o que não o impediu de conhecer os estudiosos cristãos, entre eles, Fr. Manuel das Chagas e José Joaquim de Senna Freitas, João Huss, Père de Lac, Inácio de Loyola ou a mística francesa Bernadette (1844-1879), para além de outros nomes próprios da história do cristianismo como S. João Batista e S. Lazare, Paulo de Tarso, Judas e Pilatos. Outras referências cultas são Moloch, Mahomet e o papa Leão XIII.

Conclusões

A formação académica e profissional de Ernesto da Silva pode-se qualificar como bem sucedida face à realidade sociocultural do seu tempo. Segundo o *Censo da população do reino de Portugal no 1.º de dezembro de 1900*, 74% da população portuguesa menor de sete anos era analfabeta,

embora os dados melhorassem entre os residentes das cidades de Lisboa e Porto. Na capital, sabia ler 59,8% dos homens e 48,9% das mulheres, isto é, 53,9% da população, situação muito semelhante à da Cidade Invicta, com 54,2% dos homens, baixando substancialmente no caso das mulheres até aos 35,3%, e uma média total para ambos os sexos de 43,3% (Oliveira Marques 1991: 519). Já no que diz respeito ao ensino profissional, segundo António Manuel Pelicano Matoso Martinho, a frequência escolar nas Escolas Industriais e de Desenho Industrial na circunscrição do sul seria de 403 alunos no ano letivo 1884-1885, 546 em 1885-1886, e 493 em 1886-1887, os mais próximos da frequência às aulas de Ernesto da Silva no Instituto Industrial (Alves 1993: 327). Face aos dados expostos não é difícil aceitar com Luís Alberto Marques Alves que o investimento no ensino primário e no secundário ou liceal, e no profissional foi, deste modo, muito insuficiente, como de resto foi denunciado quer pelos republicanos, quer pelos socialistas ao longo das décadas finais da Monarquia (Alves 1993: 303). Num artigo publicado em 1896 no jornal republicano *A Vanguarda* será o próprio Ernesto da Silva a queixar-se do analfabetismo das crianças operárias, precisamente quando o Estado aprovava leis de «protecção aos menores» (Silva 1896: 1). Dada esta evidente limitação dos recursos facultados pelo Estado face ao ensino primário coube às associações operárias a iniciativa de tentar paliar os seus efeitos, providenciando a instrução quer dos operários, quer dos seus filhos. Assim, foi de novo A Voz do Operário que lançou a ideia da criação de uma escola para os filhos dos sócios. Para isto foi preciso atualizar os seus estatutos a 24 de fevereiro de 1889, transformando a Sociedade Cooperativa em Sociedade de Instrução e Beneficência. A 24 de maio de 1891 foi eleita a Comissão Escolar que viria a concretizar o projeto de criação de uma escola, finalmente sediada na Calçada de S. Vicente, 60, 1º. Foi inaugurada durante as comemorações do 12º aniversário, a 11 de outubro desse ano. Dois anos depois, a 1 de outubro de 1893, via a luz uma escola feminina, desta vez no número 131 do Campo de Santa Clara, também no 1º andar (Franco 2018: 47). O exemplo alastrou e para os fins da década Ernesto da Silva podia já afirmar «á tendencia já hoje bastante accentuada da fundação de escolas operarias» (Babeuf 1899: 1).

Da análise da vida deste membro destacado do movimento operário lisboeta finissecular bem como da obra política e literária por ele desenvolvida entre 1893 e 1903 várias conclusões ressaltam: para já,

a sua excepcionalidade tendo em atenção as origens familiares do autor e o marco sociocultural no qual se inseria; por outro, a extrema sensibilidade e atenção à realidade que o rodeava, que levou à criação de uma obra multifacetada; finalmente, a profundidade dos seus conhecimentos, favorecidos pelo domínio do francês, o que lhe permitiu abordar o estudo do pensamento histórico e político coevo, com destaque para a cultura e a história de França. Porém, ele próprio estava ciente das extremas limitações intelectuais do operariado português das décadas finais do século XIX, maioritariamente trabalhadores fabris com uma escassa – ou até nula – formação académica, as quais não podiam ser ultrapassadas pelos vultos melhor formados. Perante os membros do Partido Republicano Português, integrado por elementos da burguesia formados na Universidade de Coimbra como Afonso Costa e Teófilo Braga, as elites socialistas rapidamente ficaram cientes da impossibilidade, por enquanto, do movimento operário vir a gerir o Estado num futuro próximo. Disso deixou testemunha Ernesto da Silva nos inícios da década de 90: primeiro, nas bases com as quais era previsto o lançamento de um futuro jornal diário – finalmente não concretizado – de nome *A Plebe* (1893), como recordaria anos depois ao apontar uma das muitas contradições de Azedo Gneco na orientação dada ao Partido Socialista Português: «Defenderá todas as reformas democraticas, combaterá sem compromissos contra as instituições monarquicas: e ficará na opposição, em prol do socialismo, logo que o partido republicano seja poder» (Silva 1898a: 1). Identica reflexão aparece em *Proletarios e burguezes* (1893): «O proximo advento da burguezia industrial capitalista, ao seu Estado; succedendo-se á mescla burgueza-burocrata, que durante um largo periodo tem vindo corrompendo o carácter nacional e devorando as riquezas sociaes, impõe-se como uma fatalidade e talvez como uma neccessidade» (Silva 1893: 9), escreveu, sendo que o grande contributo do movimento operário à revolução social devia ser o apoio à vinda da República: «Aos proletarios impende n'este momento o indeclinavel dever de se unirem em potentes organisações e impulsionar a burguezia industrial a que assuma a gerencia da nossa sociedade, pois será da sua propria expansão que brotarão os numerosissimos luctadores do proletariado que se poderão contar pelo numero dos desilludidos e dos explorados» (Silva 1893: 13). A proclamação da República política não era, assim, o objetivo final, mas mais uma das fases a seguir no

caminho à República Social: «O expirar do praso concedido á existencia da fórma burgueza-burocrata está prestes a chegar, e parte da burguezia industrial que se prepara para attingir o poder, concentra-se e procura-se disciplinar, dando coesão ás suas forças, nas quaes conta o melhor da massa proletaria que ainda entrevê na fórma republicana a salvação da patria, ficção com que a moral burgueza tem especulado o vibrar da alma popular» (Silva 1893: 11). O rápido desencanto dos socialistas com a República e o Partido Republicano Português fora antevisto e exprimido mais de vinte anos antes por alguns membros das elites intelectuais socialistas melhor formados, entre eles, Ernesto da Silva.

Jornais

A Comuna (Lisboa, 1896).
A Federação (Lisboa, 1893-1896).
A Obra (Lisboa, 1897-1903).
A Pátria (Lisboa, 1900).
A Vanguarda (Lisboa, 1897).
Justiça. Homenagem a Ernesto da Silva (Lisboa: número único, 1 de maio de 1903).
O Mundo (Lisboa, 1900-1903).
O Operário de Coimbra (Coimbra, 1895).
O Paiz (Lisboa, 1896-1897).
O Revolucionário (Lisboa, 1892-1893).
Pró-Justiça. Homenagem promovida pelos operarios do livro em Portugal (Lisboa, 1899).
Revista Política (Lisboa, 1901).
Século XX (Lisboa, 1901).
Vanguarda (Lisboa, 1901-1902).

Bibliografia

"1º de maio" (1893). *A Batalha. Diario republicano da tarde,* Lisboa: 537, 29 de abril, 1-2.
"Direcção Geral do Commercio e Industria" (1879). *Diário do governo,* 30 de setembro.

"Hontem e Hoje. 1º de Maio" (1896). *Vanguarda*, Lisboa: 1751, 1 de maio, 1.

Alves, Luís Alberto Marques (2004). "O ensino", in Fernando de Sousa e A. H. Oliveira Marques, *Portugal e a Regeneração (1851-1900),* vol. X. Lisboa: Presença.

Babeuf (1899). "Escolas operarias", *A Obra,* Lisboa: 247, 29 de outubro, 1.

Batalha, Ladislau, e Silva, Ernesto da (s.d.). *O que é ser socialista? O dia normal.* Lisboa: Typographia do Instituto Geral das Artes Graphicas.

Brocas, Manuel de Araujo (1938). "Inauguração da Biblioteca de «A Voz do Operário» e a sua breve história", in *A Biblioteca de "A Voz do Operário" 1888-1938, Número comemorativo do 50.º aniversário da sua inauguração*. Lisboa: outubro, 18. Disponível no site https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4672829

Franco, Alberto (2018). *A Voz do Operário. Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário. 135 anos.* Lisboa: Althum.com, 2018.

Garcia, Maria Madalena A, De Moura Machado, e Martins, Lígia de Azevedo (1996). *Inventário do Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional (1796-1950).* Lisboa: Biblioteca Nacional.

Martins Santareno, José (1919). "O Capital, de Ernesto da Silva", *República Social,* Porto: 38, 15 de novembro.

Oliveira Marques, A. H. (Coord.) (1991). *Portugal da Monarquia para a República,* vol. XI. Lisboa: Presença.

Peralta García, Beatriz (2017). "Aproximación a la vida y a la obra de Ernesto da Silva", *Historia Social,* 89, 53-71.

« – » (2020). "Os pioneiros do artigo de opinião em Portugal. As colunas jornalísticas de Ernesto da Silva (1892-1903)", *Revista Portuguesa de História*, t. LI, 202-221.

Pinto, Maria de Fátima Machado Martins (2017). *Bibliotecas populares em Portugal: práticas e representações. Esboçar de uma missão (1870 – 1930).* Lisboa: Universidade de Lisboa, Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Educação, especialidade em História da Educação.

Ribeiro, Maria Manuela Tavares (1999). "Livros e leituras no século XIX", *Revista de História das Ideias,* 20, 187-227.

Ruy (1894). "Folhetim do jornal *A Federação.* Á ceia. (Á redacção da «Voz do Operario»). (Dialogo burguez)", *A Federação,* Lisboa: 40, 7 de outubro.

Secretaria de Estado do Comércio (1928), "Decreto nº 5029. Organização do ensino industrial e comercial. Relatório", *Diário da República,* 263, I série, 5 de dezembro, 2069.

Silva, António Ernesto da (1893), "Manifesto do 1º de maio de 1893", *A Vanguarda,* Lisboa: 673, 30 de abril, 2.

Silva, Ernesto da (1893). *Fontana e Sousa Brandão. Discurso pronunciado na sessão comemorativa do 20º aniversário da Cooperativa Indústria Social.* Lisboa: Typographia do Instituto Geral das Artes Graphicas.

« – » (1893). *Proletarios e burguezes.* Lisboa: Instituto Geral das Artes Graphicas.

« – » (1894). "Á Voz do Operario", *A Federação,* Lisboa: 16, 22 de abril, 3.

« – » (1896). *A idéia federativa. Commemoração do 2º anniversario do jornal A Federação.* Lisboa: Instituto Geral das Artes Graphicas.

« – » (1896). *O Capital. Drama em 4 actos, original. Representado pela primeira vez no teatro do Principe Real, de Lisboa, na noite de 8 de novembro de 1895.* Lisboa: Typ. do Instituto G. das Artes Graphicas

« – » (1898a). "Carta-Artigo", in *A Obra*. Lisboa: 173, 8 de maio, 1.

« – » (1898b). "Elogio Historico de Roberto Owen. (Lido em sessão solemne da cooperativa A Libertadora em 19 de março de 1898)", *A Obra*, Lisboa: 166, 20 de março, 3.

« – » (1898c). "Estatutos da Federação Portugueza dos Trabalhadores do Livro", *A Obra,* Lisboa: 160-162-165.

« – » (1900). "Folhetim de "A Obra". O Despertar. Peça em 1 acto. (Rejeitada pela empreza do theatro D. Maria II)", *A Obra,* Lisboa: 271-282, 15 de abril a 24 de junho de 1900, 2.

« – » (1900-1901). "Folhetim de "A Obra". Nova Aurora. Aproposito em 1 acto e 4 quadros representado no 1.º de maio de 1900. (GENERO SYMBOLICO)", *A Obra,* Lisboa: 292-209, 9 de setembro a 6 de janeiro, 2.

« – » (1902). "Folhetim do "Seculo XX". Vencidos. Drama em 4 actos, representado no Theatro do Gymnasio em 9 de janeiro de 1902, original", *Seculo XX,* Lisboa: 13-14, 12-19 de janeiro.

« – » (1903). *Conferencia. Theatro Livre & Arte Social. (Realizada no Atheneu Commercial aos 14 de dezembro de 1902).* Lisboa: Typographia do Commercio.

« – » (1903). *Em ruínas. Peça em 3 actos.* Lisboa: Bibliotheca D'Educação Nova – Editora, 61, I.º, Calçada de Sant'Anna.

Silva, Joaquim Palminha (1989). *Pequeno dicionário do Movimento Socialista Português.* Lisboa: Fundação José Fontana.

Torgal, Luís Reis, e Vargues, Isabel Nobre (1998). "Produção e reprodução cultural", in José Mattoso (Dir.), *História de Portugal,* vol. V. Lisboa: Estampa, 575-584.

Ventura, António (2000). *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal. As convergências possíveis (1892-1910).* Lisboa: Edições Cosmos.

« – » (2010). "Ernesto da Silva e o Socialismo", in Ernesto Castro Leal (Coord.), *Republicanismo, Socialismo Democracia.* Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 169-182.

(Página deixada propositadamente em branco)

Revista de História das Ideias
Vol. 39. 2ª Série (2021)
245-274

UMA IDEIA DE IMPÉRIO NO FINAL DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL: AS FOTOS DA VIAGEM DE D. LUÍS FILIPE ÀS COLÓNIAS EM 1907

AN IDEA OF EMPIRE IN THE END OF THE CONSTITUTIONAL MONARCHY: THE PHOTOGRAPHS OF THE VOYAGE OF D. LUÍS FILIPE TO THE COLONIES IN 1907

Hugo Silveira Pereira
NOVA School of Science and Technology FCT NOVA
Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia
hjs.pereira@fct.unl.pt
https://orcid.org/0000-0002-7706-2686

Texto recebido em / Text submitted on: 18/07/2020
Texto aprovado em / Text approved on: 07/01/2021

Resumo:

Em 1907, D. Luís Filipe, príncipe herdeiro de Portugal, empreendeu uma visita às colónias portuguesas em África. A viagem foi coberta pela imprensa ilustrada portuguesa, que, juntamente com notícias da jornada, publicou diversas fotografias dos lugares visitados pelo príncipe. Neste artigo, analiso um conjunto de fotografias publicadas nas revistas *O Occidente* e *Illustração Portugueza* e mostro como elas foram usadas para contribuir para uma narrativa visual de *progresso* e *modernidade* do projeto colonial português, ilustradora da *missão civilizadora* do Império. Mostro como as colónias eram apresentadas como lugares europeizados, com várias marcas da presença tecnocientífica metropolitana (que, contudo, não escondiam uma visão romântica sobre o exotismo da paisagem africana), incluindo a inculcação de usos e práticas europeias sobre os nativos. Pretendo

https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_10

contribuir para o debate sobre a importância da fotografia para os projetos coloniais, como instrumento de império.

Palavras-chave:

Representações; colonialismo; História da Tecnologia; imprensa ilustrada; África.

Abstract:

In 1907, Luís Filipe, heir apparent of Portugal, visited the Portuguese colonies in Africa. The voyage was covered by the Portuguese illustrated press that, together with news about the journey, published several photographs of the locations visited by the prince. In this paper, I analyse a set of pictures published in the journals *O Occidente* and *Illustração Portugueza* and I show how they contributed to a visual narrative of *progress* and *modernity* of the Portuguese imperial project that illustrated the *civilising mission* of the Portuguese Empire. I show how the colonies were presented as Europeanised places, with tokens of the technoscientific presence of the mainland (that, however, did not hide a romantic view of the exoticness of the African landscape), including the imposition of European mores over the natives. I aim to add to the debate about the importance of photography to colonial projects, as a tool of Empire.

Keywords:

Representations; colonialism; History of Technology; illustrated press; Africa.

Introdução

Em junho de 1907, em plena ditadura de João Franco, D. Luís Filipe, o príncipe herdeiro da coroa portuguesa, empreendeu uma visita de três meses às colónias portuguesas em África (Aresta 2007). Era a primeira vez que um membro da família real (e também um ministro da Marinha e Ultramar em funções) percorria as colónias (Pedras 2016: 33). Apesar das restrições impostas pelo regime franquista à imprensa, a viagem foi amplamente coberta por diversos jornais (Pedras 2016), incluindo revistas ilustradas (sobretudo a *O Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, adiante *Occid.*, e a *Illustração Portugueza*, adiante *IP*), que publicaram várias fotografias retratando o périplo do príncipe e diversos aspetos dos domínios ultramarinos portugueses

e da sua modernização tecnocientífica. Neste artigo, analiso estas imagens que retratam atividades ou artefactos de ciência e tecnologia em contexto colonial. Pretendo contribuir para o debate sobre a importância da ciência e tecnologia no colonialismo europeu e do papel da fotografia (em conjunção com a imprensa) como instrumento de produção de representações sobre as colónias e o colonialismo (Martins 2014; Vicente 2014).

A viagem realizou-se num período de conturbação política em Portugal e de críticas externas a práticas laborais em S. Tomé. Assim, a jornada de D. Luís Filipe revestiu-se de uma dupla importância política: internamente, podia favorecer o governo de João Franco e a própria monarquia; externamente, podia concorrer para legitimar a agenda imperial portuguesa (Pedras 2016: 34).

Além dos relatos nos jornais, o périplo encontra-se descrito nas memórias do marquês de Lavradio (Almeida 2004: 62-83) e numa narrativa de Aires de Ornelas (1928), o então ministro da Marinha e Ultramar que organizou a visita e acompanhou o príncipe. A viagem foi examinada minuciosamente por Aresta (2007), que realçou o papel de Aires de Ornelas na sua organização. Mais recentemente, Pedras (2016) mostrou as reações da imprensa não-ilustrada à missão de D. Luís Filipe e as representações que se faziam sobre as colónias, concluindo que cada fação partidária procurou usar a viagem para obter dividendos políticos. Por fim, Martins (2014: 91-4), na sua análise ao papel da imprensa ilustrada na criação de um imaginário visual das colónias, faz uma breve menção às fotografias publicadas pela *Occid.*, como mais um exemplo que ilustra a sua conclusão de que os jornais ilustrados se tornaram um importante instrumento de divulgação, promoção e produção de uma ideia de Império (Martins 2014: 12, 19, 24).

Neste artigo, complemento os estudos anteriores com uma análise de 131 imagens reproduzidas na *Occid.* e na *IP*. Explico como a fotografia contribuiu para construir/solidificar um ideário colonial e uma ideia de nação imperial, ilustrar a *missão civilizadora* de Portugal em África e, indiretamente, favorecer a imagem do governo e da própria monarquia. O artigo divide-se em três partes: começo por explicitar o contexto político e colonial coevo; em seguida, descrevo os conceitos e metodologia escolhidos, antes de examinar as imagens propriamente ditas; a última secção fecha o artigo com algumas conclusões.

Contexto: contestação política e diplomática

Quando D. Luís Filipe zarpou de Lisboa, a 1.7.1907, João Franco, líder do Partido Regenerador-Liberal (uma cisão do Partido Regenerador), governava o país em ditadura. Presidente do conselho desde 19.5.1906, João Franco prometera um governo *à inglesa* (sem os costumeiros erros e vícios das administrações anteriores). Contudo, a contestação à sua gestão, no parlamento, na imprensa e na rua, não se fez tardar e João Franco passou a governar *à turca*, com medidas repressivas sobre os seus opositores. A 11.4.1907, aprovou uma lei que restringia a liberdade de imprensa e encerrou o parlamento. Um mês depois, obteve do rei o decreto de dissolução da câmara dos deputados e, não marcando uma data para as eleições da nova câmara, passou a governar em ditadura, ou seja, sem parlamento e através de decretos emanados pelo governo (Marques 1991: 689-92).

O rei e a família real (e consequentemente a própria monarquia) não escapavam às críticas pelo seu apoio ao governo. Adicionalmente, João Franco, no início da sua governação, tornara pública a questão dos adiantamentos financeiros feitos pelo Tesouro à família real, sem equivalente retorno, o que catalisou o criticismo republicano ao regime (Marques 1991: 690-1).

Pela mesma altura, recaíam sobre Portugal acusações de permitir a prática de escravatura nas plantações agrícolas de S. Tomé. As suspeições (materializadas num relatório britânico divulgado em 1907) denunciavam a natureza violenta do recrutamento de angolanos e moçambicanos para trabalhar nas plantações santomenses de cacau, reduzindo-os a objetos de transações comerciais, e os castigos corporais infligidos (Jerónimo 2015: 48). As autoridades e a imprensa nacionais desmentiram as acusações, reduzindo-as a uma conspiração para mover concorrência desleal ao cacau de S. Tomé, cuja receita anual rondava os 5,000 contos[1] (*IP* 74: 113; Mateus 2018: 213-6).

A viagem de D. Luís Filipe, ainda que não tenha sido organizada com este preciso objetivo, poderia contribuir para demonstrar o caráter infundado das acusações, ao proporcionar o testemunho do príncipe.

(1) O equivalente atual a cerca de 120 milhões de euros. Para este cálculo, usei os valores do câmbio de réis para libras fornecidos por Valério (2002: 737) e a ferramenta online de Officer e Williamson (2018) de conversão de libras para dólares atuais (2017).

A visita às restantes colónias serviria de igual modo para publicitar a sua modernização sob gestão nacional e provar a vocação imperial de Portugal (Aresta 2007: 233). Simultaneamente, exibiria internamente a preocupação da monarquia com os domínios ultramarinos (que a propaganda republicana vinha tentando monopolizar), no sentido de restabelecer o prestígio nacional abalado desde o Ultimato.

A fotografia serviu de poderoso aliado a estes objetivos, ao proporcionar uma materialidade visual à viagem e servindo de janela para as colónias para aqueles que ficaram pela metrópole e não acompanharam o príncipe e sua comitiva. Considerando o contexto conturbado da época (sobretudo as acusações sobre as práticas laborais em S. Tomé e as críticas republicanas à falta de zelo colonial da monarquia) e o caráter *objetivo* atribuído à fotografia (ver mais abaixo), esta poderia funcionar intencionalmente como prova indiscutível do interesse da monarquia em desenvolver economicamente as colónias e os seus habitantes.

Fontes e metodologia

A amostra inclui 131 imagens publicadas em 1907, 91 na *IP* e 40 na *Occid.*, nos números 72 (de 7.7) a 87 (de 21.10) e 1026 (de 30.6) a 1037 (de 20.10), respetivamente. O critério de seleção foi a inclusão de aspetos ligados a ciência, tecnologia, medicina e engenharia no contexto colonial, tendo em vista o objetivo de analisar o colonialismo português desde uma perspetiva da História da Ciência e da Tecnologia. Este critério excluiu um conjunto relevante de imagens, que, porém, retratam aspetos eminentemente sociais (receções do príncipe, multidões que assistiram aos eventos, personagens específicos, fotos de grupo), os quais não são tão interessantes para os meus objetivos. Como refere Martins (2014: 91-4), algumas imagens eram de anos anteriores, mas, uma vez que foram publicadas simultaneamente com fotografias atuais, insinuando assim a sua própria atualidade, decidi incluí-las na amostra.

As imagens selecionadas reproduzem originais de diversos fotógrafos baseados nas colónias (tabela 1) através do *halftone*, uma técnica que permitiu a reprodução de fotografias nos jornais a baixo custo (Sousa 2017: 25-6, 41, 91). Tanto a *IP* como a *Occid.* recorreram profusamente ao *halftone*, tornando-se a abundância pictórica uma das suas imagens de marca (Costa, Serén 2004: 45, 72, 79-81, 88-9; Santos 2009: 16-8).

Reportagens fotográficas (realçando aspetos sociais, políticos ou tecnocientíficos) eram comuns em ambas as publicações. No caso em análise neste artigo, a principal diferença era a presença, como figura central, de um membro da família real no contexto colonial, que se aliava ao sublime tecnocientífico para passar uma mensagem de modernidade e interesse pelas colónias africanas.

Fotógrafo	**Localização**	**Número de fotos**		
		Occid.	***IP***	**Total**
J. M. Lazarus(2) e Henrique de Carvalho(3)	África do Sul	-	3	3
F. Osório	Angola	6	-	6
Fotografia Lisbonense		5	9	14
João L. Carreira		6	-	6
Torres & Irmão		1	-	1
Henrique de Carvalho	Moçambique	-	23	23
J. & M. Lazarus		7	6	13
M. Lopes	S. Tomé	8	-	8
Sem autor	-	7	50	57
Total		40	91	131

Tabela 1 – Autores das fotos analisadas.

Ambas alegavam também seguir uma estratégia editorial apartidária, que colocava o nacionalismo, os desenvolvimentos tecnocientíficos nacionais e a divulgação do império colonial acima das lutas políticas (*Occid.* 1026: 138; Costa, Serén 2004: 82; Santos 2009: 40). As crónicas da viagem de D. Luís Filipe, que em grande medida se baseiam nas informações fornecidas por Aires de Ornelas (Pedras 2016: 37), parecem confirmar esta alegada neutralidade colaborante com a agenda imperial, que privilegiava as notícias do desenvolvimento colonial e omitia

(2) Joseph e Moses Lazarus eram dois fotógrafos britânicos baseados em Moçambique entre 1899 e 1908, que deixaram uma considerável coleção de chapas (Santana 2014: 211).

(3) Talvez Henrique Augusto Dias de Carvalho, explorador português que se destacou no reconhecimento da região da Lunda (Angola), tendo editado um álbum fotográfico da zona (Carvalho, Aguiar 1887).

desavenças entre republicanos e monárquicos (como a verificada entre os membros da Associação Comercial de Luanda) ou receções menos entusiásticas (como a chegada à Beira ou a fria hospitalidade diplomática com que o alto-comissário sul-africano Selbourne recebeu o príncipe luso), denunciadas por outras testemunhas (Almeida 2004: 67-8, 73, 76-7; Ornelas 1928: 34, 45-8). As duas publicações elogiaram a viagem, considerada uma missão de paz, que levaria o prestígio da monarquia às colónias, honraria os colonos e mostraria a vocação imperial de Portugal; e o príncipe herdeiro, por querer conhecer o império e as suas necessidades para preparar uma governação que o beneficiasse (*Occid.* 1026: 139; 1027: 149).

As duas revistas tinham uma periodicidade regular (a *Occid.* três vezes por mês, a *IP* uma vez por semana) e um alcance nacional (com agentes espalhados por todo o país), embora as suas tiragens não fossem muito volumosas – cerca de 25,000 exemplares/semana no caso da *IP* (Costa, Serén 2004: 46). O preço de venda não era baixo (3,800 réis/ano ou 120 réis/número avulso no caso da *Occid.*; 4,800 réis/ano no caso da *IP*)[(4)], mas era acessível a muitos. Pela mesma altura, um trabalhador agrícola vencia entre 228 e 500 réis/dia e um trabalhador industrial entre 380 e 600 réis diários (Martins 1997: 529-33). De qualquer modo, à época, era comum uma pessoa comprar um exemplar e partilhar os seus conteúdos com outros (Tengarrinha 2013: 865-6). Esta prática contornava parcialmente a iliteracia da população portuguesa. No caso das revistas ilustradas, a própria fotografia assumia esta função, já que apreciar uma imagem estava ao alcance de quase todos, não requeria um conjunto de perícias prévias e podia ser feito de imediato (cf. Beegan 2008: 14).

Em inícios do século XX, a fotografia apresentava uma alegada neutralidade e objetividade, que aparentemente proporcionava aos seus observadores uma visão isenta e verdadeira da realidade (ao contrário das pinturas, desenhos e descrições textuais que continham os preconceitos e subjetividade dos seus autores), uma vez que era um resultado dos preceitos positivos da ciência e da tecnologia. Contudo, bem pelo contrário, a fotografia é uma prática social e culturalmente determinada, que concorre para a construção de identidades nacionais, diferenças culturais ou ordens imperiais (Schwartz, Ryan 2003: 4-5). Adicionalmente, no caso das fotografias na imprensa, era comum cortar,

(4) Valores de 1907. Atualmente equivaleriam, respetivamente, a 95€ e 120€/ano.

retocar ou adicionar elementos aos originais (cf. Beegan 2008: 15, 177-8). Apesar disto, ao apresentar realidades subjetivas debaixo de uma capa de objetividade, a fotografia tornou-se um poderoso meio de influenciar a opinião pública e produzir ideologia (cf. Kelsey 2016: 85 e 90). Na fotografia colonial, que no caso português era praticada desde a década de 1860 (Dias 1991: 67), a sua alegada objetividade fazia das fotografias provas científicas ao serviço da antropologia, etnografia e geografia (Rocha, Matos 2019: 167-72; Sena 1998: 45), acrescendo ainda o detalhe de constituir para muitos habitantes da metrópole o único contacto que mantiveram com as colónias (Vicente 2014: 18). Neste sentido, e em termos gerais, o uso da fotografia no contexto colonial português (de que a amostra ora analisada é um exemplo) não diferia muito daquele dado noutros contextos coloniais (cf. Ryan 1997; Sandler 2013).

Deste modo, as fotografias não podem ser encaradas como uma «transparent window on the world», mas sim como objetos que apresentam uma «deceptive appearance of naturalness and transparence concealing an opaque, distorting, arbitraty mechanism of representation» (Mitchell 1986: 2). Consequentemente, podem ser alvo de uma vasta miríade de interpretações (Schwartz, Ryan 2003: 7). Para solucionar estes problemas e restringir o leque possível de leituras a uma explicação inteligível e fundamentada é necessário seguir um conjunto de regras.

Conhecer o contexto histórico em que um documento é produzido é uma regra básica da hermenêutica histórica, que deve ser também aplicada à fotografia. No caso em análise, já vimos como o contexto coevo era de contestação à monarquia, ao governo e à ação colonial portuguesa.

Igualmente, importa conhecer a audiência provável das imagens. Embora uma imagem destinada a um grupo restrito já permita analisar a produção de ideários, a mensagem passada através da fotografia pode mudar se for destinada a um coletivo mais amplo. Além disso, conhecer o público-alvo permite analisar qual a difusão e impacto das representações criadas (cf. Tarde 1969: 297, 318). Neste caso, é lícito afirmar que, sem embargo de um possível uso particular das fotografias da viagem, os seus principais interlocutores eram os consumidores portugueses metropolitanos da imprensa ilustrada. Assim, é aceitável que os fotógrafos procurassem realçar alguns aspetos em particular, aos quais desejavam que os observadores prestassem maior atenção. Acresce ainda que Aires de Ornelas procurou com a viagem fornecer ao príncipe real

uma imagem homogénea e *portuguesa* das colónias africanas (Aresta 2007: 235), sendo possível que tenha também instruído os fotógrafos a fazer o mesmo. Neste sentido, importa incorporar na interpretação elementos da cultura escrita, que fazem parte da cultura visual da fotografia e dela não podem ser dissociados. Adicionalmente, o cotejo das imagens com documentos escritos coevos contribui para identificar a(s) mensagem(ns) predominante(s) (Beegan 2008: 14; Daniels, Cosgrove 1988: 1; Vicente 2014: 12). Assim, compararei as fotografias selecionadas com narrativas coevas da viagem (Almeida 2004; Ornelas 1928), com excertos de jornais (encontrados em Pedras 2016) e com os textos das próprias revistas ilustradas. No caso destas últimas, é importante notar que a prolixidade literária de cada uma delas é inversamente proporcional ao número de fotografias impressas, ou seja a *Occid.* apresenta notícias e opiniões bem mais detalhadas que a *IP*.

Por fim, tendo em conta que o poder da imprensa ilustrada residia na repetição visual de imagens similares (Beegan 2008: 15, 23), dividirei a amostra em temas específicos com características semelhantes (Benetti 2007: 112-3): europeização do território, demonstrações de progresso tecnocientífico, exploração de recursos naturais, elementos nativos e paisagem.

A viagem de D. Luís Filipe pela perspetiva da câmara fotográfica

Segundo as crónicas da época, D. Luís Filipe sempre mostrara interesse em conhecer as colónias portuguesas (Almeida 2004: 62-3; Pedras 2016: 33-4). Perante este interesse, Aires de Ornelas propôs e tratou da organização da viagem para mostrar ao futuro rei os domínios ultramarinos desde uma perspetiva homogeneizadora dos territórios e legitimadora da presença nacional (Ornelas 1928: 6). Para melhor orientar o príncipe herdeiro, Ornelas incluiu-se na comitiva, ministrando-lhe vários ensinamentos sobre a história e problemática das colónias (Almeida 2004: 55-6; Ornelas 1928: 24-5). Aires de Ornelas era um militar do Exército, que se destacara nas operações militares contra os vátuas no sul de Moçambique e como governador de Lourenço Marques. Era um especialista em matérias coloniais, crítico do sistema de administração colonial vigente, que advogava frequentemente em favor da agenda ultramarina no parlamento e

na imprensa (Aresta 2007: 234; Mónica 2006: vol. 3). Ao acompanhar D. Luís Filipe, esperava mostrar-lhe as transformações introduzidas por colonialistas nacionais e incutir-lhe a necessidade de aprimorar a governação dos domínios coloniais, cimentar a presença portuguesa e promover um maior aproveitamento económico dos territórios. A imprensa partilhava estes objetivos, sobretudo o último: tanto a *Occid.* como a *IP*, enquanto listavam os melhoramentos introduzidos nas colónias portuguesas, citavam os investimentos feitos nas colónias francesas e sobretudo inglesas, solicitando um maior investimento nas colónias portuguesas (*IP* 77: 217; 82: 367-9; 84: 433; 87: 531-2; *Occid.*1026: 139; 1027: 149-50; 1032: 187).

A comitiva partiu de Lisboa pelas 13 horas do dia 1.7.1907 a bordo do vapor *África*, da Empresa Nacional de Navegação (*Occid.*1026: 146; Aresta 2007: 237). Nos três meses seguintes, deambulou pelas colónias de S. Tomé (roças Boa Entrada, Rio de Ouro e Água Izé), Angola, Moçambique e Cabo Verde, tendo ainda visitado Umtali (atual Mutare) na Rodésia (Zimbabwe) e atravessado as colónias britânicas do Transval, Natal, Orange e Cabo (ver tabela 2 e figura 1).

Data		Rota	Data		Rota
Julho	1	Lisboa	Agosto	24	Durban
	12	S. Tomé		26	Bloemfontein
	17	Luanda		28	Kimberley
	29	Lourenço Marques		30	Cabo
Agosto	4	Beira	Setembro	4	Moçâmedes
	7	Moçambique		5	Dombe Grande
	8	Quelimane		6	Benguela
	12	Beira		7	Lobito e Catumbela
	13	Macequece, Umtali (Rodésia) e Beira		8	Luanda
	15	Beira		9	Lucala
	17	Lourenço Marques		10	Cunga
	21	Pretória		11	S. Tomé
	22	Joanesburgo e Pietermaritzburgo		21	Cabo Verde

Tabela 2 – Roteiro de viagem de D. Luís Filipe (Ornelas 1928: 9).

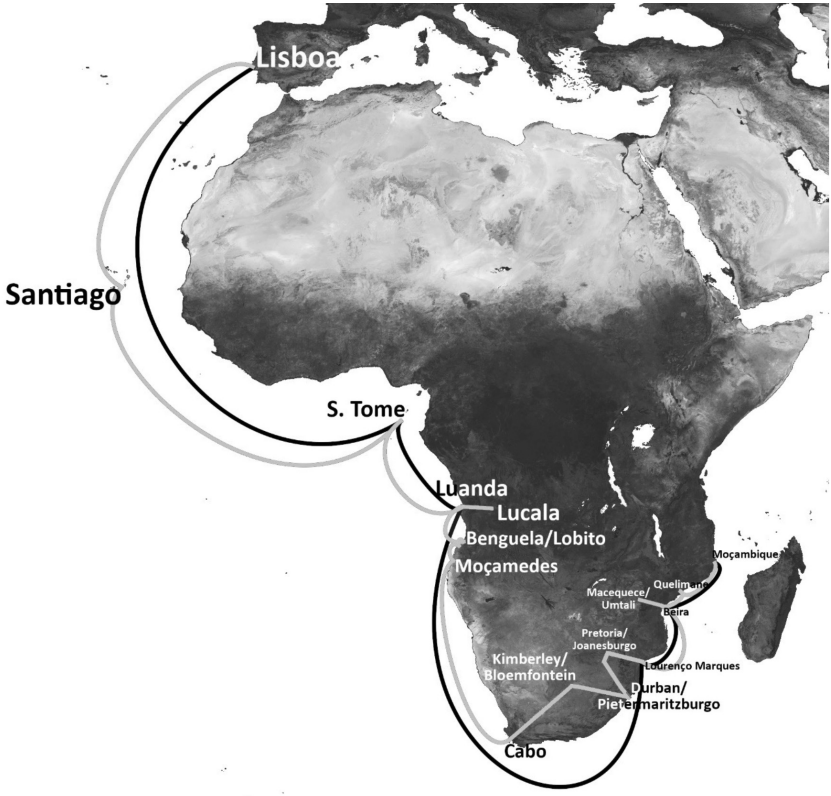

Figura 1 – Roteiro de viagem de D. Luís Filipe. A linha a preto indica a viagem de ida até à ilha de Moçambique; a linha cinzenta indica o trajeto de regresso em direção a Portugal (elaboração própria a partir da tabela 1).

Como referi, a comitiva foi acompanhada por vários fotógrafos que registaram diversos momentos da viagem e vários dos elementos humanos e não-humanos com os quais o príncipe herdeiro interagiu. Ao focarem as suas objetivas em aspetos específicos da vida colonial, tanto fotógrafos como editores das revistas criavam para os seus observadores e leitores uma paisagem nova e alegadamente autêntica, ainda que parcial e subjetiva, das colónias. Os textos que as acompanhavam reforçavam a criação dessa novel paisagem.

Uma África entre a europeização e o exotismo

A principal faceta das fotografias e da paisagem colonial criada é a de uma África europeizada, em virtude da agência tecnocientífica ali implementada, com amplas ruas, obras e edifícios públicos de traça europeia, tanto de cariz civil como religioso. Adicionalmente, a reprodução de imagens das cidades e vilas coloniais (bem como de explorações agrícolas), de edifícios comerciais ou de lazer e de superfícies ajardinadas ilustravam aspetos de um quotidiano similar ao vivido na metrópole.

As fotografias de algumas tipologias específicas de construções transmitiam mensagens específicas que complementavam a caracterização de um dia-a-dia colonial semelhante ao metropolitano: imagens das igrejas onde se celebraram diversos eventos comemorando a presença do príncipe atestavam a expansão da fé cristã; edifícios de serviços comerciais ou de administração pública (bancos, casas do governador, correios, telégrafos) serviam de símbolos de soberania, asseveravam a expansão do poder do estado central e confirmavam a integração daqueles territórios na unidade nacional (figura 2); esquadras de polícia ou instalações militares garantiam que a terra era segura e protegida do «hottentote selvagem e arisco» (*IP* 75: 127) – ainda que se publicitasse a europeização da experiência colonial, não se escondia a existência de povos nativos que combatiam os avanços portugueses e eram descritos como bandos selvagens e *incivilizados*(5).

(5) As próprias celebrações e detalhes festivos das homenagens ao príncipe replicavam o que se fazia em Portugal Continental, fortalecendo a imagem europeizada das colónias africanas, desta feita nos seus momentos festivos: as receções à figura real, os jantares de gala, as inaugurações de instituições locais ou lançamentos de primeiras pedras, os Te Deum nas igrejas ou os arcos triunfais construídos nas entradas das ruas (Almeida 2004: 70; Aresta 2007: 240), similares a iguais práticas festivas da metrópole.

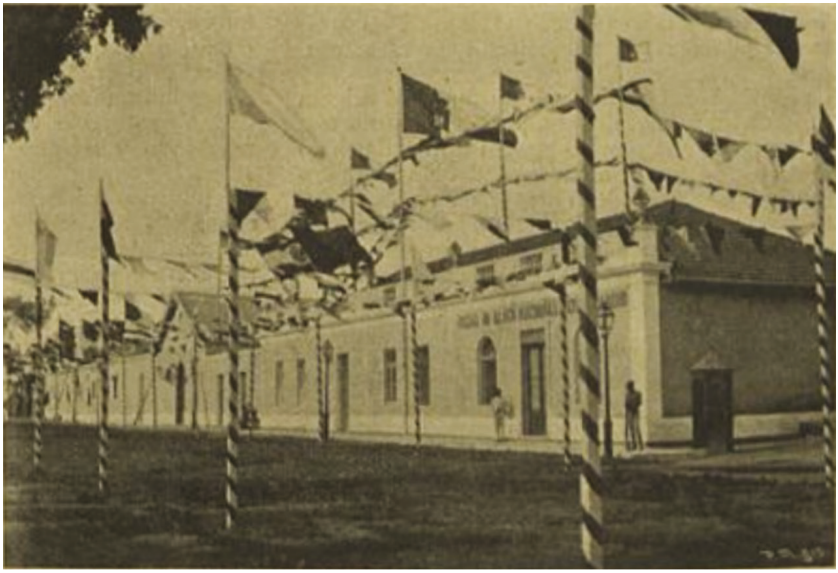

Figura 2 – Filial do Banco Nacional Ultramarino em Benguela, decorada para receber D. Luís Filipe (*Occid*. 1037: 229).

A este respeito, Lourenço Marques era considerado o exemplo mais perfeito da europeização do território, da aptidão colonial portuguesa e do projeto imperial (*IP* 82: 369). A *Occid.* (1031: 179) garantia que «a vida é ali tão commoda como em qualquer cidade civilisada da Europa». O próprio príncipe considerava Lourenço Marques «mais civilizado do que Lisboa» (Ornelas 1928: 44). As diversas fotografias (figura 3) combinavam com estes e outros textos para falar de «uma cidade colonial moderna, onde o progresso tem caminhado rapidamente» (Almeida 2004: 70; *Occid.* 1031: 178-9; *IP* 77: 220; 82: 366-7). Recorrendo a outro instrumento tido como completamente objetivo e positivo – a estatística – argumentava-se que Lourenço Marques era a cidade do império que mais se desenvolvera nas décadas anteriores, liderando Moçambique na «estrada do progresso», ainda que muitos lamentassem que esse desenvolvimento se tivesse alavancado em capital e empreendedorismo estrangeiro (*Occid.* 1031: 179; 1033: 195; 1034: 203; *IP* 80: 294). Outras cidades mereciam algum destaque (e igual lamento sobre a predominância do elemento estrangeiro): Quelimane, com as suas

amplas e arborizadas ruas, ladeadas de edificações isoladas umas das outras; a Beira, resultado dos esforços da Companhia de Moçambique; Luanda, onde se notavam alguns melhoramentos (hospitais, edifícios públicos, carreiras a vapor, ferrovias) desde meados da década de 1870; Moçâmedes com um alinhamento de ruas semelhante ao das *cidades modernas* e com vários edifícios administrativos, militares e ferroviários que haviam fomentado a agricultura e o comércio; ou Benguela que se vinha também dotando de edifícios modernos (*Occid.* 1027: 149-50; 1033: 195 e 198; 1035: 210-1; *IP* 75: 127).

Figura 3 – Aspeto da rua D. Luís em Lourenço Marques, vendo-se vários edifícios e veículos, incluindo um *tramway* (*IP* 77: 218).

Um outro aspeto importante da europeização ilustrada pela fotografia respeita ao conjunto de imagens de portos ou outras infraestruturas portuárias e navios modernos, que exemplificava a ligação rápida entre a metrópole e os territórios ultramarinos e a facilidade de mobilidade para os colonos (e candidatos a colonos). Em relação a este ponto, convém relembrar que os vapores eram também ferramentas de império (Hendrick 1981: 176-7). A *Occid.* realçava a «velocidade dos modernos vapores, que permite fazer a travessia do Atlantico até ao Equador em 12 dias» (em comparação com os 55 dias de demora de meio século antes), como as suas «possantes máquinas e dois hélices» conseguiam deslocar 5,800 t de peso, 4,000 t de carga e 300 passageiros por cima das águas atlânticas e pelo meio de tempestades tropicais e como permitiam o envio de

mensagens para a Europa (D. Luís Filipe enviou duas mensagens ao rei à passagem por Tenerife e Cabo Verde) através de uma combinação entre telegrafia ótica e elétrica (*Occid.* 1026: 146; 1032: 186-7). A este respeito, é reveladora a presença de vários vapores quando da chegada do príncipe aos portos africanos (*Occid.* 1032: 191; Almeida 2004: 67-68; Ornelas 1928: 32 e 37), bem como as críticas dos jornais portugueses ao facto de D. Luís Filipe ter viajado num vapor privado e não da marinha portuguesa (Pedras 2016: 37).

Figura 4 – O *África* à chegada a Lourenço Marques (*IP* 77: 217).

Esta europeização não apagava, porém, a paisagem natural das colónias. Diversas imagens retratando cascatas (Blu-Blu, em S. Tomé), amplas baías ou densas e altas florestas eram orientadas pelos textos associados para fortalecer uma imagem romântica de África como continente exótico, atrativo e com elevado potencial agrícola, mineral e comercial (*IP* 79: 258; Ornelas 1928: 29). Com o suporte fotográfico a *IP* (74: 113; 75: 127) descrevia Angola como «a nossa maior colonia, a mais rica de todas apesar das suas crises, um novo Brazil futuro», enquanto S. Tomé era uma verdadeira «cornucópia de ouro».

Figura 5 – A cascata Blu-blu em S. Tomé (*IP* 74: 113).

Desta conjugação entre a prova visual e o comentário escrito e entre a europeização tecnocientífica e o exotismo de África eram transmitidas duas mensagens específicas. Em primeiro lugar, o reforço da mensagem de que África não era terra de degredo e morte (já transmitida desde a década de 1880, por Capelo e Ivens, por exemplo) e que, pelo contrário, era possível aos europeus lá viver e prosperar – a imprensa ilustrada fazia aqui uma propaganda às colónias, procurando motivar a emigração portuguesa para aqueles territórios (cf. Martins 2014: 143). Em segundo lugar, a mensagem de que Portugal fazia o seu papel como nação imperial, ocupava efetivamente os territórios que conquistara séculos antes e, portanto, tinha direito sobre eles – considerando que o público-alvo destas fotos era sobretudo o português da metrópole, esta última mensagem não se destinava tanto a demonstrar externamente a soberania nacional, como a fortalecer um sentimento nacionalista que promovesse a exploração colonial.

O sublime da tecnologia e a estrada do *progresso*

A europeização da paisagem africana era em grande medida promovida pelo investimento em estruturas tecnocientíficas, que, não surpreendentemente, foram abundantemente retratadas nos jornais durante a visita de D. Luís Filipe. Numa altura em que artefactos e sistemas tecnocientíficos e grandes obras de engenharia significavam *progresso* e serviam de bitola para hierarquizar civilizacionalmente as diversas nações (Adas 1989: 134), estas fotografias jogavam com o sentimento de sublime tecnológico, de prazer por ver uma máquina em funcionamento como símbolo máximo do engenho humano, usualmente associado aos artefactos e estruturas científicas e tecnológicas (cf. Kasson 1976: 162-180). Simultaneamente, concorriam para a demonstração de que Portugal era um país que caminhava na estrada do *progresso* e que contribuía para a *civilização*, *domesticação* (para usar a expressão de Diogo 2009) e exploração dos recursos naturais do continente africano.

As fotos dos navios a vapor que faziam a travessia atlântica até às colónias eram acompanhadas de descrições textuais que enalteciam a sua velocidade, potência e resistência às tormentas marítimas e consequentemente materializavam o sublime tecnológico. Outras imagens realçavam o tamanho das embarcações ao colocar outros barcos mais pequenos (ou mesmo figuras humanas) no campo de visão ou sugeriam o seu efeito colonizador potenciador do comércio e da atividade económica, ao retratá-los junto de turbas que deles saíam ou por eles aguardavam (figura 4). Associados aos navios a vapor, posavam os portos, portas giratórias entre a metrópole e as colónias, cujas descrições na imprensa exaltavam os longos cais (capazes de receber vários navios ao mesmo tempo), munido de guindastes elétricos, faróis e outra parafernália técnica, iluminados a luz elétrica e diretamente ligados por linhas-férrea aos territórios vizinhos (*Occid.* 1031: 179).

O caminho de ferro, como principal veículo do sublime técnico e símbolo de uma época (Kasson 1976: 162-168; Hobsbawm 2006: 57) não podia deixar de estar presente nas páginas da imprensa ilustrada, ainda que em número reduzido. A ferrovia vinha-se tornando uma tecnologia comum (em 1907, as redes metropolitana e colonial estendiam-se por 2,710 km e 1,060 km, respetivamente – Portugal 1912; Portugal 1913), embora ainda se assumisse como um dos símbolos mais óbvios e imediatos do progresso. As fotos publicadas quando da passagem de D. Luís Filipe pelas colónias africanas mostram o caminho de ferro em diferentes perspetivas. Imagens de estações ferroviárias e locomotivas ou

comboios contribuíam para a evidência da já mencionada europeização (e *domesticação/civilização*) de África, para a demonstração de que Portugal explorava devidamente os recursos coloniais (figura 6) e ainda como demonstrações de poder político/estatal e económico (cf. Marx 1964: 191) sobre o território, sobre a paisagem e sobre as populações locais.

Figura 6 – Nativos enchendo os vagões de um comboio com cacau (*IP* 74: 116).

Igualmente, simbolizavam a certeza de retorno económico, financeiro (e até político) no futuro, profetizado pelas palavras do engenheiro Joaquim José Machado, fiscal do governo junto da construção da linha de Benguela (até à fronteira com o Congo Belga), que garantia ao herdeiro da coroa que com esta via-férrea o porto de Benguela se tornaria num dos principais da África subsariana, da mesma forma que a linha de Ambaca operaria igual efeito sobre Luanda (*Occid.* 1033: 195 e 198; 1035: 210-211; *IP* 75: 128-129; Ornelas 1928: 92). Uma outra fotografia tirada antes da partida de D. Luís Filipe para a África do Sul (figura 7) mostra uma locomotiva engalanada com as bandeiras dos dois países, evidenciando a ligação que existia entre Moçambique e a antiga república boer do Transval (ligados por via-férrea desde 1895), bem como uma forma de insinuar a reconciliação entre Portugal e Inglaterra desavindos deste o Ultimato (*Occid.* 1034: 207). No entanto, a continuidade dessa conexão estava longe de ser um facto consumado, em virtude da pressão que os portos sul-africanos faziam para que o tráfego das províncias interiores da África do Sul se fizesse através das suas infraestruturas e não via porto de Lourenço Marques (Bouene, Santos 2006)[6].

(6) D. Luís Filipe usou frequentemente o comboio para visitar alguns empreendimentos coloniais. Os relatos da época amiúde mencionavam estas viagens, embora não as ilustrassem com fotografias (*Occid.* 1032: 191; Almeida 2004: 67-68, 73, 75 e 81-82; Ornelas 1928: 71-4, 91-3).

Figura 7 – Momento da partida de D. Luís Filipe para o Transval (*IP* 84: 431).

O *progresso* também se manifestava em melhoramentos sanitários e médicos (Porter 1999), que não tinham o mesmo impacto visual que grandes sistemas tecnológicos, mas que eram imprescindíveis para o avanço do europeu sobre África e para os projetos imperiais (na sua seminal obra, Headrick (1981: 59-60, 70) considera o quinino, que aumentava a resistência imunitária dos europeus às doenças tropicais, uma ferramenta de império). Deste modo, a imprensa ilustrada deu também destaque a instituições de saúde como o hospital Maria Pia em Luanda, «bello edifício moderno e installado em excellentes condições higiénicas» (*IP* 75: 127; ver também *Occid.* 1032: 191) ou as enfermarias das roças de S. Tomé, que os jornais garantiam obedecerem «a todos os preceitos da moderna hygiene hospitalar», incluindo edifícios específicos para doenças contagiosas e farmácia (*IP* 74: 116). Ao mesmo tempo, omitiu referências a hospitais menos modelares, como um em S. Tomé que Aires de Ornelas (1928: 28), numa carta privada à sua esposa, considerava «uma vergonha nacional a todos os respeitos». De qualquer modo, tal como outros melhoramentos tecnocientíficos, hospitais e enfermarias tentavam demonstrar a capacidade portuguesa em desenvolver as suas colónias e a existência de boas condições para receber novos colonos. No caso das enfermarias santomenses, as imagens procuravam ainda provar o bom tratamento dado aos

nativos e consequentemente desmentir as acusações que recaíam sobre a política colonial portuguesa no arquipélago[7].

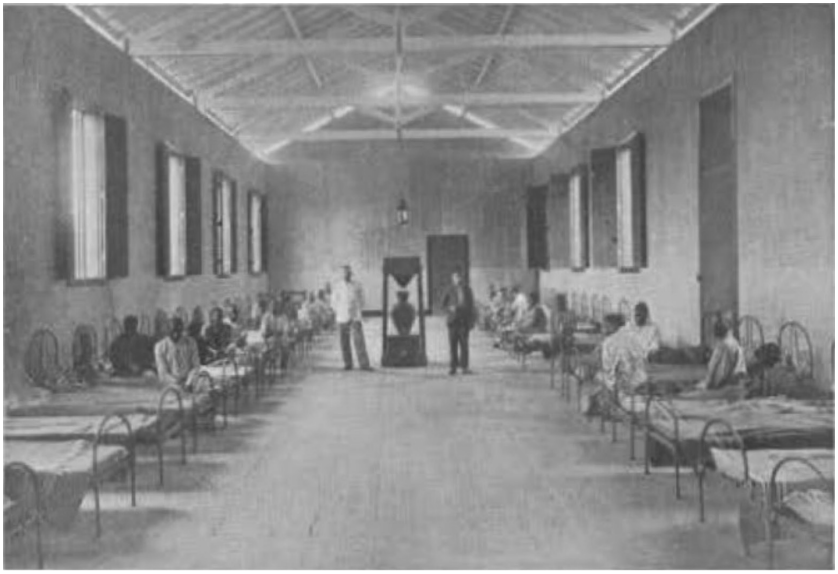

Figura 8 – Interior de uma enfermaria para trabalhadores na roça Rio de Ouro em S. Tomé (*IP* 74: 119).

Representações sobre o negro

As fotografias, associadas a diversos trechos das narrativas de viagem, permitem também analisar as representações coevas sobre os nativos africanos, as quais não podem ser dissociadas da retórica tecnocientífica que caracterizou esta época. Tal como acontecia noutras nações coloniais, os africanos eram vistos como carentes de *civilização*, necessitando da orientação

(7) Além destas *manifestações de progresso*, D. Luís Filipe inaugurou diversas obras (palácio do governo de Lourenço Marques, ponte ferroviária sobre o rio Umbeluzi, caminho de ferros nas roças santomenses, tribunais, enfermarias) e instituições (escolas e seminários) e visitou institutos científicos (observatórios e museus) e exposições de produtos coloniais momentos que, contudo, não ficaram registados em película (*Occid.* 1032: 191; 1033: 203; Ornelas 1928: 28, 56, 59-61, 66-9, 77, 90).

civilizadora da Europa, em virtude da sua superioridade tecnocientífica, entre outros fatores (cf. Costantini 2008; Hall 2002; Jerónimo 2015).

Fotos e notícias da jornada de D. Luís Filipe revelam e reforçam estas representações, que viam o negro africano não tanto como o nobre selvagem, mas como o homem primitivo (para usar a expressão de White 1978: 183-196), esta última uma condição insinuada como indesejável e que deveria ser corrigida – ou *civilizada* para referir o termo da época, usado tanto no Império português como noutras realidades imperiais e que justificava uma divisão racial entre europeus e nativos (Constantini 2008; Hall, 2002).

Esta representação é visível numa fotografia (figura 9) de uma placa comemorativa das obras do caminho de ferro de Benguela que a companhia concessionária ofereceu ao príncipe herdeiro (*Occid.* 1035: 211). A placa que mostra ao fundo a ponte homónima do príncipe apresenta na frente dois personagens: uma figura branca (provavelmente um engenheiro), que segurando o que parece ser um mapa, aponta a ponte, como obra civilizadora, a uma figura negra, que em tronco nu e ajoelhada diante de si, olha para aquela obra de engenharia. Ladeando-os, diversas palmeiras evocam o exotismo da paisagem africana.

Figura 9 – Placa de prata oferecida pela Companhia do Caminho de Ferro de Benguela a D. Luís Filipe por ocasião da sua visita a Angola (*Occid.* 1035: 211).

Outras combinações imagem-texto insistem nesta posição submissa e inferiorizada do nativo face ao branco. As fotografias retratam os primeiros munidos com os seus instrumentos e armas, que os textos coevos classificavam de exóticos, insinuando o seu caráter primitivo e daí a sua inferioridade: «com seus trages caracteristicos, coloridos, panos e peles de onça e outros animaes bravios, grandes escudos de pele de boi e de bufalo e fartos penachos de penas na cabeça, o que tudo constituia espectaculo de novidade para o europeu» – escrevia a *Occid.* (1034: 203). Uma das fotografias recorre ao contraste entre elementos europeus e africanos, colocando o próprio herdeiro da coroa à frente de um grupo de guerreiros nativos que para ele desfilaram em Lourenço Marques.

Figura 10 – D. Luís Filipe perfilando-se defronte de régulos locais e suas comitivas (*Occid.* 1034: 204).

A fotografia não se limitou a identificar um alegado primitivismo dos negros, tendo também procurado mostrar que estes podiam ser *civilizados*. Algumas das imagens mostram nativos vestidos à europeia, com uniformes europeus ou em funções usualmente associados à Europa (figura 11). Adicionalmente, estas fotografias eram apresentadas como provas objetivas da capacidade *civilizadora* de Portugal. A este respeito,

um episódio da viagem é particularmente revelador: uma celebração (um «batuque») que milhares de guerreiros nativos (a imprensa falava de um número entre 15,000 e 23,000 homens) realizaram em Lourenço Marques para D. Luís Filipe (*IP* 80: 292; 82: 370; *Occid.* 1034: 203; Almeida 2004: 69-72; Ornelas 1928: 43, 63, 106-8). Tendo as imagens deste grupo como base, os jornais elogiavam o sentimento de segurança que reinava, *apesar* da força numérica dos nativos que anos antes combatiam a presença portuguesa: «os estrangeiros pasmavam do nosso poder, sobretudo sabendo que 23.000 negros à solta em Lourenço Marques apenas originaram 5 prisões» – lembrava o marquês de Lavradio (Almeida 2004: 71-72) – enquanto Aires de Ornelas (1928: 65 e 106) relatava que um almirante inglês lhe tinha confidenciado que «isto só os portuguezes podem fazer em África». O corolário destas interpretações era a capacidade imperial e *civilizadora* de Portugal que baseava uma retórica proto-lusotropical: para a *Occid.* (1033: 203), tudo isto era «mais uma prova do táto colonisador do português que sabe conter em respeito aquelles semi-selvagens». Outros jornais afinavam pelo mesmo diapasão (Pedras 2016: 38-39).

Figura 11 – Um porteiro e uma sentinela indígenas, à porta do palácio do governo em Luanda (*IP* 79: 257).

A passagem por S. Tomé é também um bom exemplo do uso da fotografia para sustentar uma narrativa *civilizadora* de África pelos europeus, que, ao mesmo tempo, procurava rebater as acusações de escravatura que recaíam sobre a agenda colonial portuguesa (cf. Pedras 2016: 37). Os textos na imprensa elogiavam os modelares «aperfeiçoamentos culturaes e progressos technicos» (casas modernas e asseadas, escolas profissionais para os nativos, maquinismos necessários à produção de cacau e outros produtos locais, caminhos de ferro e cais que facilitavam o seu transporte), introduzidos nas roças santomenses pelos empreendedores portugueses e ilustrados pelas fotografias (*IP* 74: 113-120; *Occidente* 1032: 190; Ornelas 1928: 29-30 e 57). Para os jornais, estes progressos técnicos, bem como a lição do trabalho (Ornelas 1928: 57; cf. Jerónimo 2015: 39-41), levavam à *civilização* do nativo e a elevação da sua putativa condição primitiva (Aresta 2007: 238): «Ali se empregam pretos que vem do interior da provincia de Angola, meios selvagens, mas que em pouco tempo se civilisam tal ou qual, creando amor ao trabalho e formando família» – podia ler-se no *Occid.* (1032: 190). Tudo isto concorria para a narrativa de que Portugal contribuía para a *civilização* de África e para negar a prática de escravatura em S. Tomé – aliás nem a imprensa ilustrada nem a não-ilustrada (Pedras 2016: 41) debateram as condições laborais dos nativos nem as acusações que recaíam sobre Portugal. A *IP* (74: 113) concluía que S. Tomé era «o nosso melhor brazão moderno de povo colonisador» e «melhor testemunho do valor do esforço e da capacidade de trabalho do povo portuguez».

Figura 12 – Dois nativos trabalhando nas plantações de cacau de S. Tomé (*IP* 74: 113).

Conclusão

As fotografias da viagem de D. Luís Filipe às colónias portuguesas em África são muito mais que um mero instrumento ilustrativo de narrativas históricas e constituem, como tantas outras coleções de fotografia, uma excelente fonte para o estudo do passado e para conhecer e analisar a construção de ideários passados. Ao procurar seguir e dar protagonismo ao príncipe herdeiro, proporcionam elementos para analisar as representações coevas sobre as colónias, os colonizados e a importância conferida à ciência, à tecnologia, à engenharia e à medicina no projeto imperial português.

Como aconteceu com outras coleções fotográficas em outros contextos imperiais, o conjunto destas fotos constrói uma narrativa de europeização do território e da paisagem, através da implementação de grandes sistemas tecnocientíficos, da replicação de aspetos do quotidiano

metropolitano nas colónias e da constituição de grandes propriedades para explorar os recursos africanos, e de europeização dos nativos, através da *lição do trabalho*, da sua inclusão em sistemas de exploração agrícolas intensivas e da adoção de práticas europeias (vestuário). Tudo isto eram facetas que se conotavam com o *progresso* e a *modernidade*, que tinham como corolário atribuir a condição de *incivilizado* e *selvagem* a tudo o resto. Deste modo, estas fotos concorriam para legitimar ou reforçar a legitimação da autoimposta *missão civilizadora* de Portugal em África. A presença de uma figura real nas fotografias ou como motivo para a sua publicação concorria para o fortalecimento destas mensagens, considerando que se tratava da primeira visita de um membro da família real às colónias.

Esta era uma narrativa parcial, que criava e mostrava uma paisagem muito diferente daquela vista pelos olhos de D. Luís Filipe, uma vez que se focava em aspetos específicos da vivência colonial (europeia, moderna, progressista), esquecendo tudo o resto (os milhares de quilómetros quadrados sem uma marca da presença europeia, as outras roças de S. Tomé, a realidade não encenada para a câmara). Era como se na metrópole se abrissem janelas pequenas e estreitas que apenas permitissem vislumbrar aspetos parciais da realidade imperial, mas que em grande medida se tornavam hegemónicos em virtude da objetividade atribuída à fotografia e do seu alegado poder de retratar o real tal como ele era. Era isto, aliás, que permitia que fotos com alguns anos de existência fossem passadas nos jornais como se fossem contemporâneas da viagem régia. Adicionalmente, neste caso em específico, as imagens usufruíam da chancela do príncipe herdeiro, que lhes dava ainda mais legitimidade.

É certo que tanto as peças jornalísticas como outros relatos da época denunciavam o muito que havia ainda a fazer em África, mas estes queixumes eram abafados pela eloquência visual da fotografia. O próprio formato físico da *Occid.* e da *IP* convidava mais a folhear que a ler, o que, aliado à iliteracia generalizada dos portugueses de então, faziam com que as revistas não informassem nem esclarecessem, mas passassem para os leitores, sem escrutínio, as paisagens e os ideários criados pela fotografia (Costa, Serén 2004: 71, 90).

No caso do imaginário relativo aos nativos africanos, estas fotografias contribuíam para cristalizar um conjunto de representações, que os reduziam à condição aviltante de *selvagem* e *incivilizado*, que cabia ao europeu corrigir. É, a este respeito, reveladora uma das citações supra

que refere como os negros chegavam a S. Tomé «meios selvagens», mas que rapidamente se *civilizavam*, ganhando amor ao trabalho e à família, sugerindo que no seu *estado natural* o negro era preguiçoso e promíscuo e que tais comportamentos eram ilegítimos e necessitavam correção. A fotografia ilustrava também este processo, mostrando aos observadores fotos do antes (os participantes do «batuque», adjetivados igualmente de «meios selvagens») e do depois (os trabalhadores das roças ou os habitantes negros de Lourenço Marques trajados à europeia). A putativa objetividade da fotografia conferia a este processo um caráter de evidência, que entrava assim no ideário metropolitano através do senso comum (razão pela qual muitos destes preconceitos ainda persistem na sociedade atual).

Para concluir, importa referir como estas imagens procuraram fortalecer a imagem da monarquia e do governo franquista. Enquanto alguns jornais se debatiam com os obstáculos à liberdade de imprensa, não consta que a *Occid.* ou a *IP* tenham conhecido problemas de maior. Além de a narrativa da viagem lhes ser transmitida por um ministro governamental, Aires de Ornelas, as fotografias mostravam o interesse do futuro rei no império português, bem como a disponibilidade do governo, através do seu ministro da Marinha e do Ultramar, em o acompanhar até àquelas paragens tropicais. De pouco valeu, considerando que poucos meses depois de chegar a Portugal, D. Luís Filipe foi morto a tiro, precipitando no imediato a queda do governo e a curto prazo a queda da própria monarquia.

Bibliografia

Adas, Michael (1989). *Machines as the Measure of Men. Science, Technology, and Ideologies of Western Dominance*. Ítaca: Cornell University Press.

Almeida, D. José Luís de, ed. (2004). *Memórias do Sexto Marquês de Lavradio*. Lisboa: Nova Ática.

Aresta, António (2007). "Uma Educação Real: A Viagem de Aires de Ornelas e do Príncipe Real D. Luiz Filipe de Bragança a Moçambique em 1907", *Aprender Juntos*, 6:8-9, 233-64.

Beegan, Gerry (2008). *The Mass Image. A Social History of Photomechanical Reproduction in Victorian London*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Benetti, Márcia (2007). "Análise do discurso em jornalismo: estudos de vozes e sentidos", in Cláudia Lago, Márcia Benetti (eds.), *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 107-63.

Bouene, Felizardo, Santos, Maciel (2006). "O modus vivendi entre Moçambique e o Transvaal (1901-1909). Um caso de 'imperialismo ferroviário'", *Africana Studia*, 9, 239-69.

Carvalho, Henrique de, Aguiar, Sertório de (1887). *Album da expedição ao Muatianvua*. S. l.: s. n.

Costantini, Dino (2008). *Mission civilisatrice. Le rôle de l'histoire coloniale dans la construction de l'identité politique française*. Paris: La Découverte.

Costa, Fernando, Serén, Maria do Carmo (2004). *Ilustração Portugueza*. Porto: Centro Português de Fotografia.

Daniels, Stephen, Cosgrove, Denis (1988). "Introduction: iconography and landscape", in Stephen Daniels, Denis Cosgrove (eds.), *The Iconography of Landscape. Essays on the symbolic representation, design and use of past environments*. Cambridge: Cambridge University Press, 1-10.

Dias, Jill R. (1991). "Photographic Sources for the History of Portuguese-Speaking Africa, 1870-1914", *History in Africa*, 18, 67-82.

Diogo, Maria Paula (2009). "Domesticating the Wilderness: Portuguese Engineering and the Occupation of Africa", in Ana Cardoso de Matos, Maria Paula Diogo, Irina Gouzévitch, André Grelon (eds.), *Jogos de Identidade Profissional: os Engenheiros entre a Formação e a Acção*. Lisboa: Colibri, 471-82.

Hall, Catherine (2002). *Civilising Subjects: Metropole and Colony in the English Imagination 1830-1867*. Chicago: University of Chicago Press.

Headrick, Daniel R. (1981). *The Tools of Empire. Technology and European Imperialism in the Nineteenth Century*. Oxford: Oxford University Press.

Hobsbawm, Eric (2006). *The age of capital (1848-1875)*. Londres: Abacus.

Jerónimo, Miguel Bandeira (2015). *The 'Civilising Mission' of Portuguese Colonialism, 1870-1930*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Kasson, John F. (1976). *Civilizing the machine: technology and republican values in America, 1776-1900*. Nova York: Grossman.

Kelsey, Robin (2016). "Is Landscape Photography", in Gareth Doherty, Charles Waldheim (eds.), *Is Landscape...? Essays on the Identity of Landscape*. Londres: Routledge, 71-92.

Marques, A. H. de Oliveira (1991). "Portugal da Monarquia para a República", in Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques (eds.), *Nova História de Portugal*. Lisboa: Estampa, v. 11.

Martins, Conceição Andrade (1997). "Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)", *Análise Social*, 32: 142-3.°, 483-535.

Martins, Leonor Pires (2014). *Um Império de Papel. Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada*. Lisboa: Edições 70.

Marx, Leo (1964). *The Machine in the Garden. Technology and the Pastoral Ideal in America*. Oxford: Oxford University Press.

Mateus, Rui Miguel Martins (2018). "Uma Controvérsia Luso-Britânica: o Caso do Cacau de São Tomé", *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, 20, 199-228.

Mitchell, W. J. T. (1986). *Iconology: image, text, ideology*. Chicago: University of Chicago Press.

Mónica, Maria Filomena, ed. (2006). *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Officer, Lawrence H., Williamson, Samuel H. (2018). "Computing 'Real Value' Over Time With a Conversion Between U.K. Pounds and U.S. Dollars, 1791 to Present", *MeasuringWorth*, disponível: www.measuringworth.com/calculators/exchange/result_exchange.php, acesso em 7.7.2020.

Ornelas, Aires de (1928). *Cartas d'Africa. Viagem do Principe Real: Julho-Setembro, 1907*. Lisboa: Oficinas de São José.

Pedras, Miguel Ribeiro (2016). "A Imprensa e o Império na viagem do príncipe D. Luís Filipe a África", *Revista Brasileira de História da Mídia*, 5:1, 33-43.

Porter, Dorothy (1999). *Health, Civilization and the State. A history of public health from ancient to modern times*. Londres: Routledge.

Portugal, Ministério das Colónias (1912). *Elementos estatísticos dos Caminhos de Ferro do Continente de Portugal de 1877-1910*. Lisboa: IN.

« – » (1913). *Estatística dos Caminhos de Ferro das Colónias Portuguesas de 1888 a 1911. Documentos principais e gráficos*. Lisboa: Tipografia a Vapor de Eduardo Rosa.

Rocha, Liliana Oliveira da, Matos, Patrícia Ferraz de (2019). "Fotografias de Angola do Século XIX: o 'Álbum Fotográfico-Literário' de Cunha Moraes", *Tempos e Espaços em Educação*, 12:31, 165-86.

Ryan, James R. (1997). *Picturing Empire. Photography and the Visualization of the British Empire*. Chicago: University of Chicago Press.

Sandler, Willeke (2013). "Deutsche Heimat in Afrika: Colonial Revisionism and the Construction of Germanness through Photography", *Journal of Women's History*, 25:1, 37-61.

Santana, Noeme (2014). "Olhares britânicos: Visualizar Lourenço Marques na ótica de J and M Lazarus, 1899-1908", in Filipa Lowndes

Vicente (ed.), *O Império da Visão. Fotografia no Contexto Colonial Português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 211-22.

Santos, Alda Cristina Baptista Rendilho dos (2009). "Occidente: Imagens e Representações da Europa". Tese de mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Schwartz, Joan M., Ryan, James R. (2003). "Introduction: Photography and the Geographical Imagination", in Joan M. Schwartz, James R. Ryan (eds.), *Picturing Place. Photography and the Geographical Information*. Nova York: Tauris, 1-18.

Sena, António (1998). *História da Imagem Fotográfica em Portugal – 1839-1997*. Porto: Porto Editora.

Sousa, Jorge Pedro (2017). *Veja! Nas Origens do Jornalismo Iconográfico em Portugal: Um Contributo para uma História das Revistas Ilustradas Portuguesas (1835-1914)*. Porto: Media XXI.

Tarde, Gabriel (1969). *On Communication and Social Influence*. Chicago: University of Chicago Press.

Tengarrinha, José Manuel (2013). *Nova história da imprensa portuguesa das origens a 1865*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Valério, Nuno, ed. (2001), *Estatísticas Históricas Portuguesas*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Vicente, Filipa Lowndes (2014). "O Império da Visão: Histórias de um Livro", in Filipa Lowndes Vicente (ed.), *O Império da Visão. Fotografia no Contexto Colonial Português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 11-30.

White, Hayden (1978). *Tropics of Discourse*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Revista de História das Ideias
Vol. 39. 2ª Série (2021)
275-299

JULIÃO QUINTINHA (1885-1968) E "O DESLUMBRAMENTO DO EGIPTO" EM *TERRAS DO SOL E DA FEBRE* (1932). CRÓNICAS DE VIAGEM COM O EGITO ANTIGO EM FUNDO

JULIÃO QUINTINHA (1885-1968) AND "O DESLUMBRAMENTO DO EGIPTO" IN *TERRAS DO SOL E DA FEBRE* (1932). TRAVEL CHRONICLES WITH THE ANCIENT EGYPT IN THE BACKGROUND

José das Candeias Sales
jose.sales@uab.pt
Universidade Aberta, CHUL
https://orcid.org/0000-0003-1087-1478

Susana Mota
Susana-mota@hotmail.com
Investigadora Independente
https://orcid.org/0000-0002-4819-6239

Texto recebido em / Text submitted on: 27/01/2020
Texto aprovado em / Text approved on: 18/12/2020

Resumo:

Entre 1925 e 1927, Julião Quintinha (1885-1968), um reconhecido jornalista e escritor português, fez um périplo pelo continente africano, visitando as antigas colónias portuguesas, o Egito, o Índico e os mares Mediterrâneo e Vermelho, em consequência do qual deixou vasta documentação e informação, em forma ficcionada ou em narrativas resultantes da sua vivência, observação e reflexão, sendo considerado o pioneiro da literatura de temática colonial. Entre os vários

https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_11

títulos de sua autoria, destacamos a obra de 1932 intitulada *Terras do Sol e da Febre* onde, em resultado da sua visita ao Egito, o Autor deixou um olhar crítico e esclarecido sobre a antiga civilização egípcia. Através do último capítulo, «O deslumbramento do Egipto», recolheremos e enquadraremos as suas impressões sobre o «legendário Egipto». Através da sua narrativa, captaremos a representação e memória do «supremo encanto do Egipto (…) de Cleópatra e dos faraós», bem como a receção da sua identidade.

Palavras-chave:

Julião Quintinha; *Terras do Sol e da Febre*; crónicas de viagem; jornalismo; Egito antigo.

Abstract:

Between 1925 and 1927, Julião Quintinha (1885-1968), a renowned Portuguese journalist and writer, traveled through Africa, between 1925 and 1927, visiting the Portuguese colonies, the Egypt, the Indian Ocean, and the Mediterranean and Red Seas. Thereafter, he left extensive documentation and information, either fictional or narrative, resulting from his experience, observation, and reflection, being, therefore, considered the pioneer of colonial literature. Among his various works, we highlight the one dated from 1932, entitled *Terras do Sol e da Febre* in which, as a result of his visit to Egypt, the Author shares a critical and enlightened look at the ancient Egyptian civilization. Through the last chapter, "O deslumbramento do Egipto", we will collect and frame his insights on the "legendary Egypt". Through his narrative, we will capture the representation and memory of the "supreme enchantment of the Egypt (...) of Cleopatra and the Pharaohs", as well as the reception of its identity.

Keywords:

Julião Quintinha; *Terras do Sol e da Febre*; chronicles about travels; jornalismo; ancient Egypt.

No decorrer do Projeto de Investigação *Tutankhamon em Portugal. Relatos na imprensa portuguesa (1922-1939)*, dedicado à identificação, recolha e análise das notícias publicadas nos periódicos portugueses sobre a descoberta e escavação do túmulo do faraó Tutankhamon, recolhemos uma notícia, publicada a 24 de março de 1939 no jornal *República (Série II)*, com o título «*Os misteriosos sarcófagos do Egipto*», da autoria de Julião Quintinha.

Esta notícia, acompanhada por uma ilustração com as pirâmides de Guiza, legendada «A paisagem clássica do Egito, com o Nilo correndo por uma paisagem onde, no fundo, se desenha a sombra sempre misteriosa das pirâmides» (figura 1), escrita no seguimento da descoberta dos túmulos reais de Tânis, no início de 1939, pela mão do arqueólogo francês Pierre Montet (1885-1966), tem na verdade como mote o túmulo de Tutankhamon descoberto 17 anos antes, em novembro de 1922, e, essencialmente, a visita do Autor ao Cairo, em 1927, que lhe permitiu admirar já no Museu Egípcio local algumas das peças recolhidas no túmulo, como ele próprio explica:

> De todos esses maravilhosos tesouros funerários até hoje descobertos, sem dúvida, o mais rico, o mais belo, é o de Tut-Ankh-Amon. Tive ocasião de o admirar quando, em 1927, estive no Cairo. Todas as preciosidades que se amontoavam no pomposo jazigo do rei defunto, e lhe tinham servido em vida, haviam sido transportadas de Tebas e só começaram a ser expostas ao publico em 1926, no museu do Egipto.

De seguida, desafiando a imaginação dos leitores portugueses, alude às «centenas de vitrinas» do Museu que expunham objetos dos mais variados materiais, destacando a peça que estava na «vitrina 29» («o terceiro ataúde de oiro macisso, que continha a múmia real») e «a máscara de oiro macisso que cobria o rosto da múmia real». Merecem-lhe ainda referência uma das camas cerimoniais de Tutankhamon, o seu trono, cofres, diademas e estátuas, luvas e sandálias, amuletos e «milhares de insígnias reais», para terminar com um estimulante: «Ao sair do museu temos a impressão de despertar de um sonho...».

Foi, portanto, esta notícia de 1939, com a referência a esta viagem ao Egito, que chamou a nossa atenção para este Autor e nos levou a pesquisar mais sobre ele e a sua obra, em particular sobre a que resulta diretamente da aludida deslocação ao Egito.

Assim, vamos seguidamente apresentar brevemente este Autor, contextualizar a sua viagem a África e as obras que dela resultaram, em particular a última onde está incluída a descrição da estadia no Egito, e principalmente traçar os principais contornos do olhar deste Autor sobre este país africano, a sua história e os seus monumentos.

A paisagem clássica do Egipto, com o Nilo correndo por uma paisagem onde, ao fundo, se desenha a sombra sempre misteriosa das pirâmides

Figura 1 – Ilustração legendada que acompanha a notícia «*Os misteriosos sarcófagos do Egipto*», da autoria de Julião Quintinha (*República. Série II*, 24.03.1939 p.5).

Figura 2 – Julião Quintinha (1885-1968).

O Autor

Julião Quintinha nasceu em Silves, a 19 de dezembro de 1885, e aí viveu até 1920, quando partiu, aos 35 anos, para Lisboa, onde viria a falecer com 82 anos de idade, a 23 de julho de 1968 (figura 2). Ainda em Silves, trabalhou como operário e como alfaiate, e, como convicto militante e ativo republicano e democrata que era, exerceu também vários cargos públicos, designadamente como membro da Comissão Administrativa da Misericórdia de Silves (1911-1915), administrador dos concelhos de Portimão e Silves (1912-1914), Secretário Interino da Câmara Municipal de Silves (1913-1915) e chefe de secretaria da Câmara Municipal de Silves (1915-1920).

A sua ligação ao jornalismo começou cedo, ainda em Silves, fundando e dirigindo, em 1911, juntamente com Henrique Martins, o semanário regional *Alma Algarvia*, uma das grandes referências do jornalismo republicano e anti-clerical algarvio, de grande circulação(1), mas foi em Lisboa que ingressou na imprensa profissional, convivendo com os grandes nomes do jornalismo, das letras e das artes da época (Duarte 2010: 527, 528). Trabalhou em vários jornais e revistas regionais, nacionais e estrangeiros, quer como jornalista / redator quer como chefe de redação. A título de exemplo, podem referir-se *A Batalha*, *O Século*, o *Diário da Tarde*, o *Diário Popular*, *O Diabo*, a *Mala da Europa*, o *Actualidades* e o *Diário Liberal*, a II série da revista *Alma Nova* e a *Contemporânea* e ainda o *Diário da Noite*, o *Jornal da Europa*, o *República* e a *Seara Nova*, entre muitos outros (Duarte 2010: 27, notas 781 e 782; Lisboa 1994; Marques 1971: 181, 182)(2). Neste âmbito, desempenhou ainda um importante papel na direção das associações que deram origem à Casa da Imprensa de Lisboa e pertenceu a Comissões do Sindicato dos Profissionais da Imprensa que fundou (1924) e a que presidiu.

Quintinha notabilizou-se igualmente enquanto escritor, tendo publicado diversos livros de diferentes tipos (contos, novelas, peças de teatro, estudos literários e ensaios, reportagens). Escreveu obras

(1) O *Alma Algarvia* publicou-se, em três séries, entre 1911 e 1917. Já antes, em 1909, Julião Quintinha editara em Silves o *Chelbe*, jornal literário e comemorativo, em homenagem aos promotores do Teatro Silvense, com um único número a 9 de agosto (Marques 1971: 159).

(2) A colaboração jornalística de Julião Quintinha estendeu-se a jornais do Brasil (*Tribuna*, de Santos), de Moçambique (*Diário de Notícias*, de Lourenço Marques) e de Angola (*Província de Angola*, de Luanda), bem como a periódicos de diversas localidades do país.

de cariz político-social e romances, mas destacou-se principalmente pela literatura ou crónicas de viagens classificadas sob a designação de «literatura de temática ultramarina», sendo nesse campo referido como um dos maiores valores do jornalismo e da literatura colonial portuguesa. Julião Quintinha é mesmo considerado um pioneiro desta literatura em Portugal, tendo até sido por três vezes consecutivas, em 1928, 1929 e 1930, premiado com o Prémio de Literatura Colonial, instituído pela Agência-Geral das Colónias: em 1928, obteve o terceiro lugar com *África Misteriosa: crónicas e impressões duma viagem jornalística nas colónias da África portuguesa*; em 1929, o segundo lugar, com *Oiro africano: crónicas e impressões duma viagem jornalística na África Oriental portuguesa (exaequo* com Augusto Casimiro); para, em 1930, obter o primeiro lugar com *A Derrocada do Império Vátua e Mousinho de Albuquerque,* livro de história aliado à reportagem viva, escrito em colaboração com Francisco Toscano (1873-1943), onde enfatiza o papel de Mousinho de Albuquerque, que, como indica numa outra obra (*Terras do Sol e da Febre*), encara e descreve como «a maior personalidade colonial contemporânea, em toda a sua grandeza trágica.» (10).

África

A relação de Julião Quintinha com África e com as colónias portuguesas em particular desenvolve-se, sobretudo, a partir de 1925, quando parte para uma viagem de dois anos, na qualidade de representante do *Jornal da Europa*. De acordo com o próprio, no prefácio à obra *A derrocada do Império Vátua e Mousinho de Albuquerque*, tratara-se de uma «viagem exclusivamente jornalística, de inquérito e estudo à vida colonial e hábitos indígenas, para poder escrever algumas obras».

Entre 1925 e 1927, portanto, Quintinha visitou profissionalmente as colónias africanas portuguesas, assim como outros países do continente africano, incluindo o Egito, tendo publicado, assim que regressou a Lisboa, a partir de meados de 1927, as suas impressões dos lugares visitados em reportagens no jornal que patrocinou a viagem (*Jornal da Europa*) e posteriormente em três livros, a saber, *África Misteriosa* e *Oiro Africano*, os livros de 1928 e 1929 já mencionados, e *Terras do Sol e da Febre: Impressões do Congo Belga, Africa Equatorial Francesa, Transvaal, Nyasaland, Tanganyka, Zamzibar, Mombaça, Adem e Egipto*, de 1932 (figura 3).

Figura 3 – As obras de Julião Quintinha sobre África, publicadas entre 1928 e 1932.

Infelizmente, não temos atualmente a possibilidade de ler os textos publicados no *Jornal da Europa*, visto não ter sido viável identificar em nenhuma biblioteca números deste jornal. No entanto, os livros de Quintinha chegaram até nós e neles é possível ver África pelos olhos do Autor. Quintinha era um defensor das «virtudes colonizadoras», mas, simultaneamente, era um crítico da forma como Portugal geria o seu território africano, por comparação com os restantes países colonialistas europeus, denunciando nas suas obras a exploração dos povos africanos. Considerava o «sistema de trabalho» (indigenato) praticado «incompatível com as legítimas e humanitárias aspirações sociais».

No livro de 1928 (*África Misteriosa*), onde reúne alguns dos textos antes publicados no *Jornal da Europa*, relata a viagem entre Lisboa e Lourenço Marques, com descrições e considerações detalhadas sobre cada uma das então colónias portuguesas da costa ocidental africana (paisagens, tipos humanos, vida social, riquezas, aventuras). Este livro conheceu um invulgar sucesso e tornou-se uma obra de referência da literatura colonial portuguesa, um «verdadeiro farol para a literatura colonial subsequente». No ano seguinte, saiu a obra *Oiro Africano*, para a qual o Autor reservou uma descrição mais alongada sobre Moçambique. O terceiro e último relato da sua viagem, de 1932, *Terras do Sol e da Febre*, já não é, como se percebe pelo subtítulo, dedicado às colónias portuguesas, mas às colónias de outros países europeus, incluindo o «legendário Egipto» (10), como lhe chama no prefácio (ou «Carta ao Leitor», como é denominado), à época sob domínio inglês. É sobre esta obra, mais concretamente sobre o seu último capítulo intitulado «O deslumbramento do Egipto» que nos vamos debruçar, pois é nestas páginas que Julião Quintinha nos descreve

o Egito que visitou em 1927, com particular ênfase para os monumentos do Egito faraónico que visitou no Cairo.

Terras do Sol e da Febre: O deslumbramento do Egito

Logo em 1929, na página 12 de *Oiro Africano*, Julião Quintinha inclui uma afirmação referente ao faraó Tutankhamon que resultou, certamente, daquilo que observara e aprendera no Cairo:

> Toutan-Khamon, o mais requintado dos reis artistas que passou pela terra – alguns milhares de anos antes de Cristo, mandou cinzelar ataúdes de oiro em que seria sepultado, tendo encerrado no seu túmulo de Tebas uma infinidade de raras coisas maravilhosas trabalhadas no mais fino oiro – decerto teria mandado buscar dêsse precioso metal às minas da Etiópia, porque outras não existiam mais perto do Egipto.

Esta passagem, no essencial centrada na existência e exploração de recursos auríferos na Etiópia (= Núbia) pelo Egito de Tutankhamon, articula-se, por um lado, portanto, com a prévia visita de Quintinha ao Cairo e ao seu Museu Egípcio em 1927, por outro, com as impressões que disso deixou no livro de 1932 e, por fim, com a notícia de março de 1939, no jornal *República*. As sensações provocadas pelos artefactos do túmulo daquele faraó no Museu Egípcio deixaram uma marca indelével e duradoura no espírito e na escrita de Julião Quintinha.

O livro *Terras do Sol e da Febre* (publicado pela Editora Nunes de Carvalho), o quarto livro de Quintinha sobre África ou «inspirado em motivos africanos» (9)[3], como reportagem em colónias não portuguesas, constitui um estudo histórico-geográfico-etnográfico-cultural elaborado segundo os ditames da cronística de viagens do início do século XX: «saber, saber tudo, para informar dignamente» (César 1971: 154) e aí surge, tal como o Autor escreve na «Carta ao Leitor», «como remate, (...) o supremo encanto do Egipto – a fascinação do deserto, as evocativas águas do Nilo, o deslumbramento da Esfinge, das mesquitas, dos museus do Cairo.» (14).

(3) «Quarto livro sobre África» na medida em que também o título *Derrocada do Império Vátua e Mousinho de Albuquerque* é sobre a África Oriental sob dominação portuguesa, embora sem a componente de reportagem associada aos outros três (*África Misteriosa*, *Oiro Africano* e *Terras do Sol e da Febre*).

Coerentemente, pois, com esta introdutória apresentação do volume, o capítulo dedicado ao Egito é intitulado «O deslumbramento do Egipto», com 32 páginas (333-362). Pelo que nos é dito, a entrada de Quintinha em «o país de Cleópatra e dos Faraós» (333), vindo de Sul (de Adem, no Iémen, depois de ter estado em Zanzibar, na Tanzânia e em Mombaça, no Quénia), pelo mar Vermelho, é feita através do canal de Suez, no sentido Sul-Norte. Além do canal («a realização genial de Lesseps[4] – esse corredor rasgado na areia e onde se abraçam dois mares» – 335) e da frenética agitação do cais e da cidade de Suez «entre a floresta de mastros de navios de todas as partes do mundo, (...) uma cidade árida, encardida pelo carvão, [com] a massa parda dos seus armazens e depósitos, com grandes letreiros ingleses, (...) com arabes, negros sérios, funcionários egípcios e comerciantes europeus» (335-7), aquilo que suscita a primeira verdadeira nota de viagem é a fascinação pelo deserto no caminho de «quatro horas de viagem» (338), de automóvel, para o Cairo:

> A aragem queima, e a areia trazida pelo vento vai-nos vergastando o rosto. Cai noite ao deserto, noite e silêncio, e todos nos concentramos neste mesmo pensamento que perturba intimamente – a fascinação do deserto, misterioso mar de areia iluminado pelo palor das estrelas (337).

O silêncio, a paisagem, a ansiedade, geram no Autor várias imagens e visões à medida que se aproxima do lendário e iluminado Cairo («golfo de luz, redemoinho de sensações» – 339), de que dá meticuloso conhecimento:

> Caminho quási sonâmbulo, comovido e fascinado, para a cidade divinizada através das mais belas lendas, e ao meu espírito acodem visões do Nilo, imagens de Babilónia, de Cambyse, e Héoliopolis – os templos de Karnak e Thebas, todo o velho e novo Cairo a revelar-se, através dêsse esplendor... (339).

O novo Cairo (a «Paris do Oriente», como o apelida), com a sua vida cosmopolita, «mármores opulentos, cercados de jardins, palácios dos diplomatas e das altas personalidades da finança e funcionalismo

(4) «Lesseps» é Ferdinand Marie de Lesseps (1805-1894), o diplomata francês associado à criação do canal de Suez, unindo os mares Mediterrâneo e Vermelho, reduzindo substancialmente as distâncias a percorrer e o tempo para elas entre a Europa e a Ásia oriental.

(...), lindíssimas mulheres estrangeiras (...), graves senhores egípcios (...), criados árabes, índios, negros (...) brancos (...)» (339-40), e o velho Cairo (em que se destacam, «em silhueta formosíssima, os minaretes, as torres esguias das mesquitas, as varandas rendilhadas da Cidadela e dos tumulos dos Mameluks» – 340), impressivos nas suas imagens e evocações, não podiam estar ausentes das notas do recém-chegado, porém experimentado, viajante europeu. O misterioso encanto do Cairo é sentido, valorizado e anunciado pelo jornalista português: «Todo o velho Cairo perpassa no ar azul nocturno, qual cenário dum grande sonho ou miragem dum caleidoscópio deslumbrador» (340).

Igualmente incontornável na paisagem e nas impressões deixadas, o encanto do rio Nilo, «superior a toda a imaginação» (342), merece anotações ao algarvio que, dessa forma, presta a sua «homenagem romântica às águas do Nilo (...), contemplando a lua que se banha nas águas sagradas» (341-2):

> Nas margens prendem-se barcas graciosas, deslisam pequenos botes de recreio, e sente-se leve ciciar de vozes falando em segrêdo, música de remos sobre as águas, aromas de roseiras e laranjais, tudo isto envolto no misterioso encanto que se evola do mais lendário dos rios (343).

Extasiado e aturdido com as sensações vividas no Cairo, Quintinha parece confundir os cenários e alude a personagens históricas que, na realidade, deixaram ecos indeléveis da sua existência, mas mais a norte, em Alexandria, e não no Cairo, cidade, aliás, ainda inexistente no século I a.C.:

> Por mais banal que seja o tema, é inevitável nêste lugar a visão de Cleópatra – e todos desejaríamos que qualquer génio da noite nos dissesse, agora, o lugar em que ela aqui esteve com Marco António, que sedução estranha era a das suas carícias, e por que motivo o cônsul trocara Roma pelos seus beijos... (342).

Não obstante o caráter utópico da descrição, ela tem a virtualidade de aludir a duas célebres personagens que comunicam facilmente com o leitor, que estão no seu imaginário, e que estão também fortemente relacionadas com o Egito longínquo e distante, no espaço e no tempo.

O «segrêdo da alma de Cleópatra» (343) e «os traços da sua beleza» (343) a que Quintinha alude na sua narrativa estabelecem imediato contacto com a memória histórica dos seus leitores e permite, logo de

seguida, uma abordagem mais ou menos moralizante sobre as mulheres estrangeiras no Cairo («árabes, sírias, do Sudão, da Argélia, francesas, russas, romenas» – 343), exibindo-se em «bailados perversos» (343), os «teatro-dancing» da capital egípcia, e sobre a prostituição aí praticada: «Que espectáculo miserável o dêsses antros onde homens, de todas as raças, agrupados, ou em bicha, esperam, em grandes salas, a vez de serem servidos nesse mercado ainda indispensáve!...» (343).

Pela proximidade das referências narrativas à antiga rainha egípcia e à prostituição praticada, em 1927, no Cairo («Babilónia infecta» – 343), inconsciente ou conscientemente, Quintinha propaga a imagem tradicionalmente associada à rainha Cleópatra como meretriz, fruto de uma ativa e frutífera propaganda romana lançada ainda em vida da última rainha egípcia. A linha de pensamento de Quintinha é fácil de seguir, mas deriva de uma verdade apriorística que carece de fundamento histórico.

Se cedeu ao peso da tradição histórica de séculos acumulada em torno da figura de Cleópatra VII, Quintinha não resistiu também ao obrigatório passeio matinal para visitar as pirâmides de Guiza e a Grande Esfinge: «Daqui a momentos virão buscar-me para ir vêr as grandes Pirâmides no deserto da Líbia; e anseio por encontrar-me no local pròprio onde viverei, durante alguns instantes, todo o mistério que se evola da pedra do terror, a eterna Esfinge.» (344).

Esta referência da página 344 de *Terras do Sol e da Febre* merece-nos um comentário particular, na medida em que sugere que o Autor se informou sobre a Esfinge e que obteve informação sobre a forma como era designada pelos Egípcios seus contemporâneos. De facto, em árabe, a Grande Esfinge de Guiza é conhecida como Abu el-Hol, isto é, «pai do terror», o que se ajusta perfeitamente à menção de Julião Quintinha que a designa como «pedra do terror». Trata-se de uma corrupção da expressão copta *bel-hit*, que se aplica a quem manifesta a sua inteligência pelos olhos, e que traduz a denominação egípcia *hu* ou *ju*, que significa «o guardião» ou «o vigilante».

Embora aparentemente não tenha consciência destas subtilezas das designações, Quintinha descreve depois a Grande Esfinge precisamente dentro do quadro de um verdadeiro guardião do deserto líbico, na altura ainda relativamente afastado da cidade do Cairo:

> As Pirâmides de Guiseh, uma das principais atracções do turista, constituem o mais importante grupo de pirâmides do deserto da Líbia;

> do Cairo ao famoso lugar onde elas se erguem é formosíssimo passeio de vinte quilómetros que, na vertigem do auto, nos deixa a impressão de filme maravilhoso (344-5).

Deliciado com a paisagem, com a pitoresca população e insistentes vendedores, com o mistério das ruínas e com os perfumes daquela manhã, Julião Quintinha transita entre o Cairo Velho e o bairro de Guiza, no Novo Cairo, com os seus «formosíssimos palácios de todos os estilos, mais parques e jardins de encantar.» (345).

O relato sobre a chegada à zona das pirâmides, após vinte quilómetros de «formosíssimo passeio» (345), é delicioso, pois Julião Quintinha regista a azáfama de condutores de camelos e candidatos a guias e o «assalto» dos furiosos vendedores. São três parágrafos de vividas emoções e comoções que interessa conhecer:

> Já se aproxima o deserto, fugiram-nos da vista os últimos jardins, passamos entre palmeiras e campos cultivados de algodão. No horizonte do areal imenso erguem-se, tomando vulto, as três pirâmides e a sua sombra envolve-me no seu mistério. Sem palavras, entrego-me à comoção dominante. No meu pobre cérebro entrechocam-se visões, imagens de cinco mil anos de civilização...
>
> Os automóveis param, começa o assalto dos condutores de camelos, dos guias, dos vendedores de pequenas estatuetas de argila e de alabastro, de pequenos escaravelhos e outros amuletos e diversas antiguidades... falsificações.
>
> Parece que estão possessos de fúria de vender, estes árabes, que nos metem todas as bugigangas nas algibeiras, e tocam com as mãos trémulas no nosso dinheiro. E são autênticos ladrões. Um deles, depois de me impingir a eterna lenda sôbre o valor do escaravelho – que faz com que possamos ressurgir, após a morte, para a vida eterna – apanhou-me meia libra por duas minúsculas estatuetas de argila reproduzindo esfinges de Thebas, e fugiu com a demasia. Dinheiro que lhes cai nas mãos não mais se vê. Nunca vi roubar com tal obstinação e tão convicto cinismo (346).

Verdadeira nota de reportagem que concede atenção às desenfreadas e impacientes movimentações e aos singulares expedientes dos vendilhões, este relato da chegada às pirâmides do Cairo revela-se para o Autor mais uma rica experiência multicultural de primeiro plano, exótica e sedutora, digna de registo, a associar a outras já por si vividas no porto de Suez e na viagem de carro entre este porto e o Cairo (335, 336 e 338)

ou a conhecer em Port Said (360), sobre o espetáculo do negócio e das suas tramóias em torno dos monumentos históricos e dos turistas, o mesmo é dizer das peculiaridades do turismo da época, mau grado as «falsificações» das bugigangas e a «falta de troco» do sagaz vendedor...

A visita ao planalto de Guiza é feita de camelo, como mandava o figurino turístico da época:

> Salto para cima dum camelo para fazer a escalada do grande plateau de areia onde se erguem as pirâmides; por toda a parte vejo escavações de diversas missões inglesas e americanas, em pesquiza dos grandes túmulos subterrâneos onde se têm encontrado preciosidades como as de Tout-Ankh-Amon (346-7).

Apropriadamente, na página 321 do livro, como testemunho visual para a posteridade da passagem pelo Egito, é incluída uma fotografia de um conjunto de portugueses montados em camelos junto da Grande Esfinge de Guiza, com a Grande Pirâmide de Khufu em fundo, no qual se integrava o próprio Julião Quintinha. Não é, porém, possível identificar rigorosamente o Autor (figura 4).

Portugueses vizitando as piramedes do Cairo, vendo-se no grupo Julião Quintinha o autor deste livro

Figura 4 – Foto legendada da página 321 de *Terras do Sol e da Febre*.

Se quisermos tomar como boas as referências de Quintinha às escavações arqueológicas conduzidas no planalto de Guiza («Por toda a parte vejo escavações de missões inglesas e americanas (…) onde se têm encontrado preciosidades como as de Tout-Ankh-Amon» – 347), então talvez se possa aludir aos trabalhos de George Andrew Reisner (1867-1942) e Alan Rowe (1891-1968), da expedição americana conjunta da Harvard University e do Boston Museum of Fine Arts que, pelo menos desde 1923, realizava trabalhos no local, designadamente no túmulo da rainha Hetepheres (G70000X), mãe do faraó construtor da Grande Pirâmide (Reeves 2000: 168, 170-1; Dawson, Uphill 1972: 244-5, 255). Esta passagem do livro de Quintinha é um pouco imprecisa e até ambígua, porque parece sugerir que o túmulo de Tutankhamon, descoberto cinco anos antes, se encontrara no planalto de Guiza, quando, de facto, tal achado ocorrera em Luxor ocidental, bem mais a sul, a cerca de 700 Km do Cairo. O que ele pretendia salientar era, certamente, que tal como essa descoberta do sul do Egito fora feita por uma missão inglesa (Howard Carter escavava sob subsídio de Lord Carnarvon), outras havia, americanas e inglesas, escavando em Guiza.

As descrições da Grande Pirâmide e da Grande Esfinge são acompanhadas de numerosos elementos e detalhes, obrigatoriamente recolhidos por Quintinha em algum título bibliográfico ou folheto turístico consultado, mas de que não nos dá qualquer informação. Sobre a Grande Pirâmide, escreve:

> Estou, finalmente, em face da maior Pirâmide de Cheops, construída 3.700 anos antes de Cristo, por ordem de Cheops ou Chufo, para servir de derradeira morada; compõe-se de dois milhões e trezentos mil blocos de pedra, cada uma com mais de um metro cúbico e o peso de 2.540 quilos, sendo a sua altura actual superior a 137 metros. Diz-se que em tal construção se empregaram cem mil homens, trabalhando durante vinte anos. Perto ficam outras três pirâmides que serviam de túmulos à família do famoso Pharaó, todas elas mais pequenas, marcando a existência dêsses misteriosos sarcófagos reais (347).

Não se pode considerar a referência de Quintinha sobre a Grande Pirâmide um exemplo de rigor: apresenta dados genéricos relativamente corretos (número de blocos da construção, dimensão e peso médio de cada um, altura atual da pirâmide), tenta esboçar as duplas leituras onomásticas associadas ao faraó construtor da IV dinastia («Cheops» na

habitual designação latinizada e um «Chufo» onde se pode vislumbrar o egípcio Khufu...), mas erra na idade do monumento, colocando-o cerca de mais mil anos para lá da data efetiva da sua construção (c. 2600 a.C.). A indicação do número de trabalhadores e anos de construção parece resultar da informação fornecida por Heródoto e abundantemente reproduzida, mesmo em trabalhos académicos de final do século XIX / início do século XX: «Cem mil homens trabalhavam, continuamente, a cada trimestre. (…) Dez anos foi o tempo necessário para sua construção e das câmaras subterrâneas, na colina sobre a qual se erguem as pirâmides; (…) A própria pirâmide consumiu vinte anos de trabalho.» (Heródoto, História II: 125). No entanto, o jornalista nada revela sobre as suas «fontes»...

As «outras três pirâmides que serviam de túmulos à família do famoso Pharaó, todas elas mais pequenas» são uma referência direta às pirâmides adjacentes da Grande Pirâmide (lado oeste): G1a, da rainha Hetepheres, mãe de Khufu; G1b, da rainha Meritetis, meia-irmã e esposa de Khufu; e G1c, da rainha Henutsen, segunda ou terceira esposa de Khufu (Dodson, Hilton 2004; Grajetzki 2005; Tyldesley 2006). Também neste caso, o Autor não fornece mais nenhum elemento esclarecedor, não só sobre quem eram estes familiares de Khufu, como também sobre os materiais bibliográfico-literários que consultou para o afirmar.

O aspeto, porém, que Quintinha pretende realçar em relação à Grande Pirâmide não é tanto a grandeza e impacto da construção, indubitáveis para qualquer visitante, mas o duro trabalho, esforço e sacrifício dos trabalhadores que a edificaram (os «párias que tombam no anonimato»), que ele, erradamente, apelida de escravos:

> Tudo isto é impressionante e grande, como grande deveria ter sido o poder dêsse Pharaó Cheops, cujo real capricho teve o condão de nos transmitir documentos eternos de assombrosa civilização. Mas o meu pensamento, neste mesmo lugar, vôa para essa legião dos cem mil escravos que, durante vinte anos, curvaram o arcaboiço e derramaram seu suor neste areal escaldante, para transformar em realidade o sonho do Pharaó. Jamais será possível alguma bela e perdurável obra na terra sem o concurso dos párias que tombam no anomimato – assim era 3.700 anos antes de Cristo, assim será eternamente. E dá-me vontade de gritar: Pirâmide de Cheops, que guardaste a múmia do defunto Pharaó, sem

> o concurso dêsses cem mil ignorados obreiros não poderia erguer-se a tua grandeza triunfal e eterna no deserto as Líbia, por maior que fôsse o poder dêsse rei, quasi semi-Deus! (347-8).

É a feição operária, republicana e democrática do algarvio a vir à tona, contrapondo ao incomensurável poder do faraó e à majestosa e imponente construção o árduo trabalho e o abnegado contributo de milhares de ignorados homens do passado.

Sobre a Grande Esfinge, o relato de Quintinha segue praticamente os mesmos traços encontrados na descrição da pirâmide de Khufu: o fascínio pelo monumento, os elementos cronológicos e numéricos sobre ele e o sentido simbólico-enigmático que se lhe associa. Em dois parágrafos, Quintinha fornece-nos esta detalhada descrição-impressão:

> Eis-me agora – suprêma fascinação! – ante a famosa Esfinge, a pedra do terror, ainda indecifrável enigma para os sábios. Pedra monstruosa, representando um animal com a face humana, ninguém sabe, ao certo, o que significa, nem porque foi construída. Ela é o grande mistério que paira no deserto e, em frente da monstruosa maravilha, o homem emudece, e formula, melancólicamente, esta muda interrogação: Mas, afinal, que queres tu significar esfinge silenciosa, enigma cruel?!...
>
> Parece averiguado que foi construída 3.000 anos antes de Cristo; mede 20 metros e 13 centímetros de altura; a maior largura do rosto é de 4 metros e 14 centímetros; cada orelha 1 metro e 37 centímetros de largura; o nariz tem o comprimento de 1 metro e 70 centímetros; e a bôca rasga-se numa extensão de 2 metros e 30 centímetros. Tal é o lindo monstro de pedra, cujo exacto sentido simbólico está por desvendar (348-9)[5].

Quintinha insiste, sobretudo, no carácter simbólico e enigmático da Grande Esfinge, cujo significado desconhece, o que, não obstante, pela forma como é relatado, tem o sortilégio de aumentar ainda mais o fascínio do leitor pelo «lindo monstro de pedra», cujas colossais dimensões (genericamente corretas) apresenta para seu conhecimento. O vetor cronológico apontado volta a merecer reparo, devendo a sua elaboração ser corretamente colocada em torno de 2500 a.C.

(5) A Grande Esfinge de Guiza é a maior de todas as esfinges egípcias e uma das mais antigas. O rosto representa o faraó Khafré, da IV dinastia (o construtor da segunda pirâmide do planalto).

Curiosamente, Quintinha nada diz sobre o tipo de pedra (calcário), nem sobre o comprimento da Grande Esfinge (vertente do monumento particularmente visível…), que se cifra em torno dos 73 metros. Nada nos diz sobre como e onde recolheu os informes que disponibiliza, embora registe que inquiriu «homens egípcios», «guias e intérpretes» e «árabes condutores de camelos», sem, todavia, obter mais do que sorrisos misteriosos, poucas explicações e mesmo algum terror (349). Ainda assim, um deles ter-lhe-ia dito que «a Esfinge representa o deus Harmachis» (349), o que é rigorosamente correto[(6)].

O jornalista também não nos informa sobre como teve conhecimento do «sonho de Tutmés IV» (faraó da XVIII Dinastia, na viragem do século XV para o XIV a.C.), a que alude e de que a estela (justamente conhecida como «Estela do sonho») entre as patas da Esfinge (ainda hoje no local) guarda registo:

> Diversas vezes a Esfinge tem estado quási soterrada sob as invasões da areia que a ameaçam constantemente. E a tal respeito conta-se a lenda seguinte: Um dia, andando o Pharaó Thouthmés IV a caçar, com os seus amigos, no deserto da Líbia, e sentindo-se fatigado, foi repousar alguns momentos à sombra da Esfinge. Adormeceu profundamente e sonhou que ela lhe pedia para a libertar e defender da areia que a ameaçava, oferecendo-lhe, em troca, o reino do Egipto. Thouthmés, ao acordar e recordando-se do sonho, mandou imediatamente afastar a areia, e, mais tarde, foi aclamado rei do Egipto.
>
> Em memória do sonho mandou colocar, entre as patas da Esfinge, uma estela de granito contendo a inscrição onde está escrita tão interessante lenda (349).

Não descartamos a hipótese de Quintinha ter lido *A Relíquia* (1887) de Eça de Queirós, onde este descreve as peripécias do português Teodorico Raposo pelas terras egípcias e onde há alusões à Grande Esfinge, ou até *O*

(6) No Império Novo, a Grande Esfinge de Guiza foi realmente associada ao deus Harmachis / Horemakhet, «Hórus do horizonte». Como estátua, a Esfinge transmite a ideia feita imagem de um soberano-deus dominador e poderoso, aliando a inteligência humana à força bruta animal, que protege o cemitério real atrás de si. Foi esta ideia de força ameaçadora e assustadora associada à Esfinge de Guiza que estará subjacente à designação *Abu el-Hol*, em árabe, ou seja, «pai do terror» (Sales 2015: 400, 401). Ver também Malheiro (2006: 17-48).

Egipto. Notas de Viagem de Eça de Queirós, publicadas postumamente por José Maria d'Eça de Queirós, filho do escritor, no ano anterior, 1926, pela Livraria Chardron de Lello & Irmão Editores, no Porto, e que também descrevia a Grande Esfinge. No entanto, Eça de Queirós não menciona em nenhuma das suas obras o sonho de Tutmés IV, a respetiva estela e a ação de recuperação patrimonial da Grande Esfinge que empreendeu na Antiguidade (Sales 2015: 372, 373, 400,401; Araújo 1987: 15-17; 2002: 13). Onde se baseou o nosso narrador e o que consultou para a sua narrativa é-nos completamente desconhecido.

Há, em todo o trabalho descritivo do planalto de Guiza, um facto que nos surpreende: a ausência de referência específica, detalhada, às outras duas grandes pirâmides do planalto, ou seja, à pirâmide de Khafré e à pirâmide de Menkauré. Parece que o Autor, uma vez entrado no recinto das pirâmides, eventualmente pela área junto à Grande Pirâmide, a terá contornado a leste, montado no seu camelo, com as pequenas pirâmides das mulheres da família real à sua esquerda, descendo depois para junto da Grande Esfinge. Ainda assim, era impossível não ter visto as outras duas grandes pirâmides do planalto. O que é certo é que não as mencionou detalhadamente no seu relato de visita.

Depois de visitar as pirâmides e a Esfinge de Guiza, elementos destacados do património do Egito faraónico, a atenção de Quintinha volta-se para o Egito islâmico, também bem patente no Cairo, isto é, para as antigas e modernas mesquitas da capital egípcia, considerando-as «valiosos monumentos musulmanos» a visitar, «que só por si dariam um livro encantandor» (350). Dá-nos, pois, uma rápida resenha sobre as que visitou: a mesquita de El-Ahmar ou mesquita vermelha (século XV), a mesquita do Sultão Hassan (século XIV), a mesquita de Amr Ibn el Assi, a mais antiga (século VII), e a mesquita de Mohamed Ali, a mais recente (século XIX) e a que, como ele expressamente indica, «de perto e mais detalhadamente pude admirar» (351), pois as restantes foram-lhe «mostradas sem sair do automóvel, enquanto o guia, maquinalmente, ia contando histórias» (350). Sobre cada uma, apresenta alguns dados considerados histórica ou arquitetonicamente importantes (altura dos minaretes, personagens ligadas à edificação ou nelas sepultados, etc.), eventualmente como «nota de reportagem» suscetível de interessar e agradar ao público leitor.

Sobre a mesquita de Mohamed Ali, edificada na cidadela de Saladino (a que Quintinha chama «Saladim, o famoso adversário dos

cruzados» – 353), sobre qual diz liminarmente «Esta mesquita, duma severa imponência, reduz o homem a proporções insignificantes. Duma sumptuosidade austéra (...) – tudo um deslumbramento» (352), fornece mais pormenores (arcadas de alabastro, altos e graciosos minaretes, candelabros de cristal, lâmpadas de bronze cinzelado, embutidos dos mosaicos, etc.), mencionando, por exemplo, a praxe obrigatória de descalçar os sapatos «para que a poeira do mundo profano não maculasse as pedras sagradas» (352). Embora aluda à fonte de abluções, é de estranhar, a ausência de referência à torre do relógio de cobre rendilhado oferecido, em 1845, a Mohamed Ali Pachá, pelo rei francês Luís Filipe, mesmo diante da entrada da mesquita. Eça de Queirós, por exemplo, refere-se a esta torre, embora sem grande entusiasmo: «Num dos lados da colunata, alarga-se, pesada, fastidiosa, quadrada, burguesa, uma torre colorida a negro e ouro, onde mostra o seu quadrante imbecil um relógio enviado por Luís Filipe» (Queirós 1926: 10, 11)[(7)].

Como o hodierno turista, Quintinha, num gesto repetido ao longo dos tempos por milhões de indivíduos, espreitou também das varandas da Cidadela as magníficas vistas do Cairo:

> Depois da visita à mesquita, demorei-me alguns minutos debruçado sobre uma das varandas da Cidadela, donde se disfruta o soberbo panorama do velho e novo Cairo, as margens do Nilo, todo o horizonte que se perde no deserto da Líbia. E tal miragem, que me deixou no espírito a sensação dum belo sonho, ressuscitou ante meus olhos alguns dos mais empolgantes quadros da história do Egipto (353).

Apesar de não ser uma ilustração perfeita desta paisagem observada do cimo da Cidadela, Julião Quintinha fez questão de incluir na página 305 do seu livro uma imagem do Cairo, legendada como «Um aspecto da cidade do Cairo» (figura 5). Os dois apontamentos fotográficos incluídos em *Terras do Sol e da Febre* auxiliam o leitor na captação das descrições narradas, ilustrando-as, e, ao mesmo tempo, estimulando a imaginação, a fantasia e o sonho no espírito desses leitores.

---

(7) Ver fotos da mesquita de Mohamed Ali (pátio com fonte de abluções e torre do relógio, cúpula interna, candelabros de cristal), todas de finais do século XIX e, portanto, muito próximas daquilo que Julião Quintinha teria encontrado (Araújo 2002: 168-172).

Figura 5 – Foto da página 305 de *Terras do Sol e da Febre*.

Depois de uma digressão pelo bazar oriental do velho bairro de Khan el Khalili, Quintinha visita o «mais belo museu do Cairo» (354), ou seja, o museu egípcio, «o mais famoso do mundo» (354), fundado, como ele refere, em 1857, por Auguste Mariette-Pachá[8]. O jornalista tem consciência que era inviável descrever tudo o que se encontrava no museu e, por isso, escreve:

> Todas as maravilhas que contém, a maior parte documentos da elevada civilização egípcia, datando de quatro e cinco mil anos antes da era de Cristo, não se podem descrever num capítulo, porque dariam imensos livros do maior interesse. A visita ao museu toma aspecto duma peregrinação a lugar sagrado, e passamos comovidamente, silenciosamente, ante as estátuas de mármore, de granito, de madeira, as legendas e frisos esculpidos ou pintados, onde avultam os emblemas e ornatos egípcios (355).

(8) O museu fundado por Mariette ficava em Bulak. O museu que Quintinha viu em 1927 é o que se encontra, desde 1900 até aos dias de hoje, na Midan Tahrir («Praça da Liberdade»), num edifício, como ele diz, «de estilo greco-romano» (354).

Claro que, na sua seleção de referências, Quintinha não podia omitir Tutankhamon, o faraó da moda, após a descoberta do seu túmulo por Howard Carter, cinco anos antes, e cujos objetos, «recentemente trazidos do seu túmulo no vale dos Reis, em Thebas»[9], ocupavam as salas do primeiro andar: «Em face deste tesouro, onde o requinte iguala a riqueza, e o supremo bom gosto ultrapassa a mais audaciosa e delicada imaginação, todos os pregoeiros da arte contemporânea têm de curvar-se e reconhecer a supremacia dessa outra, para sempre eterna, superior civilização» (355-6). Trata-se de um rasgado e eloquente elogio à antiga civilização egípcia e aos maravilhosos artefactos descobertos no túmulo de Tutankhamon que Quintinha aqui proclama.

Em 1932, no último capítulo do livro *Terras do Sol e da Febre,* Julião Quintinha afirma, no fundo, em relação a Tutankhamon e ao museu egípcio do Cairo, o mesmo que fará sete anos mais tarde na notícia de 24 de março de 1939 no *República (Série II*): considera Tutankhamon «o mais sagrado e poderoso de todos os reis do Egipto» (356), destaca o seu sarcófago (sem esquecer de aludir à morte de Lord Carnarvon devido «à magia negra contida no sarcófago real» - 356) e escreve pela primeira vez no livro aquilo que depois repetirá na notícia de 1939:

> Tentar pálida descrição, resumida reportagem, é quási impossível tarefa para um jornalista. Imagine o leitor: centenares de vitrines cheias de joias esquisitas, em que refulgem todas as pedrarias preciosas, as mais lindas pérolas, los mais raros rubis, esmeraldas, safiras e diamantes, engastes em oiro, marfim, em madeiras perfumadas, em coralinas – e tudo isto nos mais estranhos modelos de braceletes, anéis, colares, milhares de objectos de uso desconhecido e complicado (356-7).

Não é apenas esta parte do texto de 1932 que Julião Quintinha reutiliza em 1939. De facto, os últimos três parágrafos do texto jornalístico de 24 de março de 1939 surgiam já no capítulo final «O deslumbramento do Egipto» de *Terras do Sol e do Fogo*:

(9) No seu texto, Julião Quintinha data com precisão a exposição dos objetos: «Os objectos que vieram de Thebas, e enchem algumas salas do museu, estão expostos desde 1 de dezembro de 1926, e constituem das mais belas coisas do mundo – sem dúvida o mais belo espectáculo de arte que me foi dado admirar» (356).

> A peça mais rica que se expõe nas salas é a que está na vitrine 29, o terceiro ataúde que continha a múmia do rei. É de oiro maciço, cinzelado interior e exteriormente, a tampa representando Tut-ankh-Amon figurado de Osiris, os braços cruzados sobre o peito, e ao redor do busto, preciosamente esculpidas, todas as divindades do alto e baixo Egipto, com a maior beleza e esplendor.
>
> Este ataúde de oiro estava encerrado em outro de madeira preciosa, com entalhamentos doirados no mesmo estilo, que se encontra exposto na vitrine 36. O primeiro ataúde, que guardava aqueles, ainda se encontra em Thebas no Vale dos Reis.
>
> Outras peças soberbas a citar: a máscara de oiro maciço que cobria o rosto da múmia real, duma beleza incomparável, que dizem ser a fisionomia do próprio rei; um grande leito funerário, de madeira esculpida coberta de oiro, repousando sobre animais fantásticos; e o trono real, em madeira também trabalhada, com ricas decorações de oiro e pedras preciosas…
>
> Ao sair do museu, em contacto com o ar livre, tem-se a impressão de despertar dum sonho… (358).

A «infinidade de objectos para uso íntimo do rei» (357) expostos no museu, nos mais variados materiais («sândalo, oiro, marfim, alabastro, cobre, bronze, lapis-lazuli» – 357), tudo foi visto e valorizado pelo jornalista português que não se coíbe de elogiar vezes sem conta tais maravilhas, tal faraó e tal museu: «tudo para além, muito para além, do mais fantástico sonho, da mais prodigiosa imaginação. Que rei artista e poeta, que homem estranho e único deveria ter sido esse Tut-Ankh-Amon, cujo rastro de beleza de tal modo assombra os nossos dias!» (357-8); «Alguns dias depois da minha saída do Cairo, em pleno Mediterrâneo, êste museu do Egipto ainda exercia no meu pensamento a mesma fascinação.» (358-9).

De tudo o que viu no Cairo, foi certamente o conjunto de artefactos artísticos do túmulo de Tutankhamon o que mais perdurou na memória do representante do *Jornal da Europa*. O resto, como ele reconhece, «não será mais do que um belo sonho.» (360).

Conclusão

Como já foi escrito, Julião Quintinha teve quatro paixões: a República, os livros, África e o jornalismo (Marques 1971: 160). No domínio do

jornalismo, pertenceu a uma escola em que o vivido, o experienciado, contava sobremaneira. Tendo palmilhado, sentido e vivido a África, sobretudo a partir de 1925, deixou nos seus livros documentação expressiva dessa filosofia e conceção. No que se refere aos testemunhos registados sobre a capital do Egito no último capítulo de *Terras do Sol e da Febre*, sobressai a descrição que faz do seu museu e dos tesouros de Tutankhamon que não hesitou em voltar a utilizar outra vez na notícia de 24 de março de 1939: mais de metade deste texto é uma repetição substantiva ou integral das cinco páginas e meia (354-9) que lhes dedicou no seu livro de 1932.

Habituado ao mundo das letras e do jornalismo, Quintinha terá, seguramente, feito algumas leituras preparatórias, prévias à sua viagem ao Egito ou durante a mesma, que o ajudaram a enquadrar e compreender melhor os monumentos históricos que visitava e as personagens históricas a que estavam associados. Os elementos que fornece sobre alguns deles (Grande Pirâmide, Grande Esfinge, mesquitas islâmicas) só podem resultar da consulta e do compulsar de obras mais ou menos especializadas sobre essas temáticas. Sobre elas, porém, o Autor não fornece nenhuma informação. Mas a escrita do jornalista português é feita de vivência e observação direta no Cairo, e tem, por isso, o sortilégio e o fascínio das crónicas de viagem e no que ao Egito antigo diz respeito (Cairo faraónico e islâmico) foi capaz de reconhecer o seu extraordinário contributo civilizacional e cultural, sem rodeios nem preconceitos. O Egito que se colhe em *Terras do Sol e da Febre*, sobretudo o faraónico que mais nos interessa, mesmo com uma ou outra imprecisão ou cedência ao rigor numa ou noutra passagem ou pormenor, é um Egito positivo, quase idílico e idealizado, onde o Outro de outras cronologias e geografias é alvo de elogios, de glória e de deslumbramento, que levam o jornalista do *Jornal da Europa* a acreditar que África tinha ainda muito para dizer: «A Esfinge Negra não falou ainda, e a sua voz, que terá o clamor angustiado de cento e noventa milhões de bôcas, atroará o mundo no momento em que a velha Europa queimar as últimas energias da sua decrepitude gloriosa.» (362).

Sendo um dado cultural de extrema relevância, quer no caso do Cairo faraónico, quer do islâmico, surpreende que no seu retrato Julião Quintinha não dedique mais espaço e atenção à dimensão religiosa, sobretudo do tempo dos faraós. Uma referência fugidia a Osíris, outra a Harmachis e a mera inclusão do nome de Amon no nome do faraó

Tutankhamon e é tudo. Fica a sensação que nas suas impressões o dado religioso não esteve no centro do seu «inquérito jornalístico» e interpretativo dos quadros existenciais e organizacionais da vida do Egito antigo e contemporâneo. Ainda assim, brindou os vindouros com um apaixonante relato de viagem ou ofereceu, como ele diz: «todo um sonho convertido em realidade» (14).

Bibliografia

Araújo, Luís Manuel (1987). *Eça de Queirós e o Egipto faraónico.* Lisboa: Editorial Comunicação.

« – » (2002). *Imagens do Egipto queirosiano. Recordações da jornada oriental de Eça de Queirós e o conde de Resende*. Vila Nova de Gaia: Solar Condes de Resende.

César, Amândio (1971). "Na morte de Julião Quintinha", in *Novos Parágrafos de Literatura Ultramarina*. Braga: Sociedade de Expansão Cultural.

Dawson, Warren R., Eric P. Uphill (1972). *Who was who in Egyptology*. London: The Egypt Exploration Society.

Duarte, Maria João Raminhos (2010). *Silves e o Algarve: uma história de oposição à ditadura*. Lisboa: Colibri.

Dodson, Aidan, Dyan, Hilton (2004). *The complete royal families of Ancient Egypt.* Cairo: The American University in Cairo Press.

Grajetzki, Wolfram (2005). *Ancient Egyptian Queens. A Hieroglyphic Dictionary.* London: Golden House Publications.

Lisboa, Eugénio coord. (1994). *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*. Vol. III. Lisboa: Instituto do Livro e da Leitura/ Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro/ Publicações Europa-América.

Malheiro, Pedro de Abreu (2006). "A Esfinge de Guiza. Indagação do seu significado e função no contexto do Império Antigo", *ARTIS – Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, nº 5. Lisboa: Universidade de Lisboa, 17-48.

Marques, Maria da Graça Maia (1997). "A 'Alma Algarvia' de Julião Quintinha", in *IV Jornadas de Silves.* Silves: Associação de Estudos e Defesa do Património histórico-Cultural do Concelho de Silves, 159-182.

Quintinha, Julião (1928). *África Misteriosa: crónicas e impressões duma viagem jornalística nas colónias da África portuguesa.* Lisboa: Portugal Ultramar.

« – » (1929). *Oiro africano: crónicas e impressões duma viagem jornalística na África Oriental portuguesa*. Lisboa: Portugal Ultramar.

« – » (1932). *Terras do Sol e da Febre: Impressões do Congo Belga, Africa Equatorial Francesa, Transvaal, Nyasaland, Tanganyka, Zamzibar, Mombaça, Adem e Egipto*. Lisboa: Casa Editora Nunes de Carvalho.

Quintinha, Julião, Francisco Toscano (1930). *A Derrocada do Império Vátua e Mousinho de Albuquerque*. Lisboa: Portugal Ultramar.

Queirós, Eça de (1926). *O Egipto. Notas de Viagem*. Porto: Lello & Irmão Editores.

Reeves, Nicholas (2000). *Ancient Egypt. The Great Discoveries. A year-by-year chronicle*. London: Thames & Hudson.

Rego, António da Silva (1959). "A Agência-Geral do Ultramar e os concursos de Literatura Ultramarina", *Estudos Ultramarinos – Literatura e Artes,* Vol. 8, Número 3. Lisboa: Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, 195-203.

Rodrigues, Flávia Arruda (2011), "Oiro Africano: uma ferramenta da dominação do Estado Novo Português", *Anais do XII Congresso Internacional da ABRALIC*. Curitiba: UFPR, 7 pp (sem paginação numerada).

Sales, José das Candeias (2015). "O lusitano Teodorico e o alemão Topsius no Oriente ou em torno da camaradagem luso-alemã n'A Relíquia de Eça de Queirós", in *Política(s) e Cultura(s) no antigo Egipto.* Lisboa: Chiado Editora, 367-409.

Tyldesley, Joyce (2006). *Chronicle of the Queens of Egypt from early dynasties times to the death of Cleopatra*. London: Thames & Hudson.

(Página deixada propositadamente em branco)

Revista de História das Ideias
Vol. 39. 2ª Série (2021)
301-324

ABC-DIÁRIO DE ANGOLA – UM BALUARTE DA OPOSIÇÃO POSSÍVEL NA IMPRENSA COLONIAL PORTUGUESA DOS ANOS 1960

ABC-DIÁRIO DE ANGOLA – A BULWARK OF THE OPPOSITION POSSIBLE IN THE COLONIAL PORTUGUESE PRESS OF THE 1960s

João Manuel Rocha
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa
gjoaorocha@gmail.com
https://orcid.org/0000-0001-6835-1163

Texto recebido em / Text submitted on: 24/10/2019
Texto aprovado em / Text approved on: 04/03/2021

Resumo:

Em vésperas da guerra colonial, em Luanda, o *ABC-Diário de Angola* explorava o distanciamento possível face ao regime de Salazar e à sua política ultramarina. Com uma abordagem inspirada em análise de conteúdo e de discurso de noticiário cruzada com pesquisa em arquivo, neste artigo identificam-se opções editoriais e propõe-se uma caraterização de um diário que chegou a ser visto no Ministério do Ultramar como uma «perigosa 5ª coluna». Reflete-se também sobre a singularidade que o jornal conseguiu ter no quadro do regime autoritário do Estado Novo. Sem o seu fundador, Machado Saldanha, o jornal evoluiria no final da década de 1960 para um alinhamento com as autoridades, tornando-se um arauto do marcelismo.

Palavras-chave:

Imprensa; jornalismo; colonialismo; Portugal; Angola.

https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_12

Abstract:

On the eve of the colonial war in Luanda, the *ABC-Diário de Angola* sought ways to keep as far as possible from Oliveira Salazar's regime and its overseas policy. With an approach inspired by content and discourse analysis and with the support of research in archives, in this article we identify newspaper's options and practices, contributing to the characterization of a newspaper that came to be seen in the Ministry of Overseas as a «dangerous fifth column». We also reflect on the specificity that the title managed to have under the authoritarian regime of Estado Novo [New State]. Without his founder, the paper would evolve, at the end of the decade, into a government-aligned daily, becoming a herald of the last chief of the dictatorship.

Keywords:

Press; Journalism; Colonialism; Portugal; Angola.

Introdução

O *ABC-Diário de Angola* foi, ao longo da maior parte da década de 1960, motivo de preocupação para as autoridades do Portugal colonial. O Gabinete de Negócios Políticos (GNP) do Ministério do Ultramar recomendou várias vezes a criação de uma censura especial para o jornal e não escondia a perplexidade com as suas tentativas para divulgar notícias que considerava contrárias ao país. Chegou a manifestar à polícia política, a PIDE, o receio de que o diário fosse uma «quinta coluna».

Nos seus primeiros anos, o *ABC* foi indissociável da figura de Manuel Machado Saldanha, um «velho e honrado democrata», como o classifica um académico que na época ali trabalhou, Adelino Torres (2000: 23); um «corajoso liberal», como o apelida Adolfo Maria, redator em 1961-62[(1)]. Antigo funcionário superior da administração colonial[(2)], depois de se

Este trabalho foi apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia [Bolsa SFRH/BD/115274/2016].

(1) Entrevistado em Lisboa a 15-11-2016. Viria a ser dirigente do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), com o qual mais tarde rompeu.

(2) Desempenhou funções dirigentes na Guiné e em Cabo Verde e foi delegado de Cabo Verde na 1ª Exposição Colonial Portuguesa, realizada em 1934, no Porto, que teve como diretor técnico o então tenente Henrique Galvão.

aposentar Saldanha radicara-se em Luanda, onde desenvolveu atividade jornalística e empresarial e lançou o jornal, em 1958.

Neste artigo, em que se combinam resultados de uma leitura dos jornais inspirada na análise de conteúdo e na análise crítica de discurso com pesquisa documental no Arquivo Histórico Diplomático (AHD) e no Arquivo Nacional-Torre do Tombo (AN/TT) – bem como informações recolhidas em entrevista –, propõe-se uma caraterização do *ABC*, sustentando-se que, sob a batuta de Machado Saldanha, se afirmou como jornal do «contra».

A análise de conteúdo (Bardin 1979; Krippendorf 2004) é apropriada para detetar na imprensa a presença ou ausência de temas e sua frequência. Já a análise crítica de discurso, metodologicamente adequada pelas suas virtualidades na identificação de dimensões ideológicas nos discursos (Van Dijk 2005), contribui para sinalizar subtilezas nos discursos controlados pelos censores que, no caso concreto do Estado Novo, «por um lado impediam a difusão de ideias políticas não convencionais e, por outro, procuravam manter a estrutura moral tradicional» (Garcia 2009: 48).

O *corpus* jornais é composto pelas edições de agosto de 1960 do *ABC* e dos três outros diários que se publicavam em Luanda: *A Província de Angola*, o mais antigo e principal diário da colónia, veículo das aspirações autonomistas da sociedade colonial; o *Diário de Luanda*, controlado pelo partido único, União Nacional; e *O Comércio*, entusiasta da política colonial (Rocha 2019, 2020). Com o alargamento da análise ao conjunto dos jornais pretendeu-se identificar eventuais particularidades nas opções editoriais. A escolha do mês foi determinada por, nessa altura, terem ocorrido acontecimentos que se afiguraram adequados para testar a hipótese de singularidade do jornal. Em concreto: o primeiro dos três julgamentos em Luanda de nacionalistas angolanos, no que ficou conhecido para a História como o Processo dos 50; e a proclamação da independência de nove ex-colónias francesas em África. No caso do julgamento, que começou a 25 de julho, optou-se por alargar o *corpus*, procurando eventuais menções que lhe pudessem ter sido feitas em dias anteriores ao início, tendo a análise compreendido nesse caso o período entre 15 de julho e o fim de agosto. A constatação de diferenças no modo como os jornais noticiaram as comemorações de 15 de agosto – data da reconquista de Luanda aos holandeses, no século XVII – e o início dos cursos universitários de férias realizados nesse mês em Luanda, levou a

que também os títulos da cobertura jornalística dessas cerimónias fossem analisados numa perspetiva crítica de discurso.

O interesse pelo primeiro dos julgamentos do Processo dos 50 e pela sucessão de independências justifica-se pelo seu relevo no processo histórico angolano, no caso do primeiro, e do continente africano no seu todo, no segundo. O Processo foi na verdade composto por três processos que levaram a tribunal mais de meia centena de nacionalistas e opositores do regime presos em 1959. As prisões atingiram a generalidade dos grupos nacionalistas de Luanda, deixando-os quase completamente desorganizados (Alexandre 2017: 482), e tiveram relação próxima com o desencadear da luta armada – as cadeias da cidade estavam entre os alvos dos ataques de 4 fevereiro de 1961 e um dos objetivos dessa ação era libertar os presos (Medina 2005: 95; Mateus e Mateus 2011: 93).

A vaga de independências de 1960 deve ser entendida no contexto dos «ventos de mudança» que sopravam no continente africano – a expressão, usada poucos meses antes pelo então primeiro-ministro britânico Harold McMillan[3], «ganhou enorme notoriedade e atormentou os poderes que continuavam a resistir às aspirações da maioria negra» (Oliveira 2011: 26), numa altura em que na Assembleia Geral das Nações Unidas se desenhava uma maioria de países afro-asiáticos favorável às pretensões independentistas.

A ausência de informações concretas sobre cortes da censura em agosto de 1960 impediu um confronto entre aquilo que foi submetido aos censores e o que naquele mês foi publicado. Contudo, a pesquisa em arquivo revelou-se profícua por ter sido encontrada documentação que, embora sobre fases posteriores ao período estudado, foi muito útil para caracterizar o *ABC*, particularmente o espólio do GNP – organismo que tinha entre as suas tarefas a análise de imprensa, e que, pouco depois do período estudado, começou também a fazer a apreciação de provas de censura remetidas pelo governo de Angola. Criado em 1959 para apoiar a ação ministerial em matéria de política ultramarina, «congregando habilmente censura e propaganda», esse gabinete do Ministério do Ultramar foi das «mais importantes instituições» do aparelho político-ideológico do Estado Novo, embora o seu papel tenha, até agora, sido pouco destacado (Castelo 2015: 467-68).

(3) Discurso no parlamento da África do Sul, Cidade do Cabo, 3-2-1960.

Não ignoramos que aquilo que foi considerado importante pelos inspetores da PIDE, ou por outros agentes do Estado Novo, pode não ser o que é relevante para o investigador (Cahen 2005: 1-2), nem que não só não há fontes neutras como não basta extrair e compilar dados empíricos ou analisar «cada documento *per se*» – é preciso atender ao contexto de produção e circulação, «fazer a crítica das fontes, cruzá-las, confrontá-las entre si, atentar ao que se passa à margem» (Castelo 2013: 17). Foi também por isso que cruzámos documentação de arquivo com análise de conteúdo e discurso e recorremos a depoimentos recolhidos em entrevistas pessoais.

Os cartazes de Delgado

O *ABC-Diário de Angola* teve um arrastado processo de nascimento. O pedido para o lançar data de 1954. O Estado Novo tinha já realizado a sua «descolonização semântica» (Jerónimo e Pinto 2015: 54), com a revisão constitucional de 1951, que tornou as colónias em «províncias ultramarinas», num processo de afirmação de Portugal como país pluricontinental pensado para obviar a críticas externas. Começava também a ganhar forma, por essa altura, o primeiro dos planos de fomento lançados em 1953 pelo governo de Lisboa e que em Angola viria a traduzir-se em algumas ações de desenvolvimento infraestrutural.

É nesse contexto interno que, depois de ter deixado de ser acionista do *Diário de Luanda*, onde chegara a ser subdiretor, Machado Saldanha fez o pedido para lançar um novo jornal. Mas o então governador do território, Silva Carvalho, indeferiu o requerimento. O seu nome já suscitava reservas às autoridades. No ano anterior, a polícia política recebera a informação de que no *Diário de Luanda* predominavam indivíduos com «tendências separatistas e nativistas»: Machado Saldanha e Agnello Paiva, um experiente e conceituado jornalista(4). Na resposta a um pedido de informações feito à Polícia de Segurança Pública de Angola(5), a PIDE recebeu a indicação de que o ex-funcionário superior colonial

(4) Informação sobre Diário de Luanda, 15-4-1953, folha 135. AN/TT, PIDE, Serviços Centrais, SR 761/53, NT 2720.

(5) A delegação de Angola da polícia política foi formalmente constituída em 1954, mas a sua presença foi quase residual até 1957.

se dizia monárquico, mas que nele se notava uma «certa antipatia» pela «Situação», embora não tivesse sido «notada a sua presença» em anteriores campanhas eleitorais[6].

Não se conformando com a recusa, Machado Saldanha – que fora também subdiretor d' *A Província de Angola*[7], e tinha no currículo a condição de correspondente em Luanda da agência noticiosa norte-americana United Press[8], recorreu para o Conselho Ultramarino[9]. O caso arrastou-se durante anos, até que o jornal acabou por ser autorizado: a 10 de junho de 1958 começou finalmente a publicar-se, como matutino, em formato *berliner*[10], com maqueta inspirada no jornal espanhol homónimo, aquele que era o quarto diário de Luanda e de toda a Angola.

No cabeçalho, como diretor oficial, surgia Manuel Monterroso Carneiro, que fizera carreira como administrador de empresas, designadamente na Companhia de Açúcar de Angola, e fora deputado pela colónia africana à Assembleia Nacional, entre 1953 e 1957. Acionista da sociedade proprietária, para o qual Saldanha vinha congregando apoios[11], cumpria a imposição legal de os diretores terem de ser licenciados[12] e os requisitos de «idoneidade intelectual e moral» que lhes eram exigidos[13], embora a PIDE viesse mais tarde, numa caraterização que fez da equipa do *ABC*, a considerá-lo «desafeto à situação política

(6) Informação nº 1188/2ª/53/SS da 2ª Secção-Inf. E Cad, 9-5-1953, folha 132. AN/TT, PIDE, Serviços Centrais, SR 761/53, NT 2720.

(7) Informação Silvestre, 14-4-1956, folha 126. AN/TT, PIDE, Serviços Centrais, SR 761/53, NT 2720.

(8) Lista de correspondentes inscritos no final de 1953 no SNI (Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, que em 1944 sucedera ao Secretariado de Propaganda Nacional). AN/TT. Arquivo PIDE/DGS, Serviços Centrais, SR 761/53, NT 2720, Folha 133.

(9) Informação Silvestre, 14-4-1956, folha 128. AN/TT, PIDE, Serviços Centrais, SR 761/53, NT 2720.

(10) No caso concreto 48x30,5 cm. Mais tarde passaria ao formato tablóide.

(11) No final de 1960, as dez mil ações correspondentes a dez mil contos do capital da sociedade proprietária, que detinha também negócios de plásticos e uma livraria, estavam distribuídas por quase cinco dezenas de acionistas. Saldanha, com três mil, e Monterroso, com 950, eram os maiores. Cfr. Subsídios para o estudo da compra de uma posição acionista – (maioritária) 13 de Julho de 1961 Relatórios Diversos – Angola MU/GM/GNP/135/Pt.37.

(12) Decreto 12271, do Ministério das Colónias, de 3 de Setembro de 1926, conhecido como 'Lei João Belo', do nome do ministro da pasta.

(13) Decreto-Lei n.º 26589 – Diário do Governo n.º 112/1936, Série I de 14-05-1936.

vigente»[14]. Mas era um diretor ausente, que apesar de deslocações esporádicas a Angola residia em Lisboa desde 1945. O jornalista Acácio Barradas, que foi chefe de redação do *ABC* em duas fases, qualificou esse tipo de situação como escandalosa:

> Alguns proprietários de jornais, não tendo licenciatura e precisando de um director, iam pedir a um amigo licenciado que desse o nome para o cabeçalho. Alguns ganhavam por isso, outros aceitavam por mera vaidade. Mas havia casos escandalosos. Por exemplo, o *ABC* teve como director um engenheiro que vivia em Lisboa e que nunca conheci (Correia e Baptista 2010: 62).

A demora na chegada às bancas não evitou que o lançamento do jornal fosse um arranque em falso. O *ABC* começara a publicar-se sem que todas as questões de funcionamento tivessem sido acauteladas, como depressa teve de reconhecer: a 13 de julho, ao número 29, anunciou uma interrupção e o regresso, a 1 de agosto, como vespertino[15].

Como recordou Acácio Barradas, os cartazes do candidato presidencial Humberto Delgado na campanha para as eleições de 1958 foram impressos na tipografia do *ABC* e o jornal, que começou a publicar-se dois dias depois das presidenciais, «ficou logo muito ligado à oposição» (Correia e Baptista 2010: 52). «Não sendo verdadeiramente da oposição, era um jornal independente, tanto quanto possível. E em Luanda era o único que não alinhava nas hossanas ao regime» (id: 56). Era, no dizer de um autor que trabalhou no *ABC* e noutros títulos de Angola, um diário «de feição anti-salazarista», que teve «gravíssimos problemas com a censura» (Melo 1973: 173).

Marcas de desalinhamento

A análise de conteúdo das notícias do julgamento do Processo dos 50 permitiu concluir que o *ABC* foi o único diário que fez uma cobertura contínua do julgamento. O jornal acompanhou a par e passo as audiências, dedicando-lhe 11 notícias de dimensão variável, curtas

(14) Ofício secreto nº 765-G.U., 6-2-1962. Relatórios diversos – Angola. AHD, MU/GM/GNP/135/Pt.37.

(15) *ABC-Diário de Angola*, 13-7-1958: 1

na sua maior parte, entre 25 de julho e 11 de agosto[16]. Foi o único a levar o assunto à primeira página, ainda que, quando o fez, ou lhe foi permitido fazê-lo, tenha sido apenas para noticiar que nesse dia, o da leitura da sentença dos sete acusados, à hora de fecho da edição decorria ainda a audiência. No polo oposto, o *Diário de Luanda* e *A Província de Angola* fizeram uma única menção ao julgamento, com notícias discretas, em páginas interiores, sem grandes pormenores, no dia seguinte ao da leitura da sentença[17]. *O Comércio* referiu-se-lhe em três momentos – no início, quando foi interrompido e após a leitura da sentença[18]. Com a prudência que deve acompanhar a análise ao que é publicado sob censura, parece poder concluir-se que a maior prevalência do assunto no *ABC* deve ser encarada como resultado de uma intencionalidade editorial. Embora recorrendo à linguagem judicial e adotando um registo cronológico, o diário de Machado Saldanha foi também o que mais concretizou a natureza da acusação. Chegou a transcrever declarações de acusados, ainda que – como seria de esperar em contexto censório – não tenha mencionado alegações que fizeram na sala de audiências, designadamente que «as suas confissões tinham sido obtidas mediante torturas diversas e coacção» (Medina 2005: 83).

Relativamente às independências africanas de agosto de 1960, o *ABC* foi também o único a fazer uma cobertura sistemática, ainda que quase sempre discreta. Ao longo do mês foram proclamados oito estados, a que se somou a cisão da Federação do Mali, da qual o Senegal se autonomizou, declarando a sua independência. Atendendo a que a cisão deu origem, por si só, a 58 notícias nos diários de Luanda – uma noticiabilidade explicável pela «negatividade», um dos fatores que diferentes estudos sobre jornalismo[19] indicam reforçar a probabilidade de um assunto se tornar notícia – considerou-se adequado focar a análise

(16) Edições de 25, 26, 27, 28 e 29 de julho; 1, 2, 3, 9, 10 e 11 de agosto. Na edição de 21-8, o assunto volta ao jornal, na coluna de um colaborador, Dutra Faria, diretor executivo da agência noticiosa metropolitana ANI, para contestar artigos publicados no estrangeiro sobre o assunto. Ao citar passagens de um artigo do jornal *Estado de S. Paulo,* para as repudiar, utiliza a expressão "O Processo dos Cinquenta", que não fora anteriormente usada no diário de Angola.

(17) Edições de 11 de agosto.

(18) Edições de 26 e 30 de julho e 11 de agosto. Na edição seguinte, de dia 12, o jornal repete a notícia da véspera para corrigir um lapso na informação sobre a sentença.

(19) Na senda do trabalho seminal de Galtung e Ruge (1965).

apenas nas restantes oito independências[20]. Procurou-se, desse modo, compreender a atenção prestada ao aparecimento de novos Estados sem a negatividade «inflacionadora» da cobertura jornalística.

O *ABC* assinalou a independência dos oito países e fez referência aos seus processos de adesão às Nações Unidas, embora apenas uma das 14 notícias que publicou, todas em registo telegráfico característico do estilo de agência, tivesse mais do que um parágrafo. Ainda assim, a regularidade da cobertura distingue-o dos demais jornais. Mais diferenciadora foi a sua edição de 29 de agosto, na qual publicou «Um mapa sobre a África actual» (figura 1), chamando a atenção para «a rapidez desconcertante com que se altera[va] a fisionomia do continente africano». Reproduzido do diário lisboeta *O Século*, ocupou o essencial da primeira página.

PARECE NÃO TER
UM MAPA
SOBRE
A ÁFRICA
ACTUAL
ABC
DIÁRIO de ANGOLA
dos países africanos
INAUGURADA EM LÉO
JORNAL
& DINHEIRO
Regulada a instalação
DE FÁBRICAS DE PÓLVORAS
E EXPLOSIVOS NO ULTRAMAR
ELEIÇÕES NO BRASIL
TEIXEIRA LOTT
É MAIS PRÓ-OCIDENTAL
do que JÂNIO QUADROS
Compre ŠKODA

Figura 1 - Primeira página do ABC. 29 de agosto de 1960.
Fonte: Hemeroteca de Lisboa.

(20) Daomé, Níger, Alto Volta, Costa do Marfim, Chade, República Centro-Africana, República do Congo ex-francês e Gabão.

Maquetado a todas as cinco colunas, o mapa era acompanhado por um pequeno texto de enquadramento e de uma lista, que se prolongava para a última página, dos territórios africanos e indicação da sua natureza jurídica: «Estados independentes», com indicação de mês e ano da obtenção desse estatuto, «Territórios não independentes» e «Departamentos franceses e províncias espanholas e portuguesas». Embora usando o mapa d' *O Século*, que o publicara na sua última página, com uma pequena chamada na primeira, o *ABC* não só lhe deu um maior destaque como não o fez acompanhar de considerandos como os do diário lisboeta, que claramente subscreviam a política governamental:

> Todos reconhecem que o grau de desenvolvimento atingido e a necessidade de explorar os recursos naturais da África e o esforço dos seus habitantes não autorizam a prescindir do concurso dos europeus que o colonizaram intensa e eficazmente(21).

A análise de conteúdo permite também perceber que na restante imprensa diária as oito independências ocorridas em menos de três semanas tiveram uma atenção jornalística mais irregular e menor que no *ABC*: seis notícias no *Diário de Luanda*; sete n' *O Comércio*; e nove n' *A Província*. Mais do que os números, e do registo sempre breve, ressalta da análise o carácter avulso e descontínuo da cobertura feita por estes jornais. Em vários casos, os leitores, principalmente os do *Diário de Luanda*, apenas souberam das mudanças nas chamadas África Ocidental Francesa e África Equatorial Francesa dias depois da sua ocorrência e de modo indireto – indireto no sentido em que as notícias informaram menos sobre a proclamação propriamente dita do que sobre aspetos complementares ou laterais: o reconhecimento pelo governo português, o processo de admissão nas Nações Unidas, ou até a composição da delegação francesa enviada a uma das cerimónias.

Para além da maior atenção dada quer ao julgamento quer às proclamações de independência, a análise de conteúdo e de discurso permitiram identificar outros traços distintivos do *ABC-Diário de Angola*:

a) Era o único jornal que não publicava informação sobre audiências do presidente do Conselho, Oliveira Salazar, e do presidente da

(21) "A África Nova", *O Século*, 16-8-1960: 12.

República, Américo Tomás, nos quais apenas era divulgado o interlocutor, não o resultado nem o motivo da reunião. Ex:

Presidência do Conselho

Lisboa, 31 – O Presidente do Conselho trabalhou com o ministro o Ultramar. – L.[22].

b) Publicou, tal como *A Província de Angola*, artigos sobre culturas e vivências endógenas angolanas que, embora escassos, ganham relevo num quadro geral de ausência dessas temáticas. O *ABC* publicou dois artigos e o *Província* um[23], nenhum deles notícia[24]. Nos outros dois diários não foi identificada qualquer referência do género.

c) Foi o jornal que adotou um maior distanciamento no relato das comemorações do 15 de agosto, designadamente do desfile militar realizado, abstendo-se do uso de adjetivos ou pontos de exclamação enfatizadores da retórica nacional-colonial:

ABC, 15/8:

«Luanda em Festa / com mais um / aniversário da Restauração».

Diário de Luanda, 16/8:

«Um imponente desfile militar / foi o acontecimento mais importante / do primeiro dia das Festas da Cidade / que se prolongarão até Dezembro».

A Província de Angola, 17/8:

«O importante desfile militar / constituiu o número mais empolgante / das comemorações do 312º aniversário da restauração / da soberania portuguesa em terras de Angola».

«Sós ou acompanhados ficaremos! / Ficaremos por dignidade própria, / por amor de Angola e amor de Portugal!».

---

(22) *O Comércio*, 1/8/1960: 1.

(23) No *ABC*, "Como tomei parte na investidura dum soba", 2-8-1960: 1; e "De Cabinda escreveu Emídio Filipe: Digo adeus consigo maamâ cabinda…", 20-8-1960: 1. N' *A Província*, "Lundas", o artigo etnográfico publicado no número especial de 15-8-1960. Este jornal editou também um trabalho motivado pelo conflito no vizinho Congo ex-belga: "Etnografia - Balubas e Luluas", 5-8-1960: 1.

(24) A única notícia que pode ser entendida como sinal de valorização da pessoa negra é internacional e surge no *ABC*: "Vai ser canonizado o primeiro santo negro da Igreja Católica", 9-8-1960: 1.

O Comércio, 17/8:

«Comemorações do 15 de Agosto / O desfile militar de ante-ontem / decorreu com muito brilho / e foi apreciado por densa massa de povo /junto ao monumento de Salvador Correia / – Reis Ventura proferiu uma vibrante oração».

Finalmente,

d) nos títulos de primeira página em que relata o início dos cursos universitários de férias realizados em Luanda, o *ABC* privilegia a «novidade», ao contrário dos outros jornais que destacam os protagonistas políticos ou a mensagem doutrinária:

ABC, 16/8

«'Trazer o Ensino Universitário / periodicamente às províncias ultramarinas / e pôr os professores em contacto directo com as realidades locais/ de modo a que a universidade / conheça e avalie cada vez melhor / os problemas portugueses / seja onde for que eles se desenhem' / – tais são os objectivos primordiais do I Curso / Universitário de Férias, hoje inaugurado / segundo declarou o sr. prof. dr. Marcelo Caetano».

«'Vem a Universidade / pela primeira vez a Angola / – esperamos que venha para continuar / e, um dia mais tarde, para ficar' / – afirmou o governador-geral, dr. Silva Tavares».

Diário de Luanda, 16/8

«Com o chefe da província / ocupando o lugar de honra / inauguram-se hoje / os Cursos de Férias Universitários».

A Província de Angola, 17/8

«'Não defendemos apenas /as nossas pessoas ou os nossos bens / – defendemos a essência do próprio Portugal!' / afirmou ontem o sr. Governador-Geral / na inauguração solene / dos Cursos de Férias da Univer. de Lisboa».

O Comércio, 17/8

«O Ultramar está presente / nas universidades portuguesas/ há nelas um forte desejo de colaborar/ activamente na grande obra aqui em curso/ – magistral lição proferida pelo Sr. Prof. Dr. Marcelo Caetano / Reitor da Universidade de Lisboa».

«'Estamos aqui para ficar! / Não defendemos apenas / as pessoas e os bens / mas a própria essência da Nação' / – afirmou o Sr. Governador-Geral / abrindo o Curso universitário de férias».

Leitura crítica das soluções jornalísticas

A cobertura jornalística dos temas escolhidos suscita várias reflexões: desde logo o contraste entre a atenção prestada pelo *ABC* ao julgamento do Processo dos 50 e às proclamações de independência e o quase completo alheamento dos restantes jornais; tal como, ao invés, a ausência no vespertino liderado por Machado Saldanha de telegramas sobre as audiências das mais alturas figuras do Estado Novo.

Na perspetiva da Análise Crítica do Discurso, as ausências, do julgamento e das independências ou, ao contrário, da agenda de Oliveira Salazar ou Américo Tomás, são relevantes porque «a análise do 'não dito' é por vezes mais reveladora do que o estudo daquilo que é realmente expresso» (Van Dijk 2005: 66). Quer dizer que noticiar ou não noticiar, dar ou não visibilidade a um assunto, não é menos importante para a compreensão da ideologia subjacente – ideologia entendida aqui como conjunto de crenças ou valores – do que o modo como esse assunto é noticiado. Noticiar o julgamento é dar visibilidade à contestação ao poder colonial, da mesma forma que noticiar proclamações de independência é dizer, ainda que discretamente, que nem todos os casos são como o do vizinho ex-Congo belga, recém-independente e mergulhado nessa altura em convulsão.

Mas como é também pelo discurso que as ideologias, políticas ou outras, podem ser «transmitidas, normalizadas ou legitimadas» (Van Dijk 2005: 114), a análise dos títulos sobre as comemorações de 15 de agosto, designadamente o seu léxico, é igualmente importante para a caracterização do *ABC*. Essa análise revela um notório contraste entre o registo sóbrio daquele diário e a adesão dos outros jornais à narrativa do regime, expressa pelos adjetivos «imponente», «importante» e «empolgante», ou pelo substantivo «brilho».

Os matizes que a análise revela entre jornais, e a especificidade de algumas das opções do *ABC* – a que se pode acrescentar a presença, embora escassa e também presente n' *A Província*, de registos sobre culturas endógenas – não faz do diário uma publicação explicitamente oposicionista, nem alheia ao sistema colonial. Muito do seu noticiário

não era diferente do que se encontrava nos outros diários, embora, como notou Adolfo Maria, o diário representasse o «sector mais aberto» da burguesia da colónia[25]. Um friso de fotos de um baile da Cruz Vermelha, no qual «foram apresentadas à sociedade 14 debutantes» de «algumas das melhores famílias de Luanda»[26], é um exemplo da inserção do *ABC* na sociedade colonial, mas, como está amplamente documentado em informações e relatórios, quer o jornal quer o seu fundador eram encarados com desconfiança, tanto pelo GNP como pela polícia política.

O fantasma de uma «5ª coluna»

Já num momento posterior ao período escolhido para a análise, em abril de 1961, pouco depois do deflagar da guerra, Machado Saldanha foi proibido de residir em Angola e obrigado a seguir para Lisboa. A PIDE suspeitava que, entre outras atividades, em setembro do ano anterior, numa deslocação ao Gana, teria mantido contactos diretos com o Presidente Kwame N'Krumah[27]. Em contra-corrente com todas as outras informações documentais consultadas, o governo-geral atribui-lhe nessa altura uma suposta disponibilidade para mudar o rumo do jornal, ou mesmo para o fechar, bem como para mediar contactos com a UPA[28], desde que pudesse ficar em Angola[29]. O fundador do *ABC* acaba por ter de seguir para a metrópole, onde permanece até que, em setembro desse ano, o ministro do Ultramar, Adriano Moreira, a quem escrevera a expôr a sua situação, concluiu «não haver motivo legal para manter o afastamento»[30]. No mesmo ano, a polícia política fez uma incursão nas instalações do jornal. «Estava lá eu há alguns meses quando a PIDE

(25) Entrevista a Adolfo Maria.

(26) *ABC*, edição de 26-8-1960.

(27) Ofício nº 1761/61-S.R. Confidencial, 22-4-1961. AN/TT, PIDE, Serviços Centrais, SR 761/53, NT 2720, folhas 84 e 85.

(28) União das Populações de Angola, mais tarde rebatizada como FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola).

(29) "Cópia dum telegrama endereçado pelo Governo-Geral a Sub. Admin – Lisboa, em 31-3-961", AN/TT, PIDE, Serviços Centrais, SR 761/53, NT 2720.

(30) Ofício secreto, urgente, nº 34/B/6/4, enviado a 4-9-1961 pelo gabinete do ministro do Ultramar ao director da PIDE, folha 57. AN/TT, PIDE, Serviços Centrais, SR 761/53, NT 2720.

irrompeu por ali para prender uma série de tipógrafos negros que teriam participado no 4 de Fevereiro», recordou Adolfo Maria[31].

Em janeiro de 1962, o diretor do GNP, Ângelo dos Santos Ferreira, manifestava à PIDE o receio de que os elementos ligados ao jornal fossem uma «perigosa 5ª coluna»:

> Os cortes feitos naquele periódico pela Comissão de Censura à Imprensa de Angola, que mais recentemente chegaram ao nosso conhecimento, parecem demonstrar influência comunista e revelar também intuitos favoráveis à aproximação com os terroristas. Estes factos fazem-nos recear, que os elementos afectos a esse jornal constituam uma perigosa 5ª coluna, com cuja acção haverá que contar em qualquer contingência mais grave que venha a registar-se naquela Província[32].

O receio do diretor do GNP levou-o a pedir à PIDE informações sobre auxílios recebidos pelo jornal, a posição das entidades que prestavam essas ajudas «em relação à manutenção da soberania portuguesa em Angola», bem como sobre «relações existentes entre o pessoal que presta[va] serviço na redacção desse jornal e os elementos subversivos, que, no interior e exterior, visa[va]m a desagregação do Estado português»[33].

Na resposta, o diretor da PIDE, Homero de Matos[34], transcreveu informações da delegação de Angola, segundo a qual o *ABC* era, desde a fundação, «um baluarte da frente oposicionista» na província ultramarina. No jornal coexistiriam, segundo a polícia do regime, três tipos de alinhamentos: os próximos do dissidente Henrique Galvão, que no ano anterior liderara o desvio do paquete Santa Maria, entre os quais Machado Saldanha – descrito como «amigo íntimo» de Galvão – e os também acionistas Américo Aleixo e Mário Mota Veiga; os que estariam ligados à «linha do nacionalismo africano [personificada em] Mário Pinto de Andrade», caso de Acácio Barradas e do seu sogro Manuel Pereira do Nascimento; e os da «linha pró-comunista», a que eram associados os jornalistas Alfredo Margarido e Aníbal de Melo, o gestor e ex-militar António Antunes Cabrita e o tipógrafo e depois jornalista

(31) Entrevista a Adolfo Maria.

(32) Ofício secreto 77/15.009.900.023 (1) / 77/15.009.900.001 (4), 6-1-1962. Relatórios diversos – Angola. AHD, MU/GM/GNP/135/Pt.37.

(33) Ib.

(34) Ofício secreto nº 765-G.U., 6-2-1962. Relatórios diversos – Angola. AHD, MU/GM/GNP/135/Pt.37.

Emílio Filipe. «Com a atuação deste conjunto e com um corpo técnico repleto de elementos quasi na totalidade de raça preta e mestiça, fácil é de prever o objectivo comum que os norteia – separar Angola da Mãe-Pátria.». No mesmo ofício era dito que «sob a cobertura de jornal independente [o *ABC* chegava a] criticar, em alguns artigos» as posições oficiais portuguesas». Um dos exemplos que no mesmo ofício a PIDE dava do desalinhamento do jornal prendia-se com os recentes acontecimentos em Goa: «Ùltimamente, na passagem do ano, publicou na primeira página, a fotografia duma mulher, com um texto em que se fazia a apologia do 'reveillon'. Nessa altura, todos os jornais desta Província e do Mundo Português reflectiram o drama pungente da agressão a Goa».

A tolerância que a PIDE considerava existir para com o jornal era por ela atribuída aos serviços de censura de Luanda, que justificariam o facto de «deixar passar» notícias e artigos «bastante tendenciosos que se iam identificando com a onda de sublevação», com o argumento de ser o «único jornal 'liberal' que não era oportuno prejudicar, antes pelo contrário, conviria manter, para justificar no conceito internacional a liberdade de imprensa portuguesa». A Editorial ABC, com livraria na baixa de Luanda, era também mal vista pelas autoridades, por publicar livros de autores angolanos «todos eles de inclinação 'pro-negritude' e acentuadamente contrários ao 'luso-tropicalismo'» – a tese do sociólogo Gilberto Freyre sobre uma suposta capacidade portuguesa para criar sociedades harmoniosas, que o regime primeiro rejeitara e de que agora se socorria para invocar a excecionalidade da sua colonização.

Um apelo do M.P.L.A.

Nos tempos que se seguiram à classificação pela PIDE do *ABC* como «baluarte da frente oposicionista», as apreciações sobre o vespertino variaram apenas no vocabulário. «A linha de rumo político deste jornal, é por demais conhecida. Não só a direcção como todo o seu corpo redactorial, militam sob a bandeira de ideais desafectos ao actual regime e com tendências vincadamente separatistas», escrevia o GNP em outubro de 1962. Uma recomendação constante dessa nota(35) era a necessidade de uma censura especial:

(35) Informação nº 127-SC/Ci (2), 19/10/1962. Relatórios diversos – Angola. AHD, MU/GM/GNP/135/Pt.37.

> Sem uma censura à altura das circunstâncias, jornais da índole da do 'ABC' estão sempre na brecha para especulações sobre uma temática política das mais avançadas e impróprias, facto que já está a provocar grandes reparos entre os elementos politicamente sérios daquela cidade e mesmo junto de outros órgãos da imprensa de Luanda […]
>
> É certo que se trata de um jornal de relativamente curta expansão, mas é àvidamente lido pela facção oposicionista mais extrema da Província, que faz dele o seu oráculo de orientação política.

A opinião de que a censura ao *ABC* devia ser «confiada a pessoa com preparação e aptidões especiais» repetiu-se em vários momentos e continuava a existir em 1964(36).

Com frequência, o GNP juntava aos seus comentários exemplos de notícias do *ABC* barradas pela censura. «Continua a afinar pelo mesmo diapasão: nativismo, (não perde nunca o ensejo de dizer Portugal em vez de Metrópole(37), em oposição, por exemplo, a Angola) com referência a factos ou histórias através dos quais se pretende pôr em xeque a nossa política ultramarina», observava em fevereiro de 1964, explicitando:

> Sempre que se julga asado lá vai uma referência aos elementos do MPLA ou a outros quaisquer 'dirigentes' dos restantes grupos 'emancipadores' de Angola – processo de os tornar conhecidos(38).

No gabinete de apoio à ação do ministro do Ultramar não havia dúvidas: o *ABC* era, entre os jornais de Luanda, o que mais se destacava «na forma dúbia» de relatar os acontecimentos. «Fazendo uso de uma linguagem que se considera perigosa na actual conjuntura, este vespertino é um elemento da Imprensa angolana que se revela de manifesto pouco interesse para a posição do Ultramar português», escrevia-se em abril de

---

(36) Apontamento nº 415.A, Confidencial, Assunto: "Imprensa ultramarina – relatório quinzenal", 15-2-1964. SR.119/Censura à imprensa em Angola 1959/JAN/09 -1968/NOV/14. AHD, MU/GM/GNP/119/Pt.2.

(37) «Portugal» e «Metrópole» estão sublinhados no original consultado. A alusão a Portugal seria uma forma de, por oposição, identificar Angola como uma realidade distinta.

(38) Apontamento nº 415.A, Confidencial, Assunto: "Imprensa ultramarina – relatório quinzenal", 15-2-1964. SR.119/Censura à imprensa em Angola 1959/JAN/09 -1968/NOV/14. AHD, MU/GM/GNP/119/Pt.2.

1964[39]. No mesmo Apontamento eram dados exemplos de informações que o jornal pretendeu publicar a 15 de março daquele ano: uma notícia com o título «Um apelo do M.P.L.A.», sobre uma sugestão daquele movimento para uma conferência destinada a unificar os movimentos anti-portugueses; e, «também a título largo, [uma notícia] do encontro entre Humberto Delgado e Amílcar Cabral[40], a qual também foi cortada». No comentário à primeira das notícias, o funcionário do GNP não escondeu a sua perplexidade: «Não podemos entender como é que a redacção de um jornal se permite publicar notícias deste tipo. O 'A.B.C.' ultrapassa por vezes os limites do bom senso e das conveniências».

Machado Saldanha morreu em junho de 1964, em Lisboa. No imediato, o jornal continuou a dar preocupações às autoridades coloniais. No início de 1967, pela análise de provas censuradas, o GNP considerava «iniludível» a «persistência» com que ia «tentando a publicação» de notícias ou desfavoráveis ao governo, «ou concernentes ao movimento de oposição ao Governo ou, ainda, às reuniões e declarações de movimentos e elementos afectos ao terrorismo»[41]. No mesmo Apontamento notava que embora nalguns casos outros jornais procurassem publicar notícias de agência semelhantes às censuradas ao *ABC*, os textos deste não eram suavizados – mormente os «mais desfavoráveis» –, por soluções como as que a censura identificava noutros títulos da imprensa, designadamente a subordinação dessas notícias a «títulos reveladores do desacerto e incoerência das críticas» ou uma «acentuação irónica» que pusesse «o leitor de sobreaviso contra o que vai [ia] ler».

Porém, tendo então como diretor Francisco Braga Paixão, um coronel na reserva, o *ABC* estava em transformação, ainda que a fama de ser «do contra» viesse a servir à PIDE para o usar como incubadora para o *Tribuna dos Musseques* – um semanário idealizado pela polícia política, integrado em ações psicológicas concebidas para conquistar apoio africano para a causa colonial, que o jornal que fora de Machado Saldanha começou a publicar como suplemento em maio desse ano de 1967. Três anos mais

(39) Apontamento s/nº, Confidencial: Imprensa ultramarina – recortes sujeitos à censura – relatório mensal. Elementos entrados de 15 de Março a 15 de Abril, s/ data, Carlos Eduardo Machado. AHD, MU/GM/GNP/119/Pt.2.

(40) Delgado era então a principal referência da oposição portuguesa, Cabral liderava desde o ano anterior a guerrilha na Guiné-Bissau.

(41) Apontamento, nº 640, Censura à Imprensa Ultramarina – II/67, sem data concreta. Confidencial, Pessoa Amorim. Apontamentos confidenciais. AHD, MU/GM/GNP/159. pt6 c.

tarde, um documento manuscrito, constante da documentação do GNP, atestava a mudança:

> Tradicionalmente conhecido por ser um jornal da 'esquerda', òbviamente mudou de atitude ideológica quando passou a ser propriedade do grupo 'União' (J. Carvalho e Eurico Motta-Veiga[(42)]). A sua redacção foi 'expurgada' de elementos esquerdistas [...] pretendendo os seus proprietários que o jornal agora se situa ao 'centro'[(43)].

O *ABC* adotara «um 'cunho' profundamente 'marcellista'». «Nunca perde uma oportunidade de destacar em 1ª página todo e qualquer assunto relacionado com Sua Exa. o Prof. Marcello Caetano, sendo neste aspeto o jornal que mais se evidencia, seguido pela *Província de Angola*.[(44)]». Em 1971 foi comprado pela proprietária do *Diário de Luanda*. Nesse mesmo ano deixou de publicar-se, ressurgindo de modo efémero em 1974 (Melo 1993: 175).

Conclusões e pistas de reflexão

Uma primeira conclusão mais geral deste trabalho decorre da constatação de que a mobilização de contributos teóricos e metodológicos de diferentes campos do saber, própria das ciências sociais, é uma abordagem que, a partir de um caso concreto, sustenta a necessidade de repensar a relação entre Salazar, Estado Novo e comunicação social para além da equação «que tem prevalecido demasiado simplificada pela sua redução a um modelo linear, mecanicista e determinista» (Garcia et al. 2017: 14). Nessa relação, para além de não ser considerado o meio, ou suporte de transmissão, é negligenciado «o contexto social mais amplo, no qual se produzem os atos de comunicação» (id).

No que em concreto diz respeito ao foco deste artigo, a caraterização do *ABC-Diário de Angola*, os resultados da análise ao noticiário e a consulta

(42) União era a União Comercial de Automóveis. J. Carvalho era Joaquim Carvalho que, tal como Eurico Mota Veiga, integrava o grupo inicial de acionistas.

(43) Notas manuscritas sem data, com referências que permitem situá-las em 1970. Tópicos – Imprensa da Província de Angola. AHD, PT/AHD/3/MU-GM/GNP01-RNP/S0280/UI07911.

(44) Ib.

de correspondência e documentos trocados entre as autoridades – designadamente os exemplos de cortes da censura – confirmam que foi, durante boa parte dos anos 1960, um caso singular na imprensa diária de Luanda, o que é relevante se atendermos ao trabalho de «normalização» da imprensa prosseguido pelos aparelhos propagandístico e censório do regime.

A singularidade do jornal traduz-se no modo sistemático como, ao contrário dos outros diários, acompanhou o primeiro dos julgamentos do Processo dos 50 e a vaga de independências de agosto de 1960, bem como o alheamento a que votava a agenda dos chefes do governo e do Estado. No que diz respeito aos novos Estados africanos, a relativa invisibilidade que assumiu deve ser entendida à luz de uma «política altamente centralizada [que] impôs o corte dos artigos, notícias e reportagens sobre todos os aspectos da conjuntura internacional que se revelassem suscetíveis de pôr em causa o modelo vigente» (Pinto 2011: 388). Podendo ser uma hipótese explicativa para a escassa visibilidade das independências, a asserção ganhará em ser testada com estudos empíricos sobre diferentes momentos e temáticas internacionais e com uma análise comparativa entre o que era publicado nos diários da colónia e nos da metrópole. O contraste entre o registo noticioso sóbrio do *ABC* nas comemorações de 14 de agosto, que destoa das soluções adotadas pelos concorrentes, que não poupavam na exaltação patriótica, reforça a tese de uma especificidade do vespertino.

Embora limitada, a atenção que o jornal de Machado Saldanha dava a temáticas da cultura e vivência locais – um dado relevante num quadro geral de ausência dos africanos da agenda e conteúdos jornalísticos (Fonseca 2019: 262), que sublinha a natureza colonial dos projetos editoriais – é outro dos traços que o distingue dos outros jornais.

Por opções e omissões, até bem dentro da década de 1960, o *ABC-Diário de Angola* foi um caso à parte na imprensa diária da Angola, cultivando um distanciamento possível face ao poder político. A sua especificidade, por vezes expressa em subtilezas, é importante por indiciar uma dissonância no quadro de uma imprensa que a partir de meados da década de 1930 «foi forçada a apoiar o projeto colonial e as suas políticas» (Fonseca 2017a: 156) e em que as publicações autorizadas pelas autoridades foram relevantes «para a durabilidade do regime, visto que, através dos seus conteúdos» desempenharam um «papel de alicerce do Estado Novo, contribuindo assim para o enquadramento político e ideológico da sociedade colonial» (Fonseca 2017b: 281).

A singularidade do jornal tem de ser pensada no contexto mais amplo, como atrás sustentamos: a fase final do período que mediou entre o final da II Guerra Mundial, em 1945, e o início da década de 1960, uma etapa de «diversificação do regime» (Cruz 1988: 38), de abertura ao «Ocidente e às relações internacionais» (Torgal 2009: 344-345), em resultado da afirmação, desde meados da década de 1950 de uma «corrente modernizadora no seio do regime» que viria a perder terreno com o endurecimento e crispação induzidos pela guerra (Oliveira 2011: 28). Concretamente em Angola, por altura da eleição presidencial de 1958 a ideia prevalecente entre elites brancas era a de «alcançar a independência de Angola, de forma pacífica e de comum acordo com o governo metropolitano, que se pretendia democrático» (Pimenta 2008: 70).

Um tal contexto – bem como a natureza de um regime que tendo Salazar como figura tutelar aglutinava diversas linhas ideológicas (Torgal 1997: 31; Rosas 2001: 1032; Adinolfi e Pinto 2014: 165) e teve nas «rivalidades pessoais e de facção» uma das suas características (Oliveira 2011: 28-29) – poderia ser uma hipótese explicativa para o facto de um jornal inicialmente rejeitado acabar por ser autorizado. No que diz respeito à tolerância para com o *ABC* que a PIDE atribuía à censura de Luanda, embora seja de admitir que, por vezes, pudesse ocorrer uma espécie de negociação entre responsáveis dos jornais e censores para atenuar o rigor dos cortes, semelhante à que na mesma década foi sinalizada em Lisboa (Rego 1969: 27), a já atrás referida política de cortes «altamente centralizada» sobre o que pudesse pôr em causa o modelo vigente (Pinto 2011: id) torna mais plausível como explicação para essa tolerância o entendimento de que a existência de jornais com «diferentes identidades políticas, algumas contrárias ao regime, servia para sinalizar os principais grupos políticos, dar-lhes um espaço de respiração e criar a ilusão colectiva, útil sobretudo para efeitos de exportação, de que Portugal não era uma ditadura e até possuía imprensa oposicionista» (Baptista 2012: 159).

Moldado por Machado Saldanha, tendo ou não uma tal utilidade para o regime ditatorial, o *ABC* foi, durante alguns anos, «o jornal mais próximo da oposição portuguesa na colónia» (Pimenta 2013: 190); um «jornal de ideias oposicionistas» (Pinto 2019: 702), um bastião da oposição possível, num Estado Novo «que fez da manutenção do seu império colonial a sua grande cruzada» (Torgal 2009: 364-365).

Sem o fundador, também o *ABC* se tornou mais permeável ao poder político colonial. Embora não tenham sido encontrados dados sobre

alterações na estrutura acionista após a morte de Saldanha, o GNP relaciona a mudança na orientação editorial com a preponderância assumida na estrutura acionista por Joaquim Carvalho e Eurico Mota Veiga e a purga de elementos esquerdistas – um dado que confirma a importância de em análises que tomam a imprensa como objeto considerar tanto as condições de produção como a propriedade. Estudar o *ABC*, tal como a outra imprensa, é procurar vislumbrar o papel que esta possa ter nos processos históricos concretos em que se insere. No caso da Angola do final da colonização, o exemplo deste vespertino evidencia que sob a aparência de monolitismo se desenvolveram, ainda que não completamente, nem de modo permanente nem continuado, dinâmicas de sentido sociopolítico diverso.

Bibliografia

Adinolfi, Goffredo, Pinto, António Costa (2014). "Salazar's 'New State': The Paradoxes of Hybridization in the Fascist Era", in António Costa Pinto, Aristotle Kallis (eds), *Rethinking Fascism and Dictatorship in Europe*. Basingstoke: Palgrave McMillan, 154-175.

Alexandre, Valentim (2017). *Contra o Vento – Portugal o Império e a Maré Anticolonial.* Lisboa: Temas e Debates-Círculo de Leitores.

Baptista, Carla (2012). *Apogeu, Morte e Ressurreição da Política nos Jornais Portugueses – do século XIX ao marcelismo*. Lisboa: Escritório Editora.

Bardin, Laurence (1979*). Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Cahen, Michel (2005). "Arquivos coloniais, arquivos colonialistas? Os fundos de arquivos coloniais da PIDE/DGS e outros, como fontes históricas", in Maria de Lurdes Henriques (IANTT), *IV° Seminário internacional de Arquivos de tradição ibérica, Instituto dos Arquivos Nacionais*. Torre do Tombo; Associação latino-americana de Arquivos. URL: https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-02963483 (acesso a 24/02/2021).

Castelo, Cláudia (2013). *As fontes coloniais portuguesas na perspectiva do historiador*. Lisboa, Centro de Estudos Africanos (CEA-IUL) do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 15-18, URL: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/5343/1/CASTELO_As%20fontes%20coloniais%20portuguesas.pdf (acesso a 24/02/2021).

Castelo, Cláudia (2015). "A Mensagem Luso-Tropical do Colonialismo português tardio: o Papel da Propaganda e da censura", in Moisés

de Lemos Martins (coord.), *Lusofonia e Interculturalidade – Promessa e Travessia*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 433-449.

Correia, Fernando, Baptista, Carla (2010). *Memórias Vivas do Jornalismo*. Lisboa: Caminho.

Cruz, Manuel Braga da (1988). *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença.

Fonseca, Isabel de Ataíde (2017a). "The Press and Empire in Portuguese Africa 1842-1926", in José Luís Garcia, Chandrika Kaul, Filipa Subtil, Alexandra Santos (eds.), *Media and the Portuguese Empire*. Cham: Palgrave Macmillan, 145-159.

« – » (2017b). "O Intransigente: a imprensa de Angola e a durabilidade do Estado Novo", in José Luís Garcia, Tânia Alves, Yves Léonard (coord.), *Salazar, o Estado Novo e os media*. Lisboa: Edições 70, 263-281.

« – » (2019). *A imprensa e o Império na África Portuguesa, 1842-1974*. Lisboa: Edições 70.

Galtung, Johan, Ruge, Mari Holmboe (1965). "The Structure of Foreign News The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in Four Norwegian Newspapers", *Journal of Peace Research*, 2 (1), 64-90.

Garcia, José Luís (2009). "Sobre a censura em Portugal", in José Luís Garcia (org.), *Estudos sobre os jornalistas portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do seculo XXI*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 47-61.

Garcia, José Luís et al. (2017). "Salazar, o Estado Novo e os *media*: Introdução a uma nova agenda de investigação", in José Luís Garcia, Tânia Alves, Yves Léonard (coord.), *Salazar, o Estado Novo e os media*. Lisboa: Edições 70, 9-23.

Jerónimo, Miguel Bandeira, Pinto, António Costa (2015). "Modernizing Empire? Politics, Culture, and Economy in Portuguese Late Colonialism", in Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto (eds), *The Ends of European Colonial Empires, Cases and Comparisons*. Basingstoke: Palgrave McMillan, 51-80.

Krippendorf, Klaus (2004). *Content Analysis: An Introduction to Its Methodology* (second edition). Thousand Oaks: Sage.

Mateus, Dalila Cabrita, Mateus, Álvaro (2011). *Angola 61 – Guerra Colonial: Causas e Consequências*. Alfragide: Texto Editores.

Medina, Maria do Carmo (2005). *Angola: Processos políticos da luta pela independência*. Coimbra: Edições Almedina.

Melo, A. Borges de (1993). *História da Imprensa de Angola*. Queimados-Rio de Janeiro: Semana Ilustrada.

Oliveira, Pedro Aires (2011). "Harold Macmillan, os «Ventos de Mudança» e a crise portuguesa (1960-1961)", *Revista Relações Internacionais*, 30, 21-38.

Pimenta, Fernando Tavares (2008). "Nacionalismo Euro-Africano em Angola – uma Nova Lusitânia?", in Luís Reis Torgal, Fernando Tavares Pimenta e Julião Soares de Sousa (coord.), *Comunidades Imaginadas, Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 59-74.

« – » (2013). "Identidades, sociabilidades e urbanidades na África Colonial Portuguesa: Angola e Moçambique", in Matteo Pasetti (ed.). *Tra due crisi Urbanizzazione, mutamenti sociali e cultura di massa tra gli anni Trenta e gli anni Settanta*. Bologna: Archetipolibri, 183-200.

Pinto, Alberto Oliveira (2019). *História de Angola – da Pré-História ao Início do Século XXI*. (3ª edição). Lisboa: Mercado das Letras Editores.

Pinto, José Filipe (2011). *Segredos do Império da Ilusitânia: A Censura na Metrópole e em Angola*. Coimbra: Edições Almedina.

Rego, Raul (1969). *Horizontes Fechados*. Lisboa: Edição do Autor.

Rocha, João Manuel (2019). "Os jornais diários de Luanda em vésperas da guerra colonial", *Ler História*, 74, [Online], URL: https://journals.openedition.org/lerhistoria/4898 (acesso a 27/02/2021).

Rocha, João Manuel (2020). "Looking at Africa with Lisbon Eyes, The 'wind of change'", *Media History*, DOI: 10.1080/13688804.2020.1804344

Rosas, Fernando (2001). "O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo", *Análise Social,* vol. XXXV (157), 1031-1054.

Torgal, Luís Reis (1997). "'Estado Novo' em Portugal: Ensaio de reflexão sobre o seu significado", *Estudos Ibero-Americanos, PUCRS*, v. XXIII, n º1, 5-32.

« – » (2009). *Estados novos, estado novo: ensaios de história política e cultural*, vol. I (2ª ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Torres, Adelino (2000). "Preâmbulo", in Sócrates Dáskalos, *Um Testemunho para a História de Angola – Do Huambo ao Huambo*. Lisboa: Veja, 9-32.

Van Dijk, Teun A. (2005). *Discurso, Notícia e Ideologia. Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Porto: Campo das Letras.

Revista de História das Ideias
Vol. 39. 2ª Série (2021)
325-346

ARQUITETURA DA COMISSÃO DE SOCORRO AOS PRESOS POLÍTICOS
ARCHITECTURE OF THE POLITICAL PRISION RELIEF COMMISSION

Edgar Freitas Gomes Silva
Universidade Católica Portuguesa/Lisboa; Bolseiro da FCT
edgarsilva.fb@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-7068-7915

Texto recebido em / Text submitted on: 19/10/2019
Texto aprovado em / Text approved on: 06/01/2021

Resumo:

A ampliação da denúncia das prisões políticas em Portugal, durante o regime de Salazar e de Caetano, através dos contributos da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (CNSPP), transformou-se num problema nacional e internacional. Formou-se uma crescente consciência coletiva e uma cultura da luta pelos direitos humanos, contra as sequelas dos silêncios declarados pelo regime. Este texto considera a história daquele movimento social, que se cruzou com a batalha pela democracia em Portugal, cujo desempenho foi decisivo para a transformação social e política do País.

Palavras-chave:

CNSPP; presos políticos; repressão; movimento social; solidariedade.

Abstract:

The expansion of the denunciation of political prisons in Portugal, during the Salazar and Caetano regime, through the contributions of the National

https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_13

Commission for Relief to Political Prisoners (CNSPP), has become a national and international problem. A rising collective consciousness and culture of the struggle for human rights were formed against the aftermath of the silences declared by the regime. This text considers the history of that social movement, which intersected with the battle for democracy in Portugal, whose performance was decisive for the social and political transformation of the country.

Keywords:

CNSPP; political prisoners; repression; social movement; solidarity.

Abreviaturas

AH/ PCP – Arquivo Histórico do Partido Comunista Português
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
CD 25 de Abril/UC – Centro de Documentação 25 de Abril/Universidade de Coimbra
CD Museu do Aljube – Centro de Documentação – Museu do Aljube. Resistência e Liberdade
CDE – Comissão Democrática Eleitoral
CNSPP – Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos
PCP – Partido Comunista Português
PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PIDE/DGS – Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direção-Geral de Segurança

Considerações iniciais

Um Portugal desconhecido foi, em 10 de agosto de 1970, um título da *Circular nº 5* da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos para caracterizar o abismo existente entre a violência da repressão política no regime de Salazar e de Caetano e o nível da consciência da nação portuguesa sobre os problemas da repressão, das prisões e dos presos políticos.

Escolhemos estudar a trajetória ainda insuficientemente conhecida da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, na sua origem e numa possível avaliação de efeitos, como estudo de caso, como "locus"

privilegiado de observação e interpretação de uma etapa histórica decisiva da contemporaneidade em Portugal. A sua morfologia e perspetiva de longa duração induziu-nos a considerar uma abordagem historiográfica em que ensaiaremos uma operacionalização do conceito de movimento social.

Com este trabalho procuramos, de forma interpretativa, responder a duas perguntas fundamentais: até que ponto aquela Comissão incorporou elementos que facultem uma mais aprofundada interpretação de um ciclo de vida do regime de Salazar e Caetano? Como interpretar a natureza, a intervenção e o alcance do movimento social então emergente e sua influência para o triunfo da democracia?

A metodologia a seguir assentará numa pesquisa documental que privilegiará o universo da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, também com recurso a arquivos e fontes documentais produzidas num contexto concreto de desenvolvimento daquele movimento, seguindo, depois uma investigação de natureza indutiva e descritiva, tendo por base textos publicados, produzindo dados descritivos. Para fundamentar e desenvolver ideias e entendimentos, seguiremos também caminhos da História Oral, atendendo a entrevistas realizadas. O cruzamento das fontes documentais – trabalhando textos de protagonistas que testemunham e avaliam na imprensa escrita (jornais e revistas) as participações no movimento – trazem, em conjunto com as memórias individuais e com outra documentação escrita, diferentes vozes e multiformes registos com vista a um esforço de compreensão de uma complexa realidade histórico-social.

No densificar do conceito de movimento social avocaremos a pista teórica de M. Gohn que caracteriza os movimentos sociais como ações sociais e políticas dinamizadas por atores coletivos, numa determinada conjuntura específica de relações de força numa sociedade. E seriam essas ações geradoras de identidades e desencadeadoras de processos que visariam mudanças com impacto nos contextos de intervenção (Gohn 1997).

Será em conformidade com a ideia de movimento social que veremos como aquela Comissão desenvolveu uma função determinante na transformação social e política de Portugal. Aquela Comissão, ao mesmo tempo que dinamizou um amplo movimento social em defesa dos direitos dos presos políticos, desencadeou um envolvente compromisso político, com novos e abrangentes contornos sociais, para derrotar a economia do medo e para erradicar o sistema repressivo, essenciais à

natureza da ditadura, identitárias da orientação fascizante do regime e fulcrais para a durabilidade do poder instituído por Salazar e Caetano.

E se é verdade que desde que houve presos políticos houve solidariedade com os presos políticos, nunca antes se conseguira a extensão e a profundidade social e política daquele movimento social, com níveis tão amplos e tão intervenientes. À medida que a cultura do medo e a violência política tiveram maior enfrentamento ganhou espaço a luta pela democracia em Portugal e também se criaram condições mais favoráveis ao processo revolucionário.

Contexto político nacional em que emerge a Comissão

A Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, adiante designada como "a Comissão" ou como CNSPP, foi criada em dezembro de 1969 através de uma carta entregue na Presidência do Conselho. Datada de 31 de dezembro, na qual um conjunto de subscritores se constituem em Comissão Nacional, essa carta fundamenta e justifica por que razão os signatários lançam um movimento «em defesa dos direitos e da dignidade do preso político» (CNSPP – Comunicado ao País 20/01/1970: 7-8).

A constituição da CNSPP correspondeu a uma pronta resposta ao desiludir da esperança que se começara a instalar na sociedade portuguesa quanto ao "marcelismo", ao seu projeto e às expectativas geradas. Na correlação próxima com a enorme esperança que vastos setores da sociedade alimentaram quanto ao «abrir» do regime depois da substituição de Salazar, o frustrar dessa esperança trouxe desencantos e desalentos para quantos supuseram ser viável uma orientação reformista para o Estado Novo.

Quando em 26 de setembro de 1968, o Presidente da República, Américo Tomás, dirige uma mensagem ao país dando conta das limitações físicas e do estado de saúde de Salazar, que o impediam de exercer as funções de Presidente do Conselho, e em sua substituição designava Marcelo Caetano, inicia-se uma outra fase do regime. Então, uma corrente reformista no interior do Estado Novo, de acordo com Fernando Rosas, que a partir do rescaldo da II Guerra Mundial se fora constituindo em torno de Marcelo Caetano, acede plenamente ao poder. Os marcelistas chegavam, enfim, ao topo do poder executivo (Rosas 1999: 15-59).

Tinham um programa de reformas. Na célebre expressão de Marcelo Caetano, pretendiam os marcelistas uma «evolução na continuidade», um programa de «abertura» e «descompressão» do regime, através das reformas classificadas como «liberalizadoras», com a intenção inicial de transmitir sinais de mudança no campo político e das relações laborais, de mostrar um maior empenhamento no domínio do social e, mais claramente, um novo dinamismo nos processos de industrialização e um mais vincado discurso desenvolvimentista (Rosas 2004: 12).

Reflexo imediato do frustrar de expectativas quanto às reformas advogadas pelo marcelismo foi a decisão e os fundamentos da criação da CNSPP. Ainda antes da formalização oficial da comunicação sobre a constituição da Comissão, os seus promotores enviaram uma tomada de posição crítica a Marcelo Caetano dando conta, a 12 de dezembro de 1969, da conclusão de que o marcelismo era um regime bloqueado: a extinção da Polícia Internacional e de Defesa do Estado e a correlativa criação da Direção Geral de Segurança, pelo Decreto nº 49 401 de 24 de novembro de 1969, em nada tinha alterado o sistema, mantinha em vigor a legislação que regulamentava a PIDE e transferia, em globo, para a DGS «todo o pessoal, todo o material e munições que à PIDE pertenciam» (CNSPP – 1º Comunicado da CNSPP, 20/01/1970: 8). Esperara-se uma alteração do sistema repressivo existente no país, mas deu lugar a um tempo de desilusão. No plano das liberdades individuais, tinha sido anunciado um cumprimento mais rigoroso da lei, como também significativas reformas sobre a organização judiciária, sobre os direitos elementares dos arguidos, na moralização do processo penal e sobre o regime prisional. Nos primeiros meses de 1969 já eram denunciadas as autoridades policiais e as suas responsabilidades pela intensificação da repressão (Madeira, Farinha, Pimentel 2007: 96-99). O desalento crescente face às insuficiências e inércias dos propósitos reformistas justificaram novas exigências, diferentes formas de atuação cidadã e de intervenção social e política. É no quadro destas exigências e dinâmicas que a CNSPP se assumirá como uma resposta consequente.

Nos últimos anos do Estado Novo houve uma mobilização social crescente que conheceu, por um lado, uma pluralização dos atores, por outro, um processo de intensa radicalização política. Segundo Guya Acconero (Acconero 2013: 572-591) em Portugal, a partir de 1968, a mobilização tinha assumido as características de um ciclo de protesto transversal aos mais variados setores sociais, sobretudo graças à oposição à guerra colonial.

Não só com o movimento estudantil, mas, quer pela via do movimento da paz ou através das dinâmicas de oposição às guerras coloniais, quer por via doutros movimentos sociais, através do movimento operário e do movimento sindical, estava em curso uma intensa mobilização social e política que fertilizou processos de viragem na sociedade portuguesa. Estudos recentes sobre os últimos anos do Estado Novo e o período pré-revolucionário em Portugal têm vindo a iluminar um panorama que contradiz a visão de um país "adormecido" até ao momento da Revolução de Abril de 1974. Pelo contrário, os investigadores que têm estudado o período marcelista têm identificado a vitalidade dos movimentos sociais, numa agitação cada vez mais intensa e cada vez mais plural(1).

A Comissão/CNSPP como movimento social

Criada a Comissão pelo aproveitamento de uma brecha na legislação, no Código Civil de então, que previa a formação de comissões especiais, não sujeitas ao prévio reconhecimento oficial, os fundadores da CNSPP consideraram da maior gravidade a situação dos presos políticos. Mobilizava-os o «grave problema nacional dos presos políticos» (CNSPP – Carta entregue na Presidência do Conselho em 13/3/1971 e assinada pelos membros da CNSP: 107-112).

Esclarecedor é o testemunho de Levy Baptista quanto à forma habilidosa como a CNSPP se constituiu a partir do Código Civil numa eficaz forma de luta contra o regime no quadro da legalidade, na luta legal de oposição ao regime deposto em 25 de abril(2).

A Comissão, fruto de processos de convergência social e política, era constituída por elementos ligados ao catolicismo, entre os quais nove

(1) Cf. Accornero, Guya (2009). *Efervescência Estudantil. Estudantes, Ação Contenciosa e Processo Político no Final do Estado Novo*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Lisboa: ICS Universidade de Lisboa; Accornero, Guya (2010). "La rivoluzione prima della rivoluzione", in Guya Accornero, A. Botti (eds.), *Il Portogallo e la Transizione alla Democrazia*, número especial de *Storia e Problemi Contemporanei*, 54, 35-55; Cardina, Miguel (2008). *A Tradição da Contestação. Resistência Estudantil em Coimbra no Marcelismo*. Coimbra: Angelus Novus; Lopes Cordeiro, J.M. (2011) "Radicalismo político e ativismo estudantil nos últimos anos do fascismo, 1969-1974", in Miguel Cardina (ed.), Passado e Presente das Lutas Estudantis, número especial da revista *Vírus*, 12, 31-37.

(2) Cf. CD Museu do Aljube – Testemunho de Levy Baptista. Testemunhos recolhidos em 16/11/2016. Entrevistas conduzidas por Ana Aranha.

padres católicos e um pastor protestante, por pessoas ligadas ao PCP, ao futuro Partido Socialista e às várias correntes marxistas, assim como por personalidades sem vínculo partidário[3].

A Comissão beneficiava do facto de já existir uma rede de informação mantida pelas famílias dos presos, cuja ação vinha de décadas anteriores, através de uma práxis prolongada de apresentação de exposições sobre problemas dos presos, protestos contra formas de tratamento, e abaixo-assinados com reivindicações, exigindo ao Governo melhores condições de vida nas prisões e a libertação dos presos. Como afirmou uma das dirigentes fundadoras da Comissão: «desde que existiram presos políticos houve sempre solidariedade com os presos políticos. E houve várias experiências, legais, semilegais, formais, informais»[4].

A CNSPP definiu bem cedo linhas de rumo e formas internas de funcionamento orgânico[5]. A Comissão alargou o seu espaço de ação e ganhou rapidamente amplos apoios na sociedade portuguesa. Foram criados núcleos e comissões em diversos locais e distritos. Em abril de 1970, na *Circular nº 2*, a Comissão apresenta-se na Ficha Técnica da sua documentação pública como CNSPP Lisboa – Porto[6]. No logotipo de 1971, na *Circular nº 8*, já apresenta uma nova referência à implantação mais estruturada pelo País: Lisboa – Porto – Coimbra[7].

---

(3) Foram fundadores da CNSPP: Abílio Tavares Cardoso, Agostinho Jardim Gonçalves, Álvaro Ferreira Alves, António José Dimas de Almeida, António José da Silva Júnior, António Rocha e Melo, Armando de Castro, Arménio dos Santos Ferreira, José Augusto Pereira Neto, Bento Domingues, Bernardo Domingues, Cecília Areosa Feio, Eduardo Nery, Fernando Abranches Ferrão, Fernando Lopes Graça, Fernando Soares David, Francisco Lino Neto, Henrique de Barros, Ilse Losa, José de Sousa Esteves, José Felicidade Alves, Luís Brás Teixeira, Luís Filipe Lindley Cintra, Luís Manuel Moita, Manuel de Castro Monteiro, Manuel Denis Jacinto, Manuel João da Palma Carlos, Manuel Machado Sá Marques, Manuel Rodrigues Lapa, Manuela Bernardino, Marcos Valentim Vilar, Maria do Carmo Tavares d`Orey, Maria Eugénia Varela Gomes, Maria Gabriela Figueiredo Ferreira, Maria Keil, Maria Lúcia Pulido Valente Monjardino, Maria Lúcia Miranda dos Santos, Maria Manuela Antunes, Mário Brochado Coelho, Maria Cristina de Araújo, Martinho Franco de Carvalho, Nuno Teotónio Pereira, Óscar Lopes, Raúl Rego, Rogério Paulo, Rui Feijó, Sophia de Mello Breyner Andresen, Vasco Belmarço da Costa Santos.

(4) CD Museu do Aljube – Testemunho de Manuela Bernardino. Testemunhos recolhidos em 16/11/2016. Entrevistas conduzidas por Ana Aranha.

(5) Cf. CD 25 de Abril/UC – *Documento interno da CNSPP 14/1/1970*. Fundo Nuno Teotónio Pereira.

(6) Cf. CNSPP – "Circular nº 2, 30/4/1970", in *Presos Políticos, documentos 1970 – 1971*: 22-30.

(7) Cf. CNSPP – "Circular nº 8, 13/2/1971", in *Presos Políticos, documentos 1970 – 1971*: 89-106.

Deste modo, criou-se um movimento com uma dinâmica nacional. Na esteira da Comissão Nacional, e com os mesmos objetivos, constituiu-se, em 5 de julho de 1971, a Comissão Regional de Socorro aos Presos Políticos do distrito de Braga, cujo primeiro comunicado foi subscrito por 251 pessoas. Logo em julho de 1972 foi publicado o primeiro comunicado da Comissão de Socorro aos Presos Políticos do distrito de Aveiro, com 231 assinaturas no ato constituinte. Como se confirma através do *Comunicado* «101 signatários tornaram pública a constituição, ao nível do distrito de Castelo Branco, da 4ª Comissão Regional de Socorro aos Presos Políticos, bem consciente de que cumprem um irrecusável dever cívico e moral»(8).

Foram-se estruturando redes de solidariedade e ação na composição do tecido deste movimento – desde a direção nacional, que passou a ter uma comissão executiva da Comissão Nacional, às direções distritais e locais. E como nos dá conta a *Circular nº 17*, esse processo de alargamento da solidariedade em diversas zonas do País até já colocava dificuldades de acompanhamento do movimento(9). Também se constituíram novas redes de solidariedade com os presos e perseguidos políticos em Portugal, através de articulações e apoios de organizações internacionais, como, por exemplo, do Secretariado Internacional de Juristas Católicos e da Associação Internacional de Juristas Democráticos(10).

Como o assumiu M. Eugénia Varela Gomes, em representação da CNSPP – nas comemorações do 10º aniversário da libertação dos presos políticos – sobre o início da atividade da Comissão, disse: «democratas antifascistas que a integravam, comunicaram a sua decisão ao Presidente do Conselho, Marcelo Caetano, e não aguardaram autorização deste, ou de qualquer outra instância do estado fascista, para iniciarem a sua atividade»(11).

As exigências definidas, que de alguma forma elencam as principais linhas de ação estratégica, subentendiam uma crítica ao regime, ao

(8) Fundação Mário Soares – *CNSPP, Distrito de Castelo Branco, Comunicado nº1, 23/02/1973*. DFL – Documentos Felicidade Alves.

(9) Cf. CNSPP – "Circular nº 17, 3/11/1972", in *Presos Políticos, documentos 1972 – 1974*: 51-52.

(10) Cf. CNSPP – "Circular nº 8, 13/2/1971", in *Presos Políticos, documentos 1972 – 1974*: 89-105.

(11) CD 25Abril/UC – Maria Eugénia Varela Gomes – *Intervenção no Aniversário da Libertação dos Presos Políticos. Caxias, 25/4/1984*.

sistema de repressão, ao processo penal, ao sistema judicial e ao sistema prisional. E apontavam um problema central de direitos humanos e a causa das liberdades.

Para o funcionamento e atividade da Comissão colocava-se a necessidade de garantir meios financeiros(12). A CNSPP recolhia fundos através da venda de selos da Comissão, impressos para aquele fim, com desenho próprio e posterior logotipo criado por Eduardo Nery(13). E como se pode verificar através dos documentos informativos da Comissão, recolhiam-se donativos e eram feitas subscrições, eram vendidos artigos oferecidos, gravuras, discos, livros, posters, emblemas, quadros, roupa. Também os núcleos da CNSPP em todo o País, e noutros países, reuniam donativos para o apoio aos presos políticos(14).

Dos valores arrecadados pela CNSPP boa parte desses meios eram utilizados para apoiar os presos e as famílias com maiores dificuldades financeiras. Os apoios atribuídos pela Comissão regulavam-se por critérios estipulados para subsídios entregues aos presos políticos e suas famílias(15).

A *Circular* era o órgão de comunicação da CNSPP. Aquela publicação era da «responsabilidade solidária dos membros» da Comissão e, em face da lei de imprensa em vigor à época, para que não estivesse sujeita a exame prévio pela censura do regime, foi decidido eliminar (como consta de *Documento Interno da CNSPP*) a numeração das "Circulares", mantendo apenas a sua data.

Podemos documentar, numa síntese da leitura das 23 circulares publicadas pela Comissão, que informam sobre as prisões efetuadas pela PIDE em Portugal e nas colónias ultramarinas, como dão conta de torturas praticadas, dos julgamentos dos tribunais plenários e correspondentes condenações, das transferências de presos dumas cadeias para outras. É prestada informação sobre as ações junto dos órgãos de governo e são apresentadas novas propostas sobre as condições de acolhimento nas

(12) Existem documentos diversos no Fundo Nuno Teotónio Pereira com "Notas" internas com especificações sobre movimentos financeiros com saldos, receitas e despesas da Comissão. Cf. CD 25 de Abril/UC. *CNSPP*. Fundo Nuno Teotónio Pereira.

(13) Cf. CD Museu do Aljube – Espólio Oliveira e Sá.

(14) O Fundo Judite M. Abreu contém resumos do movimento financeiro da Comissão e cartões com a identificação da proveniência de algumas das personalidades que faziam donativos. Cf. CD 25 de Abril/UC – Fundo Judite M. Abreu.

(15) Cf. CNSPP – "Circular nº 15, 17/04/1972", in *Presos Políticos, documentos 1972 – 1974*: 217.

prisões e sobre a elaboração do Estatuto do Preso Político, como forma de efetivar direitos básicos. Também eram apresentados dados sobre o movimento financeiro em cada número da *Circular*.

Ao longo de mais de quatro anos de atividade, a CNSPP, com a sua ação informativa, deu a conhecer à opinião pública nacional e internacional, a atividade repressiva do Estado, exercida pelos seus órgãos policiais e judiciais, com especial destaque para a PIDE/DGS e os tribunais plenários(16).

Embora existam relatos de reuniões preparatórias em casas de ativistas que estiveram na génese da CNSPP, segundo indicações de Nuno Teotónio Pereira, as reuniões do núcleo diretivo começaram por ser feitas no escritório do advogado Manuel João da Palma Carlos e mais tarde, por motivos de maior segurança, no da advogada Lucília Miranda dos Santos. Das reuniões plenárias algumas foram feitas no Centro Nacional de Cultura, então sob a égide da Associação Internacional para a Liberdade da Cultura, curiosamente na mesma rua onde era a sede da PIDE(17).

Algumas reuniões da Comissão foram impedidas pela PIDE/DGS(18). Materializaram-se perseguições e arbitrariedades movidas contra as estruturas e atividade da Comissão(19). Um dos casos, entre muitos outros, foi a proibição de se realizar uma exposição e venda de obras de arte como forma de angariação de meios financeiros para apoio às

(16) Através de uma carta, Aida Magro (resistente antifascista e ativista da CNSPP) dá conta dos esforços realizados para dar expressão internacional à causa dos presos políticos portugueses: «Em 1972, através da Organização – Comissão Nacional de Socorro aos Presos políticos – fui com a camarada Mª Cecília estabelecer contactos internacionais com: "Direitos do Homem", "Amnistia Internacional", Organizações Religiosas, em Genebra, Paris, Bruxelas, Londres e depois sozinha em Roma pedindo a colaboração na luta pela amnistia, na libertação de "todos" os presos políticos em Portugal». CD 25 de Abril/UC – Fundo Aida Magro/2.

(17) Cf. Pereira, Nuno Teotónio – "A Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos", in *Público* 17/01/1995.

(18) «A 2ª reunião plenária [da CNSPP convocada para 17/1/1970] no Centro Nacional de Cultura não pôde realizar-se, por ação impeditiva da D.G.S. que a proibiu, sem que os agentes destacados para o local dessem de facto qualquer justificação». CD 25 de Abril/UC – *Circular Interna da CNSPP, 3/70, de 20/1/1970*. Fundo Nuno Teotónio Pereira.

(19) Cf. CD 25 de Abril/UC – *Perseguição aos membros da CNSPP, novembro, 1973*. Fundo Judite M. Abreu. Um documento subscrito por cidadãos da Figueira da Foz manifesta solidariedade com os membros da Comissão submetidos a julgamento em Coimbra pela sua atividade em defesa dos presos políticos.

iniciativas da CNSPP, como o testemunhou Manuela Bernardino: «No conjunto da CNSPP é de salientar a preparação duma exposição de artes plásticas (a PIDE impediu a sua concretização, mas não pode impedir a venda das obras de 60 destacados artistas que assim financiaram de forma significativa a CNSPP)» (Bernardino 2010: 37).

Muitas das dinâmicas feitas de inúmeros sinais de impaciência, de crescente desafetação de setores da sociedade em relação ao regime, com uma expressão especialmente visível no chamado catolicismo social ou no progressismo católico, ganharam expressão nos lugares de maior politização na sociedade portuguesa – para além dos partidos políticos e das correntes ideológicas – o que explica não só o êxito do (novo) movimento social, como o poder de atratividade desafiante e de ousado "engajamento" que representava a CNSPP. E a alteração da perspetiva crítica em relação ao quadro político – algum do desencanto em relação à "primavera marcelista" – também se reflete nos conteúdos expressos nas *Circulares* da CNSPP e foi reflexo do ensaio de uma nova linguagem política e de uma forma inaudita de querer em Portugal fazer da política uma história outra.

Poucos meses depois do lançamento da Comissão já a *Circular nº 4*, de junho de 1970, dava nota de um protesto frontal contra o regime. Nas manifestações de solidariedade a presos políticos, a Comissão amplia a comunicação contestatária subscrita por 21 sacerdotes católicos em relação à prisão do Pe. José da Felicidade Alves, levada a cabo pela polícia política a 19 de maio de 1970. «Acusado de organizar os cadernos GEDOC», segundo os subscritores daquele protesto público, era «como que a pedra que faz transbordar um vaso demasiado cheio» (CNSPP – Circular nº 4, 25/06/1970: 51-52). Para além da contestação muito radicalizada contra «os homens do Estado» pela inaceitável acusação de crime contra a segurança do Estado na publicação de «cadernos de informação e doutrina», no mesmo documento, aqueles sacerdotes católicos acusam o regime pelas «inaceitáveis condições a que estão sujeitos os presos suspeitos de crimes contra a segurança do Estado» (CNSPP – Circular nº 4, 25/06/1970: 51).

A *Circular nº 10*, de junho de 1971, eleva o patamar da crítica ao regime político pela falta de idoneidade do sistema judicial. Com o título principal *Prender para investigar ou investigar para prender?*, foram então denunciadas práticas arbitrárias, em especial, nos processos de caráter político em que a prisão preventiva deixara de ser exceção para

se transformar em regra e foi apresentada a exposição ao Presidente do Conselho sobre o grave problema da tortura, «habitualmente praticada pela polícia política durante os interrogatórios» (CNSPP – Circular nº 10, 15/06/1971: 133). A carta entregue na Presidência do Conselho em 13/03/1971 e assinada pelos membros da Comissão (naquela ocasião ainda mais alargada, com novos membros na sua direção nacional, que passam a perfazer 64 elementos dirigentes) carrega em tom ainda mais grave a mais viva preocupação pelo agravamento «de todos os atentados à dignidade humana que caracterizam o nosso sistema de repressão política» (CNSPP – Carta entregue na Presidência do Conselho em 13/03/1971: 108-109).

O tom crítico e a veemência da acusação ao regime revelam como depressa alguma esperança se converteu em acrescida indignação. Tomemos como outro exemplo a *Circular nº 16*, de 31 de maio, de 1972. Entre muitas outras denúncias sobre prisões, sobre o intolerável que estaria a acontecer nas cadeias do regime, o destaque maior é dado à vaga repressiva sobre os universitários, «à brutal carga», à «invasão dos polícias e cães» e às prisões (CNSPP – Circular nº 16, 31/5/1972: 10-12).

Os apelos da Comissão dão conta, através das *Circulares*, de profundas ruturas e de um movimento social em marcha dirigido para urgentes e radicais mudanças.

A indignação passa a ter uma amplitude extremamente radicalizada, em resultado das deceções que os acontecimentos impuseram. A contestação política por parte da CNSPP configura-se de outro modo, num registo de repúdio pelo acréscimo de repressão, como aconteceu logo após o assassinato do estudante Ribeiro dos Santos (em 12/10/1972), e do ferimento a tiro do "estudante Lamego"; como pelo que aconteceu na manifestação que se seguiu ao funeral do estudante, em que 20 outros estudantes foram presos (em 14/10/1972)[20].

Nas ruturas que se vão estabelecendo na sociedade portuguesa em relação às esperanças de liberalização do Estado Novo esse discurso de maior dureza crítica espelha-se no tom do discurso veiculado pela CNSPP.

(20) Ribeiro dos Santos foi morto a tiro por um agente da DGS, e outro estudante, José Lamego, foi ferido por disparos da polícia no interior das instalações do ISCEF, quando decorria uma iniciativa das organizações estudantis contra a repressão, no quadro das lutas académicas. Cf. CNSPP – "Circular nº 17, 3/11/1972", in *Presos Políticos, documentos 1972 – 1974*: 41.

A este propósito é elucidativo o testemunho de Bento Domingues sobre esse papel da Comissão, na confluência de um sentido do intolerável e da demanda democrática, que fez da CNSPP um espaço de crescente identificação de cidadãos descontentes. E, ao mesmo tempo, constituiu um sujeito coletivo cada vez mais contundente na urgência de uma viragem na sociedade, desempenhando uma tarefa de consciencialização, como afirmou aquele membro da Comissão: «A Comissão foi também um instrumento fantástico para que as pessoas se dessem conta da dimensão do problema – as pessoas que não tinham presos de sua família – e alargou a sensibilidade de que não podia ser, de que aquela realidade era uma vergonha, que não podia continuar»(21).

O Congresso da Oposição Democrática, de 1973, em Aveiro, destacou todo o persistente trabalho desenvolvido pela CNSPP através de uma Comunicação apresentada em nome «de um grupo de democratas e familiares de presos políticos» que, para além da descrição da situação dos presos, reivindicaram a amnistia para todos os presos políticos(22).

A Comissão ainda teve intervenção relevante na mobilização de esforços para que a Junta de Salvação Nacional fosse forçada a libertar todos os presos políticos. Entre os dias 26 e 27 de abril de 1974 foram necessárias formas de luta, que contaram com a impaciência dos manifestantes nas imediações de Caxias e de Peniche(23). Foi então criada uma nova Comissão constituída por elementos da CNSPP e da CDE para a resolução daquele impasse na libertação.

No dia 28 de abril de 1974 um *Comunicado ao País*, em nome da CNSPP, «saúda com emoção todos os ex-presos políticos, regozijando-se pelo seu regresso à liberdade» (CNSPP – Presos Políticos, documentos de 1972 – 1974: 176). A CNSPP, naquele comunicado, apelou à abolição das medidas de segurança que ainda deixavam na prisão, sem julgamento, centenas de cidadãos, em campos de internamento no chamado "ultramar", de

(21) CD Museu do Aljube – *Testemunho de Bento Domingues*. Testemunhos recolhidos em 16/11/2016. Entrevista conduzida por Ana Aranha.

(22) Cf. CD 25 de Abril/UC – *Congresso da Oposição Democrática, Aveiro 1973*. Fundo Aida Magro.

(23) Cf. *A Capital*, 27/04/1974. Na imprensa portuguesa de 26 e 27 de abril de 1974 surgem reportagens sobre o estado de extrema tensão que envolveu toda a difícil operação para libertar os presos políticos. Às recusas de libertação de todos os presos foi necessária a contraposição de uma resposta determinada e organizada por parte da CNSPP de modo a todos libertar, sem exceção.

que eram exemplos o Tarrafal, S. Nicolau e Machava, para contribuir para o esclarecimento dos problemas «da prisão e tortura de cidadãos pela PIDE/DGS»[24], sublinhando a importância do apuramento de responsabilidades.

Um mês depois do 25 de Abril, no sábado 25 de maio de 1974, a CNSPP promoveu, no Coliseu de Lisboa, o Concerto de homenagem «a todos os que participaram na luta contra a repressão e a opressão», como foi divulgado nos cartazes e capas de folhetos[25].

Para o dia 22 de junho de 1974 foi convocada uma "Reunião Plenária" para decidir «quanto ao futuro da Comissão»[26]. Apesar de aprovadas algumas linhas de trabalho para uma continuidade de ação da CNSPP, a contribuição à luta contra a ditadura e pela liberdade e a democracia dada pela Comissão, tendo cessado a sua intervenção organizada pouco depois da Revolução de Abril, constitui um legado sobre a cultura de direitos humanos e de defesa do Estado Democrático que perdura no tempo, muito para além da dinâmica direta e imediata daquele movimento social.

O movimento como sujeito de transformação

A CNSPP afirmou-se enquanto força social com uma direção, devidamente identificada, numa relação criativa e dinâmica com uma base social que, de forma gradual e progressiva, se tornou ampla e extensiva a todo o território nacional.

A Comissão apontava um objeto preciso e de caráter coletivo, que englobava no País as vítimas de uma lógica repressiva durante o Estado Novo. E abarcou uma afirmação específica de contestação do quadro repressivo, em demarcado oposicionismo ao regime, numa subjetiva

(24) *Ibidem*. *O Comunicado ao País*, em nome da CNSPP, teve a assinatura de Maria Eugénia Varela Gomes, Cecília Areosa Feio e Levy Baptista.

(25) O Concerto de 25 de maio de 1974 foi transmitido pela RTP e existe registo daquele acontecimento, para além do Arquivo da RTP, no Arquivo Histórico do PCP, sendo de destacar o discurso memorável do advogado Manuel João da Palma Carlos, em nome da Comissão, ele também um dos fundadores da CNSPP. Em 27 de maio de 2010, no espaço do Cinema de S. Jorge, a Comissão Promotora do 40º Aniversário da CNSPP promoveu um concerto e reproduziu os cartazes e folhetos do Concerto de 25 de maio de 1974.

(26) Cf. CD 25 de Abril/UC – Fundo Judite M. Abreu.

rejeição daquelas que eram as diversas situações de violação dos direitos humanos e exigindo uma nova ordem, a democracia, em contraposição ao regime de Marcelo Caetano.

Encetando uma dinâmica interventiva como força social que era, a Comissão desencadeou uma apelativa aproximação à sociedade portuguesa, em especial, nos lugares sociais e geográficos cartografados como de presença de setores progressistas, divulgando violações dos direitos humanos no País. Através das várias estruturas nacionais, distritais e locais, a CNSPP procurava sensibilizar as bases sociais, a opinião pública nacional e internacional, acerca da extensão da violência estatal que se praticava em Portugal[27].

O empenhamento dos dirigentes e ativistas da CNSPP em expor as práticas violentas do regime, através de denúncias públicas, da divulgação de listas das prisões, de tortura, de mortes, conferia uma visibilidade social e política à Comissão.

Toda a divulgação, através de escritos e factos – relatados nas *Circulares* da CNSPP – contribuía para a criação de uma consciência social e informação política da base social, sem que a censura e o sistema repressivo conseguissem suster. E potenciou a constituição de outras organizações vocacionadas para a atuação e reivindicação de mudanças políticas.

A divulgação continuada das listas dos presos e torturados, a sistemática denúncia das leis arbitrárias do Estado Novo, como a apresentação de práticas recorrentes de violação das liberdades e dos direitos fundamentais dos cidadãos, nessas reivindicações e desses processos dimanaram outras tantas iniciativas e formas de luta que desaguaram progressivamente em formas de mobilização da cidadania mais consciente, em modalidades de organização da cidadania ativa, influindo num desenvolvimento marcado por interesses coletivos.

Tendo como móbil primordial auxiliar, por todas as formas de solidariedade, os presos políticos e suas famílias, nas etapas de alargamento da CNSPP, por iniciativa local e distrital, na base social foram emergindo formas associativas, iniciativas reivindicativas, formas de protesto

(27) A intervenção da CNSPP em diversos países gerou impactantes expressões de apoio solidário à Comissão, concretizou formas de intervenção no plano internacional e contribuiu para a crescente descredibilização e isolamento político do regime. Neste sentido, é especialmente significativa a *Circular nº 22*, na qual se informa sobre a dimensão desses apoios internacionais. Cf. CNSPP – "Circular nº 22, 31/12/1973", in *Presos Políticos, documentos 1972 – 1974*: 137.

constitutivas do movimento em marcha na sociedade portuguesa, com alcance inegável no plano social e repercussão no plano político.

A *Circular* da CNSPP, de 13 de novembro de 1972, é bem comprovativa, no que concerne à conceção e dinâmica de movimento social, de uma crescente mobilização coletiva. Diz a referida *Circular* que «alastra» a formação de grupos pelo País, face aos quais a Comissão reconhece «limitações», dada a «vastidão e diversidade de tarefas exigidas pela defesa dos presos políticos», e adianta um apelo para que prossigam com uma intervenção autonomizada, podendo contar com a Comissão Nacional:

> Com todos estes grupos espera a Comissão Nacional prosseguir ou iniciar uma estreita colaboração, quer se trate de grupos de apoio, já constituídos em muitas localidades, e através das quais diretamente irradia a sua ação, quer se trate de comissões por si mesmo constituídas, e por isso autónomas em relação à CNSPP (CNSPP – Circular nº 17, 03/11/1972: 51).

A mobilização da base social processou-se através de uma clara demanda do movimento. A CNSPP tinha definida a demanda democrática. Concretizou-se num contexto histórico, social e político em que a luta pela liberdade e pela democracia, no respeitante à ação da CNSPP implicou, objetivamente, dinamizar e mobilizar a opinião pública a partir dos casos concretos dos perseguidos políticos e das vítimas da repressão na sociedade portuguesa.

A articulação entre força social e base social materializou-se em formas de intervenção pública que atravessaram o País e conheceu ascendentes expressões de pressão social e política.

A correspondente politização de setores da sociedade portuguesa, em particular, em meios urbanos, nas capitais de distrito, com expressão concreta à volta da CNSPP, pela natureza do próprio movimento – com características de contrapoder – apontava para o reconhecimento de opositores, e para uma contraposição nítida em relação a determinados antagonistas. Numa verbalizada oposição ao regime, mais ainda visível na intervenção da Comissão a partir de 1971 e de 1972, para além de Marcelo Caetano, e do seu governo, o antagonismo da CNSPP objetivou-se contra as forças repressivas, dentro de uma intrincada estrutura de poder.

A relação antagónica expressou-se por meio da crítica aberta ao sistema nacional de repressão política e através da acusação direta aos

responsáveis pelos métodos e instrumentos de tortura e torturadores, com locais iconográficos do regime e de concretização da atuação repressiva.

A ação da CNSPP, como ação da força social, também tinha essa poderosa e eficaz vertente de dar a conhecer a atividade repressiva do Estado, exercida por intermédio dos seus órgãos policiais e judiciais, pela PIDE/DGS e pelos tribunais plenários.

Estando em causa exigências que requeriam mudanças estruturais no País, a atuação da CNSPP implicou enfrentar opositores, desencadear conflitualidades sociais e ser alvo de hostilizações.

Enfrentar a repressão e a natureza repressiva do regime não aconteceu impunemente. Diversos dos membros e ativistas da CNSPP foram também presos políticos e torturados.

Ainda quanto à operacionalização do conceito de movimento social, considerando o caso concreto da CNSPP, a questão da mudança social era entendida como um processo coletivo, complexo e moroso, onde o pressuposto da dimensão de trabalho em rede se apresentava como determinante na prossecução dos seus objetivos. Aliás, a Comissão desde o lançamento do movimento fez um apelo para essa interação. A Comissão apelou aos portugueses para que apoiassem e multiplicassem a ação solidária, «fazendo convergir para a Comissão elementos informativos e meios de auxílio, colaborando nas tarefas das comissões especializadas e constituído núcleos regionais e locais de apoio» (CNSPP – 1º Comunicado da CNSPP, 20/1/1970: 8).

Mantendo a pista teórica sobre os movimentos sociais de M. Gohn, poderemos afirmar que também à CNSPP se atribui um projeto sociopolítico e cultural. A Comissão corporizou um projeto e uma exigência de profunda mudança social e política para o País. Não só no plano simbólico, por tudo quanto decorria da proclamação da necessidade de deixar de haver em Portugal presos políticos e cidadãos condenados por delito de opinião, como também pela emergência do pôr cobro à situação desumana em que se encontravam os presos políticos e os seus familiares.

É que, para além da dimensão simbólica, a CNSPP estava identificada com um projeto de construção de uma nova sociedade, com a instauração de um regime democrático, como alternativa ao regime vigente.

A CNSPP correspondeu a uma nova intencionalidade na sociedade portuguesa no respeitante a um mais vasto processo de construção de uma cultura dos direitos humanos. A existência de presos políticos,

durante décadas uma realidade escamoteada na sua efetiva dimensão violenta, foi-se tornando situação clamorosa e intolerável para a consciência cidadã de um crescente número de portugueses.

Outro eixo, não menos relevante, do projeto social e político da CNSPP foi o da configuração de uma outra consciência coletiva. A construção de uma memória coletiva, assente no despertar de uma consciência política em Portugal, foi, seguramente, parte fundamental do projeto concretizado pela CNSPP.

E o despertar para a ação e para o compromisso consequente em relação a uma causa coletiva tinha, através da Comissão, concretizações bem precisas. Logo no primeiro *Comunicado* da CNSPP as causas passavam pelo concreto da vida de outros, que pediam incumbências:

> Os presos arbitrariamente, sem possibilidade efetiva de defesa; tratados injustamente e desumanamente nos vários estabelecimentos prisionais; submetidos a tribunais e legislação especial, em condições manifestamente contrárias aos preceitos constitucionais; sujeitos à prisão praticamente perpétua através de arbitrárias medidas de segurança (CNSPP – 1º Comunicado da CNSPP, 20/01/1970: 7-8).

Deste modo, do projeto social, político e cultural desenvolvido pela CNSPP destaca-se esse desenhar de um agudo sentido de solidariedade ativa.

Por último, uma abordagem que inclua no conceito de movimento social, quanto às relações entre a força social e a base social, terá que considerar os impactos do poder de mobilização social e política, as incidências da contestação e da atividade empreendida. Nesse sentido, a CNSPP exerceu, como movimento continuado de dezembro de 1969 até abril de 1974, formas de poder com funda repercussão no País. A CNSPP desempenhou um papel fundamental na denúncia do regime e da sua repressão, e no apoio aos presos e às suas famílias. Conscientes da importância da divulgação de denúncias nos planos nacional e internacional, da onda de denúncias sobre a violência estatal, os membros da CNSPP fizeram dos casos de violação dos direitos humanos e da prepotência estatal durante o Estado Novo um fator de enorme desgaste do regime. Poderíamos dizer que os rumorosos protestos da ação da CNSPP se constituíram no seu "empowerment" social e político.

Se não é possível estabelecer um direto nexo de causalidade entre a vaga deste, e de outros movimentos sociais em Portugal, com o Estado

Novo, e a queda do regime, pelo menos será possível reconhecer que, no caso da CNSPP, correspondeu a uma decisiva frente de luta aberta contra o regime. E que aquele movimento foi crucial para a agregação de forças nas lutas de resistência à ditadura, na vasta e crescente convergência de vontades para o derrube do regime e para a democratização do País.

Considerações finais

Como movimento social a CNSPP realizou uma trajetória experiencial pioneira em Portugal, pelo que correspondeu do desenhar de uma ampla plataforma unitária, na conjugação operativa entre setores do catolicismo, militantes do Partido Comunista Português, de ativistas de outras correntes do pensamento marxista, e como se dizia à época, na convergência «de diversos democratas e progressistas».

Da questão central e objeto deste estudo resulta a afirmação de que a CNSPP corresponde a um lugar hermenêutico para a compreensão da natureza do regime, da sua natureza repressiva e da rutura realizada em 25 de Abril de 1974.

Sobre um nuclear ciclo de vida do regime, destas leituras resulta também a perceção de que com Marcelo Caetano, nos invocados objetivos "liberalizantes", se asfixiou politicamente o regime nas suas profundas contradições. O regime acelerou a sua desagregação através das expetativas que tentou projetar, pois, a democratização implicaria que aquele regime renunciasse à sua verdadeira natureza.

Com Marcelo Caetano não só o regime se manifestaria impossibilitado de avançar para a democracia, como foi naquele ciclo de vida que se intensificaram vetores fascizantes. Agravou-se a violência no tratamento dos presos políticos, com maior número de presos e com uma ainda mais brutal violência repressiva no regime carcerário.

O lançamento de exigências de democratização em Portugal implicaria correlativamente por cobro às práticas desumanas que atingiam os presos políticos e suas famílias. À alegada necessidade de democratização do País deveria corresponder a resolução dos problemas da existência dos presos políticos em Portugal. Pelo contrário, ao negar as esperanças de mudança, o regime forçou ou apressou desilusões que eventualmente subsistissem e provocou convergências políticas inovadoras, suscitou alargadas alianças sociais, com os propósitos de

contestar e provocar o derrube do regime. E destas dinâmicas sociais e políticas a CNSPP é uma referência demonstrativa.

De alguma forma o estudo historiográfico da CNSPP contribui para a compreensão de uma linha desagregadora ou de uma tendência para a desagregação do regime de Salazar e Caetano. E que se deveu ao cruzamento de diversos fatores, que se conjugaram até finais de 1969 e não antes, – quando existiram outros esforços bem anteriores no tempo – para que só então tivesse emergido e se afirmado, com tamanha expressão, um movimento de apoio aos presos políticos, um movimento pró-democracia em Portugal, cujo desempenho foi decisivo para a transformação social e política do País.

Como ilação final, o que a CNSPP nos revela é um sujeito coletivo, feito de tantos compromissos pessoais de quem apostou o seu futuro na batalha pela democracia em Portugal. E que a essa diretriz essencial tudo sacrificou – vidas, haveres… – para que tivesse sido possível aquele novo movimento social e triunfante a democracia. E foram então lançadas outras condições para uma nova cultura dos Direitos Humanos em Portugal.

Fontes:

A Capital (de 26 a 28 de abril de 1974), acessível em Arquivo da Biblioteca Nacional.

A Circular (de dezembro de 1969 a abril de 1974), acessível em CNSPP, *Presos Políticos 1970 – 1971; 1972 – 1974*. Lisboa: Ed. Assembleia da República, 2011.

Documentos Felicidade Alves, acessível em Fundação Mário Soares.

Entrevistas a membros da CNSPP, acessíveis no Centro de Documentação do Museu do Aljube.

Espólio Oliveira e Sá, acessível na Fundação Mário Soares.

Fundo Aida Magro, acessível no Centro de Documentação 25 de Abril.

Fundo Judite M. Abreu, acessível no Centro de Documentação 25 de Abril.

Fundo Nuno Teotónio Pereira, acessível no Centro de Documentação 25 de Abril.

Arquivos:

Arquivo da Biblioteca Nacional.

Arquivo do Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.
Arquivo da Fundação Mário Soares.
Arquivo do Museu do Aljube. Resistência e Liberdade, Centro de Documentação.
Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
Arquivo do Partido Comunista Português.

Testemunhos:

Projeto de História Oral do Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra – *Entrevistas a Presos Políticos.*
Museu do Aljube. Resistência e Liberdade – *Centro de Documentação, Testemunhos e entrevistas.*

Textos sobre os presos políticos:

Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (2011). *Presos Políticos, documentos 1970 – 1971 e 1972 – 1974*. Lisboa: Ed. Assembleia da República.
Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (1984). *Presos Políticos no Regime Fascista*, vol 1, 2, 3, 4, 5, 6. Lisboa: Publicações Europa – América.

Bibliografia:

Acconero, Guya (2009). *Efervescência Estudantil. Estudantes, Ação Contenciosa e Processo Político no Final do Estado Novo*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Lisboa, ICS, Universidade de Lisboa.
« – » (2010). "La rivoluzione prima della rivoluzione", in G. Accornero e A. Botti (eds.), Il Portogallo e la Transizione alla Democrazia, número especial de *Storia e Problemi Contemporanei,* 54, 35-55.
« – » (2013). "A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo", *Análise Social*, 208, vol. XLVIII (3º), 572-591.
Bernardino, Manuela (2010). "A propósito do 40º aniversário da CNSPP", in *O Militante* nº 309 nov/dez, 35-40.

Campina, Ana (2013). *António de Oliveira Salazar: Discurso Político e "Retórica" dos Direitos Humanos*. Salamanca: Ed. Universidade de Salamanca.

Cardina, Miguel (2008). *A Tradição da Contestação. Resistência Estudantil em Coimbra no Marcelismo*. Coimbra: Angelus Novus.

Cerezales, Palacios (2006). "Técnica, política e o dilema da ordem pública no Portugal contemporâneo (1851 – 1974)", in P. Tavares de Almeida, T. Pires Marques (ed.), *Lei e Ordem. Justiça penal, criminalidade e polícia. Séculos XIX – XX*. Lisboa: Livros Horizonte.

Gohn, Maria da Glória (1997). *Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.

Lopes Cordeiro, J. M. (2011). "Radicalismo político e ativismo estudantil nos últimos anos do fascismo, 1969-1974", in Miguel Cardina (ed.), Passado e Presente das Lutas Estudantis, número especial da revista *Vírus*, 12, 31-37.

Madeira, João (coord.), Farinha, Luís, Pimentel, Irene Flunser (2007). *Vítimas de Salazar. Estado Novo e Violência Política*. Lisboa: Esfera dos Livros.

Pimentel, Irene Flunser (2007). *A História da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Rosas, Fernando, Oliveira, Pedro Aires (coord.) (2004). *A Transição Falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-!974)*. Lisboa: Editorial Notícias.

Rosas, Fernando (1999). "O marcelismo ou a falência da política de transição no Estado Novo", in J. M Brandão de Brito (coord.), *Do Marcelismo ao fim do Império*. Lisboa: Editorial Notícias, 15-59.

Rosas, Fernando (2010). *Salazar e o Poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-China.

« – » (2019). *Salazar e os fascismos. Ensaio breve de história comparada*. Lisboa: Tinta-da-China.

Extra Dossiê e Varia

(Página deixada propositadamente em branco)

Revista de História das Ideias
Vol. 39. 2ª Série (2021)
349-390

Bibliografia de António Sérgio: atualização (1983-2020)

A. Campos Matos

Resumo:

Trata-se de uma nova versão da "Bibliografia de António Sérgio" publicada na *Revista da História das Ideias*, 5, 1983, agora atualizada para o período que vai de 1983 a 2020. Entre outras novidades, incluem-se numerosas fontes para o estudo do pensamento e ação do ensaísta (ou sobre a obra dele), dispersas por vários arquivos e bibliotecas: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Arquivo da Marinha, CASES-Cooperativa António Sérgio para a Economia Social e Fundação Mário Soares, o inventário de dissertações de mestrado e teses de doutoramento dedicadas ao pensamento e ação do ensaísta e referências esquecidas a documentos audiovisuais.

Abstract:

This is a new version of the "Bibliography of António Sérgio" published in *Revista da História das Ideias*, 5, 1983, now updated for the period from 1983 to 2020. Among many other new features, it now includes numerous sources for the study of the essayist's thought and action (or about his work), scattered across archives and libraries such as the Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Arquivo da Marinha, CASES-Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, the Mário Soares Foundation, the inventory of MA dissertations and PhD theses dedicated to the essayist's thought and action, and forgotten references to audiovisual documents.

https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_14

Prefácio da 3ª edição

A primeira versão deste trabalho foi publicada na revista *Vértice*, em 1971 e, já melhorado, em separata do mesmo ano. A 2ª edição publicou-se na prestigiada *Revista da História das Ideias*, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1983.

Desde os anos 80 do século passado, os estudos sergianos deram um salto em frente muito significativo. Foram reeditados relevantes títulos do ensaísta, dedicaram-se-lhe diversos encontros científicos, publicaram-se numerosos estudos, entre eles, desde 1986, nada menos do que 15 dissertações de mestrado e teses de doutoramento. Parte do espólio de António Sérgio foi organizado e disponibilizado pela CASES-Cooperativa António Sérgio para a Economia Social graças ao relevante trabalho aí levado a cabo por Sónia Queiroga. Na Biblioteca Nacional de Portugal valiosa documentação sergiana que estava na posse de Castelo Branco Chaves foi doada pelo seu filho, Fernando Castelo Branco, em abril de 2005, e está disponível na secção de espólios (onde se encontram aliás outros legados com documentação de relevo relativa a António Sérgio). Sem esquecer fontes que estão à guarda de outros arquivos (ANTT, Arquivo da Marinha, Fundação Mário Soares e Arquivo da RTP).

Impunha-se pois atualizar esta bibliografia para o período que medeia entre 1983 e o ano de 2020. Uma vez que a anterior versão publicada na *Revista de História das Ideias* se encontra disponível online (vd.https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/bibliografia_de_ant%C3%B3nio_s%C3%A9rgio), pareceu-nos adequada a ideia de limitar esta 3ª edição aos últimos quarenta anos. Nela se inseriu uma nova secção de Fontes dispersas pelos referidos arquivos e bibliotecas, do maior interesse para os investigadores que queiram prosseguir os estudos sergianos. Suprimiram-se duas secções anteriores: "Representações em Dicionários e Enciclopédias" (algumas delas são estudos de autor que mereciam ser incluídos noutra secção) e "Polémicas" (na verdade grande parte dos textos de e sobre António Sérgio têm carácter polémico e, em muitos casos é difícil estabelecer a distinção). Incluiram-se agora reedições de livros, opúsculos e separatas do Autor e acrescentaram-se, muito pontualmente, estudos anteriores a 1983 que não foram referidos em anteriores edições desta bibliografia.

Aquando do cinquentenário da morte do ensaísta (2019) tiveram lugar diversas Jornadas de Estudo nas Universidades de Coimbra, Lisboa

(Centro de História da Universidade de Lisboa e Instituto de Ciências Sociais), Évora e Aveiro, sem esquecer o Museu Bernardino Machado em Vª Nova de Famalicão. Apesar de todos estes esforços, a obra de António Sérgio continua a ser pouco conhecida fora de Portugal. Tão diverso na sua abrangência, o seu ensaísmo vai da filosofia, do pensamento científico e da pedagogia, à história e à reflexão social, política e economia, passando pela literatura e a religião. O humanismo universalista e o espírito de livre exame que comandaram a sua curiosidade pelo humano levaram-no a pôr problemas e desencadear polémicas que muito contribuíram para rasgar novos horizontes nas humanidades e nas ciências sociais em Portugal. Herdeiro de uma tradição filosófica racionalista e crítica, entrosada com íntimo apego aos valores originais do cristianismo e à ascese mística, o diálogo que estabeleceu com os clássicos e grandes figuras do pensamento social e filosófico do seu tempo bem como a resistência que sempre exprimiu em relação ao espírito de sistema determinista e dogmático fazem dele um pensador de largo fôlego, que deixou forte marca no Portugal do século XX. Esta é pois a 3ª edição que vê a luz quase quarenta anos após a publicação da anterior. A extensão e qualidade de muitos dos estudos aqui inventariados contrasta com a imensa ignorância a que o ensaísta é votado ainda hoje. A divulgação de tamanha matéria publicada em Portugal e no estrangeiro é uma obrigação que cumpre cultivar perante um público, melhor dizendo um escol de leitores e estudiosos que mantêm por António Sérgio vivo interesse. Ela aqui está um ano após as comemorações do cinquentenário da sua morte.

Agradecemos ao Dr. Iuri Pereira pela competente pesquisa levada a cabo. À Dra. Sónia Queiroga pela detalhada relação que nos facultou do Arquivo de António Sérgio na CASES. Ao Prof. João Príncipe, pelas valiosas sugestões. E ao meu filho Sérgio, por tudo o mais.

Índice

I — FONTES MANUSCRITAS

a – Arquivo da Marinha (AM)

b – Centro de Documentação e Informação António Sérgio CASES

c – Espólio de António Sérgio (BNP)

Outros Espólios: Hernâni Cidade, Jaime Cortesão, Carlos Malheiro Dias,

Teixeira de Pascoaes, Raúl Proença e Álvaro Salema

d – Fundação Mário Soares (FMS)

II — BIBLIOGRAFIA ATIVA

a – Livros, opúsculos, separatas (reedições)

b – Colaboração em publicações periódicas

c – Prefácios, notas, organização de edições

d – Colaboração em obras coletivas

e – Epistolário:

e1 – em livros

e2 – em publicações periódicas

f – Entrevistas e inquéritos:

f1 – em livros

f2 – em publicações periódicas

f3 – audiovisual

g – Traduções

h – Representação em antologias

III — BIBLIOGRAFIA PASSIVA

a – Elementos biográficos e cronologias

b – Bibliografias e inventários de fontes

c – Estudos exclusivos sobre a obra

c1 – em livro e publicações periódicas

c2 – dissertações e teses universitárias

d – Estudos com referências sobre a obra

e – Artigos, em publicações periódicas, com estudos ou referências sobre a obra

e1 – não assinados

e2 – assinados

f – Publicações especiais de homenagem

g – Artigos sobre a casa de António Sérgio e biblioteca:

g1 – artigos não assinados

g2 – assinados

h – Necrologia

I – FONTES MANUSCRITAS

a – Arquivo da Marinha:

Registo biográfico – *Livro Mestre*, livro G, 72

Álbum fotográfico n.° 6 (foto n.° 934) (A. S. fardado, divisas de 2. ° Tenente)

Índice alfabético de oficiais (até 31-12-1910) caixa n.° 652 (onde se encontra o processo de A. S.)

b – Centro de Documentação e Informação António Sérgio CASES:

Correspondência (cartas, cartões, cartões-convite, telegramas, bilhetes-postais e postais), cadernos, memórias, apontamentos, artigos, ensaios, peças judiciais e documentação impressa publicada (jornais, recortes de jornal, revistas, brochuras, boletins, panfletos, manifestos, folhetos, folhetins, fascículos e pagelas), etc. num total de 21 coleções e cerca de 2300 documentos

Estrutura:

21 Coleções
001 – C. Sociais 14 Subcoleções
002 – Educação 24 Subcoleções
003 – Política 94 Subcolecções
004 – Mapas/Gravuras/Fotografias 5 Subcolecções
005 – Polémicas 8 Subcoleções
006 – Vários 27 Subcoleções
007 – Literatura 36 Subcoleções
008 – Filosofia 23 Subcolcções
009 – História 16 Subcoleções
010 – Religião 10 Subcoleções

011 – Diversos 4 Subcoleções
012 – História / Bibliografias 3 Subcoleções
013 – Correspondência 63 Subcoleções
014 – Artigos / Jornais 4 Subcoleções
015 – Recortes de jornais 22 Subcoleções
016 – António Sérgio (Doc. Div.) 17 Subcoleções
017 – Bibliografia 11 Subcoleções
018 – História de Portugal 37 Subcoleções
019 – Documentos: Período Ministro da Instrução 15 Subcoleções
020 – Artigos 51 Subcoleções
021 – Gravuras 1 Subcoleção

E ainda com referências úteis a
– Bibliografia activa de AS na Casa António Sérgio
– Outros arquivos com documentação relativa a António Sérgio (entre outros itens)

c – Biblioteca Nacional de Portugal:

Espólio de António Sérgio
9 caixas contendo documentos e manuscritos de António Sérgio

Caixa 1:
– Correspondência recebida por A.S. Cartas de Alberto Vidal, Almeida Braga, Ribeiro Teixeira, Manuel de Matos, Helder Reis, Pedro Veiga e Francisco d'Almeida Eça (1953). E de António Borges Coutinho (1957-58) relacionadas com a Comissão Promotora do Voto
– Relacionados com a C.P.V. Carta do ministério do interior (1953) e documentos publicados pela comissão
– Assuntos editoriais. Cartas enviadas à Editorial Labor em letigio com A.S.

Caixa 2:
– Correspondência recebida por A.S. Diversos assuntos, incluindo C.P.V. e Seara Nova (remetentes: Jaime Cortesão; Sarmento Pimentel; Gonzalo de Reparaz; Mário Cardoso; J. Viana da Mota; Luís de Oliveira Guimarães; Jaime de Magalhães Lima; João de Barros;

Augusto Casimiro; Luís de Almeida Braga; V. M. Godinho; Henrique Galvão; Salina de Moura; Alberto de Monsaraz; Cabral de Moncada; Luís Pacheco; Joaquim de Carvalho; Magalhães Vilhena; Joel Serrão; Rómulo de Carvalho; Henrique de Barros; Gentil da Silva; Ernani Lopes; Ezequiel de Campos)

– Cartas de terceiros

– Documentos assinados pela C.P.V. Para Fernando Piteira Santos; sobre a União Portuguesa

– Documentos referentes a pagamentos e contas de A.S. na Seara Nova

Caixa 3:

– Manuscritos do autor. – Aspectos morais e intelectuais do corporativismo; Conferência sobre Oliveira Martins e Antero; Corporativismo; Vulgarização; Conferência sobre o corporativismo; Pedagogia: conferencia; [Notas e apontamentos]; *Histoire*

Caixa 4:

– Manuscritos do autor – *Histórias para crianças*: documentos (só ilustrações); Antero; Sermão de Bossuet sobre a morte; Psicologia; Bergsonismo; A abóboda: borrão; [sobre a saída da *Seara Nova*]; *História Moderna* (começa no cap. X); *Antinomias fundamentais da razão* (incompleto); [apontamentos, notas e textos incompletos]

Caixa 5:

– 12 cadernos. – notas e excertos manuscritos; citações, discurso sobre o cooperativismo

– 5 conjuntos de apontamentos, notas e fragmentos de ensaios (*Nótula sobre Nicolau Tolentino*; *Salada de conjecturas a propósito de dois jesuítas*)

Caixa 6:

– Ensaios em 29 cadernos (Sociedade das Nações, guerra, etc; Psicologia e Pedagogia: bibliografia; História de Portugal: Bibliografia; temas religiosos…; Filosofia…; Spinoza; Projetos; Brasil; Jesuítas; Estrangeiros relacionados com Eça de Queirós; História da civilização portuguesa; Helenismo, Política, Sociologia, Direito, História; Política, Estética; Platão; Filosofia geral; Bibliografia; Literatura; …)

Caixa 7:

– Ensaios em 21 cadernos (Linschoten; Trágico-Marítima; Descartes; Bergson; Grécia: opinião de Hegel; Kant; Lógica; Marxismo;

Dostoiévski; Guerra Civil de 1832-34: Portugal Contemporâneo; Fischte; Hegel; História; Historiografia da civilização portuguesa: bibliografia; …)

Caixa 8:
– Uma tradução incompleta com título "As bases físicas da consciência"
– Pasta com projeto de edição de cartas de Camilo Castelo Branco (para verificar se não é um projeto de Castelo Branco Chaves)
– Textos manuscritos de terceiros – possível texto de conferências de Reis Machado (incompleto)
– Documentos Biográficos

Caixa 9:
– Impressos (alguns com notas autografas de A.S.)
– 3 cadernos com recortes de imprensa em colagem

Outros Espólios na Biblioteca Nacional de Portugal

Espólio Álvaro Salema*:*

– Correspondência de A.S. para Álvaro Salema. 1933-1956, Lisboa, Vilar Formoso, Alcoentre
– Correspondência de A.S. para Pedro de Andrade.
– Correspondência de A.S. para Filipe Mendes
– Carta de Luísa S. de Sousa a Elisa Salema

Espólio Aquilino Ribeiro*:*

– Correspondência de A.S. para Aquilino Ribeiro. 192[4]-1953

Espólio Augusto Casimiro:
– Correspondência de A.S. para Augusto Casimiro. 1910-1959, Lisboa

Espólio Carlos Malheiro Dias:
– Correspondência de Carlos Malheiro Dias para A.S. 1924, Porto
– Correspondência de A.S. para Carlos Malheiro Dias. 1921-24, Lisboa, Rio de Janeiro.

Espólio Castelo Branco Chaves:
– Corresponência de e para A.S. 1920-50

Espólio Hernâni Cidade:
– Correspondência de A.S. para Hernâni Cidade

Espólio Jaime Cortesão:
– Correspondência de A.S. para Jaime Cortesão. 1911-1959, Lisboa, Rio de Janeiro
– Carta de A.S. para João Sarmento. 1956, Lisboa

Espólio José Rodrigues Miguéis:
– Correspondência de e para A.S.

Espólio Manuel Teixeira Gomes:
– Correspondência de A.S. para Manuel Teixeira Gomes

Espólio Raúl Proença:
– Correspondência de A.S. para Raúl Proença, incluindo 155 cartas e textos de A.S. 1911-1940
– Documentos de A.S.:
  Carta sobre Bibliotecas Públicas, [a] Rodrigues Lapa
  Carta aberta a alguns oficiais republicanos que não estiveram com a revolução, pst 1926
  Manuscrito de A.S. junto a carta a um poeta
  Bosquejo da História de Portugal, 1923, 122f., incompleto
– Carta de Ezequiel Campos a A.S. 1930
– Carta de Afonso Costa a A.S. 1931, Paris
– Cartas de Santana Dionísio a A.S. 1938/1940, Porto, V. Real
– Cartas de Mario de Azevedo Gomes a A.S. 1928/1931, Lisboa
– Carta de António Muños Perez a A.S. 1928, Paris
– Carta de João Sarmento Pimentel a A.S. 1931, Bayona
– Carta de Luís da Câmara Reis a A.S. 1924, Lisboa
– Carta de Gonçalo de Reparaz a A.S. 1931
– Correspondência de A.S para:
  Augusto Casimiro
  Bernardino Machado. 1926
  Vasco Lopes de Mendonça. 1921

Teixeira de Pascoais. 1912
Raquel Sangreman Proença. 1936
Teolinda Proença. 1940
– Carta de Luísa Sérgio e A.S. a desconhecido
– Carta de autor desconhecido a A.S. 1931, Madrid

Espólio Teixeira de Pascoais:
– Correspondência de A.S. para Teixeira de Pascoais. 1913-25, Lisboa, Rio de Janeiro
– Correspondência de A.S. para Teixeira de Pascoais. 1951, Lisboa, Sintra
– Correspondência de A.S. e Pinto para Teixeira de Pascoais. 1923, Rio de Janeiro

d – Fundação Mário Soares
disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos

Fundo Alberto Pedroso:

– Apontamento de Câmara Reis sobre António Sérgio (1940)
– Apontamento sobre as divergências relacionadas com o caso de Sant'Ana Dionísio e o conflito com António Sérgio (1939)
– Artigo de A.S. na página 4 do jornal *República* de 17 de Junho de 1939
– Carta de António Augusto Ferreira de Macedo para A.S. (1932)
– Carta de António Nunes da Silva para A.S (1935)
– Carta de Armando Bernardes, para A.S., remetida de Roma (1935)
– Carta de A.S. e outros para a direção da Seara Nova (1956)
– Correspondência de A.S. para Alberto Candeias (1939)
– Correspondência de A.S. para Alexandre Vieira (1955)
– Contrato entre a Direcção do Grémio Lusitano, António Sérgio e Luís da Câmara Reis (1933)
– *Diário Popular* – Quinta, 30 de Junho de 1977 – Cartas de António Sérgio ao capitão Sarmento Pimentel.
– Fotocópia de carta de António Sérgio para Mário de Castro (1938)
– Fotocopias de correspondência com Câmara Reys
– Fotocópia de duas versões de declarações de António Sérgio perante o Conselho Directivo da *Seara Nova* (1938)

– Fotocópia de transcrição de carta de António Sérgio para Mário de Azevedo Gomes com críticas a Câmara Reis. (1939)
– Recorte de artigo de António Brotas publicado no jornal *República*, 11 de Julho de 1973, referindo A.S.
– Recortes de jornal com artigos de A.S. (1949)
– Transcrição de cartas de João de Barros e de António Sérgio (1949)
Fundo António Gato Pinto:
– Boletim Cooperativista (1959)
Fundo Rodrigo José Rodrigues:
– Testemunho de António Sérgio sobre Gomes da Costa

Fundo MAS – Arquivo Mário Soares

– Comunicado da Comissão Central do MUD Juvenil. Reproduz cartas de António Sérgio dirigidas ao Ministro do Ultramar sobre o Estado Português da Índia (1954)
– *Eleições Presidenciais* – Texto de António Sérgio.
– *Inquérito sobre António Sérgio*
– *Homenagem póstuma a António Sérgio*. Separata de jornal da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 4. (1969)

Fundo DSZ – Documentos Abel Salazar:

– Artigos de Abel Salazar sobre A.S.
– Correspondência entre Abel Salazar e A.S.
– Documentos manuscritos, ensaios e correspondência, referentes à polémica entre A.S. e Abel Salazar
– *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Ensaio póstumo de Jacinto Baptista – António Sérgio inédito. (2001)
– "De como o Homem Centrípeto se fez Centrífugo, por Perda do Auto-Freio"

Fundo DFC – Documentos Afonso Costa:
– Pedido a Afonso Costa para representar António Sérgio e a *Seara Nova*, carta para Àlvaro Poppe (1937).
DBC – Documentos Bento de Jesus Caraça
– *Polémica entre Abel Salazar e António Sérgio* (37-38)
– *Notas, em guisa de Conclusão, manuscrito e dactilografado* - Polémica com António Sérgio

Fundo DBG – Documentos Bernardino Machado:
– Carta de José Marques da Costa para A.S.
– Cartas de terceiros referindo ou falando sobre A.S.
– Cartões de felicitação enviados por A.S. a Bernardino Machado
– Correspondência entre A.S., Luísa Sérgio de Sousa e Bernardino Machado
– Correspondência entre A.S. e Bernardino Machado
– Conta de António Sérgio na Suíça
– Documentos e obras enviados por A.S. a Bernardino Machado
– Telegrama remetido de São Paulo, por João Sarmento Pimentel, da Assembleia da SDN a Bernarino Machado
– Telegramas para Bernardino Machado

Fundo DRC – Documentos Francisco Ramos da Costa:
– Correspondência de F. Ramos da Costa com António Sérgio e Carlos de Oliveira

Fundo DSL – Documentos Maria de Jesus Serra Lopes:
– *Antologia Sociológica* – de António Sérgio (1957)

Fundo DMN – Documentos Mário Neves:
– Cartas para Mário Neves

Fundo: DST – Documentos Souto Teixeira:
– Transcrição de cartas dirigidas ao Ministro da Justiça por dirigentes do MUD

Fundo Manuel Mendes/MNAC – Museu do Chiado:
– Artigos de Manuel Mendes, sobre A.S.
– *Boletim Cooperativista* (1959)
– Carta de A.S. para Alberto de Oliveira (1925)
– Carta de Jaime Cortesão para Manuel Mendes, destinada a A.S.
– Cartão de Agradecimentos.
– Correspondência de A.S. com Alexandre Vieira
– Correspondência de A.S. com Manuel Mendes
– Correspondência de A.S. para Moisés Amzalak
– Correspondência de terceiros referente a A.S.
– Correspondência relativa à colaboração de António Sérgio de Sousa na candidatura do General Norton de Matos

II — BIBLIOGRAFIA ATIVA

IIa LIVROS, OPÚSCULOS E SEPARATAS (reedições)[1]

Sérgio, António (1909). *Notas sobre os sonetos e as tendências geraes da filosofia de Antero de Quental*. Lisboa: Livraria Ferreira Editora [reed. *Notas sobre Antero, Cartas da Problemática e outros textos filosóficos*, pref. António Pedro Mesquita. Lisboa: INCM, 2001, 57-144].

« – » (1913). *Da natureza da affecção. Ensaios de psycologia e pedagogia*. (Separata do n.0 9, ano IV da *Revista Americana*). [reed. *Notas sobre Antero*, *Cartas da Problemática e outros textos filosóficos*, pref. António Pedro Mesquita. Lisboa: INCM, 2001, 145-178].

« – » (1914). *O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares*. Porto, Renascença Portuguesa. [reed. *Ensaios sobre educação*, pref. Manuel Ferreira Patrício. Lisboa: INCM, 2008, 13-53].

« – » (1915). *Educação cívica*. Porto: Renascença Portuguesa. [2.ª ed., Lisboa: Editorial Inquérito, L.da, 1954 (muito modificada)]. [3.ª ed., pref. Vitorino Magalhães Godinho. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, Abril de 1984]. [reed. *Ensaios sobre educação.* (Manuel Ferreira Patrício ed.). Lisboa: INCM, 2008, 167-188].

« – » (1916). *Cartas sobre a educação profissional escritas ao director da Academia de Estudos Livres*. Educação profissional na Casa das Crianças e na Escola Primária. Porto: Renascença Portuguesa. [reed. *Ensaios sobre educação*, 2008, 167-188].

« – » (1917). *A função social dos estudantes e a sua preparação para a intervenção futura na Sociedade Portuguesa*. Porto: Renascença Portuguesa. [reed. *Ensaios sobre educação*, 2008, 189-207].

« – » (1918). *O ensino como factor do ressurgimento nacional*. Defeito dos nossos métodos de ensino e maneira de os corrigir; linhas gerais de uma nova organização. Porto: Renascença Portuguesa. [reed. *Ensaios sobre educação*, 2008, 209-241]

(1) As datas primeiro assinaladas são das primeiras edições, assinalando-se as reedições no final.

« – » (1930). *Antígona*. Drama em três actos. Porto: Edição da República. [reed. Carlos Morais. *Antígona(s) – quatro variações sobre um mito* (edição crítica, estudo e notas). Lisboa: Âncora Editora, 2008].

« – » (1937). *Cartesianismo ideal e cartesianismo real*. Cadernos da «Seara Nova», Estudos filosóficos e científicos. [2.ª ed. Lisboa: Editorial Inquérito, L.da s.d. (1959?). 45]. [reed. *Notas sobre Antero, Cartas da Problemática e outros textos filosóficos*, pref. António Pedro Mesquita. Lisboa: INCM, 2001, 179-207].

« –» (1939). *Sobre educação primária e infantil*. Lisboa: Editorial Inquérito, Cadernos «Inquérito». Lda. [reed. *Ensaios sobre Educação*., 2008, 243].

« – » (1943). *Um problema anteriano*. (Sobre a ideia e a realidade do desprendimento activo na peregrinação moral do autor dos «Sonetos»). Lisboa: Ed. do Autor, s.d. [reed. *Notas sobre Antero, Cartas da Problemática e outros textos filosóficos,* pref. António Pedro Mesquita. Lisboa: INCM, 2001, 257-286].

« – » (1948). *Antero de Quental e António Vieira perante a civilização cristã dos seus próprios tempos*. Porto: Biblioteca Fenianos. [2.ª ed., com o título: *Perante a inexistência de civilização cristã*. Depoimentos de Antero de Quental e António Vieira. Lisboa: Editorial Inquérito, Leda, s.d. (1958?)]. [reed. *Notas Sobre Antero, Cartas da Problemática e outros textos filosóficos,* pref. António Pedro Mesquita. Lisboa: INCM, 2008, 287-310].

« – » (1952-55). *Cartas de problemática, dirigidas a um grupo de jovens amigos, alunas e alunos da Faculdade de Ciências*. Lisboa: Editorial Inquérito Lda. [reed. In *Notas sobre Antero, Cartas da Problemática e outros textos filosóficos,* pref. António Pedro Mesquita. Lisboa: INCM, 2001, 311-457 e Pombo, Olga e João Cordovil (2012). *As Cartas de Problemática de António Sérgio*. Lisboa: Fim de Século, 2012].

IIb COLABORAÇÃO EM PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Martins, Carlos (1986). "António Sérgio: dois artigos publicados na Alemanha", *Prelo*, 10, Jan.-Mar, 35-43 ["Abriss de portugiesischen Geschichte" (Resumo da História de Portugal)", *Iberica*, 1, Abr. Maio-Ago. Set. Out.-Nov. e Dez. 1924 e Jan. 1925; "Die politische Lage in Portugal" ("A Situação Política em Portugal"), in *Europaische Revue*, 1, 1925].

Matos, A. Campos (1983). "Bibliografia de António Sérgio", *Revista de História das Ideias*, 5, tomo 2, 1035-1064 disponível em: https://digitalis.

uc.pt/pt-pt/artigo/bibliografia_de_ant%C3%B3nio_s%C3%A9rgio (acedido em 20-2-2021).

Nóvoa, António (2019). "António Sérgio – Textos (desconhecidos) sobre a Paz", *JL Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 1278, 25 de Set., 25-26 [artigos originalmente publicados em *Le Volantaire.La Paix pour la jeunesse*,1929-30 traduzidos neste e nos dois seguintes títulos].

« – » (2019). "António Sérgio – O ensino de História", *JL Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 1280, 9 Out. 4.

« – » (2019). "António Sérgio – Educar para e pela liberdade", *JL Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 1281, 16 Out. 4-5.

IIc PREFÁCIOS, NOTAS, ORGANIZAÇÃO DE EDIÇÕES

vd. 2ª ed. desta bibliografia (1983).

https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/bibliografia_de_ant%C3%B3nio_s%C3%A9rgio (acedido em 02-3-2021).

IId COLABORAÇÃO EM OBRAS COLECTIVAS

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (1935- ?). António Mendes Correia, et al. (dir). Lisboa: S.d. [numerosa colaboração, não assinada, identificada na sua maior parte por Jacinto Baptista. *António Sérgio enciclopedista*. Lisboa: Ed. Colibri, 1997].

IIe EPISTOLÁRIO

e1. em livros

"Afonso Lopes Vieira versus A. Sérgio", *Lusitânia*, Oito cartas e dois postais, 1922-1924, (aprs. e notas de Reinaldo Varela Gomes). Lisboa: B.N., 1983.

António Sérgio. Correspondência para Raul Proença, (introd. e org. de José Cardoso Gonçalves, com um estudo de Eduardo Piteira Santos). Lisboa: B.N. – D. Quixote, 1987.

Baptista, Jacinto (2000). *Pela liberdade da inteligência: cartas sobre a responsabilidade ética, social e política do homem de pensamento*. 1ª ed., Lisboa: Colibri.

« – » (1983). *António Sérgio, Bernardino Machado e as memórias de Raúl Brandão: correspondência inédita*. Coimbra: Fac. de Letras.

« – » (1986). *Dois grandes portugueses, António Sérgio e João Sarmento Pimentel: contra a ditadura*. Bragança: [s.n.].

« – » *Dois democratas contra a ditadura. António Sérgio/Bernardino Machado (1928--35)* [volume inédito no Espólio privado da família de Jacinto Baptista].

Comissão do livro negro sobre o regime fascista. Eleições presidenciais de 1951 e correspondência entre Oliveira Salazar e Craveiro Lopes (1983). Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros [contém: cartão manuscrito do Ministro do Interior dirigido a Salazar c/ ref.a a A. S. 49-50; documento sobre a candidatura do Almirante Quintão Meireles, c/ ref.a a A. S., 51-52; cópia de uma carta dirigida por A. S. a um amigo do Porto, encontrada no arquivo de Salazar,104-105; «informação» recebida por Salazar sobre A. S., 110; carta de Craveiro Lopes c/ ref.a a A. S., 166].

Rivas, Pierre (1984). "Lettres d'António Sérgio a Valery Larbaud", in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 20. Lisboa-Paris: 74-79 [7 cartas datadas de 1927-29].

Ventura, António (1988). "António Sérgio e António Augusto Ferreira de Macedo. Marcos de um convívio epistolar (1919-1949)", in *Estudos sobre António Sérgio*. Instituto Nacional de Investigação. 51-116.

« – » (1994). *José Régio/António Sérgio. Correspondência* (1933-1958). Câmara Municipal de Portalegre, Centro de Estudos José Régio.

e2. em publicações periódicas

Catroga, Fernando e Veloso, Aurélio (1983). "*António Sérgio: cartas do exílio a Joaquim de Carvalho: (1927-1933)*", *Revista de História das Ideias*, vol. 5, tomo 2, 951-1017.

Figueiredo, Matilde Pessoa de (1983). "Da juventude de António Sérgio: algumas cartas inéditas", Imprensa da Universidade de Coimbra, *Revista de História das Ideias*, vol. 5, tomo 2, 785-939.

Gomes, Reinaldo Varela (1983). *Afonso Lopes Vieira versus A. Sérgio. Pró-«Lusitânia»*, oito cartas e dois postais escritos pelo historiador ao poeta leiriense (1922-1924). (apres. e notas), *sep. da Revista. da Biblioteca Nacional*, vol. 3, n.º ½,Jan./Dez., 153-174.

Magalhães, Joaquim Romero (1983). "Duas cartas de Norton de Matos a António Sérgio", *Revista de História das Ideias*, vol. 5, tomo 2, 1017-1025.

Sérgio, António (1983). "Cartas inéditas a Malheiro Dias", *Diário de Notícias*, suplemento especial dedicado a A. S., 3 de Set. (7 cartas e uma resposta de Malheiro Dias).

Soares, Luísa Ducla (1989). "Cartas de A. Sérgio a Castelo Branco Chaves (1924-1955)", *Revista da Biblioteca Nacional*, vol. 4, nº2, Jul.-Dez., 47-48.

IIf ENTREVISTAS E INQUÉRITOS

f1. em livros

vd. 2ª ed. desta bibliografia (1983)

https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/bibliografia_de_ant%C3%B3nio_s%C3%A9rgio (acedido em 02-3-2021).

f2. em publicações periódicas

Baptista, Jacinto (1983). "Socialização sem estatismo. A sociedade visionada por António Sérgio", *Correio do Minho*, 29 de Jan. [contém a resposta a um inquérito do *Diário da Noite*, datada de Paris, de Abr. de 1932, também publicada no n.° 300 da *Seara Nova*, mas, em ambos os casos, sem as perguntas que se publicam agora].

f3. Audiovisual

Eliseu, José [realizador] e Costa, Fernando Ferreira da [texto e entrevistas] (1983). *António Sérgio, A Voz do Contra-Poder,* [documentário sobre o pensador, a vida e obra de António Sérgio, inclui entrevistas a João Freitas Branco, Henrique Barros, Vasco Gama Fernandes, Raul Rego, António José Saraiva, Natália Correia e Fernando Piteira Santos]. Disponível em: https://www.rtp.pt/programa/tv/p32661 (acedido em 03-3-2021).

Entrevista a António Sérgio (1958). Recolhida por Igrejas Caeiro e transmitida pelo Rádio Clube Português na rubrica «Perfil de um artista», em 27 de Jul. Lisboa, Gravações em disco – Edições Sassetti, s/donline no site da CASES https://www.sergio19.net/uploads/1/2/2/6/122650875/entrevista_ant%C3%B3nio_s%C3%A9rgio_-_edit-lres.mp3 (acedido em 02-3-2021).

Martins, João [autoria e realização] *(1974). António Sérgio: as Avenidas da Discussão Fecunda,* [depoimentos pessoais sobre António Sérgio e Álvaro Salema, Alexandre Cabral, Fernando Lopes Graça, Francisco Lyon de Castro, João Sá da Costa, etc.; fotografias, artigos de imprensa periódica, livros, etc. de António Sérgio]. Preto e branco. Excertos da entrevista de 1958 acima referidaTransmitido na RTP em 26 de Juho, 45m, disponível em: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/antonio-sergio-as-avenidas-da-discussao-fecunda/ (cedido em 02-3-2021).

IIg TRADUÇÕES

Russell, Bertrand (1939). *Os problemas da filosofia*, (Tradução e prefácio). Coimbra: Arménio Amado. Colecção Studium, n.° 16, 216. [2.ª ed., com um ps. e notas finais de António Sérgio. 1941]. [reed. *Notas sobre Antero, Cartas de problemática e outros textos filosóficos*, pref. António Pedro Mesquita). Lisboa: INCM, 2001, 209-225].

IIh REPRESENTAÇÃO EM ANTOLOGIAS

Nóvoa, António (1991). "Trechos escolhidos de António Sérgio", in *Percursos – Cadernos de Arte e Educação*, 2, 137-146.

Oliveira, Tiago de (1983). *António Sérgio: cidadão do amanhã*. Lisboa: Cadernos FAOJ.

Serrão, Joel (1984). *António Sérgio uma antologia*. (seleção, introd. e notas). Lisboa: Livros Horizonte

III BIBLIOGRAFIA PASSIVA

IIIa ELEMENTOS BIOGRÁFICOS E CRONOLOGIAS

António Sérgio: Exposição (1983). Lisboa: Biblioteca Nacional. 1983.

António Sérgio, o homem e a época (1983). (Colóquio Sergiano), [Visual gráfico]. Lisboa: Cooperativa de Estudos e Documentação. C.E.D.

Fernandes, Rogério (2008). "António Sérgio: Notas biográficas", *Revista Lusófona de Educação*, 12, Dez.,13-28.

Hameline, Daniel e Nóvoa, António (1990). "Autobiografia inédita de António Sérgio: escrita aos 32 anos no Livre d'Or do Instituto Jean-Jacques Rousseau", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 29 de Fev.,141-177. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/679 (acedido em 04-03-2021).

Leite, João Salazar (s.d. [2018]). *António Sérgio: Breves percurso e herança*. Lisboa: CASES. Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

Queiroga, Sónia (2019). *À Procura de António Sérgio: Ensaio cronológico através de documentação bibliográfica e arquivísticas.* (revisão de Salazar Leite). CASES. Disponível em: http://www.revista-es.info/uploads/1/1/8/1/118198432/%C3%80_procura_de_ant%C3%B3nio_s%C3%A9rgio__just_.pdf (acedido em 04-03-2021).

Exposição Sérgio'19 (2019). Assembleia da Républica, Tributo a António Sérgio, de 23-01-2019 a 22-03-2019. Disponível em: https://www.cases.pt/tributo-antonio-sergio-exposicao-sergio19/, e em: https://www.sergio19.net/home-iii.html (acedido em 02-12-2020).

IIIb BIBLIOGRAFIAS E INVENTÁRIOS DE FONTES

Adão, Áurea (2012). *A Educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945-1969). Um repertório cronológico, temático e onomástico*. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6382/3/A%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20NOS%20ARTIGOS%20DE%20JORNAL%20DURANTE%20O%20ESTADO%20NOVO.pdf (acedido em 05-03-2021).

Baptista, Jacinto (1997). *António Sérgio enciclopedista*. Lisboa: Colibri. [identifica a colaboração anónima na *Grande Encicliopédia Portuguesa e Brasileira*].

Centenário do nascimento de António Sérgio: Catálogo da exposição bibliográfica (1983). Figueira da Foz: Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás.

Informação bibliográfica(do) Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (1991). Lisboa, A.1, 3, Abr./Maio.

Matos, A. Campos (1983). "Bibliografia de António Sérgio", *Revista de História das Ideias*, vol. 5, tomo 2. Disponível em: https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/bibliografia_de_ant%C3%B3nio_s%C3%A9rgio (acedido em 02-3-2021).

Queiroga, Sónia (2010). "O fundo António Sérgio" (e outros documentos e fontes do fundo António Sérgio), *Revista Economia Social*, 10, Outubro.

Sergio, António, 1883-1969. [bibliografia activa e passiva]. Disponível em: https://www.cases.pt/sobre-nos/antonio-sergio/obra/ (acedido em 02-01-2021).

IIIc ESTUDOS EXCLUSIVOS SOBRE A OBRA

C1. em livro e publicações periódicas

Almodôvar, António (2004). "António Sérgio, economista?", in *António Sérgio: Pensamento e Acção.* Lisboa: INCM, vol. 1. 103-131.

Aloísio, Lobo (1985). *As elites e a Grei: sobre a historiografia projectiva de António Sérgio*. Porto: [s.n.], sep. de *Revista da Faculdade de Letras*, Série de Filosofia, 2, 2.ª Série. Disponível em: http://ojs.letras.up.pt/index.php/filosofia/article/view/168/155 (acedido em 03-03-2021).

Alves, Ângelo (2004). "António Sérgio e Leonardo Coimbra. Encontros e Desencontros", in *António Sérgio: Pensamento e Acção.* Lisboa: INCM, vol. 1, 131-139.

Andrade, Inácio Rebelo de (1983). *No centenário de António Sérgio: o doutrinador cooperativista*. Lisboa: INSCOOP.

Araújo, Luís de (2004). "António Sérgio – tópicos de um pensamento actual", in *António Sérgio: Pensamento e Acção,* Lisboa: INCM, vol. 1, 243-251.

Baptista, Jacinto (1992). *Disse chamar-se António Sérgio de Sousa*…: auto da prisão, inquirição e desterro do autor dos Ensaios em 1935. Lisboa: Caminho.

Barbosa, Manuel (1983). «*Presença de António Sérgio*». Figuras & Perfis Literários. Ribeira Grande, ed. do autor, 209-218.

Barreira, Cecília (1983). "António Sérgio leitor de Nobre: Do «modelo moral de uma comunidade» [Herculano] ao «puro racionalismo historiante e imperial» [Nobre]", *Revista de História das Ideias*, vol. 5, tomo 2, 353-361.

Barros, Henrique de (1983). "Três nobres vectores da utopia Sergiana", *Revista de História das Ideias*, vol. 5, tomo 2, 385-403.

Barros, Henrique de, Costa, Fernando Ferreira da (1983). *António Sérgio: uma nobre utopia*. Lisboa: Edições O Jornal.

Borges, Paulo A. E. (2004). "António Sérgio, Antero e o budismo. Em torno do «desprendimento activo»: «um problema anteriano» ou um problema sergiano?", in *António Sérgio: Pensamento e Acção*. Lisboa: INCM, vol. I, 347-367.

Bourdon, Albert-Alain (1984). "António Sérgio et la culture française", in *Arquivos do Centro Cultural Português* XX, 53-63.

Branco, João Maria de Freitas (1992). "José de Freitas Branco e António Sérgio", *Vértice*, 51, Nov.-Dez., 83-88.

Branco, J. Oliveira (1986). *O humanismo crítico de António Sérgio: análise dos seus vectores filosóficos*. Coimbra: [s.n.].

« – » (2004). "António Sérgio, ou uma filosofia apesar do filósofo", in *António Sérgio: Pensamento e Acção*. Lisboa: INCM, vol. 1, 225-243.

Brito, António José de (2004). "António Sérgio e o idealismo", in *António Sérgio: Pensamento e Acção. Lisboa:* INCM, vol. 1, 251-261.

Calafate, Pedro (1999). "O Idealismo Racionalista e Crítico de António Sérgio", in *História do Renascimento Filosófico Português*. Lisboa: Caminho, vol. 1, 103-130.

Cardia, Mário SottoMayor (2004). "António Sérgio ou o mentalismo relacional", in *António Sérgio: Pensamento e Acção*. Lisboa: INCM, vol. 1, 261-287.

Carmo, Mário Garcia (1984). *António Sérgio: um homem que acreditou no futuro*, [texto policopiado], Lisboa: CEGRAF do Colégio Militar. (Lição inaugural na abertura do Ano Lectivo de 1983/84).

Catroga, Fernando (1983). "Dialogar com António Sérgio", *Revista de História das Ideias*, vol. 5, tomo 2, 7-21.

Correia, Natália (2018). *Entre a raiz e a utopia: escritos sobre António Sérgio e o cooperativismo*. Intro. e notas Ângela de Almeida. Lisboa: Ponto de Fuga.

Costa, Fernando Ferreira da (1983). *António Sérgio e a democracia cooperativa*. Lisboa: INSCOOP.

« – » (1983). *O Pensamento Cooperativo de António Sérgio e as correntes cooperativas francesas*. Col. estudos cooperativos – 1. Viseu: ed. Centro de Estudos Cooperativos de Viseu, 9-32.

Coutinho, Jorge (2004). "Sérgio e Pascoaes: modernidade versus passadismo ou modernidade versus pós-modernidade?", in *António*

Sérgio: Pensamento e Acção, Actas do Colóquio realizado pelo Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa. Lisboa: INCM, vol. 1, 163-177.

Cunha, Jorge Teixeira da (2004). "António Sérgio: a doutrina ética dos Ensaios: uma ética para uma modernidade inactual", in *António Sérgio: Pensamento e Acção. Lisboa*: INCM, vol. 1, 379-391.

Cunha, Norberto Ferreira da (1983). "Conhecimento e História em António Sérgio", *Gil Vicente, Revista de Cultura e actualidades*, 21 a 28.

« – » (1983). *Conhecimento e história em António Sérgio*. Guimaräes: N.A.F.G.C. [editado em *António Sérgio: Pensamento e Acção*. Lisboa: INCM, vol. 1, 2004, 55-87].

« – » (2018). "Política e Pedagogia em António Sérgio", in: AA. VV. *Pedagogia e educação em Portugal: séculos XX e XXI*. Vila Nova de Famalicão: Museu Bernardino Machado, 209-285.

Cunha, Olga Freitas da (1983). "António Sérgio e os Integralistas", *Revista de História das Ideias*, vol. 5, tomo 2, 427-471.

Cunha, Paulo Ferreira (2004). "Do jurídico e do político nos Dialogos da Doutrina Democrática de António Sérgio", in *António Sérgio: Pensamento e Acção*. Lisboa: INCM, vol. 2, 61-89.

Dias, Jorge (1983). *O primeiro centenário do nascimento de António Sérgio* [Texto policopiado]. Macau: Cosmica.

Domingues, Joaquim (2015). "Depois da Renascença Portuguesa", in Amon Pinho, António Pedro Mesquita e Romana Valente Pinho (org.), *Proença, Cortesão, Sérgio e o Grupo Seara Nova*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 55-65.

Fernandes, Rogério (1983). *António Sérgio ministro da Républica*, sep. Da *Revista da História das Ideias*, vol. 5, tomo 2, Coimbra, 663-700.

Ferreira, David Mourão (1984). "António Sérgio et la litterature ou une passion contrariée", in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Lisboa-Paris: vol. 20, 27-35.

Franco, António Cândido (2004). "António Sérgio e Teixeira de Pascoaes, ou o conflito cultural português", in *António Sérgio: Pensamento e Acção.* Lisboa: INCM, vol. 1, 139-163.

Franco, Matilde Pessoa de Figueiredo Sousa (1984). *António Sérgio e Coimbra*. s.l., s.n.

Gama, José (2004). "O problema filosófico da cultura em António Sérgio", in *António Sérgio: Pensamento e Acção.* Lisboa: INCM, vol. 1, 423-439.

Gama, Manuel (2004). "Evangelismo e espírito cooperativo no pensamento de António Sérgio", in *António Sérgio: Pensamento e Acção.* Lisboa: INCM, vol. 2, 105-117.

Ganho, Maria de Lourdes Sirgado (2004). "António Sérgio: «um excitador de Intelectos»?", in *António Sérgio: Pensamento e Acção.* Lisboa: INCM, vol. 1, 341-347.

Godinho, Vitorino Magalhães (2010). "António Sérgio: o Portugal que somos e o Portugal que queremos ser", *Ensaios e Estudos*. *Compreender o mundo de hoje*, vol. 2. Lisboa: Sá da Costa, 473-502. [retoma e amplia *Para a renovação da política nacional*. Lisboa: Sá da Costa, 1978, 91-108, (1. Reforma da mentalidade 2. Como foi pensada, e para quê, a Breve Interpretação da História de Portugal 3. Os problemas de Portugal 4. Política de transporte e política de fixação 5. A prioridade da agricultura para o arranque do desenvolvimento)].

Gomes, J. Pinharanda (2004). "António Sérgio: cisão e decisão. As revistas *Pela Grei* (1918-1919) e *Homens Livres* (1923)", in *António Sérgio: Pensamento e Acção.* Lisboa: INCM, vol. 2, 147-191.

« – » (2015). "A «Renascença Portuguesa» e a «Seara Nova»", in Amon Pinho, António Pedro Mesquita e Romana Valente Pinho (org.), *Proença, Cortesão, Sérgio e o Grupo Seara Nova*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 27-45.

Gonçalves, José Augusto (2003). *A educação cívica segundo António Sérgio: sua actualidade*. Lisboa: INSCOOP.

Leone, Carlos (2008). *O essencial sobre António Sérgio*. Lisboa: INCM.

Linda, Manuel Rodrigues (2004). "Democracia e «ascensão em humanidade» em António Sérgio", in *António Sérgio: Pensamento e Acção*. Lisboa: INCM, vol. 2, 89-105.

Lopes, Fernando Farelo (1983). "António Sérgio na Renascença Portuguesa", *Revista de História das Ideias*, vol. 5, tomo 2, 403-427.

Lopo, Rui (2004). "Antero de Quental entre António Sérgio e José Marinho", in *António Sérgio: Pensamento e Acção.* Lisboa: INCM, vol. 1, 207-225.

« – » (2015). "Sobre a revista Homens Livres. O que é a liberdade dos livres?", in Amon Pinho, António Pedro Mesquita e Romana Valente Pinho (org.), *Proença, Cortesão, Sérgio e o Grupo Seara Nova*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 105-127.

Lourenço, Eduardo (1996). "A crítica como mitologia", *Público*, secção-*Revista,* 20 de Out., 40.

Macedo, Jorge Borges de (1983). "*Significado e evolução das polémicas de António Sérgio*", *Revista de História das Ideias*, vol. 5, tomo 1, 471-531.

Magalhães, Joaquim Romero (2015). "António Sérgio, Jaime Cortesão e a necessidade seareira da concepção de uma História de Portugal", in Amon Pinho, António Pedro Mesquita e Romana Valente Pinho (org.), *Proença, Cortesão, Sérgio e o Grupo Seara Nova*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 517-531.

« – » (s.d.). "Sérgio, António", in Sérgio Campos Matos (coord.), *Dicionário de Historiadores Portugueses 1779-1974*. disponível em: http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_sergio.htm (acedido em 03-03-2021).

Marnoto, Isabel (1983). "António Sérgio: claridades e sombras", *Revista de História das Ideias*, vol. 5, tomo 2, 119-147.

Martins, Maria Manuela Brito (2004). "A relação entre a educação e a filosofia no tomo I dos *Ensaios*", in *António Sérgio: Pensamento e Acção.* Lisboa: INCM, vol. II, 41-61.

Matos, A. Campos (2012). "António Sérgio. A face depressiva", in *Eça de Queiroz, Silêncios, Sombras e Ocultações*. Lisboa: Ed. Colibri, 195.

« – » (2018). "Eça lido por António Sérgio", in *94 reflexões sobre Eça de Queiroz e outros escritos*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 69-79.

« – ». *Nota preliminar a um Diálogo com António Sérgio.* Lisboa: ed. Colibri, 451.

« – » (2018). "António Sérgio", in *Construtores do meu mundo*. Lisboa: ed. Colibri, 76-77.

« – » (2019). *Diálogo com António Sérgio*, (pref. Vasco Magalhães-Vilhena). 3.ª ed.. Lisboa: Colibri, [1ª ed. Arquê, 1983; 2ª ed., Lisboa: Presença,1989].

« – » (2019). *António Sérgio Temas Essenciais de Vida e Obra*. Ed. do Autor.

Matos, Sérgio Campos (1983). "Os Diálogos de Doutrina Democrática: da versão original (1933), à edição revista (1945?/1958)", *Revista de História das Ideias*, vol. 5, tomo 2, 533-594.

« – » (1985). "Sérgio, António", in *Dicionário ilustrado de História de Portugal*, vol. 2. Lisboa: Publicações Alfa, 222-223.

« – » (1988). "Ensaísmo e doutrina social em António Sérgio". *Estudos sobre António Sérgio*. Lisboa: Centro de História da U.L., 31-49.

« – » (1993). "António Sérgio", in João Medina (dir.), *História de Portugal*, vol. 11, *A República II. O nó górdio e as espadas*. Amadora: Ediclube, 140-146.

« – » (1996). "António Sérgio", in Álvaro Manuel Machado (org. e dir.), *Dicionário de Literatura Portuguesa*. Lisboa: Ed. Presença, 446-449.

« – » (1999). *António Sérgio, europeísta?*. Lisboa: Colibri, sep. de *A Construção da Europa*. Lisboa: ed. Colibri, 143-162.

« – » (2004). "António Sérgio na cultura histórica portuguesa", in *António Sérgio: pensamento e acção*, vol.2. Lisboa: INCM, 199-225.

« – » (2015). "*António Sérgio e os nacionalismos*», in Amon Pinho, António Pedro Mesquita e Romana Valente Pinho (org.), *Proença, Cortesão, Sérgio e o Grupo Seara Nova*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 293-308.

« – » (2021). "António Sérgio: um dissidente em constante busca de sentido", *Biblos*, 7 (no prelo).

Medina, João (1988). "Sérgio e Sidónio". *Estudos sobre António Sérgio*. Lisboa: ININ, Centro de História da UL, 7-30.

Mesquita, António Pedro (2004). "O platonismo de António Sérgio", in *António Sérgio: Pensamento e Acção*. Lisboa: INCM, vol. 1, 327-341.

« – » (2013). *Ensaios Sergianos e Outros Estudos Convergentes*. Lisboa: Esfera do Caos.

Miranda, José da Costa (1983). "Itália nos ensaios de António Sérgio", *Revista de História das Ideias*, vol. 5, tomo 2, 361-367.

Morais, Carlos (2001). *A Antígona de António Sérgio: um estudo social em forma dialogada*. Aveiro: Univ. Aveiro.

« – » (2007). *A dramatização do mecanismo essencial do mito de Antígona em António Sérgio*. Aveiro: Univ. Aveiro.

« – » (2010). "A retórica de protesto nas Antígonas de António Sérgio", in B. F. Pereira, M. Várzeas (org.), *Retórica e teatro: a palavra em acção*. Porto: U. Porto Editorial, 351-364.

« – » (2010). C. Morais, "Un exercice d´actualisation et d´exégèse du mythe d´Antigone (António Sérgio, Jornada Sexta do Pátio das Comédias, 1958)", in S. Urdician & R. Duroux (ed.). *Antigones Contemporaines (de 1945 à nos jours)*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise-Pascal, 295-305.

« – » (2012). "Mito e política: variações sobre o tema de Antígona nas recriações de António Sérgio e Salvador Espriu", in A. López, A. Pociña & M. F. Silva (coords.), *De ayer a hoy. Influencias clásicas en la literatura*. Coimbra: CECHC, 319-330.

« – » (2017)."António Sérgio's Antígona: 'a social study in dialogue form'", in C. Morais, L. Hardwick and M. F. Silva (Eds.), *Portrayals of Antigone in Portugal: 20th and 21st Century Rewritings of the Antigone Myth*. Leiden: Brill, 113-139.

« – » (2017).“António Sérgio’s Antigone Revisited: Two Invectives against the Salazar Dictatorship”, in C. Morais, L. Hardwick and M. F. Silva (Eds.), *Portrayals of Antigone in Portugal: 20th and 21st Century Rewritings of the Antigone Myth*. Leiden: Brill,140-159.

« – » (2020). “Diálogo de Creonte e Antígona, de António Sérgio: uma nova (e inédita) variação sobre o mito de Antígona”, *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, 22, 267-285.

Moreira, Ivone (2002). *O pensamento pedagógico de António Sérgio*, [texto policopiado]. S.l., s.n. [Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2009].

« – » (2004). “Conceito e fins da educação em António Sérgio”, in *António Sérgio: Pensamento e Acção*. Lisboa: INCM, vol. 2, 27-41.

Moreira, José Manuel (2004). “A propósito do terceiro homem e da terceira via”, in *António Sérgio: Pensamento e Acção*. Lisboa: INCM, vol. 2,117-147.

Morujão, Carlos (2008). “António Sérgio visto por Vasco de Magalhães-Vilhena e por alguns mais”, in *Convergências & afinidades: homenagem a António Braz Teixeira*. Lisboa: Centro de Filosofia da UL, Centro de Estudos de Filosofia da Fac. de Ciências Humanas da Univ. Católica Portuguesa.

Mota, Carlos Alberto (2000). *António Sérgio Pedagogo e Político*. Porto: Cadernos do Caos.

« – » (2007). *Questões de epistemologia: A visão de António Sérgio*. Porto: Profedicçõe.

Nóvoa, António S. (1994). *“António Sérgio (1883-1969)”*, in *Thinkers on Education* (*Prospects*, 91-92). Paris: UNESCO/IBE, vol. 4, 501-518. [texto editado também nas línguas francesa e espanhola].

« – » (2003). “Sérgio, António”, *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: Ed. Asa, 1291-1300.

« – » (2004). “A Educação Cívica de António Sérgio visto a partir da Escola da Ponte (ou vice-versa)”, in Rui Canário, Filomena Matos e Rui Trindade (org.), *Escola da Ponte - Defender a escola pública*. Porto: Profedições, 59-68.

Paszkiewicz, Cristiana de Soveral e (2004). “Actualidade do pensamento pedagógico de António Sérgio”, in *António Sérgio: Pensamento e Acção*. Lisboa: INCM, vol. 2, 19-27.

Patrício, Manuel Ferreira (1987). *A lógica de António Sérgio*. Braga: Fac. de Filosofia, Sep. de *Revista Portuguesa de Filosofia*, Filosofia Portuguesa Contemporanêa, vol. 43, 243-272.

« – » (2004). "O pensamento pedagógico de António Sérgio", in *António Sérgio: Pensamento e Acção*. Lisboa: INCM, vol. 1, 31-55.

Pereira, José Esteves (2004). "António Sérgio, político. A ideia de democracia", in *António Sérgio: Pensamento e Acção.* Lisboa: INCM, vol. 1, 87-103.

Pereira, Miguel Batista (1983). "O Neo-Iluminismo filosófico de António Sérgio", *Revista de História das Ideias*, vol. 5, tomo 2, 21-89.

Pimentel, Manuel Cândido (2004). "António Sérgio e Antero de Quental", in *António Sérgio: Pensamento e Acção.* Lisboa: INCM, vol. 1, 193-207.

Pinho, Amom (2015). "O Grupo Seara Nova em seus ideais e propósitos fundadores", in Amon Pinho, António Pedro Mesquita e Romana Valente Pinho (org.), *Proença, Cortesão, Sérgio e o Grupo Seara Nova*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 17-27.

Pinho, Arnaldo de (2004). "Uma pedagogia da encarnação: sobre alguns textos teológicos de António Sérgio", in *António Sérgio: Pensamento e Acção.* Lisboa: INCM, vol. 2, 11-19.

Pinho, Romana Valente (2015). "Idealismo e neokantismo no pensamento de António Sérgio", in Amon Pinho, António Pedro Mesquita e Romana Valente Pinho (org.), *Proença, Cortesão, Sérgio e o Grupo Seara Nova.* Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 559-565.

Pita, António Pedro (1983). "Duas faces da razão. Nota sobre a polémica entre António Sérgio e Jofre Amaral Nogueira", *Revista de História das Ideias*, vol. 5, tomo 2, 147-167.

« – » (1987). *Uma estética da inteligibilidade («autonomia» e «cultura» no pensamento de António Sérgio)*. Coimbra: [s.n.], sep. de *Biblos*, 61, 1985.

Pombo, Olga (2006). *As cartas de problemática de António Sérgio, relato de educação*, (introd. e estudos de João Luís Cordovil, João Príncipe, Manuel Beirão dos Reis Lisboa e Olga Pombo). Lisboa: Centro de Filosofia das Ciências da Univ. de Lisboa.

Príncipe, João (2001). "António Sérgio: esboço de uma leitura filosófica da Mecânica Quântica", in *Congresso Luso-Brasileiro de História da Ciência e da Técnica, 1º, Évora, 2000 – Actas*. Évora: Comissão Organizadora do Congresso – Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora.

« – » (2004). *Razão e Ciência em António Sérgio*. Lisboa: INCM.

« – » (2012). *4 novos estudos sobre António Sérgio*, (posf. Hermínio Martins). Casal de Cambra: Caleidoscópio.

« – » (2016). "Sobre a unidade do pensamento sergiano durante a Primeira República", in Paulo Borges e Bruno de Carvalho (ed.), *A Renascença Portuguesa. Tensões e Divergências*. Lisboa: Centro de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 127-163.

Quintas, José Manuel (2015). "Uma efémera união de «almas republicanas»", in Amon Pinho, António Pedro Mesquita e Romana Valente Pinho (org.), *Proença, Cortesão, Sérgio e o Grupo Seara Nova.* Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 77-105.

Ramos, Rui (2000). "Sousa, António Sérgio de", in António Barreto e Mª Filomena Mónica (dir.), *Dicionário de História e Portugal*. Porto: Figueirinhas, 469-473.

Redação da Revista Seara Nova (2015). "Proença, Cortesão, Sérgio e o Grupo Seara Nova", in Amon Pinho, António Pedro Mesquita e Romana Valente Pinho (org.), *Proença, Cortesão, Sérgio e o Grupo Seara Nova*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 557-558.

Reis, António (1996). "Sousa, António Sérgio", in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 951-952.

« – » (2004). "António Sérgio e Raul Proença: tão próximos e tão distantes", in *António Sérgio: Pensamento e Acção.* Lisboa: INCM, vol. 1, 177-193.

Reis, A. do Carmo (2004). "O discurso cristão de António Sérgio. Uma proposta para a reidentificação da Europa", in *António Sérgio: Pensamento e Acção.* Lisboa: INCM, vol. 1, 367-379.

Reis, Carlos (1983). "António Sérgio Queirosiano", *Revista de História das Ideias*, vol. 5, tomo 2, 321-353.

Ribeiro, Manuel António (1992). *Quem foi António Sérgio?: o essencial sobre a figura e a actualidade de um grande pedagogo*. Lisboa: INSCOOP.

Ruas, Henrique Barrilaro (2004). "António Sérgio e os socialistas: o discurso de 1947", in *António Sérgio: Pensamento e Acção.* Lisboa: INCM, vol. 2, 191-196.

Santos, Fernando Piteira (1984). "António Sérgio: reformateur de la mentalité et reformateur social", in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 20. Lisboa-Paris: Fundação Caloust Gulbenkian, 37-51.

« – » (2010). "António Sérgio: o Escritor e o Discurso Ensaístico", in Mª Antónia Fiadeiro (coord.), *Mestres, amigos e companheiros.* Lisboa: Campo da Comunicação, 95-104 [reed. de *Vértice*, 446, Jan.-Fev. 1982,

7-15, incluindo "Política de A a Z: António Sérgio: depoimento contra Oliveira Salazar", *Diário de Lisboa*, 22181, 6-10-1986, 3]

Santos, Leonel Ribeiro dos (2004). "As ideias estéticas de António Sérgio", in *António Sérgio: Pensamento e Acção.* Lisboa: INCM, vol. 1, 391-423.

Serpa, Joaquim dos Santos (1983). *Sobre António Sérgio* [texto policopiado]. Lisboa: INSCOOP.

Silva, Agostinho; Vilhena, Vasco de Magalhães (2007). *Agostinho da Silva e Vasco de Magalhães-Vilhena entrevistados sobre António Sérgio*, por A. Campos Matos. Lisboa. Livros Horizonte.

Silva, Carlos Henrique do Carmo (2004). "A sergiana razão de não ter razão ou a inteligência esquecida", in *António Sérgio: Pensamento e Acção.* Lisboa: INCM, vol. 1, 287-327.

Simões, João Gaspar (1983). "António Sérgio". in *Crítica V, críticos e ensaístas contemporâneos* (1942-1970). Lisboa: INCM, 705-712.

Sousa, Franco Matilde Pessoa de Figueiredo (1984). *António Sérgio e Coimbra*. [S.l., s.n.], sep. de *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Fac. de Letras, vol. 6, 417-422.

Soveral, Eduardo Abranches (2000). *O pensamento de António Sérgio: síntese interpretativa e crítica*. Porto: Granito.

Teixeira, António Braz (2004). "António Sérgio, filósofo", in *António Sérgio: Pensamento e Acção.* Lisboa: INCM, vol. 1, 15-31.

Valdemar, António (2020). "António Sérgio, o mestre sem cátedra", *Expresso. Revista*, 2511, 11 Dez., 58-59.

Veloso, Aurélio (1983). "António Sérgio tradutor. A tradução das «Meditationes/ Meditations»", *Revista de História das Ideias*, vol. 5, tomo 2, 247-321.

Veríssimo, André (2004). "Formas de cultura e de modernidade em António Sérgio", in *António Sérgio: Pensamento e Acção.* Lisboa: INCM, vol. 1, 439.

Vilhena, V. de Magalhães (1983). "Em torno do idealismo histórico-social de António Sérgio", *Revista de História das Ideias*, vol. 5, tomo 2, 167-247.

« – » (2012). *António Sérgio: o idealismo crítico: génese e estrutura, raízes gnoseológicas e sociais: estudo de história social das ideias,* (ed. pref. e notas de Hernâni Resende). Lisboa: ed. Colibri.

C2. Dissertações e teses universitárias

Anjos, António Silva Serafim dos (1990). *A. Sérgio: Fundamentos doutrinários do seu pensamento político*. Dissertação de Mestrado

em Filosofia Social e Política apresentada à Fac. de Letras da Universidade do Porto.

Branco, João de Freitas (1986). *Projecto de investigação sobre o pensamento de António Sérgio*, [texto policopiado]. Berlim: [s.n.], projecto de investigação para realização de tese de doutoramento em Filosofia.

Carvalho, Maria João Cardoso de (2000). *Filosofia e paideia em António Sérgio*, [texto policopiado]. Dissertação de Mestrado, em Filosofia, Univ. do Minho.

Carvalho, Paulo F. M. de (2005). *Para uma perspectiva pedagógica em A. Sérgio: Educação cívica*, [texto policopiado]. Dissertação de Mestrado, em Ciências Religiosas, Centro Regional do Porto, Fac. de Teologia, Univ. Católica Portuguesa, orientada pelo Prof. Doutor Arnaldo Cardoso de Pinho.

Coelho, Amílcar (1987). *Cultura e controvérsia na Filosofia da Educação de António Sérgio*. Dissertação de Mestrado em Filosofia Contemporânea apresentada à Univ. Nova de Lisboa.

Cruz, Alice Maria da Silva Caniço (2006). *Ribeiro Sanches e António Sérgio Portugal: um «Reino Cadaverso» ou uma questão de entendimento?*. Dissertação de Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesa apresentada à Univ. Nova de Lisboa, orientada pelo Prof. Doutor Artur Anselmo.

Gomes, Ermelinda Natércia Roçadas Lourenço (1997). *António Sérgio e a educação*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação (Administração e Planificação) apresentada à Univ. Portucalense.

Gonçalves, José Augusto (2001). *Para uma escola cidadã, Contributos da Obra de António Sérgio*. Dissertação de Mestrado em História da Educação e da Pedagogia, apresentada à Universidade do Minho, orientada pelo Prof. Doutor Manuel Barbosa.

Leite, Abel José Neves da Silva Santos (2006). *O pensamento político de António Sérgio entre 1910 e 1918*. Dissertação de Mestrado, em História e Cultura Europeia Contemporâneas, apresentada ao Dep. de História, da Faculdade de Letras da U.L., sob orientação do Prof. Doutor João Medina.

Lopes, Fernando Santos (1998). *Pedagogia social no pensamento de A. Sérgio*: *Estudo da obra pedagógica desde o início até finais da 1.ª Républica*. Dissertação de Mestrado em Educação, apresentada à Univ. do Minho.

Neto, Jacinto Félix de Castro (1996). *A paideia de António Sérgio: Da epistemologia à antropologia*. Dissertação de Mestrado em Filosofia da Educação, apresentada à Univ. do Minho, Braga.

Pinho, Romana Isabel Brázio Valente (2012). *António Sérgio e a ideia de uno unificante: idealismo, metafísica e gnosiologia*. Dissertação de Doutoramento em Filosofia, apresentada à Fac. de Letras da Univ. de Lisboa, orientação do Prof. Doutor Paulo Alexandre Esteves Borges.

Rua, Ana Catarina Pereira de Sousa Miranda (2007). *António Sérgio: contributos da sua obra para a educação portuguesa*. Dissertação de Mestrado em História e Problemas Actuais da Educação, apresentada à Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro, orientada pela Prof. Doutora Cristiana de Soveral e Paszkiewicz.

Santos, Ana Paula Lança dos Santos Ferro (2004). *Externato António Sérgio: génese e desenvolvimento de uma instituição escolar no Alentejo (1960-1990)*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, apresentada à Univ. Lusófona de Humanidades e Tecnologias, orientada pelo Prof. Doutor António Teodoro.

Silva, Clementina Fernanda Salgueiro da (1990). *O problema da cultura em António Sérgio*. Dissertação de Mestrado em Filosofia, apresentada à Fac. de Letras da Univ. do Porto.

Sousa, Maria Manuela de Almeida Pinto (2011). *António Sérgio - ministro da Educação*. Dissertação de Mestrado, em Línguas e Culturas – Estudos Portugueses, apresentada ao Dep. de Línguas, Literaturas e Culturas, da Universidade de Aveiro, sob orientação da Prof. Doutora Maria Manuela Rocha Teixeira Baptista.

IIId ESTUDOS COM REFERÊNCIAS SOBRE A OBRA

Alves, Francisco da Silva (1983). "Subsídios estatais aos sócios de cooperativas: Que margem para a autonomia cooperativa", [texto policopiado], comunicação apresentada ao Seminário "Cooperativismo e Desenvolvimento", realizado na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, no dia 4 de Outubro de 1983. Lisboa: INSCOOP.

Andrade, Inácio Rebelo de (1983). "No centenário de António Sérgio: o doutrinador cooperativista". Lisboa: INSCOOP.

Baptista, Jacinto (1992). *Sérgio/Pessoa: encontros e desencontros*. Lisboa: Quimera.

Barreira, Cecilia (1983). "A Renascença Portuguesa. Sérgio, Pascoaes e a Renascença Portuguesa", in *Sondagens em torno da Cultura e das Ideologias em Portugal* (secs. XIX-XX). Lisboa: Polemos, 59-65.

« – » (1983). "O ideário Seareiro. Alguns apontamentos para uma polémica (1921-1926)", in *Sondagens em torno da Cultura e das ideologias em Portugal* (secs. XIX-XX). Lisboa: ed. Polemos, 101-119.

« – » (1983). "Sérgio, Cortesão e A Vida Portuguesa", in *Sondagens em torno da Cultura e das Ideologias em Portugal* (sécs. XlX-XX). Lisboa: Ed. Polemos, 66-73.

Branco, João de Freitas (2005). *Luís de Freitas Branco: o músico-filósofo*, (pref. Mário Vieira de Carvalho). Lisboa: Juventude Musical Portuguesa.

« – » (2006). *Agostinho da Silva, um perfil filosófico: do sergismo ao pensamento à solta* (pref. Manuel Pina). Corroios: Zéfiro.

Carlos, José (1983). *O cooperativismo na 2.ª década pós 25 de Abril*, [texto policopiado], comunicação apresentada ao Seminário "Cooperativismo e Desenvolvimento", realizado na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, no dia 4 de Outubro de 1983. Lisboa: INSCOOP.

Carmo, José Maria Luís Melo e (1983). *As cooperativas e a regionalização*, [texto policopiado], comunicação apresentada ao Seminário "Cooperativismo e Desenvolvimento", realizado na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, no dia 4 de Outubro de 1983. Lisboa: INSCOOP.

Catroga, Fernando (2001). "As vanguardas intelectuais, da Geração de 70 à Seara Nova", AAVV, *Seara Nova Razão/Democracia/Europa*. Porto: Campo das Letras, 41-60

Clímaco, Cristina (2017). *Republicanos, Anarquistas e Comunistas no exílio (1927-1936)*. Lisboas: ed. Colibri, (com estudo sobre a acção de António Sérgio no exílio em Paris, cf. especialmente 113-166).

Coelho, Amílcar (1990). *Controvérsia entre Sérgio e Jesus Caraça sobre a natureza e valores da ciência*. Lisboa: Livros Horizonte.

Consiglieri, Carlos (1989). *Os Lusitanos e a Historiografia*. Lisboa: Vega, Col. Estórias da História, [com várias referências a A. Sérgio].

Costa, F. Ferreira da (1983). *António Sérgio e a democracia cooperativa*. Lisboa: INSCOOP, 31.

Cruz, Manuel Braga da (1983). "A oposição eleitoral ao Salazarismo", *Revista de História das Ideias*, vol. 5, tomo 2, 701-785.

Ferreira, Vasco José Faustino (1983). *A formação permanente e o movimento cooperativo*. [texto policopiado], comunicação apresentada ao Seminário "Cooperativismo e Desenvolvimento", realizado na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, no dia 4 de Outubro de 1983. Lisboa: INSCOOP.

Freches, Júlio (1983). *A promoção do emprego e o cooperativismo*, [texto policopiado], comunicação apresentada ao Seminário "Cooperativismo e Desenvolvimento", realizado na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, no dia 4 de Outubro de 1983. Lisboa: INSCOOP.

Homem, Armando Luís de Carvalho (2009). "Mário de Albuquerque e António Sérgio. Revisitação de uma polémica", in *Estudos em memória do Professor Doutor Mário de Albuquerque*. Lisboa: FLUL/Instituto Histórico Infante D. Henrique, 177-235.

Leal, Ernesto Castro (2014). "O Grupo Seara Nova, a crise nacional e a «ilusão sobre os governos de técnicos». Alguns aspectos (1921-1924)", in Amon Pinho, António Pedro Mesquita e Romana Valente Pinho (org.), *Proença, Cortesão, Sérgio e o Grupo Seara Nova*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 127-135.

Leite, João Salazar (2012). *Boletim cooperativista António Sérgio e discípulos* (preâmbulo de Guilherme d'Oliveira Martins). Lisboa: CASES.

Macedo, Jorge Borges de (1974). *Estrangeirados um conceito a rever*. Lisboa: Edições do Templo. [originalmente publicado em *Bracara Augusta*, vol. 28, 65-66, 1973].

Malpique, Cruz (1983). *António Sérgio (1883-1983): o democrata, ou o terceiro homem*. [S.l., s.n.], sep. *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos.*

Marinho, José (1995). "A controvérsia entre A. Sérgio e José Marinho", in Jorge Croce Rivera (ed.), *Ensaios de aprofundamento e outros textos*. Lisboa: INCM, 343-371.

Martins, Pedro Miguel (2017). "A 2ª série de A Aguia e as grandes correntes filosóficas da Renascença Portuguesa", in A. Braz Teixeira, *et al* (coord.), *A Renascença Portuguesa, pensamento memória e criação*. Porto: Universidade do Porto, 327-347.

Matos, A. Campos (2012). "António Sérgio. A face depressiva", in *Eça de Queiroz, Silêncios, Sombras e Ocultações*. Lisboa: ed. Colibri, 195.

Matos, Sérgio Campos (2017). "A Renascença Portuguesa – consciência histórica e intervenção cívica", in A. Braz Teixeira, *et al* (coord.), *A Renascença Portuguesa, pensamento memória e criação*. Porto: Universidade do Porto, 381-398.

Moniz, António (1983). *Cooperativismo e regionalização*, [texto policopiado], comunicação apresentada ao Seminário "Cooperativismo e Desenvolvimento", realizado na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, no dia 4 de Outubro de 1983. Lisboa: INSCOOP.

Morais, Carlos (2001). *Máscaras portuguesas de Antígona*. Aveiro: Univ. Aveiro, 188.

« – » (2012) "El logos de Antígona y las recreaciones políticas del mito en Portugal", in F. Martino & C. Morenilla (eds.), *El logos feminino en el teatro*. Bari: Levante Editori, 507-542.

Mota, Carlos (2017). "António Sérgio, Teixeira de Pascoaes e a 'Renascença Portuguesa", in A. Braz Teixeira, *et al* (coord.), *A Renascença Portuguesa, pensamento memória e criação*. Porto: Universidade do Porto, 191-198.

Mota, Carlos Alberto M. G.; Cruz, Maria Gabriel Moreno Bulas; Belo, José Manuel C. (1998). *A polémica entre António Sérgio e Teixeira de Pascoaes*. Vila Real: UTAD.

Nascimento, José Alberto Santos (1983). *As relações cooperativas-Estado*, [texto policopiado], comunicação apresentada ao Seminário "Cooperativismo e Desenvolvimento", realizado na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, no dia 4 de Outubro de 1983. Lisboa: INSCOOP.

Nóvoa, António S. (1987). *Le temps des professeurs: Analyse Socio-Historique de la Profession Enseignante au Portugal (XVIII-XX)*, (pref. de Daniel Hameline). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, vol. 2, [c/ importantes ref. a A. Sérgio no vol. 2].

Paiva, Flávio (1983). *Apoio do Estado às cooperativas de habitação*, [texto policopiado], comunicação apresentada ao Seminário "Cooperativismo e Desenvolvimento", realizado na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, no dia 4 de Outubro de 1983. Lisboa: INSCOOP.

Paixão, José Augusto (1983). *As cooperativas e a regionalização*, [texto policopiado], comunicação apresentada ao Seminário "Cooperativismo e Desenvolvimento", realizado na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, no dia 4 de Outubro de 1983. Lisboa: INSCOOP.

Pato, Telmo (1983). *O problema da regionalização,* [texto policopiado], comunicação apresentada ao Seminário "Cooperativismo e Desenvolvimento", realizado na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, no dia 4 de Outubro de 1983. Lisboa: INSCOOP.

Pereira, Jacinto (1983). *Determinantes essenciais da evolução do sector cooperativo com vista à integração na CEE*, [texto policopiado], comunicação apresentada ao Seminário "Cooperativismo e Desenvolvimento", realizado na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, no dia 4 de Outubro de 1983. Lisboa: INSCOOP.

Pereira, José Esteves (2017). "Situação histórica e significado cultural da «Renascença Portuguesa» – o período de 1911 a 1917", in A. Braz Teixeira, *et al* (coord.), *A Renascença Portuguesa, pensamento memória e criação*. Porto: Universidade do Porto, 19-31.

Pinho, Romana Valente (2017). "António Sérgio e Álvaro Pinto – os projectos comuns", in A. Braz Teixeira, *et al* (coord.), *A Renascença Portuguesa, pensamento memória e criação*. Porto: Universidade do Porto, 199-204.

Pires, Barbas (1983). *As cooperativas e as suas relações com o Estado*, [texto policopiado], comunicação apresentada ao Seminário "Cooperativismo e Desenvolvimento", realizado na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, no dia 4 de Outubro de 1983. Lisboa: INSCOOP.

Ramos, Albino (1983). *O cooperativismo, horizonte 2000*, [texto policopiado], comunicação apresentada ao Seminário "Cooperativismo e Desenvolvimento", realizado na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, no dia 4 de Outubro de 1983. Lisboa: INSCOOP.

Rosas, Fernando (2001). "Contextos históricos da Seara Nova" e "As vanguardas intelectuais, da Geração de 70 à Seara Nova", AAVV, *Seara Nova Razão/Democracia/Europa*. Porto: Campo das Letras, 14-40.

Santana, Emídio (1983). *O cooperativismo como prática autogestionária*, [texto policopiado], comunicação apresentada ao Seminário "Cooperativismo e Desenvolvimento", realizado na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, no dia 4 de Outubro de 1983. Lisboa: INSCOOP.

Serra, Joaquim de Almeida (1983). C*omunicação apresentada no seminário sobre o cooperativismo e seu desenvolvimento, integrado nas comemorações do I centenário do nascimento de António Sérgio*, [texto policopiado]. [S. I., s. n.].

Silva, Henrique Schwarz da (1983). *Educação cooperativa,* [texto policopiado], comunicação apresentada ao Seminário "Cooperativismo e Desenvolvimento", realizado na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, no dia 4 de Outubro de 1983. Lisboa: INSCOOP.

Sousa, José Amigo T. (1983). *A problemática da produção leiteira no minifúndio rumo ao mercado europeu,* [texto policopiado], comunicação apresentada ao Seminário "Cooperativismo e Desenvolvimento", realizado na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, no dia 4 de Outubro de 1983. Lisboa: INSCOOP.

IIIe ARTIGOS, EM PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS, COM ESTUDOS OU REFERÊNCIAS SOBRE A OBRA

e1 Não assinados

"A. Sérgio num brilhante depoimento afirma que a Presença é um facto importante na literatura do futuro" (1983). *Diário de Lisboa*, 21250, 8 Set.

"A dicotomia apoio/autonomia nas relações entre as cooperativas e o Estado" (1983). [texto policopiado], FECOOPSERV, comunicação apresentada ao Seminário "Cooperativismo e Desenvolvimento", realizado na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, no dia 4 de Outubro. Lisboa: INSCOOP.

"As mudanças sociais que se anunciam, também para o movimento cooperativo" (1983). [texto policopiado], FECOOPSERV, comunicação apresentada ao Seminário "Cooperativismo e Desenvolvimento", realizado na Fundação Gulbenkian, em Lisboa, no dia 4 de Outubro de 1983. Lisboa: INSCOOP.

"Centenário do nascimento de António Sérgio, 1883-1893: Sessão comemorativa" (1984). Vila Real: INSCOOP.

"O panfletarismo de Raul Proença, apreciado por António Sérgio. Inédito do autor dos *Ensaios*" (1991). Sep. da *Revista da Biblioteca Nacional*, vol. 2, 6 de Fev.

e2 Assinados

Abeleira, Augusto (1994). "As minhas relações com António Sérgio", *JL, Jornal de Letras Artes e Ideias,* 625, 28 de Set., 44.

Baptista, Jacinto (1988). "Sérgio contra e a favor de Pessoa, Pessoa a favor e contra Sérgio", *Diário Popular*, 16 de Jun., 16-17.

« – » (1983). "Socialização s/ estatismo. A sociedade visionada por António Sérgio", *Correio do Minho*, 29 de Jan., [Inquérito ao *Diário da Noite*, 6.5.1932, e publicado aqui completo].

Barros, Henrique de (1983). "Sérgio e a era da Abundância", *JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 57, 4 de Abr.

« – » (1983). "Henrique de Barros evoca mensagem de António Sérgio", *Jornal de Notícias*, 28 de Jun.

« – » (1983). "Um balanço das comemorações", *Diário de Notícias*, (Suplemento especial), 3 de Set.

« – » (1984). "Proença, Sérgio e a "Seara", *Seara Nova*, 1604, Dez., 4-6.

Cabral, Manuel Villaverde (1983). "Sérgio morto ou vivo", *Expresso* (A Revista), 3 de Set.

Caleiro, Maria da Conceição (1983). "Sobre o sentido da História e do dever nacional em António Sérgio", *Diário de Notícias*, 8 de Set.

Carmo, Mário Garcia (1984). "Um homem que acreditou no futuro", CEGRAF do Colégio Militar, lição inaugural na abertura do ano lectivo de 1983/84. Lisboa.

Carvalho, Júlio de Amorim de (2013). "Uma carta de Amorim de Carvalho: (O caso António Sérgio)", *Cadernilhos da Casa Amorim de Carvalho*, 1. Porto: Ecopy.

Chaves, Castelo Branco (1983). "Análise rigorosa e solidez de pensamento", *JL. Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 57, 26 de Abr.

« – » (1983). "António Sérgio e a censura salazarista", *O Jornal*, 2 de Jan., [artigo publicado na *República* em Nov. de 1973, c/ as passagens eliminadas pela censura e agora repostas e assinaladas].

Correia, Natália (1983). "Modernidade da doutrina social – mas rispidez filosófica...", *JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 57, 26 de Abr.

Costa, F. Ferreira da (1982). "Para a História do Cooperativismo. Advertências de António Sérgio", *Diário Popular*, 8 de Out.

« – » (1983). "O cooperativismo como filosofia política", *Diário Popular*, 24 de Jan.

« – » (1983). "O pensamento cooperativo de António Sérgio e as correntes cooperativas francesas", *Revista de História das Ideias*, 5, tomo 2, 367-383 [também publicado em 1983 em *O pensamento cooperativo de António Sérgio e as correntes cooperativas francesas: Inte-gração horizontal e desenvolvimento regional participado*. Viseu: Centro de Estudos Cooperativos].

« – » (1983). "Reformar a mentalidade portuguesa", *Diário Popular*, 26 de Mar.

« – » (1983). "Do socialismo libertário à sociedade alternativa", *JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 57, 26 de Abr.

« – » (1983). "O sector cooperativo em Sérgio e na Constituição", *Diário Popular*, 11 de Maio.

« – » (1983). "Uma pedagogia prospectiva", *Diário Popular*, 22 de Maio.

« – » (1983). "O socialismo cooperativista", *Diário de Notícias*, (suplemento especial), 3 de Set.

Cunha, Norberto Ferreira da (1983). "Leonardo Coimbra perante a acrasia sergiana", *Revista Portuguesa de Filosofia*, 39, 453-479.
« – » (2001). "A polémica de Abel Salazar com António Sérgio ou o problema do papel dos intelectuais", in AA.VV., *Seara Nova Democracia/ Razão/ Europa*. Porto: Campo das Letras, 79-102.
« – » (2002). "O ensaio em Portugal na 1.ª metade do século XX", in AA.VV., *El Ensayo, entre la filosofía y la literatura*. Granada: Comares.
Fernandes, Barahona (1983). "Uma linha de cultura pós-sergiana", *O Jornal*, 9 de Jun.
Fernandes, Vasco da Gama (1932). "Os últimos Ensaios de António Sérgio". *Seara Nova*, 313, 25 de Ag., 13-14, [Sobre o tomo III dos *Ensaio*s. Transcrito de *Liberdade* de 24.7.1932].
« – » (1983). "Os cem anos de António Sérgio", *Diário de Notícias*, 29 de Maio.
Franco, A. L. Sousa (1983). "Sérgio e a economia", *JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 57, 26 de Abr.
Guisado, Alfredo (1948). "Sobre o conceito de Civilização Cristã", *República*, 26 de Maio, [ref. à ed. da Biblioteca dos Fenianos, Porto, da conf. a que A. S. aí proferiu a 5.2. c/ transcr. de algumas passagens].
Lopes, Fernando Farelo (1983). "O socialismo sergiano: o Estado e a política", *Expresso* (Expresso revista), 566, 3 de Set.
Lourenço, Eduardo (1983). "A. Sérgio e o estatuto da razão", *Expresso*, 567, 10 Set., 22-23.
Macedo, Jorge Borges de (1949). "Fernão Lopes", *Seara Nova*, 1119, 18 de Junho, 261-264.
Marnoto, Isabel (1983). "Retrato a preto e branco", *JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 57, 26 de Abr.
Martins, Guilherme d'Oliveira (1983). "António Sérgio hoje", *Diário de Notícias*, 20 de Maio.
« – » (1983). "Uma atitude plenamente actual", *Diário de Notícias*, (suplemento especial), 3 de Set.
« – » (2019). "António Sérgio memória presente…", *Público*, 10503, 24 de Jan.
« – » (2019). "A actualidade de António Sérgio", *JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias,* 1261, 12 Fev., 28.
Matos, A. Campos (1983). "Diálogo com António Sérgio", (Entrevista elaborada c/ textos sergianos, de um livro com o mesmo título no prelo), *JLJornal de Letras, Artes e Ideias,* 57, 26 de Abr.
« – » (1984). "A nobre utopia sergiana", O *Jornal*, 9 de Março.

« – » (1989). "Eça de Queiroz lido por António Sérgio", *JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 374, de 5 de Set.

« – » (1989). "António Sérgio evocado por Magalhães-Vilhena duas cartas inéditas", *JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 377, 26 de Set.

Neves, Mário (1987). "Encontro pacifista perturbado, em companhia de António Sérgio", *Seara Nova*, 13 Ago.-Set., 43-45.

Pacheco, Luis (1983). "O problema dos dispersos", *Diário Popular*, 17 de Ago.

Pedroso, Alberto (1990). "António Sérgio, última prisão, um esclarecimento e uma carta", *Vértice*, 28, Jul., 89-94.

Príncipe, João (2013). "Raízes do pensamento politico de António Sérgio", *Vértice*, 2ª Série, 167, 5-18.

Rego, Raul (1983). "Centenário a não esquecer", *Correio do Minho*, 15 de Jan.

« – » (1983). "O jovem Sérgio", *Diário Popular*, 22 de Mar., (sobre o estudo de Sottomayor Cardia da revista *Cultura*).

« – » (1983). "Livros raros. Rimas de António Sérgio", *Diário de Notícias*, 17 de Abr.

« – » (1983). "Livros raros. Antígona de António Sérgio", *Diário de Notícias*, 24 de Abr.

« – » (1983). "Livros raros. O Navio de Brinquedos", *Diário de Notícias*, 1 de Maio.

« – » (1983). "Livros raros. A História de Portugal da Labor", *Diário de Notícias*, 8 de Maio.

« – » (1983). "Livros raros. Educação Cívica", *Diário de Notícias*, 12 de Jun.

« – » (1983). "A questão do regime para António Sérgio", *Diário Popular*, 6 de Set.

Rosário, Manuel Colaço do (1984). *Cooperativismo e desenvolvimento regional: conceitos fundamentais*, Vila Real. Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro, série relatórios e comunicações.

Ruas, Henrique Barrilaro (1983). "O exercício exemplar de análise critica", *Diário de Notícias* (suplemento cultural), 3 de Set.

Santos, Fernando Piteira (1983). "Uma personalidade ímpar", *JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 57, 26 de Abr.

« – » (1983). "Marx, Sérgio e o que adiante se lerá", (coluna política de A a Z), *Diário de Lisboa*, 21268, 30 de Set.

Santos, Fernando Piteira (1986). "António Sérgio, depoimento contra Oliveira Salazar", (coluna política de A a Z), *Diário de Lisboa*, 21273, 6

de Out., [reeditado in F. Piteira Santos, *Mestres, amigos e companheiros* (coord. Mª Antónia Fiadeiro). Lisboa: Campo da Comunicação, 2010, 102-104].

Santos, Nuno Carvalho dos (1983). "António Sérgio: centenário do racionalismo", *A Tarde*, 11 de Out.

Sérgio, António (1983). "[Visual gráfico], *desenho de Jaime Cortesão"*. Lisboa: B.N. [desenho publicado in *A Águia* (Porto), 1.ª série, 6, 15.2.1911].

Sertório, Manuel (1983). "O Directório Democrata-Social e a candidatura de Delgado", *O Jornal*, 1 de Jul., [c/ ref.as de interesse sobre a actividade política de A. S.].

Soares, João Pedro (1983). "Reflectir António Sérgio ou o interesse dos consumidores", *O Comércio do Porto*, 9 de Set.

Silva, Agostinho da (1983). "Ombrear com Herculano", *JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 57, 26 de Abr.

Taipa, Orlando (1986/7). "Sérgio versus Régio", *Voz do Ave*, 366, 17 de Set. de 1986, 1-8; 381, 8 de Jan. de 1987, 1-6; 415, 17 de Set. de 1987, 1-6.

Teixeira, António Braz (1983). "Um filósofo mais conhecido pelos aspectos menores da sua obra", *JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 57, 26 de Abr.

Valdemar, António (1983). "A questão sebástica nas polémicas de Sérgio", *Diário de Notícias*, 3 de Set.

IIIf PUBLICAÇÕES ESPECIAIS DE HOMENAGEM

A. Sérgio (1969). "Um inédito de António Sérgio", (Por amável cedência de Castelo Branco Chaves), *Seara Nova*, 1481, 83.

Andrade, Inácio Rebelo de (1983). "A. S. nasceu há 100 anos", *Boletim Informativo do Sector Cooperativo* I Centenário de António Sérgio, 20, Set.

Cerimónia de reabertura da "casa de António Sérgio" que se realiza no dia 30 de Novembro de 1988, Instituto A. Sérgio do Sector Cooperativo (INSCOOP). [convite].

Diário de Notícias (1983). Suplemento especial dedicado a António Sérgio, 3 de Set. [Contém: Sete cartas inéditas a Carlos Malheiro Dias e uma resposta de Malheiro Dias. António Valdemar, "A questão sebástica nas polémicas de Sérgio". Henrique de Barros, "Um balanço das comemorações". Henrique Barrilaro Ruas, "O exercício exemplar da análise crítica". Fernando Ferreira da Costa, "O socialismo

cooperativista". Guilherme de Oliveira Martins," Uma atitude plenamente actual"].

Exposição António Sérgio (1983). Biblioteca Nacional. Ministério da Cultura.

Exposição Bibliográfica sobre António Sérgio (1983). Biblioteca Municipal Central, Palácio das Galveias. Lisboa: C.M., 1983.

"Hommage à António Sérgio" (1984). in *Arquivos do Centro Cultural Português*, XX, 25-80. [apres. de José-Augusto França e artigos de David Mourão-Ferreira, Fernando Piteira Santos, Alber-Alain Bourdon e Pierre Rivas].

I Centenário do nascimento de António Sérgio – 1883-1983: Sessão comemorativa (1984). Vila Real: Instituto A. Sérgio do Sector Cooperativo (INSCOOP), 7 de Abr.

JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias (1983). "Dossier Sérgio (1883-1983). Pensar Portugal", 57, 26 de Abril [contém: A. Campos Matos, "Diálogo c/ António Sérgio". Matilde Pessoa de Figueiredo, "Cartas inéditas da juventude". Jacinto Baptista, "Carcas inéditas de Bernardino Machado e António Sérgio, emigrados políticos, dois democratas de escol". Henrique de Barros, "Sérgio e a Era da Abundância". Fernando Ferreira da Costa, "Do socialismo libertário à sociedade alternativa". A. L. Sousa Franco, "Sérgio e a economia". Isabel Marnoto, "Retrato a preto e branco". Natália Correia, "Modernidade da doutrina social — mas rispidez filosófica". António Braz Teixeira, "Um filósofo mais conhecido pelos aspectos menores da sua obra". Castelo Branco Chaves, "Análise rigorosa e solidez de pensamento". Agostinho da Silva, "Ombrear c/ Herculano". Fernando Piteira Santos,"Uma personalidade ímpar"].

Seara Nova (1984). Aditamento ao nº 1480, Fev. de 1959.

"Sérgio em diálogo" (1983). *Diário de Notícias,* 14 de Set.

IIIg ARTIGOS SOBRE A CASA DE ANTÓNIO SÉRGIO E SUA BIBLIOTECA

g1. não assinados

"Abertura pública das propostas para a empreitada. Nova casa de António Sérgio ficará concluída em 600 dias" (1983). *Diário de Notícias*, 13 de Jul.

"Autor dos Ensaios nasceu há cem anos. Restaurar a casa de António Sérgio é homenagear o movimento cooperativo" (1983). *Jornal de Notícias*, 10 de Fev.
"Casa de António Sérgio reconstruída de raiz" (1983). *O Diário*, 15 de Jul.
"Casa de António Sérgio vai ser recuperada" (1983). *O Dia*, 13 de Jul.
"Casa de António Sérgio vai ser recuperada" (1983). *O Diário*, 28 de Set.
"Centenário de António Sérgio comemorado com seminário sobre o cooperativismo" (1983). *O Diário*, 28 de Set.
"Respeitado projecto de Raul Lino. Recuperação da casa de António Sérgio assinala centenário do seu nascimento" (1983). *A Capital*, 13 de Jul.

g2. assinados

Casa «António Sérgio»: nota de apresentação (1988). [projecto original de Raul Lino], [projecto de reconstrução de Jorge Campina Ferreira, José Charters Monteiro e José Sousa Martins]. Lisboa: INSCOOP
Fernandes, Barahona (1977). "As Pedras Vivas da casa de António Sérgio", *Diário de Lisboa*, 1951, 3, 23 de Nov. [publicado em *Revista de História das Ideias*, 5, tomo 2, 1983, 89-119].
Franco, Carlos Sousa (1994). "Casa António Sérgio", in Eduardo Sucena e Francisco Santana (dir.), *Dicionário de História de Lisboa*. Lisboa: (s.n.).
Pacheco, Luiz (1983). "A casa derruída", *Diário Popular*, 18 de Dez.

IIIh NECROLOGIA

vd. 2ª ed. desta bibliografia (1983).
https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/bibliografia_de_ant%C3%B3nio_s%C3%A9rgio acedido em 02-3-2021.

Revista de História das Ideias
Vol. 39. 2ª Série (2021)
391-395

MORREU O MEU ÚLTIMO PROFESSOR… HOMENAGEM A ANTÓNIO DE OLIVEIRA

Publicado in *Público*, *on line*, 10.01.2021. Reeditado na *Newsletter* do CEIS20, de 15 janeiro de 2021 e na revista Jornal de Notícias-História, n.º 30, fevereiro de 2021.

Luís Reis Torgal*

Não tenho do meu curso de História, na época de 1960 a 1966, ano em que defendi a tese de licenciatura, uma imagem essencialmente positiva, conforme já o disse num livro, *História… Que História?*, publicado pela editora Temas e Debates em 2015. A nossa ciência era então vista de uma forma "narrativista" e "acontecimental". As cadeiras que estimulavam a minha reflexão crítica – aprendida no liceu com Alberto Martins de Carvalho – fui buscá-las particularmente à Filosofia e à História da Cultura, em que ensinavam professores, de diversas conceções, oriundos de outras áreas: Sílvio Lima (em 1935 demitido por Salazar, mas que pudera regressar nos anos 40), o qual refletia, nas suas lições inesquecíveis, sobre os princípios da teoria da História; Miranda Barbosa, que recordo sobretudo pela forma didática com que nos explicava as complexas teses filosóficas, com particular menção para a fenomenologia husserliana; Miguel Baptista Pereira, com quem aprendi

* Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Membro fundador do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra (CEIS20).

https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_15

dentro e fora das aulas a filosofia e muitas coisas da vida; Maria Helena Rocha Pereira, que nos mostrou com rara sensibilidade e conhecimento a cultura grega; Joaquim Ferreira Gomes (também demitido no tempo de Marcello Caetano, felizmente só por breves e angustiantes dias), neste caso mais pelo convívio e pelas suas considerações críticas emitidas ao longo da vida do que nas suas aulas; e Silva Dias, o meu verdadeiro mestre, não tanto pelas aulas de História da Cultura Moderna e de História da Cultura Portuguesa, mas mais pela forma crítica como orientou as minhas primeiras pesquisas históricas.

Além disso, recordo: as aulas lecionadas por Luís Reis Santos, de forma (por assim dizer) "anárquica", mas que me estimulou o gosto pela arte; as lições dadas com critério pedagógico e metódico por Manuel Augusto Rodrigues no primeiro ano em que lecionou História do Cristianismo; as aulas com sentido prático de Avelino de Jesus Costa sobre a técnica da leitura dos documentos antigos; o raro sentido de investigação cuidada e profunda de Ferrand de Almeida, pese embora a sonolência das suas aulas, devido à sua modéstia e temperamento introspetivo; e… António de Oliveira, que faleceu neste início de ano de 2021. Como morreu Carlos do Carmo, um "homem na cidade", que me fez sentir que o fado não é apenas *fatum,* uma canção sobre o destino, marcado na palma da mão, mas é também o viver quotidiano da *pólis*, com poesia e sentido crítico. Jorge Alarcão, felizmente, está aí bem ativo, como mestre de todos os arqueólogos, mas nunca foi meu professor, para mal da minha formação, nem Bairrão Oleiro, que já seguira para Lisboa. O que devo a alguns professores aqui não mencionados e que já nos deixaram foram, além do simpático convívio com alguns, as condições para me tornar um autodidata ou… um aprendiz de historiador por conta própria.

Quase todos estão esquecidos nesta onda de presentismo que nos afoga e afoga o passado que, como diria Herculano, sem ele não há presente nem futuro, porque cada um vai herdando algo de bom e de mau do pretérito, que afinal já é ou virá a ser. Daí que a corrente mais notória nos tempos que vivemos seja o "populismo", triste corrente sem ideologia, boa ou má, apenas vivendo no momento e graças ao efémero (que dura apenas um dia). E de onde a História ser hoje (até quando?) uma ciência com menos impacto, embora entre as ciências sociais seja a mais antiga e a mais estruturada.

Morta ou transformada pela onda da velocidade dos dias, afirma-se menos como ciência do que como opinião. Mas há-de sobreviver, pois

havemos todos, depois desta fumaça e desta pandemia (que não é apenas física), de voltar às bibliotecas e aos arquivos, sejam eles de papel, de oralidade ou digitalizados. Neste turbilhão quase só aparecem com visibilidade os historiadores jornalistas ou os jornalistas historiadores, ou os comentadores meramente opinativos de lugares comuns, ou os "escritores" que escrevem sobre história. Ou aqueles que conseguiram, por mérito próprio, ou por razões que desconhecemos, furar a barreira da comunicação em voga, e passar para o "espetáculo" televisivo ou, pelo menos, radiofónico e para os supermercados de livros.

Que me perdoem esta forma aparentemente pessimista de prestar homenagem a um verdadeiro historiador, António de Oliveira, que, apesar de me ter ensinado, com a dificuldade pedagógica de quem começa, Civilização Romana, para que foi empurrado como assistente (eu ensinei de Idade Média à Época Contemporânea), se tornou um historiador de grande e reconhecido mérito da Época Moderna. Ensinou-me, como Vitorino Magalhães Godinho, uma nova forma de análise económica e social da União Ibérica e da Restauração, que analisei na perspetiva de história das ideias na minha tese de doutoramento, orientada por Silva Dias, e mostrou-me como Coimbra ou uma Cidade Universitária se desenvolveu, estudando a sua vida económica e social, nos séculos XVI e XVII, desde a transferência dos Estudos Gerais, vindos de Lisboa, em 1537, até 1640. Felizmente ainda há historiadores que recordam esse seu trabalho fundamental, como pude com alegria verificar numa conferência que há dias ouvi de Rui Lobo, historiador da arquitetura e especialista no processo de construção e desenvolvimento dos colégios que emergiram na Cidade por essa época, num tempo em que Universidade queria significar "universalidade", do saber e das suas instituições. Isto em contraste com algumas das "novíssimas histórias" que, usando a cosmética do "empreendedorismo", procuram encontrar novas formas, muitas vezes bem velhas, de fazer história. Digo isto porque, há dias, folheando uma história que se quis "nova", porque se desenrolou de trás para a frente e com datas marcantes (simples datas afinal, o que parece estar na moda), verifiquei que esqueceu, nos volumes sobre a Época Moderna, Silva Dias, que revolucionou a sua história no âmbito da ideologia dos "Descobrimentos", do sentimento religioso e, de um modo geral, da cultura dessa época. Felizmente tal não sucedeu com António de Oliveira, embora se omitisse a sua obra mais significativa, que foi a sua tese de doutoramento. Ambos tentaram e conseguiram

romper com o "narrativismo" dos anos 60 e 70. Procuraram, numa análise verdadeiramente nova, seguir correntes que se alicerçaram em França, e noutros países, porque a partir daí a história tentou ser efetivamente "global", outra palavra mágica do atual vocabulário, em uso e abuso, que se afirma agora, mesmo que com qualidade, para se envolver no mundo do "espetáculo editorial", que hoje caracteriza o mundo do livro.

António de Oliveira até quase ao dia 1 de janeiro de 2021 continuou a trabalhar no silêncio, não direi das bibliotecas e arquivos (a saúde primeiro e, depois, a Covid não o permitiram), mas do seu gabinete. Faleceu nesse dia 1 de janeiro em que morreu também Carlos do Carmo, justamente lembrado e relembrado nas televisões, nas rádios e nos jornais nacionais. As homenagens prestadas aos historiadores não passam geralmente de um convívio com os colegas, de um apontamento num jornal local ou – e esta é a melhor forma de os lembrar – da leitura ou releitura dos seus livros pelos poucos que se atrevem a tentar encontrar as razões da vida de outros tempos e de agora. Nem sequer o funeral de António de Oliveira – neste tempo de coronavírus – permitiu que muitos dos seus companheiros, antigos alunos e admiradores estivessem presentes.

Por isso quis deixar aqui o meu testemunho, porque, na verdade, morreu o meu Último Professor. Fica, porém, a sua Memória.

Figueira de Lorvão, 2 de janeiro de 2021

Recensões críticas

(Página deixada propositadamente em branco)

Revista de História das Ideias
Vol. 39. 2ª Série (2021)
397-400

Blanchard, Pascal, Bancel, Nicolas, Boëtsch, Gilles, Taraud, Christelle, Thomas, Dominique org. (2018). *Sexe, race & colonies. La domination des corps du XVe siècle à nos jours*. Paris: La Découverte, 544 p., ISBN 978-2-348-03600-2

Ainda ausente do circuito editorial português, a obra coletiva francesa *Sexe, race & colonies* (2018), sob a direção de Pascal Blanchard, Nicolas Bancel, Gilles Boëtsch, Christelle Taraud e Dominic Thomas, prefaciada por Achille Mbembe e Jacques Martial, com posfácio de Leïla Slimani, apresenta-se numa edição de luxo da *La Découverte* (Paris), com um trabalho artístico e gráfico sóbrio e, paradoxalmente, provocador: capa dura, de fundo preto, com título em caracteres brancos e simples, com realce para a palavra "Sexe", parecendo iluminar "race & colonies" e o subtítulo *La domination des corps du XVe siècle à nos jours*. A obra divide-se equilibradamente em quatro partes, *Fascinations, 1420-1830*; *Dominations, 1830-1920*; *Décolonisations, 1920-1970*; *Métissages, depuis 1970*, onde participaram perto de uma centena de investigadores, contando ainda com a introdução assinada pelos editores.

A obra data de 2018 e desde então a sua receção crítica no meio académico francês é antagónica; entre os que a condenam e os que a defendem, o foco da polémica está na profusão de imagens coloniais ao longo das 544 páginas, que para uns são elementos perpetuadores da inferiorização, coisificação ou erotização do corpo do "outro" e, para outros, são denunciadoras e representativas da dominação colonial. O jornalista francês Daniel Schneidermann (2018), por exemplo, considera o livro «implacable, étouffant, écoeurant». Pascal Blanchard, historiador francês, em entrevista ao jornal *Libération* (2018), argumenta que as 1200 imagens apresentadas no livro provam que a colonização foi um «safari sexual» e que urge repensar o colonialismo/a colonização, pois a abundância deste tipo de imagens significa que a nudez fez parte do «marketing» da expansão colonial e que

https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_16

moldou a identidade dos denominados «selvagens», sobretudo da mulher «indígena». Acrescenta ainda que as imagens divulgadas a partir do século XV representam paraísos terrestres povoados de corpos nus, fazendo parte do cenário, tal como descrito na *Carta de Pêro Vaz de Caminha*, evocada por Jacques Martial (Blanchard et al 2018: 10).

Por outro lado, o coletivo Cases Rebelles, numa carta de revolta contra a publicação, alerta que

> Ces victimes sur les photographies publiées sont nôtres, elles sont de chez nous, de nos terres, de nos familles. Nous ne sommes pas éloigné.e.s, pas détaché.e.s de ces corps. Aujourd'hui encore, nous portons au quotidien le poids de ces hypersexualisations violentes, de ces hyper-accessibilités au corps colonisé (Collectif Cases Rebelles 2018).

Os signatários da carta aberta relembram ainda que inúmeros académicos estudam as violências na colonização sem sentirem a necessidade de mostrar ou divulgar, podendo recorrer simplesmente à descrição de imagens, mas que em termos editoriais se torna menos vendável. Já Pascal Blanchard, na referida entrevista, acredita que «pour vraiment comprendre ce passé, il faut en montrer l'indicible».

Entre o mostrar ou descrever, a obra desafia o "politicamente correto", e parece centrar-se em demasia na imagem (gravura, ilustração, pintura, fotografia…), o que leva a crítica a relegar para segundo plano os textos de investigação, como se o livro pudesse existir sem eles.

Curiosamente, e apesar do número reduzido de fotografias alusivas ao contexto colonial português comparativamente aos demais impérios, para ilustrar a entrevista a Pascal Blanchard, o jornal *Libération* escolheu uma fotografia "portuguesa" de Angola[(1)], que se encontra na página 370 do livro e faz parte de um conjunto de imagens que ilustram o texto «Violences sexuelles au temps des décolonisations» (Blanchard et al 2018: 362-391), da autoria de Alain Ruscio e Nicolas Bancel. Estranhamente, a breve referência à colonização portuguesa e à guerra colonial passa, não pela fotografia em questão, mas essencialmente pela referência à obra testemunhal (mas ficcional) de João de Melo, *Autópsia de um mar em ruínas* (1984), citando passagens alusivas a abusos sexuais sofridos pela personagem Natália (Blanchard et al 2018: 371), não se verificando uma referência direta

(1) O jornal publica a fotografia com a legenda: «Soldats portugais harcelant une femme [Angola], photographie, tirage argentique, 1970. Photo d'archives d'Eros. Coll. Gilles Boëtsch. coll. Olivier Auger». Segundo a legenda que se encontra no livro, pode ter origem em Angola ou Cabo-Verde (p. 370).

(descrição, explicação ou contextualização) à fotografia que capta um momento de assédio sexual divulgada ao lado. Talvez seja esta separação entre texto e imagem o calcanhar de Aquiles desta publicação, dando por certo a expressão "vale mais uma imagem do que mil palavras", mas que pode, de facto, perpetuar erroneamente imagens construídas, inventadas ou falseadas. Este projeto editorial carece de uma análise iconográfica (o que daria talvez outra publicação), ou seja, aquela tarefa complexa de procurar e caracterizar os objetos e as condições de produção ou reprodução. No caso da fotografia «Soldados portugueses assediam uma mulher», desconhece-se, por exemplo, o lugar exato, o autor/fotógrafo, se o objeto fez parte de um circuito privado ou social, ainda que marginal, e quantas cópias existiram ou existem; entre outros aspetos, esta análise determinaria a influência que a fotografia teve na construção de um determinado imaginário.

Sexe, race & colonies afigura-se uma obra pouco consensual e polémica. Os prefaciadores, Achille Mbembe e Jacques Martial, antecipam as críticas, desde logo a crítica à presença dos próprios, herdeiros diretos da história da colonização. Martial acredita que é importante conhecer a genealogia social, ainda que penosa e chocante, do mundo atual e perceber «les chaînes mentales qui, aujourd'hui encore, entravent notre liberte» (Blanchard et al 2018: 11) para melhor as desconstruir. Na verdade, este livro vem preencher uma lacuna nos estudos dos imaginários coloniais e, sobretudo, na história das sexualidades, para interpretar as conjeturas socioculturais atuais. Tal como afirma Leïla Slimani, no posfácio, «On ne devrait pas pouvoir parler du voile, de Trump, du tourisme sexuel dans les pays du Sud, du 'grand remplacement', des violences policières à l'égard de Noirs, des migrants ou du nouvel an 2015 à Cologne sans avoir lu le texte [*Sexe, race & colonies*]» (Blanchard et al 2018: 507). De acordo com a escritora e jornalista franco-marroquina, trata-se de um livro necessário e responde àqueles que se questionam como tais violências foram possíveis (Blanchard et al 2018: 508)… ou ainda são possíveis.

Em *Sexe, race & colonies. La domination des corps du XVe siècle à nos jours*, edição desnecessariamente luxuosa, as violências descritas, desenhadas, pintadas ou fotografadas são postas a nu, cabendo ao leitor revesti-las com uma leitura avisada e crítica.

Bibliografia

Blanchard, Pascal, Bancel, Nicolas, Boëtsch, Gilles, Taraud, Christelle, Thomas, Dominique org. (2018). *Sexe, race & colonies. La domination des corps du XVe siècle à nos jours*. Paris: La Découverte.

Collectif Cases Rebelles (2018). "Les corps épuisés du spectacle colonial". http://www.cases-rebelles.org/les-corps-epuises-du-spectacle-colonial/, consultado a 2020/01/14.

Libération (2018). Entrevista a Pascal Blanchard "Ces images sont la preuve que la colonisation fut un grand safari sexuel". http://www.liberation.fr/debats/2018/09/21/pascal-blanchard-ces-images-sont-la-preuve-que-la-colonisation-fut-un-grand-safari-sexuel_1680445, consultado a 2020-02-14.

Schneidermann, Daniel (2018). "*Sexe, race et colonies*: Pascal Blanchard ne veut pas débattre". http://www.arretsurimages.net/chroniques/le-matinaute/sexe-race-et-colonies-pascal-blanchard-ne-veut-pas-debattre, consultado 2020-02-14.

Susana Pimenta
UTAD, CITCEM-Flup
susanapimenta7@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-3376-4344

Revista de História das Ideias
Vol. 39. 2ª Série (2021)
401-404

Lopes, Paulo Catarino ed. (2019). *Portugal e a Europa nos séculos XV e XVI: olhares, relações, identidade(s)*. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 399 p., ISBN 978-989-99567-3-5. https://iem.fcsh.unl.pt/ebooks/estudos21/

A obra recenseada é uma edição do IEM – Instituto de Estudos Medievais e do CHAM – Centro de Humanidades, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, publicada em dezembro de 2019, em formato *e-book*, na série *Estudos*, do IEM. Trata-se de uma obra que reúne um conjunto diverso de artigos sobre as relações entre Portugal e a Europa nos séculos XV e XVI, particularmente no que concerne à construção das representações – das chamadas paisagens físicas e humanas – e das identidades entre ambos os espaços. Parte, para isso, predominantemente da visão da história da cultura e das mentalidades, conforme é assumido pelo editor (p. 14), mas sem deixar de lado outras perspetivas, como a do campo económico e mercantil. Os estudos reunidos remetem-nos para fontes tipologicamente muito distintas (cronísticas, documentais, epistolares, iconográficas, entre outras), portuguesas e estrangeiras, que testemunham os intercâmbios e a circulação de pessoas, bens e informações. Transmitem-nos, para além disso, o modo como foram percecionados e representados Portugal, a Europa e mesmo os "novos mundos" de então, num período considerado de transição, «da *Respublica Christiana* para uma Europa concebida enquanto cenário emergente das monarquias nacionais e das grandes Casas dinásticas» (p. 10). A maioria destes artigos corresponde a comunicações apresentadas no congresso internacional que dá o título à obra, realizado nos dias 20 e 21 de abril de 2017, ainda que não se verifique uma exata correspondência entre os oradores e as apresentações anunciadas no programa do evento e os textos publicados. No total encontram-se aqui reunidos 18 textos, de 16 autores distintos, distribuídos por 4 partes que compõem a estrutura da obra.

https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_17

Não obstante a cronologia em que se centram os estudos, Paulo Catarino Lopes não deixa de assumir, na introdução, o objetivo de «tentar estabelecer uma ponte directa entre o passado tardo-medieval e da primeira modernidade com o tempo presente» (p. 14). Só assim se pode compreender que o mesmo autor inicie o texto considerando Portugal e Europa duas «entidades», «uma nacional e outra supranacional» (p. 9), que atribua à quarta parte da obra o título *Fronteiras e Europeização*, ou que parta ainda em busca de um «sentimento europeu» em que as ideias de *Europa* e *Nação* não se configurem necessariamente como antagónicas, mas antes harmonizáveis (p. 14) – termos e discurso claramente do nosso tempo, mas cuja projeção no passado nos levanta dúvidas. Conforme, aliás, é afirmado em diferentes estudos presentes na obra, não é possível falar na existência de um conceito de Europa e de "europeus" para a época, ou de um sentimento de pertença "europeu". Isso mesmo nos dizem, por exemplo, Amélia Polónia (p. 39) e Francisco José Díaz Marcilla (p. 156), este último constatando a realidade encontrada em crónicas portuguesas. Curiosamente, entre as crónicas de Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina que Díaz Marcilla estuda, é apenas em Rui de Pina que este autor encontra uma referência à Europa, e por uma única vez, segundo aponta (p. 156). Essa referência é feita por oposição ao "Império Turco", expressando que a proto-identidade europeia, a existir, encontra uma das suas bases no fator religioso e na relação com o *Outro*. O mesmo fenómeno é salientado por outros investigadores nesta publicação, que apontam como a visão dos "não-europeus" foi importante para a criação de uma imagem da própria Europa e dos "europeus", pelo que um maior conhecimento das suas fontes contribuiria para uma melhor compreensão da construção destas identidades.

Alguns dos estudos apresentados traduzem bem aspetos do que eram as relações de Portugal com outras regiões da Europa e as áreas em que esse relacionamento era privilegiado, nomeadamente em relação à Inglaterra, à Flandres e ao Ducado da Borgonha, mas também a Roma e à Península Itálica, e não só. Não podemos, todavia, deixar de apontar o que consideramos ser um excessivo peso das relações com a Alemanha nesta obra, no que se reflete, por exemplo, nos vários artigos que se debruçam sobre a representação de Lisboa por Jerónimo Münzer, Jorge de Ehingen e outros, com algumas repetições. A segunda parte, com o título *Intercâmbios e Interculturalidade*, é disso também reflexo, com apenas três artigos, exclusivamente sobre as relações comerciais com a Liga Hanseática e a Alemanha.

A insistência nessa ligação ao norte e centro da Europa faz, aliás, esquecer o que porventura poderiam ser relações mais próximas e orgânicas de Portugal à época, nomeadamente no âmbito do Mediterrâneo,

onde monarcas portugueses como D. Manuel mantinham importantes interesses estratégicos. Isto já para não nos referirmos ao espaço ibérico, que muito pouca atenção merece, pelo que ficam de fora os diferentes olhares e as diferentes relações e identidades peninsulares. Aqui parece-nos fazer sentido a crítica de autores como Brian A. Catlos, em *Can We Talk Mediterranean?*, e de historiadores dedicados a áreas menos consideradas, sobre o modo como os centros de influência e de poder contemporâneos influenciam a atenção da historiografia em favor de outras regiões. Nesse sentido, o artigo de Dejanirah Couto, sobre a fronteira mediterrânica enquanto linha de fratura ou zona de porosidade, a partir do *Livro de Arautos*, vem marcar a diferença – e também José Antonio Guillén Berrendero, no seu estudo a partir da heráldica, nos diz que não é possível entender a realidade ibérica naquele campo sem o Mediterrâneo, o norte de África e a luta contra o Islão.

Em vários dos artigos constituintes desta obra é abordado ainda o *Humanismo Renascentista*, a sua influência em Portugal e os contactos de portugueses na Europa com figuras deste movimento, sendo, nesse âmbito, Damião de Góis inúmeras vezes referido por diferentes autores. Não se foge, todavia, à tendência historiográfica vigente para uma certa redução do intercâmbio e do movimento intelectual da época ao *Humanismo*, separando-se o que se poderia designar uma espécie de *elite*, que frequentemente deixa de fora quem a esta não pertence. Talvez por isso encontremos tantas tentativas forçadas de enquadrar determinada personagem ou obra nesse movimento *humanista*, como as que procuram associar as crónicas de Fernão Lopes e de Gomes Eanes de Zurara à «entrada do Humanismo em Portugal» (p. 306). Para uma época em que o moderno coexiste ainda com o medieval, o olhar da historiografia parece demasiado voltado apenas para um dos lados, votando ao esquecimento outras figuras, elas próprias tantas vezes desconsideradas pelos chamados *humanistas*, sobre quem os historiadores têm feito recair o protagonismo intelectual e cultural da época. Importa, por isso, manter aberto o debate sobre as fronteiras deste Humanismo e os seus mundos exteriores.

Estes são, todavia, alguns dos problemas de uma obra como esta, de compilação de artigos com uma temática assaz abrangente, sem um claro fio condutor, oscilando consoante os temas trabalhados por cada investigador, e em que os assuntos surgem por vezes tratados de forma algo superficial. Relativamente às matérias que conhecemos melhor, por exemplo, não podemos deixar de notar como, no seu artigo sobre a cronística, Díaz Marcilla pouquíssima crítica faz das fontes, cometendo mesmo o erro de afirmar que Rui de Pina foi «nomeado para o cargo de *cronista-mor* do reino em 1490 por João II» (p. 156), quando não é isso o que nos dizem os

documentos e a bibliografia de referência[1]. Aliás, já no final do século XVIII o Abade Correia da Serra havia deixado clara essa questão, na introdução que escreveu para a *Crónica de D. Duarte*, publicada no Tomo I dos *Inéditos* da Academia Real das Ciências.

Não obstante, não deixa esta obra de nos apresentar trabalhos que, estando ainda em desenvolvimento ou já na sua forma final, constituem pertinentes contributos para uma área em que tanto falta conhecer.

Jorge António Araújo
Universidade do Porto, CITCEM, Faculdade de Letras
jorgemontanhaa@sapo.pt
https://orcid.org/0000-0002-7513-8499

(1) Rui de Pina foi encarregado por D. João II, por carta régia de 1490, de escrever os feitos do reino, mas como cronista oficial manteve-se Vasco Fernandes de Lucena. Só após a subida ao trono de D. Manuel, em 1497, foi nomeado cronista-mor do reino e guarda-mor da Torre do Tombo e da Livraria Real.

Revista de História das Ideias
Vol. 39. 2ª Série (2021)
405-409

Santos, Clara Braz dos (2018). *O exercício moral de memória da morte: escritos religiosos do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora Unifesp, 227 p., ISBN 978-85-5571-037-7

Clara Braz dos Santos, atualmente doutoranda na Universidade Estadual de São Paulo, publicou em 2018 o presente estudo que resulta, em grande medida, da dissertação de mestrado em História que apresentou à mesma Universidade, em 2016. As suas investigações, na área da História do Brasil colonial, centradas na análise da pregação e da cultura escrita católicas, procuram relacionar os textos encomiásticos e edificantes com as práticas de devoção, as prescrições sobre a morte e aos valores morais propagados entre as elites coloniais brasileiras, especialmente corporizados pelo clero e pela nobreza da terra.

A obra trazida agora à luz alicerça-se sobretudo na análise de sermões, elogios, sonetos fúnebres, livros de devoção e manuais de boa morte, escritos ou traduzidos em português, que circularam no Brasil colonial, nos séculos XVII e XVIII. A autora estabelece comparações, no entanto, com o século XVI, facto que enriquece a exposição permitindo ao leitor percecionar diferentes etapas da missionação.

Os textos em análise ao divulgarem uma determinada imagem ou visão do além, incitavam os cristãos a pensarem na morte e despertavam os fiéis para a necessidade de preparação quotidiana do último instante. Ao associar a escatologia à moral católica, a autora teve como objetivo primordial percecionar um código geral de conduta destinado à sociedade brasileira. Procurou demarcar os propósitos dos escritos, apontar os modos da sua transmissão e aferir os mecanismos que os seus formuladores utilizaram para convencer os leitores/recetores da necessidade da sua adoção e observância.

https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_18

Trata-se, portanto, de uma investigação que pretende expor as atitudes dos vivos perante a morte que, para ser considerada um prelúdio de purgação para a salvação eterna, carecia de uma preparação persistente, observante dos ideais evangélicos e da doutrina católica, suscetível de conferir ao crente uma vida moralmente edificante.

Os pregadores e moralistas dos séculos XVII e XVIII, no Brasil, eram maioritariamente jesuítas. No entanto, a autora também pesquisa documentação referente a autores franciscanos, beneditinos e carmelitas, famílias religiosas que também tiveram um peso considerável no processo de evangelização do território brasileiro.

O livro tem um prefácio de Jean Marcel Carvalho França e está dividido em três capítulos. No primeiro analisa-se a escrita e a pregação sobre a morte, com o objetivo de compreender o papel dos escritos que os clérigos e moralistas julgavam pertinentes para a salvação da alma dos leitores. Nele se afirma que os livros de devoção, os manuais de confissão e os sermões, elaborados por religiosos e moralistas nas centúrias de seiscentos e setecentos, serviram o propósito de moralizar e reforçar doutrinalmente os colonos e não apenas evangelizar os índios. Os leigos, defende a autora, eram os principais alvos destes escritos.

Por outro lado, não deixa de evidenciar o facto de que nem todos os textos produzidos serviam o propósito da leitura por parte dos fiéis, uma vez que a maioria dos colonos era analfabeta. Muitos eram elaborados com a finalidade de serem expostos oralmente para públicos específicos. Neles, as conceções religiosas da época são trazidas à tona, enfatizando-se a visão do mundo equiparado a um desterro onde os fiéis têm a possibilidade de se purificarem, libertando-se do pecado, e de levarem uma vida regrada que lhes conferiria a salvação da alma e, consequentemente, um lugar no reino dos céus. Este era considerado o principal objetivo de vida do cristão. Os pregadores consideraram que o caminho que conduzia à salvação só podia ser alcançado através do prescrito em leituras edificantes. O jesuíta António Maria Bonucci definiu-as como «medicamentos do ânimo», uma vez que a sua leitura e observância preservava a alma dos pecados. Preparar a alma para uma boa morte, era, portanto, uma tarefa diária na vida do crente.

Dentro desta lógica, a autora intitula o segundo capítulo de «bem viver para bem morrer». Aqui, de forma mais profunda, aborda os caminhos para a redenção que passavam pela regulação das condutas pecaminosas dos colonos brasileiros, nobres ou plebeus, acentuando

sempre o papel moralizador da morte. O capítulo clarifica o discurso dos padres da época, que apontam os dez mandamentos como regra de vida a ser observada diariamente pelos leigos. Advertem ainda que a administração dos sacramentos não basta para alcançar a salvação e difundem o modelo de vida virtuosa e devota, baseada na prática das boas obras. A autora menciona aqui o incontornável papel do ensino religioso, da ação das confrarias e irmandades e da crença no purgatório na implementação eficaz destes processos.

Pregadores e moralistas condenavam todos os *modus vivendi* alternativos ao caminho da redenção. Criticavam, de forma particular, aqueles que levavam a vida com leveza e eram apegados às coisas mundanas, preparando-se apenas para morrer nas horas que antecediam esse momento. A propósito, a autora perceciona, nos discursos religiosos, os pecados mais combatidos no Brasil. Indubitavelmente, à cabeça estavam a busca desenfreada de riquezas e bens mundanos, bem como a vaidade. Estes pecados eram essencialmente atribuídos aos nobres, a quem o clero conferia, paradoxalmente, um papel moralizador na sociedade. Os nobres, pelo prestígio que tinham na sociedade de Antigo Regime, deviam apresentar-se como modelos de edificação e renúncia. Para isto acontecer, também a nobreza tinha de moralizar as suas condutas e enveredar por caminhos e práticas que conduziriam à salvação da alma, programa difícil de executar face às disputas de poder e prestígio e às próprias exigências de afirmação de supremacia dos indivíduos e famílias de ascendência aristocrática.

Com o propósito de evidenciar a difícil compatibilização da vida prática e da devota, a autora explana, no terceiro capítulo, a memória da morte e a construção da imagem do colono devoto. Pretende identificar a possibilidade de estabelecimento de um exercício específico, isto é, de um modelo para os colonos regularem as suas condutas durante a vida. Caracteriza e, consequentemente, distingue a morte do pecador da morte do virtuoso. Destaca a morte súbita como uma realidade que suscitava pavor entre os cristãos, uma vez que quem assim morria não teria tempo para ser sacramentado e de se preparar para o derradeiro momento.

A autora salienta que a memória da morte, veiculada pelos pregadores, dissuadia os colonos do pecado. Por sua vez, o desapego dos bens facilitava o exercício da caridade. Deste modo, cada crente deveria imaginar a sua própria morte e submeter-se à prática quotidiana do exercício moral da memória da morte. Em suma, mais uma vez, os

pregadores pretendiam passar a ideia de que aqueles que se preparavam em vida teriam uma morte digna. São ainda destacadas as cerimónias e os rituais fúnebres como momentos fortes de conjunturas ideais para a construção da memória da morte. Celebrados com publicidade e grande aparato litúrgico, reforçavam a união da comunidade católica e reavivavam a pedagogia da salvação.

A obra apresenta, no final, um anexo com breves referências biográficas sobre os padres, religiosos e moralistas que escreveram sobre a morte, nesta época, no Brasil. Estas referências coligidas pela autora podem servir de ponto de partida para estudos posteriores acerca da origem, formação e orientação do clero, muito úteis para a avaliação da ação dos missionários no Brasil colonial.

A necessidade de se conhecerem as diretrizes escolásticas da pregação e dos textos dos jesuítas no Brasil levaram a autora a destacar a importância da formação teológica aurida por alguns doutrinadores coloniais nas Universidades de Évora e de Coimbra. Os porta-vozes da moral católica, enquadrados por normas e valores da igreja pós-tridentina, reproduziram, fora da Europa, os grandes tópicos da escatologia moderna, com recurso, por vezes, a recursos imagéticos e retóricos mais adequados à vivência diária da religião em espaços de intensa coabitação com outros povos e culturas.

Por não serem alvo desta campanha de moralização e de doutrinação, ficaram de fora desta obra os índios e os escravos, limitando-se a autora a fazer breves, mas curiosas referências acerca dos mesmos, sempre integradas no âmbito do processo de educação moral dos colonos. Este é um aspeto a merecer cuidada reflexão em estudos que combinem, de forma mais ampla, a problemática antropológica e a investigação histórica.

A autora fundamenta as suas afirmações através de abundantes citações de fontes no corpo do texto. A perspetiva comparativa no estudo da cultura e das mentalidades, centrada na difusão do catolicismo das práticas missionárias, é tributária tanto da visão clássica de Charles Boxer como das revisões e atualizações propostas por Federico Palomo e José Pedro Paiva, entre outros. No campo específico da História da morte, a autora utiliza, de forma criteriosa, a bibliografia internacional e, em especial, os estudos de Ana Cristina Araújo.

É incontornável a necessidade de conhecimento de questões de natureza doutrinal e teológica quando se abordam as temáticas religiosas, lacuna presente em muitas obras. Por isso, merece menção especial o facto

de a autora revelar segurança no tratamento de conceitos e temáticas específicas acerca da doutrina da Igreja e até da Bíblia. Bem informado e documentado, o livro de Clara Braz dos Santos, pode assim servir, pelas indicações seguras que fornece, para ilustrar futuros estudos comparativos com outras regiões geográficas ou áreas do Império Português na Época Moderna. Neste sentido, *O exercício moral de memória da morte: escritos religiosos do Brasil Colonial* constitui uma aproximação, a ter em conta, no estudo da cultura, das práticas religiosas e dos hábitos dos portugueses no Brasil, em África e na Ásia nos séculos XVII e XVIII.

Filipe Miguel de Andrade Campos
Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
filipeandrade37@hotmail.com
https://orcid.org/0000-0002-9350-2290

(Página deixada propositadamente em branco)

Revista de História das Ideias
Vol. 39. 2ª Série (2021)
411-416

Vogel, Christine (2017). *Guerra aos Jesuítas. A propaganda antijesuítica do Marquês de Pombal em Portugal e na Europa.* Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 589 p., ISBN 978-989-644-405-1

Christine Vogel é professora de História Moderna na Universidade de Vechta e uma proeminente investigadora do antijesuitismo europeu do século XVIII. *Guerra aos Jesuítas* resulta da sua tese de doutoramento, traduzida por Cristina Osswald e publicada em Portugal, em 2017. A obra conta com o prefácio do historiador José Eduardo Franco, doutorado em História e Civilizações pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. Da vasta obra que tem publicada destacamos os estudos dedicados à Companhia de Jesus e ao antijesuitismo.

Em *Guerra aos Jesuítas*, a autora considera o declínio da Companhia de Jesus um acontecimento mediático de dimensão europeia e que constitui «um momento de eficaz intensificação comunicativa» (p. 9). Neste sentido, «acontecimento mediático» e «debate de propaganda» são os dois conceitos que constituem o fio condutor para o estudo que Christine Vogel apresenta. Partindo da análise de três tipos de fontes (a imprensa; a propaganda iconográfica; e os «textos de polémica») o objetivo é «reconstruir este debate no seu todo, no curso observável e na dimensão do seu conteúdo» (p. 9). Esta obra pretende, pois, ser um contributo para a História da Comunicação do início da Modernidade e do Iluminismo como processo de comunicação.

O estudo encontra-se estruturado da seguinte forma: Introdução; Primeira Parte: As tradições antijesuítas; Segunda parte: A questão jesuíta portuguesa (1758-1761); Terceira parte: A proibição dos jesuítas em França (1761-1764); Quarta parte: A supressão da Companhia de Jesus (1765-1773). O fim dos debates?. Trata-se de um projeto ambicioso que passamos a analisar detalhadamente.

https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_19

Na primeira parte, a investigadora debruça-se sobre as origens do antijesuitismo, mostrando que, desde o século XVI, os Jesuítas são alvo de polémicas, dentro e fora da Igreja Católica: em 1551, o bispo de Toledo, proíbe os jesuítas da cura de almas na sua diocese, depois de ter nomeado uma comissão para examinar os *Exercícios Espirituais*; na década de 1560, o clero de Munique queixa-se que os jesuítas são "muito interventivos", o que diminui o papel da diocese; também as instituições de ensino veem com maus olhos a chegada dos "novos professores" que oferecem os seus serviços gratuitamente. Em França, há longas disputas entre os jesuítas e a Universidade de Paris. Em 1564, é publicado o *Catechisme des Jésuites*, de Étienne Pasquier, uma síntese que, numa apologia à Universidade de Paris, apresenta os temas e os motivos antijesuítas. A Sorbonne, em 1554, faz saber que a Companhia «estava mais vocacionada para a destruição do que para a renovação e para a construção» (p. 46). É neste contexto que, em 1594, a Sorbonne consegue a primeira expulsão dos jesuítas de França, revogada por Henrique IV, em 1604. Alvo de críticas é, igualmente, a atividade missionária da Companhia com a «questão dos Ritos Chineses». Mas, nesta primeira parte, é a querela acerca da doutrina da graça entre jesuítas e jansenistas que merece maior destaque.

Desde o início que os jansenistas, numa tentativa de formarem uma opinião pública antijesuíta, recorreram a uma «máquina de propaganda rara na época»: entre 1728 e 1739, existiam em Paris 30 tipografias jansenistas ilegais; entre 1728 e 1739, o periódico semanal janesenista *Nouvelles ecclésiastiques* tinha uma tiragem de 2000 a 6000 exemplares, era enviado para o estrangeiro e reimpresso em Amesterdão. Christine Vogel demonstra, ao longo de todo o seu estudo, a relevância deste periódico na propaganda antijesuíta e o seu papel decisivo para o debate.

A segunda parte é dedicada à campanha antijesuítica em Portugal (1758-1761). Desde a chegada a Portugal, em 1540, que a Companhia de Jesus ocupava uma posição de grande influência nas áreas da educação e das missões e eram «muito considerados na corte, onde faziam de conselheiros e de confessores» (p. 74). No século XVII a Companhia foi alvo de uma perceção diferenciada na corte e nos meios académico e eclesiástico. Por um lado, expoentes como Francisco Suárez, e, por outro, a perseguição a Padre António Vieira. Esta situação de superioridade altera-se com a subida ao trono de D. José I e a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo como seu secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A autora elenca os momentos cruciais dos conflitos entre a coroa e os jesuítas: a questão do Grão-Pará e Maranhão e a expulsão da Ordem, em 1755, do Brasil; seguiu-se a expulsão dos confessores jesuítas da corte portuguesa, em 1757 e a nomeação do cardeal Francisco Saldanha como visitador e reformador

da Companhia de Jesus em Portugal e nas colónias. Foi, contudo, o atentado contra D. José I, em 1758, e os «inúmeros relatos da imprensa e os relatos ilustrados acerca do atentado, do processo e a execução dos nobres que tornaram possível o debate acerca dos jesuítas portugueses além-fronteiras, entre um vasto público europeu» (p. 83). Em janeiro de 1759, Jean-Pierre Viou publica, pela primeira vez, *Nouvelles interessantes. Au sujet de l'attentat commis le 3 Septembre 1758 sur la Personne Sacrée de Sa Majesté Très-Fidèle, le Roi de Portugal*, periódico que segue a mesma linha editorial da publicação jansenista francesa, *Nouvelles ecclésiastiques*.

O que singulariza a análise de Christine Vogel, é a atenção dada ao impacto de libelos e acusações que até há pouco estavam limitadas a uma perceção do campo político dominado pelo «génio propagandístico do marquês de Pombal». Para combater esta visão unilateral da questão, a autora enfatiza que o sucesso da campanha se deveu à «forte procura do público europeu» (p. 138). Na verdade, as publicações portuguesas, que incluem a propaganda ilustrada, são impressas e discutidas em jornais e revistas e fazem parte de coletâneas em países como a Alemanha e França. Diga-se, a propósito, que a campanha portuguesa recebe um forte apoio internacional por parte dos jansenistas franceses e do círculo de Archetto, em Itália. Neste processo podem distinguir-se quatro fases.

A primeira fase é marcada pela publicação antijesuíta, levada a cabo pelo Marquês de Pombal, *Relação Abbreviada* (1757), que obtém um enorme sucesso por toda a Europa, com inúmeras reedições e edições em compilações, traduções em francês, italiano e alemão. Com esta obra, as necessárias provas da acusação contra os padres da Companhia tornam-se públicas e quase irrefutáveis. Da segunda fase fazem parte a publicação da sentença aplicada aos conspiradores da família dos Távoras; o édito do confisco dos bens dos jesuítas; e os *Erros Ímpios*, manifesto régio que explana os quatro erros dos jesuítas: o mais grave desses erros é o da Companhia pretender «subjugar o resto da Sociedade e declarar-se senhora do mundo» (p. 149). Na verdade, a conspiração da Companhia visava não apenas Portugal, mas «todo o mundo» (p. 149). Os *Erros Ímpios* desempenham um papel fundamental no discurso oficial português, porquanto se comprova que a Societas Iesu constituía um perigo generalizado para «a unidade cristã e para a Sociedade civil» (p. 150). No verão de 1759 com a publicação de quatro textos, inicia-se a terceira fase da campanha europeia: a «Carta de D. José I ao Papa» que resume as acusações portuguesas contra os jesuítas e o «pedido de autorização de condenação dos acusados religiosos pela Mesa da Consciência»; o «Édito de Reforma do Ensino» que extingue os programas educativos dos jesuítas; o «Édito de expulsão da Companhia», de 3 de setembro; e a publicação da coletânea *Colleção dos Breves Pontíficies* e *Leys Regias*. O auge da campanha

(quarta fase) ocorre com a divulgação de novos documentos, traduzidos para francês, alemão e italiano, e que invalidam as reações críticas (discursos apologéticos) e que provocam o silêncio imediato da Companhia. Esses novos documentos são: os Casos da Diplomacia com Roma e a Ruptura entre as duas cortes, após a expulsão dos jesuítas do território português. Em 1760, sai do prelo um volume complementar da *Collecção*. Em 1761, o governo português dá a conhecer a sentença da Inquisição contra o jesuíta italiano, Gabriele Malagrida, envolvido no atentado a D. José I. Este documento, traduzido nas principais línguas europeias (francês, italiano, alemão, inglês e em latim) é visto, por alguma imprensa internacional, como uma incoerência: seria de esperar que Malagrida fosse condenado por alta traição pela Mesa da Consciência e não por heresia pela Inquisição, como sucedeu. Ou seja, nesta primeira parte do debate, a autora pretendeu ilustrar como a glorificação do rei português e o louvor à inteligente governação do seu Primeiro-Ministro «alcançaram um importante lugar na propaganda antijesuíta» (p. 159).

Vogel conclui este capítulo caracterizando o discurso antijesuíta português como um discurso essencialmente conspirativo (p. 235-262). O Marquês de Pombal, para incriminar os Jesuítas como tiranicidas, recupera os argumentos inscritos nos *Monita Secreta Societas Iesu*; também a alegação da uniformidade formulada nas *Constituições* é usada para justificar a «culpa coletiva em qualquer crime cometido por um jesuíta» (p. 251) e, assim, fundamentar a expulsão da Companhia de Jesus de Portugal.

Na terceira parte do livro a autora analisa a questão francesa, que constitui a segunda fase do debate europeu antijesuítico. Logo nas primeiras linhas deste capítulo Christine Vogel distingue o caso português do francês: no primeiro, o principal impulsionador foi o governo e a coroa e a motivação foi o atentado contra D. José I; no segundo, a iniciativa da ação nasceu nos parlamentos e nos supremos tribunais de justiça do Império, «forças que se opunham, há muito e de modo cada vez mais acentuado, ao rei» (p. 301). Deste modo, a extinção da Companhia de Jesus em França deve ser entendida à luz de uma crise político-religiosa: a oposição à bula papal *Unigenitus* e a recusa dos sacramentos aos jansenistas que conduziu, em 1750, a um conflito entre o parlamento, o rei e o episcopado, cujo apogeu teve lugar com o atentado de Robert-François Damiens a Luís XV.

Nesta segunda parte assinala-se uma diminuição da intensidade e do internacionalismo do debate. Ainda assim, Louis-Adrien Le Paige destaca-se como o periodista mais ativo, desempenhando, nesta fase, um papel crucial no debate jesuíta e na «propaganda jansenista e pró-parlamentarista em geral» (p. 318). Em 1760 publica, com Christophe Coudrette, *Histoire générale*, obra amplamente difundida, onde os autores expõem as principais acusações contra a Companhia de Jesus e que «contém uma elaborada teoria

da conspiração» (p. 323). Ainda que o discurso apologético da Companhia seja arriscado e a maioria das publicações sejam de autores jesuítas anónimos, destaca-se a publicação de Céruitti, *Apologie générale de l'Institut et de la doctrine des Jésuites*. Neste contexto, a Companhia de Jesus recebe o apoio dos bispos franceses e da Santa Sé quando o Papa Clemente XIII recusa aos parlamentos o direito de julgar o instituto de uma ordem religiosa, afirmando que os jesuítas em França são «vítimas de uma conspiração» (p. 376). Apesar destas controvérsias, a Companhia de Jesus é expulsa de França em 1764.

Em «A supressão da Companhia de Jesus (1765-1773): O fim dos Debates?» – a quarta parte da obra – a autora reúne provas que indiciam o declínio do debate, a partir de 1765. Na verdade, a publicação da bula *Apostolicum pascendim* (1765), de confirmação da Companhia de Jesus, surgiu num tempo em que os Jesuítas já não possuíam nem as condições institucionais nem o crédito público necessário para imporem uma leitura abonatória deste importante documento, admitindo a autora que «é provável que os documentos relativos às diversas proibições da bula tenham tido maior divulgação do que o documento pontifício» (p. 438).

Registe-se que foi a expulsão dos jesuítas do reino de Espanha, em 1767, que trouxe um novo fôlego ao debate internacional. Depois de uma investigação do fiscal Rodrigo de Campomanes (Fiscal do Conselho da Coroa), o Ministro Aranda decreta a expulsão da Companhia do reino espanhol. Seguindo o exemplo português, a coroa espanhola promove a publicação de documentação oficial que, no entanto, indica «apenas a ordem de expulsão régia, assim como uma série de disposições, que haviam sido emitidos pelo Ministro Aranda acerca da rápida implementação da expulsão» (p. 440). O impacto destas publicações na imprensa internacional e na opinião pública foi mais reduzido, pese embora o facto de estar a decorrer na mesma altura a supressão da Companhia em Nápoles e Parma. Este período é ainda marcado pela publicação, por Clemente XIV, do breve *Dominus ac Redemptor* (1773) que ordena a expulsão dos Jesuítas do Estado pontifício. Ricci, o Geral da Companhia é preso, apesar de nunca se ter provado a prática dos crimes de que foi acusado. Mas, nem mesmo este acontecimento tão inesperado e singular faz reacender o debate, pois, como afirma a autora, nos reinos católicos da Europa não há «nenhuma reação digna de nota» (p. 450).

Nas Notas Finais, Christine Vogel apresenta as conclusões mais relevantes da sua investigação e que auxiliam o leitor na interpretação do fenómeno antijesuíta de Setecentos no contexto do Iluminismo europeu. Reafirma o sucesso da campanha portuguesa, promovida e habilmente conduzida pelo Marquês de Pombal. Atribui o êxito da receção da documentação oriunda de Portugal à rede de periodistas das fileiras jansenistas e italianas, que já existiam anteriormente, e que alimentaram o debate em França, Itália

e Alemanha. Relaciona o declínio do debate com a agenda da imprensa das Luzes ocupada com outras questões, evidenciando a inexistência de um público autenticamente europeu de várias nacionalidades, tal como acontecera na fase inicial do debate dominado pela campanha portuguesa. Em todos os momentos são os jornais que desempenham «uma importante função ofensiva na formação do discurso antijesuíta». A propaganda iconográfica apenas inclui representações antijesuítas, apesar dos jesuítas serem conhecidos pelos seus dotes em artes visuais. Os textos de polémica têm uma preponderância na imprensa antijesuíta, uma vez que contam com uma "máquina" que os suporta (meios económicos, tipografias clandestinas e apoio político). Pelo contrário, a difícil situação dos jesuítas nos países em que foram perseguidos inibe-os da publicação de textos de apologética e os defensores da Companhia consideravam que se respondessem aos ataques estavam, também eles, a contribuir para uma ampliação do debate.

Guerra aos Jesuítas, título aparentemente insólito, constitui uma obra escorada num levantamento documental exaustivo, fruto de uma exigente investigação. Integra a questão religiosa no contexto cultural europeu do século XVIII, sem perder nunca de vista a incidência política da querela antijesuítica, sendo este o aspeto mais original da leitura proposta. Trata-se de um trabalho sólido, sistemático e metodologicamente rigoroso. Na sequência de outras publicações sobre o tema, Christine Vogel apresenta novas perspetivas historiográficas para a compreensão do fenómeno do antijesuitismo, destacando o papel que a imprensa desempenhou enquanto meio de disseminação de uma campanha de propaganda, bem planeada, com o objetivo de formar uma opinião pública e que culminou com a extinção, ainda que temporária, da Companhia de Jesus pela própria Santa Sé.

Rosa M. Gomes
Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
rosimariags@gmail.com
http://orcid.org/0000-0002-9594-3292

Revista de História das Ideias
Vol. 39. 2ª Série (2021)
417-420

DeVries, Kelly, Livingston, Michael ed. (2019). *Medieval Warfare. A Reader*. Toronto: Toronto University Press, 368 p., ISBN 9781442636699

Kelly DeVries é um historiador norte-americano de renome internacional, especializado no estudo da História Militar da Idade Média. A par de uma vasta produção bibliográfica, da qual se destacam obras como *Medieval Military Technology* (Broadview Press, 1992) e *The Battle of Crécy: a Casebook*, esta última em coautoria com Michael Livingston (University of Liverpool Press, 2015), acumula as funções de Professor de História na Universidade de Loyola, em Maryland. Paralelamente, é um dos editores do prestigiado *Journal of Medieval Military History* e, em 2019, foi designado pela UNESCO como conselheiro histórico para a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural.

Michael Livingston é professor de Literatura Medieval no Colégio Militar da Carolina do Sul desde 2006. Entre as obras publicadas encontram-se traduções e estudos histórico-literários, os quais incidem sobre a mitologia e imaginário britânicos (em estreita relação com a lenda de Beowulf), ou sobre os escritos de Geoffrey Chaucer, bem como do romancista James Joyce. A par do seu percurso académico, é também reconhecido escritor de obras de ficção histórica.

A obra que aqui analisamos corresponde ao número XXI de uma coleção intitulada *Readings in Medieval Civilizations and Cultures*, a qual é editada por Paul Edward Dutton, autor do seu primeiro volume, publicado em 2009. No geral, pretende ser formativa, didática, pedagógica e multidimensional. Nesse sentido, os vários livros abordam o universo sociopolítico e das Ideias, sem esquecer a vertente religiosa, económica e até militar da Idade Média europeia (sobretudo no Ocidente). Os vários números foram pensados para serem «transportados na mochila de um estudante», como bem referem DeVries e Livingston (p. xiv). A coleção faz-se de compilações de excertos de

https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_20

fontes escritas de tipologias variadas que pretendem servir de complemento aos currículos letivos, oferecendo um contacto direto com a base de trabalho de qualquer medievalista. No contexto europeu (aquele com o qual nos encontramos mais familiarizados), tem-se observado no primeiro ciclo de estudos universitários uma diminuição do contacto com fontes históricas. Talvez por falta de tempo, as unidades curriculares acabam por apoiar-se sobretudo em estudos bibliográficos. Obras como a que aqui se analisa contribuem para contrariar esta tendência. Esta publicação dos professores Kelly DeVries e Michael Livingston destaca-se também no panorama da história militar pela abordagem adotada, uma vez que se afasta da postura tradicional que se dedica maioritariamente à descrição de batalhas e cercos. Pelo contrário, estes académicos seguem a corrente criada por John Keegan (*The Face of battle [O rosto da batalha]*, 1976), incidindo sobre a experiência do soldado individual, bem como sobre aspetos alusivos ao modo de fazer a guerra que, não raras vezes, escapam às grandes obras: logística, tratadística, recrutamento de forças mercenárias, operações secundárias, ou espionagem, a título ilustrativo. No fundo, abre-se espaço para uma certa humanização da análise sobre a guerra (p. 67-68, 307-8).

A presente obra encontra-se dividida em quatro partes temáticas ordenadas de uma forma que nos parece lógica e coerente. A primeira parte é dedicada às baixas causadas pela guerra e ao impacto psicológico do fenómeno bélico, não apenas nos combatentes, mas também naqueles que o testemunharam (*vide,* por ex., p. 3). A segunda remete para a natureza e a preparação dos confrontos. Aqui é abordado o conceito de «guerra justa», bem como questões logísticas como o recrutamento, o treino de soldados ou o financiamento, entre outros. Numa altura em que a guerra era marcada pela sazonalidade e onde não existiam exércitos permanentes, estes eram aspetos cruciais. A terceira secção incide na operacionalização de todo o processo, desde a declaração das hostilidades ao planeamento da campanha e subsequente marcha, não esquecendo os modos de combate (terrestre, naval e poliorcética) ou os feitos individuais (como os duelos). Mereceram ainda menção as operações que extravasam o campo de batalha, como a espionagem, o massacre de civis, ou o recurso a tropas mercenárias. A quarta parte da obra foi reservada para o desfecho dos conflitos (balanço das baixas, dos custos, das condições de rendição impostas pelos vencedores, o saque, o apresamento de cativos e os pedidos de resgate), assim como para a preservação da memória dos acontecimentos.

A divisão quadripartida global subdivide-se em vários capítulos, obedecendo todos eles a um encadeamento cronológico. Invariavelmente, encontramos excertos de fontes relevantes, algumas de difícil acesso e/ou que nem se encontram integralmente traduzidas para línguas modernas

ocidentais (caso das capitulares carolíngias [p. 86-88]). Estes excertos são antecedidos por uma breve contextualização, devidamente identificada, que orienta a leitura. Note-se que os autores privilegiam a inclusão de traduções já publicadas em volumes de acesso (relativamente) fácil, nomeadamente em bibliotecas universitárias, com os diversos passos apresentados a remeterem para a sua edição de origem.

Logo nas primeiras páginas, figura uma introdução geral que visa debater a noção primordial de Idade Média (e o inerente eurocentrismo do conceito). Segue-se uma nota alusiva à dimensão militar neste período e à sua relevância, não esquecendo a evolução das perspetivas historiográficas sobre o tema. Por mais que pareça elementar, ao considerarmos o público-alvo desta obra, esta inclusão afigura-se deveras pertinente. Segue-se um mapa da Europa e do Mar Mediterrâneo, onde surgem assinalados alguns locais que foram palco de acontecimentos militares relevantes, acompanhados pela respetiva data; são os casos da batalha de Hastings (1066), da conquista de Lisboa (1147) ou até do cerco de Constantinopla (1453), entre outros.

Merece destaque o vasto espetro cronológico e geográfico da obra aqui apresentada. O cuidado dos autores no momento de integrarem uma grande amplitude temática permite o contacto com as «várias Idades Médias». Existem sempre vários tempos e espaços dentro de um mesmo tempo e espaço! Não obstante, foi dada primazia ao sucedido na Europa Ocidental (aspeto este que é reconhecido pelos autores na p. xv) e na Baixa Idade Média. Esta escolha terá ficado a dever-se à maior abundância e acessibilidade de fontes históricas para o estudo do período tardio do universo militar medieval. No entanto, no que ao Oriente europeu respeita, os poucos exemplos apresentados correspondem a alguns dos aspetos mais ilustrativos da transformação das dinâmicas militares que aí se verificaram, constituindo igualmente um ponto de partida para quem se interessar pelo mundo mediterrânico oriental.

Os excertos das fontes facultados na obra permitem uma imersão plena no mundo bélico medieval, cumprindo o desígnio do volume. Julgamos, todavia que, a par das sugestões iniciais (p. xvii), onde também poderiam constar John Haldon ou Guy Halsall, entre outros, seria benéfico incluir bibliografia de referência em cada capítulo, com vista a um maior aprofundamento das temáticas em análise. Em paralelo, mereceria maior destaque a vertente oriental do Velho Continente, bem como uma cronologia mais recuada. O grande enfoque foi claramente dado à Baixa Idade Média e às Cruzadas, algo que o agradecimento a John France permite ao leitor antecipar.

Medieval Warfare: a Reader representa mais do que uma compilação generalista e atualizada de fontes alusivas à temática militar medieval. Trata-se de uma seleção ampla mas criteriosa, que se apresenta como uma

excelente inspiração e até com uma ótima base para futuros estudos por parte de estudantes e de académicos. Deste modo, entendemos que cumpre plenamente o seu objetivo, merecendo o seu lugar nesta coleção tão útil para alunos e investigadores.

Ana Laura de Oliveira D. Martins
Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras
analaura6277@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-9664-0891

Gustavo Gonçalves
Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras
cgoncalves.gustavo@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-0170-4590

Revista de História das Ideias
Vol. 39. 2ª Série (2021)
421-450

COMO SE CONTA A HISTÓRIA EM TEMPO DE "GLOBALIZAÇÃO" A PROPÓSITO DA *HISTÓRIA GLOBAL DE PORTUGAL*

À memória do António Manuel Hespanha,
com quem tantas vezes discuti o significado e a forma de fazer História.
A nossa diferença de pontos de vista
não era obstáculo – antes pelo contrário – à Amizade que sempre nos ligou.

"Globalização" e "História Global": conceitos pretensamente novos e contraditórios

Se o conceito de "Globalização" está na moda, com os inerentes elogios, as críticas e as dúvidas que provoca, o mesmo se poderá dizer do que se chama "História Global", que noutros países (França, Itália, Espanha…) teve o nome mais comum de "História Mundial" (algo diferente, pelo menos terminologicamente).

Comecemos por dizer, em síntese, que esse tipo de História parte de um conceito aparentemente inovador, cheio de vícios e virtudes, que se chama hoje "Globalização". Evidentemente que se trata de um conceito mais renovado do que novo, tendo em conta a maior interligação que agora existe – ou se diz existir – entre os povos e os indivíduos, mercê de novas e novíssimas formas de comunicação, de novas formas de mercado e de novas políticas. Todavia, deve notar-se que esse conceito já existia (se é que não existiu sempre), embora com outras formas, porventura mais nobres: universalização, internacionalismo, ecumenismo, mundialização, cosmopolitismo, de que instituições como a ONU e, nela, a UNESCO, são exemplos bem significativos, até pela situação normal da sua constante

https://doi.org/10.14195/2183-8925_39_21

crise. São conceitos que se opuseram a um nacionalismo extremo que, se se inicia no século XIX, é muito anterior em termos de conceção "imperial", e que tem teorias e práticas próprias e radicais no século XX com o advento dos fascismos e com a sua forma específica e mais extrema, o nazismo ou o "imperialismo" japonês. Será esta uma das virtudes da "Globalização", assim como a de dar a conhecer, quase ao segundo, o que de mau e bom se deu em qualquer parte do globo, como me dizia um historiador africano, o guineense Julião Soares Sousa, habituado a que olhassem para a sua terra, a Guiné, e o que lá se passava, como algo separado do mundo e da "civilização", o que não deixa, todavia, de poder ainda suceder, neste e noutros espaços, em função de interesses de toda a espécie, dado que a dita "globalização" pode não ser um campo aberto de comunicação, mas sim uma comunicação controlada.

A "Globalização" gerou também, em vários domínios, erros e vícios, desde aqueles que advêm da liberdade incontrolada da comunicação, que possibilita a criação de "notícias falsas" (o que se chamou em inglês *fake news*) capazes de condicionar até as eleições, como se terá dado com o *trumpismo* nos EUA, com Bolsonaro no Brasil e com o *Brexit* no Reino Unido, até ao domínio económico de empresas e estados, vencendo os mais ricos e os mais capazes de dominar a produção e o jogo financeiro, a informação e o *marketing*. Desde o excesso de informação que, se não acompanhado de formação, pode gerar uma falsa ideia do que se passa, até à desinformação. Desde as lógicas do neoliberalismo – por vezes debaixo do capote da "terceira via" (expressão perigosa porque o fascismo foi também outra *terza via*) – que possibilitou o domínio do privado e do individualismo mais puro e feroz até à maior separação de classes, com um abismo cada vez mais evidente entre os mais ricos e os mais pobres. Desde o advento do populismo político ao populismo cultural, com a banalização e a supervalorização da divulgação, da "cultura de espetáculo", da "novidade" e da ausência de sentido crítico, à dificuldade cada vez maior de encontrar paradigmas, dada a diluição e a confusão dos valores fundamentais. Desde a corrupção e os golpes financeiros em rede à desvalorização da democracia, devido aos vícios provocados pelo neoliberalismo ou pelo capitalismo anárquico.

"História Global": o que é e o que não é? Um conceito discutível

Se a "História Global" partiu deste conceito de "Globalização", procurando renovar a "História Mundial" ou a "História Geral", já se pode adivinhar onde estão as suas virtudes e os seus vícios, sobretudo evidentes quando se quer apresentar essa História como algo de novo e completamente

diferente do que até aí se fazia: as Histórias Gerais, as Histórias das Relações Internacionais, as Histórias Universais, todas normalmente tendentes a uma ultrapassagem do que era a História Nacional e, mais, a História Nacionalista. Passemos à frente do conceito de História Universal, que, surgindo no século XIX, apenas tem interesse como objetivo, que supõe por vezes narrativas bem diversas do que se pretende dizer com o termo "Universal", e arrumemos o exemplo de uma História Nacionalista com a *História de Portugal*, de João Ameal (1940), que venceu o Prémio Alexandre Herculano do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) do Estado Novo. Para dar exemplos fora de Portugal, lembremos a velha *Histoire des Relations Internationales* (Paris, Hachette, 1954-1955), dirigida por Pierre Renouvin (1893-1974), e outras obras de que foi autor, ou a tão famosa, nos anos 60, *Histoire Générale des Civilisations,* publicada pela *Presses Universitaires de France*, que teve na *História Geral da Civilização Brasileira,* dirigida por Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), uma tentativa de continuidade nacional, ou as histórias assumidamente marxistas de grande divulgação do historiador Eric Hobsbawm (1917-2012).

Um texto muito interessante, pela discussão e as dúvidas que coloca – o que não é suficientemente assinalado pelos diretores da *História Global de Portugal* (Lisboa: Temas e Debates, 2020), que o referem na Introdução –, é o do alemão Sebastian Conrad (n. 1966). Vale a pena lê-lo, integralmente e com atenção. Fizemo-la na sua tradução portuguesa das Edições 70, *O que é a história global?* (2019), tendo em mente o título original em inglês (língua pretensamente global) *What is Global History?* (2016).

Conrad não se limita a tentar definir "História Global", considerando que acima de tudo se opõe à "História Nacional" e tem como processo forte, no domínio da metodologia, o estudo das conexões. Pensa também, neste âmbito, que ultrapassa as "Histórias Paralelas" e as "Histórias Comparadas". Igualmente recusou a ideia de que a "História Global" punha de lado a "História Local". Mas Conrad não esqueceu as censuras que lhe eram feitas. Na tradução do seu livro para português, num Posfácio sem autor designado (p. 289), refere-se a imagem dos críticos mais radicais que, em linguagem comum, diziam que a "história global" podia ser comparada ao ato de vender "um vinho velho em garrafa nova". De resto, Conrad lembrou nos Agradecimentos (pp. 281-282) não só o apoio e as sugestões que lhe foram dadas por alguns historiadores, mas referiu igualmente a crítica que sofreu por "colegas de todo o mundo" (digamos: menos por colegas portugueses, o que não é de admirar, dado que aqui pouco se discutem as conceções e as teorias nos meios académicos, sobretudo se manifestam uma grande ânsia de inovação). Também se referiu às suas limitações e aos seus riscos… Enfim, das quase 300 páginas do livro, muito genericamente terá de se entender que

o próprio Conrad considera que a "História Global" é um conceito discutível e com perigos diversos.

Do modo idêntico nós assim o entendemos. Não entramos na crítica fácil, considerando-a apenas como um estilo anglo-saxónico de fazer História, em que a sua própria língua – mesmo depois do *Brexit* – é considerada como língua universal de ciência, do mesmo modo que o Reino Unido e a sua *Commonwealth* têm as suas próprias regras, que sempre afastaram orgulhosamente as ilhas britânicas e seus satélites do resto da Europa e do Mundo. Se tivéssemos entrado por aí também diríamos que a "*Nouvelle Histoire*", que quase não é referida no livro de Conrad, era também uma História própria dos franceses, com o seu nacionalismo dito chauvinista. Não é disso que se trata: nenhuma pode ser ignorada. Uma porque, opondo-se a uma história nacional e nacionalista, pretende, pois, estudar as conexões existentes no globo em todas as épocas e lugares e em todos os temas e se tornou importante a ponto de ter criado em 2006 a sua própria revista *on line*, *Journal of Global History*. A outra porque, tendo como base uma outra publicação de grande fama, os *Annales* (fundada em 1929), indo ao ponto de gerar a criação de um volume enciclopédico dirigido por Jacques Le Goff (*La Nouvelle Histoire*. Paris: Retz, 1978), além de se ter tornado numa matriz que todos queriam seguir, teve como objetivo inicial – e é importante que se diga – uma via de resistência: lutar contra um modo "narrativista" (utilizou-se também o conceito menos preciso de "positivista") e "acontecimental" (évé*nementiel*) de "fazer" e "contar" História, penetrando no âmago do passado, em termos de pretensa "história total", poliédrica, a ponto de entender a realidade mais numa perspetiva "social" do que "política", em sentido estrito. Trata-se de uma história surgida durante a Segunda Guerra e depois dela, com personagens que a viveram e até morreram por causas (Marc Bloch), tanto combatendo por uma "nova história" (Lucien Febvre), como analisando um complexo histórico-geográfico (Fernand Braudel), como focando uma realidade local (Le Roy Ladurie) ou a "longa duração" (*longue durée*), e entrando no domínio do simbólico e das mentalidades.

Esta igualmente se foi esvanecendo, acabou por não ser citada como ultramoderna e foi estudada criticamente numa interessante dissertação de Hervé Coutau-Bégarie (*Le phenomène "Nouvelle Histoire". Stratégie et Idéologie des nouveaux historiens*. Paris: Economica, 1983), que, embora sublinhasse a sua importância, quis assinalar também (sem praticamente o dizer) os seus defeitos. Tendo eu nascido como historiador nos anos 60, orientado por José Sebastião da Silva Dias, em oposição a uma "história narrativista" (ao lado da nacionalista história ideológica ou, como gosto mais de a chamar, "ideologia historiográfica"), fui um leitor assíduo das suas obras e do que se publicou então sobre ela, nunca deixando de a valorizar, embora não deixasse

de esboçar a minha crítica quando ela se tornou uma moda, nomeadamente num artigo que escrevi para um colóquio sobre História Regional, o qual vim a publicar na revista que então dirigia ("História... Que História? Algumas reflexões introdutórias à temática da História local e regional", in *Revista de História das Ideias*, n.º 9, Coimbra: 1987, pp. 843-867).

As novas "Histórias Globais" ou "Mundiais"

Assim como as palavras novas – entre as quais "globalização" (mas não "global" e outros conceitos derivados, já há muito usados), que terá surgido apenas no fim do século XX, originando até uma reflexão sumária de um sociólogo muito nomeado, polémico conselheiro de Tony Blair, Anthony Giddens (*The third way*, 1998, e *Runway World*, 1999, publicadas em português pela Presença, a primeira com uma tradução quase literal, *Para uma terceira via*, e outra com palavra da moda, *O Mundo na era da globalização*) –, também se tornaram comuns em todo o lado as "Histórias Globais", algumas com o nome de "Mundiais", tendo sido elogiadas, seguidas e criticadas. Curiosamente, elas parecem ter uma estrutura sempre semelhante, apesar das suas naturais diferenças. De todas as que foram publicadas no estrangeiro conheço especialmente uma que vou referir. Estou a falar da *Histoire Mondiale de la France*, dirigida por Patrick Boucheron (n. 1965), publicada em 2017 pelas *Éditions du Seuil*, para surgir numa "edição de bolso" (se assim se pode chamar a uma obra com mais de 1000 páginas), com 15 textos inéditos, um ano depois.

A ideia – conforme diz, na breve *Ouverture* (pp. 7-15), o diretor, que teve a acompanhá-lo quatro coordenadores e cerca de 130 autores – começou como um projeto editorial de divulgação científica ou académica, mas também como uma espécie de "jogo": a escolha de 146 datas relacionadas com a história de França (desde 34 000 a.C. até 2015), orientadas, embora não futilmente, pelo princípio do "prazer", mas também como imposição resultante da intenção (sintetizo e traduzo, espero que menos mal, porque o texto não é simples) de "descontruir as continuidades ilusórias da narrativa tradicional", considerando que esta opção permitia "evocar proximidades para as substituir ou, ao contrário, domesticar aparentes incongruências". Haveria assim um "duplo movimento": "desenraizar a emoção de pertença e acolher a estranha familiaridade do longínquo". Desta forma, sem excluir algumas "datas canónicas" da história de França, pretendia-se dar-lhe uma maior amplitude e, como dizia – numa ânsia de modernidade (ou pós-modernidade) e de inovação –, podia "fazer-se surgir, no meio de uma narrativa falsamente nostálgica de recordações escolares, a energia constantemente surpreendente duma história alargada, diversa e relançada" (cf. p. 9). O seu desejo era,

pois, e é, o de apresentar uma história de França explicada pelo mundo, em textos que "cada autor tinha a liberdade para construir a sua intriga a partir duma data da história de França"(*idem*). Deste modo – porque assim Boucheron explica o sentido "mundial" da obra e o seu objetivo de quase "descoberta" – apresento o texto mesmo em francês: "Expliquer la France par le monde, écrire l'histoire d'une France qui s'explique avec le monde: tout l'effort vise en somme à defaire la fausse symétrie de la France et du monde. La France n'existe pas séparément du monde, le monde n'a jamais la même consistance pour la France" (p. 13). E, em jeito de conclusão coloquial e lúdica, terminava: "Et si l'on nous demande: «Pourquoi cette histoire de France est-elle mondiale?», on pourra répondre simplement: «Mais parce qu'elle est tellement plus intéressante ainsi!»" (p. 15).

Portanto, Boucheron – professor do *Collège de France*, medievalista e estudioso do Renascimento numa perspetiva política – pretendia, com o seu complexo plano, pretensamente original, partir de 146 datas (onde, avisa, seriam evidentes as "lacunas"), valorizar "uma leitura política e cultural" e negligenciar "desenvolvimentos de mais longa duração que afetam a história das sociedades na sua dimensão económica mas também circundante (*environnementale*)". Mesmo as suas 12 "sequências" (*séquences*), com uma terminologia pouco usual e não exatamente de periodização clássica (o historiador dizia que tais "sequências" não tinham o sentido da periodização), só serviriam para "guiar a leitura". Eram elas as seguintes: "Aux prémices d'un bout du monde", "De l'Empire à l'Empire", "L'ordre féodal conquérant", "Croissance de la France", "La Grande Monarchie de l'Occident", "La puisance absolue", "La nation des Lumières", "Une patrie pour la révolution universelle", "Modernités dans la tourmente", "Après l'Empire dans l'Europe" e "Aujourd'hui en France".

Digamos, pois, em síntese, que se queria apresentar a França numa visão mundial (que – dizemos nós – não deixa de ser "centrada" na França e talvez nem o pudesse deixar de ser), através do trabalho de muitos historiadores, que assim punham a ciência ao serviço da divulgação, fugindo a uma perspetiva nacional e sequencial das "histórias de França", com grande liberdade de iniciativa dos autores, numa melodia "polifónica", e até com um sentido de resposta a um desafio, como se se tratasse dum jogo e da satisfação de um prazer ("le principe de plaisir"), como manifestação alegre duma "energia colectiva": "Mais sans doute n'est-il pas si futile que cela d'affirmer aujourd'hui l´énergie joyeuse d'une intelligence collective" (p. 15).

Esta obra foi um êxito editorial, não só pelo volume de vendas, mas pela influência direta ou indireta que terá exercido no mundo académico em vários países. É certo que esta ânsia "modista" de mundialização não era nova, pois se Conrad desde o início do século XXI procurava dar um sentido

"mundial" ou "global" à história da Alemanha e até penetrar num mundo onde a historiografia livre é quase uma utopia, o Japão, e se já nos Estados Unidos tinha surgido uma obra que pretendia explicar a realidade nacional norte-americana no contexto das outras nações (Thomas Bender, *A Nation among Nations*, 2006) e se se procurava ver a "história global" como um projeto sobretudo anglo-saxónico, o certo é que a história da França de Boucheron tinha um *parti pris* (propositadamente usamos uma expressão francesa): o uso de datas como princípio. Foi esta "originalidade" – que só teve influência porque partiu de uma historiografia ainda assim conhecida no mundo, apesar da perda de importância da França neste domínio científico, como em outros âmbitos culturais, em relação à historiografia e à cultura de língua inglesa, o que mostra afinal que não é indiferente o lugar de onde parte a ideia de "mundialização" ou de "globalização" – que tornou esta obra famosa. E assim foi, até porque a imprensa francesa e o mundo académico a elogiaram e a acolheram de forma auspiciosa, tendo apenas como quase uma exceção (além das críticas que vieram da imprensa da direita, sempre à procura desesperada da afirmação nacionalista), a partir da revista *L'Observateur* (números de março e abril de 2017), a polémica protagonizada por um nome grande da historiografia francesa, da terceira geração da *Nouvelle Histoire*, outrora na moda e hoje esquecida ou lateralizada, Pierre Nora (n. 1931).

Nora, que se celebrizou como organizador de grandes coleções de obras em Ciências Sociais e Humanas, e também como coordenador e autor de referência sobre a memória (*Les lieux de mémoire*, 1984, 1987 e 1992), considerou a obra dirigida por Boucheron como "instrumentalizadora" e políticamente "militante", procurando na "esquerda" – em detrimento da ciência – uma afirmação pessoal, e acusou o coordenador de manifestar uma ânsia de criação de "factos alternativos em época de pós-verdade", ensaiando assim matar uma "verdade comum" que os historiadores aceitam como certa. Teria tentado forçar o descentramento e a mundialização da história de França, esquecendo por vezes o significado da memória e da identidade, através de artigos curtos, sem notas, fáceis de ler, em que se juntavam autores consagrados com jovens autores promissores.

Seja como for, e como se disse, a obra (que foi traduzida para inglês e mandarim) teve uma grande influência na criação de livros idênticos que surgiram no espaço europeu, não omitindo também a possibilidade de, em certo sentido, se tratar de um projeto editorial transnacional de "modernidade". No mesmo ano surgiu em Itália uma *Storia mondiale dell'Italia*, sob a direção do investigador de História da Roma Antiga, Andrea Giardina (n. 1949), editada pela grande editora Laterza. O sistema utilizado nessa obra é semelhante ao francês e teve, pelo menos, grande publicidade, tendo sido apresentada com pompa e circunstância em importantes lugares

patrimoniais de Itália e difundida através da imagem, como se pode ver numa amostragem do *Youtube*. E, sem entrar em muito mais considerações, pode dizer-se que surgiram em catadupa várias outras histórias mundiais, não só referentes a espaços nacionais vistos desta forma mais ampla, como sucedeu com a Espanha, como aconteceu com experiências regionais, algumas pelo menos que assumiam um carácter autonómico ou mesmo independentista. Em resumo, foram editadas uma história mundial de Espanha (2018); uma história mundial da Catalunha (2018); uma história mundial da Flandres, escrita em holandês, surgida em 2018, e traduzida para francês em 2020; uma história mundial da Sicília (2018); e… uma *História Mundial de Portugal* (2020).

Apenas duas palavras para nos referirmos, graças à sugestão do nosso colega Sérgio Campos Matos, à repercussão da *Historia Mundial de España*, que foi coordenada pelo historiador galego, especialista em nacionalismos contemporâneos, Xosé Manuel Nuñez Seixas (n. 1966), e que, como a maioria das outras, saiu em 2018 (Barcelona: Ediciones Destino). A essa obra e à *História Mundial de Catalunya* (Barcelona: Edicions 62, 2018), dirigida por Borja de Riquer (n. 1945), professor de História Contemporânea da Universidad Autónoma de Barcelona, foi-lhe dedicada uma recensão crítica na importante revista espanhola *Ayer*, pelos historiadores Pol Dalmau e Jorge Luengo, da *Universitat Pompeo Fabra* de Barcelona ("Historia global e historia nacional: una relación insalvable?", *Ayer*, 120/2020 (4), pp. 311-324).

A questão colocada pelos autores da recensão – e daí o título interrogativo – é se estas ditas "histórias mundiais" são "histórias globais" ou se têm o sentido de uma "história nacional" apenas com uma integração mundial, usada como pretexto para estudar o nacional. A sua ideia é que todos os historiadores deveriam fazer um exercício de "história global", o que o coordenador da *Historia mundial de España* reafirma afinal na epígrafe de abertura da obra, ao citar o historiador britânico Christopher Alan Bayle (1945-2015), especialista em "história imperial" (foi professor da *Imperial and Naval History* na *Cambridge University*), em tradução para castelhano: "Todos los historiadores son hoy historiadores universales. Aunque muchos todavía no se han dado cuenta". Exatamente a crítica fundamental apresentada pelos historiadores hispano-catalães à obra que recensearam é que nela não se explica ou não se discute o que é "história global" e como se pode distingui-la da "história mundial" (cf. p. 323), expressão utilizada na obra. Segundo eles, "mundial" e "global" não são o mesmo, pois vêem este último conceito – afinal como considera Conrad – numa perspetiva sobretudo metodológica. Explicando melhor: consideram como interessante o facto de entre as datas escolhidas não figurarem os emblemáticos anos de 1492 ("descoberta" da América por Colombo), 1808 (a invasão napoleónica de Espanha, no âmbito da "Guerra Peninsular") ou 1936 (início da "Guerra

Civil" com o levantamento das tropas "nacionalistas", que acabam por levar Franco ao poder) – nem 1975, acrescentemos, citando o próprio diretor da obra na *Introducción* (*Historia Mundial de España*, p. 16) –, mas entendem que a obra se torna "discutível" em alguns casos na inserção que faz da Espanha no mundo, que surge mais como uma espécie de fundo decorativo e noutros casos como estudo que se integraria na mais clássica história das relações internacionais. Num contexto mais vasto, consideram que a chamada "história global" deverá ser uma "perspetiva de análise" que tem de destacar as "comparações e interconexões entre as distintas partes do planeta".

Transcrevendo exatamente o texto da recensão, Dalmau e Luengo dizem nas conclusões: "Lo importante de la historia global, en la misma línea que la historia transnacional o la poscolonial, es la voluntad de romper con aquellas unidades de análisis que tradicionalmente han dominado la historiografía, en especial el marco nacional, así como entender los procesos históricos de manera transversal e interrelacionada" (p. 323). E, procurando esclarecer, voltam à ideia de que o que importava numa "história global" era "descentrar" o ponto de vista e avançar para um enfoque multidimensional, ou, também como dizem, "*provincializar* Espanha", incluindo também o ponto de vista do "Outro": "incluir el punto de vista del «Otro», del colonizado, el evangelizado o el esclavizado, de aquellos que, formando parte tangencial del relato, han sido olvidados tradicionalmente en las historias tradicionales" (p. 324). Desta forma – terminam Dalmau e Luengo – este novo método deveria sobretudo "cuestionar el tipo de historia que necesitamos para dar sentido a las preguntas que nos plantea en siglo XXI" (p. 324).

É interessante este discurso, ainda que não conheçamos profundamente as obras que foram objeto da recensão crítica incluída na *Ayer*. Não porque estejamos de acordo completamente com ele, mas porque nos proporcionam motes para refletir sobre os "ensaios" (destaquemos esta palavra) de "história global de Portugal" (*história global* preferida a *história mundial*) ou sobre uma "perspetiva" pretensamente original de analisar historiograficamente Portugal.

Uma "perspetiva" de Portugal para divulgação

Falaremos da *História Global de Portugal*. Antes, porém, é justo e oportuno falar de uma outra história, com um modelo idêntico, até porque o seu projeto editorial lhe é anterior. Referimo-nos a *Portugal, uma perspetiva*, surgida em 2019, dirigida por Rui Tavares (n. 1972), que sempre se apresenta profissionalmente como "historiador" (e assim é), embora seja mais conhecido pelas suas crónicas políticas de opinião da última página do

Público, em contraponto (à esquerda) com outro jornalista (este que assim se autodenomina, como se considera "liberal"), João Miguel Tavares.

A afirmada originalidade, procurada por novos historiadores e outros novos investigadores de "ciências sociais" (grande chapéu de chuva, que hoje abriga muitos cientistas ou ditos "cientistas" nessa área tão vasta e diversificada), é algo natural e intemporal. No entanto, mesmo os próprios historiadores com alguma experiência procuram aventurar-se por esse caminho da imaginação. É o caso do historiador britânico Niall Ferguson (n. 1964), a trabalhar nos Estados Unidos, nomeadamente na conceituada *Harvard University*, que publicou em 1998 uma *Virtual History*, que foi depois traduzida para português e publicada pela editora Tinta-da-china em 2006. Mesmo em Portugal, o historiador ou politólogo (como gosta também de se intitular e que é comentador assíduo da televisão) António Costa Pinto (n. 1953) ensaiou, no Instituto de Ciências Sociais (ICS), a partir de 2008, uma história contemporânea desse tipo, que se estendia por todo o século XX e inícios da centúria atual, "História virtual de Portugal (1908-2004)", que julgo não ter sido editada até ao momento. Esta espécie de "nariz de Cleópatra", como lhe chamava nos anos 60 Sílvio Lima (1904-1993) na sequência de Pascal, era algo imaginada, discutida teórica e literariamente, mas não mais do que isso. Sílvio Lima não era propriamente um historiador, nem estaria nos seus planos escrever uma história desse tipo. Do seu punho apenas saiu o clássico ensaio *O determinismo, o acaso e a previsão na História* (1943), que li então na 3.ª edição, da Coimbra Editora, de 1958. Mas digamos ainda mais, como mera introdução: o americano Thomas Friedman (n. 1953), jornalista do *New York Times*, chegou a publicar uma breve história prospetiva do século XXI (*The world is flat. A brief history of the twenty-first century*, 2006, com 2.ª edição em 2007), a que se seguiram outros livros do mesmo tipo.

Mas não se trata de uma "história virtual" ou de uma "história prospetiva" a história proposta por Rui Tavares, em obra de divulgação publicada pela Tinta-da-china e que foi vendida em "fascículos semanais" (queremos dizer "volumes" – 25 pequenos volumes de cerca de 100 páginas cada um) a par do jornal *Público*, a partir de junho do referido ano de 2019. Digamos, porém, mais algumas palavras sobre o diretor desta obra.

Rui Tavares, além de político e jornalista, formou-se como historiador, considerando António Manuel Hespanha o seu primeiro mestre. Veio depois a doutorar-se na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, de Paris (onde tive o gosto de ter sido durante algum tempo *Directeur d'Études Invité*), com a tese *Le Censeur Éclairé (Portugal. 1768-1777)*. Em Portugal publicou, no que diz respeito à História, além da sua dissertação traduzida (Lisboa: Tinta-da-china, 2018), sobretudo obras de divulgação, como

O pequeno livro do Grande Terramoto, e, com a Alice Samara, *O Regicídio*, saídos em 1.ª edição, respetivamente, em 2005 e 2008.

Portanto, pode dizer-se que se trata sobretudo, além de um ensaísta em termos políticos (com livros editados), de um historiador e de um divulgador em História, no sentido nobre do termo, pois considero que a divulgação deve derivar em primeira mão da investigação científica e ser uma análise fácil mas rigorosa, nunca simplista mas problematizadora.

A obra *Portugal, uma perspetiva* segue, no fundo, o mesmo ritmo das outras histórias mundiais de que falámos. Trata-se de uma escolha de datas e não propriamente um estudo cronológico comparado – do tipo do que foi publicado pelo Círculo de Leitores em 1997, por vários historiadores e didatas da História (*História comparada – Portugal, Europa e Mundo. Uma visão cronológica*) dirigido por António Simões Rodrigues (n. 1935) – ou mesmo centrado na realidade portuguesa que tomou o tempo de trabalho de José Adelino Maltez (n. 1951), no livro em dois volumes *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI* (Lisboa: Tribuna da História, 2004). Ou seja, Rui Tavares escolheu, com certeza com a ajuda dos cerca de 50 investigadores que colaboraram consigo, 25 datas, que vão desde 2019 ao período de 25-500 a.C., por esta ordem, pois a obra tem como originalidade, em relação às que anteriormente foram publicadas e à que será publicada um ano mais tarde, o sentido descendente, ou seja, mais precisamente, vai do fim para o início, não só da história de Portugal mas também do espaço onde *grosso modo* veio a surgir Portugal. Esta "originalidade" – que aliás pode ser pertinente, nomeadamente no ensino e até na narrativa histórica, como o fez Marc Bloch, que o autor cita, registando a importância da "Nova História" do pós-guerra – não será, todavia, tão original entre nós como pode parecer, pelo menos no campo do ensino das humanidades e mais precisamente das literaturas, pois há muito (através da aplicação do decreto n.º 53/78, de 31 de maio de 1978, de Sottomayor Cardia) que nos cursos de Línguas e Literaturas Modernas da nossa Faculdade de Letras a ordem das disciplinas ensinadas teve esse sentido "regressivo". Mesmo no campo da História, recorde-se que a reforma do ensino liceal proposta por Fidelino Figueiredo, a pedido de Sobral Cid, ministro da Instrução Pública do breve governo de Bernardino Machado, em 1914, seguia essa ordem inversa, proposta que, no entanto, nunca chegou a ser adotada, mas que acabou por ser aprovada de modo efémero em 1918 no governo sidonista. E acresce que o sistema de periodização usado por Rui Tavares não difere muito do tradicional: Época Contemporânea, Época Moderna e Tardo-Medieval, e Época Medieval e Antiguidade (do século XIV até antes da Romanização). Neste sentido, devemos até dizer que a reforma do ensino das Faculdades de Letras de 78, na área da História, foi mais ousada pois,

em vez de seguir os mais que discutíveis períodos tradicionais da História, preferiu na sua distinção temática – História Económico-Social, História Política e Institucional e História das Ideias e das Mentalidades – adotar como limites períodos cronológicos amplos. Assim, além da Pré-História, das Sociedades, Culturas e Civilizações Pré-Clássicas e das Sociedades, Culturas e Civilizações Clássicas, dividiu-se a História por centúrias: séculos III-XIV, séculos XIV-XVIII e séculos XVIII-XX.

Pode dizer-se que o objetivo do modo de analisar a história é que difere, continuando ao ritmo do que lá fora se ia fazendo (conforme vimos), não apenas pelo uso de datas soltas, que nos dão propositadamente uma visão "fragmentada" da história, mas porque o diretor quis salientar, logo desde o primeiro volume referente a 2019 desta "história às avessas", que era sensível às novas ideias e aos novos movimentos que se apresentavam ao mundo. Assim, destaca que o mundo foi mudando, com a afirmação de minorias, das mulheres e dos jovens, que caracteriza o "nosso tempo", um tempo também marcado pela subjetividade das redes sociais e por debates diversos sobre várias questões, como os "descobrimentos" ou a escravatura.

No seu primeiro volume, que serve de Introdução à obra, não deixa, todavia, de vir ao de cimo uma ideia de centralidade nacional, que, de resto, teria sempre de surgir tratando-se de uma "história de Portugal", mesmo que se queira original e inserida nos "diversos contextos relacionais externos". Assim o diz, salientando o (já velho) chavão do "global": "a história de Portugal é marcada, de uma forma simultaneamente precursora e determinante para a história europeia e global, pela grande basculação do poder que ocorre globalmente em torno de 1500" (p. 28). E falando do "seu presente", de 2019 e de anos anteriores – já se fala há muito da "história do presente", mas aparece agora em várias obras com um selo de "modernidade", por vezes baseada em entrevistas –, que analisa de forma curiosa e específica através dos jornais, não deixa de salientar alguns problemas sensíveis de hoje. Assim, refere o debate sobre o Museu dos Descobrimentos, anotando a acusação que era feita aos historiadores – no ano em que o Presidente da República visitou a ilha de Gorée, no Senegal, onde se fazia o tráfico da escravatura – de que eles e "outros cientistas sociais" alimentavam (citava Vítor Rainho, num artigo do jornal *I* e também Miguel de Sousa Tavares no *Expresso*) «uma onda de histerismo do politicamente correto [que] alastra a velocidade impressionante» (p. 83). Não era esta obviamente a sua posição, dado que entendia o contrário e, por isso, citava José Pedro Monteiro (que foi um dos seus colaboradores para a história de "1890") que, numa afirmação que transcreve (p. 74), considerava "interessante" que "neste debate sobre o passado colonial, que voltou no último ano e meio ou dois anos", se discutisse esse pretérito colonial e a escravatura "como não acontecia há muito".

Devo dizer, como historiador que considera um dos objetivos da História a desmistificação da memória, que, em relação a essa temática muito sensível, ela é, na verdade, "interessante" mas não tanto no domínio da opinião e sim do seu estudo científico, que deve supor o conhecimento palpável da realidade que se pretende estudar. Ou seja, é talvez uma visão distorcida pensar que é importante apresentar "opiniões" sobre o colonialismo sem analisar, inclusivamente *in loco* e *in tempore*, essa realidade, tema que há muito deveria fazer parte da nosso objeto científico, como muitos de nós defendemos há décadas, até porque tivemos a dramática ocasião de conhecer as "colónias" e as suas guerras e de, com entusiasmo, orientar novos historiadores africanos.

Todavia, esta é apenas uma nota a que quase chamaríamos marginal, embora significativa, à nossa recensão que tem de prosseguir, neste caso não analisando os diversos volumes que fomos adquirindo e lendo, mas como ponto de passagem que foi para uma outra análise mais direta, a da *História Global de Portugal*. De resto, algumas reflexões que iremos apresentar dizem tanto respeito ao seu "conceito" (para empregar outra palavra da moda), como ao "conceito" desta outra obra de Rui Tavares, que a antecede.

A história de Portugal vista num sentido dito "global"

A *História Global de Portugal*, os seus responsáveis e o seu "conceito"

Aqui a palavra "global" aparece com todo o seu peso atual, ligada ao conceito de "Globalização". Trata-se, pois, de uma *História Global de Portugal*, como se intitula e procura justificar, embora superficialmente, preferindo este conceito à palavra "Mundial". Ou seja, recorre-se, utilizando a palavra mais comum no espaço anglo-saxónico, a um termo cheio de carga negativa e positiva, ao qual se procurou dar um sentido científico, por assim dizer, metodológico, e um objetivo didático.

Mas voltemos às palavras "globalização" e "global". O adjetivo "global" – "considerado, tomado em globo, em conjunto" – está desde o século XX nos dicionários. Por exemplo, encontra-se nas atualizações dos dicionários de António de Morais Silva ou de Cândido de Figueiredo. Já o substantivo é recente e só o vamos encontrar na edição de Houaiss do início do século XXI. É que o fenómeno da "globalização" é – como atrás dissemos – atual, ou foi "atualizado", e traz consigo também uma onda de sensacionalismo, de atração e repulsa, de uso e abuso, levando também a uma análise crítica e polimórfica. Por isso, encontramos tentativas de reflexão ou de simples

utilização do seu texto e contexto nos mais variados estudos, em títulos de diversos colóquios internacionais – em certos casos como "decoração" (quero dizer, sem uma análise aprofundada) –, em intenções e programas políticos, em discursos de circunstância ou até em programas radiotelevisivos. Só para não sair do meu "quarto" (ou da minha biblioteca, parafraseando o título do célebre livro de Xavier de Maistre): filósofos como Miguel Baptista Pereira e João Maria André escreveram ensaios sobre a globalização ou analisaram conceitos "em tempos de globalização" (respetivamente, *Alteridade, linguagem e globalização*, 2003, e *Diálogo intercultural, utopia e mestiçagem em tempos de globalização*, 2005); o Museu Bernardino Machado com o seu diretor Norberto Cunha, em colaboração com Artur Sá da Costa, organizou em Vila Nova de Famalicão, em 2004, os "Encontros de Outono" sobre o tema *Europa, globalização e multiculturalismo*, cujas atas vieram a ser publicadas (2006); investigadores portugueses e brasileiros realizaram em 1998-2001 uma troca de estudos académicos, que vieram a ser publicados em São Paulo, sobre o diálogo Brasil – Portugal em tempo de globalização (*Transformações sociais e dilemas da globalização. Um diálogo Brasil/Portugal*, 2002); os coordenadores de colóquios internacionais e nacionais e os seus autores nunca deixam, aliás, de falar da globalização, como fez Maria Manuela Tavares Ribeiro num colóquio em Itália (*Il Portogallo nello spazio comunitario. Globalizzazione e coesione nazionale*, 2000), ou Fernando Taveira da Fonseca num colóquio sobre o "poder local" (*Poder local em tempo de globalização. Uma história com futuro*, 2005), ou Ivo Carneiro de Sousa no que respeita à relação Europa – Ásia (*Ásia e Europa na História da Globalização - Asia and Europe in the history of globalisation*, 2004); o economista Júlio Mota tem analisado o conceito criticamente, publicando um texto pedagógico e reportando-se ao tempo de Marx e Ricardo (*De Ricardo a Marx, de Marx a Ricardo, nos caminhos da globalização. Notas de uma aula de ontem, notas para uma aula de amanhã*, 2012), ou, com Luís Lopes e Margarida Antunes, não deixou de salientar as graves questões da "crise da Economia Global" (*A crise da Economia Global: alguns elementos de análise*, 2009); o geógrafo brasileiro Milton Santos, até à sua morte ocorrida em 2001, criticou a globalização como fenómeno de exploração dos povos, procurando encontrar "uma outra globalização" (*Por uma outra globalização — do pensamento único à consciência universal)*; no domínio da literatura, Ana Maria Machado e outros colaboradores quiseram dar a um catálogo sobre o escritor esquecido Ruben A o título *Para um Ruben Global* (2005), e – mais significativo – está programada, em consonância com as várias obras de história a que nos referimos, que nomeiam datas como pontos de partida para breves discursos narrativos sobre temas diversos, a organização de uma "História Global da Literatura Portuguesa", que ainda não veio a público; o militar e académico Francisco Proença Garcia, ao estudar a guerra colonial

de Moçambique, não deixou de utilizar o conceito de "análise global" (*Análise global de uma guerra – Moçambique 1964 - 1974*, 2003)… Os políticos e os governos insistem, evidentemente, em citar as palavras "global" e "globalização" nos seus discursos e até, espetacularmente, no título de novos programas (ou simples intenções, como pretendem os seus críticos), como fez agora Boris Johnson ao anunciar *Global Britain in a Competitive Age*… Televisões e emissoras de rádio utilizam o conceito "global" no título de alguns dos seus programas, como "Visão Global" (RTP) ou "Falar Global" (CMTV). Claro que a *Wikipédia*, no domínio da *Internet*, apresenta vários artigos sobre o tema, entre eles um sobre "História Global".

Estamos, pois, perante um conceito que se tornou comum e que se pode transformar em trivial, como muitos outros (como o discutível conceito de "resiliência" que se encontra a eito em textos pretensamente científicos, assim, como em programas dos Governos, como no nosso "Plano de Recuperação e Resiliência"), se não for devidamente dissecado. Posso dizer que, num pequeno texto proposto para publicação numa revista de referência de que escrevi o parecer de arbitragem (*referee* em inglês, termo evidentemente mais usado), encontrei onze vezes utilizada a palavra "resiliência", que já de si é discutível na sua aceção social, mas que o autor empregava sem critério rigoroso.

Devido à difusão e eventual importância destes "conceitos", deve, pois, salientar-se – sem qualquer prejuízo – o significado de um dos diretores da *História Global de Portugal* que assumiu estes termos como objeto de estudo ou de titulação dos seus trabalhos e até de uma "cátedra". Referimo-nos, obviamente, a José Eduardo Franco (n. 1969), que representa uma geração que pretende ser inovadora no âmbito da História e das ciências sociais, mas que não assistiu, nem poderia ter assistido, ao esforço de renovação, no que toca à historiografia, dos anos 60, em que o *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, foi uma espécie de fronteira.

Na verdade, consultando a sua biobibliografia, muito cuidadosamente constante da *Wikipédia* e da informação da Universidade Aberta, onde rege uma "cátedra" (leia-se uma cadeira financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, FCT, intitulada "Infante D. Henrique para os Estudos Insulares, Atlânticos e a Globalização"), reparamos que, além de se ter também doutorado (como Rui Tavares) pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* em "*Histoire et Civilisations*", com a tese *Le Mythe Jésuite au Portugal (XVIe-XXe Siècles)* (2004), orientada por Bernard Vincent, obteve a sua equivalência na área de "Cultura" pela Universidade de Aveiro e a agregação em História Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. O seu *curriculum vitae* em termos de "grandes obras" – obras encomendadas e projetos seus ou de editoras –, geralmente com a colaboração de outros investigadores, é notório, nelas assomando quase sempre os conceitos "global" e "globalização" ou

qualquer outra palavra sensacional. Só como exemplos, anotemos: o projeto "Vieira Global", organizado com Pedro Calafate, que incluiu a publicação da *Obra Completa*, em 30 volumes (2014-2015); *Jesuítas, construtores da globalização. Uma História da Companhia de Jesus*, obra publicada pelos Correios de Portugal (2016), com a colaboração de Carlos Fiolhais; *Fátima, lugar sagrado global* (2017), com a colaboração de Bruno Cardoso Reis; o projeto "Obras pioneiras da Cultura Portuguesa" (2015-2019), outra vez com Carlos Fiolhais; ou o *Dicionário dos Antis. A Cultura Portuguesa em negativo*, por ele dirigido, com a colaboração de quinze coordenadores e dezenas de autores (2019). O sentimento de inovação e de "empreendedorismo" (uma das suas obra, em *e-book*, com a colaboração desta vez de Maria Isabel Morán Cabanas, intitula-se justamente *Empreendedorismo educativo dos jesuítas no Portugal Moderno*, 2012) constitui um aspeto essencial da sua característica de historiador e de organizador ou coordenador (*editor,* na língua inglesa).

Deste modo, compreendemos que uma das suas obras mais recentes, igualmente de organização ou direção, agora com João Relvão Caetano (n. 1970), licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, mestre em Economia Europeia pela Faculdade de Economia da mesma Universidade e doutorado em Ciências Políticas pela Universidade Aberta, tenha o título *Globalização como problema. Temas de Estudos Globais* (2020). E estamos certos de que tenha sido José Eduardo Franco a alma da organização da *História Global de Portugal* (2020), de que iremos, por fim, falar criticamente, como convém a uma recensão.

Antes de o fazer, passemos, porém, os olhos pela referida obra sobre o tema forte e sempre subjacente de "Globalização". Os coordenadores, numa breve Introdução, não esqueceram as realidades e os vícios da globalização, referindo-se não só às "redes sociais", às *fake news* e à "história virtual" de Thomas Friedman, mas também ao próprio programa *Big Brother*, *reality show* introduzido em 2000 pela TVI (que hoje até tem um canal dedicado, salientemos), recordando ainda – como convém – a famosa figura criada criticamente por George Orwell em 1949, na obra *Nineteen Eighty-Four*. Todavia, seduzidos mais pela novidade do que pelos seus eventuais defeitos, que é importante aprofundar, consideraram que a "mundialização" ou a "globalização" (termo anglo-saxónico que – recorde-se uma vez mais – haveria de se impor) levava à emergência dos "estudos globais". Num claro exagero – pelo menos para a minha geração – da sua novidade, apresentam a "globalização" como "uma nova chave de leitura do mundo". Mais: citando, como é comum, o clássico conceito da "aldeia global" do canadiano Marshall McLuhan, dos anos 60, apresentam a "globalização" como: o "rompimento progressivo do método nacionalista de ler a organização e o funcionamento do mundo". E dizem ainda, como se isso fosse uma realidade absolutamente

nova, ultrapassados que foram os "fascismos" e outros nacionalismos radicais (que parecem agora surgir sob outras formas, de tipo populista) e despertado o mundo para novas conceções universais: "Cada vez se abdica mais de ver o mundo a partir do umbigo nacional, o que configurou uma história de saber marcada por um reducionismo político e social, para passar a olhá-lo com base numa metodologia heterónima e mesmo heteróclita" (p. 7).

A finalizarem este texto entusiasmado e para mostrarem que não esqueceram os vícios da globalização, terminam os organizadores com expressões tanto ambiciosas, falando do "saber humano total", como "politicamente corretas", afirmando a sua opção por "uma globalização de rosto humano" (p. 10).

O livro é – como quase todos os outros a que José Eduardo Franco nos habituou e como já notámos – uma obra de colaboração, o que completa "o politica e culturalmente correto", com autores de várias gerações, formações e ideologias, como Adriano Moreira, José Seabra Pereira, António Mega Ferreira, Eduardo Paz Ferreira, Onésimo Teotónio Almeida ou Gonçalo M. Tavares, só para citar alguns nomes entre os doze autores (apenas um deles de Coimbra, apesar de a obra ter sido publicada pela sua Imprensa da Universidade, o que só demonstra a abertura que sempre a caracterizou), autores que escreveram artigos diversos, de índole filosófica, pedagógica, política e literária, tendo como tema direto ou indireto a "globalização". Não surgem propriamente historiadores, o que sucede na obra sobre a qual vamos, finalmente, refletir – a *História Global de Portugal*, publicada no mesmo ano de 2020 pela Temas e Debates, mas preparada obviamente com muito mais tempo de antecedência, tendo em conta a sua extensão e os muitos autores que participaram na sua escrita.

Antes de a analisarmos na sua conceção, aliás pouco original (adiantemos desde já – afirmação previsível tendo em conta a análise que antes fizemos), chamemos a atenção para os outros dois diretores da obra: Carlos Fiolhais, nascido em Lisboa no ano de 1956, mas licenciado e professor em Coimbra, onde passou a maior parte da sua vida, com doutoramento na Alemanha; e José Pedro Paiva, nascido em Coimbra no ano de 1960 e aqui licenciado e doutorado, professor da sua Faculdade de Letras, de que foi diretor, assim como foi, concomitantemente, diretor do Arquivo da Universidade.

O primeiro é sobejamente conhecido como físico, autor e organizador de obras de divulgação científica (entre elas, *Física divertida*, da editora Gradiva) e comentador de televisão no amplo sector da Cultura. Cientista e produtor cultural premiado, foi, além de diretor da Biblioteca Geral da Universidade, o fundador do "«Rómulo» – Centro de Ciência Viva da Universidade de Coimbra", que tomou como patrono Rómulo de Carvalho, grande divulgador da Ciência e notável poeta com o nome de António Gedeão.

O seu papel na direção desta *História Global* terá sido, fundamentalmente, no âmbito da História da Ciência, área em que publicou, além de obras sobre temas específicos, com a colaboração de outro investigador (Décio Martins), uma breve história (*Breve História da Ciência em Portugal*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010), que teve depois outras réplicas na editora da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

O segundo é historiador de raiz, tendo uma vasta obra publicada no âmbito da Época Moderna e, mais especificamente, da história da Igreja e da Inquisição, da história religiosa e do Império Ultramarino. De onde o facto de, além de pertencer ao Centro de História da Sociedade e da Cultura (fundado em 1976 por José Sebastião da Silva Dias, muitas vezes esquecido), ser colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. O seu papel na direção da obra não é claro, ao contrário do de Fiolhais, pois não foi o coordenador da parte em que é especialista, embora tivesse assinado alguns "artigos" na sua área de trabalho.

Comecemos pela "Introdução Geral", assinada pelos três diretores. Em síntese, poderá dizer-se que, depois de uma referência à "globalização" e à emergência da "história global", com citações diversas e já usuais de autores anglo-saxónicos e do incontornável alemão Sebastian Conrad, o texto fala genericamente dos seus antecedentes, evocando, no caso português, após referir o sempre citado texto de Pedro Nunes sobre o alargamento dos horizontes no seu tempo, apenas a novidade da conhecida obra de Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a economia mundial* (1963). E essa Introdução fala, evidentemente, do caso específico do livro que procura apresentar, salientando não só a originalidade do espaço português, como da história que se pretende fazer, na lógica do contraste já nosso conhecido (porque falado por todos os diretores das histórias deste tipo, genericamente citadas) entre a "história nacional" e a "história mundial" ou a "história global", expressão anglo-saxónica por que se opta.

Respigamos, neste último contexto, apenas mais alguns passos:

Acerca de Portugal, na visão dos historiadores e divulgadores que dirigem a obra, diz-se, por exemplo, de uma forma "quase épica" e "dramática", a justificar a "globalidade" da história que se pretende apresentar e como se isso fosse uma novidade não dita e pensada há muito e também discutida por historiadores e "ensaístas": "Portugal foi ponto de chegada e de partida de gentes, culturas, línguas, ideias, tendências de gosto, comportamentos, crenças, instituições, produtos que sempre foram variáveis e que aqui e nos ubíquos lugares onde chegaram imprimiram sinais de miscigenação plurimodal, que foram enriquecendo as cores do mundo, mas também provocando disrupções, violência, tantas vezes guerra, sofrimento e fenómenos de resistência" (p. 18). Sintetizando, diz-se, a finalizar a

Introdução: "Portugal é o resultado de incontornáveis dinâmicas de diálogo e de choque com outros lugares. E o mundo tem traços de mediações que os habitantes do espaço de Portugal espalharam" (p. 19). E, noutro passo anterior, sobre a história global de Portugal que se deseja contar, fala-se da antiguidade do país, mas acentua-se que as nações são "entidades jovens que se definiram e consolidaram apenas no século XIX", e que "a história global tem milénios, ao passo que a história das nações não tem mais do que alguns séculos" (p. 17). Salienta-se ainda que os cerca de 80 investigadores que iriam abordar os vários temas em 93 textos, agrupados em "cinco blocos cronológicos" antecedidos de uma Introdução de cada coordenador (cf. pp. 18-19), eram "especialistas das mais diversas subáreas da História" (p. 19) e "dos locais, dos factos e das pessoas abordados" (p. 17), opondo-se assim à ideia de que a "história global" não se importava com os espaços limitados, com as pessoas e os acontecimentos. Depois de convidar o leitor a construir "uma visão não paroquial da história de Portugal", conclui-se com esta promessa auspiciosa, quase diríamos de *marketing* (palavra e prática também muito usual): "É esta fascinante história que aqui se pretende contar para melhor percebermos quem somos e o mundo em que vivemos" (p. 19).

Ficou já claro que, se temos, naturalmente, em consideração os diretores da obra, também é e será evidente nas nossas reflexões o maior respeito pelos coordenadores e pelos autores e os seus textos, e que entendemos que há e haverá sempre novas áreas de trabalho do historiador a descobrir, como o fazem alguns, nomeadamente nas relações de Portugal com o mundo. Do que temos dúvidas é da originalidade deste conceito fundamental de "história global". Digamos que apenas ele é agora polido por ideias que se pretendem novas em função do conceito-base que constitui a "globalização", ideias que carecem cada vez mais de discussão. Se Vitorino Magalhães Godinho abriu as portas a uma visão aberta de Portugal no mundo económico com "o inovador conceito de complexo histórico-geográfico", não é certo que tenha sido ele – como se poderá deduzir – o único a quebrar o "padrão" da história nacional, "bipolar" e "dualista" (na lógica de "nós e os outros") (p. 15). Também o fizeram, cada um a seu modo, ensaístas como António Sérgio, e, evidentemente historiadores, como Silva Dias, Oliveira Marques, Borges de Macedo, Joel Serrão, Luís Albuquerque, António de Oliveira, Jorge Alarcão, Luís Ferrand de Almeida, António Borges Coelho, José Mattoso e vários outros das mesmas e de mais novas gerações, alguns a que tenho chamado "de oposição" (política e historiográfica) e que deram o seu contributo para essa visão, sendo uns citados nesta obra e outros não, consoante a simpatia ou o conhecimento, ou a ignorância, em relação ao seu trabalho. Mesmo se recuarmos e analisarmos as mais recentes histórias de Portugal, quase todas saídas depois do 25 de Abril, e mesmo a do projeto aparentemente nacional

da história dita "de Barcelos" (da Portucalense Editora), dos anos 30 do século passado, notaremos que nunca a história de Portugal é vista numa visão "paroquial", até porque os historiadores portugueses (raros foram os "historiadores nacionalistas", ou integralistas, e os "historiadores de regime", apesar da oficialidade pretendida pelo ensino da História no Estado Novo, de que tenho sobejamente falado noutros textos) se habituaram desde sempre a conhecer o mundo, mesmo que fosse só através dos livros de História. Basta conhecer qualquer biblioteca de uma boa instituição de ensino e de investigação (para não falarmos das bibliotecas pessoais) e verificar-se-á a proliferação de obras "atuais" (em relação à época em que foram adquiridas) e em diversas línguas, pelo menos as mais comuns. Se o mesmo não sucedeu noutros países, onde em muitos casos os historiadores só conheciam, e ainda em certos casos apenas conhecem, as obras publicadas na sua língua e na que é mais divulgada (sobretudo o inglês, como outrora foi o francês), isso não tem que ver com a nossa historiografia desde há décadas, em que a "abertura" foi sempre afirmada, em certos casos quase diríamos como uma "arma política e cultural".

Os coordenadores das várias épocas – os arqueólogos João Luís Cardoso e Carlos Fabião, o medievalista Bernardo Vasconcelos e Sousa, a modernista Cátia Antunes (que, pelos seus estudos e pela sua vivência nos Países Baixos, será talvez a mais entusiasta da história dita "global") ou o contemporaneísta António Costa Pinto (que, devido à sua dupla função de historiador e politólogo, também o será) – são historiadores credenciados e conhecem bem a história que se fez e, por isso, concordarão também com certeza que, se estão a tentar fazer "história global", ela há muito que se pretende fazer, não no sentido de pretensa "modernidade", em tempo de "globalização", mas no sentido de analisar a realidade num sentido, utopicamente, poliédrico e "total". E alguns historiadores citados e outros que poderíamos nomear procuraram refletir sobre ela não somente em termos de nova narrativa, mas também por vias teóricas, metodológicas, epistemológicas, sem, na maioria das vezes, encontrarem um campo aberto ao diálogo ou ao debate.

Mas se o conceito da "história global" é algo discutível, não pela abertura que tem ou pretende ter, que por todos é saudada, mas pela sua tão auto-propalada originalidade e atualidade – digamos antes que se integra num processo em constante atualização –, ainda menos é original o conceito-tipo, aqui adotado, de "história global". Como se sabe e já se disse, e os diretores não deixam de notar, houve antes várias histórias ditas "mundiais" (ou "globais") que iniciaram e seguiram este plano, o qual se tornou, e parece continuar a ser, uma espécie de "modelo a cumprir".

Na verdade, no seguimento de outras que conheço, melhor ou pior, as datas são epicentros ou pontos de partida dos "capítulos" (chamemos-lhes

assim), que se agrupam por épocas. No presente caso, a organização periódica tradicional: 5 "capítulos" ou datas em Pré-História e Proto-História com a colaboração de 6 investigadores, 14 em Antiguidade com 4 investigadores, 20 em Idade Média com 22 investigadores, 31 em Época Moderna com 34 investigadores, e 23 em Época Contemporânea com o mesmo número de autores. Assinalo que só nas duas primeiras unidades epocais, como seria natural, as datas são muito abrangentes e, no que refere a todos os períodos, há (como se disse) uma Introdução dos coordenadores, que, à exceção de António Costa Pinto, assinam também um ou mais capítulos. No total temos, pois, 93 "capítulos", "artigos" ou datas que servem de base à narrativa, com a colaboração de 89 ou 88 investigadores (considerando também os coordenadores quando são autores e tendo em conta que alguns autores surgem em mais de um "capítulo"). Portanto, trata-se de uma história aberta, porventura, "global" (como pretendem os diretores), mas "fragmentária", característica que foi assumida na história de Rui Tavares mas não nesta que, à partida, tem outras intenções de maior amplitude e responsabilidade, e onde não se afirma na escolha (como dizia Boucheron) o "princípio do prazer".

O conteúdo da *História Global de Portugal*

Não vou, como é óbvio, analisar a obra capítulo a capítulo, obra que foi por mim lida integralmente e onde aprendi – como seria normal – em áreas que menos conheço, nem pretendo de modo algum (como já sobejamente disse) pôr em causa a idoneidade dos investigadores e dos seus textos, até porque eles não refletem, nem podiam refletir, a profundidade das suas pesquisas. Alguns capítulos são muito simples (não diria simplistas), manifestamente didáticos, e não pretendem interrogar a história que se fez e faz sobre os temas tratados, desmistificando "ideias feitas", como convinha a uma obra deste tipo. Digamos mesmo – que me perdoem na generalidade os autores, muitos dos quais conheço, admiro e estimo – que nalguns casos parece que os "artigos" foram feitos para caber na tal conceção de "história global" e outros quase diria que foram tirados da gaveta ou do seu arquivo e adaptados ao objeto. E todos se encaixam num modelo previamente estabelecido, em número de páginas (cerca de cinco) e em citações bibliográficas (o mesmo número), sem notas de rodapé, o que impossibilita grandes aprofundamentos e justifica a não citação de autores que foram percursores na análise de alguns problemas abordados. Neste caso, vou apresentar, por agora, apenas um exemplo: o artigo intitulado "1680 – Instauração da Colónia do Sacramento" (pp. 433-438) nem sequer refere na bibliografia as obras fundamentais dedicadas ao tema por Luís

Ferrand de Almeida (*A colónia do Sacramento na época da Sucessão de Espanha*, 1973, e *Origens da Colónia do Sacramento — o regimento de D. Manuel Lobo*, 1982), nem sequer a sua obra mais recente dedicada ao Tratado de Madrid (*Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid*, 1990), para não falar da sua tese de doutoramento de 1957 (*A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil*). Por outro lado, a quase ausência de gravuras e de mapas (com exceção do planisfério de Cantino) evita que se tenha uma consciência clara dos objetos abordados por certos artigos. Mas, de resto, como se referiu de outras obras organizadas por José Eduardo Franco, cujo dinamismo tem de ser encarecido, diria que o naipe dos colaboradores se insere na lógica do "política e academicamente correto". De modo diferente da obra de divulgação de Rui Tavares (o qual selecionou sobretudo novos investigadores), pode dizer-se que os colaboradores, uns historiadores de renome e outros mais jovens de bom currículo, se distribuem de forma equilibrada pelas diversas universidades, com alguns de nacionalidade estrangeira ou que trabalham em universidades do exterior, embora neste caso sejam todos das chamadas universidades dos países do normalmente chamado "Ocidente" (Europa, Estados Unidos, Canadá e Brasil).

Porém, o que importa, sobretudo, será discutir o modelo deste tipo de história nas suas linhas de força fundamentais. Se entendo que a sua originalidade é duvidosa, assim como o seu sentido problematizador (que considero uma das virtudes mais importantes da História), o mesmo digo do seu afirmado sentido não internalista. Na verdade, pode dizer-se que em muitos casos a ideia de colocar Portugal no mundo, contraditoriamente, é geradora de um certo sentido nacional (não direi nacionalista), que, à partida, se pretende contrariar. Ou seja, pode dizer-se que – e estou a pensar na reflexão de Jeremy Adelman (*What is global history now?*, 2017) ou no interrogativo artigo de Richard Drayton e David Motabel, no *Journal of Global History* (*Discussion: the futures of global history*, 2018) – o que aparece focado na obra (ressalvando os casos da Pré-História, Proto-História e Antiguidade, em que Portugal não existia nem como potencialidade de "Estado-Nação"), é Portugal e o mundo, Portugal e o "outro", e não a transnacionalidade, que, embora com base em Portugal, refletisse acerca das várias realidades "globais". Note-se, por exemplo, que, pelo menos aparentemente (não existe na obra uma informação minimamente detalhada da biobibliografia dos colaboradores), não se identifica nenhum historiador africano nem asiático, apesar de Portugal ter uma relação secular com África e com a Ásia. Mas já falaremos mais especificamente deste caso.

O princípio da obra, como de outras de que falámos, é, pois, o princípio cronológico e as épocas com a divisão clássica. Ora, para compor a tal "história global" de que se fala é quase impossível utilizar esta base de

reflexão. O que deveria – a meu ver – ter sido a estrutura de uma obra deste género seria sim partir de grandes temas, que deveriam ser em muito menor número e abarcar grandes espaços e tempos longos. Assim, seria mais correto chamar à obra "Temas de História Global. O Mundo e Portugal". Mas não se utilizou este caminho, seguindo antes um modelo que, apesar de recente, se vem a repetir e se encontra já gasto à partida.

Explicarei melhor – dentro da minha visão do que se convencionou chamar "história global" (algo discutível mesmo por aqueles que a defendem e a praticam) – com meros exemplos, sempre respeitando os seus autores (que não cito, apenas porque jamais os quero pôr em causa):

Não é possível abordar a política de casamentos, fundamental em qualquer monarquia em toda a sua vigência, apenas referindo o caso dos sempre tão falados casamentos na Idade Média, com o título poético "1146 – Casar por amor à Coroa" (pp. 209-213). O mesmo se dirá das ordens e congregações religiosas que atravessam, com as suas características diversas, um tempo longo (mesmo que se venha a falar dos jesuítas, cujo sentido e discussão perpassa em várias épocas, até diria a atualidade, mas omitindo o caso dos oratorianos), tema abordado sobretudo para a Idade Média e para a Época Moderna, no primeiro caso com o nome "1153 – Uma religião sem fronteiras: as ordens religiosas" (pp. 221-226). Ainda com mais significado se poderá falar do caso da Universidade, referida quase apenas no seu processo de formação do fim do século XIII ("1290 – Uma universidade que viria a ter projeção global", pp. 251-256), esquecendo toda a sua evolução, nomeadamente no século XVI (não é citada a obra fundamental de Silva Dias, *A política cultural da época de D. João III*, 1969), omitindo a sua expressão pombalina e a importância que lhe foi dada durante a época contemporânea pelo Liberalismo, pela República, pelo Estado Novo e pela Democracia, e as críticas e polémicas que suscitou. De resto, é notória a falta de reflexões sobre a Instrução Pública e a "Educação Nacional", que constitui uma temática de grande significado transnacional. O mesmo se poderia dizer das epidemias e pandemias – tema hoje muito falado, por razões óbvias – que, se foram abordadas para o caso da Idade Média relativamente ao caso exemplar da peste negra ("1348 – Peste negra – o flagelo que foi quase «global»", pp. 269-275), não o foram para os casos de outras doenças epidémicas e pandémicas como são os do tifo, da varíola (que originou a "globalização" da primeira vacina, que teve em Portugal, na Academia das Ciências, o seu centro de organização e difusão), da raiva, da pneumónica ou "gripe espanhola", ou do paludismo, também conhecido por sezões ou malária. De resto, as questões sanitárias da assistência, de carácter tão "global", são praticamente omissas, apenas se citando a "data canónica" de 1498, da fundação das Misericórdias pela rainha D. Leonor, na sua extensão

ao norte de África ("1498-1500 – Arzila, Ceuta, Tanger e Alcácer Ceguer: o fenómeno global das Misericórdias"), mas não ao Brasil, onde permanecem ainda como símbolo e prática, sendo comum em quase todo o território as instituições da "Santa Casa".

Passemos a questões mais específicas sobre as quais nos interrogámos:

Como é possível compreender a União das monarquias ibéricas e a Restauração numa visão "global" (ou seja, vendo a história por todos os lados e não apenas pelo lado das relações internacionais em sentido estrito) apenas falando da "união do mundo", referindo-se a 1580 (pp. 403-408), ou à "rutura luso-espanhola" e à "mudança de uma ordem mundial", concernente ao período de 1640-1648 (pp. 421-426)? Omite-se nesses discursos as transversais questões sociais (abordadas por Vitorino Magalhães Godinho, António de Oliveira ou Joaquim Romero Magalhães) ou os grandes debates ideológicos de tipo "transnacional", até porque "englobaram", além da luta entre poderes, questões religiosas ou eclesiásticas de grande importância no tempo, que lhe estão subjacentes ou que derivam dessa luta. Como falar de uma "religião para o mundo", invocando o caso do Padroado, com referência a 1514 (pp. 353-359), ou da Inquisição, citando a tristemente famosa data de 1536 (pp. 373-378), sem referir a originalidade dos estudos de Silva Dias sobre as correntes do sentimento religioso (*Correntes do sentimento religioso em Portugal*, 1960) e sem citar as religiões dos "evangelizados", algumas como o islamismo ou as religiões do "Oriente", que estavam bem enraizadas e politicamente consolidadas, e a perseguição do Santo Ofício, não só dirigida contra os cristão novos que judaizavam, mas também, por exemplo, contra os erasmianos, muitas vezes confundidos com luteranos? Aborda-se o tema da "institucionalização do protestantismo em Portugal", com referência a 1834 (pp. 519-524), mas nada se diz sobre o reaparecimento do judaísmo, e das suas sinagogas, ou mesmo do respeito que se teve, até no Estado Novo, por razões estratégicas, sobretudo no "Ultramar", pelo islamismo, com as suas mesquitas, ou mesmo da tolerância em relação às religiões animistas. Fala-se da revolta dos "escravos de São Tomé" em 1517 (pp. 361-365) ou da "insurreição pernambucana" em 1645 (pp. 427-432) ou da "independência do Brasil" em 1822 (pp. 503-509), mas omitem-se todas as revoltas que no Brasil, na Índia ou na África se deram até aos nossos dias, não abordando de forma direta, na época colonial do Estado Novo – em que se fala apenas, genericamente, com a estranha designação "Portugal como Estado pária nas guerras coloniais tardias", referindo-se a 1961, ano do início da guerra em Angola, a que se seguiram as de Moçambique e da Guiné (pp. 617-623) –, os movimentos independentistas que tiveram uma expressão "global", com base em ideologias anticolonialistas e com apoios soviéticos, chineses ou de países europeus, como a Suécia, não citando sequer qualquer historiador

africano ou com experiência africana que tenha abordado o tema de forma científica e com conhecimento íntimo da realidade.

Fala-se do curioso caso do aparecimento do arroz nas terras de Santarém e da "globalização dos produtos alimentares" no recuado ano de 1509 (pp. 347-351), mas omite-se todo um intercâmbio que se dá até aos nossos dias (sobretudo agora), que está a ser estudado "globalmente" por novos investigadores. É importante falar do bacalhau e dos complexos caracteres geográficos, económico-sociais, políticos e culturais que lhe andam ligados – o pequeno texto surge da pena de um especialista, com referência a 1934 (pp. 585-591) –, mas o que dizer de outros tipos de alimentos que ocupam espaços transnacionais e nacionais, como os produtos tropicais (ou coloniais?), a sardinha ou o queijo ou os vinhos, de que se aborda a primeira "demarcação", talvez a mais importante, do "vinho do Porto" (pp.475-480), mas que não pode esquecer a do vinho da Madeira ou do moscatel de Setúbal e das várias demarcações do continente e da sequencial expansão dos produtos vitivinícolas?

Quase se omite o significado das invasões francesas e da presença inglesa, com o seu sentido transnacional, apenas referido, em relação às primeiras, a propósito da "transferência da corte régia para o Brasil", em 1807 (pp. 487-493), como quase se omite o sentido do constitucionalismo liberal, republicano ou democrático, de grande significado "global" e de grande atualidade no ano em que se celebra o bicentenário da Revolução de 1820, a caminho da celebração dos 200 anos da Constituição de 1822. O sindicalismo ou o caso dos direitos da mulher, temas que deveriam ter um tratamento longo no espaço e no tempo, não têm relevância.

Não se esqueceu o caso do que se chegou a considerar, por parte da Oposição, os três FFF do Estado Novo (referido por um dos autores – p. 578), mas ficou-se pelo caso do Futebol, de "Eusébio, o lusotropicalismo e a globalização das ideias desportivas" (pp. 625-632) e por "Fátima, santuário global" (pp. 573-578), tema que já havia sido abordado por José Eduardo Franco que, seduzido por temas religiosos, apaixonadamente (o que não é conveniente para um historiador), tinha publicado também, em co-autoria, entre outros, um livro intitulado *Francisco, nome de santo: São Francisco, São Francisco Xavier e Papa Francisco* (2015). Mais uma vez se nota o carácter, por assim dizer, "parcelar", "orientado" e "centrado" da análise feita, pois de Fátima fala-se da "globalidade" da sua difusão, mas não dos seus antecedentes e da sua integração na época de 1917 e, sobretudo, da "globalidade" das suas origens e da crença fundamentalista e milagreira das "aparições" em Portugal e no mundo, e até das origens integristas, pela via franciscana (mas não dominicana), do culto de Nossa Senhora da Conceição, o que aumenta o sentido da discutida "virgindade",

ligada a uma cultura universitária e teológica de "catolicismo único" e de nacionalismo restauracionista português. Como diriam os cultores mais críticos da "história global", há uma "globalização do nacional", em análise que importa fazer, mas que tem de ser completada com outras talvez menos "politicamente convenientes". Quase o mesmo se pode dizer de Eusébio. Se se pode falar da questão do lusotropicalismo e da sua "globalização" no espaço dos sentimentos futebolísticos nos anos 60, terá de se explicar como é que, em plena democracia, em 2015, a Assembleia Nacional votou um projeto de todos os partidos com a resolução da transferência do seu corpo para o Panteão Nacional (fora do lusotropicalismo, recorde-se que hoje Cristiano Ronaldo deu o nome ao aeroporto internacional do Funchal). A trasladação do corpo de Amália Rodrigues para o Panteão já se havia verificado em 2001 e o Fado foi considerado – depois de ter sido entendido como uma canção fatalista, pela direita e pela esquerda – património imaterial da Humanidade pela UNESCO em 2011 e, todavia, apesar de haver em Portugal excelentes historiadores sobre este tipo de canção nacional (ou lisboeta) e de ela ter uma ressonância "global", o certo é que não aparece nenhum capítulo sobre esta temática nas páginas desta *História*. E o mesmo poderia (e talvez devesse) suceder com o cante alentejano, com José Afonso, como voz das oposições, ou, de uma forma romântica, com a canção portuguesa mais "global", que aliás tem merecido interessantes análises radiofónicas e televisivas. Referimo-nos a "Coimbra", de Raul Ferrão e José Galhardo, que foi cantada pela primeira vez por Alberto Ribeiro no polémico filme *Capas Negras* (1947), de Armando Miranda, e veio a transformar-se em outra igualmente "global", com o título e uma letra diferentes, de encarecimento nacional ou nacionalista, "Abril em Portugal". Mas, fora deste contexto dos três FFF, é notória a ausência da abordagem da música (incluindo a música dita impropriamente "clássica" ou, pela sua difusão, a das bandas filarmónicas e dos "ranchos folclóricos", e até da música recolhida nos meios considerados autenticamente populares, como o fez Michel Giacometti, em termos de antropologia cultural). E isso sucede numa obra considerada "global", apesar da música ser uma das formas mais universais de comunicação estética.

Curiosa e estranhamente nenhum "capítulo" encontramos também sobre a imprensa (como arte de impressão, desde o século XV), a fotografia, o cinema, a rádio, a televisão ou o jornalismo e outros meios de comunicação social, de propaganda de regimes ou de oposição. O mesmo se passa com a reprodução ideológica desde o Liberalismo até à Democracia, passando pelo Estado Novo, onde apenas se fala, com referência a 1940, da conhecida Exposição do Mundo Português (pp. 593-598), ou com o fenómeno da repressão (apenas ligeiramente falada na interpretação do salazarismo no

tempo das "ditaduras de entreguerras" – pp. 579-584), que são, qualquer deles, fenómenos "globais".

Se se fala da arte em alguns textos de interesse – acerca do românico e do gótico (pp. 181-186), sobre o Palácio de Mafra como "visão global do Barroco" (pp. 445-451) ou sobre Amadeo de Sousa Cardoso (pp. 559-564) – não deixa de se ter de salientar a ausência de um texto sobre a nossa arquitetura contemporânea, sobretudo da arquitetura em tempo do Estado Novo e a de hoje, que são verdadeiramente "globais". Se se fala dos casos "nacionais" e "globais" de Pessoa e de Saramago, aos quais se quis juntar, justamente, o de Lobo Antunes (pp. 645-651), como fenómenos de "internacionalização da literatura portuguesa" e tendo como data de referência, evidentemente simples gralha, 1988 e não 1998, ano da atribuição do Prémio Nobel ao romancista do conhecido *Memorial do Convento* ou de *O ano da morte de Ricardo Reis*, não se pode esquecer que a cultura e a literatura são alguns dos factos mais "globais", que têm de ser interpretados ao longo dos tempos. Por isso se aborda a literatura medieval, quando se forma a "literatura portuguesa" (pp. 233-238), e Camões, que mereceu uma discutível mas curiosa interpretação (pp. 397-402), com base no texto polémico de António José Saraiva, esquecendo mais uma obra de Silva Dias, em termos de história da cultura. Mas, por exemplo, omitiu-se o impacte internacional do movimento neo-realista, de Ferreira de Castro e da sua obra *A Selva* (1930) ou, na versão inglesa, de 1935, *Jungle* (o *New York Herald Tribune*, através da jornalista Marguerite Harrison, em 3 de fevereiro de 1935, lamentava que a obra até então tivesse sido escrita originalmente numa língua, o Português, pouco conhecida) ou o movimento de solidariedade sentido em diversas partes do globo em defesa da liberdade de expressão dos nossos escritores, perante a ação repressiva da Censura e da Polícia Política.

Enfim, depois da proveitosa leitura crítica que fiz desta obra, poderia multiplicar os casos que me mereceram dúvidas, com risco de me enganar (o que deve suceder também nas situações que citei), os quais deveriam originar uma salutar discussão. Todos sabemos que uma História de Portugal – como qualquer outra obra de história sobre uma área mais lata ou mais restrita – supõe sempre uma escolha, com as naturais lacunas, porque a escrita é também uma seleção, porque muitos temas não foram ainda abordados cientificamente e porque não se pode ter acesso livre às fontes que poderiam ser o ponto de partida para outros temas ou para análises mais profundas. Do mesmo modo, passa sempre por uma seleção discutível dos autores, alguns dos quais, apesar de possivelmente contactados, manifestaram por certo a sua indisponibilidade.

Acima de tudo, o que quis salientar é que uma obra de História deste tipo possui critérios polémicos de organização e um sentido prático de

"estratégia editorial" que nem sempre têm a ver com os objetivos científicos e de divulgação dos seus diretores, coordenadores e autores. Seja como for, consideramos que uma obra pretendida, inovadoramente, como "global", mas que afinal segue um "modelo" que já foi debatido, não pode ter omissões como aquelas que encontramos, nem tratamento de temas que acabam muitas vezes por ser "globalmente nacionais" e apresentados de forma superficial ou meramente didática. De resto, para melhor conhecermos as suas qualidades e os seus naturais defeitos, um livro deste tipo – já que, assumidamente, não tem notas de rodapé ou no fim da obra e quase não nomeia fontes –, teria sempre de ter um índice analítico, o que não sucede, ao contrário do que acontece com a *Histoire Mondiale de la France*. E esta tem a seu favor ter sido, provavelmente, a primeira experiência deste tipo e conduzida, de modo assumido, pelo "princípio do prazer" – para quem organiza, escreve e lê.

Será que vale a pena falar de "História Global"?

Volto, à maneira de conclusão, ao início do problema.

Começo por dizer que a História é uma ciência, e não uma arte, porque deve tentar encontrar uma forma objetiva de se apresentar e não ser uma retórica, uma filosofia ou uma ideologia. Foi-se formando ao longo do tempo, com a sua metodologia de análise das fontes, sempre a serem descobertas, e uma forma de interpretação e de narrativa o mais rigorosa possível. Claro que foi evoluindo, tendo um sentido diferente, mais fechado ou mais aberto, numa relação cada vez maior com outras ciências sociais que foram surgindo e com as humanidades, de modo interdisciplinar. Mas não se pode entender verdadeiramente como História as importantes filosofias, sociologias e teorias de reflexão sobre o processo histórico. Os seus textos têm influenciado historiadores e cientistas sociais e devem o mais possível ser lidos, como é necessário que o historiador tenha presente todas as formas de cultura, pois a sua História será tanto mais interessante quanto forem mais diversas e de maior profundidade as suas experiências. Mas a História é outra realidade científica, por mais afastada que esteja da leitura da maioria, em momentos (como o de hoje) em que esquece por vezes a pesquisa de fontes e a uma reflexão profunda, para se construir antes uma História em função de "modas".

Portanto, não pensemos que as várias correntes da historiografia são realidades completamente novas. Não falando de conceções marcadamente ideológicas – positivistas e republicanas, marxistas e socialistas, hegelianas e espiritualistas, integralistas e nacionalistas, católicas e neotomistas…, que foram sendo naturalmente ultrapassadas –, não é possível entender a História

que se formou, com as novas reflexões sobre a realidade social e política, no fim do nosso século XIX, sem conhecermos Herculano e a tentativa de uma "história rigorosa". Não é possível entender a *Nouvelle Histoire* sem a *École Méthodique*. O maior erro da "nova história", na sua lógica francocêntrica, foi – recordando as análises de Coutau-Bégarie – não respeitar os seus antecessores ("*La dévaloration des prédécesseurs*"), pensar a história como uma realidade social e considerar que a realidade política não tem a sua própria essência, falar de estruturas, conjunturas e "complexos histórico-geográficos" sem reconhecer a importância dos factos, das biografias, das batalhas, falar das mentalidades não reconhecendo o significado das ideias em si próprias, procurar a "história total" sem entender a dificuldade em realizar verdadeiramente uma história analisada por todos os ângulos, sobretudo se não resultar de projetos de equipas…

De forma idêntica, assistimos agora à ideia de que a "história global" é uma novidade, omitindo a procura desde há muito de uma história oposta a uma "história nacional" e, sobretudo, a uma "história nacionalista". Não se pode omitir esse esforço, com o objetivo de encarecer a "modernidade" da "história global", esquecendo a aventura que foi, ao longo do tempo, com as suas contradições, a de escrever uma história universal, mundial, de relações internacionais, paralela, comparada… E, muitas vezes, como se viu até no nosso caso, não acompanhando o sentido anticolonial e pós-colonial da realidade, partindo da ideia de "globalização" mas esquecendo que ela é orientada pelas grandes potências económicas e "culturais". Se se fala em "história global" – como foi dito por alguns críticos – é necessário conhecer o "outro" pelo lado do "outro", ou dos "outros", por exemplo, do oprimido ou do reprimido, do marginalizado, do evangelizado ou do colonizado.

Não pomos em causa a importância do conceito de "História Global", mas uma história dita "polifónica" não pode ser "fragmentária" e "cronológica", a não ser que se entenda como uma "diversão" com o objetivo de "divulgar", nem pode esquecer as identidades culturais, que passam inclusivamente pelas diversas línguas, que normalmente são esquecidas e se reduzem, contraditoriamente, neste momento de "*Global History*", quase só ao inglês, como outrora, no tempo da *Nouvelle Histoire*, quase só foi o francês. É verdade que mesmo os seus praticantes e militantes discutem também o sentido da "história global" e apelam hoje já para uma "nova história global". Todavia, se olharmos para os seus artigos de discussão, verificaremos que praticamente só citam os historiadores ingleses, americanos e de outros países de língua inglesa, por vezes a única que conhecem. Por isso não conseguiram ultrapassar sequer a lógica "pós-imperial" e "pós-colonial".

Olhando para o caso português, a finalizar, vemos, pois, que "globalização" e "história global" aparecem como emblemas de "modernidade". Reparamos

que seguem os rumos de experiências já gastas e discutidas em vários países, recorrendo a investigadores de todas as formações, academias e ideologias, numa seleção do "politica e culturalmente correto". Não está em causa – repetimos uma vez mais – a categoria dos investigadores, mas o "modelo" que facilmente nos parece ultrapassado, pese embora o grande interesse de alguns artigos que a *História Global de Portugal* integra, nomeadamente em áreas novas, em que se investigou de raiz e que, na verdade, nos mostram um "mundo global" muito antes da discutível "globalização" de que hoje se fala.

Mas este conceito, com a sua popularização, pode ser produtivo? Com certeza que sim em termos de novas investigações, em que o "global" é um método, um objeto e uma forma de divulgação, que faz esquecer a menor importância que a História, lamentavelmente, passou a ter de um ponto de vista editorial. A *Histoire Mondiale de la France* foi um êxito editorial e originou um grande debate. Espero que o mesmo se passe com a *História Global de Portugal*. Pelo menos o conceito transporta-nos, ainda que de forma simples, para uma conceção sem fronteiras, como se pode ver num artigo de opinião recentemente publicado no *Diário de Coimbra,* numa secção denominada, com grande significado simbólico, "Geração Académica", pelo presidente da Associação estudantil mais antiga do país, João Assunção, que em boa hora pretende fazer ressurgir uma academia que debata os problemas que tanto nos afligem e preocupam, ou deveriam preocupar. Um dos seus títulos, porventura resultante da leitura de obras da chamada "história global", tem um nome significativo e sugestivo "Uma história global contra a descriminação" (*DC*, 23 de março de 2021, p. 11). Assim o movimento da "história global possa exercer essa função e não se torne antes uma moda, ao mesmo tempo demasiado aberta e regulamentada, informativa e vulgarizadora, simultaneamente "global" e "nacional".

Figueira de Lorvão, março-abril de 2021
Luís Reis Torgal
FLUC e CEIS20

Nota: O autor escreve os seus textos utilizando o acordo ortográfico anterior ao AO90. Todavia, aceitou – como se tornou seu hábito e tendo em conta as atuais normas desta revista – editá-lo com respeito pelo novo acordo, que é agora obrigatoriamente (embora se lamente) praticado em publicações oficiais ou de instituições públicas.

NORMAS PARA OS AUTORES

1. Submissão de artigos e recensões

Os artigos e as recensões propostos para publicação devem ser originais e seguir as normas de redação para autores adotadas pela revista. Serão objeto de rigorosa arbitragem científica, que compreende a triagem inicial da direção editorial e a revisão anónima de, pelo menos, dois pares. Todo o processo seguirá o Código de ética. Guia de boas práticas para editores de revistas da Universidade de Coimbra (Políticas editoriais)

Deverão ser submetidos através da plataforma Open Journal System (http://impactum--journals.uc.pt/rhi/submission/wizard) com explicitação dos seguintes dados:

- nome do autor;
- afiliação académica;
- ORCID do autor
- endereço electrónico;

Materiais em formato não digital serão enviados para:
Revista de História das Ideias - GAPCI
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Largo da Porta Férrea
3004-530 Coimbra (Portugal)

2. Publicação de artigos

2. 1. Apresentação e extensão do texto

Admitem-se artigos escritos em português, inglês, francês, espanhol e italiano. A sua extensão não deverá exceder os 50 000 caracteres com espaços no total, compreendidos resumo, notas, bibliografia, etc.

No início do artigo, constarão:

a) título, na língua em que o artigo é escrito e em inglês, alinhado ao centro ou justificado, a negrito, e tipo de letra Arial Bold com o tamanho de 14 pontos;

b) Nome do autor, endereço de correio eletrónico, ORCID e instituição a que pertence (no caso de o autor pertencer a várias instituições, podem ser referidas duas delas) em parágrafos sucessivos;

c) Resumo, até 150 palavras, em Arial tamanho 10 pt, escrito na língua em que o artigo é escrito e em inglês, ou, caso o artigo seja escrito em inglês, numa outra língua admitida pela revista;

d) Lista de cinco palavras-chave em inglês e na língua utilizada no resumo.

e) No final do artigo, constará uma bibliografia limitada aos títulos citados.

f) As notas de rodapé serão breves, introduzindo esclarecimentos ou comentários pontuais, e a matéria essencial ficará contida no próprio texto. A chamada surge antes do sinal de pontuação

2. 2. Formatação do texto

Deve ser formatado em Microsoft Office Word, tamanho A4 com margens superior e inferior a 22 mm e laterais a 24 mm, alinhamento do texto justificado, início de parágrafo a 5 mm e espaçamento entre as linhas de 16.36 pontos, tipo de letra Arial, com o tamanho de 10 pontos e numeração de páginas e de notas sequencial.

Os subtítulos, sem qualquer numeração, serão formatados em Arial Bold, tamanho 9,5 pt, alinhamento à esquerda.

Não haverá sublinhados, nem outros negritos além dos títulos.

As citações serão feitas entre aspas portuguesas (« »), exceto se excederem as três linhas, caso em que devem ser destacadas do texto por um espaço, com o tamanho de letra de 9 pontos, acompanhadas pela referência à obra citada de forma abreviada.

As notas de rodapé deverão ser apresentadas em Arial, tamanho de 8 pontos, espaçamento de 10 pontos, alinhamento justificado e numeração seguida.

Todas as hiperligações deverão ser removidas.

Gráficos, tabelas, mapas e eventuais ilustrações serão executados em Ilustrador e gravados no seu formato nativo (extensão.ai <http://xn--extenso-2wa.ai>). Os gráficos também poderão ser executados em Excel, desde que os mesmos sejam gravados como imagem em formato TIFF. Para fotografias, requer-se o modo CMYK, em formato TIFF e com 300 dpi de resolução e a dimensão de 16x23cm.

Cada item será remetido em ficheiro autónomo com indicação, no texto, do local onde deve ser inserido.

Cabe ao autor a responsabilidade de obter a competente autorização para publicação de imagens sujeitas a direitos de autor.

2. 3. Organização da bibliografia final

Na bibliografia final, sempre que o mesmo autor é citado mais do que uma vez, em vez do nome deve figurar « – ».

Monografias:

Benrekassa, Georges (1995). *Le Langage des Lumières. Concepts et savoir de la langue*. Paris: PUF.

Simões, Ana, Diogo, Maria Paula, Carneiro, Ana (2006). *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do abade Correia da Serra.* Porto: Porto Editora.

Sousa, Manuela Augusta Pereira, Feliciano, José da Rocha eds. (2003). *A filologia na era da informática.* Porto: Associação de Livreiros.

Artigos:

Figueiredo, António (1988). "Alterações climáticas em Portugal", in Antónia Vieira Simões (ed.), *Impactos da oscilação climática no Atlântico Norte.* Évora: Muralha, 3-34.

Moreira, Alberta Maria Reis (1994). "D. Miguel do Couto e a arquitectura militar do Renascimento em Portugal", *Revista de História da Arte,* 13, 111-123.

Os itens são ordenados alfabeticamente pelo apelido do autor, sem maiúsculas nem versaletes, respeitando o nome com que o autor se apresenta. Será evitada a numeração romana.

Páginas e sítios em linha devem, tanto quanto possível, conter as indicações bibliográficas de autor, título e data. É imprescindível a indicação do URL e da última data de acesso.

2. 4. Citação abreviada

A indicação de um passo ou de uma obra será feita de forma abreviada preferencialmente no texto segundo o modelo autor e data (apelido do autor data: página). Por exemplo (Anunciação 2003: 25).

Serão usadas as abreviaturas: id., et al., ed., eds., coord., trad., org., intr., pref., posf., ib., cit., ad loc., cf., v., in (reservado a obras coletivas), apud, s.d., s.l, s.n., s.p.

3. Publicação de recensões

A obra recenseada será identificada de acordo com o modelo usado na bibliografia.

As recensões não devem exceder os 8 000 caracteres com espaços.

GUIDELINES FOR AUTHORS

1. Submission of articles and critical reviewes

The articles and reviews submitted for publication must be original works and follow the editorial standards adopted by the journal. Texts will undergo a rigorous peer-review, including an initial editor screening and a blind review by at least two referees. The whole process is carried out in accordance with the Code of Ethics. Best Practices Guide for editors of journals of the University of Coimbra (Editorial policies)

All submitted papers must be submitted at Open Journal System (http://impactum--journals.uc.pt/rhi/submission/wizard) and include the following data:

- author's name;
- academic affiliation;
- author's ORCID
- email address.

Printed texts should be sent to:
GAPCI - Revista de História das Ideias
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Largo da Porta Férrea
3004-530 Coimbra (Portugal)

2. Publication of articles

2.1. Text format and length

Articles can be written in Portuguese, English, French, Spanish and Italian. Texts must not exceed a maximum of 50 000 characters with spaces, including abstract, footnotes, bibliography, etc.

The beginning of the article must include:

i) a title, both in English and in the language of the article (14-point Arial Bold, centered or justified);

ii) the author's name, email address, ORCID and institutional affiliation (if the author is affiliated with several institutions, two of them can be mentioned) in successive paragraphs;

iii) an abstract with a maximum of 150 words (10-point Arial) both in English and in the language in the article. If the article is in English, the abstract shall also be written in any of the other languages accepted by the journal;

iv) a list of five keywords in English and in the language of the abstract.

The end of article must include a bibliography limited to the quoted works;

Footnotes must be brief and shall be used just for explanations or occasional comments. The core subject must be included in the body of the text. Footnote callouts must be inserted before punctuation marks.

2.2. Text Formatting

The text must be formatted using Microsoft Word, in the A4 size and according to the following page settings: 22 mm top and bottom margins, 24 mm left and right margins, 10-point Arial, justified, 16.36 line-spacing, 5 mm first line indentation. Pages and notes shall be numbered sequentially.

Subtitles shall have no numbers and must be left-aligned and formatted in Arial Bold, size 9.5.

Apart from titles, no other text should be underlined or in bold.

Quotes must be presented between Latin quotation marks (« »), except if they exceed three lines. In this case, they should be separated from the text by one space and written in a 9-point font, followed by an abbreviated reference to the quoted work.

Footnotes must be formatted in 8-point Arial, justified with 10-point line spacing, and shall be numbered sequentially.

All hyperlinks must be removed.

Graphics, tables, maps and illustrations must be created in Adobe Illustrator and saved in its native format (.ai extension <http://xn--extenso-2wa.ai>). Graphics can also be created in Microsoft Excel, as long as they are saved as pictures in the TIFF format. Photographs must be saved in the CMYK mode and TIFF format, and have a 300 dpi resolution and a size of 16x23cm.

Each item shall be sent in a separate file and the text must mention where it should be inserted.

It is the author's responsibility to obtain permission to publish images subject to copyright laws.

2.3. Organization of the final bibliography

In the final bibliography, whenever the same author is mentioned more than once, their name should be replaced with << – >>

Monographs:

Benrekassa, Georges (1995). *Le Langage des Lumières. Concepts et savoir de la langue*. Paris: PUF.

Simões, Ana, Diogo, Maria Paula, Carneiro, Ana (2006). *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do abade Correia da Serra*. Porto: Porto Editora.

Sousa, Manuela Augusta Pereira, Feliciano, José da Rocha eds. (2003). *A filologia na era da informática.* Porto: Associação de Livreiros.

Articles:

Figueiredo, António (1988). "Alterações climáticas em Portugal", in Antónia Vieira Simões (ed.), *Impactos da oscilação climática no Atlântico Norte.* Évora: Muralha, 3-34.

Moreira, Alberta Maria Reis (1994). "D. Miguel do Couto e a arquitectura militar do Renascimento em Portugal", *Revista de História da Arte*, 13, 111-123.

The items must be alphabetically sorted by the author's surname, without caps or small caps, observing the name by which the author is known. Roman numerals should be avoided.

Whenever possible, webpages and sites should include the author's bibliographical information, title and date. It is essential to indicate the URL and the date of last access.

2.4. Abbreviated quotes

References to a passage or a work must be made in abbreviated form, preferably within the text, following the author and date model (name of the author date: page). For example: (Anunciação 2003: 25).

The following abbreviations shall be used: id, et al., eds, eds., coord., trad., org., intr., pref., posf., ib., cit., ad loc, cf., v., in (for collective works only), apud, wd., wp., wn.

3. Publication of critical reviews

The reviewed work must be identified according to the model used in the bibliography.

Critical reviews must not exceed 8000 characters with spaces.

(Página deixada propositadamente em branco)

Sérgio Campos Matos, Nota de apresentação
Antoon De Baets, Historians Killed for Political Reasons in Ibero-America (1920-2020)
Michael Antolović, Writing History under the «Dictatorship of the Proletariat»: Yugoslav Historiography 1945–1991
Nagendra Rao, Authoritarianism and making of counterdiscourse in colonial Goa
Mariluci Vargas, Trabalho de memória sobre temas sensíveis e a escrita da história: retratos elaborados por testemunhos da ditadura civil-militar brasileira
Christophe Araújo, A Academia Portuguesa da História durante o Estado Novo (1937-1974): de uma recriação política a uma difícil existência
Víctor Barros, Estado Novo e as Comemorações do Duplo Centenário nas Colónias
João Príncipe, António Sérgio e a história que gostaria de ver escrita

Varia
Isabel Lustosa, Silva Maia: o comerciante que as revoluções do Atlântico fizeram jornalista
Beatriz Peralta García, A formação da intelectualidade operária nos fins do oitocentos. Autodidatismo e erudição em Ernesto da Silva (1893-1903)
Hugo Silveira Pereira, Uma ideia de Império no final da monarquia constitucional: as fotos da viagem de D. Luís Filipe às colónias em 1907
José das Candeias Sales e Susana Mota, Julião Quintinha (1885-1968) e "O deslumbramento do Egipto" em Terras do Sol e da Febre (1932). Crónicas de viagem com o Egipto antigo em fundo
João Manuel Rocha, ABC-Diário de Angola - Um baluarte da oposição possível na imprensa colonial portuguesa dos anos 1960
Edgar Freitas Gomes Silva, Arquitetura da Comissão de Socorro aos Presos Políticos

Extra Dossiê e Varia
A. Campos Matos, Bibliografia de António Sérgio: atualização (1983-2020)
Luís Reis Torgal, Morreu o meu último professor... Homenagem a António de Oliveira

Recensões Críticas
Normas para os autores/Guidelines for authors
Próximo número: Imprensa, Independência e Constituição

FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

Santander Totta

ISSN: 0870-0958